



princípios

163

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

JAN./ABR. 2022

ANO 41 – R\$ 30,00

DOSSIÊ

MODERNISMO E REVOLUÇÃO NOS ANOS 1920

Diorge Konrad

▲ Do tenentismo à Aliança Nacional Libertadora

Ana Prestes

▲ 100 anos do sufrágio feminino

Alexandre Pilati

▲ Interpretação do Brasil no primeiro Drummond

▲ Alain de Benoist e o "gramscismo de direita"

▲ Debate: modos de produção na América Latina



Anita Garibaldi

ISSN 14157888



9 771415 788005



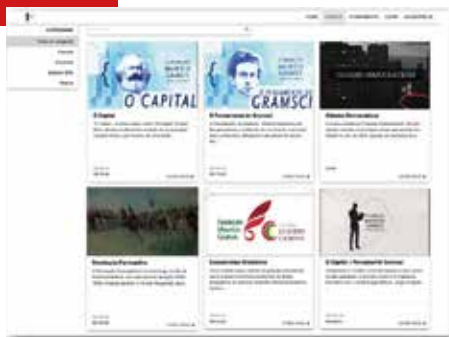
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre *O Capital*, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.

LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



EDITORIAL

4 **A utopia dos anos 1920 e a reconstrução do país**

The utopia of the 1920s and the country's reconstruction

DOSSIÊ **Modernismo e revolução nos anos 1920**

9 **A fundação do Partido Comunista do Brasil**

The founding of the Communist Party of Brazil

RAUL K. M. CARRION

63 **Do tenentismo à ANL: a disputa de projetos para o Brasil**

From the Brazilian lieutenant's movement to the National Liberation Alliance: the dispute over projects for Brazil

DIORGE ALCENO KONRAD

96 **1922-2022: cem anos do sufrágio feminino no Brasil**

1922-2022: one century of women's suffrage movement in Brazil

ANA MARIA PRESTES RABELO

118 **Cristiano Cordeiro: um comunista pernambucano e a formação do "Brasil moderno"**

Cristiano Cordeiro: a communist from the state of Pernambuco and the formation of "modern Brazil"

AMANDA MARQUES DE CARVALHO GONDIM E EDSON TENÓRIO

143 **Marionáima inaugurou a musicologia no Brasil**

Marionáima (Mário de Andrade) inaugurated Brazilian musicology

MARCUS VINICIUS DE ANDRADE

156 **Utopia antropofágica e dialética da não contemporaneidade em Oswald de Andrade**

Anthropophagic utopia and dialectics of non-contemporaneity in Oswald de Andrade

FELIPE RIBEIRO

187 **Um lírico cismado e moderno: interpretação do Brasil no primeiro Drummond**

A moody and modern lyrical poet: interpretation of Brazil in the first Carlos Drummond de Andrade

ALEXANDRE PILATI

ARTIGOS

208

Ciência Política

Alain de Benoist e a Nova Direita europeia: “gramscismo de direita” e nova “revolução conservadora”

Alain de Benoist and the New European Right: “right-wing Gramscism” and new “conservative revolution”

FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS

240

Sociologia

Questão agrária, formação social brasileira e dependência

Agrarian question, Brazilian social formation and the sense of dependence

NILSON WEISHEIMER, MICHELLE SENA ROSA DE ARAÚJO E ROBERTO LEHER



DIÁLOGOS & DEBATES

266

Modos de produção na América Latina: debate entre Rodolfo Puiggrós e André Gunder Frank

- parte 1 -

RODOLFO PUIGGRÓS, ANDRÉ GUNDER FRANK E SERGIO FRIEDEMANN

ENSAIO

Teoria marxista

294

O golpe de Estado, a burocracia e a teoria marxista do Estado

Coup d'État, bureaucracy and the Marxist theory of the state

PEDRO FELIPE NARCISO

RESENHAS

319

Relações internacionais: o marxismo e o caráter global do capitalismo

International relations: Marxism and the global character of capitalism

MATEUS FIORENTINI

330

Um libelo contra a ideologia "proprietarista"

A libel against proprietors' ideology

MARCELO PEREIRA FERNANDES

339

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE

344



A utopia dos anos 1920 e a reconstrução do país

The utopia of the 1920s
and the country's reconstruction

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.001>

Neste ano de 2022 o Brasil tem um encontro marcado com seu futuro. Romper com a trajetória de degradação da democracia, da soberania nacional e das condições de vida dos brasileiros, pondo fim à experiência do bolsonarismo, é a tarefa central. Nessa luta política e civilizacional se inscrevem dois sucessivos dossiês temáticos preparados pela revista *Princípios*. O primeiro deles é *Modernismo e Revolução nos anos 1920*, apresentado na presente edição. O segundo é o dossiê comemorativo do bicentenário da independência do Brasil, que será o tema central de nosso próximo número (164). Ambos oferecem referências históricas imprescindíveis para o delineamento de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Foram muitos e multiformes os fatos novos que fizeram de 1922 um ano carregado de futuro: a Semana de Arte Moderna, de 11 a 18 de fevereiro; a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 25 de março; o levante do Forte de Copacabana, em 5 de julho, e o avanço da luta das mulheres pelo sufrágio universal com a fundação da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino, em 9 de agosto.

Independentes umas das outras, mas articuladas ao mesmo processo histórico e social, essas iniciativas tinham em comum o anseio de superar o passado e afirmar o projeto de uma nova sociedade e uma nova cultura. Revolução estética nas tendências artísticas, revolução social na base econômica e revolução democrática nas instituições políticas: não há de ser mera coincidência o fato de elas terem eclodido quando se comemorava o primeiro centenário da Independência do Brasil. Como se dissessem: comemoremos a independência, mas com olhos abertos, espírito crítico e audácia inovadora. Voltemo-nos à tarefa de edificar o futuro.

Como mostra o dossiê *Modernismo e Revolução nos anos 1920*, nenhum desses eventos atingiu a culminância em 1922. Eles se articulariam a processos de inovação e emancipação que estavam em curso ao longo daquela década, e que resultariam em inúmeros avanços. Muitos desses avanços, porém, acabaram truncados, e seguem ainda hoje, pelo menos em parte, como promessa irrealizada.

O Modernismo se contrapunha ao tradicionalismo. Não apenas na linguagem corrente, mas também em contextos literários e sociológicos, o núcleo semântico desses termos é a ideia de plena contemporaneidade com a evolução social e cultural,

É preciso retomar a utopia da geração de 1920, atualizada para o novo tempo, como referência para a realização, ainda incompleta, da obra de modernização e transformação de nossas estruturas sociais arcaicas e injustas

e, portanto, de ultrapassagem do atraso e ruptura com o arcaico. Tudo isso dentro de uma ideia geral de afirmação do Brasil no concerto das nações.

O país chega a 1922 em um contexto marcado em escala internacional pelas sequelas do impacto destrutivo da I Guerra Mundial e pelo grandioso impacto da Revolução socialista na Rússia, onde começava a primeira experiência de construção de uma sociedade de novo tipo. As grandes esperanças suscitadas pelo vitorioso avanço das forças operárias e populares estimulavam a busca de rupturas com a ordem social vigente. Havia um espírito de combate e inovação que se prolongaria nos anos seguintes e se intensificaria com o impacto da crise econômica internacional de 1929. Entre nós, os efeitos devastadores dessa crise precipitaram a Revolução de 1930, que abriu uma nova fase da história nacional, com notável avanço de nossas forças produtivas.

Refletir sobre esse período luminoso de nossa história é lançar luz não apenas sobre o passado, mas também sobre o presente. Essa é uma tarefa que cresce de importância neste momento, em que se coloca na ordem do dia a reconstrução do país. É preciso retomar a utopia da geração de 1920, atualizada para o novo tempo, como referência para a realização, ainda incompleta, da obra de modernização e transformação de nossas estruturas sociais arcaicas e injustas.

* * *

Nova seção de *Princípios* — A revista inaugura neste número a seção Diálogos & Debates, que se inicia com a contenda teórica sobre modos de produção na América Latina travada entre o politólogo argentino Rodolfo Puiggrós e o economista alemão André Gunder Frank. O debate foi realizado por meio de artigos apresentados em 1965 nas páginas de “El Gallo Ilustrado”, caderno semanal do jornal mexicano El Día. *Princípios* publica as intervenções de Puiggrós e Gunder Frank em tradução inédita para o português, com breve nota explicativa do historiador e economista argentino Sergio Friedemann.

A seção Diálogos & Debates poderá trazer, ainda, pareceres bem fundamentados sobre artigos publicados na revista, mas que não contaram com a unanimidade de nossos avaliadores *ad hoc*. Nesse caso, a publicação do parecer se dará com o fim de

fomentar o debate, e será feita mediante o consentimento da Comissão Editorial, do autor do texto publicado (que terá direito a réplica) e do parecerista que problematiza aspectos do texto.

* * *

Novo cronograma de *Princípios* — Esta edição da revista *Princípios* inaugura um novo cronograma de periodicidade da publicação, unificando as datas das edições impressa e eletrônica. Assim, o número 163, que normalmente corresponderia ao período entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, é ajustado para o quadrimestre que vai de janeiro a abril de 2022. Assegura-se, desse modo, o cumprimento da periodicidade quadrimestral com três edições dentro de um mesmo ano, como é mais comum em publicações científicas *qualisadas*.

Buscando contribuir para a construção do conhecimento científico sobre a sociedade brasileira e seus desafios de maneira cada vez mais qualificada e relevante, convidamos cientistas, gestores, artistas e intelectuais a prestigiar a revista *Princípios* consultando seus artigos e citando-os sempre que possível, submetendo os resultados de suas pesquisas e trabalhos para publicação ou mesmo compondo nosso corpo de consultores *ad hoc*.

Desejamos aos nossos leitores uma ótima experiência!

João Quartim de Moraes (coordenador do dossiê desta edição)
A Comissão Editorial



Reprodução

AMARAL, Tarsila do. **Operários**. 1933. Pintura, óleo sobre tela, 150 x 205 cm. Acervo do Governo do Estado de São Paulo.

DOSSIÊ

Modernismo e revolução nos anos 1920

Organizador:
João Quartim de Moraes
(Unicamp)

Di Cavalcanti. **Primeiro de
Maio**. 1932. Gravura, nanquim
e grafite sobre papel.



Reprodução

A fundação do Partido Comunista do Brasil

The founding of the Communist Party of Brazil

RAUL K. M. CAIRIÃO*

O primeiro grande passo a ser dado [...] é a constituição dos operários em partido político independente, não importando como, desde que ele seja um partido operário distinto. [...] Que o primeiro programa desse partido ainda seja confuso e muito deficiente [...] isto é um mal inevitável, mas, também, transitório. As massas devem ter tempo e oportunidade de desenvolver-se, e só terão essa oportunidade se têm um movimento próprio, no qual serão impulsionadas pelos seus próprios erros, tornando-se sábias às suas próprias custas.

Friedrich Engels, “Carta a Sorge (29/11/1886)” (tradução nossa)

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.002>



Reprodução

Delegados presentes no congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, realizado entre 25 e 27 de março de 1922, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói (RJ)

RESUMO

O objetivo central deste estudo é reconstituir o processo de formação do Partido Comunista do Brasil — desde os primórdios do movimento operário brasileiro até os seus primeiros anos de vida —, identificando as causas do seu surgimento e as razões que viabilizaram a sua permanência até hoje, apesar das incontáveis tentativas (externas e internas) de liquidá-lo. A principal hipótese de trabalho é que o surgimento do Partido Comunista do Brasil não foi algo artificial, fruto da “vontade” de alguns indivíduos ou “uma ideia trazida de fora”, “criação da Internacional Comunista”, mas refletiu uma necessidade objetiva, decorrente da evolução social do Brasil — que em 1922 se encontrava em um momento de rupturas — e do desenvolvimento de sua classe operária. Na visão de Marx, correspondeu à conversão do proletariado de “classe em si” para “classe para si”. O método de análise utilizado foi o materialismo histórico e dialético. A conclusão que emerge deste estudo é que a continuidade do Partido Comunista do Brasil — apesar de todas as perseguições sofridas — expressa a existência objetiva de espaço político para um projeto de transformação radical e revolucionária da sociedade capitalista brasileira, distinto dos projetos reformistas da burguesia e da pequena burguesia.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil. Marxismo. Classe operária.

ABSTRACT

The aim of this study is to reconstitute the founding of the Communist Party of Brazil — from the beginnings of Brazilian labor movement to its first years of life — identifying the causes that led to its emergence and the reasons that made it viable up to nowadays, despite countless attempts (external and internal) to liquidate it. The main working hypothesis is that the emergence of the Communist Party of Brazil was not something artificial, the simple result of one’s “will” or “an idea brought from outside”, “creation of the Communist International”. Instead, it reflected an objective need arising from the social evolution of Brazil — which in 1922 was at a time of ruptures — and the development of its working class. In Marx’s view, it corresponded to the transformation of the proletariat from “a class in itself” to “a class for itself”. The method of analysis used was historical and dialectical materialism. The conclusion that emerges from this study is that the continuity of the Communist Party of Brazil — despite all the persecutions it suffered — expresses the existence of political space for a project of radical and revolutionary transformation of Brazilian capitalist society — one that is different of reformist projects of the bourgeoisie and petty bourgeoisie.

Keywords: Communist Party of Brazil. Marxism. Working class.

1. INTRODUÇÃO

Em 25 de março de 2022, o Partido Comunista do Brasil completa um século de existência, caso único entre os diversos partidos operários criados no início do século passado. Que razões levaram ao surgimento do PC do Brasil, o partido mais longevo do país, e fizeram com que ele — sempre perseguido, que nenhum benefício pessoal oferece a seus membros, formado por pessoas simples do povo, carente de recursos financeiros — tenha permanecido vivo e atuante até os dias de hoje?

Para responder a essa pergunta, é preciso ter em conta que a história política e social do nosso país, nos últimos cem anos, não pode ser entendida sem ter em conta o protagonismo da classe operária brasileira. Por sua vez, é impossível analisar esse protagonismo sem conhecer a trajetória do Partido Comunista do Brasil. Como afirmou o poeta Ferreira Gullar, referindo-se a ele: “Quem contar a história do nosso povo e seus heróis tem que falar dele. Ou estará mentindo.” (MARÇAL, 1986, p. 5)

2. OS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

Apesar da tardia industrialização e da persistência da escravidão até 1888, as primeiras organizações de trabalhadores — com caráter mutualista (ajuda mútua) — surgiram no Brasil já nos anos 30 do século XIX, depois que a Constituição brasileira de 1824 acabou com a organização corporativa por ofícios.

Assim, temos notícia da existência, entre outras, da Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia (1832), da Sociedade de Oficiais e Empregados da Marinha (1833), da Sociedade de Mecânica Aperfeiçoadora das Artes e Beneficente do Rio de Janeiro (1836), da Sociedade Bem-Estar dos Caixeiros do Rio de Janeiro (1836), da Sociedade de Auxílio Mútuo dos Empregados da Alfândega (1838), da Imperial Associação Tipográfica Fluminense (1853), da Sociedade União Beneficente dos Cocheiros (1856), da Sociedade Beneficente do Arsenal de Marinha da Corte do Rio de Janeiro (1858) e da Associação Protetora dos Caixeiros (1858)¹ (LINHARES, 1959, p. 9).

A primeira greve de que temos notícia certa foi a dos tipógrafos cariocas, em 1858, reivindicando aumento de salários. Em 1863, aconteceu a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Pedro II, em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, e, em 1866, a greve dos caixeiros do Rio de Janeiro, reivindicando o fechamento do comércio à noite e aos domingos.

A partir de meados dos anos 60 do século XIX, multiplicaram-se as publicações de trabalhadores, sendo um dos primeiros o *Jornal dos Tipógrafos* do Rio de Janeiro, em 1858.

Inicialmente, prevaleceram as entidades de caráter assistencialista e recreativo. Apesar de as primeiras organizações de luta já terem surgido nos anos 70 do século XIX, foi somente nos anos 80 que o movimento operário ingressou na etapa de predomínio das entidades de resistência — ligas, sindicatos e uniões operárias —,

¹ Não há informação sobre a abrangência territorial de algumas dessas entidades, mas tudo indica ser o Rio de Janeiro.

inicialmente de orientação social-democrata. Esse segundo período se estendeu até meados da primeira década do século XX, quando o anarcossindicalismo impôs a sua hegemonia. Mesmo assim, as organizações mutualistas mantiveram a sua importância, pelo menos até a segunda década do século XX.

As primeiras tentativas de criar partidos operários e socialistas datam dos anos 90 do século XIX:

A formação partidária que se diz socialista aparece somente depois de 1890, isto é, na República [...] seus dirigentes, com exceção, não são de origem proletária, mas pequeno-burguesa, e a maior parte é brasileira, ao contrário das lideranças sindicais [...] a soma de partidos é espantosa para a época. Temos um Partido Operário do Rio Grande do Sul (1890); Partido Operário ou Partido Socialista Brasileiro, do Distrito Federal (1890); Partido Operário de São Paulo (1890); Partido Operário no Brasil, do Distrito Federal (1892); Centro Operário da Bahia (1894); Partido Operário Socialista, do Distrito Federal (1895); Centro Socialista de São Paulo (1896); Partido Democrático Socialista, de São Paulo (1896); Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897); Partido Socialista Brasileiro, de São Paulo (1902); Partido Operário Socialista, do Distrito Federal (1909) (CARONE, 1996, p. 26).

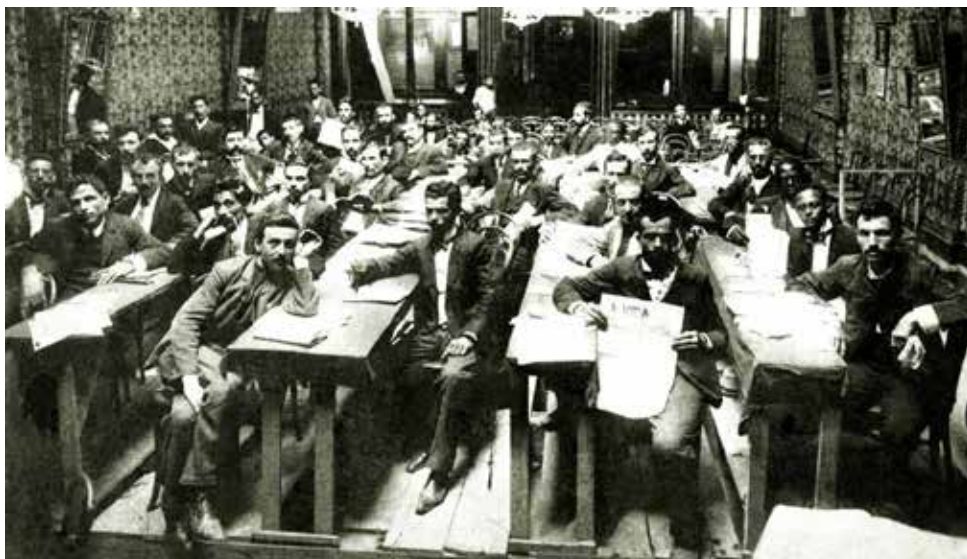
Acrescenta-se que em 15 de junho de 1890 foi criado no Ceará o Partido Operário, que publicava o jornal *O Combate*. Esses partidos “operários” e “socialistas”, apesar de importantes enquanto expressão do amadurecimento político da classe operária brasileira, tiveram vida efêmera e pouca influência sobre as massas.

Em 1º de agosto de 1892, ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Congresso Socialista, com o objetivo de unificar os diversos partidos operários que existiam no país. Foi decidido criar o Partido Operário Brasileiro, que passou a publicar o jornal *O Socialista*. O programa aprovado mostra clara influência marxista:

Considerando que a socialização da produção concentra todas as rendas [...] nas mãos da classe capitalista, enquanto a classe operária é submetida a uma exploração física e moral cada vez mais acentuada; considerando que, nas condições econômicas da sociedade atual, a classe operária não poderá jamais se libertar da tutela do capital a não ser que ela se apodere dos meios de produção, isto é, das máquinas, ferramentas, matérias-primas [...] (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 188-189).

Em janeiro de 1893, Kautsky enviou uma carta a Engels referindo-se àquele partido brasileiro:

envio-te anexo um jornal que me remeteram do Rio de Janeiro. Contém um artigo sobre o Partido Operário Brasileiro e seu programa. Lamentavelmente não sei português e, portanto, só posso adivinhar aqui e ali algo de seu conteúdo. Talvez te interesse o artigo. Talvez, se valesse a pena, Ede [Eduard Bernstein], que também é poliglota, pudesse fazer uma nota com esse material. Já mencionei uma vez o movimento brasileiro, em uma informação baseada em um jornal alemão de São Paulo (MARX; ENGELS, 1982, p. 181).



Reprodução

Realizado no Rio de Janeiro em 1906, o 1º Congresso Operário do Brasil cria a Confederação Operária Brasileira (COB)

Engels respondeu: “Dei a Ede o jornal brasileiro, mas disse-lhe que a importância desses partidos sul-americanos está sempre na razão inversa das demonstrações ruidosas de seus programas.” (MARX; ENGELS, 1982, p. 141)

O Partido Operário do Brasil enviou um relatório ao 3º Congresso da Internacional Socialista (Zurique, agosto de 1893), que teve uma de suas sessões presidida por Friedrich Engels.

Os socialistas de São Paulo e do Rio Grande do Sul também mereceram uma referência especial no livro *Le socialisme et le Congrès de Londres*, editado em 1897 na capital inglesa: “No Brasil o socialismo encontra-se em estado embrionário. Cresce mais na Província do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul, graças à imigração italiana e alemã. Em Santos (SP) existe a União Operária, um partido operário, social-democrata.” (BANDEIRA, 1980, p. 21)

Apesar da pequena difusão do marxismo no Brasil, já em fins do século XIX encontramos ideias marxistas na imprensa operária e nos documentos dos partidos socialistas de então. O jornal *Democracia Social*, surgido em 1893, em Pelotas, estampava sob o seu título a frase “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”, seguida do nome de seu autor — “Karl Marx”. Referindo-se a ele, o jornal *Echo Operário*, de Rio Grande, afirmou em 1898: “*Democracia Social*, que, rompendo com os preconceitos estúpidos da sociedade burguesa, arvorou o pendão do socialismo revolucionário científico [...] a emancipação das classes proletárias, a guerra ao capital, a emancipação da mulher.” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 75)

Em 6 de maio de 1896, o jornal *A Federação* publicou em francês a letra de “A Internacional”:

Esse texto fora apreendido no porto de Rio Grande, com alguns anarquistas, juntamente com um vasto material “subversivo”. É a primeira vez que esse texto é pu-

blicado no Brasil. Essas publicações em *A Federação* provocaram uma furiosa reação dos velhos coronéis, que acusaram o jornal de estar sendo dirigido por um bando de jacobinos (MARÇAL, s.d.[b], p. 2).

Em 1897, foi criado o Partido Socialista Rio-Grandense, cujo programa defendia o socialismo, a república democrática social, o voto universal (inclusive para mulheres), as mais amplas liberdades, instrução geral e profissional gratuita para os filhos dos pobres, redução dos exércitos, assistência médica gratuita, imposto progressivo sobre heranças e fortunas, jornada de oito horas, proibição do trabalho para menores de 14 anos, jornada de cinco horas para os jovens de 14 a 18 anos etc.

Pela sua proximidade e relação com o movimento socialista do Uruguai e da Argentina,

depois de São Paulo, era no Rio Grande do Sul [...] que a tendência socialista do movimento operário estava mais expandida, havendo núcleos em várias cidades. Em 1896, num manifesto publicado no dia 1º de maio, a Liga Operária Internacional de Porto Alegre chama as demais associações operárias do estado a se organizarem em nível regional. A discussão foi levada durante dois anos. Finalmente, em janeiro de 1898, realiza-se o Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 192).

Esse congresso, realizado em Porto Alegre de 1º a 2 de janeiro de 1898, fundou a Confederação Operária Sul-Rio-Grandense, que adotou o socialismo. Nele, foi vivamente aplaudido telegrama, procedente de Alegrete, que dizia: “Viva o socialismo científico!” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 110).

Não tendo vingado o Partido Operário Brasileiro, criado em 1892, realizou-se em São Paulo, entre 28 e 31 de maio de 1902, o 2º Congresso Socialista, com a participação de representantes de associações operárias e socialistas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Pará e Paraíba. Sua debilidade foi a ausência de qualquer representação socialista do Rio de Janeiro, então o principal centro operário do Brasil e onde o socialismo não havia firmado raízes. O Congresso aprovou a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo programa tinha clara inspiração marxista:

A classe dos capitalistas, pelo monopólio dos meios de produção e de circulação das riquezas, está em condições de exercer sobre o trabalho alheio um domínio e uma exploração insuportáveis [...] as reivindicações dos trabalhadores são idênticas no mundo inteiro [...] conseqüentemente, a resistência e a luta do proletariado devem ser universais, têm o dever de se incorporar ao grande partido internacional. [...] Mas a emancipação do proletariado e a igualdade de direitos para todos não podem ser obtidos sem que os meios de produção [...] passem da propriedade individual para a propriedade coletiva (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 195).

Em 1906, a Federação Operária Regional do Rio de Janeiro realizou, de 15 a 20 de abril, o 1º Congresso Operário do Brasil. Estavam presentes cerca de 40 entidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Minas Gerais. Os anarquistas, apesar de minoritários, dominaram o plenário, aprovando resolução contra qualquer participação política

Em 1905, foi criado o Partido Operário Rio-Grandense, cujo “Manifesto ao operariado gaúcho” exigia um lugar ao sol para o proletariado, citava Marx e ameaçava com a “violência dos usurpados”:

a inevitável reorganização social já se prenuncia na Europa, onde, para efetuar-la, os proletários, precursores do advento da justiça, vão passando da ação apenas doutrinária à luta armada, obrigados a responder à violência dos usurpadores com a violência dos usurpados. [...] O quarto estado precisa, deve e há de fazer valer os seus direitos, influenciando no governo! É mister que ele seja emancipado, porém não esqueçamos que, conforme os ensinamentos do grande mestre Carlos [Karl] Marx, a emancipação do proletariado deve ser obra dele mesmo (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 131).

Entre os anos de 1903 e 1909, ocorreram inúmeras greves e mobilizações operárias em todo o país, como a dos 25 mil cocheiros e carroceiros do Rio de Janeiro (1903), a dos ferroviários paulistas (1905), a dos portuários de Santos (1905) — em solidariedade à Revolução Russa de 1905 —, a greve geral de 21 dias em Porto Alegre (1906), os atos de repúdio ao fuzilamento de Francisco Ferrer na Espanha (1909) etc.

Em 1906, a Federação Operária Regional do Rio de Janeiro realizou, de 15 a 20 de abril, o 1º Congresso Operário do Brasil. Estavam presentes cerca de 40 entidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Minas Gerais. Os anarquistas, apesar de minoritários, dominaram o plenário, aprovando resolução contra qualquer participação política. O congresso ainda aprovou a luta pela jornada de oito horas, a denúncia da guerra e do militarismo, a comemoração pública do Primeiro de Maio e a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), efetivada dois anos depois. Segundo Astrojildo Pereira:

no Congresso Operário de 1906 manifestou-se uma forte corrente favorável à formação de um partido político operário; mas a corrente anarcossindicalista predominou ali de maneira irredutível, com o seu visceral preconceito “antipolítico”. Nasceu, assim, em vez de um partido, a COB [...] o espírito de revolta reinante nas massas de trabalhadores [...] viria a favorecer entre nós o surto do anarquismo, uma vez que o socialismo [...] se apresentava aqui quase sempre sob as vestes do mais frouxo reformismo, que apenas de nome ouvira falar de Marx e do marxismo [...] o anarquismo, sobretudo em sua forma anarcossindicalista, predominou no movimento operário brasileiro durante os anos que vão de 1906 a 1920 (PEREIRA, 1976, p. 34-35).

De 7 a 15 de novembro de 1912, realizou-se no Rio de Janeiro, no luxuoso palácio Monroe, um autodenominado 4º Congresso Operário Brasileiro, organizado e financiado pelo primeiro-tenente e deputado federal Mário Hermes — filho do então presidente da República, marechal Hermes da Fonseca. O assim chamado “congresso dos pelegos” entregou a presidência de honra da recém-fundada Confederação Brasileira do Trabalho ao deputado Mário Hermes, pouco mais se sabendo dela desde então.

Entre 8 e 13 de setembro de 1913, a COB realizou o 2º Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro. Estiveram representados os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Alagoas e Amazonas. O 2º Congresso indicou greve geral revolucionária em caso de guerra externa, condenou o cooperativismo nas entidades sindicais (por “desvirtuar os destinos reais do sindicato”) e assumiu integralmente a orientação anarquista de repúdio à política.

De 1912 a 1916, houve um refluxo das lutas operárias, só retomadas no ascenso de 1917-1919:

Nos anos de 1911 até 1913 passa-se por um certo refluxo, quando os desmantelamentos de sindicatos pela polícia serão acompanhados de legislação mais severa para expulsão de estrangeiros. Daí até 1917 uma relativa baixa do movimento grevista é acompanhada de forte mobilização contra a expulsão de estrangeiros, contra a guerra e o militarismo, contra a carestia que acompanhou os anos de guerra. O ano de 1917 inaugura um novo ascenso e mesmo uma nova fase de massividade do movimento operário (LÖWY, 1980, p. 18).

Apesar disso, em 2 de agosto de 1914, logo após o início da Primeira Guerra Mundial, o operariado de São Paulo fez um ato de protesto contra a guerra, na praça da Sé, apesar da proibição policial. O mesmo foi feito em Santos, onde a sede da Federação Operária foi fechada e diversos dirigentes sindicais foram presos.

No Primeiro de Maio de 1915, ocorreram atos contra a guerra no Rio de Janeiro e São Paulo. Entre 14 e 16 de outubro, a Confederação Operária Brasileira realizou no Rio de Janeiro o Congresso da Paz, com delegações de São Paulo, Pernambuco, Alago-

as, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e representações da Argentina, Portugal e Espanha.

3. O ASCENSO DAS LUTAS OPERÁRIAS EM 1917

Para compreendermos a grande onda grevista de 1917, é preciso analisar — além de suas causas de fundo — a conjuntura em que ela ocorreu. Miguel Bodea, no seu livro sobre a greve geral de 1917, diz que

o grande movimento grevista que se alastrou pelo país em meados de 1917 tem a sua causa conjuntural mais evidente no modo de inserção do Brasil na Primeira Grande Guerra [...] o país transformara-se em um grande fornecedor de gêneros alimentícios às populações civis e às tropas combatentes das nações da “Entente” (BODEA, s.d., p. 21).

Os dados do comércio exterior do Brasil (Diretoria de Estatística Comercial, Rio de Janeiro) nos indicam que entre 1914 e 1917 as exportações brasileiras de gêneros alimentícios aumentaram enormemente. No caso da carne resfriada e do charque, esses aumentos foram de 47 e de 30 vezes, respectivamente. Já a exportação de milho aumentou quase 8 mil vezes, a de arroz, mais de 14 mil vezes, e a do feijão, 21 mil vezes! As consequências foram o desabastecimento da população e a disparada dos preços. Entre 1914 e 1917 os preços praticamente duplicaram (82%), e entre 1914 e 1919 quase triplicaram (185%) (BODEA, s.d., p. 21-22). Esse enorme aumento dos preços ocorreu com salários nominais fixos, o que significou uma piora considerável das condições de vida dos trabalhadores.

Referindo-se a essa mesma conjuntura, Dulles reforça:

Os preços dos gêneros alimentícios continuaram a subir durante os seis primeiros meses de 1917. Artigos de primeira necessidade tendiam a custar de 20% a 150% mais caro do que no ano precedente [...]. O aumento do custo de vida foi o tema dos discursos do Primeiro de Maio de 1917 (DULLES, 1977, p. 47).

A essa difícil situação econômica somou-se o impacto da Revolução Russa de fevereiro de 1917 e o razoável nível de consciência e organização que os trabalhadores já haviam alcançado.

De outra parte, para compreendermos a greve de 1917, é necessário fazer uma rápida análise do desenvolvimento industrial brasileiro nesse início do século XX.

Segundo o censo industrial de 1907, o Distrito Federal contava com 34.850 operários (23,4% do total do país), o estado de São Paulo, com 24.186 operários (16,2%), e o Rio Grande do Sul, com 15.426 operários (10,4%). Ou seja, essas três unidades da Federação tinham 50% do proletariado industrial brasileiro. Após, vinham o Rio de Janeiro, com 13.632 operários (9,15%), e Pernambuco, com 12.042 operários (8,1%) (CARONE, 1996, p. 19). Não estavam incluídos nesses dados os trabalhadores nos serviços públicos, transporte, comércio, bancos, serviços em geral. O Rio de Janeiro respondia



Reprodução

À época do predomínio anarcossindicalista, houve no país intensa agitação operária. Memoráveis greves gerais foram realizadas. Um dos movimentos mais importantes foi a Greve Geral de São Paulo, ocorrida em 1917. Na foto acima, têxteis do Cotonifício Crespi na Mooca, iniciadores da greve geral

por 33% da produção manufatureira do país, São Paulo, por 16%, e o Rio Grande do Sul, por 15%, totalizando 64% do total nacional.

Quanto à sua nacionalidade, a classe operária era bastante heterogênea. Pelo censo de 1920, na cidade de São Paulo, 54,3% dos trabalhadores industriais, de transportes e do comércio eram estrangeiros. Já em Porto Alegre, eles eram apenas 25,3% (BODEA, s.d., p. 24-27). Essa diferença decorria do fato de as imigrações alemã e italiana, no Rio Grande do Sul, datarem de 1824 e 1875, respectivamente, e terem ocorrido nas áreas rurais, fazendo com que a maioria dos operários não fossem imigrantes, e sim filhos ou netos de imigrantes.

Pelas razões acima expostas, o ano de 1917 iniciou prenhe de grandes mobilizações operárias.

Em 18 de abril, a Federação Operária do Rio de Janeiro — após uma maciça assembleia — enviou uma mensagem ao presidente da República contra a eventual entrada do Brasil na guerra e exigindo medidas para enfrentar a crise que esmagava os trabalhadores. No Primeiro de Maio, uma grande massa de trabalhadores desfilou pelas ruas da capital, protestando contra a carestia e clamando por “paz”. Ainda em maio, irromperam greves nas fábricas têxteis do Rio de Janeiro, acompanhadas de comícios, passeatas e choques com a polícia. Em julho de 1917, eclodiu em São Paulo — já então o principal centro industrial do Brasil — a primeira greve geral do país, que logo se estendeu para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

4. A GREVE GERAL DE 1917 EM SÃO PAULO

Em 10 de junho, teve início a greve dos trabalhadores do Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca, na capital paulista, reivindicando aumento de 25%. No dia 15, uma passeata dos grevistas sofreu forte repressão policial. Logo o movimento ganhou a adesão dos operários de diversas fábricas, e o descontentamento se generalizou entre os trabalhadores.

No dia 28 de junho, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo apelou às ligas operárias do interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais para que declarassem boicote, impedindo que o Cotonifício Crespi atendesse a suas encomendas através de fábricas fora de São Paulo. Nesse dia, outra grande manifestação foi reprimida pela polícia quando se dirigia à praça da Sé.

Em 6 de julho, a empresa Nami Jafet concedeu um aumento de 20% aos trabalhadores do dia e de 25% aos da noite. O movimento se disseminou, e logo passaram a ser milhares de grevistas nas ruas. No dia 9 de julho a polícia fechou as sedes de todas as ligas e uniões da cidade e disparou contra os trabalhadores, ferindo gravemente o operário Antonio Martínez. A greve se espalhou por Sorocaba, Campinas, Jundiaí, Santos, Ribeirão Preto, Rio Claro e São Carlos, entre quase todas as categorias industriais. Cresceram os choques com as forças da repressão e a indignação proletária.

No dia 10, o operário Martínez faleceu e a Comissão de Defesa Proletária convocou a população de São Paulo a acompanhar o enterro. Um “mar de gente” acompanhou o cortejo fúnebre, desafiando o aparato policial-militar posto na rua pelo governo. Findo o enterro, uma parte da massa dirigiu-se à praça da Sé, para um ato de protesto. Outra parte da multidão — calculada em milhares de pessoas — dirigiu-se para os bairros do Brás, Mooca, Pari, Barra Funda, Lapa e Cambuci, armou barricadas e forçou o fechamento das empresas que estavam trabalhando. Multidões saquearam armazéns e o comércio cerrou as portas.

Os dias 12 e 13 de julho foram de confrontos abertos, vários armados, entre os trabalhadores e as forças da repressão. Subia a dezenas de milhares o número de trabalhadores em greve. Manifestações de solidariedade chegavam de todas as partes. Sucediavam-se os atos de indisciplina no seio das tropas, causando preocupação às autoridades e aos patrões:

O 1º e o 4º batalhões da Força Pública tornaram-se suspeitos, pois se deram diversos casos de “insubordinação”, isto é, recusa de praticar violências contra os grevistas [...] há deserções na força pública e outros soldados alegam doença para não intervir na repressão contra o povo trabalhador (DIAS, 1962, p. 298-299).

No dia 13 de julho, Crespi e os demais industriais concederam um aumento de 20% ao conjunto dos trabalhadores. Após algumas negociações, além do aumento de 20%, os patrões se comprometeram a não despedir ninguém pela greve, respeitar

o direito de associação, pagar os salários a cada 15 dias e melhorar as condições materiais e econômicas dos trabalhadores. O governo libertou os detidos devido à greve, reconheceu o direito de reunião e comprometeu-se a exercer uma fiscalização rígida das normas trabalhistas e um controle dos preços. No dia 16 de julho, os grevistas aceitaram o acordo.

No dia 18 de julho, “ao comício do largo da Concórdia afluiu uma massa superior a 80 mil almas. Um verdadeiro oceano humano a espriar-se pelo largo até a rua Bresser. Nunca se viu, na cidade, uma concentração tão numerosa, tão comovente e tão conscientemente disciplinada” (DIAS, 1962, p. 303). O comício foi encerrado ao som de “A Internacional”.

5. A GREVE GERAL SE ALASTRA PARA O RIO DE JANEIRO

Ainda em 18 de julho de 1917, o movimento grevista eclodiu no Rio de Janeiro. Iniciado em duas pequenas fábricas de móveis, em solidariedade aos grevistas de São Paulo, se estendeu rapidamente, sob a liderança da Federação Operária do Rio de Janeiro:

Na manhã de segunda-feira, 23 de julho, calculava-se que 50 mil operários estavam em greve. No mesmo dia, cerca de 20 mil operários metalúrgicos deixaram o serviço. À noite, os alfaiates e os entregadores de pão decidiram aderir ao movimento. No dia 24, os sapateiros fundaram a União dos Cortadores de Calçado e exigiram a jornada de oito horas, bem como aumento salarial de 20%. Os grevistas da companhia de tecido América Fabril exigiram aumento de 30% e escolas para as crianças. Os operários de outra companhia têxtil, a Fábrica de Tecidos Aliança, pediram aumento de 30% e o término dos castigos corporais. Bandos de operários percorreram as ruas da cidade. A 24 de julho, enquanto um grupo deles solicitava a adesão de companheiros ao movimento paredista, a polícia investiu contra o mesmo a golpe de espada e patas de cavalo. A multidão, revoltada com esse “ataque” policial, marchou em direção ao largo de São Francisco, carregando uma bandeira vermelha e berrando “Abaixo o capital”. [...] Enquanto isso, outros grupos executavam os primeiros assaltos e depredações. [...] Em 25 de julho, uma força policial dispersou enorme aglomeração nas vizinhanças da Central de Polícia [...] os policiais foram recebidos a pedra, saindo ferido na cabeça o tenente que comandava o destacamento [...] a 26 de julho [...] os operários e patrões das fábricas de calçados chegaram a um acordo com a fixação do salário mínimo de 8\$500 [8.500 reis] [...] os sapateiros retornaram ao trabalho. O movimento grevista, no entanto, ganhou a adesão dos operários de várias fábricas, fortalecida pela do pessoal da limpeza pública. Nos últimos dias de julho, diversos acordos foram efetuados. Os representantes dos operários das fábricas de tecidos, maior dos grupos trabalhistas do Rio, ainda se encontravam em negociações no dia 1º de agosto. Quando, no dia seguinte, entraram em acordo com o Centro Industrial do Brasil, a “greve geral” carioca chegou ao ponto final. O acordo estabelecia a semana máxima

Os confrontos entre operários e policiais prosseguiram no Rio de Janeiro em setembro e outubro, levando as lideranças sindicais — majoritariamente anarquistas — a propor uma greve geral insurrecional, com o objetivo de derrubar o Estado burguês e substituí-lo por conselhos de trabalhadores. Entre os principais organizadores do movimento estavam Astrojildo Pereira, José Elias da Silva e João da Costa Pimenta, que em 1922 viriam a fundar o Partido Comunista do Brasil

de 56 horas e um aumento de 10% dos vencimentos. Os problemas referentes ao dia de oito horas, trabalho de menores e responsabilidade dos patrões nos acidentes de trabalho seriam resolvidos por leis no Congresso Nacional. E nenhum operário seria dispensado por tomar parte na greve (DULLES, 1977, p. 58-59).

6. A GREVE GERAL CHEGA AO RIO GRANDE DO SUL

Diante das greves gerais do Rio de Janeiro e de São Paulo, desde 21 de julho a imprensa porto-alegrense cogitava da iminência da eclosão de uma greve no estado. A Federação Operária do Rio Grande do Sul (Forgs), que naquele momento não era dirigida pelos anarquistas, trabalhou para que a greve não acontecesse:

greve era um caminho que se colocava quase naturalmente por todo o contexto local e nacional, mas não era essa a posição da federação [...] não é surpreendente, portanto, a [...] declaração da Forgs ao *Correio do Povo* de que “não cogita de greve, tendo até mesmo se esforçado junto às associações que lhe são federadas para que esta capital nada venha a sofrer na sua tranquilidade” (PETERSEN, 2001, p. 328-329).

A União Operária Internacional, anarquista, convocou então uma reunião, na Forgs, no dia 29:

Na reunião, com mais de 500 pessoas, nenhum cargo administrativo da Forgs tomou a palavra, e criou-se [...] um órgão sob controle dos anarquistas e dos pedreiros sindicalistas (sem a participação da diretoria da federação). A Liga de Defesa Popular (LDP) estabelece uma pauta de reivindicações e a entrega aos governos municipal e estadual, eximindo, portanto, a Forgs da responsabilidade do movimento (SILVA JR., 1996, p. 188).

Em seguida, a liga lançou uma proclamação ao povo de Porto Alegre:

Povo! Trabalhadores! [...] A Liga de Defesa Popular espera o apoio do povo de Porto Alegre para obter as seguintes melhorias [...]:

- Diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade em geral.
- Providência para evitar o açambarcamento do açúcar.
- Estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preço razoável.
- Criação de mercados livres nos bairros operários.
- Obrigatoriedade de venda do pão a peso e fixação semanal do preço do quilo.
- A Intendência cobrar pelo fornecimento de água 10% sobre os aluguéis cujo valor locativo seja inferior a 40\$000 [40 mil réis].
- Compelir a Companhia de Força e Luz a estabelecer a passagem de 100 réis, de acordo com o contrato feito com a municipalidade.
- Aumento de 25% sobre os salários atuais.
- Generalização da jornada de oito horas.
- Estabelecimento da jornada de seis horas para mulheres e crianças (PETERSEN, 1979, p. 308-309).

Em 30 de julho, a liga enviou um documento ao presidente do estado — Borges de Medeiros — e ao intendente municipal — José Montauray — com as reivindicações aprovadas. No dia 31, em um comício com mais de 5 mil pessoas, foi decretada a greve geral:

Estalou finalmente a *greve* geral, há tantos dias anunciada nesta cidade, e cujos prenúncios se fizeram sentir logo após o movimento *grevista* que na capital da República secundou o de São Paulo. Como era de prever, o operariado, depois do comício realizado ontem à tarde na praça Senador Florêncio, onde diversos oradores pregaram a *greve* geral como único meio de conseguir o decréscimo da carestia da vida, resolveu abandonar o trabalho, tendo muitas fábricas deixado de funcionar ontem mesmo. A agitação nas classes operárias é extraordinária, como se pode notar, desde ontem à tarde, na atitude exaltada de grande número de operários que, em grupos, percorriam as ruas da cidade e estacionavam às esquinas (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 203-204).

Paralisaram suas atividades os calceteiros, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, tecelões, chapeleiros, metalúrgicos, estivadores, choferes, carroceiros, padeiros, tipógrafos, comerciários e trabalhadores em bondes. Os grevistas passaram a ter como porta-voz o jornal *A Época*, editado por Zenon de Almeida, que anos depois seria um dos organizadores do Partido Comunista do Brasil:

Zenon de Almeida teve papel destacado na série de greves de 1917, integrando seu grupo dirigente. “Foram greves violentas, com depredações, incêndios e atentados à bomba”, lembra seu filho. [...] Zenon foi um dos editores de *A Época*, porta-voz da Liga de Defesa Popular, entidade que assume o comando da capital, enquanto governo, brigada e polícia enfiam o rabo entre as pernas nos seus respectivos redutos [...] com Geyer e Djalma, aperfeiçoou um detonador que transformasse a dinamite em granadas de mão [...] conseguiram um petardo que, em 1917, apavorou a brigada, tirando-lhe a iniciativa (MARÇAL, 1995, p. 38).

Uma testemunha da época reproduz bem o clima da greve:

Invadindo e dominando todas as grandes companhias, estabelecimentos e várias classes sociais, algumas levadas à força, pelo temor de represálias tremendas que os *grevistas* prometiam [...] esse movimento assumiu proporções desmesuradas, paralisou totalmente a vida da cidade, sem luz nem pão, sem leite nem carne, sem legumes nem frutas, sem bondes nem carros, sem automóveis nem carroças [...] *grevistas* que chegaram à petulância irrisória de colocar destacamentos seus, vigilantes e ameaçadores, em determinadas embocaduras e encruzilhadas, para impedir que os vendedores ambulantes dos artigos imprescindíveis de consumo diário pudessem chegar ao mercado ou casas dos fregueses. Houve até um simulacro caricato de governo que expediu salvo-condutos a determinados indivíduos para poderem transitar livremente. Dispondo de numerosa gente espalhada aqui e acolá em grupos de catadura menos tranquilizadora, foram a reprováveis atos de violência [...]. A cidade semblava uma praça de guerra, preparada para o combate. Em todos os recantos suspeitos, os pelotões de infantaria, embalados, estacionavam previdentes: patrulhas de cavalaria cruzavam constantemente numa atividade formidável. [...] Os comícios e assembleias operárias eram frequentes e numerosas, a linguagem tribunícia, inflamada, excessiva, abundantíssima; as exigências, enormes; as imposições, demasiadas e inaceitáveis; a cólera, exacerbada e perigosa (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 204-205).

No dia 2 de agosto, Borges de Medeiros reduziu a jornada e concedeu aumentos salariais de 5% a 25% aos trabalhadores do estado, além de tomar medidas de controle das exportações de arroz, banha, batatas, feijão e farinha. Mas, como o governo municipal não tomou medidas para controlar os preços nem os patrões reduziram a jornada de trabalho ou deram aumento salarial, a greve prosseguiu.

No dia seguinte, o intendente municipal tabelou os preços do arroz, açúcar,

banha, cebola, salame, ovos, erva-mate, leite, manteiga, massa branca, milho, fósforos, polvilhos, pão, sal, charque, querosene, sabão e vela de sebo e editou normas para a venda da carne. Os patrões, pressionados pelos trabalhadores e pelo governo, aceitaram a jornada de oito horas e deram aumentos de 25% para a maioria das categorias.

Um grande comício, no dia 5 de agosto, encerrou a “guerra dos braços cruzados”, mas algumas categorias permaneceram em greve, até terem as suas reivindicações atendidas.

Já os ferroviários, enfrentaram enormes dificuldades. Dia 31 de julho, a greve eclodiu em Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Gravataí, Passo Fundo, Cacequi, Rio Pardo e Couto. A concessionária belga da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) negou-se a atender às demandas dos grevistas — jornada de oito horas, semana inglesa, aumentos salariais de 10% a 30% — e pediu a intervenção das tropas da 7ª Região Militar:

No dia 2 de agosto o general Carlos Frederico de Mesquita comanda a ocupação da estação de Santa Maria. Em represália os grevistas arrancam trilhos, derrubam pontes e bloqueiam a via com dormentes e postes telegráficos em vários pontos do estado. Alguns trens passam a circular guarnecidos por tropas. Em Passo Fundo há violentos choques entre ferroviários e forças militares (BODEA, s.d., p. 34).

No dia 9 de agosto a greve foi suspensa sem que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas. Mas em 17 de outubro de 1917 os ferroviários retomaram a luta, através de uma greve ainda mais violenta e prolongada. Operários armados invadiram a estação de Santa Maria, danificaram locomotivas e as fizeram se chocar, paralisando completamente o tráfego. A greve se espalhou por todo o estado, com uma violência inaudita. Trilhos eram arrancados, linhas telegráficas, cortadas, pontes, destruídas. Novamente as tropas foram mobilizadas, e trens guarnecidos por militares voltaram a circular:

Os insurretos apedrejaram estações, quebraram vidros, dinamitaram pontes, arrancaram trilhos, atacaram trens a tiros de revólveres, tentaram demolir importantes obras de arte, entraram em sérios conflitos, desrespeitaram a força armada, autoridades e os funcionários seus dirigentes. Não houve embaraços que não opusessem para impedir o tráfego oficial, com maquinistas e guarnição do Exército e Brigada Militar, que diligenciavam para não serem de todo interrompidas as viagens dos trens, permitindo assim o transporte de forças que deviam acudir apressadas aos pontos de maior agitação, no intuito de obstar às depredações constantemente praticadas pelos tresloucados *grevistas* (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 206).

Em Santa Maria cresceu a violência: “Em choques de rua, após comício na praça Saldanha Marinho, no dia 21 de outubro, uma patrulha do Exército atira sobre os manifestantes: há um morto e 29 feridos” (BODEA, s.d., p. 60). A Forgs ameaçou, então, com uma greve geral no estado, caso as reivindicações dos ferroviários não fos-

sem atendidas. No dia 31, Borges de Medeiros forçou a empresa a conceder aumentos de 10% a 15% e a acatar boa parte das reivindicações dos grevistas. Três anos depois, em 1920, a empresa foi estatizada.

Além da paralisação estadual dos ferroviários, a greve geral se alastrou para outras cidades do interior, como Pelotas, onde foi deflagrada no dia 4 de agosto, obtendo ampla adesão. No dia 10 de agosto, uma passeata dos trabalhadores foi violentamente reprimida, com diversos feridos. À noite, na sede da Liga Operária, a polícia atacou novamente e os operários resistiram. Na refrega, um funcionário da Intendência Municipal foi gravemente ferido, vindo a falecer poucos dias depois, e o cavalo do próprio chefe de polícia foi morto a tiros. Após muita luta os grevistas foram desalojados. A greve prosseguiu e só foi encerrada em meados de agosto, com a promessa de redução no preço dos gêneros de primeira necessidade.

7. A GREVE GERAL DE 1917 EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco, a onda grevista chegou em setembro. No dia 4, os trabalhadores da construção civil do Recife — liderados pelo Sindicato dos Ofícios Vários — declararam-se em greve, reivindicando aumento de 50% nos salários, jornada de oito horas e garantia de 70% do valor da diária para os acidentados. Paralisaram suas funções pedreiros, marceneiros, carpinas, carpinteiros, pintores e serventes. Logo se somaram a eles cigarreiros, carvoeiros, estivadores, barraqueiros, trabalhadores em estaleiros, condutores de bondes etc.

A repressão do governo e dos patrões não se fez esperar: o presidente do Sindicato dos Ofícios Vários, José Minhocal, foi preso e mantido incomunicável, e o presidente da omissa Confederação Operária de Pernambuco, João Cândia, foi usado para desarticular o movimento. A sede do sindicato foi interdita, e os grevistas, atacados pela polícia e por tropas do Exército. Mesmo assim, a greve se expandiu para outras cidades, entre elas Jaboatão e Morena. Algumas categorias — como os carvoeiros e os estivadores — conseguiram acordos parciais, mas em 15 de setembro a greve foi encerrada (MOREIRA, 2005, p. 45-70).

8. A INSURREIÇÃO ANARQUISTA DE 1918

O ano de 1918 iniciou-se com a divulgação de notícias sobre a Revolução Russa, o que despertou grande entusiasmo entre os trabalhadores. Em março foi fundada a União Geral dos Trabalhadores, que substituiu a Federação Operária do Rio de Janeiro, interdita em agosto de 1917.

No Primeiro de Maio, foi decretado o estado de sítio no Rio de Janeiro e os trabalhadores tiveram de comemorar a sua data em recintos fechados. Em uma reunião com 3 mil trabalhadores, foi aprovada uma moção em que o proletariado carioca manifestava a “sua profunda simpatia pelo povo russo, nesse momento em luta aberta

e heroica contra o capitalismo” (PEREIRA, 1976, p. 48). Ainda em maio, foi deflagrada uma greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos Corcovado, duramente reprimida.

Em agosto de 1918, eclodiu a greve da Companhia Cantareira e Viação Fluminense — que operava os bondes e as barcas do transporte entre o Rio e Niterói —, à qual aderiram diversas categorias. Parte da tropa enviada para reprimir o movimento apoiou os grevistas e ocorreram violentos choques armados:

Bandos enormes de populares [...] bateram-se com a polícia e forçaram os estabelecimentos comerciais a cerrar as portas, aos gritos de “Fecha, fecha!”. Na noite de 6 de agosto, por duas vezes a cavalaria da polícia dispersou a golpes de sabre a multidão. Depois de vários soldados do 58º Batalhão de Caçadores do Exército [...] passarem para o lado da multidão [...], uma grande massa humana, polvilhada de soldados do 58º Batalhão, lançou gritos de “Morra!” à polícia e aos “poderes constituídos”, de “vivas” ao “anarquismo” e ao “internacionalismo”. A carga de espada da cavalaria policial resultou em tiroteio entre a polícia e a multidão. Esgotada a munição, a cavalaria se retirou e tomou-lhe o lugar um contingente de infantaria da polícia estadual, que trocou tiros com soldados do Exército. Cerca de 12 policiais e um número desconhecido de soldados e populares saíram feridos. Duas pessoas morreram no local: Nestor Pereira da Silva, soldado do 58º Batalhão, e José Oliveira do Amaral, civil. [...] Durante o enorme cortejo fúnebre [...], as autoridades não deixaram nenhum operário falar. [...] Recebeu-se, no enterro, a notícia do falecimento de Antonio Lara França, um cabo do 58º Batalhão que fora gravemente ferido na luta de 7 de agosto (DULLES, 1977, p. 65-66).

Os confrontos entre operários e policiais prosseguiram no Rio de Janeiro em setembro e outubro, levando as lideranças sindicais — majoritariamente anarquistas — a propor uma greve geral insurrecional, com o objetivo de derrubar o Estado burguês e substituí-lo por conselhos de trabalhadores. Entre os principais organizadores do movimento estavam Astrojildo Pereira, José Elias da Silva e João da Costa Pimenta, que em 1922 viriam a fundar o Partido Comunista do Brasil. Foi marcada a data de 18 de novembro para a insurreição.

Nessa data, os operários da indústria têxtil iniciaram uma greve no Rio de Janeiro, Niterói, Magé, Petrópolis e Santo Aleixo, que teve a adesão dos trabalhadores da construção civil e metalúrgicos:

Os primeiros a entrar na luta foram 25 mil tecelões, que exigiam aumento de salário e o direito de criar livremente sindicatos. Segundo o plano elaborado por um comitê revolucionário especialmente criado, a greve deveria transformar-se em rebelião armada. Os sindicalistas revolucionários e os anarquistas, que participavam desse comitê, decidiram que o sinal para a rebelião seria uma reunião geral dos proletários, em uma das praças da capital. Depois deveriam invadir depósitos militares e apreender armas [...] em seu meio infiltrou-se um provocador, que comunicou à polícia a rebelião em preparação. Na véspera da rebelião, na noite de 17 para 18 de

Foi nesse contexto de impotência e de fracasso do anarquismo na condução da luta contra a exploração capitalista que eclodiu a Revolução Russa, dirigida pelo Partido Bolchevique, a qual conduziu o proletariado ao poder, em aliança com o campesinato. A influência desse acontecimento sobre a vanguarda operária brasileira foi enorme. Os “dogmas” anarquistas contra o “partido em si” e contra o “Estado em si” — sem ter em conta o seu caráter de classe — caíram por terra!

novembro de 1918, a polícia prendeu vários membros do comitê revolucionário. Os grupos de operários que se reuniram pela manhã em uma das praças foram dissolvidos pela polícia. A rebelião armada fracassou [...] em alguns bairros os operários começaram, de acordo com o plano, a construir barricada, mas logo foram obrigados a recuar. Somente nos arredores do Rio de Janeiro, os trabalhadores de Magé, rebelando-se, proclamaram a República Operária, que durou alguns dias. Os revolucionários tentaram mesmo tomar sob seu controle as fábricas, porém destacamentos policiais afogaram em sangue a República Operária — a primeira tentativa dos operários de tomarem o poder em suas mãos. [...] Muitos operários foram mortos e presos [...] os acontecimentos de novembro de 1918 demonstraram com toda a evidência que se havia acumulado, nas fileiras do movimento operário, uma grande energia revolucionária, e que espontaneamente os operários eram atraídos a métodos mais revolucionários de ação e que o antagonismo entre o capital e o trabalho havia crescido de maneira excepcional. A questão estava apenas em organizar e dirigir corretamente essa luta. Os sindicalistas mostraram sua incapacidade para continuar desempenhando o papel dirigente. O proletariado brasileiro viu-se diante da necessidade de elaborar uma nova orientação e criar um partido político de tipo bolchevique (KIVAL, 1982, p. 149-151).

A insurreição anarquista fracassou e foi duramente reprimida. No dia 20, fo-

ram fechadas as sedes dos sindicatos dos têxteis, dos trabalhadores da construção civil e dos metalúrgicos. A UGT foi dissolvida por decreto federal. Mesmo assim, a greve se manteve por duas semanas, antes de ser derrotada.

9. AS GRANDES GREVES DE 1919

Em 13 de março de 1919, em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, eclodiu uma greve — dirigida pela Liga Comunista de Livramento — nos frigoríficos Armour, exigindo aumento salarial, jornada de oito horas, pagamento em dobro das horas extras e aos domingos. Os patrões se mantiveram intransigentes e o movimento se alastrou para os frigoríficos Wilson, com diversas manifestações de rua. A população — inclusive da vizinha cidade uruguaia de Rivera — passou a apoiar os grevistas. Ao lado, na cidade de Rosário do Sul, a polícia multiplicou as prisões, para que a greve não atingisse os frigoríficos Swift. No Primeiro de Maio, realizou-se uma grande manifestação de rua: “Nessa mesma data, a direção dos frigoríficos Armour e Wilson publicou um boletim reduzindo de dez para nove horas o trabalho diário e aumentando em 10% o salário dos trabalhadores por hora. O movimento estava vitorioso.” (MARÇAL, s.d.[a], p. 2-4).

No Rio de Janeiro, foi realizado um grande ato de Primeiro de Maio, com mais de 60 mil trabalhadores, e vários oradores falaram em nome do “Partido Comunista”. O mais aplaudido foi o operário José Elias da Silva, que três anos depois participaria da fundação do Partido Comunista do Brasil.

No dia 2 de maio, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Rio de Janeiro “decretou” a jornada de oito horas, que acabou se impondo aos patrões. No dia 7 de maio, diversas categorias entraram em greve, e no dia 18, mais de 10 mil trabalhadores estavam paralisados, obtendo diversas conquistas.

Também em 2 de maio, teve início em São Paulo uma greve geral que em poucos dias paralisou mais de 50 mil trabalhadores, abrangendo operários de fábricas têxteis de São Paulo, São Caetano e São Bernardo e trabalhadores em padarias, artes gráficas, ateliês de costura, fundições, serrarias, frigoríficos e outros:

O movimento se estendeu a outras cidades do estado, de maneira bem mais significativa do que acontecera em 1917. [...] Em São Bernardo do Campo, ao sul da capital, o operário Constante Castellani foi morto por uma bala do destacamento policial que fizera fogo para dispersar uma aglomeração de grevistas (DULLES, 1977, p. 73-74).

O movimento grevista obteve vitórias parciais, como redução da jornada de trabalho e aumento salarial.

Nos meses seguintes, eclodiram greves em Rio Grande, Porto Alegre, Recife, Salvador, Niterói e Curitiba. Examinaremos alguns desses movimentos grevistas.

Em 5 de maio, eclodiu no porto de Rio Grande uma greve geral, que envolveu trabalhadores do frigorífico Swift, das obras do Porto Novo, estivadores, motorneiros,

trabalhadores em serviços de esgoto, operários das fábricas Leal Santos, da cervejaria Schmidt, da Poock, da Ítalo-Brasileira, da União Fabril, de oficinas mecânicas, da viação férrea, marinheiros etc. As principais reivindicações eram a jornada de oito horas, horas extras com 50% de acréscimo, aumentos salariais e fiscais nomeados pela estiva.

Em Porto Alegre, no mês de julho,

desfraldando a bandeira da jornada de oito horas [...] os metalúrgicos deflagraram a maior greve já feita por uma categoria de trabalhadores no Rio Grande do Sul. Ficaram de braços cruzados de 13 de julho a 18 de agosto de 1919 e só voltaram ao trabalho depois da vitória de seu movimento (MARÇAL, 1985, p. 49).

No decorrer do mês de agosto, a greve dos metalúrgicos gaúchos adquiriu um caráter geral, paralisando milhares de trabalhadores de Porto Alegre. No dia 7 de setembro a polícia reprimiu violentamente um comício dos grevistas em frente à prefeitura:

No dia 7 de setembro, 5 mil dos 9 mil trabalhadores de Porto Alegre estavam em greve pacífica. [...] A polícia [...] proibiu a realização do comício planejado pelos grevistas. [...] Quando o número dos presentes se elevava a cerca de 500, irrompeu o tiroteio [...] tropas da Brigada Militar, sob as ordens do governador, invadiram as sedes da Federação Operária, do Sindicato dos Operários da Light e da União Metalúrgica. Seus dirigentes foram desarmados e encarcerados (DULLES, 1977, p. 94-95).

10. DIVERSAS LIDERANÇAS OPERÁRIAS SE DECLARAM “COMUNISTAS”

A brutal repressão não conseguiu refrear a disposição de luta do movimento operário ou deter a elevação de seu nível de consciência, que, sob influência da Revolução Russa, começou a assumir novas formas. Assim, multiplicaram-se os grupos “comunistas” e “maximalistas”: “Surgem novos grupos anarquistas empregando o vocábulo *comunista* na sua denominação. Esse foi o caso da Liga Comunista de Livramento (1918) e do Centro Comunista de Passo Fundo (1918)” (PETERSEN, 1979, p. 208).

No fogo da luta, os trabalhadores trataram de avançar sua organização. Em 9 de março de 1919, é fundado o Partido Comunista do Rio de Janeiro, aberto para “anarquistas, socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social”. Em 16 de junho, foi criado o núcleo de São Paulo do Partido Comunista.

Em 21 de junho, iniciou-se no Rio de Janeiro a Primeira Conferência Comunista do Brasil, na verdade uma reunião de todo o movimento anarquista do país. Presentes, 22 delegados, representando “comunistas” do Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Devido à repressão, a conferência se reuniu nos dias 22 e 23 em Niterói. Mas o encontro se encerrou sem chegar a um acordo sobre o programa do novo partido, delegando ao grupo de São Paulo a tarefa de elaborá-lo.

Esse partido comunista possuía uma contradição insolúvel: por um lado, era formado na sua imensa maioria por “libertários” convictos; por outro, constituía-se

em “partido” (o que era a própria negação do “apoliticismo” anarquista) e era um entusiasta defensor da Revolução Russa, na qual a classe operária havia baseado na prática as questões da “tomada do poder” e da formação de um “Estado proletário” (o que era inaceitável para a concepção anarquista). Isso só poderia levar — como levou — à sua total inoperância.

A solução dessa contradição só se deu em 1922, depois que o anarquismo diferenciou-se e cindiu-se. De um lado, os que se mantiveram fiéis ao anarquismo, contrários a toda ação política e progressivamente antissoviéticos. De outro, os que romperam com o anarquismo, aderiram ao marxismo-leninismo (apesar de incompreensões) e se mantiveram fiéis à Revolução Russa. Entre 1920 e 1922, ocorreu no movimento sindical uma intensa luta ideológica entre “anarquistas” e “maximalistas” ou “comunistas”, amadurecendo as condições para o surgimento de um verdadeiro partido comunista.

11. A FALÊNCIA TEÓRICA E PRÁTICA DO ANARQUISMO

Em março de 1920, ocorreu a greve dos trabalhadores da Leopoldina Railway — abrangendo o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais — e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, ambas derrotadas por uma brutal repressão.

De 21 a 25 de março de 1920, realizou-se em Porto Alegre o Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, durante o qual a cisão entre anarquistas e comunistas fica clara. O anarquista Friedrich Kniestedt relata:

no segundo dia o delegado dos metalúrgicos, C. Tofle, apresentou um pedido de resolução para que a Federação do Rio Grande do Sul declarasse sua adesão à Terceira Internacional, em Moscou. Esse pedido foi apoiado por Abílio de Nequete e outros. Esses senhores queriam transformar a organização puramente sindical [...] em um campo de batalha político. [...] Mas eu consegui que essa questão ficasse para o terceiro dia e este foi fatal para os adeptos da Terceira Internacional. O pedido deles foi rejeitado (GERTZ, 1989, p. 131).

Entre 23 e 30 de abril de 1920 — no contexto do descenso das lutas operárias — reuniu-se no Rio de Janeiro o 3º Congresso da COB, com 150 delegados que representavam 39 organizações da capital federal e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Amazonas (RODRIGUES, 1979, p. 161-185).

José Elias da Silva e João da Costa Pimenta faziam parte da sua coordenação, e Astrojildo Pereira participou com direito à palavra, representando a *Voz do Povo*. Assim como os anteriores, o 3º Congresso Operário optou pelo “método federativo”, tão apreciado pelos libertários. A filiação à Internacional Comunista foi descartada, por não ser esta “uma organização genuinamente sindical”, e o 3º Congresso limitou-se a

enviar-lhe uma moção de “congratulações”. Em vez de se confiarem suas resoluções à COB, foi criada uma comissão executiva do 3º Congresso, tendo um secretário-geral — Edgard Leuenroth —, um tesoureiro e cinco secretários itinerantes, entre eles José Elias, que pouco depois assumiu a secretaria-geral, devido à enfermidade de Leuenroth (DULLES, 1977, p. 108-116).

Após o 3º Congresso Operário Brasileiro, ocorreu um dismantelamento das organizações operárias e de sua imprensa. Contribuiu para isso a forte repressão policial, as leis antianarquistas, o desemprego e a incapacidade do anarquismo em dar respostas corretas às exigências da nova fase de lutas que se iniciava:

As grandes greves e agitações de massa do período 1917-1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914-1918 e pela vitória da revolução operária e camponesa na Rússia) abria perspectivas favoráveis a radicais transformações na ordem política e social dominante. A constatação desse fato [...] levou diretamente à organização dos primeiros grupos comunistas [...] passo inicial para a formação do Partido Comunista (PEREIRA, 1976, p. 51-52).

Em outubro de 1919, fracassou outra greve geral em São Paulo, liderada pelos anarquistas. Diversos trabalhadores foram presos e despedidos, outros, deportados para o exterior ou outros estados. O anarquismo deixava claros os seus limites enquanto concepção orientadora da luta dos trabalhadores:

a recusa em considerar a organização necessária ao proletariado para a luta política contra o Estado; a negativa em organizar a classe em partido próprio, com vistas à tomada revolucionária do poder; o apego absoluto à chamada “resistência anticapitalista”, que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; a exaltação das formas espontâneas de luta, de ações voluntaristas e heroicas, individualizadas e desvinculadas das massas; enfim, esses aspectos da teoria e prática dos anarquistas, revelaram o impasse e o beco sem saída a que foi levado o movimento operário no Brasil nesse final dos anos 10 [...] as ações do movimento anarquista não superaram a espontaneidade economicista (SEGATTO, 1987, p. 85-86).

No final de 1920, início de 1921, ainda ocorreram algumas greves, como a dos estivadores de Santos e dos marítimos do Rio de Janeiro, com o apoio dos trabalhadores marítimos do Recife e do sul do país. A sede da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro — que preparava uma greve geral de solidariedade aos marítimos — foi invadida e diversos operários foram presos, após um conflito armado. O fracasso dessa greve geral intensificou o refluxo do movimento operário:

O ano doloroso da vazante foi 1921. Os trabalhadores estavam vencidos. Nos sindicatos, reduzidos a esqueleto, ficou apenas uma pequena vanguarda. Essa vanguar-

Em 1921, surgiu no Rio de Janeiro o Grupo Clarté, defensor da Revolução Russa, do qual faziam parte Everardo Dias, Cristiano Cordeiro, Joaquim Pimenta, Afonso Schmidt, Lima Barreto, Agripino Nazareth, Leônidas Resende, Evaristo de Moraes, Pontes de Miranda, Paulo de Lacerda, Maurício de Lacerda e Antônio Figueiredo

da continuou a defender os ideais da luta proletária. Meditou nas lições da derrota. Compreendeu que a maior parte da culpa cabia às ideias e aos métodos anarquistas e anarcossindicalistas. Compreendeu que eram necessários nova ideologia e novos métodos. [...] No seio da classe operária predominavam, então, duas correntes. Uma, oportunista de “esquerda”, com o anarquismo e o anarcossindicalismo. A outra, oportunista de direita [...], com o reformismo apodrecido e policial [...]; os anarquistas e anarcossindicalistas não poderiam triunfar. Nem dirigir nenhuma revolução. Falta-va-lhes o conhecimento das noções preliminares. Quais? A teoria da luta de classes. A necessidade do Estado proletário, de transição. O estudo da situação objetiva. A análise da correlação de forças em cada momento dado. [...] Os avanços e recuos. A ofensiva e a defensiva. A luta legal e a ilegal. A luta no parlamento e a luta extraparlamentar. A combinação dessas formas de luta e de muitas outras. [...] O anarquismo pregava a revolução. Mas não tinha nenhuma ideia concreta da revolução. Não compreendia suas etapas. Nem suas forças motrizes. Nem o papel do proletariado. Nem a aliança com os camponeses. Reduziu, de fato, a luta dos operários à luta econômica e sindical. [...] O anarquismo era uma corrente individualista *pequeno-burguesa*. Não admitia nenhum partido. Negava, de fato, a política [...]. Não tinha disciplina. Nem organização (BRANDÃO, 1978, p. 209-210).

Apesar das limitações do anarcossindicalismo, a avaliação cuidadosa do seu papel nos faz concordar com a opinião do historiador soviético Boris Koval:

Diferentemente do anarquismo clássico (bakunismo) o anarcossindicalismo adotou algo do marxismo (o ensinamento sobre a luta de classes) [...] e apoiava-se nos sindicatos, como forma fundamental de organizações da luta proletária. [...] Assim, no final do século XIX, início do século XX, surgiu [...] no movimento operário uma nova

corrente combativa — o sindicalismo revolucionário, que na prática era a encarnação da luta proletária nos limites da forma ideológica pequeno-burguesa. Desde os primeiros dias de seu surgimento o sindicalismo revolucionário levou a uma rápida animação do movimento operário e antes de mais nada da luta grevista, dando uma contribuição essencial à formação dos sindicatos. [...] A atuação dos operários tornou-se mais consciente e organizada, fortaleceu-se o sentimento de solidariedade de classe, em vários casos chegou-se a choques armados com a polícia e tropas. [...] Livre da influência direta do oportunismo da II Internacional, a classe operária do Brasil deu sua contribuição à luta das forças internacionalistas de esquerda, encabeçadas pelos bolcheviques russos, contra o social-chauvinismo e o capitulacionismo [...] pode-se concluir que antes do surgimento da corrente marxista e da fundação do Partido Comunista o sindicalismo revolucionário desempenhou um papel positivo [...] não se transformou imediatamente em freio no caminho do desenvolvimento do movimento operário. Inicialmente, os sindicalistas exerceram uma influência até mesmo positiva, despertando os operários para a tomada de consciência do novo regime explorador burguês, para a luta (ainda que espontânea e limitada) por seus direitos econômicos e políticos. Durante anos, os sindicalistas foram, no Brasil, a única força revolucionária a conclamar o proletariado à luta e a dirigir essa luta. [...] Desse ponto de vista, o sindicalismo revolucionário no início do século XX desempenhou no Brasil um papel positivo, ativando a luta do proletariado e desse modo contribuindo para sua formação como classe independente. (KOVAL, 1982, p. 99-118).

Entretanto, ou a classe operária brasileira avançava, ou sofreria uma derrota histórica. Ela tratou de avançar.

12. A FUNDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

O exame cuidadoso do surgimento do PC do Brasil nos leva a rejeitar a visão simplista dos que veem a sua criação como algo alheio ao amadurecimento objetivo da vanguarda operária brasileira e da luta de classes e como uma criação artificial da Internacional Comunista e do “dedo de Moscou”.

Em primeiro lugar, é inegável que o surgimento do Partido Comunista do Brasil esteve diretamente ligado às grandes mobilizações operárias de 1917-1920 e à sua derrota, causada pela incapacidade da liderança anarquista em dar um rumo correto a essas lutas.

Foi nesse contexto de impotência e de fracasso do anarquismo na condução da luta contra a exploração capitalista que eclodiu a Revolução Russa, dirigida pelo Partido Bolchevique, a qual conduziu o proletariado ao poder, em aliança com o campesinato. A influência desse acontecimento sobre a vanguarda operária brasileira foi enorme. Os “dogmas” anarquistas contra o “partido em si” e contra o “Estado em si” — sem ter em conta o seu caráter de classe — caíram por terra!

Aos poucos, se deu um processo de diferenciação no movimento anarquista, em que cresceu a corrente *anarcobolchevista*, da qual saíram diversos fundadores do PC do Brasil em 1922. A passagem de uma parte dos líderes anarquistas para o campo do antissovietismo também acelerou esse processo.

Um terceiro fator fundamental para o surgimento do Partido Comunista foi o crescimento e a concentração da classe operária, por conta da aceleração da industrialização do país durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo o censo de 1920, o operariado industrial brasileiro chegava a 300 mil trabalhadores. Se a eles acrescentamos os assalariados em transporte, comércio, serviços portuários etc., chegaremos a cerca de 1 milhão de proletários urbanos no Brasil, à época. Os três estados de maior concentração proletária eram São Paulo (28,3%), Rio de Janeiro (24,6%) e Rio Grande do Sul (8,3%).

A classe operária era composta principalmente por trabalhadores da indústria têxtil (40,7%) e alimentícia (18,8%), somando quase 60% dos operários. Desses, 13% estavam em empresas com até nove operários, 17%, em empresas com dez a 49 operários, e 70%, em empresas com 50 ou mais operários. No Rio de Janeiro, trabalhavam em empresas com mais de cem operários 67% do total; em São Paulo, 64%; no Rio Grande do Sul, 52%. O que nos mostra que boa parte da classe operária brasileira já era de fato fabril:

É também interessante comparar o nível de concentração da classe operária no Brasil e na Rússia czarista, especialmente a porcentagem de trabalhadores ocupados nas empresas com mais de cem operários cada [uma]: na Rússia de 1910 — 80%; no Brasil de 1920 — 61,1%. Mas isso ainda não significa que na Rússia o grau de concentração do proletariado era superior [...] o grau de concentração do proletariado industrial no Brasil era consideravelmente superior: o número médio de operários nas empresas desse grupo na Rússia era de 53 operários, e no Brasil, 331, ou seja, seis vezes maior (KOVAL, 1982, p. 130).

No Rio Grande do Sul, é preciso considerar ainda a influência dos movimentos operários da Argentina e do Uruguai, onde os partidos comunistas foram criados em 1918 e 1920, respectivamente. Lá os PCs surgiram de fortes partidos socialistas, diferentemente do Brasil. Em uma fronteira permeável ao contrabando e à migração, eram comuns a circulação de ideias e de publicações marxistas e as ações de solidariedade proletária:

Em Rio Grande [Abílio de Nequete] encontrou vários endereços do exterior e alguma bibliografia. De volta a Porto Alegre escreveu a Buenos Aires, de onde recebeu o semanário *Internacional* e *Documentos del Progreso*, e através desses encontrou vários livros. Assim, através da viagem recomendada pelos anarquistas, Abílio de Nequete encontrou bibliografia preciosa para o seu objetivo de convencer os camaradas a se afastarem do anarquismo (ROSITO, 1972, p. 8).

Em 1917, foi criada pelo eletricista Hermogêneo da Silva, na cidade de Cruzeiro, São Paulo, a União Operária 1º de Maio, que existiu até o congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, no qual Hermogêneo foi um dos nove delegados.

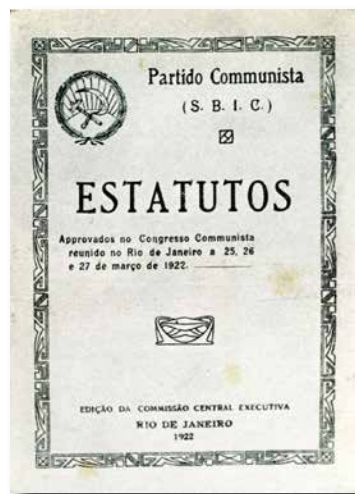
Também no Rio Grande do Sul surgiram diversos grupos “comunistas”:

em 1918, aos 28 anos de idade, Santos Soares fundou [a,] e se colocou à frente da Liga Comunista de Livramento. Essa foi a primeira organização comunista do Rio Grande do Sul. A primeira medida da liga foi publicar um jornal, que efetivamente circulou em vários números e foi disputado pelos trabalhadores. A sede da liga comunista foi assaltada pela polícia. Mas ela existiu até a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. [...] A fundação da Liga Comunista de Santana do Livramento não foi um fato isolado. Com pequena diferença de tempo, surgem organizações semelhantes em diversos pontos. Funda-se um centro em Passo Fundo. [...] Os trabalhadores de Rio Grande inscrevem na fachada da União Operária o lema “Operários de todos os países, uni-vos” [...]. Essa iniciativa de fundar ligas e círculos comunistas é uma demonstração da necessidade que os trabalhadores sentem do partido. A atuação de Santos Soares está na própria raiz da organização do partido comunista no Rio Grande do Sul (MARÇAL, 1986, p. 120-121).

Em 1918, Abílio de Nequete — um dos dirigentes da greve de 1917 —, Francisco Merino e Otávio Hengist criaram a União Maximalista de Porto Alegre, que, diz Astrojildo Pereira, foi o primeiro grupo comunista do Brasil: “A mais antiga dessas organizações era a União Maximalista, de Porto Alegre, fundada em 1919 [sic] e que em 1921, atendendo ao apelo do grupo carioca, converteu-se no Grupo Comunista de Porto Alegre e como tal contribuiu em larga medida para a fundação do partido” (PEREIRA, 1976, p. 71).



◀ Casa na rua Visconde do Rio Branco, número 651, Niterói (RJ), onde ocorreu a 3ª sessão do 1º Congresso do Partido Comunista, em 27 de Março de 1922



▶ Capa dos primeiros estatutos do Partido Comunista

Em 1º de novembro, a União lançou o seu “Manifesto aos operários”:

Operários! Invadi essas casas arejadas e habitai-as sem discussão, porque foram construídas por vossas próprias mãos. Destruí, duma vez para sempre, o capricho dessa corrompida sociedade, que tem por objetivo aniquilar-vos. Apoderaí-vos desses depósitos de produtos alimentícios e alimentai-vos deles sem receio, porque eles são o produto de vosso labor, são portanto legitimamente vossos e não de seus atuais detentores, vossos fidalgais [figadais] inimigos, os quais há séculos consomem sem produzir coisa alguma. — Ponhamo-los fora de nossa comunhão, só lhes [os] aceitando quando se apresentassem [se apresentem] como de fato produtores. Operários!, apoderaí-vos de tudo o que encontrardes depositado em tecidos e calçados e vesti-vos, porque se não fora as vossas mãos, nada disso haveria. Operários!, mais um impulso e a burguesia do mundo cairá. Tende em mira o impulso “maximalista”, bastando ali a vontade dos operários e soldados, para pôr por terra não só a secular tirania dos Romanovs como também seu satélite, a *democracia kerenskina*. Operários!, basta de indolência, saibas [sabei] de uma vez para sempre que o mundo só deve ser daqueles que produzem; e todo aquele que não produz é parasita [...]. Operários!, vós unidos derrubareis esse carcomido edifício da burguesia, edificando em seu lugar o da razão, da harmonia e da igualdade, que consiste em cada qual dar o que pode, levando o que necessita. Operários!, [...] o maximalismo era triunfante na Rússia e, segundo as últimas informações, já está invadindo os impérios centrais, começando pela Bulgária, já bate no trono dos Hohenzollern... Estejais [Estai] pois alertas, porque ele há de vir até cá... muito breve talvez, a despeito de todos os arreganhos... (BANDEIRA, 1980, p. 336-338).

Em 1919, foi criado, em São Paulo e Rio de Janeiro, o Grupo Comunista Brasileiro Zumbi, do qual participava o escritor Afonso Schmidt. Nesse mesmo ano, surgiu o Núcleo Comunista de Pelotas, de orientação anarquista. Em 1920, foram fundados em Porto Alegre o Sindicato Gráfico Comunista e na cidade de Rio Grande a União Comunista, ambos de orientação anarquista.

Em 1921, surgiu no Rio de Janeiro o Grupo Clarté, defensor da Revolução Russa, do qual faziam parte Everardo Dias, Cristiano Cordeiro, Joaquim Pimenta, Afonso Schmidt, Lima Barreto, Agripino Nazareth, Leônidas Resende, Evaristo de Moraes, Pontes de Miranda, Paulo de Lacerda, Maurício de Lacerda e Antônio Figueiredo. Desses, só os três primeiros participarão da fundação do PC do Brasil.

No dia 7 de novembro de 1921, foi fundado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, formado por 12 pessoas: Astrojildo Pereira, Luís Perez, José Alves Diniz, Antônio de Carvalho, Antonio Branco, Antônio Cruz Júnior, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, Manuel Abril, Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo. De imediato, entraram em contato com outros grupos operários, divulgando as 21 cláusulas da Internacional Comunista e recomendando que também formassem grupos “comunistas”.

Logo surgiram grupos semelhantes no Recife, Juiz de Fora, Santos e Cruzeiro (SP). Em 1º de janeiro de 1922, Cristiano Cordeiro — que entre 1919 e 1920 havia criado no Recife, com Rodolfo Coutinho, o Círculo de Estudos Marxistas — fundou o Grupo Comunista do Recife:

Correspondi-me em 1921 com Astrojildo Pereira [...]. Combinamos criar, ele no Rio, eu no Recife, embriões de futuros comitês do partido. [...] O Grupo Comunista do Recife estabeleceu-se no dia 1º de janeiro de 1922. [...] Li, na ocasião, os chamados “21 pontos de Moscou”, condições para adesão à Internacional Comunista. A ata de fundação foi assinada por cerca de 35 pessoas que decidiram, ainda, que eu seria o delegado de Pernambuco ao encontro para a criação do PCB (BARROS, 1982, p. 83).

Em janeiro de 1922, o Grupo Comunista do Rio de Janeiro lançou a revista *Movimento Comunista*, “órgão dos grupos comunistas do Brasil”, para “defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista [...] repositório mensal fidedigno de doutrina e informação do movimento comunista internacional.” (BANDEIRA, 1980, p. 275). A revista — que depois se tornou o órgão oficial do PC do Brasil — publicou 13 números em 1922, totalizando 390 páginas, com uma tiragem total de 15 mil exemplares. Em 1923, foram publicados outros 12 números, sendo o último datado de 10 de junho.

No início de 1922, Astrojildo foi até São Paulo, com o objetivo de fundar um grupo comunista, mas só conseguiu que meia dúzia de pessoas assinassem o livro de presença. Quanto ao Rio Grande do Sul:

Em fins de 1921, Astrojildo Pereira, do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, escreveu a Polidoro Santos (anarquista da Liga de Defesa Popular) pedindo a sua adesão à Revolução Russa. Polidoro respondera informando o endereço de Abílio de Nequete, solicitando que se dirigisse a ele. Dessa correspondência resultou a mudança do nome de União Maximalista para Grupo Comunista, “mais de acordo com o que Lênin havia proposto” [Nequete]. [...] No início de 1922, Abílio de Nequete recebe um telegrama do Uruguai, dizendo que a sua presença era exigida naquele país por um assunto urgente. O telegrama era assinado por Martin Simoni e tinha resposta paga. Recebeu o dinheiro para a viagem, depois de responder afirmativamente. No Uruguai [...] procurou Simoni na redação de *Justicia*. Foi informado da intenção de um delegado russo vir ao Brasil e da necessidade de entrarem em contato. O delegado russo era Alexandre Alexandrovski, que tinha ido à Rússia nos primórdios da revolução em nome dos russos residentes na Argentina, e voltara como delegado da revolução para a América Latina. Desejava obter um relatório sobre o movimento brasileiro e a organização do partido. Dali regressaria à Rússia. Em Buenos Aires, R. Vaterland, outro delegado da revolução, deveria continuar a correspondência. Ficou estabelecido que Abílio de Nequete iria ao Rio de Janeiro convocar um congresso, embora de poucos elementos, já que a insistência de Alexandrovski devia-se à falta do nome do Brasil na Internacional. Depois de mais alguns dias em Montevidéu, Abílio de Nequete voltou

a Porto Alegre, de onde escreveu a Astrojildo Pereira e Everardo Dias, informando da próxima viagem ao Rio e remetendo o jornal *Justicia* [...] foi Abílio de Nequete quem recebeu, do delegado russo, a incumbência de organizar o partido, devido à necessidade de enviar um representante do Brasil ao IV Congresso da Internacional de Moscou. O Grupo Comunista de Porto Alegre já estava reconhecido pela Internacional, embora tivesse apenas 12 membros (ROSITO, 1972, p. 10-11).

Em 1922, a União Maximalista — já com a denominação de Grupo Comunista — tinha 12 membros: “Nequete, Francisco Merino, Otávio Hengist, Carlos Toffolo, Narciso Mirandola, um judeu argentino — Samuel Speiski — e mais dois judeus, Marcos e Isaac. Não há referência quanto aos outros quatro membros, a não ser um português — Magalhães” (ROSITO, 1972, p. 10):

Encontrando, no início do ano de 1921, o diário *Justicia*, órgão do Partido Socialista Uruguaio, tomou conhecimento da preparação do congresso em que esse partido deveria aderir a Moscou. [...] Por ocasião do aparecimento das 21 condições, no II Congresso Internacional de Moscou, reuniu-se novamente o Partido Socialista Uruguaio. Abílio de Nequete escreveu ao deputado Mibelli pedindo que aceitasse as condições e concedendo-lhe a representação da União Maximalista do Rio Grande do Sul — “eis como Mibelli teve de ser o primeiro representante do Brasil num congresso comunista” [Nequete]. Na mesma carta escrevera a frase de Barbusse [...] sobre as 21 condições: “Nada tinha que não pudesse ser aceito por um socialista sincero ou cidadão honesto”. O presidente daquela sessão do congresso telegrafou mais tarde agradecendo à União Maximalista do Rio Grande do Sul. Foi a primeira relação da União com o exterior (ROSITO, 1972, p. 9).

Finalmente, entre 25 e 27 de março de 1922, foi realizado (no Rio de Janeiro nos dias 25 e 26, na sede de uma união operária, e no dia 27 em Niterói, na residência do pai de Astrojildo, na rua Visconde do Rio Branco, nº 651) o congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil:

Em meados de fevereiro, por iniciativa dos camaradas do Grupo de Porto Alegre, o Grupo do Rio entendeu-se com os demais grupos existentes sobre a necessidade de se apressar a reunião, em congresso, dos delegados dos mesmos, para definitiva organização do partido em vista da aproximação do IV Congresso da Internacional de Moscou, no qual deveriam fazer-se representar os comunistas do Brasil (PEREIRA, 1976, p. 65).

Estavam presentes nove delegados, representando 73 filiados em todo o país: Abílio de Nequete, barbeiro, de Porto Alegre, que também representava o Partido Comunista do Uruguai e a Agência de Propaganda para a América do Sul da Terceira Internacional; Astrojildo Pereira, jornalista, de Niterói; Cristiano Cordeiro, funcionário público, do Recife; Hermogêneo Fernandes da Silva, eletricista e ferroviário, de Cru-



► Autorização para Astrojildo Pereira participar do 5º Congresso da Internacional Comunista, que o elegeu membro do Comitê Executivo da organização



zeiro; João Jorge da Costa Pimenta, gráfico, de São Paulo; Joaquim Barbosa, alfaiate, do Rio de Janeiro; José Elias da Silva, funcionário público, do Rio de Janeiro; Manoel Cendón, artesão alfaiate; Luís Perez, artesão vassoureiro, do Rio de Janeiro. Desses, sete eram brasileiros natos, um espanhol (Cendón) e um libanês (Nequete). Os grupos comunistas de Santos e Juiz de Fora não puderam enviar delegados.

Da pauta do 1º Congresso constavam: 1) exame das 21 condições de admissão na Internacional Comunista; 2) estatutos do Partido Comunista; 3) eleição da Comissão Central Executiva; 4) ação pró-flagelados do Volga; 5) assuntos vários. Depois de aceitas as 21 condições da IC, os presentes aprovaram estatutos provisórios, baseados nos estatutos do PC da Argentina: “Antes da instalação do Congresso, Abílio de Nequete recebeu os estatutos do Partido Comunista da Argentina e uma mensagem de R. Vaterland [...]. O número 7 da revista *Movimento Comunista* publicou a mensagem de R. Vaterland, secretário do *Bureau* Internacional Comunista.” (ROSITO, 1972, p. 12) Os estatutos dispunham:

Art. 1º — Fica fundada, por tempo indeterminado, uma sociedade civil, no Rio de Janeiro, ramificando-se por todo o Brasil, tendo por título Centro do Partido Comunista do Brasil, mas que será chamada Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista.

Art. 2º — O Partido Comunista tem por fim promover o entendimento e a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista (CARONE, 1982, p. 23).

Como se constata, o PC nasceu com o nome de *Partido Comunista do Brasil*, que conserva até hoje, não tendo registrado qualquer sigla. Depois de algum tempo, ficou conhecido como PCB. Em agosto de 1961 — quando o então Comitê Central criou o chamado Partido Comunista Brasileiro, os militantes e dirigentes que permaneceram fiéis ao partido de 1922 reorganizaram, em fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB para se diferenciar do novo partido recém-criado. Ou seja, de 1922 a 1962, durante 40 anos, o Partido Comunista do Brasil foi conhecido pela sigla PCB. E de 1962 até os dias de hoje, por quase 60 anos, pela sigla PCdoB.

Depois de aprovados os estatutos, foi eleita a primeira Comissão Central Executiva, composta por cinco titulares e cinco suplentes; como titulares foram escolhidos Abílio de Nequete, secretário-geral; Astrojildo Pereira, secretário de imprensa e publicidade; Antonio Bernardo Canellas (gráfico), secretário internacional; Luís Perez, secretário de frações sindicais; e Antônio Gomes Cruz Júnior (comerciário), tesoureiro. Os suplentes eleitos foram Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho (estudante), Joaquim Barbosa, Manoel Cendón e Antonio de Carvalho (estivador). A maioria deles era originária do anarcossindicalismo, com exceção de Manoel Cendón — influenciado pelos socialistas da Argentina, onde vivera — e Rodolfo Coutinho.

Abílio de Nequete foi eleito secretário-geral por indicação de Astrojildo Pereira, possivelmente pela maior antiguidade da União Maximalista e pelo seu contato com o Partido Comunista Uruguaio e com o *Bureau* da IC para a América Latina, mas logo demonstrou estar pouco preparado para a função.

As demais discussões foram sobre mensagens, moções e medidas em solidariedade aos flagelados russos. Não foi aprovado nenhum documento de análise da realidade ou de orientação política.

Não havendo lei específica para os partidos políticos, o PC do Brasil foi registrado como sociedade civil e seus estatutos foram publicados na página 6.970 do *Diário Oficial da União* de 7 de abril de 1922.

Se, por um lado, a criação do PC do Brasil foi um enorme salto de qualidade da classe operária brasileira — sua transformação de *classe em si* para *classe para si* —, por outro lado, teve diversas debilidades.

Primeiro, porque — apesar de surgir no bojo da avaliação da rica experiência das lutas de 1917-1920 e da crítica ao anarquismo — o partido se formou em um momento de refluxo do movimento operário e de dura repressão governamental. Em segundo lugar, pelo grande desconhecimento do marxismo no nosso país, seja na classe operária, seja na intelectualidade progressista. Em terceiro lugar, pela falta de maior tradição organizativa no movimento operário, fruto de longo predomínio anarquista e da debilidade das correntes socialistas, com consequências negativas para a tarefa de organizar um partido coeso e disciplinado.

A essas dificuldades é preciso acrescentar o relativo atraso industrial do país, a origem rural de boa parte da classe operária, o “apoliticismo” incutido anos a fio na sua mentalidade e o forte peso das correntes reformistas (católicas, cooperativistas,

socialistas reformistas) no movimento operário:

Mas a classe operária, ao fundar seu partido, é ainda bastante jovem. Somente durante a I Guerra Mundial o capitalismo no Brasil adquire maior impulso. Expande-se a indústria leve, particularmente o ramo têxtil, e se ampliam os meios de transporte marítimo e ferroviário. Junto com a burguesia se desenvolve o proletariado, que vende sua força de trabalho não só a capitalistas nacionais como também a empresas imperialistas. A classe operária se compõe em boa parte de elementos providos do campo e de trabalhadores de oficinas e pequenas empresas [...]. O movimento sindical, ainda que combativo, apresenta muitas debilidades. O proletariado mal começa a adquirir consciência política. [...] Até então, o marxismo não é conhecido no Brasil e, mesmo entre a intelectualidade avançada, prevalece o anarquismo. Tudo isso não pode deixar de repercutir no partido recém-fundado, que reflete as virtudes e os defeitos da classe operária. Apesar de ter surgido sob a égide da III Internacional [...] o partido pouco conhece o marxismo e muito longe está de dominá-lo. Falta-lhe suficiente clareza para se orientar com acerto na realidade (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1972, p. 5).

13. OS PRIMEIROS COMBATES

Não por coincidência, o ano de 1922 foi marcado por outros dois acontecimentos históricos.

De 13 a 17 de fevereiro, aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, que revolucionou a vida cultural do país, rompeu os velhos cânones artísticos e refletiu o momento de rupturas que o país vivia.

Três meses depois, em 5 de julho, eclodiu o levante do Forte de Copacabana, iniciando o assim chamado “ciclo tenentista”, reflexo entre os militares da crescente insatisfação da pequena burguesia urbana e de setores da própria burguesia com a República Velha. A partir de então, o movimento tenentista marcará, durante muitos anos, a sua presença na vida política brasileira:

O ascenso do revolucionarismo pequeno-burguês, que nos anos 20 adquiriu significado nacional, exerceu enorme influência ideológica sobre todas as camadas da sociedade brasileira. A influência do tenentismo condicionou uma série de particularidades do desenvolvimento ulterior da classe operária e da atividade do jovem Partido Comunista. O revolucionarismo espontâneo pequeno-burguês, encarnado no tenentismo, foi resultado natural da atmosfera socioeconômica e política em que se desenvolvia o país depois da abolição da escravatura [...]. Não foram concluídas as transformações burguesas democráticas dentro do país [...]. O imperialismo estrangeiro [...] e a grande propriedade latifundiária eram o principal obstáculo no caminho do progresso social e desenvolvimento econômico do Brasil. [...] Nesse sentido, os interesses da classe operária coincidiam com as posições da democracia pequeno-burguesa [...]. Entretanto, não havia no país força capaz de acabar, de forma revolucionária, com a oligarquia latifundiária. A burguesia nacional comercial, e em seguida a industrial,

entrava em aliança com os latifundiários. No que se refere às organizações operárias, estas, durante longo tempo, não concederam, de um modo geral, séria atenção ao problema agrário. [...] Em consequência, o proletariado e o campesinato atuavam isolados um do outro. [...] A luta dos camponeses brasileiros não podia triunfar enquanto eles permanecessem isolados, sem uma verdadeira direção revolucionária. A pequena burguesia urbana foi quem primeiro tentou desempenhar o papel dessa direção nos anos 20 (KIVAL, 1982, p. 169-170, 175-176).

Nessa época, os comunistas ainda primavam pelo sectarismo e pela falta de uma maior visão política:

O PCB realizava pequenas reuniões para seus membros. Nelas, os problemas gerais internacionais ocupavam todo o tempo. Os problemas do Brasil eram esquecidos. Um “comunismo” de importação, voltado para a Europa. Os comunistas de 1922 não sabiam ligar as questões concretas da vida e da luta no país [...] com os problemas concretos internacionais. [...] Débil, sectário, o PCB não compreendeu a situação política de 1922. Limitou-se a uma posição passiva em face dos revoltosos da insurreição armada de Copacabana, a 5 de julho de 1922. Continuou sua vida tranquila. Não compreendeu que era preciso passar à vida ilegal, clandestina, subterrânea. Não compreendeu que se abria nova etapa no processo do desenvolvimento do país. A pequena burguesia urbana, com seus revoltosos, ia levantar a cabeça. Pretendia aproveitar a debilidade do proletariado. Candidatava-se à hegemonia — uma hegemonia utópica e objetivamente reacionária. [...] Então, a 25 de julho de 1922, a polícia política do governo Epitácio Pessoa pegou de surpresa o PCB. Desencadeou contra ele a primeira perseguição. Assaltou e fechou sua sede. Prendeu 13 comunistas, entre os quais o secretário-geral e outros membros da Comissão Central Executiva. Insultou e ameaçou os presos. Confiscou muitos materiais de propaganda (BRANDÃO, 1978, p. 226-227).

Desde seu surgimento, o PC do Brasil sofreu a mais furiosa repressão das classes dominantes. Em resposta à rebelião dos “tenentes”, Epitácio Pessoa decretou o estado de sítio no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro. Apesar de o PC estar alheio aos acontecimentos, a polícia aproveitou para invadir e fechar a sua sede — situada em um sobradinho na praça da República nº 40, esquina com a rua da Constituição, na capital federal — e para colocá-lo na ilegalidade, três meses após a sua fundação. Solto no dia seguinte à sua prisão e ameaçado pela polícia, Abílio de Nequete desertou das funções partidárias e voltou a Porto Alegre. Algum tempo depois, foi expulso do partido. Astrojildo Pereira o substituiu na secretaria-geral, função que exerceu até novembro de 1930, com um interregno em 1929, quando passou quase um ano em Moscou.

Convocado o 4º Congresso da IC para fins de 1922, a direção do PC indicou Antonio Canellas — que estava na Europa desde 1919 — para representá-la nesse congresso e solicitar a admissão do partido na IC. Impregnado de ideias reformistas e

Não por coincidência, o ano de 1922 foi marcado por outros dois acontecimentos históricos. De 13 a 17 de fevereiro, aconteceu em São Paulo a Semana de Arte Moderna, que revolucionou a vida cultural do país, rompeu os velhos cânones artísticos e refletiu o momento de rupturas que o país vivia. Três meses depois, em 5 de julho, eclodiu o levante do Forte de Copacabana

anarquistas, Canellas deixou péssima impressão na liderança da IC, que rejeitou a filiação do PC do Brasil, só o aceitando como partido simpatizante. De volta ao Brasil, o relatório de Canellas foi submetido à direção e severamente criticado. Como Canellas tornou público o seu relatório, acabou expulso do partido, em fins de 1923. Só em abril de 1924 o PC do Brasil foi admitido na IC, depois que o comunista argentino Rodolfo Ghioldi veio ao Brasil, em nome da Comissão Executiva da IC, para verificar pessoalmente a situação. Rodolfo Coutinho foi designado representante do partido em Moscou.

Segundo Astrojildo Pereira, as bases partidárias eram formadas na sua maioria por operários ativistas do movimento sindical, e o partido se constituiu sobre uma firme base proletária. Seus estatutos dispunham que todo filiado devia “pertencer ao respectivo sindicato de indústria ou ofício, quando este exista” (art. 3º, c). Assim, desde o início, o partido deu grande importância à luta operária e sindical.

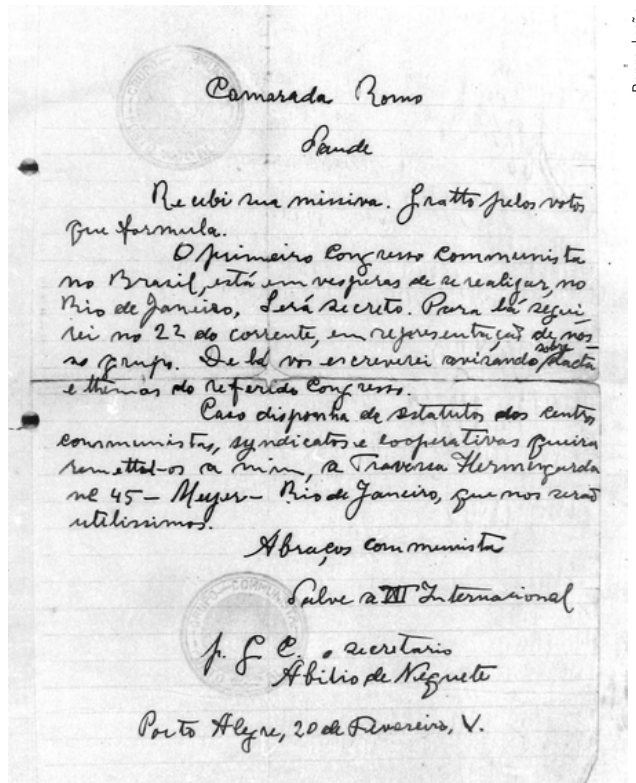
Logo após o congresso de fundação do PC do Brasil, os comunistas propuseram aos anarquistas a realização de um Primeiro de Maio unitário na praça Mauá, no Rio de Janeiro. A manifestação foi um relativo sucesso. Já em São Paulo — onde havia mais de um ano a Federação Operária deixara de existir —, o ato fracassou.

O ano de 1922 encerrou-se com um avanço do partido, que passou de 73 membros na sua fundação para 250 filiados. A adesão ao partido de Octavio Brandão — conhecido intelectual anarquista — foi um importante reforço. Ele passou a compor a Comissão Central Executiva e assumiu em abril de 1923 a tarefa de agitação e propaganda. Em maio daquele ano, o número de militantes se elevou para 300.

Em julho de 1923, a edição nº 27 do jornal *Voz Cosmopolita*, do Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro, iniciou a publicação — pioneira no Brasil — do *Manifesto comunista*, de Marx e Engels, em tradução do francês de Octavio Brandão. A publicação do *Manifesto* concluiu-se na edição nº 36, de dezembro de 1923.



Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul



▲ Carta de Abílio de Nequete (fevereiro, 1922) pedindo ao "Camarada Romo" estatutos de organizações operárias para a formulação dos estatutos que seriam aprovados no 1º Congresso do Partido Comunista do Brasil

◀ Manifesto da União Maximalista (novembro, 1918)



◀ Capa da revista Movimento Comunista, lançada em fevereiro de 1922. Em destaque, ▶ carimbo usado nas publicações do período; abaixo ▼, líderes anarquistas em 1919: Octavio Brandão, Astrojildo Pereira e Afonso Schmidt (de pé), Edgar Leuenroth (de bigode) e Antonio Canellas

Reprodução



Iconographia

Ainda em 1923, os comunistas reorganizaram a desativada Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Em resposta, os anarquistas criaram a Federação Operária do Rio de Janeiro, oficialmente “anarquista”, cindindo o movimento operário carioca em duas federações:

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro era débil. Os anarquistas e anarcossindicalistas cindiram-na. Criaram a Federação Operária com os sindicatos da construção civil, sapateiros e dissidentes do Centro Cosmopolita, num total de 1.500 membros. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro ficou com os sindicatos dos padeiros, alfaiates, carpinteiros, canteiros e marmoristas, e um total de 3.500 membros. [...] Esse fato provou como o anarquismo era cisionista [sic] e contribuiu para desmascará-lo (BRANDÃO, 1978, p. 250-251).

Em 7 fevereiro de 1923, os gráficos de São Paulo iniciaram uma greve dirigida pelo comunista João da Costa Pimenta, secretário-geral da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. A greve foi maciça. Logo, os patrões de cinco grandes gráficas cederam. A greve continuou nas outras 40. A agitação operária se alastrou. A polícia prendeu Pimenta e o enviou para o Rio de Janeiro — sob estado de sítio —, para dificultar a sua libertação. Mas uma semana depois ele estava solto e de volta a São Paulo, a tempo de concluir de forma vitoriosa a greve. Em 22 de fevereiro, cerca 40 empresas já haviam acatado as exigências dos grevistas. A greve foi exitosa e fortaleceu os comunistas no movimento sindical.

No Primeiro de Maio de 1923, apesar do estado de sítio, os comunistas — em ampla articulação de sindicatos operários de várias tendências — conseguiram autorização da polícia para realizar um comício na praça Mauá, no Rio de Janeiro, com boa participação de trabalhadores. Na ocasião foram aprovadas moções pela unidade de ação da classe operária, contra o fascismo e contra as guerras imperialistas. Após essa mobilização do Primeiro de Maio de 1923 — na qual o partido teve forte protagonismo —, a repressão recrudescu:

Em maio e junho de 1923, a polícia política de Bernardes desencadeou a segunda perseguição ao PCB: prisões; buscas nos domicílios; interrogatórios, ameaças; acareações; a tipografia, no Méier, invadida; o depósito, com oito caixões e dois sacos cheios de livros, revistas, coleções do *Movimento Comunista*, tudo confiscado e destruído. Depois disso, as tipografias boicotaram o PCB. Em Santos e Cubatão houve prisões e perseguições. Em outubro de 1923, o governo Bernardes tratou de “legalizar” as ilegalidades. Sancionou uma lei contra a imprensa. Mais um obstáculo no caminho do PCB. A lei estabelecia a responsabilidade dos donos das tipografias. Estes, temendo as perseguições, recusavam imprimir os nossos materiais. [...] Em maio de 1923, pela terceira vez na vida, fui preso [...]. Fui acusado de organizar um complô na Marinha de Guerra, para derrubar Bernardes e estabelecer um governo “soviético”. [...] Resisti. Desmascarei o provocador [...] o processo, já iniciado, não pode ter andamento. Os presos [...] foram soltos. [...] Em junho de 1923, sob o mesmo governo Bernardes, fui preso, pela quarta vez (BRANDÃO, 1978, p. 246-248).

À forte repressão policial somou-se uma dura polêmica com os anarquistas. Findas as ilusões de que os bolchevistas fossem anarquistas, estes iniciaram uma grande campanha contra os comunistas e a Revolução Russa. O jornal anarquista *A Plebe* publicou um violento ataque a Lênin, quando de sua morte, em janeiro de 1924, agravando ainda mais as relações entre anarquistas e comunistas:

Ele [Lênin] atualizou o aforismo jesuítico de que os fins justificam os meios. [...] Mussolini, na Itália, Primo de Rivera, na Espanha, e outros que esperam o momento oportuno para entrar em cena são os seguidores, os continuadores, os discípulos muito aplicados de suas teorias, de suas violências, sua falta de escrúpulos, seu ódio pela liberdade, sua dureza de coração e insensibilidade para com a dignidade do próximo. Ora, homens como esses são para nós duplamente prejudiciais: pelo mal que praticam e pelas ideias sinistras que espalham como justificação de sua conduta abominável. Lênin, mais do que qualquer outro déspota de todos os tempos, foi um desses homens sinistros (DULLES, 1977, p. 179).

No Rio Grande do Sul, o PC do Brasil procurou desenvolver o seu trabalho na classe operária, apesar dos duros ataques do anarcossindicalismo, que dirigia a Forgs:

Autoritários, os anarcossindicalistas locais marcaram na paleta os pouquíssimos comunistas que tentaram alçar voo e cortaram suas asas. O primeiro jornal comunista que surgiu entre nós se chama *Martelo e Foice*, e data de 1924. [...] Perdeu-se pelas ruelas do Bom Fim, agarrado aos sonhos de Samuel Speisky, Eduardo Budaszewski, Henrique Scliar e outros. Mas os comunistas insistem, em 1924, [...] criam [...] a Associação dos Ofícios Vários. Através de *Martelo e Foice*, Samuel Speisky e Manoel Pereira acenam [...] aos operários metropolitanos, que continuam gravitando em torno dos militantes libertários encastelados nos “seus” sindicatos. De qualquer forma, essa associação é responsável por um fato pioneiro na história da esquerda brasileira: ela editou aqui, nesse ano, o *Manifesto comunista*, de Karl Marx. Fez-lhe uma edição de 3 mil exemplares, que custou 600 mil réis, segundo informa o tradutor, Octavio Brandão. Esse mesmo grupo publica, em 1925, o livreto comunista *Abre teus olhos, trabalhador*, de Octavio Brandão, em alemão, tentando atrair ao menos uma fatia da classe operária porto-alegrense. A muralha anarquista, porém, é ainda impenetrável. Tão forte e tão intolerante que dois operários comunistas — Manoel Pereira e Francisco Januário Marques — são impedidos de participar do 3º Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, em setembro desse ano. Seu crime era pertencer a um partido político, o que foi denunciado em plenário [...] o PCB só se afirma aqui a partir de 1928, graças à moçada que sustentou o velho BOC — Bloco Operário e Camponês (MARÇAL, s.d.[b], p. 6-7).

A historiadora Silvia Petersen também destaca a ação dos comunistas gaúchos: sobre a presença comunista, sabe-se da existência em 1924 em Porto Alegre da União dos Ofícios Vários, que publicava o jornal *Martelo e Foice* — *Hammer und Sichel*, diri-

Como se constata, o PC nasceu com o nome de Partido Comunista do Brasil, que conserva até hoje, não tendo registrado qualquer sigla. Depois de algum tempo, ficou conhecido como PCB. Em agosto de 1961 — quando o então Comitê Central criou o chamado Partido Comunista Brasileiro, os militantes e dirigentes que permaneceram fiéis ao partido de 1922 reorganizaram, em fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB para se diferenciar do novo partido recém-criado. Ou seja, de 1922 a 1962, durante 40 anos, o Partido Comunista do Brasil foi conhecido pela sigla PCB. E de 1962 até os dias de hoje, por quase 60 anos, pela sigla PCdoB

gido por Manoel Pereira e H. Schondelmeyer, escrito em português e alemão e inspirado pelo Partido Comunista [...] o Bloco Operário e Camponês (BOC), formado em 1927, será o substituto principal do partido nas atividades públicas [...]. Na verdade, o anarquismo continuava sua lenta decadência no meio dos operários, e a hegemonia do PCB sobre o movimento sindical parece incontestável desde 1927 (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 304-305).

Em suas *Memórias*, Friedrich Kniestedt nos fala de outro jornal comunista publicado em alemão — o *Die Befreiung* (a libertação) —, anterior, portanto, ao *Martelo e Foice*:

Nos últimos meses de 1922 veio a Porto Alegre o primeiro representante do Partido Comunista [...] o alfaiate F. Haberland, que tentou fazer propaganda de suas “novas” ideias na colônia alemã do Rio Grande do Sul. [...] Haberland veio até nós e juntamente com seus dois filhos foi admitido como membro do Sozialistischer Arbeiterverein [associação socialista de trabalhadores], onde [sic] os três participaram com muita dedicação. Mas muito logo nossos olhos se abriram. A Verein [associação] deveria adotar uma outra linha, mas sobretudo deveria ser ampliado [o] *Der freie Arbeiter* [o trabalhador livre]. Primeiro essa manobra foi tentada por bem, quando, porém, se viu

que isso não era possível, que eu não o permitiria, aí se mostrou a verdadeira face [...] todo o fichário dos endereços foi copiado, isto é, roubado, pelos filhos de Haberland. [...] os três Haberland foram expulsos da Verein [...]. Juntamente com alguns outros, Haberland criou uma célula teutocomunista. [...] *Der freie Arbeiter* passou a sofrer concorrência. Haberland, Heffner e cia. passaram a editar *Die Befreiung*. Apareceram três números (GERTZ, 1989, 135-136).

Entre 27 de setembro e 2 de outubro de 1925, realizou-se o 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, que mostrou como os anarquistas buscavam impedir os comunistas de participar das atividades sindicais:

A mesa recebe a seguinte pergunta: “Podia um representante do jornal *A Classe Operária*, do Rio de Janeiro, tomar parte nos trabalhos do congresso?” Kniestedt responde que ficara assentado não poderem tomar parte do congresso delegados e representantes de organizações ou jornais que tivessem ligações com quaisquer partidos políticos. [...] Posto em aprovação se devia ou não tomar parte o representante de *A Classe Operária*, é deliberado que não. [...] Chegando nesse momento a delegação da União dos Operários Estivadores, desta capital, entrega a credencial apresentando, para tomarem parte no congresso, Francisco Januário Marques e Manoel Pereira. Kniestedt pergunta se a UOE fora convidada a tomar parte no congresso, sendo-lhe respondido que sim. O delegado da União dos Estivadores protesta contra a pergunta do representante do *Der freie Arbeiter* e este aparteia, declarando ter feito aquela pergunta porque conhece o delegado Manoel Pereira como militante de um partido político. [...] Manoel Pereira diz que [...] quando se deseja sinceramente servir à causa da libertação do proletariado, não se deve afastar ou fugir de discutir todos e quaisquer assuntos (RODRIGUES, 1979, p. 53-56).

14. A REBELIÃO MILITAR DE 1924, A COLUNA PRESTES E O 2º CONGRESSO DO PARTIDO

Em 5 de julho de 1924, exatamente dois anos após o levante do Forte de Copacabana, eclodiu em São Paulo uma rebelião militar contra o governo Bernardes, comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, à qual se somou a força pública estadual, comandada pelo major Miguel Costa. No dia 8, o governador se retirou de São Paulo e os rebeldes assumiram o controle da cidade. Levantes militares simultâneos ocorreram em Manaus e Sergipe, mas foram derrotados. Foi decretado o estado de sítio e o governo federal concentrou tropas, sitiando e bombardeando São Paulo. Após 22 dias do início da rebelião, os revoltosos tiveram de abandonar a cidade. Chefiados por Isidoro Lopes e Miguel Costa, 3 mil rebeldes seguiram de trem para a região de Foz do Iguaçu, no Paraná, onde se instalaram, resistindo aos ataques das forças legalistas.

A 24 de outubro de 1924, o capitão Luiz Carlos Prestes dirigiu um levante militar em Santo Ângelo, que se estendeu a toda a região missioneira do Rio Grande do Sul. Em fins de dezembro, à frente de 1.500 homens, Prestes rompeu o cerco de

São Luiz Gonzaga e se dirigiu, combatendo, para a região de Foz do Iguaçu, onde fez junção com as tropas de Isidoro. Lá chegou em 11 de abril de 1925, com 800 homens. Poucos dias antes, as tropas de Isidoro haviam sido derrotadas em Catanduvas. Em 14 de abril, teve início a lendária Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu mais de 25 mil quilômetros pelo interior do país, atravessando 14 estados brasileiros, sem nunca ter sido derrotada. Miguel Costa foi o comandante da coluna, e Prestes, o seu chefe de Estado-Maior. Pretendiam semear a rebelião por onde passassem.

Em 4 de novembro de 1924, ocorreu uma rebelião na Marinha. O primeiro-tenente Hercolino Cascardo sublevou o poderoso encouraçado São Paulo, mas, ao não obter adesões, zarpou para o Uruguai, onde abandonou o São Paulo e juntou-se aos militares rebelados no Rio Grande do Sul.

O estado de sítio devido à revolta e o feroz terror policial aprofundaram o refluxo em que já se encontrava o movimento operário desde 1921. Foi nesse contexto que os comunistas começaram a preparar o seu 2º Congresso. Seguindo orientação da IC de criar bases por empresa, realizaram uma conferência de representantes das bases do partido nos sindicatos do Rio de Janeiro e Niterói:

Em meados de 1924, [houve] uma reunião ilegal no Centro Cosmopolita, a fim de examinar como se reorganizar sobre a base de células [...]. Mas, dias depois, reben-tou a insurreição de São Paulo e a reorganização celular foi perturbada. O camara-da Berezin, operário metalúrgico, israelita, era o encarregado dessa reorganização. Trabalhou bastante nesse sentido. Na segunda metade de 1924, saía do trabalho à tarde e ia diretamente às oficinas de São Diogo, da Estrada de Ferro Central do Bra-sil. Aí esteve mais de 30 vezes, até conquistar o primeiro ferroviário para o PCB [...] organizou a primeira célula do PCB na Marinha de Guerra, em 1924-1925 [...]. O PCB exercia influência sobre vários jornais: *Voz Cosmopolita* e *O Alfaiate*, no Rio de Janeiro. *O Solidário*, em Santos. Conquistou militantes nos sindicatos do Rio de Janeiro, em 1923-1924: no Centro Cosmopolita, nos alfaiates, padeiros, sapateiros e construção ci-vil (BRANDÃO, 1978, p. 249-250).

Em fevereiro de 1925, foi decidido criar o jornal de massas *A Classe Operária* — lançado no Primeiro de Maio desse ano — e organizar células do partido em todas grandes empresas industriais do Distrito Federal:

Naquele período havia no Rio de Janeiro 99 empresas com mais de cem operários cada uma, totalizando um número de 35.800 empregados. [...] Apesar da dificuldade da tarefa colocada, um ano depois ela havia sido cumprida no fundamental. Até se-tembro de 1925 haviam sido fundadas células nas fábricas do Rio de Janeiro, Recife, Vitória, São Paulo, Santos, Porto Alegre e outras cidades (KOVAL, 1982, p. 187).

O 2º Congresso do PC do Brasil ocorreu no Rio de Janeiro, de 16 a 18 de maio de 1925. Além dos membros da Comissão Central Executiva, participaram delegados das organizações do Rio de Janeiro e Niterói (cinco), Pernambuco (dois), Santos (dois),

São Paulo (um) e Cubatão (um). A delegação do Rio Grande do Sul não participou por impossibilidade ocasional. A análise da realidade nacional se baseou essencialmente nas teses do livro *Agrarismo e industrialismo*, escrito por Octavio Brandão, que consideravam que as revoltas armadas de 1922 e 1924 eram ações revolucionárias pequeno-burguesas que expressavam a contradição básica entre “o industrialismo e o agrarismo” e que haveria uma “terceira revolta”, a qual os comunistas deveriam apoiar:

O defeito da concepção do agrarismo-industrialismo consistia em que ao proletariado atribuíam-se, *a priori*, o limitado papel de força auxiliar [...]. Reconhecia-se antecipadamente que a burguesia industrial era o principal elemento atuante, proclamava-se que a forma principal de aliança era o “bloco do proletariado com a pequena burguesia industrial contra os plantadores de café” [...]; o imperialismo norte-americano aparecia como força capaz de desempenhar papel positivo na industrialização do Brasil, na luta do “industrialismo” contra o “agrarismo” [...] ela levava à subordinação total dos interesses de classe do proletariado aos objetivos do movimento democrático de âmbito geral. No que se refere ao campesinato [...] seu papel era reconhecido apenas em palavras [...] ela condenava a classe operária à passividade e à espera inerte de que chegasse o momento de sua própria revolta [...] por um lado, fazia uma apreciação mais sensata do papel da pequena burguesia na luta revolucionária; por outro, exagerava o papel progressista da burguesia industrial e do capital norte-americano em sua luta contra a oligarquia rural [...] não levava em consideração a força revolucionária do campesinato, enquanto o proletariado perdia a qualidade de força motriz independente e mais progressista da revolução (KIVAL, 1982, p. 191-194).

As deficiências das teses do Partido Comunista do Brasil no seu 2º Congresso nos mostram o pouco domínio que sua direção tinha do marxismo e da realidade brasileira. Mas também comprovam o esforço do partido em elaborar sua própria “teoria da revolução brasileira”, desmentindo os que dizem que os comunistas brasileiros eram meros “repetidores das orientações de Moscou”. Michel Zaidan Filho afirma corretamente que é falso atribuir à IC as formulações táticas e estratégicas do PC do Brasil em seus primeiros anos de vida:

Não haverá nada mais problemático, na história do PCB, que atribuir à sua linha política, durante os anos 20, uma mera sujeição burocrática às concepções da IC acerca da participação dos comunistas nos movimentos de libertação nacional em países coloniais e semicoloniais (ZAIDAN FILHO, 1988, p. 51).

Além da orientação política geral, o 2º Congresso expôs “o problema da unidade sindical como sendo a base, o centro, a condição mesma de desenvolvimento e fortalecimento da ação sindical de massas”, aprovou a decisão da CCE de criar em 1924 a *Juventude Comunista* e recomendou a formação de comitês de apoio e sustentação ao jornal *A Classe Operária*.



Acima: edições de 6 de junho de 1925 e de 25 agosto de 1928 e propaganda do jornal *A Classe Operária*. Abaixo: foto do relançamento do jornal, em 1928, na qual trabalhadores exibem número publicado em 1º de maio de 1925; Octavio Brandão é o segundo em pé, da direita para a esquerda



15. O JORNAL *A CLASSE OPERÁRIA* E A PROPAGANDA DO PARTIDO

Após o 2º Congresso, os comunistas intensificaram consideravelmente o seu trabalho de agitação e propaganda entre as massas. Papel especial coube ao jornal *A Classe Operária*, que sob o seu título anunciava: “Jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”.

Seu primeiro número, em 1º de maio de 1925, teve uma tiragem de 5 mil exemplares e se esgotou logo. A partir daí, o jornal foi ampliando a sua tiragem, atingindo 9.500 exemplares no seu nº 9 e 11 mil no nº 12. Foram organizados comitês de *A Classe Operária* e equipes de propagandistas e *pacoteiros* nas fábricas e oficinas. Grupos de operários doavam o salário equivalente a um dia de trabalho por mês para sustentá-lo, e alguns sindicatos aprovaram auxílios financeiros e realizavam mutirões para a venda do jornal nas principais fábricas:

Cada exemplar era lido por muitos trabalhadores. Passava de mão em mão, até ficar completamente roto, ilegível. Os operários que não podiam pagar recebiam-no de gra-

ça. Representantes do jornal tomavam a palavra e eram apoiados nas assembleias dos sindicatos [...]. A *Classe Operária* exercia influência cada vez maior. Realizava um trabalho de educação e organização, agitação e propaganda. As células do PCB aumentavam. Os movimentos nas fábricas vivificavam-se. Os sindicatos reforçavam-se. [...] Rebentavam greves parciais apoiadas pelo jornal. [...] O jornal orientou-se no sentido da aliança do proletariado com os camponeses [...] no Rio de Janeiro, o jornal aparecia nas bancas, legalmente. Aí chegou a vender 1.142 exemplares do nº 4, 1.420 do nº 9, 1.454 do nº 10 e 1.734 do nº 12. Mas a grande maioria dos exemplares era distribuída pelos pacoteiros diretamente nas empresas (BRANDÃO, 1978, p. 306-309).

O governo não permitiu sequer três meses de liberdade para a imprensa comunista, e *A Classe Operária* foi fechada antes de publicar o seu nº 13, previsto para 25 de julho de 1925. Todas as tentativas de retomar a sua publicação falharam, pois as tipografias temiam represálias. Em novembro de 1925, o PC publicou o jornal *7 de Novembro* para comemorar o oitavo aniversário da Revolução Russa, e em 21 de janeiro de 1926, publicou o livro *Wladimir Ilitch*, para lembrar dois anos da morte de Lênin.

Apesar de todas as dificuldades, os comunistas fizeram ampla difusão de suas ideias. No artigo “La actividad del PCB”, em *La Correspondência Sudamericana*, nº 6, em 1926, Octavio Brandão informa:

Até o fim de 1925 o partido distribuiu entre os trabalhadores 255 mil exemplares de diferentes materiais políticos; abriu curso de teoria marxista; organizou 30 semanas de estudos partidários, com 240 aulas, para 1.440 alunos. A propaganda, incluída a da imprensa, alcançou 48 mil operários. Em 1926 foram distribuídos 3 mil exemplares do livro *Wladimir Ilitch*, com artigos de documentos de Lênin; grupos partidários comemoraram o dia da Comuna de Paris, o sétimo aniversário da Internacional Comunista e o do nascimento de Marx; o partido conseguiu editar 6 mil exemplares do boletim *1º de Maio* e organizar 20 exposições públicas dos materiais do 2º Congresso. Foi criada a Federação da Juventude Comunista, que começou a difundir o seu órgão, *O Jovem Proletário* (SODRÉ, 1984, p. 61).

Só no Primeiro de Maio de 1928 *A Classe Operária* voltou a circular de forma semilegal. O símbolo do partido ostentava uma pena atravessada, e a tiragem passou a ser de 20 mil exemplares. A edição do Primeiro de Maio de 1929 — em formato grande, com 14 páginas — alcançou 30 mil exemplares. Outra edição, também em 1929, atingiu 40 mil exemplares. Em meados de 1929, sua redação foi descoberta, invadida e destruída pela polícia. A partir de então, o partido publicou *A Classe Operária* de forma clandestina e teve diversas vezes as suas oficinas depredadas e os seus gráficos presos e torturados, até a conquista de sua legalidade, em 1945.

Os comunistas também utilizaram outras publicações para difundir as suas idéias: *Voz Cosmopolita* e *O Alfaiate*, no Rio de Janeiro; *O Maracajá*, no Recife (1926); *O Solidário*, em Santos; *Die Befreiung* (a libertação, em alemão, 1923) e *Martelo e Foice* (bilíngue, em português e alemão, 1924) em Porto Alegre. Entre 1923 e 1924, mantiveram uma coluna no diário *O País*, do Rio de Janeiro.

Aqui reside, inclusive, uma das particularidades históricas do PC do Brasil, que — diferentemente da maioria dos partidos comunistas, inclusive da América Latina — não surgiu de uma cisão ou da adesão à IC de algum partido social-democrata preexistente. Ao contrário, nasceu do movimento anarquista, em sua versão sindicalista revolucionária

Em fins de 1925, o PC do Brasil propôs a formação de uma “frente única do proletariado” e a criação, no menor prazo possível, da Confederação Geral do Trabalho (CGT):

A Classe Operária insistiu repetidamente na formação de uma grande frente única operária no Brasil [...] se bateu pela substituição dos “velhos” sindicatos de ofício pelos sindicatos de indústria. [...] Persuadiu os trabalhadores a se organizarem com um correspondente grau de centralização, para dar combate à “centralização cada dia maior do capitalismo” [...] o jornal se expressou assim: “A frente única não implica a renúncia a princípios de ordem doutrinária. Não chega a ser um acordo político, uma pacificação, sequer um armistício entre os que sustentam opiniões diferentes. [...] Quando se fala em frente única, é no terreno neutro, da luta econômica.” (DULLES, 1977, p. 227, 244-245)

Os sindicatos deviam substituir a organização por ofícios pela organização por ramo industrial e formar federações por ramo industrial. Em 1926, os comunistas, organizados no Bloco Têxtil, derrotaram o sindicalista “amarelo” Pereira de Oliveira, na União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, com 83% dos votos, dando importante passo para hegemonizar o movimento operário.

16. A LUTA PARLAMENTAR, A JUVENTUDE COMUNISTA E A FORMAÇÃO DA CGT

Em sua primeira participação eleitoral, o PC lançou para o Conselho Municipal de Santos, em 1925, pela Coligação Operária, o garçom João Freire de Oliveira, que fez 1,8% dos votos, mas não se elegeu. Nas eleições municipais de 1926, o dirigente comunista Joaquim Barboza de Souza foi, “a título pessoal”, um dos oito nomes que compôs a chapa liberal no 1º Distrito da capital federal, sem conseguir eleger-se.

Em 31 de dezembro de 1926 expirou o prazo do estado de sítio, que não foi renovado. Com isso, a vida política do país voltou mais ou menos à normalidade e o partido — que nesse momento contava com cerca de 600 membros — voltou a ter, na prática, uma atuação legal.

Em fins de 1926, o jornalista Leônidas de Resende — dono do diário *A Nação*, que havia sido suspenso durante o governo Bernardes e que a partir da Revolução Russa se aproximara das ideias comunistas — propôs à direção do PC do Brasil retomar a publicação de *A Nação*, como órgão do partido. Seu primeiro número, que saiu em 3 de janeiro de 1927, ostentava a foice e o martelo, o dístico “Proletários de todos os países, uni-vos!”, versos de “A Internacional” e frases de Lênin.

Em 5 de janeiro, *A Nação* publicou “Carta aberta da Comissão Central Executiva do PCB”, dirigida a várias organizações políticas operárias e líderes políticos, propondo a formação de um bloco operário para disputarem unidos as eleições para o Congresso Nacional, que se realizariam no dia 24 de fevereiro:

jamais o eleitorado operário do Brasil participou de uma campanha eleitoral nacional como força própria, como classe independente, apresentando um programa de reivindicações ditadas por seus interesses e aspirações de classe. [...] Os interesses e as aspirações do Partido Comunista não são diversos dos interesses e das aspirações do proletariado em geral. [...] É, pois, em nome da massa proletária, que o PCB se dirige, nesta carta aberta, às pessoas, aos partidos e aos centros acima mencionados [...] propõe-lhes a formação de uma frente única proletária na campanha eleitoral iniciada, tomando para base uma plataforma única de combate, contendo as reivindicações mais elementares comuns às massas laboriosas em geral [...] a participação no pleito eleitoral de todos esses candidatos e partidos, concorrendo uns contra os outros, dispersivamente, só pode dar como resultado o enfraquecimento das forças operárias [...] não somente no terreno estritamente eleitoral, aritmético, do pleito, mas sobretudo enfraquecimento e dispersão no terreno político. [...] O Partido Comunista não pretende concorrer com candidatos próprios e de tal sorte dividir as forças operárias [...] está disposto a apoiar a campanha eleitoral dos candidatos e demais grupos e partidos que aceitem travar a batalha em comum, na base de uma plataforma comum, segundo um plano comum (PEREIRA, 1976, p. III-III6).

Responderam favoravelmente à carta aberta o deputado Azevedo Lima, o Centro Político Proletário da Gávea e o Centro Político Proletário de Niterói. A “plataforma” proposta pelos comunistas é um documento que ainda hoje surpreende por sua atualidade. Algumas propostas foram incorporadas à legislação varguista, outras, à Constituição de 1988, e outras ainda aguardam a sua efetivação:

Política independente de classe — [...] os candidatos do Bloco Operário tomam o prévio compromisso de subordinar sua atividade parlamentar ao controle da massa operária, cujo pensamento ouvirão, em cada ocasião, através de seus órgãos de classe autorizados. [...]

Contra o imperialismo — [...] orientarão sua atividade no sentido da luta mais encarniçada contra o imperialismo das grandes potências financeiras. Dentro dessa orientação [...]: a) oposição a todo novo empréstimo externo; b) revisão dos contratos das empresas capitalistas estrangeiras concessionárias de serviços no Brasil; c) nacionalização das estradas de ferro, das minas e das usinas de energia elétrica; d) extinção das missões militar e naval estrangeiras; e) aliança com os países irmãos [...] que lutam contra os opressores imperialistas.

Reconhecimento *de jure* da URSS — [...] os candidatos do Bloco Operário preconizarão [...] o pleno restabelecimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os dois países.

Anistia aos presos políticos — Somos partidários da mais ampla anistia aos presos políticos de toda natureza, processados ou não, civis e militares. [...]

Legislação social — [...] Código do Trabalho [...] pontos principais da atividade parlamentar dos candidatos do Bloco Operário [...] a) máximo de oito horas de trabalho diário e 44 horas semanais, e redução a 6 horas diárias nos trabalhos malsãos; b) proteção efetiva às mulheres operárias, aos menores operários, com a proibição do trabalho a menores de 14 anos; c) salário mínimo; d) contratos coletivos de trabalho; e) o seguro social [...] contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade, a velhice; [...] g) licença, às operárias grávidas, de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com pagamento integral [...]; h) extinção dos serões [...]; i) descanso hebdomadário [dominical] em todos os ramos de trabalho [...; ...] m) saneamento rural [...], assistência médica gratuita aos doentes pobres [...].

Contra as leis de exceção — [...] pela mais completa liberdade de opinião, associação e reunião [...] direito de greve [...] proibir a indébita e arbitrária intervenção policial nas greves. [...] Os direitos de livre associação e livre opinião política devem ser extensivos aos pequenos funcionários e operários federais, estaduais e municipais [...].

Imposto — [...] só os ricos devem pagar impostos [...].

A reforma monetária e a carestia da vida — [...] a) reajustamento dos salários [...] segundo uma tabela [...] da relação entre o preço das utilidades e as necessidades mínimas da população trabalhadora [...] impostos sobre o luxo, sobre as rendas e sobre o capital dos grandes senhores agrários, industriais e comerciais.

Habitação operária — [...] a) construção, expropriação e municipalização geral das casas para operários; b) aluguéis proporcionais aos salários [...]; c) supressão dos depósitos [...].

Ensino e educação — [...] a) pela ajuda econômica às crianças pobres [...]; b) pela multiplicação das escolas profissionais [...]; c) pela melhoria das condições de vida do professorado primário [...].

Voto secreto — Somos partidários do voto secreto e obrigatório, e extensivo às mulheres e às praças de pré, bem como aos operários estrangeiros com residência definitiva no país. Entendemos, porém, que o voto secreto e obrigatório não é a panaceia universal capaz de curar todos os males da democracia [...; ...] b) adoção do sistema de representação proporcional por quociente eleitoral (PEREIRA, 1976, p. 116-122).

O Bloco Operário apoiou Azevedo Lima no 2º Distrito e o gráfico João da Costa Pimenta no 1º Distrito. Maurício de Lacerda, que não aderira ao Bloco Operário, foi candidato no 2º Distrito e lançou Luiz Carlos Prestes no 1º Distrito. Os comunistas o acusaram de estar tentando desviar a votação de João da Costa Pimenta, candidato dos operários. O diário *A Nação* assumiu o comando da campanha eleitoral, que teve grande repercussão. Abertas as urnas, no 1º Distrito foram eleitos cinco situacionistas, o menos votado deles com 6.620 votos; Prestes obteve 3.141 votos, e Pimenta, 2.024. Mesmo não tendo sido eleito, Pimenta teve votação considerável para a época e para a força real do partido. No 2º Distrito, Maurício de Lacerda, com 5.202 votos, não se elegeu, mas os oposicionistas Adolfo Bergamini e Azevedo Lima lideraram a votação, com mais de 11 mil votos. O resultado foi uma grande vitória do Bloco Operário e do PC, que pela primeira vez passou a ter representação no Congresso Nacional:

Os efetivos do Bloco Operário na capital chegavam a 8.600 militantes. Esses militantes fizeram 232 conferências entre os operários, distribuíram 75 mil exemplares do programa do Bloco Operário [...]. Mais tarde, o Bloco Operário foi transformado em Bloco Operário e Camponês (KOVAL, 1982, p. 215-216).

Passadas as eleições, foi criada em abril de 1927 uma direção provisória para a Juventude Comunista, encabeçada por Leôncio Basbaum:

Criamos uma direção provisória com ajuda de alguns estudantes [...] o Manuel [Karacick], o Francisco Mangabeira [...] e mais alguns que não demoraram muito em nosso movimento. Por sugestão nossa, *A Nação* publicava papeletas de inscrição para a JC [...] em poucos meses já havíamos recebido mais de cem inscrições, não somente do Rio, mas de outros estados [...]. Esses êxitos iniciais nos animaram a apressar a fundação da JC, que foi marcada para 1º de agosto [...] 90% dos membros da juventude comunista da época consistia[m] de jovens operários de 15 a 19 anos [...]. Começamos a editar um jornalzinho mimeografado, semanal, *O Jovem Proletário*. [...] Momentos agradáveis eu passava na redação de *A Nação* [...]. Lá comparecia sempre [...] o Aporelly — Aparício Torelli —, um gaúcho que não pensava ainda que um dia passaria à nobreza com o título de Barão de Itararé (BASBAUM, 1976, p. 46-48).

Os comunistas realizaram, em abril de 1927, o Congresso Sindical Regional do Rio de Janeiro, com a meta de unificar o movimento sindical. *A Nação*, que jogou papel decisivo na sua convocação, afirmou:

Duas tendências se debatem hoje em dia, no movimento sindical de todo o mundo. A tendência federalista, esposada pelos anarquistas e pelos anarcossindicalistas [...] vai cada vez mais perdendo terreno. A centralista é a que mais se impõe aos operários, como o meio mais eficaz de lutar contra a burguesia. Entre nós prevalecia, até bem pouco, o federalismo anárquico [...] o resultado disso foi a dispersão de forças, a desagregação, e o estado de fraqueza em que se encontra o proletariado. A tendência centralista cada vez mais se impõe. Em vez de sindicatos de ofício, os sindicatos de indústria. Em vez de federações

autônomas, as federações locais, federações nacionais de indústrias e, como remate, a CGT, organismo por excelência centralizado de todo o movimento sindical. Essa organização é a que mais consulta os interesses do proletariado na época atual de capitalismo centralizado, solidamente organizado (MUNAKATA, 1984, p. 44-45).

Participaram do congresso 36 sindicatos, 23 comissões de fábrica e três “minorias revolucionárias”, dos sindicatos contrários à unificação sindical. Dois anos depois, em abril de 1929, foi criada a CGT.

No Primeiro de Maio, foi criada a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, com delegados do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Pará, Amazonas, São Paulo e Minas Gerais, e foi realizado um grande comício em comemoração à data magna do trabalhador, na praça Mauá, convocado por *A Nação*.

Muitas outras campanhas foram feitas por *A Nação* — contra o fascismo, contra o imperialismo, contra a condenação de Sacco e Vanzetti, em defesa da URSS, em apoio à Revolução Chinesa etc.

Em um primeiro momento, a reação foi colhida de surpresa. Mas as classes dominantes não podiam tolerar a existência de um diário comunista, cuja influência crescia a olhos vistos. O governo enviou então ao Congresso a “Lei Celerada”, que, além da repressão às greves, autorizava o fechamento de agremiações, sindicatos, centros ou entidades que praticassem “atos contrários à ordem”, vedando a propaganda de suas ideias. A lei foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 28 de julho de 1927. Antes que a lei fosse aprovada no Senado e sancionada, foi criado um regime de terror. Em 1º de agosto, João Freire de Oliveira, gerente de *A Nação*, recebeu voz de prisão, mas conseguiu fugir. No dia 11 de agosto, véspera da sanção pelo presidente da República, circulou o último número de *A Nação*:

Jornal feito para as massas, destinando-se a larga repercussão no seio do proletariado nacional, é claro que *A Nação* comunista só podia viver [...] como órgão legal do Partido Comunista. Desde, porém, que a mal disfarçada ditadura burguesa, armando-se de uma lei de exceção, coloca o partido fora da legalidade, este jornal perde sua razão de ser como órgão legal do comunismo. Seria quixotada completamente inócua esperar que a polícia venha fechar-nos as portas violentamente. Preferimos nós mesmos fechá-las — na cara da polícia. Declaramos portanto suspensa a publicação de *A Nação*, a partir do próximo número (PEREIRA, 1976, p. 105).

Sancionada a “Lei Celerada”, o partido ficou em uma situação de semilegalidade. Com base na experiência exitosa do Bloco Operário, a direção partidária decidiu levá-lo para todo o país, utilizando-o como cobertura legal para sua atuação entre as massas. O Bloco Operário foi transformado em Bloco Operário e Camponês e organizado localmente, com estatutos e direções próprias, dirigidas pelo partido. O BOC se implantou rapidamente onde o partido existia. Através do BOC, os comunistas passaram a participar dos processos eleitorais estaduais e municipais e de diferentes atividades políticas e de massas:

Quanto ao chamado incidente do “cometa de Manchester” — passagem de um representante da IC por São Paulo, visando à organização do partido comunista no Brasil —, tudo indica ser uma “lenda fantasiosa”, que contribuiu para essa imagem de “criação artificial” do partido

Em princípios de 1928 [...] fui trabalhar no estaleiro Alcaraz & Cia. [...] era ainda ajudante quando entrei em contato político com o caldeireiro Ramão, membro do Partido Comunista do Brasil. Ele começou a me tirar da cabeça algumas ideias anarquistas como o apoliticismo [...]. Num domingo, quando participávamos de um torneio de equipes operárias de várias empresas [...], tomei parte de uma conversa com um moço, que depois de uma explanação política gentilmente nos ofereceu exemplares de *A Classe Operária*, jornal do PCB. Na segunda feira, Ramão, depois do almoço, manteve um diálogo comigo. Na próxima semana ingressei no Bloco Operário e Camponês. Na época, o novo militante só ingressava nas fileiras partidárias após certo tempo de comprovação da fidelidade à causa [...]. Aqui no Rio Grande do Sul, apesar da subestimação da atividade no campo, o BOC realizava um bom trabalho de organização e propaganda, defendendo as reivindicações imediatas dos trabalhadores em geral. [...] Em Porto Alegre, o BOC conseguiu influenciar vários setores da classe operária, sua sede social era na praça Parobé. Como membro da juventude dessa entidade, iniciei a tomar parte de uma organização de meu setor profissional, se não me falha a memória, era União dos Metalúrgicos (MARTINS, 1989, p. 27-28, 34).

Em fevereiro de 1928, em São Paulo, o BOC lançou Nestor Pereira Júnior candidato à Assembleia Estadual. Ante as inúmeras arbitrariedades policiais contra sua campanha, o BOC paulista retirou a sua candidatura e apoiou os candidatos do Partido Democrático, contrariando a orientação do partido.

Em 1º de maio de 1928, foi relançado o jornal *A Classe Operária*. Com o seu reaparecimento foi suspensa a publicação de *O Jovem Proletário*, da JC, que havia circulado durante os quatro primeiros meses de 1928 com uma tiragem de cerca de mil exemplares. *A Classe Operária* continuou sendo um semanário até o final de 1929, calculando-se que nessa sua segunda fase sua tiragem normal foi de 15 mil exemplares.

Nas eleições municipais de outubro de 1928, o BOC elegeu dois dos 24 conselheiros do Rio de Janeiro — o operário negro Minervino de Oliveira, no 2º Distrito, com 7.692 votos, e o intelectual Octavio Brandão, no 1º Distrito, com 7.088 votos. Minervino

só tomou posse após uma dura luta contra uma tentativa de fraude. Em Santos, o BOC lançou João Freire de Oliveira, que não se elegeu, mas fez quase 5% dos votos dados. Na capital de São Paulo, o candidato foi Everardo Dias, que fez baixa votação. Em Porto Alegre, o BOC lançou no 1º Distrito Plínio Gomes de Mello, que obteve 584 votos, mais de 5% dos votos, mas não foi eleito.

Após as eleições de 1928, o partido passou a não ter um controle absoluto sobre o BOC. A última participação eleitoral através dele ocorreu em 1930, quando os comunistas lançaram a candidatura de Minervino de Oliveira para a Presidência da República e de G. Valentim Antunes para a Vice-Presidência. Pouco depois o Bloco Operário e Camponês deixou de existir.

Nos seis primeiros anos de vida do partido, os comunistas acumularam importantes experiências. Derrotaram as concepções anarquistas no seio da classe operária, mas enfrentaram grandes dificuldades para arrancar os setores mais atrasados da classe operária da influência dos sindicatos reformistas. Participaram de importantes batalhas eleitorais e acumularam rica experiência de imprensa de massas. Tiveram poucos meses de vida legal e curtos períodos de semilegalidade. Mas não consolidaram um núcleo dirigente que dominasse o marxismo e conhecesse a realidade brasileira. Isso cobrou o seu tributo nos anos seguintes.

17. CONCLUSÕES

O surgimento do PC do Brasil decorreu, em primeiro lugar, da falência da anarcossindicalismo, que dirigiu as grandes lutas do proletariado brasileiro no final da década de 10 do século passado — como as greves gerais de 1917 e 1919 e a insurreição anarquista de 1918 —, levando-as a um beco sem saída. Nesse sentido, é herdeiro direto dessas grandes mobilizações operárias.

Aqui reside, inclusive, uma das particularidades históricas do PC do Brasil, que — diferentemente da maioria dos partidos comunistas, inclusive da América Latina — não surgiu de uma cisão ou da adesão à IC de algum partido social-democrata preexistente. Ao contrário, nasceu do movimento anarquista, em sua versão sindicalista revolucionária:

O Partido Comunista do Brasil não será o resultado de uma cisão de um partido socialista, como fora o caso de vários outros partidos comunistas na América Latina (o da Argentina, em 1918), principalmente depois do segundo congresso da Terceira Internacional, em 1920 (o do Chile, em 1921); nem da ação de militantes estrangeiros (como se passou no México, onde o partido foi fundado em 1919 pelo indiano Manabendra Nath Roy) (PINHEIRO, 1977, p. 109).

Essa origem no anarcossindicalismo tem tanto as suas desvantagens — estreiteza, “apoliticismo”, abstencionismo eleitoral, inexperiência organizativa — quanto as suas vantagens — combatividade, pregação da luta de classes, antirreformismo, internacionalismo.

Em segundo lugar, o surgimento do PC do Brasil é o resultado natural do amadurecimento político das lideranças mais avançadas do movimento operário brasileiro de então, que — ao tomar conhecimento da Revolução Russa, das conquistas do poder soviético e da teoria marxista — perceberam a impotência do anarquismo, com o seu espontaneísmo, sua fluidez orgânica, seu “apoliticismo”. A Revolução Russa de outubro de 1917 apresentou a eles, de forma clara, a questão da conquista do poder pela classe operária e a necessidade de um partido altamente organizado para dirigir a luta e de uma teoria e um programa revolucionários. É nesse sentido que se pode falar da enorme influência da Revolução Russa na formação do PC do Brasil, atuando como “catalisadora” desse processo de amadurecimento interno.

Essa compreensão sobre a grande influência da Revolução Russa no surgimento do PC do Brasil nada tem a ver com a opinião daqueles que afirmam que o PC do Brasil é uma criação artificial, fruto da ação da Internacional Comunista e de um punhado de “visionários” desligados do movimento operário brasileiro. Essa apreciação desqualificadora repete os surrados argumentos dos que enxergam o “dedo de Moscou” na origem dos partidos comunistas de todo o mundo.

Na verdade, a participação direta da IC no aparecimento do PC do Brasil é pequena, exercendo-se principalmente através do prestígio da Revolução de Outubro. Abílio Nequete, primeiro secretário-geral do partido, relata como tomou conhecimento, através do Partido Socialista Uruguaio, da convocação do 4º Congresso da IC e do interesse de que o Brasil se fizesse presente através do seu partido comunista. A partir daí, Nequete manteve contato com os outros grupos comunistas do país, visando à convocação de um congresso de fundação do partido. Nesse Congresso, Nequete representará — além do grupo comunista de Porto Alegre — o PC do Uruguai e a Agência de Propaganda para a América do Sul da IC.

Quanto ao chamado incidente do “cometa de Manchester” — passagem de um representante da IC por São Paulo, visando à organização do partido comunista no Brasil —, tudo indica ser uma “lenda fantasiosa”, que contribuiu para essa imagem de “criação artificial” do partido.

Nesse sentido, comprova-se a tese central deste estudo, que considera que a fundação do Partido Comunista do Brasil — independentemente de suas deficiências iniciais — foi um salto de qualidade na luta do proletariado brasileiro. E a sua persistência até os dias de hoje, apesar das terríveis perseguições, prova a sua necessidade histórica, que só desaparecerá com a supressão da sociedade de classes.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em História Afro-Asiática pelas Faculdades Porto-Alegrenses (Fapa). Presidente da Fundação Maurício Grabois no Rio Grande do Sul. Foi vereador de Porto Alegre em três legislaturas e deputado estadual em duas legislaturas, sempre pelo PCdoB. É autor, coautor e organizador de diversos livros e publicações.

► Texto recebido em 4 de novembro de 2021; aprovado em 10 de novembro de 2021

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BARROS, Manoel de Souza et al. **Memória e história**. São Paulo: Lech, 1982. v. 2.
- BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BODEA, Miguel. **A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, s.d.
- BRANDÃO, Octavio. **Combates e batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. v. 1.
- CARONE, Edgard. Algumas características do movimento operário no Brasil (1820-1914). **Princípios**, São Paulo, n. 41, cad. esp., 1996.
- _____. **O PCB: 1922-1943**. São Paulo: Difel, 1982. v. 1.
- DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Friedrich. Carta a Sorge (29/11/1886). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Correspondência**. Habana: Editora Política, 1988.
- GERTZ, René E. **Memórias de um imigrante anarquista**. Porto Alegre: EST, 1989.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Víctor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- _____. Movimento operário no Brasil. **O Semanário**, Rio de Janeiro, n. 150, 12-18 mar. 1959.
- LÖWY, Michael et al. **Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX**. Belo Horizonte: Vega, 1980.
- MARÇAL, João Batista. **A primeira greve contra uma multinacional no RS**. S.l.: mimeo, s.d.[a].
- _____. **Comunistas gaúchos**: a vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre: Tchê!, 1986.
- _____. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.
- _____. **Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.
- _____. **Reflexos da Revolução Russa no Rio Grande do Sul**. S.l.: mimeo, s.d.[b].
- MARTINS, Eloy. **Um depoimento político**: 55 anos de PCB. Porto Alegre: s.ed., 1989.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Contribuição para uma história da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- MOREIRA, Aluizio Franco. A greve de 1917 em Recife. **Clio**, Recife, v. 23, n. 1, 2005.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **50 anos de luta**. Rio de Janeiro: mimeo, 1972.
- PEREIRA, Astrojildo. **Formação do PCB: 1922-1928**. Lisboa: Prelo, 1976.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. **"Que a união operária seja a nossa pátria!"**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Tchê!, 1992.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Política e trabalho no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

ROSITO, Renata Irene Haas. **O pensamento político de Abílio de Nequete**. Porto Alegre: PUC-RS, mimeo, 1972.

SEGATTO, José Antonio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 4, n. 5, p. 183-205, 1996.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, 1988.

Do tenentismo à ANL: a disputa de projetos para o Brasil

From the Brazilian lieutenant's movement
to the National Liberation Alliance:
the dispute over projects for Brazil

Diorge Alceno Konrad*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.003>

Foto: Claro Jansson



Grupo de militares alinhados ao tenentismo e participantes da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Ao centro, Miguel Costa (o mais alto)

RESUMO

Entre 1922 e 1935, a formação social do Brasil passou por um ciclo revolucionário no qual diversos projetos de nação disputaram o poder político. Esse processo histórico se deu no âmbito da crise política e social da Primeira República, somada à crise mundial do capitalismo. Este artigo objetiva demonstrar parte da participação militar na história política brasileira republicana, a fim de se entender o surgimento do movimento tenentista e seu protagonismo no movimento de 1930, bem como os propósitos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organizada em 1935, herdeira de parte da tradição tenentista e parte do movimento comunista.

Palavras-chave: Tenentismo. Aliança Nacional Libertadora. Revolução. Brasil.

ABSTRACT

From 1922 to 1935, the social formation of Brazil went through a revolutionary cycle in which several projects of nation were competing for political power. This historical process took place in the context of the political and social crisis of the First Republic, added to the world crisis of capitalism. This article aims to demonstrate part of the military participation in Brazilian republican political history, in order to understand the emergence of the lieutenant's movement and its role in the 1930 movement, as well as the purposes of the National Liberation Alliance (ANL), organized in 1935, which is a legacy of both the lieutenant's tradition and the communist movement.

Keywords: Lieutenant's movement. National Liberation Alliance. Revolution. Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Diferentemente da maioria dos países latino-americanos, a República brasileira foi uma conquista mais demorada, ao longo do século XIX. Mantendo a herança escravista da colônia, a independência nos legou uma monarquia parlamentar, marcada por um liberalismo conservador com resquícios até a atualidade (KONRAD, 2015a).

A própria transição do modo de produção escravista para o capitalismo foi carregada de conservadorismo, com os latifundiários prolongando ao máximo a escravidão, impedindo que a luta de classes dos escravos se tornasse alternativa de poder político e garantindo uma República liberal e conservadora, dominada pelos fazendeiros e outras frações da nova burguesia agrária brasileira, mesmo que, com a abolição da escravidão (1888), a República (1889) e a Constituição republicana (1891), se garantissem as bases do Estado burguês no Brasil (SAES, 1985).

As transformações que ocorreram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX expressam as contradições em que se inseria a economia brasileira e sua dependência externa no contexto de surgimento do imperialismo, além das condições internas de desestruturação da escravidão, concomitantemente à falta de força de trabalho escravizada e ao desenvolvimento das forças produtivas de caráter capitalista (KONRAD; RAMOS, 1988, p. 26-28), haja vista que, na formação histórica do Brasil pré-Abolição, no último quartel do século XIX, quando o modo de produção escravista em crise chancelou a perda do poder econômico dos fazendeiros do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, essencialmente escravocratas, começava a desestruturar-se o regime que o sustentava, a monarquia (KONRAD, 2015a).

Setores médios, no processo de urbanização pelo qual passava o Brasil, vão aderindo à causa abolicionista, somando-se à quase “quatrocentona” luta dos escravizados. Após a Guerra do Paraguai, o Exército sobressaiu como aparato repressivo de Estado de influência nacional e, permeado por ideais positivistas e republicanos, passou a ter protagonismo político, imbuído das consignas “ordem e progresso” e “salvação da nação”.

Este artigo objetiva demonstrar parte da participação militar na história política brasileira republicana, a fim de se entender o surgimento do movimento tenentista e seu protagonismo no movimento de 1930, bem como nos propósitos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organizada em 1935.

2. DE MILITARES PELA REPÚBLICA A MILITARES REPUBLICANOS: O TENENTISMO

Ainda no Império, “salvar a nação” do atraso escravista e monárquico passou a ser, cada vez mais, uma diretriz dos militares, primeiro os oficiais de baixa patente, por fim os mais graduados. Daí, passando pelas chamadas questões militares e questões religiosas, para o golpe militar de 1989, que proclama a República e explica os governos republicanos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, tivemos um

tempo histórico muito curto, redefinindo as forças políticas no controle do poder de Estado. Sim, nossa República começa com um golpe militar, inaugurando a tradição de rupturas políticas golpistas tão comuns na nossa formação republicana. Ou seja, em um primeiro momento foram os militares republicanos que assumiram o governo central, seguindo-se os políticos civis do bloco liberal conservador (KONRAD, 2015a).

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ocorreu a ascensão de partidos republicanos regionalizados, cada qual defendendo os principais interesses de seu estado, uma República caracterizada por Rodrigo Patto Sá Motta como uma forma de reação ao centralismo do Estado imperial (MOTTA, 1999, p. 49). Durante esse período, em nível nacional, ganharam um maior destaque os partidos republicanos de São Paulo e de Minas Gerais, que se alternaram na Presidência do país, consolidando a República dos fazendeiros, especialmente da burguesia cafeeira, que alternará políticos paulistas e mineiros na Presidência da República, ocorrendo a reestruturação das forças políticas no controle do poder central. Num primeiro momento, são os militares republicanos que assumem o governo central, com Deodoro da Fonseca, seguido por Floriano Peixoto. Depois, seguem-se os políticos civis do bloco liberal conservador, marcado pela força política do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM) (KONRAD; LIMA, 2013, p. 55-56).

Com isso, mesmo que os fazendeiros do oeste paulista não chegassem ao governo imediatamente, se apressaram para consolidar seus eixos de poder através da Constituição de 1891, nitidamente uma Carta liberal conservadora. Para os grandes fazendeiros do Sudeste, a chefia do Poder Executivo veio com os governos de Prudente de Moraes (1894-1898) e, especialmente, Campos Sales (1898-1902). Aqui, a República, que já nasceu “Velha”, se consolidou, estabelecendo a “política dos governadores” (ou presidentes de Estado) e a “política café com leite”, tradicionalmente nominadas assim pela maior parte da historiografia (KONRAD, 2015a).

Na transição do Império para a República, a situação econômica do Brasil não teve mudanças significativas, mas possibilitou-se o alargamento capitalista da economia nacional, mesmo que esse capitalismo nascente já encontrasse sua grande crise entre 1892 e 1893, afetando o café em uma fase de superprodução. A solução foi dada pelo primeiro governo representante dos grandes fazendeiros, o governo de Campos Sales (1898-1902), o qual estabeleceu a busca de solução política para os revezes do encilhamento, através do acordo do *funding loan*, bem como a busca por valorizar o café, sobretudo em 1906, com o Convênio de Taubaté, aprofundando a subordinação da economia brasileira ao exterior, especialmente ao capital inglês. A consolidação da República dos grandes proprietários fundiários, braços direitos do imperialismo inglês, não livrou o Brasil da crise de acumulação capitalista de fins do século XIX, início do século XX, ao contrário, inseriu-o nela. A superprodução do café afetou o eixo central da economia brasileira, entre avanços e recuos, de 1892 a 1929 (KONRAD, 2015a).



Foto: Harry Schinke

Coluna Prestes: tropas revolucionárias paulistas em Foz do Iguaçu (PR), depois de terem descido de barco pelo rio Paraná para se juntar com as tropas gaúchas lideradas por Luís Carlos Prestes, 1925

Um dos fenômenos políticos mais característicos da Primeira República brasileira foi o “coronelismo” — expressão de uma classe proprietária agrária reacionária originalmente constituída de senhores de escravos e agora aburguesada — que estabelecia um sistema eleitoral elitista e uma força política e militar cuja grande marca era o “voto de cabresto”, as constantes fraudes eleitorais e o aprofundamento da “ideologia do favor”. Mesmo assim, o impulso industrial, iniciado ainda no Segundo Império, acelerou-se com novas políticas de aumento do mercado interno, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918 (KONRAD; RAMOS, 1988, p. 28-29), possibilitando que, ainda em 1928, a renda industrial ultrapassasse a renda agrícola (CARONE, s.d., p. 159).

As contradições políticas da Primeira República fortalecerão a “esquerda militar” (MORAES, 1991), não só substanciando os conflitos entre militares e civis, o que explica em parte a ascensão do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), mas tendo relação direta com a Reação Republicana, um movimento de oposição das classes dominantes brasileiras na Primeira República capitaneado pelos líderes dos estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, lançando Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, o candidato da tradicional aliança à Presidência da República, alicerçado politicamente por São Paulo e Minas Gerais. Nessa conjuntura, jovens oficiais do Exército e alunos da Escola Militar do Realengo ficaram ao lado da oposição, dando origem ao tenentismo, desdobrado no episódio do Forte de Copacabana, em 1922, na Revolta de São Paulo de 1924 e na consequente Coluna Prestes, que durará até o início de 1927, o que explica boa parte do aumento da crise de governança da tradicional política do Brasil na Primeira República, assim como as origens do movimento tenentista.

3. 1922: ORIGENS DO TENENTISMO E ASCENSÃO DAS LUTAS SOCIAIS

Na Primeira República, o desenvolvimento capitalista expulsou um grande contingente populacional do campo, formando uma massa de “subassalariados” ou de trabalhadores precarizados, além de uma significativa reserva de força de trabalho barata, marcada pelo desemprego estrutural, criando um forte processo de migração interna entre as cidades, o que resultou em diversos problemas sociais e precárias condições de alimentação, moradia, saúde, educação etc.

Nesse processo de nossa formação econômico-social, a história da luta social tem se contraposto às teses sobre a “índole pacífica” da sociedade brasileira. Muitos segmentos sociais defenderam-se e resistiram, muitas vezes de armas na mão, contra a exploração de classe e a opressão semicolonial, seja através de guerras camponesas (como em Canudos e no Contestado), seja por meio dos movimentos marcados pelo simbólico ano de 1922, através do Modernismo, do tenentismo e da formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) (KONRAD, 2006), redinamizando as lutas e greves da classe operária presentes em todo o período e somando-se a um contexto em que as mulheres estavam na linha de frente dos movimentos sufragistas.

Essas condições sociais e políticas gravavam contradições entre as frações das classes dominantes que hegemonizaram o poder político em boa parte da Primeira República, bem como causavam dissensos políticos em sua base de apoio, especialmente entre setores da pequena burguesia, particularmente nas camadas médias das forças repressivas do Estado, os militares.

Aqui, se entende melhor o que passou a ser chamado de Reação Republicana, como demonstrou Anita Leocádia Prestes: “Uma articulação formada, em 1921, pelas forças vinculadas aos partidos republicanos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco”, os quais estavam “insatisfeitos com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa”. Assim, mesmo que derrotada eleitoralmente em 1922, essa frente eleitoral que apoiava o fluminense Nilo Peçanha empolgou “amplos setores das populações urbanas que se mobilizaram contra a política dominante das oligarquias paulista e mineira” (PRESTES, 1994, p. 16-17), expressando conflitos que seriam fundamentais para o surgimento do movimento tenentista.

Mas a Reação Republicana não expressava apenas um conflito entre frações das classes dominantes que governavam o Brasil, muito menos uma aparente luta entre civis e militares. Anita Prestes já observou que, “numa situação de grave crise econômica, social, política e cultural da República Velha, como a que se delineava no início dos anos 20”, se criavam “as condições para o surgimento de um *clima revolucionário*, propício tanto à eclosão das revoltas militares, consubstanciadas no movimento tenentista”, como à “intensa atuação política dos grupos oligárquicos dissidentes” e “das camadas médias urbanas de outros setores de oposição” (PRESTES, 1994, p. 18-19, grifos originais). Concordando com o argumento da historiadora, é impossível entender as revoltas tenentistas de julho de 1922 e julho de 1924, desdobradas na Coluna

Prestes e na articulação para a formação da Aliança Liberal, em 1928, prenúncio do movimento de 1930, se não entendermos o papel da Reação Republicana na própria formação do tenentismo.

Diferentemente do que argumentou Maria Cecília Spina Forjaz, para quem o tenentismo adquiriu um “certo grau de autonomia política, em relação tanto às classes dominantes quanto às classes subordinadas”, devido à “inserção das categorias sociais de Estado no aparelho estatal”, separando a sociedade política da sociedade civil, em reiterado argumento liberal (FORJAZ, 1988, p. 31), bem como da visão do cientista político José Augusto Drummond, que defende a tese de que o tenentismo, “antes de qualquer outra coisa”, foi “uma forma de atuação política do Exército Brasileiro, mais exatamente de um Exército dividido por solicitações e projetos políticos conflitantes”, ou seja, foi “uma manifestação de *militarismo* e, enquanto tal, experiência única na história militar brasileira”, combinando “busca de soluções de força para problemas políticos nacionais”, “ausência da proposta de um governo militar”, “participação exclusiva de uma parte da juventude militar” e “grande isolamento político inicial” (DRUMMOND, 1986, p. 277), esse movimento expressou parte dos conflitos intraclasses do início da década de 1920 e teve relação direta com essa cisão no seio do poder coronelista, que fundamentou a chamada “política dos governadores”, sobretudo entre os governos de Prudente de Moraes, iniciado em 1894, e Washington Luís, encerrado em 24 de outubro de 1930, especialmente durante o final do governo de Epitácio Pessoa, que foi até 15 de novembro de 1922, e o governo de Artur Bernardes, o qual duraria até 15 de novembro de 1926. Foi nesses dois governos que ascendeu e se consolidou o tenentismo, bem como se desenvolveu boa parte da Coluna Prestes.

Mesmo como um fenômeno histórico delimitado por um tempo cronológico curto (1922-1935), como explica Carone (1975, p. 10), o tenentismo foi parte de um processo mais amplo dos movimentos sociais e políticos revolucionários, não no sentido de uma revolução social, como passou a defender o Partido Comunista, também originário de 1922, mas de uma revolução política difusa que empurrava sobretudo a jovem oficialidade radicalizada para uma solução de força, com o objetivo de tomar os quartéis e derrubar os governos que consolidaram a “política café com leite”.

Com ideologia difusa, mais moralista do que classista, os “tenentes” passaram a se indignar com as constantes fraudes no sistema eleitoral, oriundas do voto de cabresto, que fundamentavam nas localidades o poder central dos coronéis na capital federal. Antecedem o episódio as cartas supostamente escritas por Artur Bernardes atacando os militares, as quais geraram forte reação em setores importantes do Exército, envolvendo Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e agora presidente do Clube Militar, bem como seu filho, igualmente militar, Euclides da Fonseca, tensionando desde 1921 o processo eleitoral para a Presidência da República, cujo desfecho não terminaria no pleito de 1º de março de 1922.

Vencedor das eleições, Bernardes foi proclamado presidente em 7 de junho, disso logo resultando mais protestos da Reação Republicana, especialmente com re-

Como já escreveu João Quartim de Moraes, “a rebelião dos ‘tenentes’ constitui um episódio de rara densidade ético-cívica em nossa história política”

beliões populares em Pernambuco e com ordens de repressão ao movimento dadas pelo governo central, aumentando o protesto no seio militar e a contrariedade de Hermes da Fonseca, o que resultou em sua prisão e no fechamento do Clube Militar.

Era o que bastava para que jovens oficiais passassem a defender a reação com armas na mão, a fim de derrubar Epitácio Pessoa antes mesmo da posse de Bernardes. Assim, irrompeu o chamado Levante do Forte de Copacabana, ou Revolta dos 18 do Forte, em 5 de julho de 1922, liderado justamente por Euclides da Fonseca, que era capitão e comandante dessa unidade militar. Com apoio dos tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado, Mário Carpenter e outros militares, a marcha, que buscava atravessar a avenida Atlântica, teve o apoio de um civil, Otávio Corrêa, mas foi violentamente alvejada por tropas legalistas entre o Forte de Copacabana e o Leme, para onde se dirigiam de armas na mão os revoltosos, restando vivos apenas os dois primeiros (há muitas controvérsias na historiografia sobre o número exato de participantes da marcha, cuja maioria foi morta em combate), além de outros dois soldados. Antes mesmo da marcha, 272 militares que estavam no forte se renderam, outros mais desistiram da marcha, enquanto Euclides da Fonseca foi preso ao tentar negociar com o ministro da Guerra, o civil João Pandiá Calógeras, assim como o forte foi intensamente bombardeado pela Fortaleza de Santa Cruz, na baía de Guanabara.

A revolta heroica do Forte de Copacabana, enfrentando mais de 3 mil militares legalistas e que durou até o dia seguinte, devido à mobilização na Vila Militar e na Escola Militar de Realengo, buscando derrubar a República Velha, resultou em grande repressão aos jovens oficiais, mas não debelou sua mobilização política.

Ao contrário. A estratégia do Exército de afastar os “tenentes” do eixo político na capital federal fez com que os jovens rebeldes fossem transferidos para os mais longínquos locais do país, incluindo a Amazônia e o Rio Grande do Sul, de onde sairiam, exatamente dois anos mais tarde e em um novo Cinco de julho, a Comuna de Manaus e a Divisão Rio Grande, comandada pelo capitão Luiz Carlos Prestes, a partir de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, marcha que contou com a adesão de muitos “maragatos” derrotados na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, mas que não aceitaram o *Pacto de Pedras Altas*, assinado em 14 de dezembro de 1923, depois de quase

um ano de luta armada que envolveu os republicanos que apoiavam o presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, contra os federalistas (maragatos), liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Em 1924, o centro inicial da nova revolta tenentista foi a Revolta Paulista, ocorrida na capital do estado de São Paulo, com a pretensão de derrubar o governo de Artur Bernardes. O movimento defendia pautas liberais democráticas, como o voto secreto, Justiça gratuita e igualdade perante a lei, reforma dos métodos da educação pública, reformas tributária e aduaneira, separação da Igreja e do Estado, com liberdade religiosa, e moralização da política, com proibição da reeleição dos presidentes da República e dos presidentes dos estados, cuja pauta estava presente nas “condições de paz” de 17 de julho, assinadas por Isidoro Dias Lopes, e no *Manifesto das forças revolucionárias*, de 27 do mesmo mês de 1924, publicado em *O Estado de S. Paulo*¹, entre outras, objetivando um “governo provisório” e a retomada do poder pelos militares.

Sob a liderança militar de Isidoro Dias Lopes, então comandante da Força Pública de São Paulo, e a liderança política do também militar Miguel Costa, o movimento sofreu intensa repressão, com o bombardeio de São Paulo, sobretudo nos bairros operários, mesmo que os “tenentes” tivessem recusado o apoio do proletariado, resultando em derrota militar que foi acompanhada da decisão da agora Divisão Paulista de marchar em direção ao Paraná, para onde se deslocava a Divisão Rio Grande.

Aqui se formaria a Coluna Prestes, a qual, sob a liderança do Cavaleiro da Esperança desde a saída do Rio Grande do Sul, com o objetivo de chegar à capital federal, já vinha se utilizando da tática de guerra de movimento, a mesma praticada ao longo da República pelos maragatos rio-grandenses. É importante lembrar que o Exército Brasileiro, bem como as polícias militares estaduais, ao menos até o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), combatia os inimigos com a “guerra de posição”. Assim, a “guerra de movimento” ou tática de guerrilha, proposta por Luiz Carlos Prestes, foi fundamental para que as tropas governistas não conseguissem impor derrotas significativas nem impedir a marcha da coluna.

Ainda na “capital missioneira”, em 29 de outubro de 1924, foi lançado o manifesto *Povo de Santo Ângelo*. Como demonstra Amílcar Guidolim Vítor, “o texto do manifesto de Santo Ângelo iniciava-se com um apelo, exposto na seguinte frase: ‘É chegada a hora solene de contribuirmos com nosso valoroso auxílio para a grande causa nacional’”. No manifesto, os revolucionários exigiam que o voto do povo fosse secreto, que a vontade do povo fosse uma verdade respeitada nas urnas, que fossem “confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil” e que os governos tratassem “mais do auxílio ao povo laborioso”, que vivia “trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil” (VÍTOR, 2021, p. 113)².

Em paralelo, a revolução tenentista se espalhou pelo país, com destaque para Mato Grosso, Sergipe e Amazonas. Em Manaus, como mostra Anita Leocádia Pres-

1 Ver as condições e o manifesto em Carone (1975, p. 276-279).

2 Como se pode ver também no panfleto-manifesto (PRESTES, 2009, p. 84; CARONE, 1975, p. 298-300).

tes, “os rebeldes que assumiram o poder em julho de 1924, nele permanecendo por mais de um mês, chegaram a proclamar e pôr em prática algumas medidas de caráter social e nacionalista”, com destaque para a tributação dos ricos para remunerar os pobres e a estatização de duas companhias inglesas, mas que “foram rapidamente neutralizadas com o esmagamento da revolta amazonense pelas tropas governistas” (PRESTES, 1997, p. 96).

A marcha da Coluna Prestes representou o auge armado do movimento tenentista, quando Aníbal Benévolo e Prestes (junto com o tenente Mário Portela) revoltaram-se quando atuavam, respectivamente, na Brigada de Cavalaria de São Borja e no 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, sendo seguidos por militares de São Luiz Gonzaga, Uruguaiana e a mesma São Borja, tendo à frente os militares Pedro Gay, Juarez Távora (aqui, com apoio do maragato Honório Lemes) e Rui Zubarán (auxiliado por Siqueira Campos, desde o seu exílio na Argentina). Logo depois, rebelaram-se batalhões do Alegrete, sob o comando de João Alberto Lins de Barros, e de Cachoeira do Sul.

Ao romper diversas vezes o cerco legalista, mesmo com muitas baixas, como a do tenente Mário Portela Fagundes, em Pinheirinho do Vale, em janeiro de 1925, a coluna conseguiu sair do Rio Grande do Sul, atravessou Santa Catarina a pé (pois havia perdido quase todos os cavalos na travessia do rio Uruguai) e se estabeleceu provisoriamente em Foz do Iguaçu, no Paraná. Ali, com a chegada da Divisão Paulista, em 12 de abril, Prestes, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa formaram a 1ª Divisão Revolucionária da Coluna Costa-Prestes, articulada por quatro destacamentos comandados por Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Cordeiro de Farias e Djalma Dutra.

Dali em diante, se consolidaria uma das mais gloriosas marchas da humanidade, chamada pela filha de Luiz Carlos Prestes com a revolucionária Olga Benário, a historiadora Anita Leocádia Prestes, de “uma epopeia brasileira” (PRESTES, 2009).

Sempre com o objetivo, não consolidado, de chegar ao Rio de Janeiro e derrubar o governo, a Coluna Prestes durou mais que o mandato de Artur Bernardes, saindo do Paraná, adentrando o Paraguai, voltando ao Brasil por Mato Grosso e rumando a Goiás, Minas Gerais, o atual Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, retornando a Mato Grosso, pelo Pantanal, de forma invicta, até o exílio de seus integrantes, na Bolívia, em 3 de fevereiro de 1927. Apenas para se ter uma ideia comparativa, a marcha liderada por Mao Tsé-tung e Zhou Enlai, composta por 100 mil participantes (30 mil soldados e 70 mil camponeses), entre 16 de outubro de 1934 e 20 de outubro de 1935, percorreu 12,5 mil km, enquanto a Coluna Prestes percorreu o dobro desse percurso.

Assim, como indica Anita Leocádia Prestes, se o tenentismo “foi o fruto mais evidente da crise política da República Velha, a Coluna Prestes marcou a década de 1920 como o momento culminante das revoltas tenentistas, o episódio mais importante da saga dos ‘tenentes’”. Em seus dois anos e três meses de duração, com cerca de 1,5 mil homens e 50 mulheres, sem ter sido derrotada, transformou-se num “exército com características populares, cuja marcha pelo Brasil foi decisiva para que a chama

Se a Primeira República havia começado com um golpe, terminaria com outra ruptura, mesmo que a ruptura por golpe de Estado tivesse avançado, no primeiro caso, para uma república, e, no segundo caso, para uma república social, garantindo direitos sociais e trabalhistas e implantando reivindicações históricas das classes trabalhadoras

da revolução tenentista se mantivesse acesa”. Apesar de ser “uma marcha militar”, ela “adquiriu as características de movimento popular”, agregando trabalhadores do campo e lutando “pela liberdade e pela justiça para o povo brasileiro, ainda que esses conceitos fossem vagos e imprecisos na mente de homens humildes e rudes” (PRESTES, 2009, p. 129-130).

Como já escreveu João Quartim de Moraes, “a rebelião dos ‘tenentes’ constitui um episódio de rara densidade ético-cívica em nossa história política”, bem como “na história do Exército Brasileiro”, haja vista que “assinala o momento em que mais fortes foram em suas fileiras os partidários de uma ruptura revolucionária da ordem social injusta imposta ao país pela oligarquia latifundiária”, especialmente “contra a corrupção eleitoral, atraso cultural, a miséria social e as demais consequências perversas de um sistema político formalmente republicano” (MORAES, 1991, p. 135). Antes do seu fim, ainda ganhou um novo fôlego, através de levantes militares em Bagé e São Gabriel, logo debelados, mas suficientes para estourar a Coluna Relâmpago, quando, em Santa Maria, primeiro no 5º Regimento de Artilharia Montada, depois, na madrugada de 16 de novembro de 1926, quando a cidade “foi acordada com toques estridentes de clarim” e “os primeiros tiros de canhão foram disparados na frente do 7º Regimento de Infantaria”, no fim da atual rua Dr. Bozzano, cujos “alvos eram posições legalistas no centro da cidade” (RITZEL, 2020), os irmãos Alcides e Nelson Etchegoyen lideraram a sublevação militar, tentando impedir a posse de Washington Luís. Era um novo momento tenentista,

contido após ásperos combates em que também se envolveram novas colunas formadas por rebeldes exilados, que cruzaram a fronteira para apoiar o levante, gerando uma situação em que a sorte das armas permaneceu algum tempo indecisa, o que levou o general Isidoro, o qual, nesse momento, estava com suas tropas estacionadas no Paraguai, a solicitar à Coluna Prestes que prosseguisse sua luta

mais dois meses, numa última tentativa de reacender a rebelião em escala nacional (MORAES, 1994, p. 33).

A Coluna Prestes deixou sementes, no sentido dado por Nelson Werneck Sodré ao afirmar que, para se entender o papel desta como “episódio culminante do tenentismo”, qualquer um que “ignorasse [...] que cada etapa histórica contém o germe da seguinte estaria incidindo em profunda incompreensão do processo” (SODRÉ, s.d., p. 59-60).

Assim, o fim da Coluna Prestes não ocorreu com a crise política da Primeira República, muito menos com as articulações tenentistas para derrotar a República das Oligarquias, como defendia o movimento. Como se sabe, não seria diferente com o Partido Comunista. Submetido a rigorosa ilegalidade e clandestinidade desde o governo de Artur Bernardes, com repressão continuada após Washington Luís assumir, em 1927, os comunistas brasileiros organizaram o Bloco Operário e Camponês (BOC), articulado para a ação legal e eleitoral, chegando a ter candidato à Presidência da República em 1930, o primeiro candidato presidencial operário e negro da formação social do Brasil, Minervino de Oliveira. Marmorista, Minervino já havia sido eleito, pelo BOC, intendente da cidade do Rio de Janeiro, em 1928, bem como secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), criada em abril de 1929. Aliás, essas articulações igualmente demonstram que o tenentismo era um movimento político e social que, como indicou Anita Leocádia Prestes, “não foi militarista, nem esteve isolado da sociedade brasileira da época”, pois manteve, “em maior ou menor grau, contato com os diferentes setores sociais e políticos em oposição aos grupos dominantes da burguesia cafeeira — as frações oligárquicas dissidentes, as camadas médias urbanas e elementos do operariado” (PRESTES, 1997, p. 98).

No exílio na Bolívia, Astrojildo Pereira, em nome do Partido Comunista, vai ao encontro de Luiz Carlos Prestes, levando algumas obras marxistas para o Cavaleiro da Esperança. O grande líder brasileiro iniciava ali a aproximação com o comunismo, ao qual se manteria fiel até o fim da vida, pois, como indicou Carone, essa segunda fase do tenentismo, a do exílio, aparentemente ambígua, concretizava “as opções e os caminhos da revolução”, explicitando que não existe tenentismo, mas “*tenentismos*” (CARONE, 1975, p. 11-12, grifos originais). Nela, o tenentismo se dividirá em duas alas: uma, que apoiará a “revolução política” com as frações burguesas, na qual estarão Jurez Távora, João Alberto, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e outros, e que desembocará na articulação à esquerda em 1930; outra, a da “revolução social”, que levará parte do tenentismo ao comunismo, tendo Prestes à frente, expressa por seu *Manifesto de maio de 1930*.

4. TENENTISMO E MOVIMENTO DE 1930

No Rio Grande do Sul, em 1928, sucedendo Borges de Medeiros na Presidência do estado, entrou em cena Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda do governo Wa-

Foto: Claro Jansson/Arquivo público



Getúlio Vargas com outros líderes da Revolução de 1930 em Itararé (SP) logo após a derrubada de Washington Luís

shington Luís (1926-1930), eleito pela unidade da Frente Única Gaúcha (FUG), coligando governo e oposição liberal conservadora. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em aliança com o Partido Libertador (PL), formava a base política da Aliança Liberal (AL) que lançaria o próprio Vargas candidato à Presidência nas eleições nacionais de 1930 (KONRAD; LIMA, 2013, p. 61).

Com a vitória eleitoral de Júlio Prestes, Getúlio Vargas, mesmo com vacilações iniciais, foi convencido a não aceitar a derrota, e, junto com a dissidência mineira e paraibana, sob a alegação de fraude eleitoral e com apoio da maioria tenentista, movimentou-se para a derrubada do governo de Washington Luís, iniciando o Governo Provisório e dissolvendo o Congresso Nacional e as assembleias estaduais já em 11 de novembro de 1930. Segundo Neill Macaulay, “era natural que os membros da Revolução de 1930, que proclamavam ideias liberais, tentassem recrutar os heróis da Coluna Prestes. Do alto-comando da coluna, apenas Luiz Carlos Prestes, que se dedicava ao estudo do marxismo-leninismo na Argentina, rejeitou o apelo às armas em 1930” (MACAULAY, 1977, p. 229).

Assim, se a Primeira República havia começado com um golpe, terminaria com outra ruptura, mesmo que a ruptura por golpe de Estado tivesse avançado, no primeiro caso, para uma república, e, no segundo caso, para uma república social, garantindo direitos sociais e trabalhistas e implantando reivindicações históricas das classes trabalhadoras (KONRAD, 2015a). Soma-se a isso que a maioria tenentista que vai apoiar o movimento de 1930, além do liberalismo radical, também defendia um projeto industrializante para o Brasil, de forma mais radical que a própria Aliança Liberal.

Para dar sustentação política a esse período do Governo Provisório, a maioria dos “tenentes” vai estar na linha de frente, seja organizando as Legiões Revolucionárias junto com Osvaldo Aranha, Plínio Salgado e outros, seja criando o Clube 3 de Outubro, sustentáculo paralelo do governo Vargas, ao menos até o fim da Constitucionalista de 1932, seja participando das interventorias nos estados (SILVA, 1972), até a derrota final do movimento, quando Getúlio promove uma conciliação durante o processo constituinte (1933-1934), visando à sua manutenção no governo.

Com o movimento de 1930 e a chegada da oposição oligárquica ao governo (KONRAD, 2013, p. 93-105), ocorrida em 24 de outubro, começou o processo mais acen-tuado de um modelo econômico de desenvolvimento nacional e autônomo (KONRAD, 1987, p. 38). A crise econômica de 1929 afetara a economia do país como nunca, fazendo com que os preços baixassem de forma brutal, especialmente, em razão do aumento dos estoques, o preço do café — nosso principal produto de exportação —, ao mesmo tempo que ocorreu uma retração do mercado, gerando contínuos impasses para a agricultura, a pecuária e o comércio e aumentando as dívidas (KONRAD; RAMOS, 1988, p. 31).

Em termos políticos, 1930 tinha dívidas profundas com as reivindicações de moralização das eleições, uma das principais reivindicações do movimento tenentista, o qual marcara a década de 1920, somando-se aos pleitos de reforma da Constituição de 1891 e da legislação eleitoral vigente e herdada da Primeira República.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Getúlio Vargas e outros líderes do novo governo, como Lindolfo Collor, em constantes discursos e manifestações públicas, reiteravam a máxima de que no Brasil “a questão social havia deixado de ser caso de polícia”. Cumpria-se, assim, parte importante da plataforma eleitoral da Aliança Liberal, que, dentre seus pilares, apresentara a diretriz da harmonia social para a solução governamental dos conflitos entre capital e trabalho, tão comuns na época da Primeira República (KONRAD, 2004, p. 32).

O movimento de 1930, na verdade, havia representado uma solução incompleta e ambígua dos problemas da Primeira República (KONRAD, 1994, p. 69). As soluções das questões políticas, sociais e econômicas do pós-1930 foram sempre parciais e dirigidas pelos grupos dominantes. Mesmo os “tenentes”, com perspectivas industrializantes, através de um nacionalismo exaltado, combinado com um vago anti-imperialismo, numa atuação de caráter moralista, apresentavam “propostas políticas autoritárias e desprezo pelas formas da democracia liberal” (VIANNA, 1992, p. 24).

A Revolução de 1930 trouxe a “modernidade” burguesa para o Brasil. A consolidação do trabalho livre, urbano e mecanizado, como uma das bases de sustentação econômica, pôde aproximar as conclusões sobre o período pós-1930. Porém, a “modernização”, que implicava também os pilares políticos clássicos da modernidade burguesa, baseados na igualdade de direitos e na democracia participativa, ainda encontrou dificuldades para criar raízes nesse período (KONRAD, 2004, p. 200-201).

Momentaneamente, parecia que novos ventos de liberdade, para os que estiveram na oposição naqueles últimos anos, soprariam sobre o Brasil. Em 8 de novembro, com o decreto nº 19.395, o governo concedeu a anistia a todos os implicados em movimentos revolucionários do país, fossem políticos ou militares, competência cabível apenas ao Poder Legislativo durante a vigência da Constituição de 1891. Particularmente, eram atingidos pelo decreto os “tenentes” de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes.

Por outro lado, anunciava-se a punição dos líderes do regime anterior. As prisões dos ex-integrantes do governo continuaram, sendo que, inicialmente, muitos foram declarados incomunicáveis, com o *status* de presos políticos. Em 10 de novembro, apareceram os primeiros deportados, quando, através do decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, o governo passava a exercer os poderes Executivo e Legislativo conjuntamente, sendo que o artigo 5º estabelecia a suspensão das garantias constitucionais (o parágrafo único estabelecia que não teriam direito ao *habeas corpus* os réus funcionais e os sujeitos a tribunais especiais); o artigo 16 criava o Tribunal Especial para os processos e julgamentos dos crimes políticos, funcionais e outros. No dia seguinte, cumprindo promessa, Getúlio Vargas decretou a dissolução do Congresso Nacional, das câmaras estaduais e dos conselhos municipais de todo o país.

As medidas autoritárias se ampliaram com a ideia da criação de Tribunais Revolucionários Especiais. E logo geraram polêmicas, porque visavam atingir os integrantes dos escalões superiores do governo, portanto integrantes das classes dominantes. Quanto aos comunistas, que haviam se oposto ao movimento de 1930 (CARONE, 1989, p. 302-9; 1982b, p. 83-119), continuavam inimigos da ordem pública (KONRAD, 2004, p. 156-159). A permanência de práticas repressivas, por sua vez, rapidamente gerou dissensos em frações das classes dominantes que apoiaram o movimento de 1930, assim como veremos na divisão da base tenentista que apoiara Getúlio.

Logo no início de 1932, o Partido Democrático de São Paulo (PD) rompeu com o Governo Provisório, passando a utilizar a tática central da reivindicação da reconstitucionalização do país. Como desdobramento, no dia 25 de janeiro, na praça da Sé, centro da capital paulista, um comício pró-Constituinte reuniu aproximadamente 100 mil pessoas. Logo depois, em 16 de fevereiro, as classes dominantes paulistas se reorganizam politicamente, reunindo o PD e o PRP e formando a Frente Única Paulista (FUP), em oposição ao governo federal (KONRAD, 2004, p. 208).

Boa parte da classe dominante paulista nunca aceitara o movimento de 1930, muito menos a interventoria sob liderança tenentista, que descontentava o PD (KONRAD, 2004, p. 184). Muitos paulistas consideravam o outubro de 1930 como “um atentado moral e inominável crime contra a nação brasileira”, crime com “consequências na ordem política e na ordem social”, como expressa um autor da época, Renato Jardim (JARDIM, 1932, p. 11-13).

Pressionado pela oposição liberal-conservadora, em 1932, Getúlio assinou o Código Eleitoral e criou a Justiça Eleitoral, regulando as eleições federais, estaduais e municipais, a contragosto de sua base de apoio tenentista, a qual defendia que Getúlio

lio avançasse para uma ditadura. Como conquistas, o código introduziu o voto secreto, o voto feminino e o sistema de representação proporcional. A legislação eleitoral, pela primeira vez, fez referência aos partidos políticos, ainda aceitando a candidatura avulsa.

Em 25 de fevereiro, um dia depois de Vargas ter assinado o Código Eleitoral, foi empastelada uma publicação do jornal *Diário Carioca*, na sede da empresa, na praça Tiradentes, Rio de Janeiro, sendo feridos vários linotipistas e jornalistas. A invasão do periódico havia sido praticada por uma tropa de 50 militares do 1º Grupo de Cavalaria Divisionária, ligados ao Clube 3 de Outubro, uma das principais bases tenentistas de sustentação do governo Vargas, fundado no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1931, e abertamente contrário à reconstitucionalização do país, bandeira que o jornal passara a defender. Maurício Cardoso, o ministro da Justiça, prometeu punir com rigor os culpados, enquanto Vargas anunciou publicamente que tomara providências nesse mesmo sentido (CARNEIRO, 1978, p. 134-143).

Com esse episódio, os libertadores gaúchos iriam romper com o Governo Provisório, em apoio aos paulistas. Com o ataque ao jornal, Batista Luzardo, chefe de polícia, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e Maurício Cardoso, ministro da Justiça, encontraram a justificativa para deixar o ministério de Vargas. Com eles, saíram João Neves da Fontoura, que era consultor jurídico do Banco do Brasil, e mais alguns aliados. No lugar de Luzardo, assumiu Salgado Filho, que comandava a polícia política desde 1930.

A partir desse momento, aliados ao PD de São Paulo, esses líderes políticos rio-grandenses, com o apoio de Borges de Medeiros, aumentaram a mobilização, rumo à oposição liberal conservadora em relação ao governo Vargas. Nesse momento, construía-se a Revolta Paulista de 1932. A oposição bandeirante a Getúlio se organizava. Em São Paulo, em 22 de maio, após um comício pró-Constituinte, na praça do Patriarca, no centro da cidade, os integrantes dirigiram-se para a praça Tiradentes, em frente ao quartel do 1º Batalhão de Polícia, e, depois, para o Quartel-General da Força Pública do Estado, fazendo pequenas manifestações. Na frente do quartel-general, no momento em que um orador, da rua, expunha as aspirações gerais do movimento, iniciou-se um tiroteio violento, com a chegada da cavalaria da polícia, que dispersou a multidão a golpes de espada e a tiros. No dia 23, aconteceu outro grande conflito na praça da República, próximo ao Clube 3 de Outubro, resultando em vários mortos, entre eles os estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Em homenagem a esses jovens mortos, foi criada uma guarda paulista, com o nome de MMDC, marca do movimento paulista de 1932, cuja sede de recrutamento foi a Faculdade de Direito (SANTOS, 1999, p. 21).

Em 9 de julho iniciou-se o movimento de São Paulo. Como explica Manoel Correia de Andrade, com “o evoluir da crise econômica [...] a repercussão dos movimentos de reivindicações operárias e a agressividade dos tenentes reunidos no Clube 3 de Outubro”, criou-se uma condição que amedrontou “a burguesia rural dos estados



Carlos Lacerda lê mensagem de Luiz Carlos Prestes que termina com a palavra de ordem “Todo poder à ANL!”

mais ricos: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”, criando as condições políticas para a conspiração (ANDRADE, 1988, p. 65-66).

O rompimento do PL e do PRR com Vargas, assim como o do PD paulista meses antes, tinha, entre outras razões, a maior aproximação do presidente com os “tenentes” do Clube 3 de Outubro, considerados por eles como de esquerda, por serem contrários à reconstitucionalização do país. João Neves da Fontoura chamava-os de “juventude militar extremista”, quando não de comunistas.

Iniciada em 9 de julho, a chamada Constitucionalista de 1932 foi derrotada três meses depois, mas sua reivindicação, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), foi aceita por Vargas e decretada sob o nº 22.621, em 1933. O contraste entre a vitória política e militar de Vargas, construída com o apoio de forças militares estaduais e do Exército, com apoio tenentista, e a convocação da Constituinte rapidamente resultou em oposição de vários “tenentes”, os quais passaram a chamar o movimento de 1930 de “revolução traída”. Alguns deles, ainda em outubro, rumaram à direita, para a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada no mesmo mês e liderada por Plínio Salgado.

Convocada a ANC, foi estabelecido que, além dos deputados eleitos na forma prescrita pelo Código Eleitoral, outros 40 seriam eleitos pelos sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissionais liberais e de funcionários públicos. Consolidava-se a representação classista, aos moldes do corporativismo, juntamente como voto das mulheres, pela primeira vez na história brasileira. Como resultado das

eleições para a ANC, a surpresa foram as eleições de Carlota de Queiroz (primeira deputada mulher) e Álvaro Ventura, militante do Partido Comunista.

Ainda em 1934, o Brasil viveu momentos de agitação política, em parte devido aos trabalhos da ANC e à ameaça de golpe por militares contrários à reconstitucionalização (mesmo após a promulgação da Carta, esses militares continuaram com pretensões golpistas), além da pressão integralista e a consequente dinamização dos movimentos que se opunham a ela. O número de greves aumentou e o governo aceitou, no horizonte, com o intuito de controlar a situação e a oposição, com a possibilidade de promulgar uma lei de segurança que barrasse as pretensões da organização popular.

Em 28 de maio de 1934, a ANC votou pela anistia e pela restituição dos direitos políticos dos implicados no movimento de 1932. No mesmo dia, a ANC possibilitou a eleição constitucional de Getúlio Vargas. Dois dias depois, a medida era estendida aos interventores (KONRAD, 2004, p. 288-289), estabelecendo eleições estaduais. Getúlio Vargas foi empossado em 20 de julho de 1934.

Na passagem de 1934 para 1935, enquanto o movimento sociopolítico procurava construir greves econômicas e/ou políticas, o governo de Vargas, especialmente com a procura da aprovação de uma lei de segurança, encaminhava medidas para conter qualquer avanço popular.

Em contraposição, passou a crescer no país a organização da ANL, frente antifascista e anti-imperialista, cuja existência foi anunciada no Congresso Nacional ainda em janeiro de 1935. A polícia política acompanhou o lançamento da ANL no Teatro João Caetano, em 30 de março de 1935, relatando que aquela reunião, “cuja assistência encheu literalmente aquele próprio municipal (cerca de 2 mil pessoas)”, com a presença de “grande massa proletária, considerável número de pessoas de representatividade social, inclusive oficiais do Exército e da Armada”, se caracterizou pelas críticas “mais acrimoniosas” aos governantes de então e à “lei monstro”, a LSN, conforme pode se constatar em documento produzido pela polícia política³. Era uma conjuntura em que, igualmente, setores militares de oposição de esquerda e tenentista ao varguismo radicalizavam-se a favor da ANL, sobretudo aqueles contrários a uma nova lei de segurança, já chamada por eles de “lei monstro”. Em contraposição, tudo que não interessava a Getúlio era pôr em perigo a retomada da hierarquia militar pela cúpula das Forças Armadas, razão da crise final do tenentismo.

A nova LSN, que vinha sendo preparada no Congresso, finalmente foi aprovada em 30 de março e era apoiada por muitos que se consideravam liberais, atitude cuja explicação sintetiza Angela Araújo: “A defesa de princípios liberais pelos setores oligárquicos e pelos segmentos do empresariado urbano que davam sustentação ao governo constitucional mostrou rapidamente a sua incapacidade de conviver com a organização e participação dos setores subalternos”, haja vista “o medo da crescente mobilização popular, que se aprofundou e adquiriu contornos políticos mais precisos

3 Cf. Fundo Dops, setor Comunismo, pasta 18-A, folhas 228 a 233, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

A ANL representou um ponto de convergência do movimento operário autônomo, de organizações antifascistas de imigrantes, da intelectualidade democrática, da oposição parlamentar, de jovens oficiais descontentes com o governo Vargas e com a corporação militar, de frações da burguesia reticentes quanto aos corporativismos e de camadas médias urbanas com ideário liberal-democrático

com o surgimento da ANL em 1935”, levando “os mesmos setores dominantes que se opuseram ferrenhamente às propostas centralizadoras e autoritárias dos tenentes a aprovar medidas de exceção que fortaleciam o Poder Executivo concedendo-lhe poderes discricionários” (ARAÚJO, 1998, p. 118-119).

A oposição à LSN vinha desde 1934, na mesma conjuntura internacional de fortalecimento do nazifascismo, após a consolidação no poder de Adolf Hitler, na Alemanha. Esse processo, que passou pelo I Congresso Nacional Contra a Guerra Imperialista, a Revolução e o Fascismo (oriundo do Comitê Mundial Contra a Guerra e o Fascismo), ocorrido em 23 de agosto de 1934, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, teve relação direta com o lançamento da ANL, em 12 de março de 1935, quando a comissão de organização provisória organizou o Diretório Nacional Provisório (DNP) da aliança, em reunião realizada em um prédio da avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, o mesmo onde funcionara o Clube 3 de Outubro e que encerrara oficialmente suas atividades em 1933.

No início de 1935, a situação política do Brasil era cada vez mais tensa, com greves, manifestações e tentativa de aprovação da “lei monstro”, a famigerada LSN que tramitava no Congresso desde 1934. A oposição era grande, principalmente de setores das Forças Armadas, que, ao lado de setores progressistas, foram as camadas mais radicalmente contrárias ao projeto, expresso no *Manifesto à nação*, escrito pelo militar Roberto Sisson, que denunciava a pretensão de “amordaçar a consciência nacional”. As reuniões no Clube Militar tornavam-se cada vez mais frequentadas, e

nelas se apregoavam mudanças no regime de Vargas. Essa situação tornou-se mais crítica nos primeiros meses de 1935, por ocasião da discussão sobre o reajuste dos salários dos militares.

A aprovação da LSN, um golpe nas liberdades democráticas da Constituição de 1934, coroava os desejos de Vargas e de seus apoiadores de aumentar a coerção e o poder político-policial diante da sociedade. Começava a se fechar o cerco, inicialmente contra os militares aliancistas, em sua maioria de origem tenentista. Ainda no dia 24, a 3ª Delegacia Auxiliar de Porto Alegre enviou para a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps), na capital federal, os nomes do capitão Francisco Moésia Rolim, que atuava em Pelotas, do capitão Agildo da Gama Barata Ribeiro (vice-presidente da Comissão Provisória da ANL estadual e integrante do 8º Batalhão de Caçadores de São Leopoldo, tachado de “extremista”, certamente pela sua filiação ao Partido Comunista, ocorrida em fevereiro desse ano) e dos primeiros-tenentes Felipe Vianna e Prudente de Castro, dirigentes do diretório de Porto Alegre, todos acusados de ser integrantes da lista dos oficiais aliancistas do Rio Grande do Sul que lideravam a agremiação. Além desses, eram listados os militares José de Andrade Leão (de São Leopoldo), Sílvio Porto Dias (tenente do 7º RCI de Livramento) e Hugo de Souza Silveira (de Uruguaiana). Juntamente com essa informação, a Desps organizou a lista de outros militares da ANL em atividades organizativas pelo Brasil, como o major Carlos Costa Leite, os capitães André Trifino Corrêa, Amauriti Osório, Haroldo Oest e Antônio Rollemberg (oficiais do Exército) e os comandantes Herculino Cascardo, Walfrido Caldas e Roberto Faller Sisson, estes, oficiais da Armada.

Por sua vez, o movimento operário, em ascensão, com reivindicações salariais que se avolumavam, fortalecia o movimento. Paralelamente a isso, aumentava também a oposição dos aliancistas contra os integralistas, através de inúmeros confrontos de rua em vários pontos do país. A recessão, a insatisfação popular nos centros urbanos e o permanente estado de agitação no campo aproximavam a “esquerda e os liberais numa mesma estação” (VIANA, 1985, p. 13). Nessa conjuntura, o Estado era controlado por um bloco das classes dominantes, tendo à frente frações da burguesia agrária em decadência e da industrial em ascensão, e por setores da pequena burguesia urbana, composta por políticos profissionais e burocratas civis e militares, originários da oposição à Primeira República, ou que se reintegraram após 1930, mesmo que tivessem participado do poder anteriormente (TAVARES, 1985, p. 60).

Esses grupos conservadores começaram a se unir para prostrar os movimentos populares da pequena burguesia e do operariado que ascendiam. As classes dominantes utilizavam-se dos aparatos do Estado para reprimir o operariado, enfrentando o “mal maior”, denominado “perigo do comunismo”, enquanto os integralistas eram tratados com esmero. Como afirma Edgar Carone, “se o integralismo tranquiliza a burguesia, tentando por um regime de força manter o *status quo*, a Aliança Nacional Libertadora procura novas soluções para conflitos cada vez mais aguçados”, sendo que “março e abril de 1935 marcam acontecimentos políticos fundamentais para a

◀Presidente Arthur da Silva Bernardes com a faixa presidencial. Rio de Janeiro, 1922

Anunciato Photo - Arquivo Público Mineiro



hegemonia burguesa”, quando “as oligarquias consolidaram suas vitórias com medidas coercitivas legais, num arrocho à anarquia ‘tenentista’ e outras que poderão representar perigo, como o comunismo, que avulta ameaçador” (CARONE, 1977, p. 115).

Por sua vez, o Estado, como regulador da força de trabalho industrial que emergia, principalmente do Nordeste para o centro-sul, através do corporativismo, impedia ou tornava difícil “a aliança da classe operária com os trabalhadores do campo”, os quais se submetiam a um grau extremo de exploração, mantendo os privilégios do setor agrário-exportador e recompondo o bloco do poder que fora afastado por algum tempo no movimento de 1930. Era esse padrão de acumulação capitalista que exigia uma atuação mais incisiva do Estado como propulsor da industrialização e regulação dessa força de trabalho (DEL ROIO, 1990, p. 251-252).

A recomposição dos proprietários rurais no poder dos grandes estados da Federação restabelecia a hegemonia do grupo exportador, agora aliado à burguesia industrial, em grande parte originária dele. As instituições políticas desse sistema, “formalmente liberal”, transformavam-se em simples instrumentos dos grandes proprietários de terra para a manutenção do poder, através do recurso à centralização e de sua tradicional visão autoritária do Estado. Aqui, não havia espaço para propostas reformistas de caráter capitalista, pois, como observa Werneck Sodré, “a luta entre a componente oligárquica e a componente reformista, que se haviam aliado para o movimento de 1930, ocupa esse período e lhe marca o contorno”, sendo que, “na incapacidade para forjar forças políticas e partidárias aptas a representar com clareza as tendências de opinião, e entre a ameaça do caos, propositadamente aumentada pela propaganda”, vai ser essa “burguesia, conciliada com o latifúndio”, que opta “pela saída simplista e imediata, que o quadro internacional acalentava e sugeria: a busca da solução de força, que permitiria conter as insatisfações e divergências” (SODRÉ, 1986, p. 27-28).

A situação política no Brasil de 1935 fervilhava, pois, apesar da repressão, a relativa liberdade fazia com que as reivindicações crescessem, permitindo a radica-

lização na perspectiva de mudanças estruturais propostas por alguns liberais, pelos socialistas e pelos comunistas e, por outro lado, pelo pedido de endurecimento do regime, por parte das forças integralistas ou conservadoras. O processo político radicalizava-se cada vez mais, devido à ausência de soluções para os problemas, tais como aumento da corrupção e maior volume de ações repressivas nos quartéis contra a baixa oficialidade e praças, ou mesmo pela ação da polícia política (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. XIII).

É nesse contexto que a luta entre esquerda e direita vai assumir aspectos violentos (SODRÉ, 1987, p. 327), sobretudo devido às propostas transformadoras para o capitalismo brasileiro originárias da ANL. Edgard Carone entende que os manifestos da ANL servem de teor ideológico ao movimento. De fevereiro a julho, quando são lançados os manifestos, alarga-se o sentido programático, bem como a tática do programa. O que permanece é a ênfase anti-imperialista e antifascista. O programa de união nacional para conquistar o maior número possível de forças dirige-se à busca da gênese de reivindicações nas revoltas tenentistas, iniciadas em 1922. Nesse sentido, a ANL tem um caráter inovador e passadista (CARONE, 1982a, p. 266). Por sua vez, o Partido Comunista, através do programa da ANL, passava de uma atuação em círculos restritos, na ilegalidade, para uma ampla possibilidade de propaganda para as massas (CARONE, 1978, p. 425).

De abril a início de julho, abrem-se sedes da ANL em todo o país. Já em maio, havia 1.600 núcleos da ANL, sendo que só no Distrito Federal existiam 50 mil inscritos. Amplas massas e importantes lideranças, como Miguel Costa, João Mangabeira, Pedro Ernesto, Trifino Corrêa e vários outros líderes “tenentistas”, socialistas, liberais e comunistas, aderiram ao movimento. Em maio, as inscrições chegavam a ser de 3 mil pagantes por dia, quando a ANL passava a dirigir greves, organizar manifestações públicas, criar uniões reivindicatórias de direito das mulheres e de trabalhadores agrícolas e, por fim, enviar caravanas ao Norte e ao Nordeste (CARONE, 1977, p. 116). A ANL chegou a atuar em 17 estados e 300 cidades e pontos populacionais, reunindo mais de 1,5 milhão de ativistas (KOVAL, 1982, p. 292). Para se ter uma ideia do crescimento da ANL, note-se a seguinte passagem de Affonso Henriques, tesoureiro nacional da ANL, quanto à dimensão do movimento: “O número de inscrições na capital da República era tão grande que tínhamos de ficar até altas horas da madrugada trabalhando na tesouraria, abrindo fichas, apurando dinheiro, escriturando livros, organizando cômputos estatísticos e planos de ação” (HENRIQUES, s.d., p. 345).

De ampla composição social, a origem política da ANL remonta ao tenentismo e sua ala mais radicalizada, a qual, segundo Roberto Sisson, em um documento sobre a ANL escrito em 1939, “aproximou-se das classes dos trabalhadores nacionais, fato que corrigiu a grande debilidade da ação anterior do Clube 3 de outubro, que era a sua falta de ligação com o proletariado” (SISSON apud VIANNA, 1992, p. 123).

Assim, a ANL representou um ponto de convergência do movimento operário autônomo, de organizações antifascistas de imigrantes, da intelectualidade democrá-

A ANL não foi obra exclusiva de comunistas ou de oficiais ou praças com origem no movimento tenentista. Mas essa articulação entre o Partido Comunista e os remanescentes tenentistas que foram para a esquerda, incluindo a própria organicidade com o partido, seguindo Prestes, foi extremamente significativa para fortalecer a relação entre integrantes do movimento operário e os quartéis

tica, da oposição parlamentar, de jovens oficiais descontentes com o governo Vargas e com a corporação militar, de frações da burguesia reticentes quanto aos corporativismos e de camadas médias urbanas com ideário liberal-democrático, principal base social aliancista (DEL ROIO, 1990, p. 291).

Robert Levine demonstra que, no Distrito Federal, os quadros da ANL constituíram-se de homens de negócios, profissionais liberais e funcionários públicos (37%), operários e soldados (52%) e não classificados (11%), incluindo 2% de elementos “rurais” (LEVINE apud CHILCOTE, 1982, p. 78). Numa visão restrita, para Leôncio Basbaum, 70% dos aliancistas eram originários da classe média, pois, para o autor, o operariado e os trabalhadores não tinham participação na Aliança (BASBAUM apud FERNANDEZ, 1985, p. 55). Apesar de insinuações que situam a ANL como um movimento de características tenentistas, inclusive pela grande participação de “tenentes” e de outros militares, para José Augusto Drummond, a ANL era uma “frente ampla” oposicionista civil na qual os “tenentes” se dissolveram e perderam sua identidade estritamente militar (DRUMMOND, 1986, p. 264).

Por sua vez, o manifesto de 5 de julho de 1935, com a consigna “Todo o poder à ANL!”, significou um marco representativo na história política do Brasil, pois trouxe para a ANL o movimento tenentista, bem como o símbolo das revoltas de 1922 e 1924. Com isso, a ANL aproveitou o cinco de julho para comemorar e, cada vez mais, divulgar o seu programa à população; foi quando se organizaram comícios em vários locais do Brasil, ocasião em que Luiz Carlos Prestes, presidente de honra da entidade, lançou o manifesto em nome da Aliança, marcando o início da ofensiva contra o governo constitucional de Getúlio e o começo do fim da legalidade da Aliança. No documento

de 5 de julho, declarava-se que a ANL era a continuadora dos movimentos tenentistas dos anos 1920, ao mesmo tempo que se pedia a instalação de um governo nacional, popular e revolucionário, incitando a derrubada do governo Getúlio Vargas, o que, para Dario Canale, forneceu o *casus belli* para o governo desencadear a repressão e, posteriormente, em 11 de julho de 1935, fechar a ANL (CANALE, 1985, p. 128).

As alas legalistas da ANL ou se encaminharam para o lado dos setores conservadores ou se posicionaram de forma neutra. A continuidade da ANL coube a uma pequena parte da classe operária, ao Partido Comunista e a um número reduzido de tenentistas. Em 27 de julho, o comandante Hercolino Cascardo, presidente nacional da ANL, foi transferido para São Francisco, em Santa Catarina, e a presidência da ANL ilegal passou ao deputado Octávio Silveira. Grande parte das forças que participaram da ANL afastaram-se, restando no movimento a parte mais combativa. Com o fechamento da sede nacional, o governo resguardou-se, confiscando documentos que seriam usados, mais tarde, para forçar a prova de que o “movimento era financiado do exterior e controlado pelos comunistas” (SKIDMORE, 1982, p. 43). Terminava, assim, a possibilidade do caminho legal para a tomada do poder.

Militares e comunistas, dali em diante, prepararam, na clandestinidade, um movimento armado, que surpreendeu vários participantes da ANL. Aos poucos, a concepção tenentista, mesmo no interior do Partido Comunista, começou a preponderar. Como explica Boris Koval, “apesar da evidente queda do movimento democrático de massas, muitos membros da direção da Aliança e do PCB supunham que ocorrera agora ‘um pequeno recuo e que se aproximava a hora da ofensiva’” (KOVAL, 1982, p. 305). Assim, erroneamente, “pinta-se” uma irreal situação política do Brasil e, apressadamente, proclama-se a necessidade de uma revolução nacional-libertadora. “A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas”, disse Prestes na época. Leandro Konder cita uma entrevista da revista *Isto É*, de 6 de setembro de 1978, na qual Prestes (apud KONDER, 1980, p. 46) teceu uma autocrítica: “Fazíamos apenas agitação nos quartéis, revelando a visão golpista que tínhamos”.

Os documentos da ANL não indicam a luta armada como solução para os problemas do Brasil, mas Prestes e o Partido Comunista começaram a sugerir a insurreição como única alternativa. Os pronunciamentos de Prestes a partir do fechamento da ANL são todos sintomáticos do rumo que se persegue (SODRÉ, 1986, p. 57). A certeza do sucesso do movimento iludia os aliancistas restantes durante o período da ilegalidade. Contudo, é certo que faltavam ainda condições objetivas e, mais ainda, subjetivas, para qualquer revolução armada de caráter comunista no Brasil de 1935.

Entretanto, a posição a favor da tomada dos quartéis para derrubar o governo, sobretudo nas alas aliancistas de origem tenentista do Exército, era cada vez mais forte, fazendo com que se pensasse que a classe trabalhadora atenderia aos apelos da ANL ilegal. Contudo, como afirma Marly Vianna, “por mais absurda que hoje possa parecer, a perspectiva de uma vitória insurrecional, em 1935, era real para os que viviam a época” (VIANNA, 1992, p. 149). Fala-se, claramente, num governo de coalizão



Foto: Arquivo FGV

Os 18 do Forte: Os tenentes Eduardo Gomes (à esq.), Mario Carpenter e Newton Prado, o civil Octavio Correia e soldados, após saírem do Forte de Copacabana, 06/07/1922

popular nacional-revolucionário, sob a presidência de Luiz Carlos Prestes e com a participação da Aliança. No período de outubro a novembro, com nova onda grevista, os aliancistas, agora sob o comando total de Prestes e do PCB, opinavam que, mais cedo ou mais tarde, a revolução seria posta na ordem do dia.

Entretanto, os levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro surpreenderam muitos, inclusive do Partido Comunista. A facilidade com que se debelaram os movimentos expressou a ilusão que levou os aliancistas à insurreição nacional libertadora de novembro de 1935 (KONRAD, 1994, p. 112-113), com a tática das quarteladas.

5. TENENTISMO E ANL

Os “tenentes”, ou a jovem oficialidade tenentista, estão no centro dos acontecimentos de 1935. Mesmo que o movimento de 1922 já tivesse perdido fôlego com o fechamento do Clube 3 de Outubro, em 1933, a linha tenentista influenciou, em parte, a ANL, Luiz Carlos Prestes e o PCB, pois, mesmo que a luta por transformações mais radicais estivesse presente na frente antifascista, ela manteve táticas daquele movimento.

Se antes de 1930 setores tenentistas procuraram moralizar os costumes políticos, ao mesmo tempo que pressionaram pela redução das diferenças socioeconômicas, os “tenentes” fardados, enquanto movimento político no pós-1930, uniram-se aos “tenentes civis” em alianças temporárias ou mais prolongadas. Não seria um despropósito deduzir que, em essência, sua ideologia pequeno-burguesa estivesse presente em vários setores da esquerda. Esse idealismo revolucionário e o desejo de transfor-

mações democráticas fizeram com que os “tenentes” conquistassem reconhecimento nacional, apesar do seu elitismo e de propor uma ditadura militar como meio de obter melhores condições sociais e de livrar o país do imperialismo.

Assim, em 1935, parte dos “tenentes” situava-se em campo político de esquerda, voltados para a proposta de “salvar a revolução traída”. Com a ANL, as antigas propostas tenentistas foram mais bem elaboradas, apesar de ainda ficarem vagas as estratégias para a tomada do poder. Na falta dessa hipótese, preponderava a ideia de tomada militar do poder, como se tentou nos anos 1920. Contudo, em 1935, a realidade era outra, principalmente porque, com Vargas à frente, as Forças Armadas haviam recomposto a hierarquia militar.

A insatisfação com o encaminhamento político dado ao movimento de 1930 empolgava setores da esquerda ligados às Forças Armadas. Assim, o rompimento com o governo Vargas não tardou. Exemplo disso foi o do presidente da ANL, Hercolino Cascardo, que chegou a ser interventor do Rio Grande do Norte, em 1931 e 1932. Apesar da diferença de objetivos entre os programas da ANL e do movimento pré-1930, os “tenentes” levaram para a organização uma visão “paternalista, elitista, autoritária e evada de voluntarismo golpista”, como opina Forjaz (apud VIANNA, 1992, p. 101). Com isso, mesmo aqueles que, mais tarde, uniram-se ao PCB, não romperam com essas posições dos “tenentes”.

Os tenentistas da ANL, mesmo com posição política pequeno-burguesa, tornaram-se militantes radicais da ANL, a ponto de Roberto Sisson ter se referido à pequena burguesia como “a força revolucionária da ANL” (SISSON apud MORAIS, 1986, p. 82-83). Por essa razão, José Augusto Drummond não considera a ANL uma organização política tenentista, mas defende a tese de que a Aliança contém a última manifestação ostensiva do movimento tenentista. Como exemplo de tal posição, cita a participação de uma pequena parcela de “tenentes” mais antigos, como Luiz Carlos Prestes, André Trifino Corrêa, Silo Meirelles, Carlos Amoretti Osório, Hercolino Cascardo, João Cabanas, Roberto Sisson, Agildo Barata, Francisco Moésia Rolim, Miguel Costa e outros, que se aliam aos “tenentes” mais jovens, identificados com as lideranças militares dos anos 1920 (DRUMMOND, 1986, p. 263). Por sua vez, Marly Vianna considera que a ANL é, essencialmente, uma continuação do tenentismo (VIANNA, 1992, p. 305). No entanto, seria equivocado considerar a ANL apenas como expressão tenentista ou não tenentista, pois, mesmo que certos elementos tenentistas tenham sido incorporados à Aliança, outros novos só apareceram no pós-1930 e se expressaram devido à conjuntura de ascensão nazifascista em nível mundial.

É inegável que é na ANL do período legal que, pela primeira vez, os “tenentes” vão ter uma preocupação em mobilizar o apoio das massas, como opina Drummond. Trata-se, conforme o autor, da passagem de uma prática política militarista de corte arbitral, com o objetivo de modificar as instituições políticas formais, para outra de natureza ideológica, objetivando produzir transformações sociais e econômicas de grande profundidade (DRUMMOND, 1986, p. 265).

A ANL, em forma de frente ampla, com seus limites e contradições, representou um dos grandes momentos de tentativa de mudança estrutural para o Brasil, em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores, com o caráter extremamente atual de suas consignas antifascistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias

Essa aproximação com os aliancistas tem como exemplo importante a formação dos núcleos da ANL no Rio Grande do Sul (KONRAD, 1994, p. 172-204, 335-343). Em Santa Maria, a primeira cidade a organizar um núcleo aliancista no Rio Grande do Sul, em 24 de maio, o Diretório Municipal Provisório (DMP) teve articulação do capitão Francisco Moésia Rolim, atuante em Pelotas. Nessa cidade do sul rio-grandense, em 31 de maio de 1935, na sede do Sindicato dos Marítimos, em reunião anunciada como atividade da Liga Eleitoral Proletária (LEP), o próprio Moésia Rolim, presidente do núcleo local, expôs o programa da ANL aos simpatizantes locais, assim como fará parte do DMP. Em Porto Alegre (Felipe Vianna, coordenador de organização, e Prudente de Castro Jobim), São Leopoldo (Agildo da Gama Barata Ribeiro, presidente, e José C. Andrade Leão, secretário de propaganda), Santana do Livramento (Sylvio Porto Dias, presidente), Uruguaiana (Hugo de Souza Silveira, presidente), Cruz Alta (Almiro Ilgenfritz, presidente), “tenentes” do Exército estiveram na linha de frente para a organização dos núcleos municipais da ANL. Fossem oficiais do Exército ou com outros postos militares, igualmente compuseram os DMPs.

Em nível nacional, depois de rápida organização e extraordinária ampliação da Frente Ampla, possibilitada pela ANL, 5 de julho foi a data escolhida para os grandes comícios em comemoração de um dos momentos mais significativos do tenentismo, mesmo dia em que Luiz Carlos Prestes lançou o manifesto chamado *Todo o poder à ANL*. Assim, contraditoriamente, os “tenentes” vão unir tais posições ao seu antigo desejo de derrubar o governo com a tomada de quartéis. Isso se torna evidente após o fechamento da ANL, cujas declarações e documentos dos “tenentes” de esquerda convergiam para soluções de golpes armados, mesmo que o desejo sincero ainda continuasse sendo o de fazer amplas transformações econômicas, políticas e sociais.

Por sua vez, com a ANL, os “tenentes” de esquerda reencontraram parte de seus objetivos políticos, agora aliados aos setores populares (MALTA, 1969, p. 97). Nessa mesma linha de argumento, Décio Saes argumenta que, “no processo aberto pela Revolução de 1930, os objetivos políticos do tenentismo nacionalista foram rapidamente esgotados”, restando que “um novo impulso político só poderia nascer de seu afastamento do círculo do poder e da redescoberta da própria sociedade”. Dessa forma, “a ‘ala esquerda’ do tenentismo (a de Luiz Carlos Prestes) foi a única facção a buscar esse caminho, tentando encontrar nas classes populares a fonte de uma nova política” (SAES, 1984, p. 116).

O descontentamento dos setores militares, devido à inferioridade salarial diante das polícias militares estaduais, à irregularidade dos vencimentos dos praças, às péssimas condições de alojamento nos quartéis e à dificuldade de moradia para os oficiais e suas famílias (PEIXOTO, 1960, p. 149), era um primeiro passo político para a revolta. O programa da ANL despertou a consciência para esse lado, enquanto o Partido Comunista soube disputar essa herança no momento em que apoiou suas reivindicações e os “feitos heroicos” e “revolucionários” anteriores a 1930 (BORGES, 1992, p. 237).

6. CONCLUSÃO

Os comunistas dividiram com os “tenentes” a opção da via armada para a conquista do poder após a decretação da ilegalidade da ANL, em 11 de julho de 1935. Prestes foi a ponte de convergência para essa tática. Como mostra Leonardo Guedes Henn,

no VI Congresso [da Internacional Comunista], em 1928, continuava-se com a proposição da tática das frentes únicas, mas agora devendo ser operadas apenas com as bases trabalhadoras. A revolução mundial era avaliada como estando em novo período ofensivo. Orientava-se para se colocar em prática a tática da classe contra classe, ou seja, alianças somente com setores operários e contra o inimigo burguês (HENN, 2012).

Assim, antes da chegada de Prestes ao Brasil, o Partido Comunista demonstrava resistências à ANL, haja vista ainda prevalecer a tática de “classe contra classe” desde o VI Congresso da III Internacional Comunista, apesar de sua aproximação programática. O que os diferenciava, a princípio, é que a Aliança queria a derrubada do governo Vargas, enquanto o PCB queria a organização de um “poder soviético de operários, marinheiros, soldados e camponeses”, conforme documento do *Bureau* Político do Comitê Central do Partido Comunista (Seção Brasileira da Internacional Comunista — SBIC), de abril de 1935. O Comitê Central do partido criticava, na oportunidade, os elementos “pequeno-burgueses” e “conciliadores” que faziam parte da ANL, constantemente mencionados em documentos e artigos, como o de Bangu, em *A Classe Operária*, edição de 1º de maio de 1935, referindo-se aos “perigos do nacional-reformismo da ANL” (VIANNA, 1992, p. 134-135).

Como em 1935, na formação, composição e proposição da ANL, a tática de frente ampla para projetos alternativos ao país, bem como a defesa da democracia, justamente por seu componente antifascista, mantêm impressionante adequação à atual fase da luta de classes no Brasil

A ANL não foi obra exclusiva de comunistas ou de oficiais ou praças com origem no movimento tenentista. Mas essa articulação entre o Partido Comunista e os remanescentes tenentistas que foram para a esquerda, incluindo a própria organização com o partido, seguindo Prestes, foi extremamente significativa para fortalecer a relação entre integrantes do movimento operário e os quartéis, sendo decisiva para a insurreição nacional libertadora de novembro de 1935.

Assim, após a entrada da ANL na ilegalidade, toda a atividade partidária do PCB se voltou mais para a preparação de um levante do que para um trabalho diante das massas trabalhadoras (urbanas e rurais). Os acontecimentos de novembro, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, apesar de suas especificidades, prenunciam que as futuras derrotas seriam resultado das perspectivas apresentadas pelo Partido e pelos “tenentes”, entre julho a novembro de 1935, trazendo consigo, ainda, as táticas de 1922 e 1924. Apesar do amplo movimento popular nesse período, das tentativas de resistência, da convocação de greves e da tentativa de se manter através da organização Aliança Popular por pão, terra e liberdade, a ANL tornou-se instrumento de levantes nos quartéis, rapidamente derrotados no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

De qualquer forma, a ANL, em forma de frente ampla, com seus limites e contradições, representou um dos grandes momentos de tentativa de mudança estrutural para o Brasil, em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores, com o caráter extremamente atual de suas consignas antifascistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias. E a ala mais à esquerda do tenentismo redivivo desembocou com toda a sua força política na Aliança.

A ANL inspirou amplos setores da população brasileira. De abril a junho de 1935, parte significativa dos brasileiros dividiu-se entre optar pelo aliancismo ou pelo integralismo. Até o final de junho, a ANL atuou na ofensiva. Seus núcleos mobilizavam-se a fim de denunciar um possível golpe e convocar uma grande greve. Expressão de uma luta de classes ainda difusa, mas existente, o movimento cresceu tanto nos quartéis como fora deles. Esse será o “momento máximo da política de massas da Segunda República e exemplo de capacidade organizatória e reivindicatória”, como explica Edgard Carone. Para o historiador, “nunca, até então, um movimento tomara tal amplitude e força”, isso “porque segmentos de classes médias, da burguesia e do próprio operariado” lutaram “por programas mais amplos, numa afirmação de nacionalismo e luta contra as forças imperialistas” (CARONE, 1977, p. 256).

Sabe-se que a saída histórica para as crises de desenvolvimento no modo de produção capitalista, em sua forma mais reacionária, tem sido a alternativa fascista. Como em 1935, na formação, composição e proposição da ANL, a tática de frente ampla para projetos alternativos ao país, bem como a defesa da democracia, justamente por seu componente antifascista, mantêm impressionante adequação à atual fase da luta de classes no Brasil, como já defendido no artigo “Da Aliança Nacional Libertadora (1935) à Frente Ampla” (KONRAD, 2015b), antes ainda do golpe de 2016.

* Professor titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

► Texto recebido em 14 de outubro de 2021; aprovado em 22 de novembro de 2021.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Revolução de 30**: da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série Revisão, n. 34.)

ARAÚJO, Angela Carneiro de. **A construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. São Paulo: Scritta; Fapesp, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: TAVARES, José Nilo (Org.). **Novembro de 1935**: meio século depois. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 93-142.

CARNEIRO, Glauco. **Luzardo**: o último caudilho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. v. 2.

CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, s.d.

_____. **A República Nova (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1982a.

_____. **A Segunda República (1930-1937)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.

_____. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O PCB (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982b. v. 1.

_____. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.

CHILCOTE, Ronald H. **PCB**: conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB (1928-1935). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DRUMMOND, José A. **O movimento tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

HENN, Leonardo Guedes. A virada tática comunista do final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, mar. 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6238635.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

HENRIQUES, Affonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**: o maquiavélico. Rio de Janeiro, Record, s.d. v. 1.

HERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora**: ideologia e ação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

JARDIM, Renato. **A aventura de outubro e a invasão de São Paulo**. São Paulo: Sociedade Impresora Paulista, 1932.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KONRAD, Diorge Alceno. **1935**: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

_____. A democracia em construção: eleições no Brasil republicano. **PasadoAbierto**, Mar del Plata, v. 1, 2015a.

_____. Brasil: desenvolvimento e Nova República. *História Caderno*, Santa Maria, n. 1, p. 37-50, jun. 1987.

_____. Da Aliança Nacional Libertadora (1935) à Frente Ampla. **Vermelho**, 7 jul. 2015b. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/da-alianca-nacional-libertadora-1935-a-frente-ampla-2015>>. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. Movimentos sociais e políticos no Brasil contemporâneo e a eleição de 2006. **Vermelho**, 7 jun. 2006. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/movimentos-sociais-e-politicos-no-brasil-contemporaneo-e-a-eleicao-de-2006>>. Acesso em: 8 out. 2021.

_____. O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sociopolíticos (1930-1937). 2004. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul republicano — parte 2 (1930-1945): a Segunda República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Org.). **O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao Século XXI**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 93-110.

KONRAD, Diorge Alceno; LIMA, Bruna. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul republicano — parte 1 (1889-1930): a Primeira República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Org.). **O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao século XXI**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 55-61.

KONRAD, Diorge Alceno; RAMOS, Glaucia Vieira. A história e a “estória” do Brasil. **História Caderno**, Santa Maria, n. 2, p. 15-42, jun. 1988.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes: revolução no Brasil**. São Paulo: Difel, 1977.

MALTA, Octavio. **Os “tenentes” na revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da Coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994. v. 2.

_____. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, 1991.v. 1.

MORAIS, Fernando. **Olga**. 11. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. **Praxedes, um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Porto Alegre: Globo, 1960.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RITZEL, Ricardo. A Batalha de Santa Maria. **Claudemir Pereira**, 13 jun. 2020. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2020/06/artigo-ricardo-ritzel-superagitados-anos-20-conturbacao-nacional-e-a-batalha-de-santa-maria>>. Acesso em: 9 out. 2021.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. Os subversivos das arcadas. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Inventário Deops**: módulo II. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1999.

SILVA, Hélio. **1931**: os tenentes no poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

_____. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Série Revisão, n. 26.)

_____. **Formação histórica do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

TAVARES, José Nilo. 1935: reavaliação de análise. In: _____ (Org.). **Novembro de 1935**: meio século depois. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 35-91.

VIANA, Francisco. O dia em que o trem da história atrasou, ou a armadilha de 1935. In: TAVARES, José Nilo (Org.). **Novembro de 1935**: meio século depois. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 11-36.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

VÍTOR, Amílcar Guidolim. **A Coluna Prestes 60 anos depois**: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural na Região das Missões do Rio Grande do Sul. 2021. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

1922-2022: cem anos do sufragismo feminino no Brasil

1922-2022: one century of women's suffrage movement in Brazil

Ana Maria Prestes Rabelo*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.004>

Foto: Arquivo Nacional



Entre os dias 19 e 23 de dezembro de 1922 aconteceu no centro do Rio de Janeiro (RJ) a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, organizada pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)

RESUMO

O artigo levanta os antecedentes da luta por direitos políticos para mulheres no Brasil, com destaque para a segunda metade do século XIX. Aborda e problematiza o ambiente político liberal-republicano dos anos que antecederam a República até a promulgação da Constituição de 1891, com destaque para os impedimentos à aprovação do voto feminino. Apresenta os principais nomes do sufragismo brasileiro do início do século XX, como Leolinda Daltro, Almerinda Gama, Celina Guimarães e Bertha Lutz, bem como suas esferas e métodos de atuação. Aponta as principais iniciativas legislativas que compuseram o cenário até 1922, quando da organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e seu desenrolar ao longo da década até os anos 1930. Aborda os elementos fundamentais para a consolidação da liderança de Bertha Lutz a partir da influência do sufragismo estadunidense, e como sua notoriedade acabou por ofuscar a atuação de outras lideranças feministas. Faz uma reflexão sobre o quanto recontar a história de um século do sufragismo pode contribuir para as atuais reflexões do campo das lutas pelos direitos das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres. Voto. Sufragismo. Direitos políticos e cidadania.

ABSTRACT

The article raises the antecedents of the struggle for political rights for women in Brazil, especially the second half of the 19th century. It presents the main names of Brazilian suffragism of the early 20th century, such as Leolinda Daltro, Almerinda Gama, Celina Guimarães and Bertha Lutz, as well as their spheres and methods of action. It points out the main legislative initiatives that made up the scenario in the previous period and during 1922, when the Brazilian Federation for Women's Progress was organized, and its development throughout the decade until the 1930s. It addresses the fundamental elements for the consolidation of Bertha Lutz's leadership, with the influence of American suffragettes, and how her notoriety eventually overshadowed the performance of other feminist leaders. It makes a reflection about how telling this history after one century of suffragism may contribute to the actual reflections of the field of the Brazilian women struggles for rights.

Keywords: Women. Vote. Suffragism. Political rights and citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Certos fenômenos não convivem bem com datações muito precisas. Não há, por exemplo, como estabelecer um dia ou ano exato de nascimento do sufrágio feminino no Brasil, mas o ano de 1922 é um marco e uma referência importante, principalmente por ter sido o ano de fundação da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A entidade foi organizada como uma espécie de passo avançado da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que explicamos adiante no texto, fundada em 1919 por Bertha Lutz (1894-1976) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Era um período de muito intercâmbio das sufragistas brasileiras com as estadunidenses e as britânicas. Além de serem os primeiros anos de uma atividade sufragista propriamente organizada no Brasil.

Hoje, cem anos após o início desse movimento, que culminaria com a conquista do voto para mulheres no Brasil uma década após, em 1932, é oportuno revisar a história e tirar lições sobre a atuação feminina na política brasileira. Ao longo deste texto, visitaremos os antecedentes históricos do sufrágio feminino brasileiro, a atmosfera dos efervescentes anos 1920, as principais lideranças femininas do movimento sufragista, os recortes de classe e raça que o permeavam e a interface dele com a luta pelo acesso das mulheres à educação. Extrairemos daí alguns apontamentos para ajudar a compreender o lugar da mulher brasileira na política contemporânea.

2. ANTECEDENTES

Embora os escritos e as ações de mulheres como a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) e as francesas Olympe de Gouges (1748-1793) e Flora Tristan (1803-1844) tenham introduzido o tema dos direitos das mulheres na agenda política ocidental, somente em meados do século XIX, em especial na Europa e nos Estados Unidos, mas também em alguns países do Sul global, como a Nova Zelândia, o mundo anglo-saxão vê o nascimento de um movimento feminino realmente organizado. Um marco importante desse princípio de organização foi a primeira Convenção pelos Direitos das Mulheres, organizada por Lucretia Mott (1793-1880) e Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), no ano de 1848 em Seneca Falls, Nova York. O encontro causou grande alvoroço por alertar que em quase todos os congressos e debates políticos do país as mulheres não podiam participar como representantes e, muitas vezes, nem entrar nas salas dos eventos. Seu objetivo era assegurar maior influência social e política para as mulheres. Ao final, aprovaram uma *Declaração de direitos e sentimentos* que fazia referência à *Declaração de independência dos EUA* para repudiar a dominação masculina existente. Nas palavras de Elizabeth Stanton:

Nós insistimos que às mulheres seja dado acesso direto a todos os direitos e privilégios que lhes são devidos como cidadãs dos Estados Unidos. Nós empreenderemos esse grande projeto que está diante de nós, mesmo que contemos com o fato de sermos mal compreendidas, erroneamente citadas e ridicularizadas; mas nós vamos usar to-

No Brasil, uma das primeiras mulheres a fazer a ponte entre os pensamentos feministas que surgiam na Europa e EUA foi Nísia Floresta (1810-1885), que já em 1853, em seu livro *Opúsculo humanitário*, afirmava que o progresso, ou atraso, de uma sociedade poderia ser medido pela importância que se dá às mulheres

dos os meios que estão em nossas mãos para alcançar esse objetivo (SCHRUPP, 2019, p. 31).



Também na Europa, na segunda metade do século XIX começam a surgir com força as associações, assembleias e organizações de mulheres para tratar dos temas da desigualdade de gênero, embora ainda não com o nível de elaboração e reflexão que viria mais tarde com os escritos de Simone de Beauvoir, Carole Pateman, Joan Scott, Michelle Perrot e outras. Nessa época, na Europa, houve também um forte movimento misógino e antifeminista por parte de vários filósofos e estudiosos, entre eles Pierre-Joseph Proudhon e Auguste Comte. Na área da psiquiatria também houve publicações como a de Paul Julius Möbius, *Sobre a imbecilidade fisiológica da mulher*, que tentavam provar cientificamente a inferioridade da mulher. As características femininas, para eles, justificavam a assertiva de que as mulheres não tinham condições para atuar publicamente como os homens. As mulheres reagiram a essas ideias, tanto no ativismo de denúncia como na literatura e na filosofia. Nessa época, entre as demais pautas, como a do direito de acesso ao trabalho remunerado ou contra as leis matrimoniais, surgiu a reivindicação do direito ao voto. Especialmente entre as mulheres burguesas, pois o sufrágio estava associado ao direito à propriedade, sendo que mesmo homens operários estavam excluídos de votar e participar na política.

No Brasil, uma das primeiras mulheres a fazer a ponte entre os pensamentos feministas que surgiam na Europa e EUA foi Nísia Floresta (1810-1885), que já em 1853, em seu livro *Opúsculo humanitário*, afirmava que o progresso, ou atraso, de uma sociedade poderia ser medido pela importância que se dá às mulheres. Mesmo trazendo as ideias europeias, como no seu trabalho de versão para o português do famoso manuscrito de Mary Wollstonecraft, *Uma reivindicação pelos direitos das mulheres* (1792)¹, Nísia tinha consciência das limitações da sua atuação no Brasil. Enquanto na Europa

¹ Mais tarde foi demonstrado que o livro de Nísia Floresta não é uma tradução literal do livro de Wollstonecraft. Ver mais sobre isso em Pallares-Burke (2020).



Reprodução

Certos fenômenos não convivem bem com datações muito precisas. Não há, por exemplo, como estabelecer um dia ou ano exato de nascimento do sufrágio feminino no Brasil, mas o ano de 1922 é um marco e uma referência importante, principalmente por ter sido o ano de fundação da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)

já havia um debate entre homens e mulheres, por aqui as mulheres ainda não eram consideradas “seres pensantes”. Ela percebia que as reivindicações das mulheres inglesas e francesas ainda estavam muito distantes das brasileiras (DUARTE, 1995).

Em seu livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*, Duarte (2016), levanta farto material da segunda metade do Oitocentos, no qual se encontra, por exemplo, o jornal *A Família*, criado em 1888 e publicado até 1897 pela jornalista e escritora pernambucana Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905), no qual se reivindica que as mulheres possam em tudo “competir com os homens — tanto no governo da família como na direção do Estado”, sendo para isso necessário romper com a limitação da educação recebida para “saber mal o português, a aritmética, o francês, o canto e o desenho, e muito mal arrumar a casa” (OLIVEIRA, 2009, p. 30). A mesma Josefina escreveu em 1890 um livro de crônicas chamado *A mulher moderna*, no qual está incluída a peça teatral *O voto feminino*, que chegou a ser encenada no teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, e foi escrita com o intuito de influenciar o voto dos constituintes que preparavam a primeira Constituição republicana, de 1891.

Ao longo do século XIX, antes da República e do processo constituinte, um dos principais fatores que manteve as mulheres afastadas do mundo da política no Brasil, sobre o qual o poder patriarcal se exercia, foi o educacional. Desde 1827, época da formulação da lei que mandou “*criar as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e logares mais populosos do Império*” (WESTIN, 2020), o currículo das meninas era diferente do reservado aos meninos. A maior diferença era na Matemática, pois as meninas não podiam aprender nada além das quatro operações básicas.

Segundo um dos agentes públicos da época, o senador visconde de Cayru, nas mulheres “o uso de razão é mui pouco desenvolvido para poderem aprender e praticar operações ulteriores e mais difíceis de aritmética e geometria [...] é vão lutar contra a natureza”. Ao que outro senador, marquês de Caravelas, complementou: “o que importa é que elas sejam bem instruídas na economia da casa, para que o marido não se veja obrigado a entrar nos arranjos domésticos, distraíndo-se dos seus negócios” (WESTIN, 2020). Mais interessante ainda é o argumento aprofundado de Cayru, ao dizer que

modernamente têm aparecido mulheres distintas na matemática [...] raridades da espécie. Tem havido mulheres que até se lançaram ao mar da política, especialmente depois da revolução da França. Não se têm visto bons resultados. Bastará nomear a famosa inglesa Mary Wollstonecraft, que fez a obra *Reivindicação dos direitos da mulher*. Ela foi condenada por adúltera. Se formos nesse andar, não causará admiração que também se requeira que as mulheres possam ir estudar nas universidades, para termos grande número de doutoras (WESTIN, 2020).

Por fim, o argumento que acabou por selar o debate foi o de que não havia mestras em Matemática para ensinar as meninas. E esse é apenas um exemplo de um debate que percorreu todo o século XIX sobre o acesso das mulheres à educação formal, e não custa frisar que um dos fatores que manteve subentendido o não acesso das mulheres ao mundo da política foi o fato de elas não receberem instrução escolar.

Não por acaso, a maioria das mulheres que se destacaram na luta pelos direitos feministas iniciaram sua trajetória por via da luta e ação prática no campo educacional. Nísia Floresta, por exemplo, formou seu colégio de educação para meninas, para ensinar a ler, escrever, contar, coser, bordar e realizar tarefas domésticas em geral. Mais tarde, muitas mulheres que se tornaram líderes no espaço público vão seguir o mesmo caminho, como Leolinda Daltro (1859-1935), que fundou a Escola Orsina da Fonseca de formação para mulheres, ou Antonieta de Barros (1901-1952), primeira deputada estadual de Santa Catarina nos anos 1930, que comandava o Curso Particular Antonieta de Barros para alfabetizar a população carente em geral e especialmente as mulheres. Bertha Lutz e outras integrantes da FBPF também fundaram a União Universitária Feminina com a finalidade de apoiar as mulheres nas carreiras universitárias que escolheram. No início do século XX não era fácil ingressar em um curso superior para as mulheres, que mal haviam conquistado o direito de cursar a escola secundária.

Por muito tempo, a educação foi vista como o único meio de maior inclusão da mulher na sociedade. Era a maior promessa de algum tipo de alteração na vida das mulheres. O curioso é que as mulheres que buscavam o acesso à instrução, desde Nísia Floresta até Josefina de Azevedo, e mesmo as mulheres que integravam a FBPF, o faziam na perspectiva de serem melhores donas de casa e, principalmente, melhores instrutoras de seus filhos. O que demonstra uma forte influência do pensamento po-

sitivista no Brasil, que desde os anos 1840 era difundido no país através das ideias de Auguste Comte e teve grande influência nos debates constituintes pós-proclamação da República. Para o positivismo, as mulheres deveriam receber educação somente pelo fato de que os filhos eram educados por elas. Segundo a professora Teresa Marques, o positivismo foi a primeira “ideologia de ampla difusão cultural que concebeu um papel afirmativo para a mulher na sociedade” (MARQUES, 2009, p. 444).

3. REPUBLICANISMO E LIBERALISMO NÃO INSTITUÍRAM O VOTO DAS MULHERES

A primeira mulher brasileira a se registrar para votar foi a baiana Isabel de Sousa Mattos, ou Isabel de Mattos Dillon, seu nome de casada. Com base no artigo 4º da Lei Saraiva, de 1880, Isabel, que era dentista formada no Rio de Janeiro e moradora da província do Rio Grande, solicitou seu registro de eleitora em 1885 e o obteve em 1887, após entraves judiciais. Chegou a votar para deputado em 1887 no Rio Grande, e em 1890, embora seu registro de eleitora tenha sido cancelado pelo Ministério do Interior, ela também lançou-se candidata a deputada por seu estado natal, a Bahia, e recebeu votos em pelo menos duas zonas, como registrado no boletim eleitoral publicado no diário baiano *Pequeno Jornal*, na edição de 17 de setembro de 1890 (BOLETIM..., 1890, p. 2). Nessa época, como já citamos anteriormente, Josefina Álvares de Azevedo, em 1890, produziu o texto *O voto feminino*, apresentado em forma de teatro. Pouco dessas iniciativas, no entanto, reverberou positivamente na produção da primeira Constituição republicana, de 1891. Os membros do primeiro Congresso Nacional Constituinte republicano foram eleitos diretamente por aqueles que eram qualificados para tal pelo regulamento Cesário Alvim, de julho de 1890. Na época, pelo menos seis emendas foram propostas na intenção de estender o sufrágio às mulheres. Todas rejeitadas, com os argumentos de que tal direito promoveria a desagregação da família e a degradação da figura da mulher ou que nenhum lugar do mundo civilizado concedia esse privilégio às mulheres, como bem apontado por Karawejczyk (2011).

Segundo Angela Alonso, em seu livro *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império* (2002), o ambiente político dessa época que antecedeu a República e a Assembleia Constituinte era de um debate sobre a ampliação da cidadania no Brasil. Uma série de livros com reflexões e propostas sobre esses debates surgiu nos anos 1880, entre eles *Abolição da miséria* (1888), de André Rebouças, *O erro do imperador* (1886), de Joaquim Nabuco, *A fórmula da civilização brasileira* (1883), de Aníbal Falcão, e *A política republicana* (1882), de Alberto Sales. Ganhava força no Brasil de então uma perspectiva cada vez mais liberal de visão do Estado e suas funções, com ataques aos postos políticos vitalícios, pela independência do Judiciário, liberdade para o comércio, descentralização político-administrativa e o que mais nos interessa neste artigo: mudanças nos critérios de representação política. O Brasil de então era formado por uma esmagadora maioria de mulheres isoladas, analfabetas e submissas (DUARTE, 1995, p. 13). Nem a busca pela educação feminina nem, muitíssimo menos,

Um dos principais fatores que manteve as mulheres afastadas do mundo da política no Brasil, sobre o qual o poder patriarcal se exercia, foi o educacional. Desde 1827, época da formulação da lei que mandou “*criar as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e logares mais populosos do Império*”, o currículo das meninas era diferente do reservado aos meninos

pelo direito ao voto das mulheres passavam pela cabeça da maioria das pessoas, homens e mulheres. Embora tenha havido uma Constituição imperial de 1824, a vida dessas mulheres ainda era regida pelas Ordenações Filipinas do século XVI, cujas leis foram mitigadas em parte somente pelo Código Criminal de 1830, e um novo código civil só surgiria em 1916.

Surgiam reivindicações para a universalização dos direitos civis, como a abolição da escravidão, a criação de direitos sociais, uma legislação que protegesse trabalhadores e até mesmo a ampliação dos direitos políticos por via do sufrágio universal. Muitos grupos contestadores, segundo Alonso, defendiam o registro civil de nascimento, casamento e óbito e a liberdade de exercício público de cultos. A unidade da cidadania deixava aos poucos de ser a família para focar o indivíduo, e o exercício da política passava a ser visto como um direito individual no sentido moderno, e não como algo exclusivo de proprietários. A consequência desse movimento liberal republicano deveria ser a generalização do direito ao voto e à candidatura, mas ainda ficaram privados de direitos políticos os analfabetos e as mulheres (ALONSO, 2002, p. 250).

Um conceito fundamental para a análise da participação da mulher na política, portanto, é o da cidadania. O entendimento que havia sobre o que era ser um cidadão tinha características bem próprias da época. Não havia questionamento sobre a cidadania política das mulheres, por exemplo, pois esta não era um tema em debate até a abertura do processo constituinte pós-instalação da República, em 1890. O mesmo ocorre com o entendimento sobre o conceito de participação, que hoje tem

uma dimensão alargada e múltipla em possibilidades, mas não era objeto de reflexão no Oitocentos e não aparece na linguagem das mulheres, mesmo as atuantes politicamente, até o início do século XX. Por outro lado, conceitos como os de liberdade, igualdade e emancipação são usados abundantemente e conectam as brasileiras do Oitocentos aos debates provocados por mulheres que se destacaram na última quarta do século XVIII, como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges, no ambiente das revoluções modernas, como a Revolução Industrial inglesa, a Revolução Francesa e a Independência dos EUA.

4. AS LIDERANÇAS SUFRAGISTAS DO SÉCULO XX

Apesar dos primeiros ensaios do final do século XIX, somente a partir de 1910 é que as mulheres brasileiras passam a viver o que pode ser considerado o período de ouro do sufrágio feminino brasileiro, que culminará com a conquista, ainda que parcial, do direito ao voto, na década de 1930. A partir da segunda década do século XX, principalmente nos anos 1920, virão os debates mais intensos para o desenvolvimento da luta das mulheres por direitos políticos. É nessa época que a professora Leolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino, o PRF, inspirado principalmente no movimento das sufragistas inglesas, e, mais tarde, Bertha Lutz funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ao final dessa primeira década, em 1919, Leolinda se candidata em eleições municipais, mas tem seu registro cassado. Naquele mesmo ano, o senador Justo Chermont apresenta ao Senado o primeiro projeto sobre o direito feminino ao voto.

Assim como suas precursoras do século anterior, Daltro trilhou o caminho da luta pelo direito à educação para chegar à pauta da luta pelo sufrágio feminino. Ainda no século XIX, logo após se separar do seu primeiro marido, ela se torna professora e se envolve na luta pela reivindicação dos direitos indígenas, principalmente por uma alfabetização e educação laica que pudesse integrar os povos indígenas à sociedade. Foi uma indigenista destacada e sofreu muita perseguição e preconceito por isso. Em 1910, como já referimos, ela funda o Partido Republicano Feminino, quebrando absolutamente qualquer padrão da época, pois as mulheres não tinham qualquer direito político. Em 1916 ela apresentou requerimento solicitando direito feminino ao voto, obviamente negado, e em 1919 se lançou como a primeira brasileira candidata em eleições municipais.

Leolinda chegou ao século XX já como uma mulher madura – lembremos que ela nasceu no início da segunda metade do século XIX. Ainda estava muito ligada à causa indigenista quando começa a perceber que muitos dos entraves que enfrentou na luta pela alfabetização e instrução laica dos indígenas se davam pela sua condição de mulher. O que a leva a engajar-se na luta pelos direitos políticos das mulheres. Um fato que a marcou muito foi ter sido impedida de apresentar suas propostas no Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia (1909) pelo fato de ser mulher (KARAWE-



Reprodução: <https://pt.wikipedia.org/>

Isabel de Sousa Mattos, ou Isabel de Mattos Dillon, seu nome de casada, foi considerada pela imprensa da época como a “primeira eleitora” do Brasil. Na foto acima, sentadas, Isabel, à esq., e Leolinda Daltro entre alunas da Escola Orsina da Fonseca. Rio de Janeiro (RJ), 1917

JCZYK, 2014, p. 69). Uma grande frustração pessoal de Leolinda foi nunca ter sido nomeada, por ser mulher, diretora de Índios do Ministério da Agricultura (ROCHA apud KARAWJCZYK, 2014, p. 68).

Nessa época, quando se iniciava a segunda década do século, o tema do direito ao voto para as mulheres começava a ser debatido no Congresso dos EUA (1910), as sufragistas inglesas se destacavam no Reino Unido e no Brasil e a redação do artigo 70 da Constituição de 1891, “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei”, começava a ser contestada pelas mulheres que queriam ingressar no mundo político.

É nesse contexto que Daltro organiza uma associação política com algumas mulheres, no intuito de trabalhar por sua emancipação, que a princípio funcionou como um grupo de apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência do Brasil e em 1910 foi rebatizado de Partido Republicano Feminino (PRF). Um partido composto por pessoas que não dispunham de direitos políticos, como aponta a professora Céli Pinto (PINTO, 2003, p. 18). No partido, era proibida a participação de homens. Em 1916, durante os debates da reforma do regulamento eleitoral, Leolinda chegou a convencer o deputado Maurício de Lacerda a interceder em favor do voto feminino. No mesmo impulso organizativo, Daltro lança nessa época um jornal chamado *A Política*, mais tarde *A Tribuna Feminina* e a escola Orsina da Fonseca. Ambos funcionam como instrumentos para a apresentação de uma série de propostas que auxiliavam na formação das mulheres para a política e da política para a chegada das mulheres.

Não demorou muito para que o partido e o jornal fossem alvo de ataques da imprensa brasileira. Assim como as *suffragettes* inglesas, as “sufragistas militantes” brasileiras passaram a ser chamadas de “mulheres-homens” e acusadas de vandalizar lugares públicos. Elas eram assim descritas nos jornais:

as terríveis sufragistas têm praticado e continuam a praticar desatinos de que muito homem não seria capaz. Já não se limitam as fervorosas propagandistas a simples quebras de vitrines, mas assaltam e queimam edifícios, ameaçam, como há poucos dias, a catedral de São Paulo, cometem atos de furioso vandalismo (*A NOITE*, 27 maio 1913, p. 4 apud KARAWAJCZYK, 2013, p. 75).

Nessa época, Daltro passa a ser identificada por um apelido que a acompanhará por toda a década: *Miss Pankhurst brasileira*, em referência a Emmeline Pankhurst (1858-1928), líder sufragista inglesa e presidente da Women’s Social and Political Union, associação feminina do Reino Unido, fundada em 1903.

Escola, partido e jornal, os instrumentos utilizados por Leolinda Daltro, acompanharão toda a trajetória das mulheres brasileiras na sua jornada pelo ingresso na política. Dos três, o instrumento partido talvez tenha sido o de mais difícil acesso às mulheres e à expressão do pensamento feminista. Até os dias de hoje, um século após a efervescência do sufragismo, os partidos políticos brasileiros seguem estruturados como instituições patriarcais, nada flexíveis às particularidades da atuação das mulheres no ambiente da política. Da infraestrutura física, hostil às crianças, por exemplo, ao modelo de reuniões para deliberações, com jornadas extensivas de trabalho, poucos aspectos nos partidos foram modificados para a inclusão e promoção das mulheres. Recentemente foi preciso que um tribunal estabelecesse a destinação de 30% dos fundos eleitorais para as campanhas femininas, pois o parlamento foi incapaz de fazê-lo.

Outras mulheres que se destacaram na luta pelo sufragismo, especialmente na década de 1920, foram a mineira Mietta Santiago (1903-1995), a alagoana Almerinda Gama (1899-1992) e as potiguares Celina Guimarães (1890-1972) e Alzira Soriano (1897-1963). Mietta, aos 25 anos, inspirada pelas mulheres europeias, com quem teve contato ao ir estudar na Europa, desafiou a Justiça brasileira impetrando um mandado de segurança em que alegava que o veto ao voto das mulheres na verdade contrariava a Constituição de 1891, em seu artigo 70, que descreve os aptos a se alistarem eleitoralmente. Com base nesse mandado, ela se tornou eleitora e também se candidatou a deputada federal. Sua ação, assim como as de outras mulheres potiguares, abriu brecha para que Alzira Soriano se tornasse a primeira mulher eleita para um mandato político no Brasil, no município de Lages, no Rio Grande do Norte, em 1929.

Celina Guimarães e mais de uma dezena de mulheres potiguares fizeram com que a Justiça Eleitoral brasileira usasse pela primeira vez o termo *eleitora* em seus despachos. Elas votaram nas eleições de 1928. No entanto, seus votos não foram validados, já que o Senado Federal, ao analisar a eleição do Rio Grande do Norte naquele ano, considerou-os “inapuráveis”. Segundo os senadores, verificou-se que

Um conceito fundamental para a análise da participação da mulher na política, portanto, é o da cidadania. O entendimento que havia sobre o que era ser um cidadão tinha características bem próprias da época. Não havia questionamento sobre a cidadania política das mulheres, por exemplo, pois esta não era um tema em debate até a abertura do processo constituinte pós-instalação da República, em 1890

sufragaram o nome do candidato, unanimemente eleito, 15 pessoas do sexo feminino. Até agora não tinham mulheres exercitado o direito do voto. Ou porque se julgassem dele excluídas pela Constituição, ou porque propositadamente não quisessem se utilizar de um direito que podiam ou não exercer. Criou-se, assim, uma tradição mansa e pacífica [...] de exclusão da mulher do exercício dos direitos políticos (PORTO, 1989, p. 217).

O desenvolvimento de tal tradição “mansa e pacífica” não parece ter sido nem tão manso nem tão pacífico como vaticinaram os senadores juizes. Isso tem sido demonstrado pelo movimento feminista e os amplos movimentos pelos direitos das mulheres ao longo dos anos que se seguiram desde então até os dias de hoje.

Já Almerinda Gama, negra, nordestina, jornalista, datilógrafa, militante feminista, sindicalista, advogada, poetisa e musicista, teve um papel igualmente destacado nessa mesma época de emergência da luta das mulheres. Radicada no Rio de Janeiro, para onde partiu em busca de melhores oportunidades, se aproxima de Bertha Lutz e outras mulheres da FBPF. Almerinda foi, na prática, a única mulher negra e integrante da classe trabalhadora assalariada a participar do núcleo central do movimento sufragista no auge das conquistas que se darão no princípio dos anos 1930. Sua atuação no sufragismo será uma bagagem importante para sua atividade sindical posterior, no sindicato das datilógrafas e taquígrafas do Distrito Federal. A atuação e o posterior afastamento de Almerinda da FBPF demonstraram os entraves ao sufragismo, que tinha dificuldade de abranger as lutas para além da questão do voto e integrar as pautas classistas e a participação das mulheres trabalhadoras, que sofriam sérias restrições para participar das atividades do movimento, por falta de tempo, recursos e até mesmo indumentárias compatíveis com os eventos convocados.

De todas as mulheres que lideraram o movimento sufragista brasileiro, Ber-



Foto: Arquivo Nacional

Posse de Alzira Soriano, a primeira mulher eleita para um mandato político no Brasil, no município de Lages, no Rio Grande do Norte, em 1929

tha Lutz se destaca sobremaneira. Bióloga, formada na França, foi a segunda mulher brasileira a ingressar no serviço público², ao conseguir judicialmente prestar concurso para o Museu Nacional. Mais tarde também se formará em Direito e será uma exímia articuladora legislativa, mesmo quando não tinha assento no parlamento. Foi parlamentar por pouquíssimo tempo, ao assumir uma cadeira de suplente na Câmara Federal na véspera da instalação da ditadura do Estado Novo. Sua experiência na Europa e sua relação com a estadunidense Carrie Chapman Catt, uma das líderes da conquista do voto feminino nos EUA, foi fundamental para fazer a ponte entre as lutas das mulheres em outros países e as das brasileiras.

Bertha teve uma sabedoria política que a fez ir longe. Nos períodos mais quentes dos debates legislativos na construção da Constituição de 1934, por exemplo, fugiu do enfrentamento do debate sobre o direito ao divórcio como tática de acumulação de aliados para a pauta do direito ao sufrágio. Ela sabia que o apoio da Igreja à pauta do sufrágio era vital para a aprovação da matéria. Falar do divórcio na época era como falar do aborto hoje. Outro ponto alto de sua carreira e que merece muito destaque foi sua atuação internacional em representação do Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Em especial sua atuação na Conferência de Fundação da ONU, em São Francisco, nos EUA, em 1945. Graças a ela e suas articulações, a igualdade entre homens e mulheres entrou textualmente na *Carta das Nações Unidas*, no pós-Segunda Guerra Mundial. Isso fez com que o documento fosse o primeiro registro internacional a contemplar os direitos das mulheres como parte fundamental dos direitos humanos.

Bertha expôs suas ideias pela primeira vez na imprensa brasileira ao final de

² A primeira mulher brasileira a conquistar um emprego público foi Maria José de Castro Rebelo Mendes, inscrita no concurso do Itamaraty em 1918, com intervenção jurídica de Rui Barbosa.

1918, com o texto *Somos todos filhos de tais mulheres*, publicado na *Revista da Semana*. Nesse artigo, ela argumenta contrariamente à ideia de que o que as mulheres dos Estados Unidos e Inglaterra estavam conquistando como direitos seria impossível no Brasil. Naquela época, como visto anteriormente, o feminismo era conhecido no Brasil pelas ideias e lutas de Leolinda Daltro, e havia uma consciência, que predominava entre as mulheres atuantes, de que havia algo errado na forma como as mulheres eram tratadas na sociedade e que havia espaço para a busca por igualdade de oportunidades.

Assim como Daltro e tantas outras aqui já citadas, Bertha também via na educação uma chave importante para a luta das mulheres. Em um texto de 1919, chamado *Educação, associação, organização*, ela diz que “a educação, deixando de ser mera acumulação de conhecimentos [...] deve tornar-nos úteis, ensinar-nos a cumprir nossos deveres de modo eficaz, dar-nos meios de subsistência, para não sermos obrigadas a uma dependência humilhante” (LUTZ, 1919 apud LÔBO, 2010, p. 30). Mas essa talvez seja a maior proximidade que ela e Leolinda teriam, pois Bertha trata de se diferenciar bastante de Daltro tanto no que diz respeito à sua visão do papel da educação como em relação aos métodos atribuídos à criadora do Partido Republicano Feminino.

No que tange à educação, Bertha não defendia que as mulheres tivessem escolas separadas, próprias e dependentes da boa vontade de cada governo da Federação. A Escola Orsina da Fonseca, por exemplo, criada por Leolinda em 1910 para treinar enfermeiras e datilógrafas, a cada mudança de governo precisava negociar a permanência de suas atividades. Bertha queria, portanto, mudar as leis paracriar políticas universais e permanentes, como o acesso das mulheres ao Colégio Pedro II e, em seguida, à vida universitária. Como demonstrado pela professora Teresa Marques em seu livro *Bertha Lutz*, Lutz acreditava que “a bandeira do feminismo seria conduzida por mulheres universitárias” e somente uma mudança na legislação faria com que homens e mulheres passassem a ser iguais no mundo da educação e conseqüentemente na concorrência por empregos estáveis e de boa remuneração (MARQUES, 2019a, p. 22). As mulheres brasileiras de então viviam no limbo deixado pela ordem liberal que se dizia “universal”, tratadas pela legislação vigente como tuteladas e absolutamente limitadas quanto às possibilidades de trabalho. Bertha também quis se distanciar da imagem de que o feminismo seria uma luta violenta, atribuída à inglesa Pankhurst e às *suffragettes* de uma forma em geral, pelos métodos de ação civil direta, como quebra de vitrines, sabotagem de trens, uso de bombas caseiras e greves de fome. A brasileira acreditava que as mulheres seriam recompensadas com direitos ao se esforçarem nas artes e nas ciências, no trabalho intelectual ou manual, mas também ao se associarem entre si, em especial as datilógrafas, taquígrafas, costureiras e operárias em geral. Com a formação da liga e, mais tarde, da FBPF, o que se pretendia era o afastamento de um sufragismo visto como mais radical e a busca de um que pudesse ser visto como um interlocutor nos ambientes masculinos da política.

Para Bertha, a solução era trabalhar uma imagem de serenidade para dialogar

com os homens poderosos e que podiam mudar a lei, e para tanto ela associou-se a mulheres com bom trânsito político e sobrenomes importantes para formar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Entre elas, estavam Isabel Imbassahy Chermont, Stella Guerra Duval, Júlia Lopes de Almeida, Jerônima Mesquita, Valentina Biosca, Esther Salgado Monteiro, Corina Barreiros e outras. Uma das principais mentoras de Bertha, a estadunidense sufragista Carrie Chapman Catt, advertia que algo essencial era persuadir os homens da ideia de que as demandas das mulheres não representavam uma ameaça à ordem social e tratava-se de uma evolução da civilização, o que passou a fazer parte da construção discursiva e metodológica de Bertha para alcançar seus objetivos. Algo que Bertha desenvolveu com maestria foi se embrenhar nas rodas de homens, únicos admitidos no fazer político, e um desses homens sensibilizados pelos debates sufragistas foi Rui Barbosa, que, em 1917, elaborou parecer em que afirmava a constitucionalidade do ingresso da mulher no serviço público.

Mais tarde, em 1919, um projeto do senador Justo Chermont, marido da integrante da FBPF Isabel Imbassay Chermont, chegou a ser aprovado na Comissão de Constituição do Senado, embora não tenha avançado para a aprovação final. O projeto, nº 102, era um decreto do Congresso Nacional que estendia às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis nº 3.139, de 2 de agosto de 1916, e nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916, que consistiam em uma codificação eleitoral, garantindo assim às mulheres o direito ao voto. Na justificativa, Chermont escreveu:

prestando a devida homenagem à principal missão da mulher sobre a terra — os misteres da maternidade — penso que eles não são incompatíveis com os seus deveres sociais e com os direitos políticos que o regime democrático lhe deve conferir (BRASIL, 1919).

E ainda:

as nações civilizadas estão adotando em suas leis essa igualdade de direito. Não deverá o Brasil imitá-las, satisfazendo uma aspiração que se justifica quanto à mulher pelas provas dadas de capacidade, de aptidão, de coragem e de patriotismo? Qual foi a virtude cívica de que ela não se mostrou capaz durante os últimos anos, os mais difíceis que a humanidade tem atravessado? (BRASIL, 1919).

Para além do projeto de Chermont no Senado, entre 1917 e 1921 ocorreram pelo menos três tentativas no âmbito da Câmara dos Deputados de incluir a participação política das mulheres no arcabouço legislativo. Em 1917, o deputado Maurício de Lacerda apresentou a emenda nº 47, que alterava a lei eleitoral de 1916 e incluía o alistamento das mulheres maiores de 21 anos, mas a emenda foi rejeitada pela Comissão de Justiça. Nas palavras do relator Afrânio de Mello Franco, “as próprias mulheres brasileiras, em sua grande maioria, recusariam o exercício do direito de voto político, se este lhes fosse concedido” (O VOTO..., 2002). No entanto, Lacerda reapresenta uma emenda, já na legislatura seguinte, em outubro de 1920, que vai à votação no plená-

Nessa época, Daltro passa a ser identificada por um apelido que a acompanhará por toda a década: Miss Pankhurst brasileira, em referência a Emmeline Pankhurst (1858-1928), líder sufragista inglesa

rio da Câmara e mais uma vez é rejeitada. Em 1921, três deputados, Octavio Rocha, Bethencourt da Silva Filho e Nogueira Penido, apresentam um projeto de lei para regulamentação do voto das mulheres, e o relator, o deputado Juvenal Lamartine de Faria, deu parecer favorável. Seria, no entanto, mais uma iniciativa sem aprovação do conjunto dos deputados.

Entre 1923 e 1928 houve tentativas de retomar a discussão do projeto do senador Chermont, e também outras propostas de alistamento feminino chegaram a ser cogitadas pelos parlamentares, como o projeto de lei nº 247, apresentado pelo deputado Basílio de Magalhães em dezembro de 1924, que abordava o tema, mas que igualmente não prosperou. O projeto nº 102, do Senado, só voltou a ser rediscutido em 1927, pelo então presidente da Comissão de Justiça da Casa, Adolpho Gordo. O senador Chermont havia falecido um ano antes. Foi designado um relator, Aristides Rocha, que deu parecer favorável ao projeto, mas o posterior relator, Thomaz Rodrigues, impediu uma segunda votação dele, ao pedir vista e dizer que ainda era “cedo, muito cedo, para conceder um direito tão amplo à mulher brasileira, que, em sua grande maioria, ainda o não reclama” (O VOTO..., 2002).

O acompanhamento de todas essas iniciativas legislativas se tornou uma verdadeira escola política para as mulheres que compunham a FBPF, fundada em agosto de 1922. A federação se organizou sobre as bases da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, criada por Bertha e Maria Lacerda. A liga contava principalmente com mulheres instruídas e de classe média e alta, mas a federação logrou ser mais ampla e representativa, com a inclusão de advogadas, médicas, costureiras, datilógrafas, trabalhadoras do comércio, estudantes, escritoras, funcionárias públicas, professoras e donas de casa.

Uma das estratégias adotadas pelas feministas da FBPF e por outras nos anos

1920 passou a ser a exposição da contradição do artigo 70 da Constituição de 1891, que falava de alistamento de cidadãos sem especificar que tal termo se referia apenas ao sexo masculino, buscando forçar o alistamento das mulheres nos estados para votarem e serem votadas. Na época, por exemplo, os juizes das seções eleitorais do Rio Grande do Norte acataram dezenas de pedidos de alistamento de mulheres, quase todas professoras. Para colaborar com a campanha de alistamento, Bertha e Maria Eugênia Celso viajaram para Natal e até sobrevoaram a cidade, lançando panfletos. Contaram com o apoio do governador potiguar Juvenal Lamartine, um dos aliados das feministas na época, como visto anteriormente. Por fim, os votos depositados pelas mulheres potiguares foram dados como não apuráveis pela junta apuradora das eleições federais, mas elas conseguiram abrir uma brecha importante. Pois no fundo havia um debate sobre a ideia de cidadania, contida na Constituição, que já começava a afetar a ordem federativa, pois cada estado poderia começar a questionar pontos da Constituição e fazer sua interpretação deles. Os senadores começavam a se incomodar com o fato de que outros temas poderiam passar a ser examinados conforme uma “livre interpretação da Carta de 1891”.

O ano de 1922 era efervescente e hoje sabemos que passaria a ser icônico, pela ocorrência de uma série de eventos, como a Semana de Arte Moderna, a eleição e posse presidencial de Artur Bernardes, a fundação do Partido Comunista, o levante tenentista dos 18 do Forte de Copacabana, as comemorações do Centenário da Independência, a Exposição Internacional no Rio de Janeiro e mais umas tantas atividades desse ano agitado em que sopravam fortes os ventos do modernismo. Em fevereiro daquele ano, antes de virar FBPF, a liga lançou um manifesto sobre as eleições presidenciais, publicado no *Correio da Manhã* do dia 18 daquele mês, que trazia os dizeres: “Brasileiras! — não está longe o dia em que a nós também será dado o primordial direito de cidadania e de influir diretamente na vida política do nosso país” (CORREIO DA MANHÃ, 1922 apud KARAWEJCZYK, 2018, p. 4). O manifesto fazia coro à campanha presidencial de Nilo Peçanha, defensor do voto feminino desde o final do século XIX, no início da República e no processo constituinte de 1891.

Segundo a pesquisadora da conquista do direito do voto feminino no Brasil Mônica Karawejczyk, a participação de Bertha na Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres, em julho de 1922, em Baltimore, nos EUA, que contou com cerca de 200 mulheres latino-americanas, patrocinada pela National League of Women Voters (Liga Nacional das Mulheres Votantes), foi um dos fatores que apontaram o rumo do então nascente movimento organizado feminino no Brasil. Bertha teria encontrado nos EUA e em sua interlocução com Carrie Chapman Catt um modelo de luta que lhe parecia mais adequado ao Brasil, diferente do modelo europeu, cujos atos ela rechaçava, conforme vimos anteriormente. Sua passagem pelos EUA também lhe deu um carimbo ou *status* de líder sufragista brasileira reconhecida mundialmente. Ao retornar ao Brasil, a brasileira toma todas as medidas para transformar a liga na filial brasileira da Associação Pan-Americana. É curioso que a palavra *emancipação* tenha

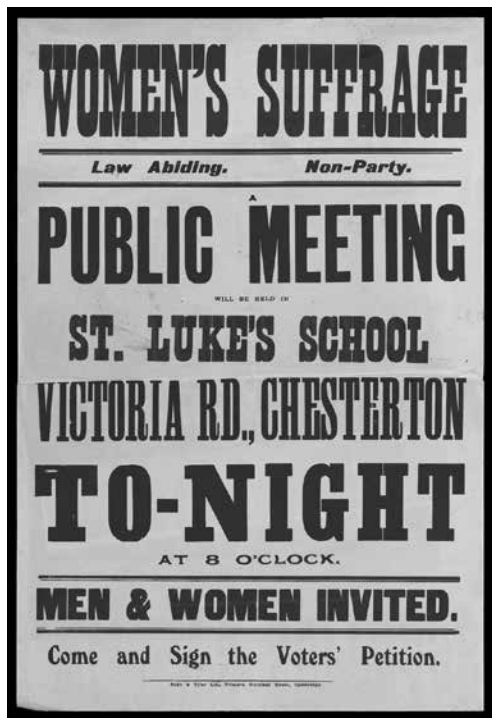


Foto: Biblioteca do Congresso, Washington, DC



Integrantes da Women's Freedom League carregam cartazes em Londres pedindo direito ao voto em 1907; ao lado, cartaz convidando para reunião do movimento sufragista

sido substituída pela palavra *progresso*, embora a “emancipação feminina” tenha permanecido como um dos objetivos da nova federação. Nas palavras de Bertha:

A filial brasileira da Associação Pan-Americana começou [...]. Nós reformamos a Constituição da Liga para a Emancipação da Mulher e fizemos dela a Liga Brasileira para o Progresso da Mulher, achamos melhor traduzir por *progresso*, pois alguns têm medo da palavra *emancipação* (LUTZ, 1922 apud KARAWJCZYK, 2018, p. 5).

Outros objetivos da organização eram a proteção às mães e à infância; a proteção para o trabalho feminino; a orientação para profissões; a conquista de direitos civis e políticos; e a manutenção da paz mundial (KARAWJCZYK, 2018).

5. PARA ALÉM DE BERTHA LUTZ

A liderança de Bertha e seu método bastante contundente e ativo acabou por ofuscar outras lideranças femininas da época, que tocavam em feridas que a bióloga não ousava tocar. Uma dessas mulheres era Maria Lacerda de Moura, uma das poucas que tocava nas questões da opressão à mulher no ambiente doméstico, além de abordar questões como o amor livre, o direito ao prazer sexual das mulheres, ao divórcio, à maternidade consciente. Podemos dizer que suas ideias anteciparam muitas agendas do feminismo da segunda metade do século XX e dialogavam com as líderes feministas do campo socialista do início do século, como Alexandra Kollontai. Quando presidente da Federação Internacional Feminina, entre 1921 e 1922, a ativista inseriu nos estatutos da organização uma cláusula em que se criava um curso de História da

Mulher em todas as escolas femininas. Seu afastamento do movimento se deu principalmente por ela considerar que a luta pelo voto era uma parcela muito estreita do universo de necessidades femininas.

Outra liderança que acabou por ser ofuscada pela história de Bertha foi Natércia da Cunha Silveira, advogada gaúcha e líder da Aliança Nacional de Mulheres, criada em 1931. A atuação de Natércia se deu especialmente em círculos operários, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Natércia e Bertha foram as únicas mulheres a participar da comissão organizadora do anteprojeto constitucional que terminou por consolidar o sufrágio feminino na Constituição de 1934. Segundo a pesquisadora Teresa Marques, que escreveu o livro *Bertha Lutz*, publicado pelas Edições Câmara, Natércia inaugurou o terceiro modelo de feminismo desse período — tendo sido o primeiro inaugurado por Leolinda Daltro, com ênfase na demanda da educação, o segundo, por Bertha Lutz, com proposta de reforma das instituições públicas, e o terceiro, que primava por uma política mais à esquerda, focado nas demandas das mulheres trabalhadoras, mas sem almejar uma revolução social.

As mulheres revolucionárias se organizavam no movimento sindical e também no Partido Comunista, cuja trajetória se inicia justamente no icônico ano de 1922. Segundo a pesquisadora Mariana Venturini, elas atuavam especialmente no Comitê Eleitoral de Mulheres Trabalhadoras do Bloco Operário e Camponês, o BOC, e tinham como meta conquistar o maior número de aderentes entre as operárias, domésticas e mulheres que viviam do próprio trabalho. A conquista do direito ao voto para mulheres também estava na pauta do comitê, assim como o objetivo de alcançar cadeiras no Conselho Municipal, na Câmara e no Senado para mulheres que defendessem os interesses das trabalhadoras. Suas atividades se davam nos sindicatos e nas portas das fábricas e oficinas, nos bairros periféricos e subúrbios. Entre elas estavam Margarida Pereira, Laura Brandão, Ericema Lacerda e Sylvia Casini. Não raro essas mulheres eram presas por distribuir panfletos e manifestos, algo que não ocorria com tanta frequência no caso de homens que estivessem distribuindo o mesmo material, além de serem assediadas por policiais nas ruas para que retornassem a suas casas e não se envolvessem com o comunismo (VENTURINI, 2019).

6. CONCLUSÃO

Passado um século dos anos de ouro do sufrágio brasileiro e do início do engajamento das mulheres na política, nos efervescentes anos 1920, é imperioso questionar sobre como os atuais desafios das mulheres dialogam com os desafios de então. Que marcas ainda permanecem da tentativa constante da institucionalidade patriarcal de moldar a forma como as mulheres se organizam e atuam na política? Que elementos ali presentes ainda reverberam na violência política de gênero vivida hoje e nos inúmeros obstáculos que seguem erguidos para impedir que as mulheres brasileiras cheguem aos espaços de decisão e poder? Buscar nessa história uma fonte



Foto: Arquivo Nacional

Bertha Lutz fala durante abertura do III Congresso Nacional Feminino. Rio de Janeiro, 1936

de balanço e reflexão faz parte do recontar uma trajetória emancipacionista que sofreu profundas transformações e segue sofrendo-as, na medida em que a sociedade se torna mais complexa e finalmente está mais próxima de ser reconhecida como diversa e plural. Em um século, alcançamos uma sociedade em que as mulheres já não admitem o silêncio e o silenciamento forçado de suas vozes, mas ainda não conseguiram dar vazão ao pleno potencial de sua participação.

Os mecanismos de inserção de outrora foram ressignificados, mas seguem válidos, como a busca por socializar as reflexões e demandas por via dos meios de comunicação disponíveis, antes panfletos, manifestos, diários de notícias e jornais impressos de modo alternativo, hoje mídias sociais, *blogs*, redes, recursos audiovisuais. E ainda assim as barreiras fundamentais se impõem, como informam os relatos de especialistas em mídias sociais que demonstram como os algoritmos dificultam a circulação e difusão mais ampla de conteúdos de mulheres negras nas redes, por exemplo. O mesmo ocorre com a inserção no campo da educação, em que, apesar de as mulheres já serem a maioria do corpo discente universitário e também entre os formandos, alcançar os mais altos postos da pós-graduação e da carreira universitária ainda é uma meta. Excelentes trabalhos estão sendo realizados pela associação entre as mídias sociais e uma infinidade de cursos de formação que abordam as questões de gênero e as especificidades da atuação da mulher na política.

Dois entraves, no entanto, ainda parecem ser substanciais, *vide* os resultados pífios conquistados por mulheres nas eleições para as prefeituras e câmaras municipais em 2020 (MULHERES..., 2020). Um deles é a falta de estruturação dos partidos políticos para uma nova lógica de inclusão das mulheres na política. Com algumas

exceções, os partidos seguem em sua maioria com estruturas patriarcais, inflexíveis e impermeáveis a ajustes que considerem as especificidades da atuação de mulheres no ambiente da política. Isso se reflete também na fotografia das direções e especialmente das cúpulas partidárias, que seguem sendo predominantemente masculinas e brancas. O segundo e ainda mais desafiador dos entraves diz respeito à violência política de gênero, que aos poucos vem ganhando tipificação jurídica específica não só no Brasil como em vários países latino-americanos e cuja superação é um desafio incontornável para que realmente possamos considerar que as mulheres podem viver plenamente sua cidadania política no Brasil.

* Socióloga. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em História na Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na Câmara dos Deputados, em Brasília. Professora voluntária do Decanato de Extensão da UnB.
E-mail: anamprestes@gmail.com

► Texto recebido em 9 de outubro de 2021; aprovado em 22 de novembro de 2021.

Referências bibliográficas

ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito de voto**: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago**, 2. série, v. 6, p. 443-469, 2002.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno (Org.). **Palavra de mulher**: oito décadas do direito de voto. Brasília: Edições Câmara, 2011.

BOLETIM eleitoral. **Pequeno Jornal**, Salvador, ed. 184, p. 2, 17 set. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=703842&pagfis=632>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Brasília: Câmara dos Deputados, s.d. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em 23 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto nº 102/1919**. Estende às mulheres maiores de 21 anos as disposições da lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916 (direito de voto). Brasília: Projetos do Senado, livro 59 (1917-1920), p. 105, 17 dez. 1919.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: vida e obra. Natal: UFRN, 1995.

_____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado em História) — Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72742/000884085.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 out. 2021.

_____. O feminismo em boa marcha no Brasil: Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Femininos**, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n249845>>. Acesso em: 22 out. 2021.

_____. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltró. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 64-84, enero-junio, 2014.

_____. O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: primeiros trâmites legais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpuh, 2011.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens: o voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, 2019.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2019a. (Série Perfil Parlamentar, n. 73.)

_____. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. In: MELO, Hildete Pereira de et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

_____. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2019b.

MULHERES representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das eleições 2020. **Notícias TSE**, Brasília, 24 nov. 2020. Disponível em: <www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 23 out. 2021.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo**: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal *A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009. Disponível em: <www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/josefina-alvares-azevedo-voz-feminina-seculo-xix-atraves/karine_da_rocha.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

O VOTO feminino. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2002. Disponível em: <www.al.sp.gov.br/noticia/?id=262455>. Acesso em: 3 nov. 2021.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Travessura revolucionária. **Revista Piauí**, 6 out. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/travessura-revolucionaria>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**: da Colônia à Quinta República. Brasília: Senado Federal, 1989.

SCHRUPP, Antje. **Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano**. São Paulo: Blucher, 2019.

VENTURINI, Mariana de Rossi. **Comunistas no Brasil e a emancipação da mulher**: as conferências partidárias de 1956 e 2007. 2019. 202 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2019.

WESTIN, Ricardo. Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos. **Arquivo S**, ed. 65, 2 mar. 2020. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 10.02.2021.

Cristiano Cordeiro: um comunista pernambucano e a formação do “Brasil moderno”

Cristiano Cordeiro: a communist from
the state of Pernambuco and the
formation of “modern Brazil”

Amanda Marques de Carvalho Gondim *

Edson Tenório **

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.005>



RESUMO

O artigo trata da formação do Partido Comunista do Brasil sob a perspectiva da modernização nacional, considerando nesse aspecto a industrialização e o surgimento de uma classe operária como consequência. O enfoque dado sobre o partido é a trajetória de um de seus fundadores, Cristiano Cordeiro, pernambucano que participou em Niterói (RJ) das primeiras reuniões oficiais. A metodologia para esse tratamento foi a análise da história oral realizada em 1982 e registrada pelo Centro de Documentação e de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco e do livro de Souza Barros *A década 20 em Pernambuco*, publicado em 1972, e conta com várias passagens de citação direta do personagem apresentado neste artigo. E. P. Thompson, Paul Thompson, Helena de Lorenzo e Wilma da Costa, Marcelo Matos e Antonio Gramsci dão a diretriz teórica para substanciar o percurso metodológico escolhido. Partimos da seguinte questão: como a fundação do Partido Comunista do Brasil e, no caso particular de Pernambuco, a ação de Cristiano Cordeiro estão inseridas nos elementos de modernização da sociedade brasileira? Objetiva-se com este artigo contribuir com a discussão acerca do Modernismo e da revolução nos anos 1920, marcados por transformações na organização da classe trabalhadora em seus aspectos sociais e políticos. Busca-se entender a fundação do Partido Comunista do Brasil e seus atores na condição de protagonistas desse momento da história do Brasil. Espera-se com este ensaio estimular o desenvolvimento de pesquisas que problematizem o Partido Comunista e seus atores como elementos contribuintes da modernização nacional.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil. História oral. Intelectual. Pernambuco. Classe operária.

ABSTRACT

This paper aims to explain the formation of the Communist Party of Brazil from the perspective of the country's process of modernization, considering the industrialization and the making of the Brazilian working class. The central point is the contribution given by Cristiano Cordeiro, one of the party's founders. He was born in Recife (PE) and participated in the party's first official meeting, which was held in Niterói (RJ). The methodology is based on oral history, highlighting Cristiano Cordeiro's testimonies which were recorded in 1982 and today are stored in Fundação Joaquim Nabuco archives. It was also used as a research source the book *A década 20 em Pernambuco*, published in 1972. E.P. Thompson, Paul Thompson, Helena de Lorenzo and Wilma da Costa, Marcelo Matos, and Antonio Gramsci provide the theoretical guidelines to substantiate the chosen methodological path. The intention, above all, is to contribute to discussions on modernism and revolution in the 1920s, a time full of transformations concerning the organization of workers and other social and political aspects. The Communist Party of Brazil and its members acted as major players in a very rich moment of Brazilian history. It is our intention to contribute and stimulate researches to ask about the foundation of the Communist Party of Brazil as an important source of Brazilian modernization.

Keywords: Communist Party of Brazil. Oral history. Intellectual. Pernambuco. Working class.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, como reflexo do processo de modernização da sociedade brasileira no início do século XX. Para tanto, procura situar a participação de um militante do estado de Pernambuco, Cristiano Cordeiro, nesses eventos, e problematizar a emergência de novos atores políticos, sobretudo da nascente classe operária, na formação do que se convencionou chamar de “Brasil moderno”.

Concordamos com a visão de De Lorenzo e Costa (1997), que não compreendem a expressão “Brasil moderno” como isenta de polêmicas. Ela é entendida mais como ponto de partida para propor questões e situar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, sobretudo na década de 20 do século passado. O Brasil viveu naquele período “uma espécie de ‘aceleração da história’, com a emergência de novos atores políticos (classe operária, camadas médias urbanas, militares) e novas ideias” (DE LORENZO; COSTA, 1997, p. 8). Essas ideias se expressavam no plano da política e nas transformações da sensibilidade e do gosto. No campo político, os operários iniciavam sua organização no movimento sindical e surgiam os primeiros partidos vinculados às causas proletárias. No campo cultural, a sensibilidade e o gosto coletivos começavam a apresentar mudanças a partir dos anos 1920, questionando os eurocentrismos e propondo novas ideias, que iriam suscitar formulações teóricas acerca da própria identidade nacional. Para o presente artigo, as transformações em destaque estão no processo de surgimento e aumento da classe operária em decorrência da proliferação de indústrias no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Como consequência, vê-se o surgimento de novas formas de organização dos trabalhadores e de lutas por direitos laborais, além da fundação do Partido Comunista do Brasil.

As discussões em torno da formação do “Brasil moderno” tendem a tomar como marco simbólico a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922.

O marco simbólico é o ano de 1922, identificado com a ruptura com o padrão cultural bacharelesco vigente. No entanto, vários eram os indícios do crescimento “de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que sente a possibilidade de um desafio público”. O desafio público realiza-se através da Semana de Arte Moderna e, a partir dela, o Modernismo torna-se “um ponto de vista na história da cultura nacional” (LAHUERTA, 1997, p. 94).

Conforme Lahuerta (1997), a Semana de Arte Moderna em 1922 foi o espaço em que se publiciza o Modernismo sob um dado ponto de vista. Em março daquele mesmo ano, mais precisamente no dia 25 de março, ocorreu, na cidade de Niterói (RJ), a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Do evento, participou como delegado, representando o estado de Pernambuco, Cristiano Cordeiro. Dele trataremos mais adiante.

Concordamos com a visão de De Lorenzo e Costa (1997), que não compreendem a expressão “Brasil moderno” como isenta de polêmicas. Ela é entendida mais como ponto de partida para propor questões e situar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, sobretudo na década de 20 do século passado. O Brasil viveu naquele período “uma espécie de ‘aceleração da história’, com a emergência de novos atores políticos (classe operária, camadas médias urbanas, militares) e novas ideias”

O surgimento do Partido Comunista do Brasil está associado a um conjunto de fatores. O primeiro deles é o ainda incipiente processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, e as conseqüentes mudanças no mundo do trabalho. Ainda em 1880, começaram a surgir greves nas fábricas das primeiras cidades operárias: Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses elementos, associados ao desenvolvimento do movimento operário e ao sindicalismo nascente, foram fatores que contribuíram para a fundação do partido. Como elemento externo, temos a influência da Revolução Russa de 1917. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 39), “o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo, dedicado à subversão nacional”, foi um ímã para as forças revolucionárias de todas as partes do globo. Os governos brasileiros, de diversos matizes, irão se apegar ao tema da “subversão nacional” para inserir o partido na ilegalidade e perseguir seus militantes em vários momentos da história.

Partimos, portanto, da seguinte questão: como a fundação do Partido Comunista do Brasil e, no caso particular de Pernambuco, a ação de Cristiano Cordeiro estão inseridas nos elementos de modernização da sociedade brasileira?

Para tentar compreender a personagem e avançar nas questões propostas acima, a nossa principal fonte será a entrevista concedida por Cristiano Cordeiro à pesquisadora Cristina Inojosa, do Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira (Cehibra), da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em 20 de maio de 1982, na

cidade do Recife (PE). Além dessa fonte, utilizar-se-á o livro de Barros (1972), *A década 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Nele, o autor cita textualmente testemunhos de Cristiano Cordeiro. Assim, o artigo traz como fontes principais um relato de história oral e a obra bibliográfica citada.

A primeira fonte diz respeito a rico acervo de entrevistas produzidas pelo Cehibra entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com o objetivo de constituir acervo de relatos orais de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Pernambuco. Nesse acervo podemos destacar, além de Cristiano Cordeiro, comunistas históricos que atuaram no estado, como Gregório Bezerra, Abelardo da Hora e a primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa de Pernambuco, Adalgisa Cavalcanti. A segunda fonte retrata um período caro à República brasileira e que contou com a participação ativa do estado de Pernambuco e de suas personagens. O livro apresenta, além de Cristiano Cordeiro, outras personagens que deram sua contribuição para a história do estado e do país, reconhecendo a importância histórica dessa personagem no cenário social e político de Pernambuco e do Brasil.

De acordo com Thompson (1992, p. 22), a história oral “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. Sendo assim, quando a experiência de vida é relatada, nesse caso em particular pela própria personagem, a história ganha nova dimensão. Em se tratando de uma parte da história do Partido Comunista do Brasil, instituição marcada por longos períodos de ilegalidade e de perseguição dos seus militantes e dirigentes pelo Estado, a história oral tem a primazia de se justapor às versões oficiais.

A construção e a narração da memória do passado, coletiva ou individual, visa transmitir valores. “A encapsulação de antigas atitudes dentro de uma narrativa constitui uma proteção que as torna menos passíveis de representar uma reformulação presente e por isso faz delas uma evidência especialmente boa de valores passados” (THOMPSON, 1992, p. 185). Nesse sentido, os fatos do incidente descrito são o que menos importa, por transmitirem apenas uma verdade simbólica.

O livro ora apresentado também como fonte primária foi escrito por Souza Barros, apresentado por Luiz Luna como uma pessoa que “trazia no sangue o germe revolucionário dos homens do Areópago, dos republicanos de muitas conspirações” (BARROS, 1972, orelha do livro). Foi contemporâneo de Cristiano Cordeiro e, por isso, apresenta em sua obra citações diretas de ditos e escritos dele, resultado de conversas e epístolas. O livro aqui não aparece numa ordem hierárquica de importância ou veracidade, mas apenas como mais uma fonte identificada, no intuito de contribuir para o entendimento dos questionamentos feitos na elaboração do presente artigo.

Para tanto, a categoria atribuída a Cristiano Cordeiro para este texto é a de intelectual, ou seja, uma pessoa que deu contribuições sociais de natureza reflexiva. Sua formação acadêmica contribuiu nesse sentido, mas também é vista por outra perspectiva.

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens (GRAMSCI, 1982, p. 7, grifos originais).

Se não é possível entender a existência do não intelectual, podem-se inferir os tipos de intelectuais. Há os intelectuais “tradicionais” (GRAMSCI, 1982, p. 13), ou seja, aqueles que meramente constatarem os elementos e características presentes na sociedade, dando continuidade ao sistema vigente. E há os “orgânicos” (GRAMSCI, 1982, p. 14), que pertencem a um grupo, refletindo sobre sua condição e interferindo nela, com vistas à alteração do estado de coisas.

Consideramos que as interpretações históricas são relativas à resposta que cada autor dá a questões análogas no presente. Ou seja, que qualquer leitura do passado, mesmo que controlada pela análise dos documentos, é também dirigida por uma leitura do presente. Dessa forma, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação. No caso do livro, escrito em 1972, o autor questionava os anos 1920 no estado de Pernambuco, contribuindo com pensamentos e intelectuais para o período brasileiro considerado não apenas pela modernização urbana e política, mas também cultural, do ponto de vista da elaboração de identidades consideradas nacionais e descoladas, pelo menos no intuito, do eurocentrismo.

Encarar a história como uma operação é compreendê-la, mesmo que de forma limitada, como a relação entre o lugar, os procedimentos de análise e a construção do texto. Nesse sentido, entende-se também que a história faz parte da “realidade” da qual trata, podendo ser apropriada enquanto “atividade humana”, ou seja, enquanto “prática”. Nessa perspectiva, a pesquisa começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Para Edward P. Thompson, os historiadores estão lidando constantemente com os fatos, classificando-os em grupos e em séries. Mas esses fatos não revelarão nada por si mesmos, o historiador terá de trabalhar arduamente para permitir que eles encontrem “suas próprias vozes” (THOMPSON, 1981, p. 40). Pois os fatos não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados. Além disso, o historiador examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos).

Para a personagem em questão, objeto deste artigo, o conceito que melhor a identifica é o de “intelectual assimilado” (AQUINO, 2007, p. 17). Em seu estudo sobre o governo de Manoel Calheiros, que foi o primeiro prefeito comunista eleito do Brasil,

na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE), Aquino identifica nele características da categoria de intelectual orgânico, cunhada por Gramsci (1982). No entanto, considera que, por não ser oriundo da classe proletária, “migrou do tradicional para o orgânico” (AQUINO, 2007, p. 17). O artigo versa sobre Cristiano Cordeiro, pessoa advinda de família de latifundiários e profissionais liberais, mas que conheceu uma realidade diferente após a morte do seu pai. Visando a uma melhor apresentação, este texto está dividido em quatro partes, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na segunda parte, intitulada “A organização dos trabalhadores e a formação do ‘Brasil moderno’”, analisamos as associações de trabalhadores constituídas no final do século XIX e as mudanças que permitiram a fundação e consolidação dos primeiros sindicatos no Brasil. Identificam-se, ainda, os elementos de modernização dessas mudanças com o programa apresentado por Cristiano Cordeiro quando houve a eleição para a Assembleia Constituinte de 1933.

A terceira parte do artigo, sob o título “Cristiano Cordeiro: um comunista pernambucano”, é destinada à análise dessa personagem que participou da fundação do Partido Comunista do Brasil, sua atuação na sociedade ao longo de uma parte de sua história e sua contribuição direta para a construção do pensamento de modernidade inaugurado nas primeiras décadas do século XX. Nas considerações finais, apresentamos a ideia de que atores comunistas, a exemplo de Cristiano Cordeiro, foram importantes no processo de criação e difusão do “Brasil moderno”, objeto de debate em vários círculos sociais brasileiros da primeira metade do século passado.

2. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E A FORMAÇÃO DO “BRASIL MODERNO”

Em meados do século XIX, os países europeus viviam as contradições próprias da industrialização em curso e das suas experiências coletivas, o que permitiu o florescimento de teorias sociais de emancipação da classe trabalhadora, tais como o socialismo utópico, o anarquismo e o marxismo. Enquanto isso, no Brasil, os trabalhadores assalariados lutavam junto com os escravizados pela libertação destes. Para Matos (2009, p. 21), “este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação”. Esses grupos laborais, em condições sociais completamente distintas, compartilharam valores, experiências de trabalho e de vida. Essa experiência foi importante para a organização de formas de associativismo e novos padrões de mobilização e luta.

Até a abolição da escravidão, em 1888, os trabalhadores escravizados estavam proibidos de se organizar em associações coletivas. Restavam-lhes as organizações clandestinas, mobilizadas pelo movimento abolicionista. Havia uma exceção para os trabalhadores escravizados: “Era permitido pertencer a irmandades, sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro, funções de apoio aos membros (‘irmãos’), como o auxílio em caso de morte, para que a família custeasse o funeral” (MATOS, 2009, p. 21). A Igreja Católica era vista pelo poder público como uma insti-



Capas de diferentes edições do livro *A década 20 em Pernambuco* (1972), de Souza Barros, que foi contemporâneo de Cristiano Cordeiro e, por isso, apresenta em sua obra citações diretas de ditos e escritos dele, resultado de conversas e epístolas

tuição que não possibilitaria ações consideradas subversivas. Assim, o Estado permitia a organização de escravos nas irmandades amparadas por ela.

Os trabalhadores livres, que não estavam submetidos às mesmas restrições impostas aos escravizados, podiam se organizar em associações mútuas, sociedades de ajuda mútua sem vinculações com a Igreja. Essas associações tinham o objetivo de formar uma caixa de contribuições para auxiliar os associados nos casos de doença, invalidez ou morte. Muitas dessas associações tinham um caráter profissional e reuniam trabalhadores da mesma empresa, do mesmo ofício ou profissionais aglutinados (MATOS, 2009). Ainda no século XIX, essas associações passaram a assumir funções que foram além da ajuda mútua e representavam os interesses de classe dos seus associados, inclusive fazendo greve.

Matos (2009) informa que a primeira greve que conseguiu identificar no Brasil, nos textos que analisou em sua pesquisa, foi a greve dos compositores tipógrafos de três jornais diários que circulavam no Rio de Janeiro, em 1858. De acordo com Rossi e Gerab (2009), a partir de 1880 as greves começaram a proliferar no Recife, em São Paulo e no Rio de Janeiro, principais cidades operárias do país naquele momento. Eles observam que o sindicalismo, como expressão de organização da luta dos trabalhadores, é fruto da experiência adquirida nas lutas contra a exploração dos patrões. Tanto Matos (2009) quanto Rossi e Gerab (2009) apresentam, em suas análises, o desenvolvimento do movimento operário como um fenômeno histórico. Ou seja, como fruto da ação de homens em condições sociais análogas, compartilhando valores e experiências de labor e de vida e avançando em suas formas de organização. Apesar disso,

reivindicações de caráter mais amplo eram também colocadas, porém a limitação dessas reivindicações constituía decorrência da própria estreiteza do meio e da rea-

ção das classes conservadoras que ainda não se tinham acostumado ao regime legal de banimento da escravatura. Muitos dos patrões tinham sido senhores de escravos ou acostumados a essas formas degradantes de imposição e de domínio sem restrições (BARROS, 1972, p. 91).

O Brasil do início do século XX ainda se encontrava culturalmente atrelado às práticas do Brasil do século XIX. As práticas do período escravista encontravam-se bastante presentes nas relações industriais e políticas.

E. P. Thompson, analisando a formação da classe operária inglesa, afirma que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer”. Para o autor, o termo a ser empregado para designar essas experiências é *classe*, no singular, e não *classes*, no plural. *Classes trabalhadoras*, além de ser uma expressão pouco descritiva, “reúne um amontoado de fenômenos evasivos” (THOMPSON, 1987, p. 9). Ele entende classe como

um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como “uma estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 9, grifos originais).

Ou seja, a classe, na condição de fenômeno histórico, unifica acontecimentos a partir das experiências e da consciência gerada por eles. Ocorre nas relações humanas, e não fora delas. Por isso, reafirma-se, é um fenômeno histórico. Ele continua:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

A classe acontece quando alguns indivíduos sentem e articulam seus interesses contra indivíduos com interesses manifestamente opostos aos seus. Essa experiência se concretiza pelas relações de produção, e a consciência de classe é o tratamento dado a essas experiências em termos culturais, ou seja, nos valores, ideias e nas próprias instituições. Nesse sentido, se a classe é determinada pelas relações de produção, a consciência de classe não é.

Para Matos (2009), o momento-chave para a constituição do movimento operário e da própria classe trabalhadora no Brasil é a República Velha (1889-1930). Porém,

ele classifica a formação da classe trabalhadora do país, naquele momento, como um processo bastante complicado. Sobretudo porque a participação do operariado industrial ainda era muito pequena em relação ao conjunto da força de trabalho. Isso se devia ao fato de a participação da indústria na economia, além de pequena, depender do investimento de capitais oriundos de outros setores, como o comércio importador e atacadista, no Rio de Janeiro, e a produção de café, em São Paulo.

Outro aspecto ressaltado por Matos (2009), pensando em termos de política partidária, é a baixa participação política dos trabalhadores nos processos eleitorais. A proibição do voto imposta aos analfabetos, às mulheres e aos menores de 21 anos restringia o número de eleitores e, conseqüentemente, a ação política dos detentores da força de trabalho. Restavam então a esse grupo social, como forma de pressionar as oligarquias regionais de grandes proprietários, que dominavam a política eleitoral, os protestos coletivos violentos e os sindicatos. Ainda assim, não faltaram iniciativas no sentido de canalizar essas novas formas de organização para a política partidária. Nesse sentido, ao longo de toda a República Velha, partidos operários foram sendo criados, alguns tendo curta duração, e tentaram encaminhar reformas legais que beneficiassem a classe trabalhadora.

No contexto mais amplo, podemos analisar esse período em um quadro geral de crise do setor primário-exportador, de impasses na política econômica, de emergência da indústria e de novas formas assumidas pela questão regional na constituição do mercado de trabalho e de consumo. Associada a isso, temos a emergência de novos atores políticos: a classe operária, as camadas médias urbanas, militares etc. O resultado foi o surgimento de novas ideias, que se expressavam no campo da política, e de outros aspectos da vida social e cultural do país.

Segundo De Lorenzo e Costa (1997, p. 8), “tem sido geralmente reconhecido pela historiografia que as mudanças ocorridas na década de 1930, particularmente no plano da economia e da política, foram decisivas para moldar uma certa via de desenvolvimento capitalista para o Brasil”. Porém, as autoras consideram que revisar a década de 1920, num processo histórico de exploração da própria gênese da modernidade, contribui para situar o seu conteúdo nas mutações que ocorreram na vida material, no pensamento político e no plano cultural ainda nessa década. Ou seja, a década de 1920 foi marcada por mudanças estruturais na sociedade brasileira. Foi uma década simbólica na história política e cultural do país, por inaugurar “a gênese do Brasil moderno, com a introdução de procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações” (LAHUERTA, 1997, p. 93).

A fundação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, estava, portanto, inserida como um dos elementos importantes no processo de transformações ocorridas na sociedade brasileira na gênese da sua modernidade. Tomando como referência os aspectos que compõem a gênese do “Brasil moderno”, na perspectiva de Lahuerta (1997), o Partido Comunista contribuiu com a introdução de procedimentos,

Tomando como referência os aspectos que compõem a gênese do “Brasil moderno”, o Partido Comunista contribuiu com a introdução de procedimentos, de hábitos, de ângulos de visão e de diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações de brasileiros

de hábitos, de ângulos de visão e de diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações de brasileiros.

Sobre a fundação do Partido Comunista, Rossi e Gerab (2009, p. 29) afirmam que

no campo da organização político-partidária, aos avanços dos trabalhadores, é fundado, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), fruto da confluência de diversas tendências libertárias, que tinham como referência o surgimento e consolidação de uma [...] classe operária no Brasil.

Ou seja, para os autores, a fundação do Partido Comunista representou a consolidação e o avanço da organização político-partidária de uma classe operária ainda em formação no Brasil. Em linhas gerais, é possível afirmar que o processo de modernização das relações de trabalho, iniciadas ainda no final do século XIX e consolidadas na década de 1920 e nas subseqüentes, exigia uma organização político-partidária do mesmo modo moderna.

Para Lahuerta (1997, p. 98), de certo modo, “o Modernismo, como adesão à mudança em todos os sentidos, não limitada à arte e à literatura, mas filosófica, política, social etc., vai sendo paulatinamente frustrado pelo caráter restaurador do processo inaugurado em [19]30”. Para o autor, ao longo desses anos, essa frustração em grande parte dos intelectuais combina-se, contraditoriamente, com uma enorme vontade de agir e um sentimento de impotência e isolamento diante do país que os inquieta, mas que eles não conseguem decifrar. Nesse sentido, o Partido Comunista — ao não aceitar o caráter restaurador do movimento de 1930 e continuar agindo politicamente, sobretudo nos sindicatos, e disputando eleições através da União Operária e Campo-

nesa — mantém os anseios modernistas de mudança nos elementos estruturadores da sociedade brasileira. Sendo assim, se o movimento de 1930 inaugurou um processo de “revolução passiva” ou de “revolução-restauração” (LAHUERTA, 1997, p. 102), os comunistas adotaram uma postura diferente da dos intelectuais analisados pelo autor. De acordo com Lahuerta (1997, p. 103):

as “pressões de baixo”, que durante os anos [19]20 pelejavam por direitos civis e sociais, exigiam maior participação política e moralidade no trato da coisa pública, envolviam difusamente a parcela urbana e letrada (ilustrada) da sociedade, confundindo-se com a expectativa de uma cultura moderna; essas pressões, mesmo sem conseguir ganhar organicidade (por seu “subjetivismo” voluntarista, messiânico, elemental), “arranhavam” a modorra da sociedade oligárquica, quase a instalar a urgência do novo, da mudança, do moderno.

O autor considera que o mesmo movimento que constrói estruturas coercitivas e centralizadoras de poder realiza “modificações moleculares” e incorpora demandas da sociedade civil, inclusive das camadas subalternas, reconhecendo-as como legítimas. Muitas das preocupações e dos problemas apresentados pelos opositores de Vargas foram, portanto, incorporados nas agendas e na própria estrutura do Estado. Por isso, ele considera o Estado Novo como o coroamento do ideal de modernização e de unificação política e cultural da prevalência do tema nacional, radicalizado na década de 1920. Considera, também, que a obra de modernização da sociedade brasileira “não resulta do dinamismo e do empreendimento da sociedade civil, mas tem no Estado o projeto da modernidade associado ao ideal de construção da nação” (LAHUERTA, 1997, p. 105).

Os elementos desse ideal de modernização apareceram em Pernambuco, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte fixadas por Getúlio Vargas, em 1933, de forma sistematizada, no programa “Trabalhador, ocupa teu posto”. A chapa, composta por Cristiano Cordeiro, Antônio Camillo, José Atanazio e José Clodoaldo, defendia, no programa escrito por Cordeiro, um conjunto de reformas políticas, econômicas e sociais, algumas das quais só consolidadas décadas depois e outras ainda não executadas completamente.

No programa “Trabalhador, ocupa teu posto”, Cordeiro defende: uma legislação de amparo ao trabalhador, uma década antes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de Vargas; a reforma agrária; a questão indígena, demonstrando preocupação com a forma como vinha sendo tratado o aldeamento; a questão da família e o combate à miserabilidade no país; a questão das mulheres, particularmente na defesa do divórcio; a questão dos negros; a liberdade política e o direito à livre manifestação partidária; a reforma no sistema de ensino, garantindo a difusão em larga escala da instrução primária e o acesso da classe trabalhadora aos cursos de instrução secundária e superior, além do enfrentamento da seca e de outros problemas relacionados à condição de vida dos trabalhadores, das suas famílias e das ditas minorias (ARAÚJO, 2011).

Em linhas gerais, tendo sido ou não usurpados pelo Estado Novo varguista, como defende Lahuerta (1997), os ideais de modernização da sociedade brasileira, elencados pelos autores até então analisados, estão presentes nas formulações e na ação do Partido Comunista do Brasil desde a sua fundação, particularmente no estado de Pernambuco, um dos centros operários da época. Nesse aspecto, entendemos que esses ideais não podem ser consignados a um agente em particular, pois, na práxis do Partido Comunista, representam um processo de construção coletiva. Porém, admitimos que Cristiano Cordeiro, objeto desta pesquisa, teve participação proeminente. Tanto na fundação do partido, de que participou como único delegado do estado no encontro de Niterói (RJ), quanto na sistematização desses ideais de modernização, quando apresentou à sociedade pernambucana o programa “Trabalhador, ocupa teu posto”.

3. CRISTIANO CORDEIRO: UM COMUNISTA PERNAMBUCANO

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922 e, no mesmo ano, posto na ilegalidade pelo governo de Epitácio Pessoa (CPDOC, 2021). Um dos seus fundadores foi Cristiano Cordeiro, eleito pelo Congresso de Pernambuco, em janeiro daquele ano, a partir de um grupo de comunistas fundado em sua casa. O seu nome foi escolhido para representar o estado, segundo contou em entrevista realizada pelo Cehibra, em 20 de maio de 1982. Assim, o Partido Comunista foi formado a partir de núcleos de várias cidades com grupos operários no Brasil daquele início de século:

o PCB foi o resultado de agrupamentos comunistas em alguns núcleos: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro, além de Santos e Juiz de Fora. Tendo alguma centralidade o Rio de Janeiro, onde aconteceram os primeiros congressos. Ao participarem isoladamente (em seus próprios estados) ou centralizando a fundação no Rio de Janeiro, os integrantes tiveram como rito o aceite [*sic*] das 21 teses do Komintern (III Internacional Comunista) (MENDONÇA, 2016, p. 129).

O próprio Cristiano, em carta registrada no livro de Barros (1972, p. 289), confere detalhes ao acontecimento:

O primeiro congresso realizou-se no Rio, Niterói, nos dias 25 e seguintes de março daquele ano [1922]. No Rio de Janeiro, a reunião do dia 25 foi na casa de uma das tias de Astper (Astrojildo Pereira); outra, no Sindicato dos Alfaiates, e a outra no Sindicato dos Metalúrgicos, salvo engano quanto a este último. Mas, no Recife, houve somente uma reunião para fundação do Centro. Lavrou-se uma ata (por muito tempo, conservei-a nos meus esparramados arquivos...), com a assinatura dos participantes, que se manifestaram de acordo com os 21 pontos de adesão à III Internacional.

O Partido Comunista do Brasil, quando foi fundado, em 1922, já estava inserido em uma estratégia de expansão da III Internacional Comunista. Em Pernambuco, as 21 teses do Komintern foram, de imediato, aceitas na reunião de fundação

que elegeu Cristiano Cordeiro delegado para o Congresso de Niterói (RJ). Sobre esse congresso, Cordeiro lembra-se de terem sido realizadas três reuniões distintas, sendo uma delas na casa do próprio Astrojildo Pereira.

Segundo Mendonça (2016), Pernambuco participou desse congresso com o maior grupo de fundadores, cerca de 30 participantes, na reunião realizada na casa de Cordeiro. O desafio imposto ao novo partido em Pernambuco e nos demais estados era manter a coesão doutrinária, já que poucos dos seus fundadores tinham tido contato com as teorias marxistas, e estabelecer princípios e diretrizes para a propaganda comunista no país. Porém, diferentemente do que aconteceu em outros países, no Brasil o partido não conseguiu logo no início grande adesão. Além disso, a extensão do país, as diferenças regionais e a pouca presença no movimento sindical fizeram com que, no primeiro momento, o foco da organização se voltasse para a reflexão teórica, buscando compreender o seu lugar na interpretação da modernidade brasileira.

Sobre a fundação do Partido Comunista do Brasil em Pernambuco, Cristiano Cordeiro relata:

O primeiro grupo foi fundado na minha casa, na rua da Concórdia, 914, em primeiro de janeiro de 1922, lembro-me bem. O congresso foi em março, fui delegado, esse grupo escolheu-me. Eu realmente fui um organizador, o ativista mais interessado, era indicado para isso. Os outros, não digo que não tivessem a minha experiência, mas faltava-lhes essa boa vontade (CORDEIRO, 1982, p. 9).

Cristiano Cordeiro, portanto, foi o principal entusiasta da fundação do partido no estado. Naquele momento, fez a opção de viver pela causa partidária, respeitando as decisões do partido e se apresentando, de “boa vontade”, como comunista. Demonstrava sensibilidade com a realidade das camadas mais pobres e entendia que o acesso dessas pessoas à vida social só seria possível por meio de transformações profundas na estrutura da sociedade brasileira.

Foi no engenho de minha madrinha, casada com meu tio Cristiano, no município de São Lourenço da Mata. Num passeio lá no engenho, na hora do crepúsculo, já estávamos de volta para a casa-grande — a minha madrinha visitava os moradores — quando um velhinho, com idade bastante avançada, vestido até com uma roupa feita com saco de açúcar, trazendo no ombro um embrulho qualquer, muito pobrezinho, passou, deu-nos as saudações da “Ave Maria”, porque eram seis horas da tarde, mais ou menos, abriu a porteira e passou. A minha madrinha, então, deu-lhe um grito, chamou-o e fez-lhe uma censura grossa, umas coisas desagradáveis para o velhinho, não é? Enfim, mostrou que ele deveria esperar que a senhora de engenho passasse... (CORDEIRO, 1982, p. 1).

A memória coletiva se constrói, segundo James (2004), por meio de vários dispositivos: mitos públicos, relatos fundadores, acontecimentos com potencial transfor-

mador crucial etc. Mas, quando contextualizada, a exposição oral alude a um nível de experiência muito mais tangível e habitual. O testemunho oral permite abordar a questão da agência e da subjetividade na história. Em seu depoimento ao Cehibra (CORDEIRO, 1982), Cristiano Cordeiro traz uma reminiscência da infância, em que um pobre velhinho é humilhado por sua madrinha aristocrata. A esse evento, carregado de subjetividade, ele se refere como um fator definidor da sua história de vida e dos seus posicionamentos político-ideológicos futuros. Ao relatar essa história, Cristiano Cordeiro demonstra ter tomado conhecimento da estrutura de classes do Brasil muito cedo, ainda criança. Nesse episódio, ele nos dá indícios de sua origem social ao mesmo tempo que demonstra empatia com os oprimidos. Mais tarde, com os primeiros contatos com as ideias anarquistas e, posteriormente, com sua adesão ao marxismo, o que o levou a participar da fundação do Partido Comunista, dedicou-se a construir a luta revolucionária no país.

Aproxima-se, portanto, do que afirma Loureiro (2005, p. 28) sobre Rosa Luxemburgo:

Rosa tinha plena consciência de que esse ser humano total só poderia realizar-se numa sociedade em que houvesse justiça, paz, igualdade — numa comunidade humana autêntica que, para ela, significava socialismo. E este só poderia ser construído pela “luta de classes revolucionária do proletariado”. Daí o dever de dedicar-se à revolução.

No pensamento de Rosa, a comunidade humana autêntica significava socialismo. Do mesmo modo, o entendimento da importância de se dedicar à revolução compreendia, para Cristiano Cordeiro, contribuir na efetiva organização dos trabalhadores. Seria na participação partidária a materialização dos seus pensamentos: “eu sempre pensei nisso, não digo que fosse decisivo, mas aquilo feriu fundo a minha sensibilidade de criança, já, talvez, com tendência a seguir essas ideias de libertação, de cooperação” (CORDEIRO, 1982, p. 2).

Naquilo que podemos conferir às contribuições de um intelectual orgânico, concordamos com Gramsci (1982), que considera o partido político como um espaço para aglutinação e formação de intelectuais orgânicos. Antes de introduzir a biografia de Cristiano Cordeiro, apresentamos aqui o que escreveu Gramsci (1982, p. 15) sobre partidos políticos e intelectuais, por considerarmos uma síntese do que se verificará em seguida:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isso que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a



Cristiano Cordeiro (sinalizado), aos 26 anos, integra o grupo de fundadores do Partido Comunista do Brasil. Na foto, ele segura o livro ata do Congresso de fundação

terra, ainda que alguns aspectos dessas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. Para essas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra seu quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social e econômico superam esse momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Essa função do partido político apareceria com muito maior clareza mediante uma análise histórica concreta do modo pelo qual se desenvolveram as categorias orgânicas e as categorias tradicionais dos intelectuais, tanto no terreno das várias histórias nacionais quanto no do desenvolvimento dos vários grupos sociais mais importantes no quadro das diversas nações; notadamente daqueles grupos cuja atividade econômica foi sobretudo instrumental.

Cristiano Cordeiro nasceu em Limoeiro, cidade do agreste pernambucano, em 23 de maio de 1895. Filho mais velho de José Cordeiro, juiz municipal de Caruaru, e Olindina Coutinho Cordeiro, tinha 9 anos quando seu pai faleceu. Estudou no Colégio Nove de Janeiro, na rua do Hospício, em Recife. Nesse período, morava na rua do Rosário da Boa Vista, em Recife. Fez o curso de Madureza, no Ginásio Pernambucano, e obteve o diploma de bacharel em Ciências e Letras, ingressando no curso de Direito em 1913 e o concluindo em 1918. Participou indiretamente da chamada “Revolução de 1911”¹ e, em 1915, ingressou no serviço público, na Fazenda estadual.

¹ Trata-se da disputa entre Rosa e Silva e Dantas Barreto para o governo do Estado, em 1911. Após a contagem dos votos, foi anunciada a vitória de Rosa e Silva no pleito. O grupo político de Dantas Barreto não aceitou o resultado, o que gerou conflitos armados em várias áreas do Recife. Após recontagem dos votos, foi reconhecida a vitória de Dantas Barreto.

Recife despontou nas primeiras décadas do século XX como um espaço de aglutinação industrial e, como consequência, operária

Sua inclinação socialista foi se construindo ainda na juventude. Ao sair da faculdade, ajudou na formação de sindicatos. Conforme Cristiano Cordeiro (CORDEIRO, 1982, p. 5):

Porque antes dos sindicatos, havia aqui organizações operárias chamadas “beneficentes”. Um deles [operários] disse-me uma vez: “O senhor quer ser membro dessa sociedade?” “É bom? O que promove?”, quis saber. “Faz enterro, dá funeral, dá o luto para os operários”, respondeu-me. Eu fundei o sindicato, que foi outra coisa, uma organização que tem como objetivo trabalhar pelos direitos do operariado, legitimando a organização, trabalhando pelas conquistas de novos direitos cada vez mais. Aqui dei minha cooperação.

Cristiano Cordeiro atuou na organização dos sindicatos com o objetivo de garantir mais direitos aos trabalhadores. Ele registra que, antes dos sindicatos, as associações beneficentes limitavam-se a garantir enterro, funeral e luto para os operários. Por isso, enfatiza que o sindicato legitima a sua organização através da conquista de novos direitos.

As mudanças nas entidades ligadas à luta dos trabalhadores estão associadas a um processo de evolução nas relações de trabalho próprias da modernização das forças produtivas em curso no Brasil desde o final do século XIX. Mesmo sendo incipientes essas entidades, e ainda que só viessem a se consolidar nas décadas posteriores a 1930, o significado da modernidade expressava-se a partir desse novo tipo de organização. A concepção de sindicato de Cristiano Cordeiro coaduna-se com a de Lênin (1979, p. 32):

A organização é necessária à greve, a fim de levá-la a cabo com êxito, para efetuar coletas em benefício dos grevistas, para criar fundos monetários operários e para realizar agitação entre os operários, difundindo entre eles volantes, avisos, manifestos etc. A organização é ainda mais necessária para defender-se das perseguições policiais, para resguardar todas as associações dos operários e todas as suas relações, para organizar a distribuição de livros, folhetos, jornais etc. entre os operários. Ajudar em tudo isso é a segunda tarefa do partido.

A narrativa de uma história de vida, de acordo com Thompson (1992, p. 303), não precisa apresentar necessariamente uma biografia individual. “Em casos importantes, ela pode ser utilizada para transmitir a história de toda uma classe ou comunidade, ou transformar-se num fio condutor ao redor do qual se reconstrua uma série extremamente complexa de eventos.” A participação de Cristiano Cordeiro na gênese do movimento sindical em Pernambuco reflete, justamente, uma dessas séries com-

plexas de eventos. A formação dos sindicatos e a participação nesse tipo de organização desenvolvem uma consciência política coletiva. Naquele período, os trabalhadores estavam submetidos a uma situação em que não tinham nem poderiam ter horas de lazer e descanso, muito menos a possibilidade de refletir e participar das decisões políticas. Até meados do século XX, no Brasil, analfabetos, mulheres e menores de 21 anos eram proibidos de votar, como anteriormente apresentado. Os sindicatos e as suas formas típicas de organização, protestos e greves transformaram-se, então, em importantes instrumentos de pressão política da classe trabalhadora.

Cristiano Cordeiro e José Elias contribuíram na formação do sindicato de estivadores, empregados da construção civil, carvoeiros, trabalhadores do porto, alfaiates e outros. Elias era pernambucano, radicado no Rio de Janeiro, participou do II Congresso Operário Brasileiro (COB), realizado em 1913, e veio ao Recife em 1914, orientado pelo congresso (BARROS, 1972, p. 83), para contribuir com a fundação de sindicatos no estado e fundar uma federação de trabalhadores. Sobre ele, Cristiano aponta:

Um homem que não tinha curso superior, mas era um orador de mão cheia, mais que um orador, um conferencista, um homem extraordinário. Ele já morreu. Fui com ele assistir às suas conferências e dei a minha cooperação para a fundação dos sindicatos (CORDEIRO, 1982, p. 5).

Cordeiro elogia as qualidades oratórias de Elias e situa a forma como eram organizados os sindicatos. A ação não se encontrava dissociada da reflexão acerca da consciência de classe e da importância de tratar isso nas organizações sindicais. A concepção de Rosa Luxemburgo presente em Loureiro (2005, p. 31) sobre o poder das massas aproxima-se da de Cristiano Cordeiro:

O partido tem por função esclarecer, explicar, pois ele possui a visão de conjunto do processo de desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, do lugar que nele ocupa a classe revolucionária. Mas o partido não pode agir no lugar das massas, não pode substituí-las, como se fosse um pequeno exército bem treinado que, na hora combinada, derruba o poder constituído e ocupa o seu lugar.

O pensamento comunista que segue essa linha de raciocínio diz muito sobre sua visão de mundo e como o intelectual que pensa dessa forma age no mundo. Cristiano Cordeiro defendia a ideia de avanço da sociedade:

No que diz respeito à questão social, eu sou inteiramente favorável a uma mudança de regime, sou favorável ao socialismo, sou pela realização do socialismo. O partido é comunista, vai além do socialismo, é um pouco mais avançado. Em princípio, será o socialismo, não propriamente o comunismo, ainda, porque o comunismo é o ponto mais alto. Poderia até avançar muito e dizer que seria um cristianismo complexo. Noutro dia, estive vendo aqui — tenho uma neta católica e ela me deu um conceito de propriedade dos primeiros cristãos. É isso o que os comunistas pregam hoje: em vez de propriedade privada, a propriedade coletiva, a socialização da propriedade. Isso está lá nos “Atos dos apóstolos” (CORDEIRO, 1982, p. 6-7).

Segundo Thompson (1992, p. 307), “grande parte da evidência oral oriunda da experiência pessoal direta — como um relato sobre a vida doméstica em determinada família — é preciosa exatamente porque não pode provir de nenhuma outra fonte”. No trecho acima, Cristiano Cordeiro, ao relatar a convivência com a neta católica, fala sobre as suas inclinações religiosas e o valor político que atribui a elas. Se por um lado essas inclinações podem afastar um intelectual marxista de princípios do materialismo histórico e dialético, por outro lado são elas que justificam os seus anseios por mudanças nas estruturas sociopolíticas e econômicas da sociedade. No seu entendimento, o socialismo seria uma etapa necessária para chegar ao comunismo. E esse último momento seria algo que se assemelha ao que ele define por “cristianismo complexo”. Com isso, ele reafirma suas posições marxistas, porém não se reconhece como um “marxista ortodoxo”. Ao defender uma ideia de transcendência religiosa ao citar os “Atos dos apóstolos” e o conceito de propriedade dos primeiros cristãos, não se alinha de forma literal e automática ao materialismo marxista. Contudo, mantém em seus anseios de sociedade futura a ideia de socialização da propriedade privada dos meios de produção, princípio basilar da literatura marxista.

Organizar os trabalhadores, lutar por leis que abrangessem direitos ainda inexistentes e debater as contradições do sistema capitalista estavam na ordem do dia de Cristiano e do Partido Comunista do Brasil.

Sua defesa do partido se refletia em suas ações. Em 1923, Cristiano Cordeiro convidou intelectuais simpatizantes das ideias comunistas para refutar Aníbal Freire, professor de Direito que havia retornado da Europa afirmando o fim do socialismo por lá. Ele havia realizado duas conferências na Faculdade de Direito sobre esse tema. Para se contrapor, Cristiano convidou Mário Melo, diretor do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), para dar o aval à réplica. E intitulou a conferência de *Doutrina contra doutrina*, em homenagem à memória de Sylvio Romero, autor do livro de mesmo título sobre o desenvolvimento das ideias positivistas no Brasil. Sua postura incomodava o *status quo*, causando-lhe um exílio iniciado em 1938, após a instauração do Estado Novo de Vargas no Brasil.

Puseram-me dentro de um navio, sem aviso prévio, no governo de Agamenom Magalhães [interventor de Vargas em Pernambuco], que tinha como chefe de polícia Etelvino Lins. Eu ia para casa quando fui posto dentro de um automóvel e conduzido para um navio que estava aqui, fiquei no porão. Fui mandado para Santos, mas, no Rio de Janeiro, houve uma avaria no navio e ele ficou no porto. Fui conduzido para dormir no xadrez, na polícia do Rio. No dia seguinte, levaram-me para o Aníbal Benévolo, pequeno navio que foi posto a pique pelos alemães na guerra. Viajei nele, que ainda estava em poder do Brasil, para Santos, lá me largaram numa praça e eu tive de me virar. Eu lhe digo uma coisa: nunca perdi a noção do tempo ou do lugar, nem a calma, sempre aceitei isso, acho que foi porque merecia mesmo. Peguei a minha maleta e fui ao café de um português, tomei café e pedi a ele para ficar com a maleta enquanto eu ia saber onde ficava a estação de trem. Eu tinha a ideia de que alguns colegas meus

Em 1933, candidatou-se a deputado constituinte. Sob a legenda “Trabalhador, ocupa teu posto”, apresentou um manifesto de mesmo nome, tratando de temas como família proletária, divórcio (instituído legalmente apenas em 1977), instrução, seca, legislação social, causa indígena e terra

estavam em São Paulo, e ia procurá-los para ver se encontrava um meio de vida, não podia deixar de trabalhar para ter os meios materiais (CORDEIRO, 1982, p. 11).

Apesar de sua abnegação à causa partidária, a ponto de ter sido exilado do estado onde nasceu, em 1946, foi expulso do partido. Anos depois foi reintegrado ao partido pelo próprio Luiz Carlos Prestes, sem nunca ter vacilado na defesa do socialismo por onde estivesse. Tendo iniciado sua vida profissional na administração fazendária em Pernambuco, foi revisor no *Diário dos Fatos* e professor de Francês do primeiro ano no Liceu São Paulo, em Santos, professor de Português no Liceu de Goiás por quase dez anos e professor de Direito do Trabalho ainda na fundação da Faculdade de Direito de Goiás. Sobre este último posto, a cadeira tinha o nome de Direito Industrial, mas por uma defesa sua e instruções posteriores da capital federal, à época o Rio de Janeiro, passou a se chamar Direito do Trabalho: “fiz essa bravata e fiquei com prestígio na faculdade” (CORDEIRO, 1982, p. 13).

Para Cristiano Cordeiro, o socialismo não é só uma atitude intelectual, é também moral, e fazia parte de sua personalidade. Rosa Luxemburgo ilustra um pouco essa postura:

Com homens preguiçosos, levianos, egoístas, irrefletidos e indiferentes não se pode realizar o socialismo. A sociedade socialista precisa de homens que estejam, cada um em seu lugar, cheios de paixão e entusiasmo pelo bem-estar coletivo, totalmente dispostos ao sacrifício e cheios de compaixão pelo próximo, cheios de coragem e tenacidade para ousarem o mais difícil (LUXEMBURGO, 1918 apud LOUREIRO, 2005, p. 61).

É necessário o pensamento voltado para a ação e vice-versa. Um comunista não nasce em um dia. Ser comunista é trabalho para a vida inteira. Cristiano Cordeiro sabia disso. Em obra escrita por Barros (1972), o próprio Cristiano Cordeiro aparece em vários momentos, com contribuições textualmente citadas pelo autor. Na primeira delas, apresenta uma maneira própria de definição de liderança:

Acho muito difícil apontar um líder político na época [década de 1920] (e você quer três): onde não há propriamente correntes de opinião bem definidas; onde a política só apresenta, como a moeda, duas faces: cara ou coroa, isto é, governo e oposição; onde o partido de Agamenon Magalhães e de Lima Cavalcanti, ao encerrar-se a década, toma arbitrariamente a denominação de PSD (o mesmo partido de Lênin até 1917...) e se apoia nos elementos mais retrógrados da política do coronelismo e do canção; *líder* é aquele que empunha o ferrão e conduz o rebanho... (CORDEIRO apud BARROS, 1972, p. 40, grifos originais).

Sua definição de líder no período de 1920 não comporta ele próprio, por entender-se mais como um militante convicto do que como uma liderança, que de fato era. Sua contribuição política para o cenário nacional e pernambucano talvez nunca tenha sido percebida ou valorizada por ele próprio, principalmente pelo fato de, conforme ele mesmo afirma, não ter atingido meta social nenhuma, apesar de ter sido bem-intencionado em sua ação para melhorar a situação do operariado e do povo em geral (CORDEIRO, 1982, p. 6).

Foi com essa intenção que Cristiano Cordeiro, em 1933, candidatou-se a deputado constituinte. Sob a legenda “Trabalhador, ocupa teu posto”, apresentou um manifesto de mesmo nome, tratando de temas como família proletária, divórcio (instituído legalmente apenas em 1977), instrução, seca, legislação social, causa indígena e terra (CORDEIRO, 1982, p. 17). Sobre este último ponto, declarou que, “no Brasil, nenhum partido político, a não ser o PCB, abordou no seu programa as exigências de reforma agrária” (BARROS, 1972, p. 38). Para Cristiano Cordeiro, a reforma agrária é uma necessidade fundamental. Ainda hoje leio nos jornais, até os católicos estão favoráveis, interessados na reforma agrária. O Brasil ou faz uma ou nunca será um país desenvolvido. Ali no sertão há os boias-frias, aquilo não é humano, não é humanidade o que vemos por aí. Então, vamos humanizar o homem brasileiro. A reforma agrária é o ponto básico. Pode não ser radical, logo de início, mas tem-se que começar (CORDEIRO, 1982, p. 17).

Ao perceber a adesão ao tema da reforma agrária por outros grupos além dos comunistas, Cristiano Cordeiro parece demonstrar esperança em sua fala. O sentimento de modernidade passa na década de 1920 por um sentimento de humanização do povo brasileiro nos setores que efetivamente viam no socialismo a solução para as contradições implantadas pelo capitalismo. Para isso, o próprio povo deveria tomar consciência de sua condição, de seu papel, e assumir a vanguarda na luta pela melhoria da sociedade. Ou, nas palavras de Rosa Luxemburgo: “A massa do proletariado é chamada não só para fixar claramente o objetivo e a orientação da revolução, mas também para que ela mesma, passo a passo, através da sua própria atividade, dê vida ao socialismo.” (LUXEMBUGO apud LOUREIRO, 2005, p. 63)

Por fim, embora tenha contribuído direta e indiretamente com a fundação e existência de um partido que prima pela formação de intelectuais, não se identificava

como um. “Não me considero [um teórico] porque acho que a minha evolução não é bastante, eu li um bocado, mas minha vida foi muito perturbada...” (CORDEIRO, 1982, p. 15). O poder da leitura é por ele subestimado, embora as informações anteriormente trazidas aqui demonstrem sua capacidade que ultrapassa uma ação passiva.

Cristiano Cordeiro, ao longo de sua vida e participação no partido, atuou de maneira significativa para a concretização do “binômio escrita-leitura”, tornado inclusive em prática. Foi assim que elaborou o Centro de Estudos Sociais, em 1919, escreveu textos para a revista *Movimento Comunista*, reunidos no livro *Memória e história*, volume 2, em 1982, foi um dos fundadores do Centro de Estudos Marxistas, considerava anarquismo, socialismo e comunismo contribuições do espírito humano, buscava conciliar cristianismo e socialismo, proferiu conferência intitulada *Doutrina contra doutrina*, em 1922, e acreditava na educação como instrumento para a revolução (MENDONÇA, 2016). Em resumo, foi um intelectual que leu, escreveu, proferiu, organizou e contribuiu efetivamente com o pensamento da modernidade brasileira.

Foi um intelectual que leu, escreveu, proferiu, organizou e contribuiu efetivamente com o pensamento da modernidade brasileira

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento sobre o chamado “Brasil moderno” instaurado nos anos 1920 não pode ser apresentado sem levar em consideração a diversidade do país. Nossa compreensão se aproxima daquela de De Lorenzo e Costa (1997), ao atribuírem à expressão um caráter “polêmico”. Para alguns autores, a Semana de Arte Moderna de 1922 inaugurou no Brasil o sentimento de modernidade. Por isso, alguns a tomam como marco simbólico. Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, podemos indicar a fundação do Partido Comunista do Brasil como outro marco simbólico representativo dessa modernidade.

As transformações trazidas pela modernização econômica e que refletiram as mudanças de organização dos trabalhadores, culminando com a fundação do Partido Comunista do Brasil, foram consideradas na elaboração deste artigo. Assim, nos questionamos acerca deste último episódio e da atuação de Cristiano Cordeiro como elementos de modernização da sociedade. Partimos da ideia de que o Partido Comunista do Brasil e seus membros foram agentes efetivos dessa modernidade.

Diferentemente da Europa, o Brasil passou por uma realidade laboral de 300 anos de escravidão. Mesmo finda esta, em 1888, as relações de trabalho eram ainda entendidas pelos padrões daquela forma histórica. O fim da escravidão e a emergência do Estado republicano não foram suficientes para acabar com uma cultura de tantos

séculos. Apenas com o processo de industrialização e urbanização essa realidade começou a mudar.

Ainda na escravidão, trabalhadores livres iniciaram suas organizações por meio de associações mutuárias, auxiliando-se em casos de doença, invalidez ou morte. Nesse caso, os trabalhadores se reuniam por categoria de trabalho, entendendo-se na condição de igualdade. A evolução disso foi a partir do entendimento de que, para além de se ajudar de maneira assistencial, eles poderiam também representar seus interesses. O resultado seriam as primeiras greves no Recife, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Recife despontou nas primeiras décadas do século XX como um espaço de aglutinação industrial e, como consequência, operária. Estivadores, tecelões, metalúrgicos, padeiros, marceneiros, gráficos, trabalhadores do transporte urbano, ferroviários, caixeiros, categorias surgidas com o processo de industrialização e urbanização do Recife passaram a existir e se organizar. Como resultado, reivindicações e greves trazem um primeiro aspecto do que entendemos por modernização do país.

Congressos nacionais operários começaram a surgir nas primeiras décadas do século XX. O segundo deles, ocorrido em 1913, direcionou uma personagem ao estado de Pernambuco com o objetivo claro de organizar a classe trabalhadora em vários sindicatos, ministrando conferências e promovendo o sentimento de classe entre os trabalhadores. José Elias, pernambucano residente no Rio de Janeiro e que estava presente nesse congresso, foi o membro destacado para essa ação. Assim, ele e Cristiano Cordeiro atuaram juntos nesses primeiros anos de transformação das associações em sindicatos e da fundação de outros sindicatos.

O papel de Cristiano Cordeiro para a história do Brasil, do Partido Comunista do Brasil e de Pernambuco deve ser tratado com a importância de um intelectual que contribuiu de maneira teórica e prática na formação do “Brasil moderno”. Ele atuou diretamente na elaboração e criação do partido mais antigo em funcionamento no país nos dias de hoje, com formulação teórica e participação ativa nas discussões do grupo ideológico, tendo Prestes desconsiderado a saída dele do partido e o convidado a reingressar às hostes do Partido Comunista do Brasil. Assim como ele, considera-se que outros intelectuais em seus estados e cidades brasileiras enveredaram pela ideologia comunista e deram sua contribuição, não apenas na construção de um partido, mas na modernização do país de maneira ideológica e ativa.

Os trabalhadores dos mais diversos campos de atuação encontravam-se em Recife e, com isso, o pensamento de classe começa a se formar e se tornar objeto de debate. Cristiano Cordeiro desponta como um importante nome nos grupos de trabalhadores, mas também na formulação ideológica germinal do Partido Comunista do Brasil em Pernambuco.

A sua participação no que se entende por modernidade está na formação dos sindicatos e na fundação do partido. Ele foi um intelectual que contribuiu diretamente com o ideal de modernidade em que acreditava: a construção de uma sociedade

fraterna e igualitária, uma sociedade comunista. Embora não se considerasse um teórico, foi capaz de contribuir com formulações teóricas, conforme verificado em obra de Barros (1972), na qual este define o conceito de liderança.

Ou seja, o sentido de intelectual assimilado, esclarecido anteriormente, aplica-se perfeitamente ao caso ora apresentado. Em resumo, a organização da classe trabalhadora em sindicatos e a fundação do Partido Comunista do Brasil confundem-se com a própria trajetória de militância de Cristiano Cordeiro. Com isso, considera-se sua atuação e participação como dotada de dimensão não apenas regional, no estado de Pernambuco, mas também nacional, por ter sido um dos delegados membros da fundação do Partido Comunista do Brasil, em Niterói. Cristiano Cordeiro foi, de fato, um comunista pernambucano que contribuiu para a formação do “Brasil moderno”.

* Doutora em Educação. Professora efetiva da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (PE).
E-mail: amcgondim@gmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da rede municipal de ensino de Olinda (PE) e da rede estadual de ensino de Pernambuco. *E-mail:* tenorio.edson65@gmail.com

► Texto recebido em 10 de outubro de 2021; aprovado em 4 de novembro de 2021.

AQUINO, Cely Bezerra. **A educação em Jaboatão nas mãos de um comunista (1947-1951)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ARAÚJO, Antônio Henrique da Silva. A lenda do Nordeste: o santo comunista. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: HISTORIOGRAFIA, PESQUISA E PATRIMÔNIO, 5., 2011, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em: <www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1003-1014.pdf>. Acesso em: 8 out. 2021.

BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**: uma interpretação. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.

CORDEIRO, Cristiano. [Entrevista cedida a] Cristina Inojosa. **Cehibra**, 20 maio 1982. Recife: Fundaj, 1982.

CPDOC. **Partido Comunista do Brasil (PCB)**. FGV, 2021. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 8 out. 2021.

DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JAMES, Daniel. **Doña María**: historia de vida, memoria e identidad política. Buenos Aires: Manantial, 2004.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 93-114.

LÊNIN, Vladímir I. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Lech, 1979.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Elza Rodrigues Furtado de. **O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926)**: organização e resistência. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25123/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Elza%20Mariana%20Rodrigues%20Furtado%20de%20Mendon%c3%a7a.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Marionáima inaugurou a musicologia no Brasil

Marionáima (Mário de Andrade) inaugurated Brazilian musicology

marcus vinicius de andrade*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.006>



Reprodução/PV

Escritor, crítico e ensaísta, autor do clássico *Macunaíma* (1928), Mário de Andrade também se notabilizou como precursor da musicologia no Brasil

RESUMO

Neste artigo, abordamos a ação de Mário de Andrade como precursor da musicologia no Brasil, no contexto do Modernismo, da discussão sobre a identidade musical nacional e do enfrentamento às questões sociopolíticas do período 1920-1945.

Palavras-chave: Modernismo. Musicologia. Música brasileira.

ABSTRACT

In this article, we aim to discuss Mário de Andrade's action as a precursor of musicology in Brazil, in the context of Modernism, the discussion of national musical identity and the confrontation with socio-political issues in the period 1920-1945.

Keywords: Modernism. Musicology. Brazilian music.

1. INTRODUÇÃO: PRELÚDIO AO FUTURO

Durante o velório de Mário de Andrade, Edgard Cavalheiro me perguntou, no jardimzinho que havia na frente da casa: “Para encontrar na literatura brasileira uma morte desta importância é preciso voltar até quando?”. Respondi: “Até a morte de Machado de Assis.”

Antonio Candido (MÁRIO..., 2005)

Falecido aos 51 anos, a 25 de fevereiro de 1945, na mesma cidade de São Paulo que o vira nascer a 9 de outubro de 1893, Mário Raul de Moraes Andrade, que assinava suas obras apenas como Mário de Andrade, foi sepultado no Cemitério da Consolação em meio às homenagens de uma multidão de amigos, parentes, admiradores e anônimos, entre os quais haveria até viventes daquele Brasil que *não conhecia o Brasil e nunca fora ao Brasil*, como diriam, décadas mais tarde, os compositores Maurício Tapajós e Aldir Blanc, num samba célebre por prever o passado e em que também reverenciavam a figura maior de um herói com todo o caráter, por eles identificado como *Marionáima*. Que outro não era se não o Mário ora em questão, poeta, contista, romancista, fotógrafo, historiador e crítico de arte, um dos fundadores do Modernismo no país, festejado nacional e internacionalmente como criador de obras fundamentais como *Macunaíma*, *Pauliceia desvairada*, *Amar, verbo intransitivo* e muitas outras —, mas que, apesar de seus talentos de polígrafo (ou polímata, como querem hoje alguns empedernidos), é pouco ou nada lembrado como precursor da musicologia brasileira. O que não é pouco, muito pelo contrário.

Adolescente prodígio que sonhava ser músico profissional, Mário disputava desafios de virtuosismo pianístico com o irmão Renato: mas com o falecimento deste, em 1913 (aos 14 anos, após um acidente sofrido enquanto jogava futebol), Mário ficou emocionalmente abalado e passou a ter um leve tremor nas mãos, que o fez desistir da carreira de pianista, para a qual estava se preparando desde 1911, quando ingressara no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (CDMSP), aos 18 anos. Não desistiria da música, no entanto: abraçou a pedagogia e logo se tornou professor substituto de História da Música, passando a ser (c. 1916) professor auxiliar de piano até formar-se em 1917. Em 1922, quando ressoavam os tambores da revolução modernista, Mário foi efetivado na cátedra de Estética e História da Música do mesmo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em que faria carreira e permaneceria até sua morte, excetuado o período em que residiu no Rio de Janeiro (1938-1941).

Embora não tivesse formação acadêmica comparável à dos tempos atuais (ainda que o CDMSP fosse, à época, a primeira escola superior do gênero na cidade de São Paulo e a quarta do país, antecedido apenas pelo Conservatório de Música do Rio de Janeiro, pelo Conservatório Carlos Gomes de Belém do Pará e pelo Instituto de Música da Bahia, fundados respectivamente em 1841, 1895 e 1897), Mário de Andrade,

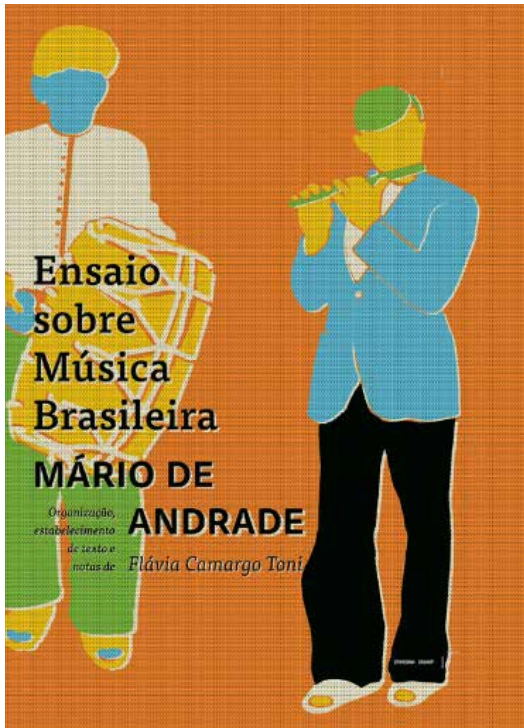
pesquisador aplicado e leitor contumaz, possuía sólida cultura literária e humanística, que, acumulada ao conhecimento técnico-musical aprendido no conservatório, lhe conferia uma condição intelectual diferenciada e própria para enveredar pelos misteres da musicologia brasileira, que então se buscava construir.

Nascido numa família da média burguesia paulista de fins do século XIX, nutrida na fé católica e na moral conservadora e que, como toda a sociedade brasileira da época, vivia, ainda que inconscientemente, no dizer da prof.^a dra. Telê Ancona Lopez, “a contradição sutil entre conservadorismo ético e liberalismo político” (LOPEZ, 1972, p. 21), Mário recebeu orientação religiosa quando aluno de um colégio de irmãos maristas em São Paulo, depois tornando-se membro da Congregação Mariana da Igreja de Santa Ifigênia, de cujas procissões públicas participava contrito, trajando opa, casula e demais paramentos. Sua assumida carolice não impediu que, alguns anos mais tarde, associasse seus estudos de folclore ao marxismo, neste buscando os fundamentos econômicos que lhe permitiriam melhor compreender o povo e suas manifestações. As contradições de Mário quanto a assumir a prática católica em conjunto com ideias marxistas foram (e ainda são) objeto de percucientes considerações de Telê Ancona Lopez e outros estudiosos, como se sabe.

Estas não eram, porém, as únicas contradições daquele que chegaria a ser considerado o pai do Modernismo brasileiro e cujas ideias, segundo consta, eram explanadas até mesmo com certo descuido e destemor, o que levou o crítico, compositor e ensaísta José Miguel Wisnik a nele identificar uma tendência para negar e/ou afirmar coisas contraditórias em curtíssimo espaço de tempo, já que

sua consciência parece viver subterraneamente as contradições, mesmo quando a proposta de uma ação cultural imediata tende a eliminá-las ou atenuá-las para tentar avançar (WISNIK, 1977, p. 105).

No entanto, o vaivém de incongruências, instabilidades e contradições não deveria aplicar-se apenas a Mário e a seus companheiros de modernidade, isoladamente. Em 1917, quando o movimento teria tido, historicamente, seus primeiros impulsos, tanto o mundo como o Brasil já viviam uma nova era: estávamos num século novo, nos tempos da eletricidade, do telefone, do telégrafo, do cinema, do automóvel, do avião; a *belle époque* começava a ser vista pelo retrovisor; entrávamos no período que seria marcado pelos dois maiores conflitos bélicos do século, a primeira e a segunda guerras mundiais (1914-18 e 1939-1945), que aposentaram impérios e colônias, destronaram dinastias e redesenharam a geopolítica do planeta sem que se precisasse afirmar que a Terra era plana; em muitas partes do mundo, mulheres, minorias e explorados de toda sorte começavam a lutar por direitos democráticos e laborais e, sobretudo, a conquistá-los; na velha Rússia, passava a tremular, vitoriosa, a bandeira vermelha dos soviets; no Brasil, 1917 foi o ano da primeira grande greve operária, que, embora liderada principalmente por anarquistas, significou o grito pioneiro do proletariado organizado no país, do qual cinco anos depois resultaria a criação do



Divulgação/Edusp

Capa da segunda edição de *Ensaio sobre música brasileira*, lançada pela Edusp em 2020 e organizada por Flávia Camargo Toni

Partido Comunista do Brasil e a eclosão do ciclo revolucionário do tenentismo, que culminou com a Revolução de 1930, o fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Era muita mudança acontecendo de uma vez só e não se podia esperar que Mário de Andrade e seus modernos, mesmo sem querer, não se deixassem impactar pelas *nouveautés* que surgiam a cada esquina e persistissem nos mesmos pensamentos, ideias e valores cultivados no já velho e distante século XIX. Inclusive porque, à exceção de luminares como Graça Aranha e outros poucos, os futuros modernistas da primeira hora integravam também a primeira geração de artistas a chegar à maioria durante a República e tinham de fazer jus a tal condição. Afinal, os padrões estéticos, as práticas sociopolíticas, modas e hábitos pessoais e familiares estavam mudando em todo o mundo, não se admitindo que a Botocúndia aqui, denunciada por Lobato (até por ele!), resistisse aos novos tempos e se recusasse teimosamente a ir para a sepultura. Especialmente no campo da cultura e da arte, havia muito o que fazer, a começar por trazê-las para a vida real, retirando-as do mofo bacharelesco dos institutos históricos, sociedades e salões literários, arcádias, ateneus e grêmios movidos a comendas e medalhas, para que fossem introduzidas no trepidante mundo do maxixe, do Carnaval, do *ragtime*, das melindrosas, dos dândis e malandros, das lutas e festas populares — do novo Brasil que se anunciava, enfim.

Tantas transformações não podiam ocorrer, claro, sem que aflorassem, entre os modernistas, rivalidades e conflitos de toda ordem (ou desordem), inerentes ao novo tempo que se abria. O mais conhecido de tais conflitos talvez tenha sido o que,

em 1929, opôs e separou os dois Andrades, Mário e Oswald, os papas modernistas que jamais se reconciliaram para valer, apesar das tentativas do último. A quem interessar possa, hoje há até produções acadêmicas que tratam das divertidas polêmicas, confusões, intrigas e arranca-rabos entre os aspirantes ao Olimpo do Modernismo brasileiro, tal como o ensaio publicado por Leandro Garcia Rodrigues, doutor em Letras pela PUC-Rio (RODRIGUES, 2013).

Naquele ano de 1917, porém, os olhos da elite brasileira, principalmente os dos seus artistas e intelectuais, voltavam-se basicamente para a Europa, onde tudo acontecia, aliás. Inclusive uma certa Guerra Mundial, que demoraria ainda cerca de um ano para ter fim. Enquanto isso não ocorria, a Europa continuava a dar as cartas ao mundo em termos de música, literatura, poesia, artes plásticas, dança etc. — enfim, de tudo que significasse bom gosto, ousadia, qualidade e refinamento estético, para mostrar que a vida valia a pena, ainda que suas benesses não chegassem a todos. Enquanto grande parte do planeta afundava em jequice, a velha Europa, notadamente a França, esbanjava cultura, vanguarda e civilização, servindo de exemplo para o mundo, inclusive para um certo Grupo dos Cinco, que, no longínquo Brasil, tentava emular Les Six, o célebre grupo francês de música moderna, composto por Germaine Tailleferre, Georges Auric, Louis Durey, Arthur Honegger, Jean Cocteau e Darius Milhaud.

Já o brasileiríssimo Grupo dos Cinco era formado por Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Mário, o qual jamais foi à Europa: por sinal, jamais saiu do Brasil. Mas renovar as artes e a literatura era o desígnio claro de todos os membros do grupo e dos artistas e intelectuais com quem conviviam, tanto aqui como na Europa, parecendo certo terem sido eles que levaram a proposta da Semana àquele que realmente seria seu grande idealizador e promotor: o cafeicultor, megaempresário e escritor Paulo Prado, descendente de uma das mais influentes famílias paulistanas, que por muitos anos residiu em Paris, onde seu apartamento, à Rue de Rivoli, tornou-se um dos *points* da vida cultural local.

Prado comprou a ideia de pronto, por razões que depois foram explicitadas pelo próprio Mário de Andrade na célebre entrevista concedida em abril de 1942, no salão de conferências da Biblioteca do Ministério de Relações Exteriores (Palácio do Itamaraty), na qual o escritor fez como que um mea-culpa e talvez a mais contundente crítica à Semana de Arte Moderna de 1922, na época comemorando 20 anos.

Tomada a decisão de realização da Semana, Prado autorizou o advogado e escritor René Thiollier a tomar as providências necessárias ao evento, inclusive pagar o aluguel do Teatro Municipal de São Paulo, contratar e remunerar funcionários e artistas, administrar a venda de ingressos ao público e passar o “livro de ouro” pela sociedade, para recolher contribuições de empresários e amigos dispostos a colaborar com a ousadia a ser feita. Os recibos dos aluguéis do Municipal foram emitidos em nome de Thiollier, segundo os herdeiros deste, que guardaram tais documentos.

Tudo pronto, de 13 a 17 de fevereiro de 1922, abriram-se as portas e cortinas do Municipal para o evento modernista, havendo hoje farta documentação pública e

registros do que ali ocorreu. E não foi pouca coisa. Houve de tudo: poemas recitados ao som de miados, latidos e cacarejos do público; coaxar da plateia ao ouvir “Os Sapos”, de Manuel Bandeira, recitado por Ronald de Carvalho; o maestro Villa-Lobos trajando casaca e calçado com um único sapato, pois o outro pé, descalço, ostentava um vistoso curativo, que não era modernice, era verdade mesmo...

Ao final, salvaram-se todos: principalmente a cultura brasileira.

A História está aí para contar a história.

2. NO FUNDO DO MATO VIRGEM, NASCE UM MUSICÓLOGO

Ante o sucesso retumbante da Semana de Arte Moderna, que só anos depois começaria a ressoar para sempre, alguém poderia dizer: “É, *mas também não faltou dinheiro, não faltou nada...*”

Faltou, sim. Faltou povo. Era preciso ir atrás dele, conhecê-lo bem. Principalmente em termos musicais.

Mesmo tendo exercido o jornalismo de 1913 até o final de sua vida (inclusive cumprindo, com alguma regularidade, a função de crítico de música no jornal *A Gazeta*, de São Paulo, no ano de 1918), Mário de Andrade não podia, ao início dos anos 1920, ser considerado sequer um projeto de musicólogo, visto que tal especialidade era ainda incipiente no meio acadêmico das primeiras décadas no século XX e simplesmente inexistia no campo jornalístico. Era assim no Novo Mundo havia quase dois séculos. No entanto, na Ibero-América (Brasil incluído), foi na imprensa periódica que começaram a surgir os primeiros textos de caráter histórico-musical, outrora qualificados como simples esboços, apontamentos ou noções, destinados apenas a despertar, quem sabe, o interesse de futuros candidatos a historiador. Nesse aspecto, Mário não fugiu ao destino comum a muitos outros estudiosos da música nacional de seus países, padecendo com a carência de fontes bibliográficas adequadas, de documentação suficiente, de historiografias confiáveis e, sobretudo, de estudos sobre as peculiaridades técnicas da música de seus povos e nações.

Com certeza, quase todos os estudiosos ibero-americanos começaram a estudar e a escrever sobre sua música nacional e popular catando referências possíveis em historiadores, geógrafos, dicionaristas, etnógrafos, folcloristas, lexicógrafos, viajantes, cronistas e quaisquer outros intelectuais que algum dia se aproximaram do universo da cultura tradicional e popular. Os *hispanohablantes* sempre tiveram a vantagem de contar com uma maior dispersão de sua língua, bem como com a robustez de suas produções editoriais, que circulavam na maior parte do Novo Mundo de forma quase unificada. O mesmo não ocorreu com os viventes da América portuguesa, ou seja, nós do Brasil — que, além de isolados pelo idioma, sofremos historicamente com as limitações de Portugal à implantação e expansão da imprensa e do livro em nosso território.

Enquanto, desde os tempos da Colônia, um razoavelmente grande número de compêndios e tratados de música e história musical podiam ser acessados com re-

Mário de Andrade e seu padrinho político Paulo Duarte filiaram-se oficialmente aos democráticos e, de forma até surpreendente, afastaram-se dos segmentos da elite com quem até então circulavam com desenvoltura para iniciar uma trajetória progressista, que logo mais os levaria a engajarem-se na campanha presidencial que levaria Getúlio Vargas à Presidência do país. Para Mário, isso aos poucos foi significando uma opção pelas ideias de esquerda, até mesmo marxistas

lativa facilidade pelos estudiosos ibero-americanos, no Brasil, os pretendentes a historiador musical ou mesmo a musicólogo — Mário de Andrade entre eles — tinham de contentar-se com o pouco que lhes chegava às mãos. Em geral, suas fontes sobre o país se restringiram a autores e cronistas coloniais (Antonil, Gaspar Barléu, frei Jaboatão, Gabriel Soares de Sousa, Gândavo, frei Vicente de Salvador, Jean de Léry, Fernão Cardim, padre Simão de Vasconcelos *et alii*), jesuítas em catequese (como Manoel da Nóbrega e Anchieta) e viajantes (principalmente Koch-Grünberg, Spix, Martius e Henry Koster, além de outros), passando depois a historiadores clássicos (Rocha Pita, Varnhagen, Capistrano de Abreu) e críticos literários (Silvio Romero, José Veríssimo, Araripe Júnior etc.), só mais tarde incorporando-se à lista alguns autores contemporâneos de então. De músicos, apenas Sigismund Neukomm, Louis Moreau Gottschalk e, com alguma tolerância, outros muito poucos. Como plantar uma semente de consciência musicológica num quadro quase vazio de músicos, a não ser que fosse para dar corpo à inteligente blague do prof. Rafael Menezes Bastos, que certo dia lamentou a possibilidade de ter-se uma *antropologia sem música e uma musicologia sem homem?*

À época da Semana de 22 e nos anos seguintes, a base referencial de Mário de Andrade, especialmente no campo do folclore, acolhia também autores como Mello Morais Filho, Silvio Romero, Alexina Magalhães Pinto e Amadeu Amaral, além de tradadistas portugueses clássicos, em geral lexicógrafos e/ou autores com viés enciclopédico, tais como Carolina Michaelis, Leite de Vasconcelos e Teófilo Braga, principalmente. Registre-se que, quanto à bibliografia musical, era comum e praticamente inevitável no Brasil daquela época o uso de enciclopédias e tratados portugueses, visto que o primeiro livro sobre a história da música no país teria sido *A música no Brasil desde os tempos*

da *Colônia ao primeiro decênio da República*, publicado em Salvador no ano de 1908, com autoria de Guilherme Theodoro Pereira de Mello (PEREIRA DE MELLO, 1908).

Essa obra foi referenciada inúmeras vezes por Mário de Andrade como item de sua biblioteca particular, hoje depositada no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da USP. Parece haver algum equívoco, porém, quanto ao *Diccionario musical*, de Raphael Coelho Machado, o primeiro dicionário musical publicado no Brasil (1842), sobre o qual, embora constando do mesmo acervo, não há qualquer indício de que tenha provindo da biblioteca pessoal de Mário, nem que este o tenha utilizado em seus estudos, o que seria de lamentar em se tratando de uma publicação pioneira e rara, da qual o mais importante musicólogo do nosso país não teria tomado conhecimento.

Por fim, como prova do zelo de Mário por suas fontes bibliográficas, cabe destacar o precioso resgate lexicográfico feito por ele e seus colaboradores a partir do *Diccionario da lingua portugueza* (1ª edição em 1789 e 2ª edição em 1813), organizado por Antonio de Moraes Silva, brasileiro nascido no Rio de Janeiro e formado em Portugal. Tal obra teve (tem) fundamental importância por complementar os oito tomos do pioneiro *Vocabulario portugues e latino*, do padre Raphael Bluteau, publicado em Portugal entre 1712 e 1728, sendo até hoje preciosa fonte para o estudo do que era o léxico musical da lusofonia nos séculos XVII e XVIII.

Foi através do conhecimento de todos esses clássicos e do que eles representavam que Mário de Andrade, na esteira da curiosidade inventiva preconizada pelo Modernismo, percebeu que já era tempo de arregaçar as mangas e ir logo aonde o povo estava, para ouvir sua música “em cores e ao vivo”, direto na veia.

3. A CAMINHO DA LUTA

Em 1919, Mário realizara, sozinho, sua primeira viagem ao interior de Minas Gerais. Após ter assistido, em 1914, a uma conferência sobre arte tradicional do Brasil, proferida na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo pelo engenheiro, arqueólogo (e talvez foragido político) português Ricardo Severo, Mário teria viajado para estudar a arquitetura colonial de Mariana, Ouro Preto, Congonhas e São João del-Rei, aproveitando também para conhecer o poeta de sua predileção à época, Alphonsus de Guimaraens. Dessa viagem resultariam quatro artigos de Mário para a *Revista do Brasil*, publicados no primeiro semestre de 1920, e a descoberta do prazer do poeta em viajar como turista para “aprender o Brasil”, o que ele gostaria de fazer com frequência, depois da Semana de Arte Moderna.

Isso não demorou muito a ocorrer, aliás. Já em abril de 1924, antes que as tropas, baionetas e bombas do general Isidoro Dias Lopes marcassem presença na capital paulista, Mário de Andrade voltaria às terras mineiras, desta feita à frente de um grupo formado por d. Olivia Guedes Penteado, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Tarsila do Amaral, Renê Thiollier, o advogado Gofredo da Silva Telles e o poeta franco-suíço Blaise Cendrars (que de tanto estar por aqui já estava sendo chama-

do de terceiro elemento do Movimento Pau-Brasil), além de Paulo Prado, dizem. Há controvérsias, porém.

Os anos que antecederam a chegada de 1930 foram de intensa agitação em São Paulo. Na esteira do êxito, mesmo discutível e polêmico, da Semana de Arte Moderna, um câmbio geracional se configurava e novos nomes (com sobrenomes não tão ilustres, nem contas bancárias tão recheadas) preparavam-se para a troca de guarda em quase todos os segmentos socioeconômicos do estado. Em razão disso, novos consensos políticos foram se formando, enquanto outros rapidamente se esfumaram, para mostrar que tudo que é sólido desmancha etc. etc. Para fazer oposição ao cristalizado Partido Republicano Paulista, em fevereiro de 1926 foi fundado o Partido Democrático, sob a liderança do Conselheiro Antonio Prado e de um grupo de próceres que pareciam estar ali só mesmo para confirmar que nada era mais igual a um *luzia* que um *saquarema*... Havia exceções, porém: descontentes com os *carcomidos* do PRP, Mário de Andrade e seu padrinho político Paulo Duarte filiaram-se oficialmente aos democráticos e, de forma até surpreendente, afastaram-se dos segmentos da elite com quem até então circulavam com desenvoltura para iniciar uma trajetória progressista, que logo mais os levaria a engajarem-se na campanha presidencial que levaria Getúlio Vargas à Presidência do país. Para Mário, isso aos poucos foi significando uma opção pelas ideias de esquerda, até mesmo marxistas, que ele acolheu de forma sincera, embora reservada e não ostensiva. Não tão reservada assim: há que lembrar o entusiasmo de Mário quando, a respeito da forte chuva que caiu em São Paulo durante a passeata que saudou a chegada dos candidatos da Aliança Liberal à cidade, registrou em crônica a euforia do canto coletivo da multidão nas ruas: “Até debaixo d’água/ Getúlio e João Pessoa!” (TRAVASSOS, 1997, p. 12).

Euforia que era também a dele próprio, como se viu depois.

Mas antes que a Revolução de 1930 propriamente dita entrasse na ordem do dia, Mário, sozinho, deflagraria duas revoluções pessoais no campo da cultura, que também ajudariam a mudar a cara do Brasil.

Uma delas foi o lançamento do romance-rapsódia *Macunaíma*, em 1928, sobre o qual muito se tem falado nos últimos 94 anos, sendo desnecessária qualquer repetição. A outra revolução, esta mais discreta mas igualmente relevante, foi a publicação, no mesmo ano, do *Ensaio sobre a música brasileira*, com o qual *Marionáima* inauguraria a moderna musicologia nacional, tirando a reflexão sobre nossa cultura musical das mãos dos diletantes e trazendo-a para quem entendia profissionalmente do assunto.

Os principais aspectos levantados no *Ensaio* dizem respeito basicamente à questão da *identidade musical nacional*, item predominante, aliás, na maior parte das indagações dos musicólogos latino-americanos de inícios do século passado. No caso brasileiro, tal questão seria emblemática da segunda fase do nosso movimento modernista, a fase em que se buscou a construção nacional propriamente dita, como mais bem explicitado nas palavras da musicóloga Elizabeth Travassos:

O movimento modernista brasileiro costuma ser dividido em duas fases: a primeira, entre 1917 e 1924, foi de atualização das linguagens artísticas, heroica, demolidora,

Antes que a Revolução de 1930 propriamente dita entrasse na ordem do dia, Mário, sozinho, deflagraria duas revoluções pessoais no campo da cultura, que também ajudariam a mudar a cara do Brasil

carismática, e privilegiou o problema das artes; a segunda, entre 1924 e 1929, foi de construção nacional, consolidação das conquistas e abertura para os problemas da sociedade, tendendo à politização (TRAVASSOS, 1997, p. 12).

Como se vê, essa análise em tudo justifica a “guinada progressista” que Mário adotou a partir de 1926, quando, segundo Telê Ancona Lopez, ele amadureceu um projeto nacionalista para ir “*progressivamente abrangendo e sulcando o projeto ideológico*” (LOPEZ, 1972). Ainda segundo Telê, Mário teria ampliado seu entendimento da cultura por meio das viagens que fez ao Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse mesmo diapasão, Maria Elisa Pereira entende que, com as publicações de *Macunaíma* e *Ensaio sobre a música brasileira*, o ano de 1928 seria o demarcador do projeto ideológico de Mário, enquanto 1922 ficaria marcado como o ano de seu plano estético (PEREIRA, 2006, p. 34-35).

Como dito, desde as primeiras publicações de obras latino-americanas sobre música e cultura musical no Novo Mundo, os estudiosos esgrimem dúvidas conceituais, buscando enquadramentos taxonômicos precisos para definir as diversas formas como os fenômenos musicais se manifestam. A mais inquietante e persistente dessas dúvidas diz respeito à definição do que é *música popular*, *música folclórica*, *música erudita*, *música popularesca* e equivalentes.

Ainda que seja difícil estabelecer distinções rigorosas entre tais categorias, próximas ou distantes entre si em maior ou menor grau, tem-se que o conceito de música popular, por exemplo, figura hoje na historiografia musical latino-americana como um conceito já polissêmico, que, embora nascido em contextos históricos particulares, neles sofreu transformações de significado, até tornar-se algo plural e indefinido na atualidade.

Mas até pouco tempo atrás não era assim. Em espanhol, música popular vinculava-se a *pueblo*, que tanto significa “povo”, como “povoado”, “aldeia” etc., o que dava um recorte sociogeográfico ao conceito, dele excluindo tudo que não estivesse no âmbito das pequenas comunidades. Em seguida, o conceito foi-se confundindo com o de música folclórica (afinal tudo é *música del pueblo*, não?), no entanto exigindo-se para esta o atributo de ser criação anônima e oral, o que já não mais ocorre obrigatoriamente

te de uns tempos para cá. Com o termo *música erudita*, aplicado à música de tradição escrita, difundida nas igrejas e/ou em ambientes de saber, riqueza ou poder, criava-se um critério de exclusão socioeconômica da música popular, que assim foi apresentada à luta de classes. Buscou-se também agir como se todas essas categorias musicais não intercambiasses valores e não estivessem submetidas às contingências da circularidade cultural, o que só aumentava a dificuldade de estabelecer conceitos precisos e exclusivos para o que era, naturalmente, amplo e genérico. Com isso, música popular passou a ser dada como tudo aquilo que era produzido à feição do povo ou sob inspiração dele, o que só fez aumentar a confusão, que já não era pouca. E as coisas pioraram quando passou a existir a música de grande consumo, produto da indústria cultural e difundida comercialmente por meio de discos, rádios etc., que muitos estudiosos (Mário, inclusive) enquadraram como música popular, *populachera* ou mesmo como *submúsica* (Mário, inclusive). Outros musicólogos, como o argentino Carlos Vega, chegaram mesmo a cunhar novas classificações, como a de *mesomúsica*, para acolher as expressões musicais híbridas, como, por exemplo, as mesclas de música popular e música folclórica, ou de música erudita e música popular.

Com o tempo, muitos desses conceitos foram mudando ante a emergência de novos modelos de produção e difusão musical. Mário de Andrade, infelizmente, faleceu em 1945, sem ter podido ver o câmbio e a relativização das classificações musicais ou mesmo sua definitiva superação ou descarte conceitual. Mas consola saber que ele legou ensinamentos preciosos a uma moderna musicologia brasileira, deixando também continuadores em seus discípulos diretos (principalmente a grande Oneyda Alvarenga, falecida em 1984), além dos novos expoentes do saber musicológico e/ou etnográfico do país, entre os quais Telê Ancona Lopez e Claudia Camargo Toni, as principais preservadoras da obra, da memória e do acervo mariodeandradeano no Iseb-USP, além de José Miguel Wisnik, Rafael Menezes Bastos, Elizabeth Travassos (*in memoriam*), Paulo Castagna, Manuel Veiga, José Geraldo Vinci de Moraes, Rogério Budasz, Martha Abreu, José Ramos Tinhorão (*in memoriam*), Martha Tupinambá, Hugo Ribeiro, José Jorge Carvalho, Mercedes Reis Pequeno (*in memoriam*), Alberto Ikeda e Tania Costa Garcia, entre outros, isso para não falar da icamiaba paulista-colombiana Juliana Pérez González, a quem o Brasil deve um muiraquitã por sua dedicação à música da Latino-América.

Não caberia encerrar este trabalho sem mencionar aquelas que julgamos serem as principais contribuições de Mário de Andrade à cultura do país:

- sua vasta e inestimável obra de polímata (vá lá...);
- a elaboração, em 1936, do anteprojeto de criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — hoje Iphan);
- a idealização e a criação, em 1935, juntamente com Paulo Duarte, do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, através do qual foram executados projetos culturais referenciais como a Missão de Pesquisas Folclóricas (1937-1938), historicamente a mais relevante iniciativa em prol da cultura popular brasileira, e o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937).

Todas essas iniciativas, ainda que já tenham sido divulgadas, inclusive internacionalmente, continuam merecedoras de maiores estudos, o que julgamos urgente, para que sua memória não se perca aos poucos.

* Maestro, compositor, musicólogo e dramaturgo. Licenciado em Música (Composição e Regência) pelo Instituto Villa-Lobos da antiga Fefierj em 1971. Ministrou na mesma instituição as cadeiras de Análise Musical e Orquestração entre 1972 e 1973, quando foi afastado do magistério pelo regime militar. Lecionou as mesmas disciplinas nos cursos superiores da Academia Paulista de Música e do Instituto Musical São Paulo (1973-1978). Diretor Artístico da Discos Marcus Pereira, gravadora especializada na pesquisa da música brasileira tradicional (1977-1982). Diretor da Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo – CCSP –, da Secretaria Municipal de Cultura, órgão que assumiu o resgate histórico da Missão de Pesquisas Folclóricas criada por Mário de Andrade em 1937, cujo acervo esteve indisponível, por razões políticas, até 1987, pertencendo hoje à Biblioteca Oneyda Alvarenga do CCSP. Membro Titular do Conselho Nacional de Direito Autoral – CNDA – do Ministério da Cultura (1982-1988) e do Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão – Codeliber – do Ministério da Justiça (1984-1990). Atualmente é Presidente da Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes – AMAR – e membro do Consejo do Comité Latinoamericano e do Caribe da Confederacion Internacional de Autores e Compositores – Cisac. Tem inúmeros discos gravados e é autor de trilhas sonoras para teatro e cinema, incluindo mais de 20 longas-metragens exibidos nacional e internacionalmente.

► Texto recebido em 13 de janeiro de 2022; aprovado em 15 de janeiro de 2022.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. **Mário de Andrade**: ramais e caminhos. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972.

MÁRIO de Andrade, os 70 anos da morte da figura central do Modernismo. **Sul 21**, 28 fev. 2005. Disponível em: <<https://sul21.com.br/areazero-3/2015/02/mario-de-andrade-os-70-anos-da-morte-da-figura-central-do-modernismo>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

PEREIRA, Maria Elisa. **Lundu do escritor difícil**: canto nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PEREIRA DE MELLO, Guilherme Theodoro. **A música no Brasil desde os tempos da colônia ao primeiro decênio da República**. Salvador: Typographia de São Joaquim, 1908.

RODRIGUES, Leandro Garcia. **As intrigas no Modernismo brasileiro**: relatos epistolares e vida literária. **Revista Uniabeu**, v. 6, n. 14, 2013. Disponível em: <<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/966>>. Acesso em: 9 jan. 2022.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Os mandarins milagrosos**: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartok. Rio de Janeiro: Funarte; Jorge Zahar, 1997.

WISNIK, José Miguel. **O coro dos contrários**: a música em torno da Semana de 22. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

Utopia antropofágica e dialética da não contemporaneidade em Oswald de Andrade

Anthropophagic utopia and dialectics of non-contemporaneity in Oswald de Andrade

Felipe Ribeiro*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.007>



Acevo do Museu de Arte Brasileira – Faap, São Paulo (SP)

Tarsila do Amaral. **Retrato de Oswald de Andrade**. 1923. Pintura, óleo sobre tela, 50 x 60 cm.

RESUMO

Este ensaio busca descrever os aspectos gerais do que se poderia chamar de “utopia de Oswald de Andrade”. Seu núcleo está na alegorização da justaposição entre modernidade e pré-modernidade, que na obra do modernista figura como esperança de uma via própria do Brasil para uma civilização original e superior, que se beneficiaria de um passado de ganhos da civilização moderna, de modo a saltar a etapa do desenvolvimento burguês. Em seguida, o ensaio traça um estudo comparativo com reflexões marxistas muito semelhantes às convicções de Oswald. Trata-se tanto das intervenções de Marx na questão da propriedade comunal russa, entre 1870 e 1880, como das reflexões de Ernst Bloch sobre a “dialética da não contemporaneidade”, em *Heritage of our times* (herança de nosso tempo). O objetivo da comparação é mostrar a proximidade de Oswald com reflexões que outros autores socialistas desenvolviam a respeito de vias heterogêneas e não etapistas em direção ao futuro pós-burguês, o que poria em perspectiva crítica a necessidade do desenvolvimento das formas capitalistas de produção como condição necessária para uma nova forma social.

Palavras-chave: Oswald de Andrade. Utopia antropofágica. Karl Marx. Ernst Bloch. Dialética da não contemporaneidade.

ABSTRACT

This essay aims to describe the general aspects of what one may call “Oswald de Andrade’s utopia”. Such utopia is built by means of an allegorization of the juxtaposition between modernity and pre-modernity, which in Andrade’s view figures as Brazil’s particular path towards an original and superior form of civilization. This way of civilization could benefit from a legacy from the past and from the achievements of modern society, and skip the steps of bourgeois development. Moving on, the essay makes a comparative study with similar Marxist reflections, namely: Marx’s interventions around 1870-1880 on the question of Russian communal property and Ernst Bloch’s reflections on the “dialectics of the non-contemporaneity”. The aim of such comparison is to show the close relation between Oswald de Andrade’s utopia and other socialist authors that developed ideas about heterogenous paths towards a post-bourgeois future, setting up a critical perspective around the development of capitalist forms of production as a necessary condition of the new social form.

Keywords: Oswald de Andrade. Anthropophagic utopia. Karl Marx. Ernst Bloch. Dialectics of non-contemporaneity.

As linhas gerais do que se pode chamar de “utopia de Oswald” podem ser encontradas nos célebres “Manifesto da poesia pau-brasil” e “Manifesto antropofágico”, com os quais aquele Modernismo de primeira hora se lançava, com sua “desbragada fantasia”, para usar uma expressão de Antonio Candido (CANDIDO, 1973, p. 118), ao público leitor. O prefácio de *Serafim Ponte Grande* também tem muito de manifesto e pode ser alinhado aos outros dois textos. Fora dos escritos programáticos, a utopia oswaldiana informa muito da própria construção das obras literárias, sobretudo de sua poesia, dos romances *Memórias sentimentais de João Miramar* e *Serafim Ponte Grande*, inclusive alcançando sua produção não ficcional, notoriamente polemista e cheia de energia, hoje recolhida em *Ponta de lança e Telefonema*¹.

O procedimento geral de Oswald, depois de constatar o fato, consistia num certo enaltecimento da maneira como o Brasil combinava momentos modernos e arcaicos, visando sintonizar nossas particularidades nacionais com a cultura de vanguarda vinda da Europa — o pendor revolucionário —, cujas qualidades podiam ser aproveitadas pela imagem violenta da devoração antropofágica, e como que “desaturizadas”, no que ficavam aliás disponíveis para a elaboração das montagens². A verve canibalística, no caso, não era destruidora, como argumenta Candido, mas funcionava para Oswald como “uma estratégia para construir, não apenas a sua visão, mas um outro mundo, o das utopias que sonhou com base no matriarcado” (CANDIDO, 1970, p. 77). A presença simultânea do moderno e do pré-moderno, que era, sobretudo, um *fato* histórico-social do país, deveria ser recolhida por uma poesia atinente ao lado objetivo da vida — para o que servia o preparo vanguardista do espírito —, dando contemporaneidade a elementos dissonantes, num equilíbrio de graça bem brasileira.

No resumo de Roberto Schwarz, a “matéria-prima” de Oswald “se obtém mediante duas operações: a justaposição de elementos próprios ao Brasil Colônia e ao Brasil burguês, e a elevação do produto — desconjuntado *por definição* — à dignidade de alegoria do país” (SCHWARZ, 1987c, p. 12). Com isso, estava lançado um programa que buscava dar forma às singularidades práticas da história nacional, tratando de dar-lhe uma valoração positiva e contemporânea, que, aliás, operaria no lance seguinte como nossa verdadeira contribuição para o mundo, algo como uma via particular para uma sociedade de tipo novo e cuja realização poderia ser alcançada com relativamente pouco esforço.

Enquadrado dessa maneira, nosso legado tradicional, que num primeiro lance obstaría o progresso, não oferece desvantagem ou vexame nesse ponto, pois opera como uma espécie de filtro. Assim, nossos resíduos tradicionais continham um padrão de sociabilidade mais caloroso, anterior à frieza burguesa, que não interessava então dissipar, mas ganhar para uma sociedade futura. É o que Oswald dizia ao argumentar que o Brasil representaria “a vitória da civilização do Sul”, mais vantajosa em relação à civilização do Norte, isto é, aos EUA:

1 Neste último, como notou Dantas (2015), também já se reconhecem as decepções de Oswald em relação a algumas expectativas desenhadas nas décadas de 1920 e 1930.

2 A relação entre o processo de perda da aura e a montagem dadaísta foi estudada na obra-prima de Benjamin (1983) *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*.

Se, onde as relações capitalistas estão plenamente desenvolvidas, reina a frieza calculista — o “sádico frigorífico do capitalismo” —, então a cordialidade que a colonização nos legou teria algo como uma solidariedade que se tratava de aproveitar contra as atrofias típicas do capitalismo. Daí a bravata de que já “tínhamos o comunismo”

Se o Brasil é também o Sul, isto é, a mesma expressão de cultura agrária e sentimental, torrão de boa vontade e pátria do *melting-pot*, aqui não sofremos ainda a interferência deformadora dos grandes *parvenus* da era da máquina. Ao contrário, entre nós alastrou-se e criou raízes em coordenadas de superior inteligência humana a característica civilização luso-tropical que nos ensinou a igualdade prática das raças e boa vontade como elo do trabalho, da cooperação e da vida. No continente americano, o Brasil é o Sul sensível e cordial que venceu (ANDRADE, 1972a, p. 51).

Se, onde as relações capitalistas estão plenamente desenvolvidas, reina a frieza calculista — o “sádico frigorífico do capitalismo” (ANDRADE, 1972a, p. 5) —, então a cordialidade que a colonização nos legou teria algo como uma solidariedade que se tratava de aproveitar contra as atrofias típicas do capitalismo. Daí a bravata de que já “tínhamos o comunismo” (ANDRADE, 1978b, p. 16).

Num texto dedicado à noção de cordialidade, Andrade (1978d, p. 142) saudará, sobretudo, seus aspectos anti-individualistas, que, sendo matriarcais em sua origem, opõem-se também às culturas patriarcais, burguesas, capitalistas³. A esperança era que os elementos do passado, desrecalcados pelo programa vanguardista, funcionariam como que uma senha secreta para uma via própria em direção ao mundo pós-burguês, com o que pularíamos etapas e evitaríamos as regressões características do aburguesamento social. Isso levou, inclusive, o Oswald de *A marcha das utopias* (ANDRANDE, 1978a) a ver com bons olhos nosso passado jesuíta, cuja tradição ainda tinha algum vínculo com o cultivo medieval do ócio, diferentemente das religiões protestantes, que estavam em linha com a ética do trabalho racionalizado. Esse tipo de raciocínio, o qual, aliás, era muito recorrente entre os modernistas, dava o seguinte

3 No campo das apropriações marxistas das investigações da psicanálise, foi sobretudo Fromm (1934) quem buscou opor às formas culturais patriarcais e capitalistas as formas sociais de origem matriarcal.

Nosso Brasil feudal-burguês justapunha — mais como fato da realidade do que preferência intelectual — o progresso e o arcaísmo, com o que Oswald, como se sabe, antecipou temas fundamentais do tropicalismo. Tratava-se, então, de ganhar para a invenção e o plano intencional aquilo que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo produzia no plano involuntário

tom geral descrito por Candido (1973, p. 120): “As nossas *deficiências*, supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades*.” O argumento converte o atraso relativo e as veleidades atrasadas em vantagens, que dariam um caminho bem brasileiro e diferente do europeu em direção a uma sociedade de tipo superior — o que Schwarz chamará de uma interpretação “triumfalista do atraso”. Como se, então, onde a modernização estivesse mais em dia com o nível contemporâneo, as possibilidades de escape fossem reduzidas. No geral, portanto, nos termos de Roberto Schwarz, o tema do que Oswald chamava de “Brasil feudal-burguês” (ANDRADE, 1976, p. 67)

adquire uma surpreendente feição otimista, até eufórica: o Brasil pré-burguês, quase virgem do puritanismo e cálculo econômico, assimila de forma sábia e poética as vantagens do progresso, *prefigurando a humanidade pós-burguesa*, desrecalcada e fraterna; além do que oferece uma plataforma positiva de onde objetar à sociedade contemporânea. Um ufanismo crítico, se é possível dizer assim (SCHWARZ, 1987c, p. 13).

Com isso, é a própria noção do que significa modernização que sai modificada:

Portanto, a modernidade no caso não consiste em romper com o passado ou dissolvê-lo, mas em depurar os seus elementos e arranjá-los dentro de uma visão atualizada e, naturalmente, inventiva, como que dizendo, do alto onde se encontra: tudo isso é meu país (SCHWARZ, 1987c, p. 22).

Daí a celebração festiva da maneira como nosso Brasil feudal-burguês justapunha — mais como fato da realidade do que preferência intelectual — o progresso e o arcaísmo, com o que Oswald, como se sabe, antecipou temas fundamentais do tropicalismo. Tratava-se, então, de ganhar para a invenção e o plano intencional aquilo que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo produzia no plano involuntário. O tom é sempre de carnaval, como se nota nessas primeiras linhas no “Manifesto da poesia pau-brasil”: “A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O miné-

rio. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança.” (ANDRADE, 1978c, p. 5) Da culinária baiana aos nossos produtos minerais: tudo citado sem hierarquia, fora de seu contexto prático imediato, o que lhes confere uma generalidade feliz. Tudo deve ter seu lugar, nada deve ficar de fora: “Tudo revertendo em riqueza.” (ANDRADE, 1978c, p. 5) Nos termos de Paulo Arantes, que resume a “resposta afirmativa” dada “aos dilemas da dualidade” que nossa realidade impunha sem deixar escolhas ao intelectual: “O que o complexo colonial interiorizara como atraso e desgraça, o desrecalque pau-brasil converterá em motivo de euforia, já que a vanguarda emparelhava nosso primitivismo com a cultura dos países centrais.” (ARANTES, 2021, p. 46) A modernidade, que vinha de fora, com isso podia ser assimilada como convinha, sem “vira-latismo”, e o passado nacional era enquadrado fora do registro da nostalgia, como elemento de atualidade, a ser aproveitado sem saudosismo. O passado em questão não era o passado dos conservadores (até porque as influências psicanalíticas dos modernistas queriam recuperar as reminiscências reprimidas, populares e folclóricas), mas a modernidade tampouco era do progressismo etapista. A provocação acabava sendo dupla, por sua vez: contra a ideologia colonialista, que nada teria que ver com o que era afinidade com a urbanidade e a modernização, mas também contra o universo desta, que era obrigada a conviver, celebrativamente, com pressupostos de uma sociabilidade outra. É certo que não está ausente um elemento senhorial nessa atitude dos modernistas, como quem sobrevoa pelo alto e passeia à vontade entre registros histórico-sociais opostos — mas a pompa é, também, relativizada pelo que há de humor, sarcasmo e satisfação meio brincalhona com o panorama, aliás contra si própria⁴.

Por outro ângulo, Oswald evitava duas parcialidades que dominaram muito da vida intelectual no Brasil, sobretudo na literatura: de um lado, uma espécie de nacionalismo pitoresco, voltado contra qualquer influência europeia, em busca do Brasil mais puro e sem distorções estrangeiras, o que, no entanto, muitas vezes dava no contrário, numa artificialidade forçada e pouco natural, além de ocultar mal influências estrangeiras ainda assim presentes; de outro, o uso irrefletido e acrítico de formas importadas, sem confronto com o dado local, redundando em imitação pura e simples. Segundo uma reconstrução de Antonio Candido, o verbo literário entre nós oscilou muito entre essas duas posições, com resultados que não são de grande força, sendo somente nos momentos de equilíbrio que saíam os melhores trabalhos de nossa literatura. Candido cita como exemplo Castro Alves e Machado de Assis, chegando até Mário de Andrade (CANDIDO, 1973, p. 110). Ora, o que estamos vendo de Oswald poderia ser igualmente incluído nesse *podium*. O resultado, apesar da leveza brincalhona com que enfrenta os termos da equação, não é por isso conformista, pois, no fim, não deixa intocados os domínios que põe em cotejo.

De maneira geral, a utopia não é nem bem a de um meio termo, pois ambos os componentes estão justapostos, e não fundidos, mas tampouco é a da dialética, que pressupõe antagonismo, crise e eventuais superações. O procedimento de Oswald

⁴ “Uma das ideias que me seduziram é essa de que a base do *humour* é feita mais que de autocrítica, de autoflagelação... Quem se esculhamba, sabe esculhambar os outros e até as coisas. As coisas, o mundo das coisas.” (ANDRADE, 1972a, p. 75)

consistia mais em registrar e enunciar as coisas como provocação e choque, no que elas tinham de diferente e dissonante, mas celebrando-as assim mesmo, como se não fosse necessário muito mais do que isso.

No plano da história das ideias do Brasil, veja-se como, com isso, Oswald dava uma solução própria a problemas que há muito interessaram e ainda interessam a intelectuais do país. Em tempos mais próximos, já notamos que o tropicalismo trabalhou com um material da mesma ordem, também com feição afirmativa e carnavalesca. No século XIX, quando a literatura brasileira assumiu sua feição particular, o debate entre Romantismo e Arcadismo, bem como os problemas próprios do Naturalismo, também se defrontaram com a mesma problemática. O pessimismo de Machado de Assis, por sua vez, encarará a coisa em sua feição negativa, o que oferece um quebra-gelo ao entusiasmo com a singularidade nacional referida. Oswald explorava, no ciclo seguinte, um caminho diferente: não se tratava de pôr em antítese o que a civilização trazia e o que restava de nosso passado, mas ver aí a nossa chance histórica, que nos faria entrar na história contemporânea como que dando a volta por cima. Meio século depois, Candido (2015) atinará com uma esperança da mesma ordem, agora num romance anterior aos de Oswald, as *Memórias de um sargento de milícias*⁵, nas quais a malandragem entre ordem e desordem, ao reproduzir a marcha do país como que em miniatura, prefiguraria “um mundo sem culpa”, expressão que nos remete ao “país sem pecados” de Oswald (ANDRADE, 1972b, p. 46). Fora da literatura, são questões que se imporão também ao ensaio de interpretação do Brasil da década de 1930, ele próprio muito devedor do Modernismo, sobretudo nas figuras de Gilberto Freyre (que será depois muito estimado por Oswald), Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. O integralismo, a ditadura instaurada em 1964 e, hoje, o bolsonarismo, por outro lado, podem ser vistos como encaminhamentos de direita para o problema.

No domínio da estética, cabe observar como Oswald, apesar do localismo de suas concepções (ou mesmo por causa delas), conseguiu alçar a imaginação vanguardista brasileira ao mesmo plano que as vanguardas europeias, a rigor o que havia de mais avançado no panorama internacional da arte. A intenção, com a utopia antropográfica, era democratizar os procedimentos artísticos, que eram retirados das mãos dos *experts* e postos ao alcance da pessoa comum, para quem, aliás, a justaposição entre arcaico e moderno era um fato. Daí a observação de Candido a respeito dos escritores de 1922, os quais, não sendo propriamente revolucionários, representavam “um esforço para retirar à literatura o caráter de classe, transformando-a em bem comum a todos” (CANDIDO, 1973, p. 164).

Nesse sentido, o objetivo era de oposição ao encastelamento tradicional da literatura, a qual descia ao chão de nossa realidade folclórica, que brilhava como se fosse poesia pronta. Daí o elogio: “Como falamos. Como somos.” (ANDRADE, 1978c, p. 6) Muito do registro quase positivista de Oswald, se for permitido falar assim, vem daí, como se então bastasse *enunciar* as coisas sem mistério algum, a fim de dar em algum resultado literário de nível: “A poesia existe nos fatos”, diz a abertura do “Manifesto da poesia pau-brasil” (ANDRADE, 1978c, p. 5). Tudo se passa como se fosse necessário

⁵ Obra do escritor carioca Manuel Antônio de Almeida (1830-1861), publicada em 1854. (N. do E.)



Reprodução

Oswald de Andrade (1890-1954)

ver as coisas de uma perspectiva virgem, depurada de preconceitos: “Ver com olhos livres” (ANDRADE, 1978c, p. 9). Fora das ideologias, das camadas de interpretação e, sobretudo, da opressão, a realidade poderia brilhar como ela é: “A realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama”, conclui o “Manifesto antropofágico” (ANDRADE, 1978b, p. 19).

Lembro que Lukács (1971b), num texto que defende a sátira enquanto método de criação, recordou a frase de Juvenal⁶ segundo a qual “é difícil não escrever sátiras”, uma vez que, na cena contemporânea, o próprio curso de declínio do capitalismo e da classe burguesa produzia diariamente materiais satíricos já prontos, exigindo mais o *relato* imediato do que a intrincada mediação literária dos romances realistas. Creio que algo de ordem semelhante foi transferido ao estilo “coisista” de Oswald: o de coletar anedoticamente o que a realidade dava quase de bandeja ao olhar devidamente depurado da herança tradicional conservadora.

No plano funcional global, isso significava elevar nossos dados locais à cena cultural global como *contemporâneos dela*. O desrecalque localista, operado sobre nossa realidade popular, consistia em mostrar como ela já entregava, meio que pronto, o registro primitivista que estava nos planos das vanguardas internacionais, para as quais, no entanto, isso era uma *conquista* e um resultado alcançado a duras penas. Segundo uma célebre observação de Antonio Candido:

Ora, no Brasil as culturas primitivas se misturam à vida cotidiana ou são reminiscências ainda vivas de um passado recente. As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, eram, no fundo, mais coerentes com a nossa heran-

⁶ Décimo Júnio Juvenal (c. 55 d.C.-c. 127 d.C.), poeta satírico romano. (N. do E.)

A utopia não é nem bem a de um meio termo, pois ambos os componentes estão justapostos, e não fundidos, mas tampouco é a da dialética, que pressupõe antagonismo, crise e eventuais superações. O procedimento de Oswald consistia mais em registrar e enunciar as coisas como provocação e choque, no que elas tinham de diferente e dissonante, mas celebrando-as assim mesmo, como se não fosse necessário muito mais do que isso

ça cultural do que com a deles. O hábito em que estávamos do fetichismo negro, das calungas, dos ex-votos, da poesia folclórica, nos predispunha a aceitar e assimilar processos artísticos que na Europa representavam ruptura profunda com o meio social e as tradições espirituais. Os nossos modernistas se informaram rapidamente da arte europeia de vanguarda, aprenderam a psicanálise e plasmaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência europeia por um mergulho no detalhe brasileiro. É impressionante a concordância com que um Apollinaire e um Cendrars ressurgem, por exemplo, em Oswald de Andrade (CANDIDO, 1973, p. 121)⁷.

O próprio Oswald tinha bastante consciência dessas questões, como revela o seguinte testemunho, de Haroldo de Campos: “O primitivismo que na França aparecia como exotismo era para nós, no Brasil, primitivismo mesmo.” (CAMPOS, 1972, p. xxxvii) E que também está presente na continuidade da ideia que já citamos, em que Oswald, depois de anunciar que já éramos comunistas, complementa: “Já tínhamos a língua surrealista.” (ANDRADE, 1978b, p. 16) Tudo se passa, então, como se fôssemos *vanguardistas antes das vanguardas*, ou como se, ao menos, já estivéssemos preparados para recebê-las antes de estarem prontas. Insistindo: o legado pré-burguês, contemporizado pela vanguarda, era retirado do registro patrimonialista e nostálgico.

Mas se o primitivismo era mais natural entre nós, não estamos até mesmo além dos pares revolucionários europeus? De fato, uma das consequências dessas po-

⁷ Veja-se como Oswald notará, com sentido diferente, como a própria vida metropolitana daria uma vigência prática aos procedimentos da vanguarda, mas às custas de seu sentido crítico: “As proezas outrora herméticas do surrealismo e do cubismo são hoje menos complexas e obscuras que a contínua fotomontagem processada na cabeça quente do homem cotidiano e normal” (ANDRADE, 1972a, p. 48). Aqui, a constatação é visivelmente decepcionada, mostrando como o capitalismo poderia dar um passo imprevisto de estetização de sua realidade, mas com sinal trocado.

sições é que a própria ideia de transplante, adaptação ou imitação de moldes herdados do além-mar deixa de fazer sentido, ou ao menos sai radicalmente revisada. Não nos internacionalizávamos porque enquadrávamos o dado local à forma importada, dignificando nossa realidade nacional, pois o dado pictórico estava naturalmente no nível do que havia de mais avançado culturalmente na Europa. Lembremos que Oswald (ANDRADE, 1978c, p. 7) gostava de descrever a poesia pau-brasil como de *exportação*, e não de *importação*, como se o resultado fosse o presente que ela oferece aos olhos do mundo, não o contrário. Daí uma via para a experiência brasileira na cena contemporânea, da qual podíamos tomar parte e tirar proveito num novo nível. Como argumenta Schwarz (1987b, p. 37):

É o primitivismo local que devolverá à cansada cultura europeia o sentido moderno, quer dizer, livre da maceração cristã e do utilitarismo capitalista. A experiência brasileira seria um ponto cardeal diferenciado e com virtualidade utópica no mapa da história contemporânea.

No caso das vanguardas europeias, Oswald achava que a poesia pau-brasil se sairia melhor que elas, já que as depuraria do obscurantismo e do hermetismo que lhes eram congênitos (ANDRADE, 1976, p. 48). Com isso, teríamos lastro para também opinar de volta sobre a cena da atualidade internacional. À distância, as vanguardas interessam menos pelo prestígio estrangeiro do que como fator de descoberta e análise da realidade nacional. O sentido é fomentar a experimentação, o desenvolvimento de formas próprias etc. Conforme o argumento do próprio poeta, que comparava a Semana de Arte Moderna com a Inconfidência Mineira: “Em [19]22, o mesmo contato subversivo com a Europa se estabeleceu para dar força e direção aos ensaios subjetivos nacionais, autorizados agora pela primeira indústria, como o outro o fora pela primeira mineração” (ANDRADE, 1972a, p. 94). Esse alinhamento crítico e criativo com as vanguardas é o que munia Oswald para polemizar com o nacionalismo de Monteiro Lobato, aliás, lembrando que o brasileiro dos modernistas não seria possível sem o futurismo europeu:

E não percebia você que nós também trazíamos nas nossas canções, por debaixo do *futurismo*, a dolência e a revolta da terra brasileira. Que as camadas mais profundas, as estratificações mais perdidas da nossa gente iam ser resolvidas por essa “poesia de exportação” que eu proclamava no *Pau-brasil* (ANDRADE, 1972a, p. 4).

Observe-se, aqui, que o que ocorria no plano da literatura parecia funcionar como prenúncio de um processo social mais amplo — do qual as formas literárias fazem parte —, em que o mesmo seria dito e feito a respeito das forças produtivas, também elas a serem devoradas num ritual canibalista, como ocorria no setor parcial das técnicas artísticas. Veja-se, como exemplo, essa formulação, com uma certa ingenuidade que faz sorrir, mas que condensa muito bem o tipo de expectativas que estamos comentando:

Há uma maneira de beber de um trago que se chama *à la russe*. Os russos souberam industrializar-se *à la russe*. Por que, num momento em que a fotomontagem triunfa, não poderemos nós realizar, também de um trago, nossa independência técnica, au-

xiliados pela boa ala americana? E beberemos então à *la russe*, à saúde de Franklin Delano Roosevelt (ANDRADE, 1972a, p. 54).

Esse argumento introduz algo novo e interessante, em que o mesmo raciocínio, feito na esfera particular da arte, poderia ser aplicado ao domínio social mais amplo da produção material em conjunto. Se os métodos vanguardistas, eles próprios tributários das forças produtivas no centro, acomodam-se aqui melhor do que onde nascem, então a indústria, a técnica, os meios de comunicação e de transporte não obedeceriam à mesma lógica? Na equação proposta por Schwarz: inocência brasileira + técnica = utopia. “A ideia é aproveitar o progresso material moderno para saltar da sociedade pré-burguesa diretamente ao paraíso.” (SCHWARZ, 1987b, p. 37)

É interessante notar como essa concepção ainda sobreviverá um bom tempo entre nós, encontrando ressonância, por exemplo, num texto de Anatol Rosenfeld a respeito da era atômica, o que não deixa de chocar, pois a perspectiva de conflitos nucleares em escala planetária já operava aquela transformação que, nos termos de um Günther Anders (ANDERS, 2007), teria tornado o tempo na Terra em um mero *prazo*, com o que o nosso horizonte de expectativas, nas observações de Arantes (2014), passava a tender a zero. Pois bem, mesmo diante da possibilidade da catástrofe geral, Rosenfeld argumentava a respeito de uma dialética segundo a qual os países atrasados poderiam ser mais adequados às descobertas dos países adiantados, obedecendo, assim, a uma dialética que seria de ordem geográfica e não temporal.

É por esse motivo que a evolução costuma dar pulos curiosos de um país para outros, uma dialética, por assim dizer, geográfica, transposição do progresso de países adiantados para países mais atrasados, que, aperfeiçoando paulatinamente a sua organização, se veem logo, por sua vez, superados por outro país mais primitivo, devido à maior capacidade deste de ajustar-se às novas invenções entrementes surgidas. Tal fenômeno, ainda em tempos recentes, parece realizar-se no caso da Rússia, há pouco um dos países mais atrasados e que precisamente por isso demonstra ter uma estrutura mais maleável e mais aberta ao progresso técnico (ROSENFELD, 1993, p. 203).



Reprodução

À esq., capa da primeira edição do *Primeiro caderno do aluno de poesia*, publicada em 1927, dois anos depois da estreia de Oswald como o poeta revolucionário de “Pau-brasil” (centro) e um ano antes do lançamento de “Manifesto antropófago” (dir.)

O teor oswaldiano dessas linhas, voluntário ou não, a meu ver salta aos olhos. Em todo caso, a utopia de Oswald era marcada pela maneira como figurava a simultaneidade dos não simultâneos, que, antes de um fato literário, era um dado prático da realidade brasileira. A vantagem dessa posição era não mais se limitar às parciaisidades da oscilação entre localismo e cosmopolitismo, os quais, agora, apareciam como contemporâneos um do outro, com efeitos retroativos mútuos. Por um lado, aproveitamento *moderno* de nosso universo pré-moderno, com vista a um caminho próprio, a uma sociedade nova, que queimaria etapas; por outro, o fulcro folclórico da realidade nacional operando sem saudosismo como filtro e fator de discernimento, com direito a voz no capítulo do cenário internacional, que não ficava incólume. As virtudes desse manejo lúdico de temporalidades distintas, que são também características das figuras do malandro, do samba, do tropicalismo etc., são fáceis de perceber quando divagamos pelos textos de Oswald. Um comparativo interessante estaria na obra de Dorival Caymmi, se quisermos nos beneficiar de um comentário extraordinário de Lorenzo Mammì: suas músicas cantam, sobretudo, uma mobilidade extremamente livre, que caminha entre natureza e cultura, inventando o folclore, mas sem pertencer a seus limites rígidos, beneficiando-se da modernidade como convém, “sem compromisso”. Assim, “Caymmi ocupa um lugar intermediário entre história e pré-história, natureza e cultura, onde as seduções do moderno e do arcaico convivem em paz. Desse lugar brota a carga utópica de grande parte da música brasileira” (MAMMÌ, 2017, p. 16). A similitude dos termos fala por si só.

Depois de descrever esses procedimentos, bem como notar a modernidade que oferecem, Roberto Schwarz passa a expor em que sentido eles também não são isentos. Trata-se, nos termos dele, de “um progressismo acomodaticio” (SCHWARZ, 1987c, p. 25), cuja “ingenuidade” e “ufanismo” não se podem ignorar (SCHWARZ, 1987b, p. 38). Ocorre que Oswald, em parte, nota o que há de disparidade e oposição entre os elementos mais adiantados e os mais atrasados da vida nacional, entre os quais figuram também relações de dominação, mas a satisfação humorística com seus termos os coloca num equilíbrio conformista, que os fixa como tais, gerando um “esvaziamento dos antagonismos” (SCHWARZ, 1987c, p. 21). Isso é uma decorrência do emprego do programa primitivista da vanguarda, a fim de ver a realidade em sua nudez, mas somente parcialmente, pois essa “potência classificatória” rotula objetos “que o procedimento de vanguarda visava liberar” (SCHWARZ, 1987c, p. 18). Quer dizer, a mencionada poesia dos fatos torna abstratos os elementos retirados à realidade, enquanto a alegoria dá generalidade quase a-histórica aos elementos com os quais trabalha. As hierarquias brasileiras ficariam mantidas onde estão, ao contrário do desejado pelas vanguardas europeias, preocupadas em implodi-las⁸. É como se houvesse mais satisfação do que crítica em relação às situações nacionais que Oswald formaliza; como se a distância entre a piada e a apologia fosse mais curta do que o esperado. No limite, a informalidade também incorre em ideologia: uma “reverência com o sinal trocado” (SCHWARZ, 1987c, p. 27).

8 É interessante como Schwarz faz ecoar as críticas de Lukács (1971a) às alegorias modernistas, mas restringindo seus efeitos negativos a Oswald e salvando Franz Kafka, visado por Lukács, das mesmas críticas.

Acresce ainda que, contra esse procedimento de Oswald, testemunha a história contemporânea posterior que: a) teria mostrado que nossas singularidades nacionais, longe de serem o caminho próprio para a utopia, são na verdade funcionais para o capitalismo contemporâneo, que as reproduz e delas se beneficia; b) teria, também, dado versões obscuras e autoritárias da matéria-prima com a qual ele trabalha os poemas modernistas, bastando pensar na ditadura instalada em 1964⁹. Mas, para evitar o risco do anacronismo, Schwarz recorre ao fato de que Machado de Assis já dispunha de um senso mais negativo em relação à formação histórica do Brasil, o que dará a tônica de seus romances de maturidade. Seu assunto é, também, a contemporaneidade dos contrários no Brasil, os quais passariam a ser formalizados na figura do narrador, que mimetizaria o comportamento volúvel das classes dominantes entre a norma europeia e seu contrário nacional. Ora, a lição da obra de Machado é que não haveria o que celebrar mais nesse vaivém, pois a “hélice desses mecanismos”, diz Schwarz (1987a, p. 124), “empurra em direção — ao nada”. Oswald sabia muito bem disso, aliás: “O pessimismo de Machado é um pessimismo de classe. Nele, já existe fixado o germe de toda uma sociedade condenada.” (ANDRADE, 1972a, p. 101) Mas isso significa, também, que o modernista estaria dando uma versão otimista e ufanista de um dado prático, contra o qual Machado já cultivava uma posição mais crítica.

Não pretendo discordar das críticas de Schwarz, mas enfocar em outra chave a contemporaneidade da utopia de Oswald perante outras elaborações de *esquerda* sobre alternativas históricas e as tendências objetivas do capitalismo. Antecipando, digamos que as expectativas que orientam a utopia oswaldiana não tomavam parte num cenário mais universal apenas por atualizar e reformular o programa das vanguardas segundo um contexto local específico, mas porque elas atinavam com reflexões *de esquerda*, marxistas mais especificamente, a respeito do interesse revolucionário despertado por formas sociais pré-capitalistas que, longe de se dissiparem mesmo nos centros capitalistas europeus do século XX, ofereciam a resistência deliberada contra uma racionalização socioeconômica que lhes rouba a relativa autonomia permitida pelas relações econômicas mais antigas. Trata-se daquelas formas de resistência romântica ao capitalismo, às quais Löwy (2015) dedicou um livro importante, e que desde 1930 eram identificadas como dialética da não contemporaneidade por Bloch, que, aliás, será um dos autores a que iremos recorrer.

O primeiro comparativo que nos interessa, aqui, vem da pena dos próprios Marx e Engels, que em suas intervenções sobre a chamada questão social da Rússia trataram de questões que se aproximam diretamente do que tratamos até aqui. Para introduzi-lo, façamos a seguinte reflexão. Ao menos para uma certa concepção marxista a respeito da sucessão dos modos de produção, essa utopia pau-brasil à qual nos referimos acima não poderia ser mais bisonha. Se ela não tem como pressuposto relações capitalistas de produção bem desenvolvidas, sem as quais não há o nível civilizatório mínimo que criaria as condições materiais para uma sociedade sem classes, então seu objetivo seria, no máximo, o fracasso, e suas ideias seriam utopia pura e simples. Essa

⁹ Nesse ponto, seria possível estender a Oswald as mesmas dúvidas levantadas por Schwarz (1987d) contra o otimismo de Candido a respeito da malandragem.

As expectativas que orientam a utopia oswaldiana não tomavam parte num cenário mais universal apenas por atualizar e reformular o programa das vanguardas segundo um contexto local específico, mas porque elas atinavam com reflexões de esquerda, marxistas mais especificamente, a respeito do interesse revolucionário despertado por formas sociais pré-capitalistas

crítica parte de uma certa concepção etapista do processo histórico, muito comum em países de modernização retardatária, que buscava tomar *taticamente* o lado da burguesia industrial para desenvolver as condições necessárias para uma revolução socialista.

Como exemplo dessa vertente — e indo direto à nossa comparação —, basta pensar nos autodenominados marxistas russos das décadas de 1870 e 1880, eles mesmos defrontados com um dilema de ordem semelhante quando da assim chamada questão agrária russa. Se a revolução pressupõe burguesia e proletariado, e se na Rússia o que predomina é a servidão e a propriedade agrária, então o primeiro objetivo do socialismo seria desenvolver o capitalismo, de onde sairia um subproduto típico das periferias do capitalismo, que é um marxismo de corte industrializante. Essa interpretação da parte dos “marxistas” é notificada por uma carta de Vera Ivanovna Zaslitch a Marx, em fevereiro de 1881, em que então aborda o dilema — uma “questão de vida ou morte”, segundo ela — da seguinte maneira: a) ou a “comuna rural” se desenvolve pela “via socialista”, organizando-se “sobre bases coletivistas”; b) ou “a comuna está destinada a perecer”, cabendo ao socialismo decidir em quanto tempo as terras dos camponeses passarão para as mãos da burguesia e “em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa Ocidental” (ZASULITCH, 2013, p. 79). Em síntese: queimar etapas com base na propriedade comunal ou passar pelos estágios evolucionistas de desenvolvimento de uma sociedade capitalista? Está claro que os marxistas aos quais Zaslitch se refere se inclinavam pela segunda alternativa, defendendo a obsolescência da propriedade agrária como “a coisa mais indiscutível” defendida pelo “socialismo científico”. Segundo Zaslitch (2013, p. 79), os propagadores dessa concepção se defendiam argumentando que não faziam mais do que obedecer a um preceito estabelecido pela obra de Marx: “Foi Marx quem disse isso”.

A fonte dessa tese estaria no capítulo sobre a “acumulação primitiva” do livro I de *O Capital*. Ali, Marx expõe o processo de formação dos pressupostos históricos que deram origem ao desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental, entre os quais consta a abolição da propriedade privada agrária e sua transformação em propriedade privada burguesa. Um processo “negativo”, mas que ao mesmo tempo criaria as condições históricas necessárias para que o socialismo, por sua vez, negasse o capitalismo, para a criação de uma sociedade de tipo superior. Marx descreve esse processo como uma “negação da negação”. Ora, o que os tais “marxistas” russos reconheceram aí é um modelo abstrato de como a revolução socialista deveria ocorrer em todas e quaisquer situações históricas. E se na Rússia ainda predominava a propriedade agrária camponesa, para estar à altura do socialismo seria necessário percorrer o mesmo trajeto supostamente exposto por Marx no capítulo mencionado. Veja-se que são dilemas que também fizeram parte do marxismo no Brasil¹⁰.

Marx já havia se defrontado com essa distorção quatro anos antes, ao responder ao artigo “Karl Marx diante do tribunal do sr. Jukovski”, publicada na revista *Otechestvenye Zapiski*, em 1877, e assinado por Nicolai C. Michailovski. O referente ainda é o capítulo sobre a “acumulação primitiva”, do qual Michailovski extrai os seguintes argumentos, segundo Marx:

Ora, como meu crítico aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa Ocidental — e durante os últimos anos ela se esforçou muito nesse sentido —, não será bem-sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. Isso é tudo! Mas isso é pouco para o meu crítico. Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual (MARX, 2013a, p. 68).

Já veremos quais argumentos Marx empregará para deslindar esses equívocos. O que se nota, por enquanto, é que se trata de um erro muito familiar, de tomar certos esquemas históricos desenvolvidos por Marx para momentos *específicos* do desenvolvimento histórico e convertê-los em modelo geral de como as etapas devem se suceder em todas e quaisquer circunstâncias. Para efeito de contraste, note-se que o próprio Engels, justamente em sua intervenção no mesmo debate russo, não deixou a fornecer argumentos a favor da visão etapista. O contexto, no caso, é a resposta de Engels a uma carta pública de Tkatchov a ele dirigida. Tkatchov era um dos *narodniks* que herdaram a maneira pela qual Herzen encarava a questão da comuna agrária na Rússia, que, por sua vez, se

¹⁰ Para uma síntese histórica de como os problemas do “dualismo”, do “feudalismo” e do “etapismo” tomaram feição no marxismo brasileiro, ver Dória (1998).

inspirava no livro do alemão Haxthausen, *Estudos sobre as condições internas, a vida popular e particularmente as instituições rurais da Rússia*, de 1847, no qual notava o caráter comunitário e solidário da propriedade camponesa na Rússia, que, para Herzen, seria a base do socialismo russo. Herdeiro dessa interpretação, Tkatchov argumenta que, na Rússia, onde não há burguesia, onde “o poder do capital ainda é embrionário” (TKATCHOV apud ENGELS, 2013a, p. 37) e o povo está na maior parte “impregnado das posses comuns”, as vantagens para o futuro socialismo são maiores que na Europa Ocidental: “nosso povo”, argumenta Tkatchov, “está muito mais próximo do socialismo do que os povos da Europa Ocidental, mesmo que estes sejam mais cultos” (TKATCHOV apud ENGELS, 2013a, p. 48-9). Argumentava, portanto, semelhantemente a Oswald, que dizia que já tínhamos o comunismo.

Engels responderá com um argumento que pode dar razão a equívocos etapistas. Segundo ele, Tkatchov no fundo não entendeu nada a respeito do socialismo, que passa a ser descrito da seguinte maneira:

A revolução almejada pelo socialismo moderno é, sucintamente, a vitória do proletariado contra a burguesia e a reorganização da sociedade mediante a anulação das diferenças de classes. Para tanto, é preciso que haja não só um proletariado capaz de realizar essa revolução, mas também uma burguesia, em cujas mãos as forças produtivas da sociedade se desenvolveram a ponto de permitir a anulação definitiva das diferenças de classe. Entre os selvagens e semisselvagens frequentemente também não há diferenças de classe, e todos os povos passaram por tal situação. A ideia de restaurá-la sequer pode nos ocorrer, por dela decorrem necessariamente, com o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, as diferenças de classe. Somente em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, que até para os tempos atuais é bastante elevado, torna-se possível aumentar a produção a um nível em que a eliminação das diferenças de classe seja um verdadeiro progresso e possa ser duradoura, sem acarretar uma paralisação ou mesmo um retrocesso no modo de produção da sociedade. Porém, as forças produtivas só chegaram a esse grau de desenvolvimento pelas mãos da burguesia. Sendo assim, a burguesia, também nesse aspecto, é uma pré-condição tão necessária da revolução socialista quanto o próprio proletariado. Portanto, um homem capaz de dizer que seria mais fácil realizar essa revolução em certo país porque este não tem proletariado nem burguesia só prova, com isso, que ainda tem de aprender o bê-á-bá do socialismo (ENGELS, 2013a, p. 37).

O tom professoral da conclusão não deixa enganar. Engels arma uma resposta mais em linha com os “marxistas” russos, para os quais não há socialismo na Rússia se antes não houver capitalismo, do que com a reação de Marx contra eles. Se Tkatchov não entendeu o básico do socialismo, é porque ele não compreendeu que as forças produtivas necessárias para a transição ao socialismo só são desenvolvidas sob as mãos da burguesia, que primeiro deveria ser fortalecida na Rússia. O esquema não tolera particularidades históricas, que encontrariam vias próprias para o socialismo: em todo lugar, as etapas devem sempre ser basicamente as mesmas. O caráter ingênuo e pouco realista das ideias de Tkatchov são dignas de nota, como lembra Löwy, mas é igualmente notável “o forte viés economicista” da resposta de Engels (LÖWY, 2013, p. 10).

Quando passamos ao detalhe dos argumentos de Marx a respeito da questão, notamos as diferenças no modo de encarar o problema, o que parece aproximá-lo mais da concepção criticada por Engels — sendo o nosso interesse ver como suas reflexões se aproximam de maneira surpreendente de concepções defendidas por Oswald no Brasil. Na carta de 1877, que já citamos, Marx reconhece a chance histórica única dada pela particularidade da situação da Rússia: “Se a Rússia prosseguir no rumo tomado depois de 1861, ela perderá a melhor chance que a história já ofereceu a um povo, para, em vez disso, suportar todas as vicissitudes fatais do regime capitalista” (MARX, 2013a, p. 66). Como lembra Wada (1983, p. 58, tradução nossa), “o rumo tomado depois de 1861” não é outra coisa que o desenvolvimento capitalista. Mas em que consiste, mais especificamente, essa chance?

É nos esboços da carta em resposta a Zaslitch que o argumento geral está mais documentado. A versão final da carta, tal como foi enviada a Zaslitch, é muito mais sucinta e se resume a mostrar que, no capítulo sobre a “acumulação primitiva”, Marx estava preocupado com um caso particular de desenvolvimento histórico, descrito pela passagem de uma forma de propriedade privada a outra, o que por si só já difere do caso da Rússia, onde a atual propriedade agrária é posse coletiva e não particular dos camponeses¹¹. Na conclusão, são mencionadas rapidamente as vantagens históricas dessa formação social: a propriedade comunal é a “alavanca da regeneração social da Rússia”, conquanto ele combata as “influências deletérias que a assaltam de todos lados” e assim se assegurem “condições normais de um desenvolvimento espontâneo” (MARX, 2013b, p. 115). Nos “esboços”, Marx esmiúça mais esse ponto. Segundo ele, a propriedade comunal russa está atravessada por um “dualismo”, em que coexistem tanto modos coletivos de divisão da propriedade como modos individuais de cultivo e usufruto do solo. Tal “dualismo” dotava a comuna agrícola de uma “vida vigorosa” (MARX, 2013b, p. 110), que permitia uma forma de propriedade comunal sem as relações estreitas de parentesco que caracterizam a propriedade comum do solo. Marx destaca sobretudo o impulso para o desenvolvimento da individualidade, impossível em relações arcaicas firmadas por laços de sangue.

A dualidade é a vantagem e também a possível ruína da comuna russa. Se o lado individualista prevalecer, o aspecto comunalista seria prejudicado e a vantagem histórica única dessa formação social seria perdida. Como impedir que isso aconteça? Nesse ponto, Marx lança mão de um argumento que, caso não seja forçado, guarda proximidades com a utopia antropofágica, o que talvez denote um aspecto comum para as periferias do capitalismo. É que, não estando isolada do mundo, a Rússia é contemporânea do desenvolvimento do capitalismo do Ocidente, cujos resultados ela pode aproveitar sem ter de se submeter às regressões particulares que a formação do capitalismo carrega consigo. Num trecho que aparece reescrito de diferentes modos nos esboços, mas com a mesma ideia geral, Marx argumenta:

11 Apesar disso, Shanin (1983) não deixa de notar uma relativa mudança de perspectiva nas obras do que ele chama de “Marx tardio” a partir da década de 1870, quando Marx se defronta mais com questões levantadas pelo desenvolvimento heterogêneo que o capitalismo vai assumindo em diferentes países. Wada (1983) documenta com detalhe essa mudança, revelando como o contato com intelectuais russos foi fundamental para tanto.



Há algo de antropofágico também nas intervenções de Marx no debate da questão russa

E a situação histórica da “comuna rural” russa é sem igual! Ela é a única na Europa que se mantém não como ruína esparsa, a exemplo das miniaturas raras e curiosas na condição de tipo arcaico que ainda se encontravam havia pouco tempo no Ocidente, mas como forma quase predominante da vida popular e espalhada por todo um imenso império. Tendo ela na propriedade comum do solo a base da apropriação coletiva, o seu ambiente histórico, a contemporaneidade da produção capitalista, disponibiliza-lhe já prontas todas as condições materiais do trabalho comum em larga escala. Ela é capaz, portanto, de incorporar as conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista sem passar por suas “forças caudinas”. Ela pode substituir gradualmente a agricultura parceleira pela agricultura extensiva com o auxílio de máquinas, a que convida a configuração física da terra russa. Ela pode, portanto, tornar-se o *ponto de partida direto* do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna e trocar de pele sem ter de cometer suicídio (MARX, 2013b, p. 100).

Numa outra formulação Marx fala da situação particular da Rússia comparada a outras comunidades primitivas, pois, se nela vigoram elementos de uma sociedade de tipo arcaico, ela também “existe em um contexto moderno”, sendo contemporânea de uma “cultura superior”, ligada “a um mercado mundial” capitalista (MARX, 2013b, p. 107). Ela vive em dois tempos, obedecendo a essa simultaneidade dos não contemporâneos, o que a situa na condição singular de se beneficiar das vantagens de ambos os componentes. Variemos a fórmula de Oswald e digamos que estamos às voltas também com as virtudes da Rússia feudal-burguesa. Está aí sua chance histórica única para que uma forma supostamente “arcaica” de propriedade seja na verdade a senha para uma transição sem paralelo ao socialismo, que poderia queimar etapas e se beneficiar dos ganhos civilizatórios do capital sem ter de passar pelas etapas de sua formação. Por isso, diz Marx (2013b, p. 91), “não há por que se deixar atemorizar pela palavra *arcaico*”. Ele pensa, entre outros aspectos, na cooperação já existente entre trabalhadores na propriedade agrária, que facilitaria a transição para um trabalho cooperativo comunista. Trata-se de um exemplo notável de reflexão materialista sobre as possíveis vantagens que elementos pré-capitalistas podem oferecer para uma sociedade pós-capitalista.

Com isso, é a própria noção de força produtiva que deve ser repensada. Muito em linha com as reflexões de *A ideologia alemã*¹² sobre as consequências planetárias

12 Obra de Marx e Engels, escrita entre 1845 e 1846. (N. do E.)

do desenvolvimento da máquina a vapor, que faz o capitalismo inaugurar a chamada história universal, as forças produtivas deixam de ser aqui aproveitáveis somente sob a forma de produção endógena, auspiciada por uma burguesia nacional¹³ — o que é uma reflexão que certamente interessaria ao socialismo no Brasil¹⁴. Marx podia contar com a prova de que a Rússia já se beneficiava de descobertas técnicas capitalistas sem por isso ter de passar pelo período de desenvolvimento industrial: “Para explorar as máquinas, os barcos a vapor, as ferrovias, a Rússia foi forçada, a exemplo do Ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica?” (MARX, 2013b, p. 90). Essa reflexão desconecta o emprego de tecnologias modernas de sua origem no modo de produção capitalista e sugere à imaginação as vantagens relativas que podem ter países que não passaram e não precisariam passar pelas degradações típicas do desenvolvimento capitalista.

Mas não é só que a comuna russa seja contemporânea do capital ocidental, e sim que ela seja contemporânea da *crise* do capitalismo no centro. Quer dizer, ela se beneficia internacionalmente de um contexto em que o próprio capitalismo passa a lutar “contra as massas trabalhadoras, contra a ciência, contra as próprias forças produtivas que engendra”, o que Marx considera uma “crise que terminará com a sua eliminação, com o retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo arcaico da propriedade e da produção coletivas” (MARX, 2013b, p. 95-96). Essa é a melhor prova “de que esse desenvolvimento da ‘comuna rural’ responde à corrente histórica de nossa época”, a saber: “a crise fatal sofrida pela produção capitalista nos países europeus e norte-americanos” (MARX, 2013b, p. 99). Isso implica: a) que as forças produtivas a serem aproveitadas na periferia já estão em franca contradição com as relações de produção no centro; b) que o salto russo em direção ao socialismo é contemporâneo ao declínio do capitalismo e sua superação por uma sociedade superior no Ocidente. Daí a paradoxal atualidade da não contemporaneidade da Rússia, cujo atraso relativo a converte em símbolo da sociedade vindoura. É claro que isso implica que, para o prognóstico dar certo, é preciso que haja uma revolução na Rússia e, a partir daí, uma revolução no Ocidente que gere um reforço mútuo. No extraordinário prefácio à edição russa do *Manifesto comunista*, de 1882, Marx e Engels reconhecem na Rússia o possível “sinal” para uma revolução no centro. Essa seria a única possibilidade de evitar a necessidade de passar pelos mesmos percursos realizados no Ocidente: “Se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”

¹³ Engels continuará pensando diferente, mesmo depois desses textos de Marx.

¹⁴ E à América Latina, também. Como lembra Löwy, Mariátegui tinha ideias semelhantes para o socialismo na América Latina, como se nota neste trecho retirado das teses enviadas por ele ao 1º Congresso dos Partidos Comunistas da América Latina: “Acreditamos que, entre os povos ‘atrasados’, nenhum outro como o indígena arcaico reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subexistente [sic] em estruturas concretas e em profundo espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista.” (MARIÁTEGUI apud LÖWY, 2013, p. 14)

(MARX; ENGELS, 2013, p. 125)¹⁵. O teor premonitório dessas linhas fala por si só.

Sem que Oswald tivesse noção nenhuma dessas páginas, é notável como sua visão utópica para o Brasil partia de convicções muito semelhantes. Se não for forçar a nota, digamos que há algo de antropofágico também nas intervenções de Marx no debate da questão russa. Se retornamos aos trechos em que Oswald sustentava que, no Brasil, havia um regime de cooperação ainda não deturpado pela técnica, o que nos permitiria aproveitar a indústria estadunidense *à la russe*, como dizia ele, então notamos uma argumentação muito semelhante. Em ambos os casos, a simultaneidade entre o arcaico e o moderno, que o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo havia difundido na periferia, oferecia oportunidades históricas únicas para um horizonte de supressão do capital, sem a necessidade de enfrentar as cargas do desenvolvimento de um regime burguês, tal como vigorava nos EUA e na Europa Ocidental¹⁶. Beneficiado pelas vanguardas artísticas, Oswald dispunha de um meio bastante adequado para montar essas combinações contraintuitivas e dar-lhes um tom favorável. Tanto na Rússia quanto no Brasil, a persistência de formas tidas como arcaicas era encarada como problema nacional, mas enquadrada segundo uma perspectiva contemporânea — o que fazia a própria modernidade, por sua vez, ser figurada com um crivo próprio e original. A comparação entre ambos os casos faz pensar também no lado objetivo de que talvez se trate de um certo elemento comum e está-

15 A perspectiva de Engels, 12 anos depois, em 1894, ainda continuará diferente da de Marx, e em grande medida continua semelhante à concepção exposta em 1875. Lá, Engels defendia a tese de que a propriedade agrária só poderia oferecer a passagem a uma forma superior sem necessidade de percorrer os estágios de desenvolvimento da propriedade burguesa se, “na Europa Ocidental, uma revolução for vitoriosa ainda antes da degradação total da propriedade comunal” (ENGELS, 2013a, p. 53). Por si só, esse trecho já é diferente da ideia exposta no prefácio citado, de que é antes a revolução russa que deve dar o sinal para a revolução no Ocidente. Em 1894, Engels sustentará a visão antiga: “A partir disso, já se depreende que a iniciativa para uma eventual reconfiguração da comuna russa não poderá partir dela mesma, mas única e exclusivamente dos proletários industriais do Ocidente. A vitória do proletariado europeu ocidental contra a burguesia e as substituições a ela associadas da produção capitalista pela produção socialmente conduzida constituem as condições necessárias para alçar a comuna russa ao mesmo estágio.” (ENGELS, 2013b, p. 132) Sabemos que, naquele momento, havia grande expectativa sobre a possibilidade de uma revolução na Europa Ocidental, mais precisamente na Alemanha, e algo desse ânimo pode ter influenciado essas afirmações de Engels, que, de resto, parecem dar razão a uma visão mais economicista e etapista do caminho para o socialismo, visão esta que Löwy (2013, p. 16) considera inclusive eurocêntrica.

16 A comparação com o caso russo é possível em mais de um sentido, como é indicado, por exemplo, por um argumento de Roberto Schwarz, em “As ideias fora do lugar”, aqui centrado mais na espécie de privilégio crítico negativo fornecido pela experiência periférica com as instituições vindas das sociedades burguesas. Como se sabe, longe da origem, elas funcionam de modo diferente, com sinal trocado, fundindo-se com aquilo que abominam, no caso, a escravidão e o regime servil. Para os grandes mestres da literatura desse momento, tratava-se de explorar esse resultado, mostrando que não se tratava de um desvio, mas de uma experiência que revelava verdades internas sobre a sociedade burguesa, vistas somente graças a esse deslocamento. Assim, ele escreve: “Também na Rússia a modernidade se perdia na imensidão do território e da inércia social, entrava em choque com a questão servil e com seus restos —, choque experimentado como inferioridade e vergonha nacional por muitos, sem prejuízo de dar a outros um critério para medir o desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha e impõe ao mundo. Na exacerbação desse confronto, em que o progresso é uma desgraça, e o atraso, uma vergonha, está uma das raízes profundas da literatura russa. Sem forçar em demasia uma comparação desigual, há em Machado — pelas razões que procurei apontar — um veio semelhante, algo de Gógol, Dostoiévski, Gontcharov, Tchekhov, e de outros talvez, que não conheço. Em suma, a própria desqualificação do pensamento entre nós, que tão amargamente sentíamos, e que ainda hoje asfixia o estudioso do nosso século XIX, era uma ponta, um ponto nevrálgico por onde passa e se revela a história mundial.” (SCHWARZ, 2012, p. 28-29) A comparação feita por Oswald com a questão da propriedade comunal russa apresenta elaborações mais otimistas a respeito desse quadro.

vel característico de industrializações retardatárias. Oswald, no caso, já se encontrava num momento seguinte, em que a guerra, o aprofundamento da crise do capitalismo e a Revolução Russa criavam um clima internacional ainda mais favorável à esperança de um aproveitamento moderno e atualizado de nossas particularidades nacionais.

Em ambos os casos, o caminho para formas sociais superiores não é ditado por esquemas abstratos, mas tem apoio na reflexão crítica sobre particularidades locais, que deveriam encontrar caminhos próprios segundo seus pressupostos singulares. Ambos tampouco eliminam o aproveitamento de elementos presentes nas sociedades burguesas, que seriam assimilados à distância, segundo outras necessidades, e sem as degradações típicas de sua origem. O clima geral é de busca por atalhos, o que põe em dúvida as noções (mesmo de esquerda) de progresso e de evolução histórica.

Vamos seguir nesse fio comparatista e avançar um pouco em direção a um livro extraordinário que é *Heritage of our times* (herança de nosso tempo), de Ernst Bloch, também ele muito em sintonia com coisas que estamos estudando aqui. Publicado na década de 1930, tem como um de seus temas centrais o que Bloch chama de “dialética da não contemporaneidade” — expressão que já empregamos livremente aqui —, cujo objetivo converge bem para as reflexões que vimos acima. Não à toa, trata-se também de uma reflexão socialista, com sensibilidade para particularidades históricas únicas, a respeito de uma realidade muito específica gerada por um caso também de industrialização retardatária. É claro que a Alemanha de então já era um país muito mais industrializado em seus centros que Brasil e Rússia, com um movimento operário já mais consolidado, além de ter diante de si o combate contra o nazifascismo. Mas nem por isso deixa de ser um caso semelhante, e talvez até mesmo exemplar da necessidade de ganhar para a revolução e para a sociedade do futuro os motivos de um passado pré-moderno, não assimilados pela contemporaneidade do capital, e que por isso mesmo podem ter voz no capítulo. É interessante passar a Bloch, uma vez que, em relação aos dois casos antecedentes, ele opera algo como um movimento de síntese: enquanto Marx foca o argumento no regime de propriedade e Oswald se concentra mais nos elementos culturais do legado pré-capitalista, Bloch oferece uma combinação de ambas as dimensões, pois se trata de ganhar para a revolução tanto aspectos da reprodução material dos camponeses alemães quanto sua dimensão ideológica e cultural.

O ponto de partida do livro é a constatação de que “nem todas as pessoas vivem no mesmo Agora” (BLOCH, 1991, p. 97, tradução nossa). Trata-se, antes de mais nada, de um fato a ser constatado e enquadrado em sua objetividade própria. “Impulsos e reservas de tempos e superestruturas pré-capitalistas estão então em operação, não contemporaneidades genuínas, portanto, que uma classe em declínio revive ou que causa o reavivamento de sua consciência.” (BLOCH, 1991, p. 106, tradução nossa) Bloch refere-se, aqui, sobretudo aos camponeses alemães e à classe média em declínio, ambos os grupos ligados a modos de vida incompatíveis com o atual estágio de racionalização capitalista, contra a qual, portanto, o relativo “atraso” oferece algo como um obstáculo. O registro não é apenas de mera diferença temporal, mas de contradição: “Eles tampouco florescem na obscuridade como no passado, mas contradizem o Agora.” (BLOCH, 1991, p. 97, tradução nossa)



Reprodução: russiainphoto.ru

Família camponesa na Rússia do século XIX

A atenção vai principalmente para os camponeses, que obedecem a essa dialética da não contemporaneidade tanto no regime de produção quanto nas formas culturais e ideológicas em que vivem. Entre eles, predomina a propriedade coletiva e não privada do solo, além de uma relação mais mítica e cíclica com a terra, incompatível com o princípio de racionalização. Assim,

econômica e ideologicamente, os camponeses têm, em meio ao rápido século capitalista, uma posição mais antiga, não importa o quanto o capitalismo também tenha adaptado a propriedade agrária, um elemento pré-capitalista, para seus próprios fins, não importa o quanto tenha capitalizado o campesinato e o provido com seus produtos, não importa o quanto o último vilarejo esteja conectado pela *ratio* ao *juste milieu*. Os camponeses, mesmo assim, retêm um resíduo torto, sentem-se representados antes pelos estados senhoriais do que pelos trabalhadores na estranha cidade (BLOCH, 1991, p. 101, tradução nossa).

Trata-se de olhar a questão tanto em seu aspecto subjetivo quanto objetivo:

Enquanto um mero não desejo abafado pelo Agora, esse elemento contraditório é *subjetivamente* não contemporâneo e, enquanto uma reminiscência existente de tempos anteriores no presente, *objetivamente* não contemporâneo. O elemento *subjetivamente* não contemporâneo, depois de ter sido por muito tempo apenas amargura, aparece hoje como *raiva acumulada*. [...] Correspondente a isso está o elemento *objetivamente* não contemporâneo enquanto influência contínua de circunstâncias e formas de produção antigas, não importa o quão atravessadas tenham sido, assim como de antigas superestruturas. O elemento *objetivamente* não contemporâneo é aquele que está distante e alheio ao presente; ele acolhe então as *reminiscências em declínio* e, sobretudo, o *passado não restaurado* que ainda não está “resolvido” em termos capitalistas. A contradição subjetivamente não contemporânea ativa a objetivamente não contemporânea, fazendo ambas as contradições se encontrarem, a torta e rebelde da

raiva acumulada e a objetivamente alheia do ser e da consciência sobreviventes (BLOCH, 1991, p. 108-109, tradução nossa).

Tais argumentos estão muito centrados na crítica do capitalismo enquanto processo de racionalização, que certamente faz ecoar as investigações dialéticas do Lukács de *História e consciência de classe*. Uma vez definido o fetiche da mercadoria como pedra angular para uma crítica tanto das formas objetivas do capitalismo quanto das formas de subjetividade a ele correspondentes, Lukács abriu um caminho para críticas do capitalismo interessadas principalmente nas regressões subjetivas e culturais que seus imperativos exigem. No entanto, para Bloch a resistência a esse estado de coisas não vem mais somente do “ponto de vista do proletariado” enquanto “sujeito-objeto idêntico da história”, até porque é possível que as regressões da reificação alcancem também o âmago da consciência da classe trabalhadora, mas daqueles que ficaram de *fora* do processo de reificação, que ainda guardam reminiscências materiais e culturais anteriores ao fetiche da mercadoria, então vistas como uma possibilidade de rebelião contra o Agora capitalista e a favor de uma possível sociedade pós-mercadoria futura. É no campesinato que ainda se encontra o resíduo da “vida não destruída pelo capital” (BLOCH, 1991, p. III, tradução nossa), que interessa reproduzir num futuro revolucionado. Em outras palavras, da perspectiva de Bloch trata-se não só de entender por que existem estratos sociais que ainda não entraram no regime capitalista da vida, mas por que eles *não o querem fazer*.

Note-se que, embora Bloch reconheça que a contradição não contemporânea, que é explosiva, não esteja ao lado do proletariado nem se encontre no campo de batalha entre trabalhadores e burguesia, sua força rebelde só pode ser garantida se ocorrer simultaneamente a uma contradição contemporânea, que é a do proletariado no Agora capitalista, cujo objeto é o *futuro*, e não o passado restaurado. Enquanto a não contemporaneidade se apoia em técnicas e ideologias *passadas*, a contradição contemporânea tem seu núcleo na contradição entre forças produtivas geradas *dentro* do capitalismo e suas relações de produção. Ambas as contradições partilham da mesma matéria — a oposição ao capitalismo —, mas com perspectivas diferentes, de forma que caberia unir esforços em vista de um objetivo comum. Veja-se que ao dar dignidade revolucionária ao anticapitalismo como que espontâneo do campesinato, Bloch assume uma posição próxima aos *narodniks* russos, opondo-se ao esquema evolutivo e etapista segundo o qual seria necessário proletarizar os camponeses para ganhá-los para a causa da revolução, vendo antes em seu próprio elemento arcaico o *índice* de um futuro pós-capitalista sem o interregno burguês.

Seguindo nas aproximações com os casos anteriores que analisamos, veja-se que a matéria de Bloch é também aquela dualidade de um país que coloca lado a lado elementos contemporâneos e burgueses com elementos arcaicos e pré-modernos. Não se trata, portanto, de um país ainda agrário isolado da cena contemporânea, tampouco de um país que assumiu a modernidade em sua forma “clássica”, como a França e a Inglaterra, e sim de um caso daquela “simultaneidade dos não simultâneos”, que, na Rússia como no Brasil, alimentava a esperança de uma via própria e não

burguesa para uma sociedade de tipo superior. Assim como no caso da Rússia e do Brasil, Bloch reconhece isso como um caso particular da Alemanha — “o país clássico da não contemporaneidade” (BLOCH, 1991, p. 106, tradução nossa) —, que realizou muito tarde sua revolução burguesa, o que retardou a integração da vida agrária ao poder econômico do capital. É mais um caso do “ritmo desigual de desenvolvimento” do capitalismo, que também aqui não é encarado como mera desvantagem ou como problema a ser resolvido segundo a régua do progresso, mas como possibilidade de contradição e resistência. Assim como Marx teve de encarar a necessidade de reconhecer as formas heterogêneas que o capitalismo pode assumir fora do centro, Bloch também reformula a própria noção de capitalismo. Este é agora

*entidade polirrítmica e multiespacial, com vários cantos não dominados e, no entanto, mesmo assim não revelados nem resolvidos. Hoje, nem mesmo as infraestruturas econômicas desses cantos, i.e., as formas obsoletas de produção e troca, foram ultrapassadas, muito menos suas superestruturas ideológicas, muito menos os conteúdos autênticos da *irratio* ainda não definida. É justamente isso o que fornece o material para o anticapitalismo romântico desses estratos, em especial para o tipo realista-romântico* (BLOCH, 1991, p. 62, tradução nossa).

Particularmente nesse caso, a questão ganha contornos mais urgentes, não apenas porque, como na Rússia, o declínio da comuna agrária acarretaria a perda de uma chance histórica única, mas porque, na Alemanha das décadas de 1920 e 1930, a energia inconformista e rebelde da não contemporaneidade estava sendo mobilizada pelo nazismo, que entre outras coisas dispôs de estratégias para mobilizar a insatisfação e impulsos contra a modernização para as causas da reação. Contra o que Bloch clama: “Está na hora de arrancar essas armas das mãos da reação. Hora particularmente de mobilizar contradições dos estratos não contemporâneos contra o capitalismo sob direção socialista.” (BLOCH, 1991, p. 2, tradução nossa) Isso confere uma dramaticidade e urgência próprias ao caso alemão, que embora possa ter paralelo na leitura que o integralismo e o verde-amarelismo faziam do problema no Brasil, difere bastante da solução piadista e bem-humorada que Oswald encaminhava. É surpreendente ver como Bloch sustentava um certo otimismo e confiança na combinação entre as duas dialéticas para impedir o nazismo até mesmo em meados da década de 1930.

Um último aspecto que aproxima mais Bloch de Oswald do que dos russos, até por uma diferença no tempo, é que em ambos a problemática do país atravessado por temporalidades não contemporâneas afinava com um senso modernista em dia com as vanguardas artísticas de então. Bloch manifesta explicitamente seu interesse pelas técnicas de montagem, pelo expressionismo e pelo surrealismo ao longo do livro. É de se esperar que, quando se trata de olhar para uma perspectiva multifacetada, voltada à simultaneidade de estruturas diferentes, a montagem e o surrealismo venham a calhar. Mas é sobretudo no expressionismo que Bloch alinha a modernidade estética com a perspectiva da não contemporaneidade — lembrando aliás que ele foi

um dos protagonistas no debate *de esquerda* a respeito do expressionismo alemão¹⁷. O destaque vai para o anticapitalismo do expressionismo, que dependia da combinação entre “sombras objetivamente arcaicas” e “luzes revolucionárias”; entre os “lados sombrios” do submundo de uma subjetividade indomada e os “lados iluminados” do futuro (BLOCH, 1991, p. 236). Trata-se de uma integração do “não-mais-consciente” ao “ainda-não-consciente”, que servia a uma montagem com partes retiradas de diferentes lugares da face do mundo (BLOCH, 1991, p. 238). Bloch destaca repetidamente que a obra expressionista é composta de “imagens arcaicas” junto com uma “imaginação revolucionária” (BLOCH, 1991, p. 245). Nessa linha, era natural que pintores de países com independência recente, como Tchecoslováquia e Iugoslávia, encontrassem no expressionismo “uma forma de expressão que estava significativamente mais próxima de seu folclore nativo do que estilos artísticos anteriores” (BLOCH, 1991, p. 250, tradução nossa). Assim como para Oswald o programa primitivista das vanguardas parecia mais natural na periferia da Europa do que em seu centro.

Vamos encontrar o caminho de volta para Oswald e o Brasil. Claramente inspirado pela perspectiva de Bloch, Fredric Jameson, agora com horizonte no debate do pós-modernismo, reconheceu a simultaneidade dos não contemporâneos não como a marca específica dos movimentos artísticos em países relativamente atrasados, mas como a do modernismo estético em geral:

A arte moderna, a esse respeito, retirava seu poder e suas possibilidades por ser um remanso e um adiamento arcaico no interior de uma economia em modernização: ela glorificava, celebrava e dramatizava formas antigas de produção individual que o novo modo de produção, em outros lugares, estava a ponto de deslocar e apagar. A produção estética oferecia então a visão utópica de uma produção mais humana em geral; e no mundo do estágio monopolista do capitalismo, ela exercia um fascínio por meio da imagem que oferecia de uma transformação utópica da vida humana. [...] O Modernismo, portanto, deve ser visto como correspondendo unicamente a um momento desigual do desenvolvimento social, ou do que Ernst Bloch chamou de “simultaneidade do não simultâneo”, a “sincronia do não sincrônico” (*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*): a coexistência de realidades de momentos radicalmente diferentes da história — artesãos ao lado dos grandes cartéis, terras camponesas com as fábricas de Krupp ou a planta de Ford na distância (JAMESON, 1991, p. 307, tradução nossa).

Num texto um pouco mais recente, o autor retoma o argumento para explicar o grande fascínio do Modernismo pelo *tempo* (em contraste com o privilégio pós-modernista do espaço). Segundo ele, a grande fixação modernista pela temática (que vai avançar até mesmo em direção à filosofia, como em Bergson e Heidegger) se deve justamente ao fato de que o Modernismo foi uma cultura nascida da experiência de temporalidades desiguais, em que o ritmo próprio da modernidade capitalista coexistia com formas de vida anteriores, o que gerava uma temporalidade diferencial e ao mesmo tempo simultânea. Quer dizer, trata-se de uma “cultura da modernização incompleta” (JAMESON, 2011, p. 191). Como o argumento é retrospectivo, interessa a

¹⁷ Para uma documentação e um comentário excelentes do debate, ver o livro de Machado (2016).



O crítico literário Roberto Schwarz, autor, entre outras obras, de *Que horas são?*, livro no qual reúne um conjunto de ensaios em que identifica impasses e acertos da literatura e da cultura brasileiras



Foto: Bel Pedrosa/Divulgação

Jameson sobretudo sublinhar a situação contemporânea, em que o capitalismo do fim do século XX eliminou os lugares dessa experiência e criou um clima geral de simultaneidade espaçotemporal, na qual a antiga consciência modernista das coisas perde totalmente seu referente. Observe-se que, nos anos 1950, Adorno formulava exatamente o mesmo argumento a seu modo, dizendo que na relação entre cultura e sociedade há uma “dialética do não contemporâneo”:

Somente onde o desenvolvimento em direção ao mundo administrado, à modernidade social, ainda não se impôs totalmente, como na França ou na Áustria, é que floresce a modernidade estética, as vanguardas. Onde, no entanto, a realidade se encontra totalmente no padrão contemporâneo, a consciência é tendencialmente nivelada. Quanto mais ela se adapta à realidade integral sem atritos, mais é desencorajada a ir além do que existe (ADORNO, 2016, p. 136, tradução nossa).

O esquema histórico de explicação foi também secundado por Perry Anderson. Este recorre a uma tese de Arno Mayer, cujo livro *A força da tradição* (MAYER, 1987) chegou a ser traduzido no Brasil, mas creio que restem poucos de seus leitores. O argumento contraintuitivo de Mayer é que, ao contrário do que diz nosso senso comum histórico, somente poucos lugares podiam ser ditos plenamente modernos no início do século XX, pois na maior parte da Europa a modernização consistia apenas em ilhas cercadas por águas de persistência do Antigo Regime por todos os lados. O quadro sofrerá mudanças, mas sem ser eliminado, depois da Primeira Guerra Mundial, desaparecendo depois da Segunda Guerra. Em síntese: presença da contemporaneidade dos não contemporâneos em boa parte da Europa até a Segunda Guerra Mundial. No argumento de Perry Anderson, as consequências no plano da imaginação desse quadro foram notáveis, sendo essenciais para o modernismo estético. Este, em vez de ser expressão artística dos países plenamente contemporâneos do nível alcançado de modernidade, era produzido na verdade nos países onde a modernidade corria perante um grande pano de fundo ainda agrário, aristocrático, quando não feudal. Isso beneficiava, em vez de reprimir, o ímpeto modernista, graças a um condicionamento

triangular composto por: a) uma tradição de arte acadêmica, *contra a qual* se tratava de romper, mas que também fornecia códigos e recursos estéticos a serem aproveitados criticamente; b) a experimentação com novidades tecnológicas de uma perspectiva mais ingênua, em que as relações de produção às quais elas devem sua existência ainda não apareciam em países mais atrasados, o que permitia alimentar um entusiasmo incendiário com as novas técnicas, cujo futuro ainda era impreciso; c) o baixo desenvolvimento capitalista, uma burguesia fraca e um proletariado ainda não integrado davam mais folga à esperança revolucionária de que esse sistema não precisaria predominar, o que punha a esperança de sua supressão na ordem do dia. Daí o resumo tripartite de Anderson (1986, p. 9): “O Modernismo europeu nos primeiros anos deste século [XX] floresceu assim no espaço situado entre um passado clássico ainda utilizável, um presente técnico ainda indeterminado e um futuro político ainda imprevisível.”

Note-se um ar de família muito comum nas diferentes argumentações que estamos acompanhando até aqui: ao falar do Modernismo, Anderson e Jameson insistem em falar em temporalidades diferenciais, como Bloch defendia uma concepção multilinear de capitalismo; comentando os textos de Marx sobre o caso russo, Löwy também fala em concepção multilinear da história e Shanin se interessou sobretudo pela abertura do Marx tardio aos desenvolvimentos heterogêneos na periferia do capitalismo. Em todo caso, trata-se de criticar uma concepção evolutiva, etapista e unilinear da história, mostrando como a resistência e os modernismos estéticos dependiam de formas de modernização incompletas, que deixavam o espaço necessário para respirar o desejo subversivo por uma ordem diferente.

E quanto a Oswald? Em “Discutindo com Alfredo Bosi”, Roberto Schwarz retoma aquela descrição da utopia oswaldiana de que partimos:

Observem-se os manifestos de Oswald, que meio na piada jogam com a visão de um caminho de progresso *sui generis*, onde os lados simpáticos de nossa informalidade pré-burguesa — devidos à herança colonial — se combinariam sem sacrifício à experimentação técnica e libertária da arte de vanguarda, criando um exemplo revolucionário para o mundo, uma sociedade ao mesmo tempo espontânea e avançada, isenta dos males da civilização do presente (SCHWARZ, 1999, p. 82).

Um caso exemplar de contemporaneidade dos não contemporâneos, como se vê: não é que a informalidade herdada dos tempos de colônia fosse aproveitável por si só, mas é sobretudo sua contemporaneidade com elementos da civilização adiantada que tornava possível uma combinação única e eufórica:

Naqueles anos, marcados pela crise da ordem liberal e capitalista, pelo fascismo e pela Revolução Soviética, os traços não burgueses decorrentes de séculos de segregação apareciam à imaginação sob prismas inesperados. Além de obstáculos ao progresso, figuravam também como inspiração e base presente para um futuro melhor, despido das alienações contemporâneas. Nesse sentido, note-se a promessa de naturalidade e graça que a sujeição apenas parcial do povo ao dinheiro, à gramática normativa, a modalidades modernas do trabalho, ao Estado, à Igreja oficial etc. parecia encerrar para os modernistas (SCHWARZ, 1999, p. 83).

A modernização incompleta, justaposta a elementos populares legados pelo passado, permitia não apenas resistir aos efeitos negativos e indesejáveis do progresso, que é encarado em chave crítica, mas aproveitar como que ludicamente seus elementos mais interessantes. Da mesma forma, a tradição não é encarada abstratamente, sendo evidente que não é seu aspecto tradicionalista que interessa incorporar, mas o ângulo popular, informal e folclórico. Em todo caso, o que se entende por modernização, atraso, progresso etc., fica sempre retirado dos lugares comuns.

Retomando essa utopia oswaldiana à luz do estudo comparativo com teóricos críticos do centro do capitalismo (e vice-versa), o que sobressai é que a relação distanciada e livre com a modernidade, beneficiada por seu desenvolvimento desigual, e que a elaboração alegórica do Brasil feudal-burguês como via própria e não burguesa para uma sociedade superior original, aparecem não apenas como peculiaridades do Modernismo brasileiro, mas o Modernismo *enquanto tal* dependia dessa mesma combinação de temporalidades diferenciais, *que aqui estariam reunidas de maneira exemplar*. Como já citamos, Oswald gostava de brincar dizendo que já tínhamos o comunismo e o surrealismo e que, portanto, bastava ver as coisas com olhos livres para colher a poesia pronta nos fatos. As vanguardas aqui se realizavam sem esforço. Na mesma linha, o programa primitivo das vanguardas, conquistado a duras penas na Europa, aqui jorrava da vida cotidiana. Nesse espírito, Schwarz destacou como fazia parte do programa oferecer o Brasil como exemplo ao mundo. Essa era a via própria, bastante bem-humorada, pela qual Oswald contemporizava nossa não contemporaneidade, o que valeria então para o Modernismo internacional como um todo. Digamos que é que como se fosse mais fácil ser modernista no Brasil do que na Europa, já que a dialética da não contemporaneidade de que o movimento depende era aqui um fato ainda mais saliente.

Quando passamos a Marx e notamos a extrema proximidade entre essas reflexões e as intervenções do crítico materialista na questão russa entre 1875 e 1881, então vemos como nossos modernistas — pois muito do que dissemos aqui encontraria paralelo em Mário de Andrade também — elaboravam esquemas que coincidiam com ideias que Marx estava desenvolvendo no último período de sua vida a respeito das chances históricas únicas que a dialética da não contemporaneidade gerada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo pulverizava na periferia do sistema. A esperança de queimar a fase burguesa de desenvolvimento, aproveitando estruturas supostamente arcaicas e os ganhos mais avançados da civilização capitalista, parecia então estar entrando na cena da história contemporânea com bastante força, movimento ao qual nossos modernistas estavam somando esforços de maneira espontânea, sem conhecimento dessas relações.

O estudo comparado dessas propostas indica, abstraindo as diferenças, que existe um fundo comum apontando *alternativas globais* que buscavam dar relevância para o atraso relativo na história contemporânea como um todo. Em todos esses casos, tratava-se de: a) questionar a concepção evolutiva e unilinear do progresso do capitalismo, tanto como *fato* quanto como *norma* a ser seguida; b) revisar a natureza própria do capitalismo, agora entendido como desenvolvimento desigual e combi-

nado capaz de criar situações heterogêneas, não obedecendo a um mesmo esquema sempre; c) reconhecer que, para se beneficiar dos ganhos civilizatórios, não é preciso repetir endogenamente as etapas das quais eles resultam; d) ganhar para o futuro pós-burguês as virtudes do passado pré-burguês, que ofereciam resistência às regressões geradas pela racionalização capitalista.

Em todos esses pontos, o saldo principal é sempre fugir a uma concepção tecnicista e progressista, no mau sentido, da modernização capitalista, que levou parcela da esquerda, no mundo inteiro, a desenvolver uma afinidade prática bastante prejudicial com o curso do mundo contemporâneo. No caso do Brasil, país endemicamente marcado pelo descompasso entre sua realidade e a norma civilizada, que exigiria saltos de desenvolvimento para acertar o passo com o centro, essa concepção oferecia um elemento crítico interessante, mas muito ignorado pelo progressismo que vigorou e ainda vigora muito por aqui — o “solzinho progressista”, na fórmula lapidar de nosso autor (ANDRADE, 1972b, p. 148).

* Graduado em Filosofia e em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC), onde realizou pesquisa sobre *Crítica e crise*, de Reinhardt Koselleck. Mestre em Filosofia pela mesma instituição, mediante pesquisa sobre o debate entre Jürgen Habermas e Hans-Georg Gadamer. Doutorando em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP), desenvolvendo pesquisa sobre a relação entre história e interpretação em Theodor W. Adorno. E-mail: feliperibeiro1848@gmail.com

► Texto recebido em 9 de setembro de 2021; aprovado em 11 de Janeiro de 2022.

- ADORNO, Theodor W. Kultur und Verwaltung. In: _____. **Gesammelte Schriften 8: Soziologische Schriften I**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2016.
- ANDERS, Günther. **Le temps de la fin**. Paris: L'Herne, 2007.
- ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 14, p. 2-15, 1986.
- ANDRADE, Oswald de. A marcha das utopias. In: **Obras completas 9: do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.
- _____. Manifesto antropofágico: In: **Obras completas 9: do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.
- _____. Manifesto da poesia pau-brasil. In: **Obras completas 9: do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.
- _____. **Obras completas 5: Ponta de lança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972a.
- _____. **Obras completas 7: poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972b.
- _____. **Obras completas 10: Telefonema**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial. In: **Obras completas 9: do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978d.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era de emergências**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. **Sentimento da dialética: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. São Paulo: [s.n.], 2021.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN, Walter et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores.)
- BLOCH, Ernst. **Heritage of our times**. Oxford: Polity Press, 1991.
- CAMPOS, Haroldo de. Uma poética da radicalidade. In: ANDRADE, Oswald de. **Obras completas 7: poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: _____. **O discurso e a cidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.
- _____. Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- _____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- DANTAS, Vinícius. O capital e o canibal: a arte do Telefonema de Oswald de Andrade. In: **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 210-227, 2015.
- DÓRIA, Carlos A. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1998. v. 3.
- ENGELS, Friedrich. Literatura de refugiados. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- ENGELS, Friedrich. Posfácio [a Questões sociais da Rússia], 1894. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- FROMM, Erich. Die sozialpsychologische Bedeutung der Mutterrechtstheorie. **Zeitschrift für Sozialforschung**, Paris, n. 3, v. 2, p. 196-227, 1934.
- JAMESON, Fredric. O fim da temporalidade. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 187-206, 2011.
- _____. **Postmodernism: or, the cultural logic of late capitalism**. Durham: Duke University Press, 1991.

LÖWY, Michael. Introdução: dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. Die Gegenwartsbedeutung des kritischen Realismus (1957). In: _____. **Werke IV**: Probleme des Realismus I. Berlin: Luchterhand, 1971a.

_____. Zur Frage der Satire (1932). In: _____. **Werke IV**: Probleme des Realismus I. Berlin: Luchterhand, 1971b.

MACHADO, Carlos E. J. **Um capítulo da história da modernidade estética**: debate sobre o expressionismo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MAMMÌ, Lorenzo. **A fugitiva**: ensaios sobre música. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

MARX, Karl. Carta à redação da Otechestvenye Zapiski, 1877. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição russa do Manifesto comunista, 1882. In: _____. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYER, Arno J. **A força da tradição**: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROSENFELD, Anatol. O processo histórico e a energia atômica. In: _____. **Texto/contexto II**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Complexo, moderno, nacional e negativo. In: _____. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a.

_____. Discutindo com Alfredo Bosi. In: _____. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Nacional por subtração. In: _____. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b.

_____. O bonde, a carroça e o modernista. In: _____. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987c.

_____. Pressupostos, salvo engano, de. Dialética da malandragem. In: _____. **Que horas são?**. São Paulo: Cia das Letras, 1987d.

SHANIN, Teodor. Late Marx: gods and craftsmen. In: _____. (Ed.). **Late Marx and the Russian road**: Marx and "the peripheries of capitalism". New York: Monthly Review Press, 1983.

WADA, Haruki. Marx and the revolutionary Russia. In: SHANIN, Teodor (Ed.). **Late Marx and the Russian road**: Marx and "the peripheries of capitalism". New York: Monthly Review Press, 1983.

ZASULITCH, Vera I. Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Um lírico cismado e moderno: interpretação do Brasil no primeiro Drummond

A moody and modern lyrical poet:
interpretation of Brazil in the first Carlos
Drummond de Andrade

ALEXANDRE PILATI*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.008>



Arquivo Nacional/Funco Correio da Manhã

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), poeta mineiro, em foto de 1970

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura dos primeiros livros de poemas de Carlos Drummond de Andrade, considerando-os como uma superação precoce das principais contradições do primeiro momento do Modernismo brasileiro, especialmente no que se refere à expressão de uma identidade nacional através do resgate de uma brasilidade não oficial, como pretendido pelos primeiros modernistas. A hipótese central do artigo é a de que a poética do jovem Drummond configura-se formalmente para evidenciar os limites do projeto modernista ao constituir sobretudo uma poesia de desconfiança do nacionalismo modernista e de problematização da vida brasileira.

Palavras-chave: Modernismo. Poesia brasileira. Carlos Drummond de Andrade. Identidade nacional.

ABSTRACT

This article presents a reading of Carlos Drummond de Andrade's first books of poems, considering them as an early overcoming of the main contradictions of the first moment of Brazilian modernism, with special focus on the expression of a national identity through the rescue of an unofficial Brazilianness as intended by the early modernists. The main hypothesis of the article is that the poetics of young Drummond are formally configured to highlight the limits of the modernist project by constituting itself above all as a poetry of distrust to modernist nationalism and by problematizing Brazilian life.

Keywords: Modernism. Brazilian poetry. Carlos Drummond de Andrade. National identity.

1. ENTRE CARLOS E MÁRIO

Muita coisa na obra de Drummond o diferencia dos primeiros autores do Modernismo brasileiro. Em grande medida e sem exageros, sua poesia pode ser considerada mais moderna e menos modernista que a de Mário ou Oswald de Andrade. Sua lírica limpa-se de obrigações beligerantes e equaciona os dados da modernidade peculiar de um país tão difícil de definir como o Brasil. Livros como *Alguma poesia* e *Brejo das almas*, por isso, ganham a importância dos acontecimentos que dividem períodos e instauram novas diretrizes para o futuro. Investiguemos um pouco mais a fundo essa peculiaridade do poeta de Itabira.

Drummond, desde o início de sua vida literária, demonstrou preocupar-se com a realização de uma obra meditada a fundo e com meticulosidade. Não são poucos os autores que aludem ao cuidado do autor com a publicação de seu primeiro livro, *Alguma poesia*, que sai apenas em 1930. Os poemas desse livro foram produzidos bem antes e circularam, no estreito grupo de modernistas mineiros, a partir de 1925, inicialmente em três números de *A Revista*, que divulgava o Modernismo em Belo Horizonte.

Muito tempo depois, nas conversas radiofônicas com Lya Cavalcanti que seriam publicadas sob o título de *Tempo, vida, poesia: confissões no rádio*, Drummond ainda lembraria os primeiros contatos com Mário:

Mário foi um caso especial, desses acontecimentos instantâneos, que nos fazem quase adivinhar o futuro: daí por diante haverá um elemento novo em nossa vida intelectual. Descobrimos um veio de ouro. Mas veio de ouro não define bem o que senti diante da figura literária dele. Não era riqueza a explorar, com maior ou menor esforço. Era riqueza dada sem condições, a não ser a de merecê-la por nós mesmos. O que Mário esperava de nós não era que o seguissemos, mas que nos descobrissemos a nós mesmos, ao que pudesse haver de bom em nós, no sentido de inquietação, desejo de investigação e reflexão: queria (e foi explicitando isto nas cartas que passaria a nos escrever, paciente, pedagógico, obstinado) que adquiríssemos consciência social da arte e trabalhássemos utilitariamente nesse sentido, pela descoberta ou redescoberta gradativa do Brasil em nós, atualizados e responsáveis. Nunca segui a fundo a lição de Mário, mas o pouco de ordem (sob a desordem superficial) que passei a pôr no que escrevia é consequência da ação dele para me salvar do individualismo e do esteticismo puro (ANDRADE, 2003b, p. 1.246-1.247).

Veem-se, na fala do poeta, alguns elementos importantes para entender sua posição na história do Modernismo brasileiro. Primeiramente, a profunda ligação intelectual entre Carlos e Mário. Em seguida, a lição de empenho, que passa do paulista para o mineiro, com algumas adaptações. Por fim, vislumbra-se algo do projeto consciente de publicação que Drummond imprime a sua obra, sob os conselhos do amigo paulista.

A dimensão política dessa poética de interpretação do país reside no fato de que o Eu lírico de Drummond representa claramente um grupo social: o da oligarquia rural que tem de se reorganizar politicamente, a partir do início do século XX, ocupando a cidade por meio da indústria e da burocracia

Na correspondência mantida com Carlos, Mário critica a obra do mineiro e aconselha-o até mesmo sobre a ordem dos poemas que se publicariam em *Alguma poesia*. As palavras de Mário são significativas: “‘Explicação’ peso-pesado. Mesma coisa que ‘Eu protesto’ porém sem besteiras e muito mais melhor. Forte mesmo. Eu botaria isso no começo do livro que nem Prefácio.” (ANDRADE, 1988, p. 90) “Explicação” é, de fato, um dos poemas mais fortes do volume e, talvez, mais diretamente ainda do que o “Poema de sete faces”, traduza o espírito do lirismo de *Alguma poesia*, o que mostra a consciência de Mário em relação à poética do amigo que lhe dedica o livro. Basta lembrar os versos de “Explicação”:

Meu verso me agrada sempre...
 Ele às vezes tem o ar sem-vergonha de quem vai dar uma cambalhota,
 mas não é para o público, é para mim mesmo essa cambalhota.
 Eu bem me entendo.
 Não sou alegre. Sou até muito triste.
 A culpa é da sombra das bananeiras de meu país, esta sombra mole, preguiçosa.
 (ANDRADE, 2003a, p. 36)

A sintonia dos versos de “Explicação” com o Modernismo de Mário é evidente. Entre Carlos e Mário, portanto, como se vê, há um encadeamento que evidencia o vigor e os limites do sistema literário brasileiro. Por isso, a correspondência entre os dois é, certamente, um dos capítulos mais significativos da história da literatura brasileira. É um dos poucos momentos em que se realizou, às claras e de modo fundamental, a “passagem de bastão” que é tão cara à ideia formativa.

Drummond não começa *da capo*. Começa do diálogo demorado, profundo e profícuo com o mestre do primeiro momento modernista, ele próprio um dos intérpretes do Brasil de maior disposição e alcance analítico. Mário foi alguém que, como se pode perceber na fala de Drummond, quis fazer literatura — na esteira dos roman-

cistas românticos — como “instrumento de descoberta e interpretação”. Atesta-se isso, por exemplo, em trecho de outra carta do poeta de *Pauliceia desvairada*:

Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrifício é grandioso, é sublime. [...] A língua que escrevo, as ilusões que prezo, os modernismos que faço são pro Brasil [...] Os gênios nacionais não são de geração espontânea. Eles nascem porque um amontoado de sacrifícios humanos anteriores lhes preparou a altitude necessária de onde podem descortinar e revelar uma nação (ANDRADE, 2003b, p. 202-203).

Há, no alerta de Mário, um impressionante sentido da missão que deve passar de um escritor a outro e que configura algo sempre presente na produção poética de Drummond: a preocupação com o país. Esse sentido de missão, passando de Mário a seu correspondente mineiro, envolve a consciência da literatura como problema, o que mobilizou Drummond a lançar mão dos recursos modernistas não para tentar resolvê-lo, mas para aprofundá-lo, discutindo-o e estendendo-o até o limite.

O sentido de missão, talvez o melhor ensinamento do amigo Mário, fica bem claro na já famosa declaração presente em “Autobiografia para uma revista”, que integra o volume *Passeios na ilha*:

Entendo que poesia é negócio de grande responsabilidade, e não considero honesto rotular-se poeta quem apenas verseje por dor de cotovelo, falta de dinheiro ou momentânea tomada de contato com as forças líricas do mundo, sem se entregar aos trabalhos cotidianos e secretos da técnica, da leitura, da contemplação e mesmo da ação. Até os poetas se armam, e um poeta desarmado é, mesmo, um ser à mercê das inspirações fáceis, dócil às modas e compromissos (ANDRADE, 2003b, p. 929).

2. O POETA E O PAÍS

Ao que parece, toda a obra de Drummond (com especial ênfase nessa primeira fase) é um esforço para a desmistificação da situação do poeta e da sociedade brasileira. O passo decisivo que o mineiro dá para isso é rejeitar a poesia dita agradável, que compactua “com a sociedade que a transformou em privilégio” (COSTA, 1993, p. 317). Rejeitando o agradável, Drummond opta pela violência. Uma violência nem sempre óbvia, direta ou contundente; uma violência que vem do fato de o poeta ter-se armado com a força dos problemas do indivíduo inserido na realidade nacional, nisso indo algo além dos primeiros modernistas. Em Drummond, o mundo patriarcal e a modernização periférica estão em primeiro plano. A lição da técnica de vanguarda, por sua vez, é utilizada como convenção consolidada envolta em espectro autocrítico.

A dimensão política dessa poética de interpretação do país reside no fato de que o Eu lírico de Drummond representa claramente um grupo social: o da oligarquia rural que tem de se reorganizar politicamente, a partir do início do século XX, ocupando a cidade por meio da indústria e da burocracia, que ganham oportunidade e

motor com o aprofundamento do movimento de desenvolvimento e industrialização do país. A voz que fala em *Alguma poesia* e em *Brejo das almas*, de certa forma, somatiza e antecipa essa experiência de rearranjo do poder político, condensando, no lirismo, o repertório de violência, atraso e injustiça que permanece sem superação, não obstante a modernização.

Nesse sentido é que se pode afirmar a presença de um outro realismo em Drummond. Um realismo, na perspectiva de Auerbach (2002), que está mais na sua capacidade de captar formalmente o movimento da sociedade que lhe foi contemporânea e menos no uso do retrato pitoresco do país.

O que chamamos de realismo drummondiano é uma representação da vida, com força capaz de equiparar-se à própria vida, não somente às representações literárias dessa mesma vida. A lírica de Drummond aparece como algo que está à altura dos conflitos da própria existência humana. O realismo drummondiano lembra o que afirma o Auerbach de *Mimesis* em sua caracterização do realismo do século XX:

o escritor atinge a impressão mencionada colocando-se a si próprio, por vezes, como quem duvida, interroga e procura, como se a verdade acerca da sua personagem não lhe fosse mais bem conhecida do que às próprias personagens ou ao leitor. Tudo é, portanto, uma questão de posição do escritor diante da realidade do mundo que representa (AUERBACH, 2002, p. 482).

Trata-se de uma representação do mundo e de si mesmo inquieta e pautada pela dúvida. Assim, o país apresentado por Drummond é o das classes sociais, mais do que a pátria pitoresca e mítica da “cor local”. Seu realismo é soma de valor estético universal (dado o desembaraço no uso das conquistas estéticas da vanguarda) e conhecimento profundo da realidade histórica brasileira. Conforme afirma Lima (1995, p. 133), Drummond “se distingue pela apreensão consequentemente realista. Contra uma projetiva mítica, a sua obra propõe uma projetiva realista, marcada até as entranhas pela ideia de corrosão que desgasta seres e coisas.”

3. UM NOVO OLHAR BRASILEIRO

Para focar a primeira poesia de Drummond como diferenciação do Modernismo heroico em termos formais, retomaremos uma afirmação de Lafetá (2004a) sobre o poeta. Segundo ele, encontramos algo nos versos drummondianos que não é verificado nos demais modernistas, não obstante o sentido de grupo que sempre animou a produção de todos eles, o qual fazia as saídas estéticas e ideológicas encontradas por um serem adotadas, transformadas e incorporadas por outro. Essa diferença, segundo Lafetá (2004a, p. 416), é

uma espécie de supervalorização do olhar e das imagens deste derivadas, a qual nada tem de pitoresco, e talvez — se a hipótese for plausível — seja mais reveladora de certos conflitos da subjetividade do poeta do que da ideologia modernista do Brasil como país novo, a ser redescoberto.



Arte: Livia Magalhães/ Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade

Para Lafetá (2004b), o olhar, especialmente na série de oito poemas sobre cidades intitulada “Lanterna mágica” de *Alguma poesia*, realiza um movimento lírico que promove a identificação entre o que está no Eu e o que se passa na paisagem. Assim, para além da nota localista de retrato do interior mineiro, “Lanterna mágica” expõe a identificação fundamentalmente lírica entre o Eu e a cidade. Essa identificação fica clara em “Belo Horizonte”, primeiro poema da série. Leiamos outra vez o poema, verificando como é estabelecido o processo apontado por Lafetá:

Meus olhos têm melancolias,
 minha boca tem rugas.
 Velha cidade!
 As árvores tão repetidas.
 Debaixo de cada árvore faço minha cama,
 em cada ramo dependuro meu paletó.
 Lirismo.
 Pelos jardins de *versailles*
 Ingenuidade de velocípedes.

E o velho fraque
 na casinha de alpendre com duas janelas dolorosas.
 (ANDRADE, 2003a, p. 10)

Lafetá (2004a) chama nossa atenção para o fato de que o texto está envolvido em um clima de ambiguidade e estranhamento conseguido graças à utilização da técnica bem modernista da superposição (a mesma do “Poema de sete faces”). De quem seriam os olhos melancólicos e as rugas da boca? Do Eu ou da jovem cidade de Belo Horizonte, que, à época da composição do poema, contava pouco mais idade que o poeta. Este tinha 25 anos; aquela completara apenas 30. A palavra lirismo corta o po-

ema em verso rápido, como a evidenciar essa confusão: o Eu é a cidade, a cidade é o Eu. Lembremos também o poema “Coração numeroso”:

A rua acabou, quede as árvores? a cidade sou eu
a cidade sou eu
sou eu a cidade
meu amor.

(ANDRADE, 2003a, p. 20)

Ao final de “Belo Horizonte”, há uma transfiguração que atesta bem a fusão enunciada em “Coração numeroso” de Eu e cidade: o Eu que fala se torna máscara e passa a ser referido em terceira pessoa. Essa máscara é formada imagetivamente pela geometria da casinha de alpendre, onde as janelas são os dolorosos olhos do poeta.

A análise de Lafetá (2004a), rápida sem deixar de ser profunda, para por aí, deixando, entretanto, diversos caminhos críticos a que se pode dedicar o estudioso do Eu lírico drummondiano. Eis, no mínimo, um bom ponto de partida: o primeiro Drummond configura-se como superação do pitoresco modernista, uma vez que, pelo motivo do olhar, amalgama mundo e coração numa só nota especificamente brasileira. Assim, pode-se dizer que a interpretação do país nessa parte de sua obra chega mais pela via da natureza de seu lirismo e menos pela paisagem tipicamente mineira apresentada pelo conteúdo. Trata-se de uma poética que identifica Eu e cidade, alegorizando, no sentimento e na forma, a narrativa da nação e não descrevendo miticamente a “cor local” do país.

Explorando um pouco as pistas deixadas por Lafetá (2004a) a respeito do motivo do olhar, podemos levantar duas características de Drummond que ajudam a enxergar o poeta como um intérprete do Brasil que aprofunda as contradições do clima modernista. Uma delas é a via da ambiguidade e do estranhamento. A outra é a presença superposta velho/novo. Visto que Eu e cidade amalgamam-se, podemos dizer que essa ambiguidade de tom conseguida pelos procedimentos poéticos da vanguarda, associada a um fundo “sentimental” romântico, que chega ao leitor pela via do olhar, dá conta de uma realidade nacional ambígua e estranha. Isso, entretanto, não é necessariamente novidade em relação aos demais poetas do primeiro Modernismo. A novidade está na cunha que a *persona* ambígua coloca entre o código vanguardista e a representação do país. A ambiguidade é um dos vetores do sentido *gauche* drummondiano. À ambiguidade da forma, em “Belo Horizonte”, corresponde uma ambiguidade de conteúdo, que apresenta uma sobreposição entre o velho e o novo.

Voltando a “Belo Horizonte”, causam estranhamento as rugas na boca do poeta jovem, o adjetivo *velho* apostado à cidade tão nova (30 anos ainda!), o fraque, o alpendre da provinciana casinha mineira. Tudo isso está, aparentemente, a demonstrar, *dolorosamente*, que algo de arcaico permanece na novidade, como a casinha pitoresca que forma a face do moderno poeta. Isso se dá não apenas na paisagem, mas também na subjetividade que se apresenta ao leitor do poema. Na contraposição de vocábu-



Foto: Arquivo Público Mineiro

Bondes cortam a paisagem urbana de Belo Horizonte no final da década de 1920

los “*versailles/velocípedes*”, a dicotomia se aprofunda graças ao elemento estrangeiro, racionalizador do espaço urbano de Belo Horizonte, justaposto ao elemento ingênuo local. Há alguma coisa que escapa ou que foge ao projeto modernista aí. Algo que o Eu não consegue definir, mas que atravessa a constituição moderna da sua subjetividade.

Certamente não seria forçar a nota da interpretação afirmar que o poema lido encaminha o leitor para a reflexão sobre o real problema a ser enfrentado pelo Modernismo. Um problema que não está na paisagem, mas na interferência da subjetividade nessa paisagem: interferência poética e política. Cosmopolitismo e particularismo, arcaico e moderno são pares dialéticos que marcam o processo formativo brasileiro. Marcam também a subjetividade lírica de Drummond. Assim, o leitor tem diante de si um estratagema formal que vamos tentar destrinchar.

O olhar, base desse estratagema que junta mundo e coração num só impasse, aparece repetidas vezes em estrofes de *Alguma poesia*, gravando-se de modo cabal nos famosos versos de dois dos mais emblemáticos poemas do tempo:

O bonde passa cheio de pernas:
Pernas brancas pretas amarelas.
Pra que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.
Porém meus olhos
não perguntam nada.
(ANDRADE, 2003a, p. 5)

Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
(ANDRADE, 2003a, p. 16)

4. DO OLHAR À CISMA

Pelo motivo do olhar, chega-se a outro traço decisivo para o primeiro Drummond diferenciá-lo dos primeiros modernistas: o seu caráter de “cisma”. Arrigucci Jr.(2002) enfoca a característica “sentimental” drummondiana, conforme o sentido que dão à palavra os primeiros românticos, na esteira de Schiller. O termo *sentimental*, segundo ele, abarca não apenas sentimentalismo, como o sentido mais corrente da palavra pode sugerir. Trata-se de um “sentimento refletido”, que se encontra na poesia dita “pensamentada”, tão significativa no autor itabirano. Esse pensamento, assim como nos primeiros românticos, é autorreflexivo, pois representa um debruçar sobre si mesmo.

A reflexividade sentimental é percebida logo no primeiro texto de *Alguma poesia*, o famoso “Poema de sete faces”, no qual se verifica um caráter eminentemente contraditório. A força da contrariedade é, de fato, um dos matizes mais característicos da lírica “pensamentada” de Drummond e sempre foi grifada por diversos críticos, desde Mário de Andrade (1960) e Antonio Candido (1995) até o próprio Arrigucci Jr. (2002). A *persona* sentimental que enuncia o discurso no poema de Drummond é, ao mesmo tempo, discreta e corrosivamente irônica; confidente e acintosa; agressiva e confessional, combinando, assim, gracejo e gravidade. Inquietudes típicas de um Eu que se incomoda com o próprio problema da expressão.

Esses são traços típicos do esforço intelectual de formação do país e de seu arcabouço de ideias. Por isso, propomos aqui outro nome para a “sentimentalidade reflexiva” romântica de Drummond. *Cisma* parece um bom termo para traduzir o modo especial de reflexividade drummondiana. *Cisma* significa “devaneio”, “sonho”, “fantasia”, “absorção em pensamentos”. Também pode significar “preocupação”, “inquietação”. Conforme o uso popular brasileiro da palavra, *cisma* também indica “capricho”, “teima”, “obstinação”. Traços bem característicos do intelectual brasileiro, que se condensam no personagem já referido anteriormente, do poema “Itabira”, o qual “só na porta da venda cisma na derrota incomparável”.

Seguindo a ideia de “cisma” característica do Eu lírico, pode-se acrescentar à análise de Arrigucci Jr. (2002) o fato de que essa postura representa uma dificuldade de dar conta do país, própria não apenas do Modernismo do primeiro momento, mas também das grandes interpretações do país. A inquietude “cismada” em Drummond, então, pode ser sintoma de um problema “cognitivo”, inerente à prática intelectual em um país como o Brasil. É um problema formativo, em última análise. Se uma das grandes questões do Modernismo era o desrecalque nacionalista, Drummond faz-lhe adendos: é possível conhecer o país que se deseja desrecalcar? Quais são os limites dessa empreitada intelectual? Em que medida, para os intelectuais, é possível conhecer o país que desejam retratar na literatura e no ensaísmo? A figura do Eu “encalacrado em situações aporéticas” (ARRIGUCCI JR., 2002, p. 59) não estaria alegorizando o encalacrado do próprio intelectual modernista?



Foto: Carolina Cadaval/DeviantArt

Estátua de Drummond no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro (RJ)

Notemos como cisma e aporia são o tom de alguns dos versos mais lembrados de *Alguma poesia* e *Brejo das almas*. Basta lembrar, por exemplo, dos versos de “Sabará”:

Eu fico cá embaixo
 imaginando na ponte moderna — moderna por quê?
 [...]

 Ai tempo!
 Nem é bom pensar nessas coisas mortas, muito mortas.
 (ANDRADE, 2003a, p. 10)

A marcar as fronteiras desse enclacramento do Eu estão dois símbolos que figuram na experiência nacional e na poética de Drummond: a cidade e a província, que evidenciam, por sua vez, duas faces do Brasil que se atritavam de maneira evidente à época. Aludida na interpretação do poema “Belo Horizonte” realizada acima, a convivência atritante entre atraso e desenvolvimento é um catalisador da poética drummondiana e mostra que se o atraso não é superado, tampouco o desenvolvimento chega de maneira definitiva e ampla.

Mais do que tema, entretanto, arcaísmo e modernidade enfeixam a forma do poema, como se pode perceber tanto nos recursos de vanguarda associados a um tipo arcaico de romantismo sentimental quanto na construção rítmica dos versos dos poemas, que ora se estendem livres pelas estrofes, ora se regulam por métricas românticas e mais populares, ora se fraturam, confundindo verso livre e metrificação. Como afirma Costa (1993, p. 311), o jogo de Drummond com os ritmos também tem função de “arma crítica”. O atraso fica presente, então, no bojo do desenvolvimento brasileiro, dando-lhe motor e dinamismo. Eis uma nota específica do país, que a poética de

Mais do que tema, entretanto, arcaísmo e modernidade enfeixam a forma do poema, como se pode perceber tanto nos recursos de vanguarda associados a um tipo arcaico de romantismo sentimental quanto na construção rítmica dos versos dos poemas, que ora se estendem livres pelas estrofes, ora se regulam por métricas românticas e mais populares, ora se fraturam, confundindo verso livre e metrificação

Drummond formaliza por meio dessa inquietude contraditória do Eu, que se revolve na aporia, não dando conta de apreendê-la por completo.

Desrecalcar o país, como queriam os modernistas, parece estar mostrando Drummond, era algo que envolvia considerar a luta de classes que garantia o nervo histórico da viragem cultural. Note-se, por exemplo, a explicação feita pelo poeta a respeito do título de *Brejo das almas*:

Brejo das Almas é um dos municípios mineiros onde os cereais são cultivados em maior escala. Sua exportação é feita para os mercados de Montes Claros e Belo Horizonte. Há também grande exportação de toucinho, mamona e ovos. A lavoura de cana-de-açúcar tem-se desenvolvido bastante. Ultimamente, cogita-se da mudança do nome do município, que está cada vez mais próspero. Não se compreende mesmo que fique toda a vida com o primitivo: Brejo das Almas, que nada significa e nenhuma justificativa oferece. *D'A Pátria*, 6/8/1931 (ANDRADE, 2003a, p. 42).

Hoje o antigo município Brejo das Almas chama-se Francisco Sá e é a terra do alho. Retirada de um jornal da época, cujo tom é quase laudatório, e colada no seu livro, a citação feita por Drummond dá a ver o clima e os limites que uma “salvação onomástica” apresenta. Tal salvação é, no fundo, um microexemplo irônico da operação modernista de salvamento e mitificação do pitoresco brasileiro. Mudado o nome para Francisco Sá, a pequena cidade permaneceu afundada em um brejo histórico, que é a topografia alegórica por onde passeia o Eu lírico dos poemas do volume, refletindo o seu “coração maior que o mundo” e inquietando-se com ele. É como houvesse um alerta silencioso no trato de Drummond com a apreensão da técnica de vanguarda e com o desrecalque nacional perseguidos pelo primeiro Modernismo, conforme

atestava a carta de Mário de Andrade citada anteriormente. Em *Brejo das almas*, vê-se uma forma de crítica ao Modernismo que, a seu modo, expõe algo semelhante ao que Roberto Schwarz (1987, p. 25-26) enxergou presente na poética de Oswald de Andrade:

Com os meios da literatura mais radicalmente anti-ilusionista, ou anti-aurática, para falar com Walter Benjamin, Oswald procurou fabricar e “auratizar” o mito do país não oficial, que nem por isso era menos proprietário. Hoje todos sabemos que as técnicas da desidentificação brechtiana são usadas na televisão para promover a nossa identificação com marcas de sapólio. Por isso mesmo é interessante verificar que já ao tempo de sua invenção, quando o mordente seria máximo, esses procedimentos por si sós não bastavam para esquivar ambiguidades.

Talvez porque a questão não fosse “esquivar-se das”, e sim “assumir as” ambiguidades. A ironia que aparece no recolhimento e colagem da citação noticiosa que inicia *Brejo das almas* é semelhante à dos poemas que compõem o livro e são forma literária e crítica que o discurso assume graças à inquietude do Eu lírico *gauche*. A *gaucherie* tem uma força histórica decisiva e um nome mais concreto: obliquidade. Oblíquo, ou seja, sinuoso e, às vezes, evasivo, é também o discurso do intelectual modernista enlacrado entre o projeto estético e o projeto ideológico do movimento, que resgatava um país não oficial, mas não “menos proprietário”.

A obliquidade é caracterizada por Arrigucci Jr. (2002) na clivagem poética do *chiste*. Segundo ele, é o *chiste* que permite, com excelente resultado poético, conectar objetos distintos ou separados, ou mesmo evidenciar a discordância do que está aparentemente conectado. Em suas palavras, o *chiste* é “um modo de catalisar a poesia, apoiando-a numa forma de sintaxe capaz de juntar em liga estreita elementos divergentes e contrastantes” (ARRIGUCCI JR., 2002, p. 31).

Acrescentamos aqui algo importante: se essa liga é estreita, não é totalmente homogênea, e o seu valor poético reside justamente no fato de que ela deixa ver certas costuras e contrastes que não desaparecem na operação de unificação da contrariedade promovida pela forma poética drummondiana. Há, pois, algo de irreparável na sua poesia, que pode dar a ver o irreparável do país. Não se pode esquecer o verso acima citado do poema “Aurora”, de *Brejo das almas*: “Tudo era irreparável.” É um desconcerto que desconcerta e que está na fonte da violência contra o leitor em “Explicação”:

Aquela casa de nove andares comerciais
é muito interessante.

A casa colonial da fazenda também era...
no elevador penso na roça,
na roça penso no elevador.

Quem me fez assim foi minha gente e minha terra
e eu gosto bem de ter nascido com essa tara.

(ANDRADE, 2003a, p. 36)

Aí estão todos os elementos da poética drummondiana de interpretação nacional que até aqui foram delineados: a fratura de ritmo, a violência, a contrariedade, a cisma, o enclacramento do eu, o irreparável, o desrecalque local filtrado pela crítica e o retrato da subjetividade do filho-família dividido entre o arcaico e o moderno. Tudo isso crivado pela obliquidade, que marca a concentração que o Eu lírico drummondiano faz sobre si mesmo. A obliquidade geral de tom dá a esse pensamento autorreflexivo, entretanto, um leve tom de farsa, que tem a ver com a falta de poder do Eu para desempenhar a tarefa a que se propõe. Lendo Drummond, não se está diante de uma poética da certeza ou da afirmativa; mas sim do ceticismo, da dúvida, da sinuosidade.

Parece plausível, nesse sentido, a hipótese de Arrigucci Jr. (2002) segundo a qual, em Drummond, o Eu parece estar fantasiando sobre o próprio Eu, o que enca-minha a leitura para a revelação do dilema de comunicar a multiplicidade contraditória do país, que, no caso do itabirano, se resolve pela representação formal e temática de um “equilíbrio tenso”, prestes sempre a desabar, como a máscara do poema “Belo Horizonte”, que, mal colocada, deixa ver seu propósito de artificialidade.

5. UM ROMÂNTICO NO BREJO

Os românticos, que o mineiro, de modo peculiar, recupera, acreditaram na espontaneidade como forma de revelar a intimidade e o país. Nos pequenos estudos que Drummond realizou em *Confissões de Minas* (1944) sobre poetas do Romantismo brasileiro, encontram-se diretrizes centrais de apreensão crítica da estética romântica que já se revelavam nos poemas de *Brejo das almas*. Tomado dessa forma, o volume de 1934 configura-se como uma das mais radicais interpretações de uma literatura em formação. Em *Confissões de Minas*, Drummond analisa a imperfeita solidão de Fagundes Varela, a “vulgaridade” de Casimiro de Abreu e o “sorriso” de Gonçalves Dias. Juntando esses três elementos tem-se um feixe de sentimentos que estrutura *Alguma Poesia* e, sobretudo, *Brejo das almas*.

Em que consiste cada um desses sentimentos: falsa solidão, “vulgaridade” e “sorriso”? Para Drummond, Fagundes Varela, embora tematize a solidão em inúmeros poemas e versos, não ama estar só. Conclui-se, pois, que a solidão aqui é código literário, que tem de ser cumprido de forma protocolar pelo poeta. Segundo Drummond (2003b, p. 175): “Ele pertence à espécie dos que não amam a solidão. Dos que têm medo dela. Alguns dos seus versos, aqui e ali, denunciam certo desapontamento, certa irritação produzida pelos contatos infelizes com o mundo.” Drummond conclui que Varela era um homem preso a outros homens e que isso foi impossível esconder em seus versos, embora o desejo de atender à necessidade da convenção literária romântica o tivesse forçado a tematizá-la em sua obra. O poeta mineiro conclui, pois, que essa inversão de sinal que Varela opera é o que dá valor à poesia. Não se trata de um romântico que nega o mundo em favor de si, trata-se de um romântico que não se coaduna à solidão e não sabe por que o mundo o recusa.

Essa figura de poeta preso a uma situação incômoda é recorrente em *Brejo das almas*, formalizando-se sob um tom de desilusão com a convenção, que expõe a impossibilidade de superá-la, como em “Um homem e seu carnaval”:

O pandeiro bate
 é dentro do peito
 mas ninguém percebe.
 Estou lívido, gago.
 Eternas namoradas
 riem para mim
 demonstrando os corpos,
 os dentes.
 Impossível perdoá-las,
 sequer esquecê-las.
 (ANDRADE, 2003a, p. 46)

Em Casimiro de Abreu, Drummond analisa a grande capacidade de vulgarização da poesia. A grandiosidade do poeta, para Drummond, estaria no fato de ele produzir uma poesia que qualquer um se pode achar capaz de produzir. Segundo ele: “O encanto de Casimiro de Abreu está na tocante vulgaridade. Em sua poesia tudo é comum a todos.” (ANDRADE, 2003b, p. 178) Drummond chega a elencar os três temas acerca dos quais sempre fala Casimiro, para além dos quais sua poesia não vai: “a) o homem se recorda de sua infância e fica triste; b) o homem tem um amor que não pode realizar-se e fica triste; c) o homem está longe de sua terra natal e sente saudade” (ANDRADE, 2003b, p. 178). Com timbres críticos, essa temática é recuperada em *Brejo das almas*, como se pode ver, por exemplo, em “O passarinho dela”:

O passarinho dela
 está batendo asas, seu Carlos!
 Ele diz que vai-se embora
 sem você pegar.
 (ANDRADE, 2003a, p. 49)

Por fim, o “sorriso” de Gonçalves Dias, para Drummond, constitui-se naquilo que se pode considerar um leve efeito cômico produzido na leitura contemporânea da obra do poeta. Nas palavras de Drummond: “Gonçalves Dias aí nos apresenta o edificante e o épico debaixo de um certo pitoresco, que lhe reduz as proporções, humanizando-as” (2003b, p. 183). Essa visão de comicidade que se extrai da leitura contemporânea dos grandes feitos românticos está de certa maneira formalizada em um texto como “Hino Nacional”, por exemplo.

Estão aí três elementos que Drummond enxerga nos românticos e que são reaproveitados por ele próprio para o equacionamento da sua própria forma poética. Românticos que fizeram do desvio da norma geral romântica o valor de interesse que

Desrecalcar o país, como queriam os modernistas, parece estar mostrando Drummond, era algo que envolvia considerar a luta de classes que garantia o nervo histórico da viragem cultural

podem gerar para os brasileiros do presente. Todos são casos de transgressão da norma europeia do Romantismo, ou de “ideias fora do lugar”: no primeiro caso, uma solidão que não se quer solitária; no segundo caso, uma renúncia dos temas edificantes e da originalidade em favor de uma poesia de qualquer um para qualquer um; no terceiro, um tom de pitoresco e desacerto que fratura o épico.

Observando esses elementos e os volumes *Alguma poesia* e *Brejo das almas*, podemos perceber que Drummond investigava a fundo a brasilidade fixada pelas obras românticas e que ele tratava de, à maneira modernista, explorar as possibilidades artísticas desse descompasso, revelando-o e dando-lhe continuidade, inserindo outro elo na cadeia formativa da literatura brasileira.

É como afirma Teixeira (2005, p. 79): “o poeta mineiro, de seu mirante periférico, acusa a falência de todo um sistema político e ideológico que só se aclimatou no trópico natal de modo rudimentar e não raro farsesco”.

Por isso, não se pode desconsiderar que tal movimento se dá em Drummond com o sinal negativo também embutido no discurso. A obliquidade drummondiana, por exemplo, põe uma marca quase cínica na enunciação. Drummond dissecou o mito da espontaneidade romântica em seus textos sobre poetas românticos brasileiros. Esse talvez seja o tema geral de *Brejo das almas*, que conta, entre os seus textos mais significativos, com um “Soneto da perda da esperança” dizendo obliquamente: “Não sei se estou sofrendo/ ou se é alguém que se diverte.”

A troca das pessoas, de um verso a outro, desconcerta o leitor. O Eu do primeiro verso é, na verdade, o mesmo Eu do segundo, referido obliquamente pela indeterminada terceira pessoa indicada por *alguém*. Farsa, disfarce, desilusão, finta: é o questionamento do poder daquele que enuncia. Lida como oblíqua, a voz lírica em Drummond assume uma característica histórica que dá a ver o grão de privilégio que macula as melhores intenções interpretativas da realidade do país. Talvez a voz drummondiana esteja querendo revelar que o país se conhece melhor pelo prisma oblíquo, através do qual se observa que a incerteza, a impossibilidade e a negatividade são mais produtivas do que a festa certa e positiva de boa parte do culturalismo modernista.

E tudo isso é realizado no já referido tom de conversa, de intimidade, de confiança. Esse tom íntimo, amigo, pessoal, foi focado por Teixeira (2005) como índice da cordialidade do Eu lírico de Drummond. Em *Brejo das almas*, é como se, de fato, o leitor se visse diante de um “camarada”. Segundo Teixeira (2005, p. 75): “É como se o poeta

cordialmente pusesse a mão no ombro do leitor e o chamasse para um bar, onde os dois pudessem abrir o peito um para o outro.”

Mas essa *cordialidade* não é espontânea. Há uma ironia fortíssima e sutil, encobrindo versos como os de “Convite triste”:

Meu amigo, vamos sofrer,
vamos beber, vamos ler jornal,
vamos dizer que a vida é ruim,
meu amigo, vamos sofrer.

Vamos fazer um poema
ou qualquer outra besteira.
Fitar por exemplo uma estrela
por muito tempo, muito tempo
e dar um suspiro fundo
ou qualquer outra besteira.

(ANDRADE, 2003a, p. 56)

Conforme afirma Teixeira (2005), as sugestões dadas pelo Eu lírico ao seu amigo leitor são apenas clichês, placebos “para uma dor que não amaina” (TEIXEIRA, 2005, p. 75). A dor que não amaina é a de encontrar-se o país no brejo histórico, uma topografia política que diz respeito à incapacidade brasileira para implementar a imparcialidade na esfera pública. Eis o brejo histórico descrito por Drummond, com a ajuda de recursos recuperados dos românticos. Vai aqui trabalhada, noutras cores, a dicotomia entre norma impessoal e impulso afetivo destacada por Sérgio Buarque de Holanda no modo de ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros. Não é despropositado dizer que há em Drummond, especialmente em *Brejo das almas*, uma crítica ao homem cordial, conceito que pressupõe o predomínio de comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O homem cordial é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função social do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários. É o intimismo e a inadequação à norma que Drummond sublinha nos textos de *Confissões de Minas* em que fala dos românticos.

Tendo em vista tudo isso, o *Brejo das almas* que está desenhado nos poemas não poderia ser considerado o endereço poético da cordialidade? Tudo nesse volume parece indicar a construção simbólica da cordialidade. Recordemos algumas palavras de Sérgio Buarque de Holanda a esse respeito:

No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom brasileiro — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros (HOLANDA, 2002, p. 1.051).

É preciso perceber, entretanto, que essa cordialidade é vivida em cada poema de *Brejo das almas* sempre atravessada por uma obliquidade crítica. O Eu lírico posiciona-se sempre como se ironizasse o modo de estar só, desejando vivenciar o público como familiar. Drummond, em *Brejo das almas*, mergulha, pois, criticamente, naquilo que Sérgio Buarque de Holanda afirmou ser o aspecto central do comportamento brasileiro: “a ética de fundo emotivo” (HOLANDA, 2002, p. 1.052).

Costa (1993) explica o Drummond do “Poema de sete faces” valendo-se um pouco dessa noção de obliquidade crítica, dando raiz histórica à multiplicidade de máscaras que se oferecem ao leitor. Diz Costa (1993, p. 313):

a fragmentação da subjetividade, ou a multiplicação do “eu” (tópico obrigatório das vanguardas europeias), é formalizada, expondo a diversidade de máscaras de que se reveste a problemática aventura individualista das nossas classes dominantes

Na mesma trilha da recuperação do Romantismo que anteriormente se apresentou, Costa (1993) estabelece uma relação entre as sete faces do poeta itabirano e as duas faces explicitadas pelo romântico Álvares de Azevedo. Segundo ela, Azevedo podia assumir a sua poesia como uma verdadeira medalha de duas faces. A Drummond, todavia, era possível jogar com sete faces ao mesmo tempo, quando interessava “problematizar as máscaras do individualismo em nossa experiência histórica” (COSTA, 1993, p. 314). Uma dessas máscaras mais violentas está, conforme Costa (1993), representada no poema “Iniciação amorosa”, o qual, narrando a experiência sexual desastrosa do filho-família com a lavadeira “morena”, mostra a perversa ociosidade voluptuosa das classes dominantes. O poema se torna, assim, uma explicação notável “do exercício da brutalidade contra mulheres por certo tipo de homem brasileiro, expondo-lhe o fundamento numa específica relação de classe” (COSTA, 1993, p. 316):

E como eu não tinha nada que fazer vivia namorando as pernas morenas da lavadeira

Um dia ela veio para a rede,
se enroscou nos meus braços,
me deu um abraço,
me deu as maminhas
que eram só minhas.

(ANDRADE, 2003a, p. 29)

A alguns críticos, como se viu, não escapa a substância histórica da violência e da multiplicidade de faces, ou máscaras, que assume o Eu lírico de Drummond a partir do poema de abertura de sua carreira literária em *Alguma poesia*. O que desejamos aqui reforçar é que a *gaucherie*, lida tantas vezes — e não incorretamente — como incômodo e inadequação, é, sobretudo, representação de uma personalidade oblíqua típica das classes proprietárias brasileiras e da intelectualidade nacional. Trata-se de um sentimento de gume duplo: é crítica e também defesa de classe.



O moderno patrocinado pelo arcaico encontra assim figuração na sua primeira poesia. *Alguma poesia* e *Brejo das almas* antecipam algumas discussões que se vão aprofundar na literatura a partir de 1930. Mesmo sem trabalhar decisivamente com aquilo que foi mais característico nessa literatura, ou seja, a descrição do operário, do camponês, a denúncia dos males sociais, o primeiro Drummond problematiza de modo profundo a agudização da consciência política

6. UMA POÉTICA DE ALTO VOLUME FORMATIVO

Até aqui mostramos que a lírica “cismada” do primeiro Drummond mimetiza o papel do intelectual modernista, dividido entre o projeto modernista e a persistência do arcaico cordial, na base de sua substância ideológica. O moderno patrocinado pelo arcaico encontra assim figuração na sua primeira poesia. *Alguma poesia* e *Brejo das almas* antecipam algumas discussões que se vão aprofundar na literatura a partir de 1930. Mesmo sem trabalhar decisivamente com aquilo que foi mais característico nessa literatura, ou seja, a descrição do operário, do camponês, a denúncia dos males sociais, o primeiro Drummond problematiza de modo profundo a agudização da consciência política. Retomemos a conclusão de Lafetá (2004b, p. 64):

Dentro disso podemos concluir que, se a ideologia do “país novo” serve à burguesia (que está em franca ascensão e se prevalece, portanto, de todas as formas — mesmo destrutivas — de otimismo), a consciência (ou a pré-consciência) pessimista do subdesenvolvimento não se enquadra dentro dos mesmos esquemas, já que aprofunda contradições insolúveis pelo modelo burguês.

Longe de “aderir” à ideologia de país novo, a lírica drummondiana, que em livro já nasce amadurecida pelas lições do amigo Mário, está perto de arquitetar formalmente um comentário sobre essa pré-consciência do subdesenvolvimento diante da insolubilidade das contradições do país.

Tal consciência pessimista do subdesenvolvimento começa a se tornar forma lírica com a mudança de ênfase operada por Drummond. Contrapostos ao tom mais vital, eufórico e humorístico do Modernismo por assim dizer “paulista”, *Alguma poesia* e *Brejo das almas* marcam-se por um pessimismo que se revela como desencanto individual pelo viés da autoironia. Encontramos também no primeiro Drummond o prenúncio das obras que ele daria a lume na década seguinte, mais comumente consideradas obras de participação: *Sentimento do mundo* (1940), *José* (1942) e *A rosa do povo* (1945). Entre os livros dos anos 1930 e 1940, encontra-se muito em comum, pois desde *Alguma poesia* até *A rosa do povo* há uma “trituração do aconchego poético” (LIMA, 1995).

Os sentimentos de angústia, asco, desgosto que recobrem a situação de “cisma” do Eu encalacrado ajudam a enxergar Drummond como um autor realista em sentido amplo, que mimetiza o processo de formação da condição brasileira como um todo, tomando as “providências” de um analista do Brasil. A primeira dessas providências parece residir no fato de que o poeta mineiro está de olho nos românticos, a fim de recuperá-los poeticamente, não pela via do nacionalismo pitoresco, mas sim pela via crítica. Dessa forma, Drummond colocava um grão de crítica no Neorromantismo pitoresco modernista. A confiança total no Eu, típica do pacto romântico, é fraturada pela obliquidade lírica, que vai criando máscaras evidentemente artificiais e cambiantes. Assim, o poeta não preteriu o vínculo local (colocado criticamente em primeiro plano), pois fazia o eu vivenciar os limites da cordialidade e não se deixava levar totalmente pelo cosmopolitismo das vanguardas.

Enfocando o processo formativo, vemos que a interpretação drummondiana inclui a formalização da problemática de que se imbuíu o Modernismo como momento crítico de nossa história literária. Essa problemática envolve o culturalismo modernista, a revolução estética que se intentava operar e a questão de classe que permanecia irresolvida em uma revolução estética patrocinada pela burguesia rural. A herança romântica fraturada por Drummond dava continuidade a um campo de problemas reais e particulares tipicamente brasileiros.

Esse campo de problemas está formulado ainda na obliquidade lírica da voz que cisma por trás do painel nacional que se abre em primeiro plano ao leitor. Talvez estivesse o poeta mostrando ao Brasil que era impossível “saltar sobre a própria sombra” (ARANTES, P.; ARANTES, O., 1997), expondo a ideia de que o desacerto político da nação não se curava com o desrealce cultural. A obliquidade do Eu lírico em Drum-

mond indica, portanto, que a primeira fase do Modernismo cumpriu seu objetivo, em termos de trabalho com a convenção poética cosmopolita que operou a renovação do código; mas também no que desejava a classe dominante em termos de projeto de hegemonia, a fim de acomodar-se à nova situação socioeconômica.

Isso inseria, entretanto, o próprio intelectual em uma situação aporética, mimetizada também pela lírica drummondiana. *Alguma poesia* e *Brejo das almas* são livros em que a “cisma”, a obliquidade e o encalacramento do Eu cordial (e não a confiança e a espontaneidade dele) simbolizam os dilemas de toda uma classe, antecipando, assim, algo do Modernismo social dos anos 1930 e configurando-se como lírica política de imensa qualidade poética.

* Professor de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutor em Literatura pela UnB com pós-doutorado pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Foi professor visitante da Università degli Studi di Perugia, Itália. Autor, entre outros livros, de *A nação drummondiana* e *Poesia na sala de aula*.
E-mail: alexandrePilati@unb.br

► Texto recebido em 24 de novembro de 2021; aprovado em 26 de novembro de 2021.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A lição do amigo**: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.

_____. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003a.

_____. **Prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003b.

ARANTES, Paulo Eduardo; Arantes, Otilia B. F. **Sentido da formação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARRIGUCCI JR., Davi. **Coração partido**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2002.

COSTA, Iná Camargo. A herança modernista nas mãos do primeiro Drummond. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1993. p. 309-318.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3. p. 927-1.102.

LAFETÁ, João Luiz. A representação do sujeito lírico na Pauliceia desvairada. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **A dimensão da noite**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004a. p. 348-372.

_____. Duas janelas dolorosas: o motivo do olhar em *Alguma poesia* e *Brejo das almas*. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **A dimensão da noite**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004b. p. 414-420.

LIMA, Luiz Costa. O princípio-corrosão na poesia de Carlos Drummond de Andrade. In: _____. **Lira e antilira**: Mário, Drummond, Cabral. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 129-196.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.

TEIXEIRA, Jerônimo. **Drummond cordial**. São Paulo: Nankin Editorial, 2005.

Alain de Benoist e a Nova Direita europeia: “gramscismo de direita” e nova “revolução conservadora”

Alain de Benoist and the New European Right: “right-wing Gramscism” and new “conservative revolution”

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.009>

Foto: Pahl, Georg / Reprodução: <https://weimar.bundesarchiv.de/>



Panfletos do Partido Popular Alemão são arremessados de caminhão em rua de Berlim (1924) durante a República de Weimar, que viu florescer um clima de ressentimento especialmente entre as camadas médias. Dessa ambiência brotaria um novo contexto cultural, marcado pelo niilismo aristocrático e pelo crescimento das ideias conservadoras

RESUMO

O presente artigo aborda o surgimento e a evolução intelectual da Nova Direita europeia a partir dos anos 1960. Analisa-se a produção vinculada ao seu principal expoente, o filósofo francês Alain de Benoist, líder do *Grece — Groupe de Recherches et d'Études pour la Civilisation Européene* (Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Civilização Europeia) —, cujo projeto é criar uma teoria crítica radical de direita, alternativa ao liberalismo, ao comunismo e às formas pretéritas de fascismo racistas e nacionalistas. De maneira similar à Nova Esquerda, em sua crítica à União Soviética em nome do marxismo, a Nova Direita critica o antigo racismo nazista em nome de um arranjo político e societário baseado não no nacionalismo ou no racismo, mas no “direito à diferença” e em um federalismo étnico-cultural e ecológico. Através de um “gramscismo de direita”, ela busca conquistar a hegemonia cultural nas sociedades europeias, propondo uma modernidade alternativa, crítica ao liberalismo, ao socialismo, ao capitalismo e ao colonialismo. Os seus proponentes pretendem, nesse sentido, estar “além da esquerda e da direita”. Porém, não escapam à acusação de serem uma ressurgência do fascismo sob nova roupagem: desde suas origens a Nova Direita vincula-se a uma geração herdeira dos ideais da “revolução conservadora” do período entreguerras, muitos dos quais associados ao nazismo, mas sobretudo ao pensamento político Tradicionalista ou espiritualista pagão, crítico do individualismo cristão e do Iluminismo e defensor de sociedades baseadas no valor da hierarquia sacralizada.

Palavras-chave: Nova Direita. Alain de Benoist. Gramscismo de direita. Revolução conservadora. Fascismo.

ABSTRACT

This article addresses the emergence and intellectual evolution of the European New Right from the 1960s onwards. It analyzes the production linked to its main exponent, the French philosopher Alain de Benoist, leader of the *Grece — Groupe de Recherches et d'Études pour la Civilisation Européene* (Group for Research and Studies on European Civilization), whose project is to create a radical right-wing critical theory, an alternative to liberalism, communism and past forms of racist and nationalist fascism. Similar to the New Left in its critique of the Soviet Union on behalf of Marxism, the New Right criticizes former Nazi racism on behalf of a political and societal arrangement based not on nationalism or racism but on the “right to be different” and in an ethno-cultural and ecological federalism. Through a “right-wing Gramscism”, it seeks to conquer cultural hegemony in European societies, proposing an alternative modernity, critical of liberalism, socialism, capitalism and colonialism. Its proponents intend, in this sense, to be “beyond the left and the right”, however, they do not escape criticism of being a resurgence of fascism in a new guise: since its origins, New Right has been linked to a generation heir to ideals of the “conservative revolution” of the interwar period, many of which were associated with Nazism, but above all with Traditionalist or pagan spiritualist political thought, critic of Christian and Enlightenment individualism and supporter of societies based on the value of sacred hierarchy.

Keywords: New Right. Alain de Benoist. Right-wing Gramscism. Conservative revolution. Fascism.

1. INTRODUÇÃO

No presente texto abordamos o processo de renovação de grupos da direita política que procuram diferenciar-se, ao mesmo tempo, das “direitas tradicionais” — ligadas a ideais religiosos conservadores, como o ideal de família patriarcal e a defesa da propriedade e da estabilidade —, e da “extrema-direita” — racista, chauvinista, xenófoba e valorizadora de atos de ruptura terroristas ou revolucionários. *Nova Direita*, *alt-right* e *direita radical* são exemplos de classificações utilizadas para reunir as mais diversas tendências que, apesar da reivindicação, nem sempre conseguem se distanciar dos rótulos de extrema-direita ou de neofascismo, seja pelo compartilhamento de referências intelectuais, seja pela forma de ação no espaço público.

Nas páginas seguintes dissertaremos sobre como, a partir dos anos 1960, surge uma proposta de ação intelectual que se propõe como Nova Direita e que, apesar de vista como suspeita ou marginalizada, terá maior repercussão midiática, acadêmica e política com a tendência das direitas a se reorganizarem transnacionalmente nos anos 2000. A Nova Direita europeia ou transnacional tem em vista vários desenvolvimentos teóricos paralelos e muitas vezes conexos, como o *arqueofuturismo* de Guillaume Faye, a *Quarta Teoria Política* de Aleksandr Dugin, o *paleoconservadorismo* de Paul Gottfried, a *alt-right* de Richard Spencer e a *neoreaction* de Mencius Moldbug, entre outras propostas¹.

Analisaremos uma das suas principais vertentes, originada na França, a partir da ação do Grece — Groupe de Recherches et d’Études pour la Civilisation Européene (Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Civilização Europeia), que influenciará movimentos similares na Europa². Liderado pelo filósofo francês Alain de Benoist, o Grece passará, no espaço de cinco décadas, de 1960 a 2000, de um racismo mais estrito, na defesa da superioridade da raça branca, ao apoio a uma política “comunitarista”; da renovação da matriz ideológica de extrema-direita a posições que se aproximam de uma certa esquerda pós-colonial, terceiro-mundista e multiculturalista.

Na primeira parte do texto descrevemos as origens da Nova Direita na França, das agremiações da juventude mobilizada pela Guerra da Argélia, cuja defesa dos valores nacionalistas, racistas e militaristas remonta a certos vínculos com as ideologias fascistas, até o desenvolvimento da estratégia do Grece e o primeiro momento de polêmica político-midiática, em 1979, a partir do qual diferenciações entre os grupos que integram a Nova Direita se tornam mais explícitas.

Em um segundo momento, abordamos o papel de Alain de Benoist como representante de uma nova direita antagonica tanto ao Front National como aos neo-liberais, com o desenvolvimento mais consequente do “gramscismo de direita” e da

¹ Para uma visão geral das teorias da revolução conservadora e da Nova Direita, cf. Sedgwick (2019).

² Na Itália, a *Nuova Destra*, de Marco Tarchi; na Alemanha, a *Neue Rechte*, de Henning Eichberg e de Junge Freiheit; em Flandres, com Luc Pauwels e a revista *TeKos-Tekste*, e na Bélgica, o *Grece-Belgique*, com Georges Hupin e Robert Steuckers (CAMUS, 2019).

“metapolítica”³, através de uma recusa da tradição da direita cristã, nacionalista e xenófoba. Por meio de suas produções, vínculos transnacionais e aparições midiáticas, Alain de Benoist torna-se o principal representante de um pensamento que busca ultrapassar as divisões convencionais entre esquerda e direita, aproximando-se do “terceiro-mundismo”, do anticolonialismo, do respeito às diferenças culturais, da ecologia e da crítica à globalização. Nos anos 2000, essa síntese originou uma plataforma política mais completa, de defesa de uma política multicultural federalista de democracias locais para a Europa.

Por fim, buscamos explicitar o quanto esse conjunto teórico que se pretende inovador é devedor do pensamento político do pessimismo filosófico, romântico e de direita dos séculos XVIII e XIX, mas, principalmente, da chamada “revolução conservadora” na Alemanha, nebulosa ideológica de direita reacionária radical, anticapitalista e antimoderna, cuja resultante política principal, embora não a única, foi a fundamentação do regime nazista. Demonstraremos, nesse sentido, que o pensamento da Nova Direita foi fruto de um longo trabalho de atualização e reinterpretação do legado da “revolução conservadora”, não buscando resumi-la ao nazismo, mas ampliá-la, no sentido de um neopaganismo federalista antiliberal, anticomunista, anticapitalista e anticolonial que, entretanto, não ultrapassa os limites da direita política, ligados a uma nova ordem conservadora tradicional e valorizadora da pureza étnico-cultural.

Utilizamos como base para o ensaio a já considerável produção sobre a Nova Direita francesa. Através de pesquisa em portais de busca de artigos acadêmicos — *Google Acadêmico*, *JSTOR* e *Persée*, em língua portuguesa, francesa, espanhola e inglesa, localizamos cerca de 50 produções, entre artigos, resenhas, dissertações e teses a respeito do tema, além da própria vasta produção de Alain de Benoist, da qual coligimos mais de 30 produções, além de vídeos disponíveis na plataforma *YouTube*. Uma análise aprofundada desse *corpus*, o qual se faz necessário ainda cotejar com bibliografia a respeito dos temas extrema-direita, fascismo, neofascismo e revolução conservadora, é tarefa de um programa de pesquisa dialogada com a comunidade acadêmica mais ampla. No presente artigo, optamos por uma visão geral, considerando alguns dos temas e autores fundamentais.

2. A GÊNESE DA NOVA DIREITA FRANCESA

Nos anos 1960 a extrema-direita francesa está em crise. O fim da Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização marginalizam as teses do expansionismo nacionalista, marcadas também pelo compromisso com o regime nazista e por atos terroristas. O início da construção do Estado de bem-estar social e da sociedade

³ Como veremos ao longo do texto, o conceito de metapolítica se refere a uma estratégia de atuação cultural como fundamento da dominação política no longo prazo; o termo, utilizado pela Nova Direita, provém de duas fontes principais: 1) do pensamento marxista de Antonio Gramsci a respeito da conquista da hegemonia e do poder político; 2) da escola Tradicionalista, significando uma interpretação do sentido último da política na história (BUELA, 2013).

Buscamos explicitar o quanto esse conjunto teórico que se pretende inovador é devedor do pensamento político do pessimismo filosófico, romântico e de direita dos séculos XVIII e XIX, mas, principalmente, da chamada “revolução conservadora” na Alemanha, nebulosa ideológica de direita reacionária radical, anticapitalista e antimoderna, cuja resultante política principal, embora não a única, foi a fundamentação do regime nazista

de consumo de massas fará convergir a direita parlamentar para um conservadorismo cada vez mais distanciado de posições radicais. No período dessa transição, grupos de jovens intelectuais pretendem conservar a doutrina anti-igualitária da extrema-direita, racista, nacionalista e colonialista. Esses jovens se reúnem, desde os anos 1950, em organizações como o movimento Jeunes Nationalistes e a Fédération des Étudiants Nationalistes (FEN), envolvidos com a resistência à independência da Argélia e articuladores de campanhas eleitorais de candidatos de extrema-direita, do Mouvement Nationaliste du Progrès (MNP) e do Rassemblement Européen de la Liberté (REL), derrotados nas eleições presidenciais de 1965 e legislativas de 1967. Entre os lemas principais das campanhas estavam ideias nacionalistas e anticomunistas, sustentando o medo de uma “invasão” de imigrantes árabes-africanos e um racismo biológico que fazia equivaler a defesa do Ocidente à defesa da raça branca e da “unidade de destino” da comunidade europeia ante os “dois imperialismos”, dos Estados Unidos e da União Soviética (TAGUIEFF, 1993).

Com a dissolução do REL esses grupos de extrema-direita se orientam em diferentes direções: alguns ingressam na política, inicialmente no Front National (de 1973 a 1979), e, posteriormente, rompendo com a orientação “lepenista”⁴ e criando o Parti Nationaliste Français, em 1983; outros fundam centros de estudo e apoiam ou criam revistas como a neofascista *Défense de l'Occident* e as nacionalistas-revolucionárias de direita *Europe-Action* e *Cahiers Universitaires*.

⁴ Relativo à liderança de Jean-Marie Le Pen, cinco vezes candidato à Presidência da França, e suas posições xenófobas, racistas, antisemitas e negacionistas do Holocausto.

O principal líder político e teórico desses movimentos de extrema-direita era Dominique Venner⁵, para o qual se faria necessária uma estratégia contraleninista para os nacionalistas franceses (VENNER, 1964). Para ele, não haveria condições, àquele momento, para nenhuma revolução de direita, nem a partir de um simples golpe de Estado nem mesmo pela via legal, através da concorrência entre partidos: seria necessária uma estratégia de longo prazo baseada na construção de uma organização política e de uma doutrina. É nesse contexto que é criado o Grece, grupo de reflexão a partir do qual se dá continuidade ao pensamento nacionalista-revolucionário de direita e, posteriormente, à sua redefinição⁶. Será em torno dessas iniciativas que a liderança de Alain de Benoist, então um jovem jornalista de 24 anos, começará a se destacar.

A proposta contraleninista de Venner (1964) e o “gramscismo de direita” de De Benoist (1982), que pode ser definido como uma tentativa de conquista do poder pela cultura, são fatores cruciais para a Nova Direita cultural. O objetivo é retirar a extrema-direita do gueto, o que teve início com uma crítica virulenta das simbologias e repertórios ligados ao fascismo histórico, feita por Venner (1964), qualificado como o *Que fazer?* (LÊNIN, 2010) da extrema-direita francesa (KEUCHEYAN, 2017). A ideia é penetrar os meios culturais, criar revistas e associações voltadas a diferentes categorias socioprofissionais. No lugar da ação política pragmática ou partidária, enfatiza-se a mudança no plano cultural e ideológico como sustentação de um novo horizonte político no longo prazo. A essa estratégia a Nova Direita nomeia, seguindo os ensinamentos do filósofo italiano Julius Evola⁷, metapolítica (FRANÇOIS, 2005). Nesse sentido, o grupo se dedicará a uma “guerra cultural” contra a esquerda⁸, especialmente a marxista:

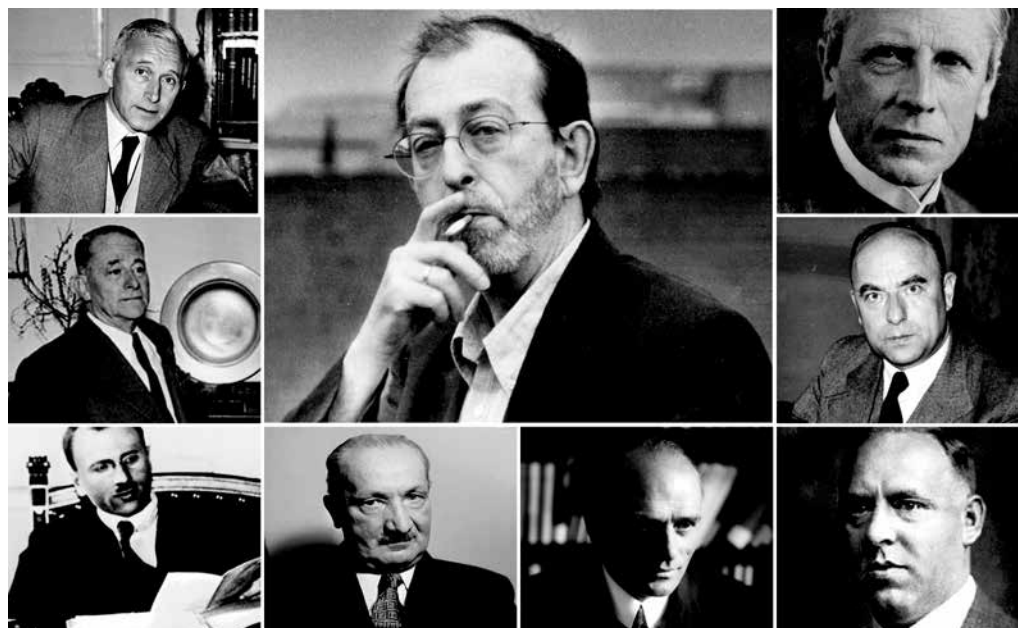
De início, penetrando nos meios comunicacionais e universitários para implantar uma “contracultura” de direita. Organizando, em seguida, uma contraofensiva intelectual combinada, a partir do “centro” formado pelo Grece e suas redes. Por fim, estabelecendo várias pontes entre os lugares culturais “conquistados” e os partidos políticos de direita, a fim de reformá-los intelectualmente a partir de dentro. Esta é a grande novidade do Grece: levar a sério, à direita, a questão “cultural”. As direitas

5 Historiador e militante histórico da extrema-direita francesa — combatente na Argélia entre 1954 e 1956; preso por dois anos em razão de uma tentativa de golpe em 1961. Tornou-se conhecido mundialmente, em 2013, em razão de seu suicídio na catedral de Notre Dame, em Paris, como protesto contra a aprovação do casamento gay na França.

6 Entre os integrantes do grupo constam François d’Orcival (pseudônimo de Amaury de Chaunac-Lanzac), Fabrice Laroche (pseudônimo de Alain de Benoist), Jean-Claude Rivière, Alain Lefebvre, Maurice Rollet, Jean Mabire e François Duprat (cofundador do Front National). O Grece terá duas revistas, a *Nouvelle École* e a *Éléments*, e organizará regularmente colóquios e seminários.

7 Julius Evola (1898-1974) foi um filósofo italiano de origem aristocrática que influenciou o fascismo. Depois de se envolver com a pintura e a poesia participando dos movimentos futuristas e dadaístas, Evola se ligou ao misticismo e ocultismo e à filosofia Tradicionalista, que será detalhada no decorrer deste artigo.

8 “Entramos em uma guerra cultural. As nações e os povos da Europa encontram-se ameaçados de aniquilação por uma agressão invisível, que afeta a sua constituição mental [...]. É também uma guerra civil. O veneno ideológico que varreu o mundo antigo está fixado no coração da civilização europeia.” (ÉLÉMENTS, 1979, p. 3, tradução nossa)



Pensadores que integraram a “revolução conservadora” na Europa, especialmente na Alemanha: a partir do alto, à esquerda, em sentido anti-horário: Ernst Jünger, Carl Schmitt, Ernst Niekisch, Martin Heidegger, Othmar Spann, Gregor e Otto Strasser e Ludwig Klages. Ao centro, em destaque, o filósofo Alain de Benoist, que se inspirou na “revolução conservadora”

políticas haviam abandonado o campo cultural-intelectual à esquerda marxista ou marxizante, enquanto os movimentos nacionalistas radicais (“extrema-direita”) estavam engajados em um ativismo com forte conotação anti-intelectual [...] ligado a uma revolta de tipo populista (TAGUIEFF, 1993, p. 8, tradução nossa).

Assim, apesar de ser incorreto afirmar que a Nova Direita surge em razão do Maio de 1968, pois sua história remonta a fatores anteriores, ela se organizará também em concorrência com a Nova Esquerda, que renovará o marxismo através da crítica ao stalinismo e do favorecimento a uma cultura política democrática, tornando-se hegemônica nos meios universitários e políticos. A proposta de um “contraleninismo” e de um “gramscismo de direita” revela uma estratégia de reflexão que não ignora o conteúdo dos principais teóricos marxistas nem os temas da esquerda, como a diferença cultural, o antirracismo, o anticolonialismo, a ecologia e o anticapitalismo, mas procura incorporá-los em uma síntese afinada com um repertório político diferenciado e oposto.

Essas mudanças serão progressivas. No início, os “grecistas” ainda estão muito ligados aos marcos da herança racista e nacionalista do pensamento de extrema-direita. As primeiras iniciativas visam incentivar o debate e a pesquisa sobre o racismo biológico, a sociobiologia, o determinismo biológico, a antropologia física e a psicologia hereditária, conciliando a questão racial com a questão nacional ou europeia. Em *Qu'est-ce que le nationalisme?*, por exemplo, Alain de Benoist afirmava:

A raça constitui a única unidade real que [...] abrange as variações individuais. O estudo objetivo da História mostra que somente a raça europeia (raça branca, caucasóide) continuou a progredir desde o seu surgimento no caminho ascendente da evolução dos seres vivos, ao contrário das raças que estão estagnadas no seu desenvolvimento, portanto em virtual regressão. A principal causa do progresso da raça europeia reside no fato de ela ter alcançado o progresso de fatores cumulativos, ciências e técnicas, cujo encadeamento forma a civilização ocidental. A raça europeia não tem superioridade absoluta. Ela é apenas a mais apta a progredir no sentido da evolução [...]. Sendo os fatores raciais estatisticamente hereditários, cada raça tem sua própria psicologia. Toda psicologia é geradora de valores (DE BENOIST, 1966, p. 8-9, tradução nossa).

Mas, a partir dos anos 1970, algumas mudanças começam a tornar o referencial teórico do movimento menos preso ao racismo biológico, até uma verdadeira “virada culturalista” nos anos 1980 (CRÉPON, 2010). Nesse contexto, o mesmo Alain de Benoist irá declarar: “Na medida em que é irreduzível a essa constituição biológica, o homem enquanto homem não vem da natureza, mas da cultura; não da biologia, mas da história.” Isso faria com que “a relação mecanicista que a teoria racista introduz entre raça e cultura, relação de simples causalidade, nos parecesse, portanto, insustentável.” Por fim: “Falar de raças ‘superiores’ ou ‘inferiores’ parece, pois, duplamente absurdo.” (DE BENOIST, 1980, p. 15, tradução nossa)

No mesmo sentido, os grecistas renunciam ao apoio ao próprio colonialismo, motivação principal do engajamento desses jovens na política (CRÉPON, 2010). Para o Grece, seguindo o caminho do relativismo cultural e do respeito à integridade dos povos e culturas, continuar a sustentar o passado colonial é incompatível com uma Europa e uma ordem mundial fundadas na emancipação dos povos de toda forma de dominação estrangeira e na preservação da integridade das culturas tradicionais. A empresa colonial francesa teria origem na ideologia republicana, homogeneizante, assimilacionista e inferiorizadora de territórios e culturas. A República Francesa teria aplicado nos territórios estrangeiros a mesma lógica que aplicou na metrópole, aniquilando línguas e culturas regionais. A supremacia da razão iluminista, do individualismo e dos direitos humanos se mostraria hostil às singularidades culturais. Os “grecistas” demonstrarão um apreço aos povos “primitivos” e seu modo de vida tradicional, ameaçados pelo avanço do modo de vida ocidental sob a hegemonia estadunidense, que afetaria também os povos europeus. A esse anticolonialismo de direita — crítico também das formas de dominação econômicas e culturais através da globalização — irá se associar também um discurso antirracista, contrário ao “racismo de assimilação” promovido pela República Francesa em suas políticas de acolhimento e “aculturação” de imigrantes, distanciando-os das suas crenças tradicionais.

Essa perspectiva será exposta em *Europe, Tiers Monde, même combat* (DE BENOIST, 1986), que defende os países do Sul de toda ingerência ocidental como maneira de prevenir os países europeus de novas levas de imigrantes. Nos anos 1990, essa concepção ganhará uma forma mais definida, com o abandono da ênfase na defesa

da identidade francesa ou europeia perante a imigração, em nome de uma orientação que enxerga, nos imigrados, vítimas ameaçadas pelo assimilacionismo republicano, que recusaria o reconhecimento das especificidades culturais dos imigrantes na esfera pública (CRÉPON, 2010). A saída seria, pois, uma política de integração voltada não aos indivíduos, mas às comunidades, concedendo-lhes o direito de expressão de suas culturas. O Grece se voltará, nesse sentido, em desafio ao que concebem como autoritarismo da “ideologia laica” republicana, para o direito de as populações muçulmanas praticarem e expressarem sua religião em território francês, saindo em defesa do direito ao uso do véu por parte de jovens islâmicas nas escolas públicas. A integração das populações imigrantes deveria se pautar pela criação de associações comunitárias ou colegiados consultivos locais das diferentes comunidades étnicas ou culturais, em reforço às decisões coletivas sobre a vida comum. Isso permitiria, supostamente, manter as estruturas de vida coletiva e as tradições de cada população imigrante, no lugar da dissolução dos indivíduos na cultura geral do país de acolhimento.

Assim, a ação política que pressionava pela supressão da ajuda aos “países subdesenvolvidos” e o fim da imigração norte-africana se traduziu, teoricamente, em um “realismo biológico” conciliado com o respeito ao direito de cada povo a ser fiel à própria etnia e suas tradições, e, nesse sentido, no apoio a um “nacionalismo europeu”, que permitiria a cada nação e a cada cultura, em uma retomada de valores religiosos ancestrais pré-cristãos, desenvolverem-se em harmonia no interior de uma federação (TAGUIEFF, 1993; CRÉPON, 2010). Eles acabam por se diferenciar, nesse sentido, do nacionalismo e do cristianismo tradicionais da direita francesa, representada por Le Pen e o Front National (CRÉPON, 2010).

Eles se diferenciam ainda mais dos grupos de direita ao se aproximar, uma vez mais, das pautas de esquerda, ao se conceber como anticapitalistas e críticos ao liberalismo. Para De Benoist (2004), o desenvolvimento dos mercados, na forma de acumulação capitalista, é a supremacia do espírito burguês que, com o poder do dinheiro e com a mentalidade do cálculo, dissolve as tradições, quebrando os laços comunitários e orgânicos, substituindo princípios aristocráticos, como o cultivo da honra, pelo interesse individual. A narrativa pode lembrar, em alguns aspectos, a construção de Marx a respeito do capitalismo, embora De Benoist não se detenha na análise da economia, mas da moralidade política, e não seja partidário da luta de classes como princípio fundamental da história: o aburguesamento da classe operária teria resolvido a luta de classes em prol da dominação burguesa. Um dos principais apoios do filósofo francês é a sociologia econômica de Werner Sombart, para o qual a racionalidade econômica contribui para a autonomia das empresas perante os controles políticos e a homogeneização dos desejos e da moralidade humana. A expansão dos valores individualistas, racionais e cosmopolitas relacionados à burguesia desde o Iluminismo conduziria ao triunfo de um mundo mercantilizado, e o Estado liberal, com sua democracia representativa, seria um mecanismo da própria dominação burguesa. O comunismo, o socialismo ou o fascismo, entretanto, não seriam

No lugar da ação política pragmática ou partidária, enfatiza-se a mudança no plano cultural e ideológico como sustentação de um novo horizonte político no longo prazo. A essa estratégia a Nova Direita nomeia, seguindo os ensinamentos do filósofo italiano Julius Evola, metapolítica. Nesse sentido, o grupo se dedicará a uma “guerra cultural” contra a esquerda, especialmente a marxista

soluções: seriam sistemas de dominação burocráticos que seguem a mesma lógica de homogeneização social, em nome de uma classe ou da pátria; no caso do fascismo, de um ideal nacionalista burguês.

A oposição não apenas ao comunismo, mas ao capitalismo e ao liberalismo, bem como a “virada culturalista” do Grece, pode ser melhor entendida a partir das polêmicas políticas, midiáticas e intelectuais havidas no ano de 1979, quando a proposta de Alain de Benoist e do Grece sofre uma severa contestação, tanto pela esquerda marxista como pela direita liberal. Naquele ano, as reflexões do Grece foram a grande ênfase no debate intelectual e midiático, expondo-o como grupo cujo objetivo seria reciclar ideias nazifascistas (FRANÇOIS, 2017). Em sua trajetória, De Benoist buscará convencer a opinião pública de sua distância em relação a qualquer “clube memorialístico” do nazifascismo ou qualquer proposta de autoritarismo burocrático baseado na ideologia do Estado corporativo. Não obstante, De Benoist será recorrentemente visto com desconfiança em relação às suas vinculações, tendo em vista que boa parte da sua rede de interlocução será composta por atores que tiveram participação direta ou indireta no nazismo (FRANÇOIS, 2017).

A condenação simultânea pela esquerda e pela direita colaborou para a marginalização do Grece nos meios acadêmicos, na imprensa e em partidos, mesmo naqueles círculos originalmente ligados ao Grece. É o caso do Club de l’Horloge, criado em 1974, principal responsável pelo apoio às ideias neoliberais ou ultraliberais de

Hayek e Von Mises na França⁹. De fato, a partir de então, os dois grupos se colocaram em uma situação de “rivalidade mimética” e de luta pelo monopólio da renovação doutrinal da direita no país. Por essa razão, a alcunha de *Nova Direita*, na França, não significará a acomodação entre neoconservadores — economicamente liberais, culturalmente reacionários e defensores de uma religiosidade cristã —, mas passará a identificar a nova síntese proposta pelo Grece e por Alain de Benoist: a economia liberal começa a ser denunciada tanto quanto a economia marxista, e o “americanismo”, forma moderna dominante de igualitarismo e do cosmopolitismo “judaico-cristão”, torna-se o principal inimigo (TAGUIEFF, 1993).

Essa reorientação foi consequência também de dissidências internas, que conduziram a um distanciamento do grupo em relação a visões mais radicais, autoritárias e racistas da própria direita, sendo este o caso de Guillaume Faye, concorrente teórico na iniciativa de refundação da direita na França, influenciando, junto com Alain de Benoist, a Nova Direita euro-americana. Após divergências com De Benoist, Faye se retira do Grece, em 1986, e passa a se envolver com o jornalismo e a indústria cultural. Mas da década de 1990 até o fim de sua vida manteve uma produção constante; definindo-se como antimoderno, influenciado pela filosofia de Nietzsche e pela sociologia pós-moderna de Michel Maffesoli, Faye é conhecido principalmente pelo conceito de *arqueofuturismo* (FAYE, 1998), empregado para definir o projeto de reconciliação da tecnociência com “valores arcaicos” da Antiguidade grega.

À primeira vista, ambos poderiam ser percebidos como teóricos muito afinados, tendo em vista o próprio retorno de Faye aos círculos do Grece e o compartilhamento de ideais: uma sociedade orgânica, uma cultura religiosa e política neopagã, a crítica da imigração e a crítica da sociedade de consumo. No entanto, quando do lançamento de *La colonisation de l'Europe* (FAYE, 2000), De Benoist irá acusá-lo de ser fortemente racista e ele será excluído uma vez mais do Grece no ano 2000. Faye se aproxima do movimento neopagão Terre et Peuple, mas também é expulso em 2007, após a publicação do livro *La nouvelle question juive* (FAYE, 2007), visto como obra demasiadamente sionista por nacional-revolucionários e católicos tradicionais.

Apesar dos pontos de aproximação, o pensamento de Faye é mais radicalmente autoritário, pressupondo a ação de um líder político carismático ditatorial, e explicitamente racista, com ênfase em uma visão étnica baseada na ideia de “guerra civil racial” e ligada a linhagens de sangue e políticas eugenistas. De forma que o cientista político Stéphane François descreveria o arqueofuturismo de Faye como uma combinação entre “filosofia pós-moderna, alguns elementos da contracultura ocidental e racismo” (FRANÇOIS, 2019).

⁹ O Club de l'Horloge (1974-2015) foi um *think tank* neoliberal surgido a partir do Cercle Pareto, um círculo de discussão criado na Science Po, de Paris, por estudantes associados ao Grece. O Club de l'Horloge pode ser concebido como uma dissidência do Grece conduzida por aqueles que não quiseram separar o ativismo e a carreira política, ou uma participação mais constante na cena pública e midiática, e cuja distância do grupo original se construiu ao longo do tempo pelo apoio que deram ao catolicismo e ao neoliberalismo (LAMY, 2016).

De Benoist, ao contrário, a partir dos anos 1990, conseguirá maior interlocução com círculos políticos e acadêmicos à esquerda, como a revista do movimento Mauss, ou mesmo marxistas, no âmbito das reflexões sobre democracia participativa e antiglobalização (CAMUS, 2019). Pretende uma modernidade alternativa (BAR-ON, 2012), uma nova lógica de convivência social em oposição ao capitalismo, ao colonialismo e ao imperialismo do mundo ocidental globalizado de hegemonia estadunidense. Descrita dessa maneira, a proposta guarda larga semelhança com o ideário das esquerdas desde o final do século XX.

Toda essa reorientação resultará em um projeto mais amplo de construção de formas políticas que concedam oportunidade para regenerar os antigos laços complementares entre o povo e a aristocracia através de uma federação de comunidades locais, fracionando os atuais Estados-nação. O manifesto *La Nouvelle Droite de l'an 2000* (DE BENOIST; CHAMPETIER, 1999) sintetiza de maneira programática um salto qualitativo na promessa de uma terceira via entre o comunismo e o capitalismo liberal, mas, diferente do fascismo, concatenado não a um Estado corporativo, mas a uma promessa federativa de democracias locais, pautadas pelo direito à diferença (homogeneidade étnico-cultural e antirracismo) e por uma ecologia integral (limitação do crescimento do capital).

Entretanto, na próxima seção buscaremos demonstrar como tal promessa está ainda enraizada em um projeto de uma “nova revolução conservadora”, bem delineada na biografia e no papel desempenhado por Alain de Benoist e seu trabalho de conservação e atualização de um conjunto de ideias, ao mesmo tempo aristocráticas e revolucionárias, do pensamento de direita europeu do final do século XIX ao início do XX, que, em parte, se relacionaram com as experiências fascistas.

3. ALAIN DE BENOIST E A “NOVA REVOLUÇÃO CONSERVADORA”

Alain de Benoist nasceu no ano de 1943 em Saint Symphorien, uma pequena comunidade autônoma de 7 mil habitantes, hoje pertencente a Tours, onde passou seus primeiros anos de infância, anos de ocupação alemã no país, antes de sua família se mudar para Paris, em 1950. Nesse pequeno povoado, De Benoist recebeu suas primeiras impressões da França rural e periférica, que o marcaria afetivamente e intelectualmente, como polo de virtudes oposto ao das grandes cidades.

Em sua autobiografia, De Benoist sempre se demonstrou orgulhoso em relação à sua ascendência familiar, cuja origem remontaria, do lado paterno, à aristocracia político-militar nos séculos XVIII e XIX, e a cuja descendência, entretanto, não dará continuidade, e do lado materno ao campesinato bretão, uma vez que sua mãe era filha de trabalhadores ferroviários. Sua família seria fruto, portanto, de uma mescla aristocrática e campesina, da qual se orgulhará:

Sempre fiquei muito feliz por vir de tal mistura, na qual talvez outros tivessem visto uma má aliança; para ser mais preciso, estou feliz por não haver, entre meus ancestrais,

A proposta de um “contraleninismo” e de um “gramscismo de direita” revela uma estratégia de reflexão que não ignora o conteúdo dos principais teóricos marxistas nem os temas da esquerda, como a diferença cultural, o antirracismo, o anticolonialismo, a ecologia e o anticapitalismo, mas procura incorporá-los em uma síntese afinada com um repertório político diferenciado e oposto

um único representante da burguesia. Desde sempre acreditei que a nobreza e as pessoas comuns compartilham os mesmos valores fundamentais; quer dizer, seus valores se complementam de maneira natural, enquanto os valores da burguesia são diametralmente opostos. Como valores de nobreza, defino o senso de honra, a coragem, o cumprimento da palavra, as altas exigências sobre si mesmo, o desapego, o senso de sacrifício e a abnegação. Os valores do povo são igualmente arraigados e coincidem, na maior parte, com os anteriores e acrescentam o que George Orwell resumiu na bela expressão *common decency* [moralidade comum] (DE BENOIST, 2014, p. 21 apud NYMETH, 2019, p. 298, tradução nossa).

Entretanto, essa valorização, *a posteriori*, de suas origens, não poderia deixar de lado o fato de seu núcleo familiar estar imerso na cultura republicana e católica; mas fundamental na marcação dos traços valorativos

a respeito de suas origens foi a influência de sua avó paterna, Yvonne de Benoist, dotada de formação artística e intelectual, que foi secretária e supostamente amante do sociólogo Gustave Le Bon, famoso autor de *Psicologia das multidões* (LE BON, 1954). A presença da avó nos anos da formação moral e intelectual de Alain de Benoist permite remontar a herança da idealização dos valores da nobreza derrotada pela revolução burguesa:

Ela foi a primeira a me ensinar o significado da expressão *noblesse oblige*. Pertencer à aristocracia não significava ter mais privilégios ou gozar de direitos especiais em relação às outras pessoas, mas impor-se mais obrigações, medir-se com uma régua superior, ter mais responsabilidades que os outros. Agir nobremente — não importa de que círculo social alguém venha — significa nunca estar satisfeito consigo mesmo e nunca argumentar de forma utilitária. A beleza da abnegação, do desperdício desnecessário, dos gestos. A convicção de que se pode e deve sempre fazer mais e melhor; que é execrável vangloriar-se das próprias realizações; e que o valor de um ser humano é demonstrado em sua habilidade de lutar continuamente contra seus próprios interesses (DE BENOIST, 2014, p. 34 apud NYMETH, 2019, p. 300, tradução nossa).



A Nova Direita europeia ou transnacional tem em vista vários desenvolvimentos teóricos paralelos e muitas vezes conexos, como o arqueofuturismo de Guillaume Faye, ao lado, em foto de 2015

O contexto familiar favoreceu, nesse sentido, seu contato com a herança intelectual do pensamento “radical aristocrático” de Nietzsche e de filósofos de uma corrente oposta às transformações do mundo moderno desde, pelo menos, a Revolução Francesa. O florescimento dessa corrente se deu especialmente no contexto cultural e político da Alemanha desde o final do século XIX, no qual emerge uma “nova psicologia” pautada pela mútua influência literária e artística antimoderna e antiocidental. Na historiografia esse conjunto de tendências ficou conhecido como “revolução conservadora” — expressão aceita por uma grande parte dos atores envolvidos, inspirados pelo escritor russo Fiódor Dostoiévski, que, em 1876, conclamara seus compatriotas a serem, na Europa, “revolucionários pelo conservadorismo” (MERLIO, 2003).

O pessimismo ou niilismo aristocrático partilhado por escritores e filósofos como Dostoiévski, Friedrich Nietzsche, Thomas Mann e Oswald Spengler¹⁰ era referência importante no cultivo de uma individualidade cultural na Alemanha desde o fim do século XIX, que influenciou, após a Primeira Guerra Mundial, os jovens intelectuais nacionalistas, muitos ex-soldados, ressentidos com a República de Weimar, os acordos de Versalhes e a restauração da monarquia. Foi nessa ambiência que se criou um contexto cultural diferente, pautado pela afirmação de valores políticos ao

10 A obra *A decadência do Ocidente*, de Spengler (1986), foi uma referência fundamental nos debates historiográficos, filosóficos e políticos na Alemanha, além da obra *Prussianismo e socialismo* (SPENGLER, 1924), defensora de um socialismo autoritário e nacionalista. Spengler foi inspiração para o nazismo, mas posteriormente condenado pelos intelectuais do regime por conta do seu pessimismo e da recusa em assumir o tipo de racismo defendido pelos nazistas.

mesmo tempo conservadores e revolucionários, nacionalistas e socialistas, que forneceu a base de mobilização de socialismos autoritários, de inspiração aristocrático-militar prussiana, como o nacional-socialismo ou o nacional-bolchevismo (KLEMPERER, 1951)¹¹.

Vale a pena considerar a síntese feita por Dupeux (1994) das concepções de uma das principais lideranças desse contexto, Arthur Moeller van den Bruck (1876-1925), em seu livro *O Terceiro Reich* (1923), dividido em oito capítulos:

1. “*Revolucionário*”: “nós queremos ganhar a Revolução”.
2. “*Socialista*”: “cada povo tem seu próprio socialismo”: aos russos, o bolchevismo; aos italianos, o fascismo; aos alemães, uma forma própria ao seu ser [...].
3. “*Liberal*”: designa o inimigo principal; “o liberalismo é a morte dos povos”: de um lado, porque o liberalismo é o espírito crítico, corrosivo; de outro, porque ele resulta no “compromisso”. Entretanto, o “compromisso liberal” é o contrário da “*decisão*”, atitude de toda verdadeira política, como afirmará mais especificamente o célebre jurista Carl Schmitt.
4. “*Democrata*”: “a democracia é a participação do Povo no seu Destino”: não necessariamente na decisão, mas no “espírito geral do povo”.
5. “*Proletário*”: “é proletário aquele que deseja sê-lo”: onde Moeller afirma o primado da ideia em oposição ao determinismo econômico de Marx.
6. “*Reacionário*”: “podemos retornar na política, não na História” — onde Moeller demonstra sua orientação “futurista”, do “jovem conservador”, em oposição à nostalgia tradicional do partido “nacional-alemão” (DNVP).
7. “*Conservador*”: “o conservadorismo tem, para ele, a eternidade”: Moeller manifesta, aqui, a dimensão propriamente “fundamentalista” do conservadorismo, trazer de volta o essencial para abrir o caminho ao...
8. ... *Dritte Reich*, ao Terceiro Reich, sobre o qual ele diz: “nós devemos ter a força de viver nas contradições”, porque elas são a própria Vida, diferentemente das “construções” perfeccionistas dos racionalistas (DUPEUX, 1994, p. 476-477, tradução nossa).

Em suma, o “conservadorismo revolucionário” não é um partido político, mas uma nebulosa ideológica que começa a se organizar com força ao final de 1918 e começa a se enriquecer de novas tendências na medida em que o sistema político alemão fracassa em relação ao nacionalismo e ao “germanismo integral” (*völkisch*), liderado por uma “burguesia da cultura” ligada ao idealismo romântico e por jovens ex-combatentes (DUPEUX, 1994).

Sobre esse contexto, a tendência mais difundida na historiografia ocidental é considerar que o nazismo se originou do “conservadorismo revolucionário”, no sentido de que este teria criado um terreno fértil para as atrocidades dos nazistas no futuro (ALEKSEEVICH, 2020). Logo, o foco recai muitas vezes, e precisamente, na

¹¹ Entre os pensadores que integraram essa “revolução conservadora” na Europa, especialmente na Alemanha, estão Ernst Jünger, Carl Schmitt, Arthur Moeller van den Bruck, Ludwig Klages, Ernst Niekisch, Gregor e Otto Strasser, Martin Heidegger, Othmar Spann e Alfred Rosenberg, entre outros (MOHLER, 1950).



Reprodução/ europa@vivre.news

Jean-Marie Le Pen: representante da extrema-direita francesa

relação e interdependência do nacional-socialismo e da “revolução conservadora”, no quadro dos pontos comuns mais negativos, como o antissemitismo. O ponto de vista marxista, por sua vez, é semelhante, com o acréscimo do argumento que salienta os benefícios adquiridos pelo capital monopolista e pelo capital empresarial em geral. Assim, o terreno ideológico estava limpo para a reação burguesa e para a implementação da política imperialista pela Alemanha, o que retiraria o caráter revolucionário desse conservadorismo¹².

Nas últimas décadas do século XX, contudo, foram feitas tentativas para olhar para a “revolução conservadora” em seus aspectos culturais e filosóficos, sem lançá-lhe acusações diretas ou mesmo, indiretamente, insinuar sua cumplicidade com o nazismo. Apesar de semelhanças com a “revolução conservadora”, o nazismo de Hitler teria ocupado uma posição marginal entre os principais defensores dela (KLEMPERER, 1951), que o condenavam como desvio do aristocratismo em direção à oclocracia e a uma “biocracia” racista (DUPEUX, 1994). No mesmo sentido, a revolução conservadora seria um fenômeno da “modernidade alternativa” (ALEKSEEVICH, 2020): seu principal ponto de contato com o ideário nazista se daria pelo discurso anti-Weimar e anti-Versalhes e não pelo racismo biológico ou o antissemitismo nazista.

12 Alekseevich (2020, p. 4, tradução nossa): “O capitalismo como sistema econômico formou uma base comum para o liberalismo e o conservadorismo revolucionário. Assim, ambas as visões de mundo isolaram a luta de classes por meio da ideologia da unidade nacional, apoiaram o imperialismo alemão e não lutaram contra o antissemitismo. Como entender o ‘anticapitalismo’ do conservadorismo revolucionário? Segundo Gershenberger, esse comportamento é entendido apenas em um contexto cultural, enquanto o conservadorismo economicamente revolucionário era guiado pelo empreendedorismo liberal e defendia o capitalismo empreendedor.”

Esse ponto de vista é defendido por alguns dos principais pesquisadores do tema, como Breuer (1993) e Mohler (1950), para o qual “a ‘revolução conservadora’ não é de forma alguma uma ideologia congelada com contornos claramente delineados, mas uma ‘área topográfica’ difícil de registrar” (MOHLER apud ALEKSEEVICH, 2020, p. 2, tradução nossa). Breuer (1993), contudo, chega a uma conclusão crítica sobre as tentativas de atribuir ao conceito de “revolução conservadora” a soma das várias tendências sociopolíticas e culturais na República de Weimar — dos Jovens Conservadores aos “revolucionários nacionais”. Para Breuer essas tendências seriam a manifestação de um “novo” nacionalismo, nascido de uma sociedade de massas e da crise de consciência burguesa, buscando destruir os estreitos interesses de classe do “velho” conservadorismo e seu desejo de retornar ao passado e manter as instituições tradicionais como a Igreja, a monarquia e formas de trabalho e convivência rurais.

Entretanto, a proposta de Breuer, apesar do mérito de seu detalhamento tipológico das várias tendências de pensamento do período, não parece convencer a comunidade científica (MERLIO, 2003). O “conservadorismo revolucionário” continua sendo a expressão que delimita um certo conjunto de tendências cuja marca é, justamente, a conjunção de termos (aparentemente) opostos: uma revolução para a restauração de “valores essenciais da nação”, sem o simples retorno a formas passadas, como desejam os velhos conservadores e reacionários, mas realizando um processo de expansão e desenvolvimento; a aceitação da modernidade técnica (tecnologia e planejamento estatal), mas a negação da modernidade cultural dos valores do Iluminismo e da Revolução Francesa, como o individualismo e o humanismo universalista e igualitário; confiança em uma elite cultural e política selecionada por suas qualidades e não pelo povo, ao mesmo tempo que incentiva a mobilização constante das massas populares na vida coletiva; movimentos que não se pretendem “nem de esquerda nem de direita”, que visam “ganhar a revolução” dos “progressismos”, seja na forma do liberalismo ou do socialismo marxista (considerados “inimigos-irmãos”), e também contra a direita conservadora pessimista; otimistas em sua capacidade de moldar o futuro, consideram-se portadores do “espírito do povo e da nação” e da “força do destino”, pois dominam a técnica na era das massas (organização, mobilização e propaganda) (DUPEUX, 1994; MERLIO, 2003).

Na França, Alain de Benoist e o Grece serão os principais responsáveis pela conservação do legado intelectual desse “modernismo antimodernista” ou “modernismo reacionário” representado pela revolução conservadora na Alemanha e pela geração “não conformista”¹³ dos anos 1930, na França, que propunha a formação de uma nova ordem não totalitária, mas para além do individualismo e do liberalismo (CAMUS, 2019). Através de uma série de iniciativas editoriais e em parceria com o alemão Armin Mohler, antigo secretário de Ernst Jünger, De Benoist participará da reabilitação e revisão crítica da “revolução conservadora” como fonte ainda inexplorada de tendências políticas próximas ao nacionalismo revolucionário.

¹³ Inspirada em Alexandre Marc, Robert Aron, Arnaud Dandieu e Emmanuel Mounier (CAMUS, 2019).

A modernidade, a democracia e o comunismo significavam, para ele, o período da decadência, de predominância de valores materialistas, voltados à economia, à miscigenação, ao secularismo, ao feminismo e ao hedonismo sexual

Assim, seu esforço será por não “reabrir Auschwitz”, ou seja, ao distanciar a renovação do pensamento revolucionário conservador de suas ligações com as formas históricas do nazifascismo, os traços mais “espiritualistas” e metafísicos da “revolução conservadora” serão cada vez mais ressaltados. É dessa maneira que Alain de Benoist se aproxima de uma vertente hoje nomeada Tradicionalista¹⁴, que integra o conjunto maior do pensamento revolucionário conservador do início do século XX¹⁵. No Brasil a vertente se tornou conhecida através do livro *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista* (2020), de Benjamin Teitelbaum, para o qual

os Tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é — comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o “progresso”. Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou direita: alguns até dizem que esse sistema está além do fascismo. Consequentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e do Oriente em geral (TEITELBAUM, 2020, p. 20).

14 Em conformidade com o uso que os intelectuais dessa escola e da literatura especializada fazem, utilizamos inicial maiúscula em *Tradicionalismo* e *Tradição* para diferenciar essa vertente da ideia comum vinculada às grafias *tradicionalismo* e *tradição*, afeita à simples valorização dos usos e costumes do passado. O *Tradicionalismo* ou a *Tradição*, por sua vez, diz respeito a uma crença e um conjunto específico de saberes, práticas e símbolos originais e eternos na história da humanidade.

15 O Tradicionalismo insere-se, na verdade, em uma longa tradição do pensamento reacionário e irracionalista, para alguns iniciado como reação à Revolução Francesa e tendo como maior expressão política o fascismo (AUGUSTO, 2017). Para outros (VAZ, 2018), suas raízes são mais antigas. Ele seria o desenvolvimento particular do gnosticismo, crença milenar, em geral conflitante com o desenvolvimento do cristianismo e do catolicismo na história europeia, que defende uma separação radical entre o mundo do espírito (ao qual apenas acede uma elite esclarecida) e o da matéria (lugar da maioria). Para os gnósticos, o mundo não seria obra da razão divina, mas de um demiurgo, distante do Ser Absoluto. Sendo uma realidade imperfeita, precisa ser alterada. Nessa interpretação, como forma de gnosticismo, o Tradicionalismo compartilharia raízes comuns com as ideologias ou religiões políticas totalitárias (VAZ, 2018).

Dois intelectuais são as referências principais do Tradicionalismo: René Guénon e Julius Evola. Guénon, francês convertido ao islamismo, elaborou as bases de uma “filosofia perene” espiritualista, baseada na crença em uma religião original perdida (a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene), cujos fragmentos se encontram espalhados entre valores e conceitos de diferentes religiões, principalmente as religiões indo-europeias (hinduísmo e zoroastrismo) e religiões europeias pagãs pré-cristãs. Para ele, bem como para os Tradicionalistas em geral, a história humana percorreria um ciclo de quatro idades: da idade de ouro à de prata, à de bronze e à idade sombria, até retornar à idade de ouro e retomar o ciclo. Cada idade corresponderia ao domínio de diferentes castas de pessoas: sacerdotes, guerreiros, comerciantes e escravos. A passagem de uma idade para a outra, concebida em termos de decadência, ocorreria pela mudança nos valores defendidos, dos mais imateriais (espiritualidade e honra) até os mais materiais (dinheiro e gratificação corporal). A inspiração é o sistema de castas hinduísta e uma noção de tempo fatalista e pessimista, que associa a origem, o desenvolvimento e a decadência de civilizações com a perda de espiritualidade, e, por essa razão, a necessidade de conexão com valores da Tradição, ao alcance de um grupo seleto de intelectuais iniciados, capazes de compreender o ciclo histórico e preparar o mundo para a passagem ao momento seguinte.

O filósofo italiano Julius Evola, por sua vez, teria conduzido o Tradicionalismo menos para os valores orientais e mais para a direita política, tornando-se a referência mais importante dessa vertente na atualidade. Para Evola, um dos principais intérpretes críticos de Guénon, seria necessária a revitalização dos “europeus nativos”, concebidos como arianos, “seres etéreos e fantasmagóricos”, de uma sociedade patriarcal originária situada no Ártico, cujas virtudes decaíram conforme migravam para o Sul e “se tornavam encarnados”. Dessa maneira, seu sistema de valores baseava-se em uma hierarquia que situa o espírito acima da matéria; o Norte acima do Sul; o branco acima do negro; a masculinidade acima da feminilidade. A modernidade, a democracia e o comunismo significavam, para ele, o período da decadência, de predominância de valores materialistas, voltados à economia, à miscigenação, ao secularismo, ao feminismo e ao hedonismo sexual. O seu horizonte principal ou inicial, portanto, se concentrava na sociedade europeia, em um programa paradoxalmente reacionário e futurista para a formação de um “império pagão” europeu (EVOLA, 1928): uma releitura da teocracia e dos modelos aristocráticos, feudais e guerreiros de organização política, contra, ao mesmo tempo, a homogeneidade e universalismo promovidos pelo cristianismo e pelo secularismo, fundada na substituição da história pelo mito. Para Augusto (2017), com base em Lukács (2009):

Esse aspecto central do pensamento de Evola se enquadra na “ideologia fascista” que “se funda sobre esta base: nega radicalmente toda ideia de progresso e oferece através de um ‘milagre’” “a perspectiva da restituição do estado originário” (LUKÁCS, 2009, p. 37). A ideologia reacionária, no entanto, não é “direcionada para a restauração de algo passado”, mas para a “instauração de algo futuro” (LUKÁCS, 2009, p.



Reprodução/Wikimedia

Julius Evola, em foto de 1940: esse filósofo italiano inspirou a estratégia da “metapolítica”, adotada pela Nova Direita francesa

51); não apenas assim uma filosofia de caráter reacionário, voltada para o passado, é capaz de se tornar uma ideologia capaz de oferecer respostas a conflitos do presente. Desse modo, o passado na ideologia Tradicionalista de Evola é um passado mítico e de caráter metafísico e está direcionado “para um modo de ser social concebido como ‘ideal’”. Evola é explícito quanto ao caráter ‘ideal’ do passado Tradicionalista: “Para um autêntico conservador revolucionário, o que realmente conta é ser fiel não às formas e instituições do passado, mas aos princípios dos quais essas formas e instituições têm sido uma expressão particular, adequada para um período de tempo específico e em uma área geográfica específica.” (AUGUSTO, 2017, p. 7)

Evola, entretanto, contesta a sua filiação ao regime fascista e nazista. Em *O fascismo visto pela direita* (EVOLA, 2013), em *Notas sobre o Terceiro Reich* (EVOLA, 2013) e em depoimentos (EVOLA, 2021), o filósofo italiano busca manter alguma distância dessas experiências, que teriam cumprido apenas parcialmente com a concretização dos valores defendidos, aliando-se a valores terrenos e se corrompendo¹⁶. Em 1951, Evola se autodenominaria “superfascista”, não estando claro se isso significa que Evola estava se colocando acima ou além do fascismo (WOLFF, 2016). Guénon, do mesmo modo, teria se mantido muito mais ligado a uma finalidade esotérica, de construção de uma religião iniciativa, e não da atuação política.

¹⁶ Evola foi admirado por Mussolini e publicou o jornal *Sangue e Spirito* sob sua chancela; Evola também viajou para a Alemanha nazista e obteve apoio para seu jornal, não escondendo sua admiração pela SS. Apesar do envolvimento com o fascismo, Evola se afirma como um crítico de direita ao regime. Evola via no fascismo elementos populistas e de esquerda que deveriam ser eliminados em favor de uma política efetivamente aristocrática. Embora pudesse concordar com um movimento antimarxista, antidemocrático, restaurador da autoridade do Estado como superação da luta de classes na forma de um modelo corporativo e hierárquico, ele afirma não estar de acordo com os aspectos ditatoriais dos regimes e nunca ter participado dos grupos políticos ligados ao governo fascista na Itália (embora tenha colaborado com agentes da SS em aulas sobre sua filosofia).

Como situar Alain de Benoist ante esse conjunto de ideias? Em geral, ele não é visto nem se concebe como teórico Tradicionalista, especialmente em sua vertente religiosa ou ocultista; ao mesmo tempo, sua proximidade com o ideário do Terceiro Reich, herdeiro do pensamento “revolucionário conservador”, pode ser contrabalançado com o legado do movimento francês “não conformista”, favorável a uma alternativa não totalitária e sua aproximação com a ideia de deliberação democrática. No entanto, ao contrário de Camus (2019), entendemos que há demasiados pontos de contato entre o pensamento de De Benoist e de Evola para descartar uma influência. Se De Benoist não é um “evoliano”, não deixa de ser relevante o seu papel na divulgação do pensamento de Evola, a sua proximidade com o principal Tradicionalista evoliano russo, Aleksandr Dugin, e o compartilhamento de temas com o filósofo italiano: o ideal de um nacionalismo europeu pagão; o antimarxismo; o aristocratismo, e a metapolítica.

Um caminho para perceber tais similaridades ou pontes entre as propostas de Evola e De Benoist é outra fonte de inspiração para este último: os trabalhos do filólogo Georges Dumézil sobre os indo-europeus (DUMÉZIL, 1924)¹⁷, segundo os quais teria havido uma protolíngua comum (o protoindo-europeu), falada por um grupo de pessoas que se dispersaram geograficamente, ramificando-se em diversas línguas e culturas indo-europeias. Para Dumézil, seria possível a busca de uma “língua original”, de um “povo originário” e de uma “pátria original”, que estaria supostamente localizada em algum lugar no norte da Europa. A partir de uma livre apropriação do contestado trabalho de Dumézil, os intelectuais ligados à direita retomaram a ideia de uma unidade cultural europeia a partir de uma origem ariana, povos originados das estepes da Ásia Central que teriam povoado o atual Irã e constituído a sociedade indiana. Além disso, encontram os fundamentos para uma leitura de sociedade equilibrada dividida em castas:

A teoria da tripartição é o ponto nevrálgico da obra de Dumézil e desenvolve-se a partir de seus estudos sobre o sistema social indiano. A sociedade pós-védica indiana estava dividida em quatro castas, das quais as três mais altas eram arianas puras. O modelo de Dumézil baseia-se apenas nas três castas arianas, que eram compreendidas por *brāhmanas*, sacerdotes que estudavam as escrituras sagradas e celebravam sacrifícios; *ksatriyas* (ou *rājanyas*), guerreiros que defendiam o povo através da força; *vaisyas*, incumbidos do comércio, das pastagens, do trabalho, produtores de bens materiais [...]. Dumézil afirma que essa divisão tripartida não fora criada pelos indianos, mas era resultado da intensificação de uma doutrina e prática preexistentes. Através de estudos comparativos, que envolveram material iraniano (principalmente relacionado aos citas e ossetas caucasianos) e romano, Dumézil conclui que várias relíquias de uma estrutura trifuncional, de acordo com o modelo indiano, podem ser encontradas em sociedades indo-europeias (BOULHOSA, 2006, p. 3-4).

¹⁷ Para uma análise crítica da obra de Dumézil, cf. Boulhosa (2006).

Essa organização social tripartida suscitaria, de forma simétrica, uma tripartição teológica, segundo a qual os deuses estão divididos em três grupos, relacionados a três tipos de atividade humana: sacerdotes (1ª função); guerreiros (2ª função); criadores ou agricultores (3ª função). Seria possível presumir, assim, que nas origens da sociedade indo-europeia os dois primeiros grupos teriam guerreado com o terceiro, originando as mudanças que desenvolveram historicamente a Europa como ela se constituiu¹⁸. Dumézil se importa, nesse sentido, com as relações entre essas castas e a maneira pela qual se criam ideologias correspondentes.

As ideias de Dumézil guardam, por sua vez, similaridades com as trabalhadas pelos *eurasianos* e *neoeurasionos*, dos quais Alain de Benoist aproximou-se mais recentemente em seus contatos na Rússia (SEDGWICK, 2020). O *eurasianismo* foi um movimento político que teve suas origens na comunidade de imigrantes russos na década de 1920 e que defendeu o não pertencimento da “civilização pan-eslava”¹⁹ à categoria “europeia”: a Eurásia seria uma civilização com contornos próprios — históricos, econômicos, culturais, linguísticos, étnicos e geográficos —, diferente tanto da Europa quanto da Ásia, e cuja unidade política corresponderia a uma forma política não democrática e não capitalista.

A emigração russa para países da Europa durante a queda do czarismo e a Revolução Soviética (1905-1917) criou um conjunto de jornais e associações voltados a uma “utopia conservadora”: uma geração de “eslavófilos da era do futurismo”, interessados não em um simples retorno ao passado, mas nas condições, mesmo por via revolucionária, de criação de uma nova forma política para uma antiga civilização (WIEDERKEHR, 2017). O eurasianismo mantém, nesse sentido, uma relação com o contexto cultural da “revolução conservadora” descrito para a situação alemã, mas cuja abrangência acabou se estendendo à intelectualidade de outros povos à época, especialmente o russo, ou encontrando pontos de coincidência com ela (LUKS, 1986). Um tema comum era o combate à influência do Ocidente (livre mercado, individualismo e imperialismo britânico e francês) e o fortalecimento da identidade dos povos orientais, considerados não europeus. Outros pontos de aproximação: a rejeição do pluralismo político e da democracia parlamentar; a negação do capitalismo em favor de uma economia planejada; o apoio a uma forma política autárquica (WIEDERKEHR, 2017). Luks (1986) aponta ainda outros paralelos entre as duas propostas: a característica elitista e a crença errônea de que poderiam instrumentalizar o partido nazista ou o bolchevique para seus objetivos antiliberais; a visão organicista da sociedade; a aderência a ideias geopolíticas; e a rejeição da modernidade.

Para eles, a ciência histórica garantiria os instrumentos de predição dessa unidade política futura “inevitável”. A Revolução de Outubro dos bolcheviques, por exemplo, foi uma reação necessária à rápida modernização da sociedade russa, mas deveria, através do abandono do internacionalismo proletário, do ateísmo militante

¹⁸ Sintoma do pensamento aristocrático de Dumézil é a exclusão, no seu esquema, da casta de escravos e servos, que estariam fora da “boa” divisão social.

¹⁹ Povos russos, mongólicos e turcos, entre outros.

e da luta de classes, evoluir para um novo governo cristão ortodoxo nacional, não europeu (WIEDERKEHR, 2017). Os eurasianistas apoiavam a ideia de substituir a ditadura bolchevique de partido único por uma “ideocracia” (*ideokratiia*), tipo de governo comandado por uma minoria não eleita que governa em nome e no interesse do povo, através de um domínio absoluto da ideologia em cada aspecto da vida social²⁰. O fascismo e a URSS seriam, nesse sentido, “ideocracias” imperfeitas, conservando o ideal de mobilização política e a economia planificada, mas transformados, acentuando seus aspectos centralizadores e o antimodernismo cultural de caráter religioso (WIEDERKEHR, 2017).

A recuperação da perspectiva de pensamento eurasiana começa a ser feita nas décadas mais próximas ao colapso da União Soviética. O que caracteriza o neoeurasianismo são as conclusões a partir da aplicação de sua teoria da etnogênese: a ocupação mongol (1240-1480) teria protegido do Ocidente as etnias russas emergentes, permitindo-lhes ganhar tempo para atingir a maturidade (LARUELLE, 2001)²¹. Atualmente, o nacionalista russo e cristão ortodoxo Aleksandr Dugin²² tem sido o principal defensor do “neoeurasianismo”, em prol da reunificação da Rússia com os antigos territórios soviéticos e o Irã, contra o Ocidente e a liderança dos Estados Unidos²³ e em favor da construção de um mundo multipolar, não mais atado às tradições ocidentais. Dugin propõe a união entre as civilizações orientais “contra o Demiurgo mau, criador de um mundo condenado”, ou seja, o Ocidente e o mundo unipolar liderado pelo “Império dos Estados Unidos” (DUGIN; CARVALHO, 2012 p.10).

As contribuições de Guénon, Dumézil, Evola e dos eurasianistas serão incorporadas por Alain de Benoist na fundamentação da ideia de uma Europa como federação de comunidades de cultura política neopagã, em uma estrutura social não igualitária, “aristocrático-popular”, em recusa ao espírito burguês, e reunidas em uma unidade

20 Apesar dos pontos em comum, e dos contatos estabelecidos com os editores alemães da *Vorkämpfer* e *Widerstandt*, ligados aos “conservadores revolucionários” e nacional-bolcheviques, os dois projetos não conseguiram uma cooperação prática (WIEDERKEHR, 2017). Em grande parte, devido à potencial rivalidade entre os projetos nacionais expansionistas, o do “Império do Meio” alemão (*Mittel Europa*) e o da civilização russo-eslava. Já em relação ao bolchevismo, como citado anteriormente, a adesão dos eslavistas foi programática: tratava-se de conduzir a revolução, no longo prazo, a um caminho conservador. Em certo sentido, é relevante pontuar, o movimento eurasianista se assemelha a uma tendência à direita que teve como principal contraste, à esquerda, o movimento *narodnik*, conhecido como “populismo russo”, que advogava, desde o século XIX, através de táticas radicais, a revitalização de antigas formas comunitárias rurais no sentido de uma transição para o comunismo por uma via particular, sem necessidade de modernização industrial-burguesa.

21 O neoeurasianismo convive ainda com uma tendência “bizantinista”, semelhante em sua rejeição ao Ocidente, mas que identifica a Rússia com o Império Bizantino, e não com a cultura tribal da Ásia Central (LARUELLE, 2001). Sobre o neoeurasianismo, cf. Matos (2016) e Souza (2016).

22 “Alexandre Dugin nasceu em 7 de janeiro de 1962 em Moscou dentro de uma família de militares. No começo dos anos 80, sendo um dissidente do regime comunista [...], entrou em contato com pequenos grupos Tradicionalistas e com círculos político-literários de Moscou [...]. Suas ideias foram influenciadas, a partir dos anos 80, pela Nova Direita europeia e principalmente por Alain Benoist [...]. Dugin [...] é líder do Movimento Eurasiano Internacional e diretor do Centro de Pesquisas Conservadoras da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou.” (DUGIN; CARVALHO, 2012, p. 8)

23 Tal estratégia possibilitaria a unificação das “civilizações telúricas”, baseadas na terra, contra as “civilizações atlânticas”. Para Dugin, essa oposição seria mais completa que a polaridade “trabalho x capital” (DUGIN; CARVALHO, 2012).

A recusa da Nova Direita de se denominar neofascista parece ser correta apenas no sentido da nostalgia dos fascismos históricos, dado que o sentido último da atuação dos intelectuais dessa vertente é um retorno a fundamentos autênticos que faria dos fascismos históricos apenas uma cópia falha de um projeto inacabado

mais ampla que o Estado-nação, ou seja, o império. A essa proposta costuma-se nomear terceira via entre esquerda e direita, entre o comunismo e o capitalismo, ou mesmo quarta via, entre o comunismo, o capitalismo liberal e o fascismo (DUGIN, 2012). Para De Benoist, todas essas alternativas atualizariam afinidades entre monoteísmo e dominação, contidas no princípio do igualitarismo universalista, originado do cristianismo, esse “bolchevismo da Antiguidade” (KEUCHEYAN, 2017).

Um segundo aspecto que aproxima De Benoist do Tradicionalismo, entendido como gnosticismo, é a busca por manter distância de cargos oficiais em governos, como forma de liberdade de ação e reserva moral de condução, se não profética, metapolítica, para a construção do projeto de mundo que defendem:

“o gnóstico coloca-se assim, logo à partida, na posição de um ser marginal, reduzido [...] a constituir comunidades paralelas e secretas que transmitirão a doutrina” (Lacarrière ...) [...]. Atentar contra o rei já não é atentar contra Deus. Atentar contra a natureza, alterando-a radicalmente, já não é atentar contra a ordem da criação, pois esta deixou de ter a marca divina. Portanto, só num mundo secularizado pode haver espaço e ambiente espiritual para o surgimento de alternativas na forma das religiões políticas de essência gnóstica. Nesse processo o intelectual tem um papel de relevo, pois a redenção do mundo faz-se por via do conhecimento do passado mas, sobretudo, da capacidade de “predizer como prosseguirá no futuro a história universal” (Voegelin ...). Essa personagem tem ainda a função essencial de “fazer parecer possível”, na expressão de Voegelin — um empreendimento fundamental no projeto gnóstico: “trata-se de superar a constituição do ser, com a sua origem no divino-transcendente, e de substituí-la por uma ordem do ser imanente ao mundo, cuja completude é dada

no âmbito do poder da ação humana. Trata-se de alterar de tal modo a estrutura do mundo, sentida como inadaptaada, que dela surja um mundo novo e satisfatório.” (Vogelin ...) (VAZ, 2018, p. 8, 11, 12)

Assim, Alain de Benoist parece coordenar um trabalho de longo prazo e reservado, de bastidor, ao mesmo tempo que, periodicamente, se mantém bastante presente no debate público aberto e promove a renovação dialógica do seu pensamento, atualizando-o em um sentido cada vez mais orientado para o pragmático, na discussão de soluções factíveis para a política relacionada à imigração como direito à diferença, por exemplo, ou à construção democrática de comunidades locais ou regionais.

4. A NOVA DIREITA EUROPEIA: UM “FASCISMO CULTURAL E PÓS-MODERNO”?

Ao longo do presente texto chegamos a algumas constatações: o desenvolvimento da Nova Direita europeia, que, desde os anos 1960, orienta-se em torno de um projeto de influência cultural como base para uma mudança política mais profunda; projeto que tem, no pensamento e na atuação de Alain de Benoist, um dos principais vetores, através do “gramscismo de direita” e da problematização dos modelos capitalista e socialista de sociedade, bem como das ideologias e formas políticas ligadas ao liberalismo. Esse projeto cultural e político estaria orientado em pelo menos quatro sentidos:

1. filosófico: crítica ao individualismo e ao igualitarismo universalistas e afirmação de um elitismo baseado em um “diferencialismo” cultural e coletivismo federativo;
2. sociológico: a construção de um novo tipo de sociedade comunitária, baseada nos pressupostos das sociedades de castas;
3. histórico: a partir da crítica à ideia de progresso (DE BENOIST, 2008), a visão da história como circularidade ou eterno processo de reatualização dialética do passado — na verdade, o fim da cisão entre passado e presente;
4. político: a política é práxis baseada na atualização de mitos como instrumentos de mobilização coletiva²⁴, no sentido da contestação da luta de classes e manutenção de uma sociedade comunitária, mas não igualitária, em uma relação pretensamente equilibrada entre a aristocracia e o povo, contra o domínio das elites baseadas no poder do dinheiro.

Os pressupostos para essa proposta de nova sociedade foram buscados através da recuperação do legado da “revolução conservadora”, um conjunto plural de reflexões teóricas e políticas no início do século XX voltadas à superação da economia, do Estado e do individualismo modernos através da valorização de formas políticas e referências culturais do Oriente e do medievo ou da Antiguidade clássica europeia, como o império, o desejo de um senso de honra e organização aristocrática. Ao mesmo tempo, esse projeto de nova sociedade é atualizado na incorporação de temas con-

²⁴ A construção da política como mito remonta ao pensamento do sindicalista revolucionário Georges Sorel.

temporâneos caros à Nova Esquerda — a ecologia, a crítica ao capitalismo, ao racismo e ao colonialismo —, como fora expresso no manifesto *La Nouvelle Droite de l'an 2000* (DE BENOIST; CHAMPETIER, 1999).

É essa vinculação da Nova Direita ao legado da “revolução conservadora” que acaba por conduzir, necessariamente, a uma discussão sobre o caráter fascista ou neofascista desse movimento. Recentemente, um dos principais estudiosos da Nova Direita francesa, Tamir Bar-On, envolveu-se em uma polêmica direta com Alain de Benoist a respeito do tema, apesar dos protestos de De Benoist, que recusa com veemência a sua vinculação ao fascismo:

Em meu debate com De Benoist, argumentei que a visão de mundo da ND [Nova Direita] tem semelhanças com o fascismo, mas ela não usa da violência aberta [. As concepções características da ND são]: 1) antiliberalismo; 2) anticomunismo; 3) anticonservadorismo; 4) uma tentativa de criar uma cultura nova, moderna, autodeterminada e secular; 5) uma estrutura econômica nacional altamente regulamentada, multiclasse e integrada; 6) uma estrutura econômica que use o Estado para restringir [o poder] do capitalismo, bancos e corporações multinacionais; 7) um desejo por Estados nacionalistas (ou regionalistas); 8) o objetivo [de criação] do império; 9) o desejo de grandeza europeia no domínio geopolítico; 10) uma avaliação positiva de autores que legitimam a violência, como Carl Schmitt e Julius Evola; 11) uma ênfase nos aspectos emocionais e místicos da vida, incluindo tradições, símbolos indo-europeus e laços primordiais com a região, a nação ou a Europa; 12) uma visão orgânica da sociedade e extrema ênfase no princípio masculino²⁵ (BAR-ON, 2016a, s.p., tradução nossa).

De maneira parecida, Pierre-André Taguieff (TAGUIEFF, 1995) afirma que a defesa grecista do direito à diferença e da rejeição ao racismo biológico se realiza em nome de um princípio, qualificado de “mixofobia” (*mixophobia*): uma lógica de preservação da pureza através da rejeição de toda forma de mestiçagem, biológica ou cultural. As comunidades étnicas ou culturais seriam aceitas em território francês desde que a partir de uma divisão em espaços comunitários distintos, separando os diferentes imigrantes e a população francesa no interior das cidades. O Grece, portanto, manteria características fundamentais do pensamento de extrema-direita: a defesa das diferenças de identidade cultural, em uma construção política que não se volta a uma reprodução dos nacionalismos centralizados, mas a uma fragmentação em comunidades regionais, baseada em uma Europa consciente da sua unidade como cultura e etnia.

O anticapitalismo da Nova Direita, por sua vez, reatualizaria os antigos valores aristocráticos idealizados contra a dominação econômica do capitalismo; valores também presentes como fundamento teórico dos primeiros registros históricos

25 A respeito da ênfase nos valores masculinos, alguma ponderação pode ser feita diante da afirmação da igualdade entre sexos no manifesto *La Nouvelle Droite de l'an 2000* (DE BENOIST; CHAMPETIER, 1999), mas a discussão proposta no manifesto não rompe com certa visão conservadora naturalizada sobre direitos e valores femininos e masculinos.

do fascismo (embora De Benoist critique a adesão dos fascismos corporativistas aos interesses da burguesia). O anticapitalismo da Nova Direita se coaduna com valores antiprodutivistas das propostas ecológicas de contenção do crescimento econômico, forma de compatibilizar comunidades regionais equilibradas (biorregionalismo)²⁶ com princípios espirituais neopagãos de relação com a natureza que, por sua vez, remontam à versão da história como regeneração de raízes étnico-culturais indo-europeias, também presente nas primeiras formas do fascismo.

No mesmo sentido, para Griffin (1980; 2000; 2012), a Nova Direita visa conservar uma “visão de mundo fascista” durante o longo interregno do pós-Segunda Guerra, forjando um novo consenso e uma nova onda de mobilizações. Já para Keucheyan (2017), a conversão da extrema-direita em “direita respeitável” é parte desse percurso, no qual Alain de Benoist tem papel fundamental. Em consonância com essas visões, Tamir Bar-on sintetiza:

Em meu *Rethinking the French New Right*, propus quatro interpretações da ND: 1) a ND como um movimento neofascista criado para tempos antifascistas; 2) um desafio ao espectro político tradicional de direita-esquerda; 3) uma variante da modernidade alternativa dentro de uma estrutura modernista mais ampla (ou seja, os pensadores da ND buscam alternativas revolucionárias para as variantes liberais e socialistas da modernidade, em vez de destruir todos os aspectos da modernidade); e 4) uma espécie de “religião da política” no contexto de uma era mais secular. É minha opinião que os pensadores da ND incorporam todas as quatro ferramentas conceituais (BAR-ON, 2016a, s.p., tradução nossa).

A reinterpretção da “revolução conservadora” como legado nacional-revolucionário seria uma tentativa, de um lado, de se distanciar dos fascismos históricos, mas, de outro, de retomar princípios espiritualistas ou Tradicionalistas, pressupostos não plenamente desenvolvidos ou corrompidos pelas experiências dos fascismos históricos. Ou seja: a Nova Direita estaria além dos fascismos históricos, na medida em que estes se distanciaram de um pretenso projeto original de reformulação da sociedade, do qual a “revolução conservadora” é a fonte. Isso significaria, ao mesmo tempo, que a recusa da Nova Direita de se denominar neofascista parece ser correta apenas no sentido da nostalgia dos fascismos históricos, dado que o sentido último da atuação dos intelectuais dessa vertente é um retorno a fundamentos autênticos que faria dos fascismos históricos apenas uma cópia falha de um projeto inacabado.

Sendo assim, a Nova Direita corresponderia ao desenvolvimento de uma tática cultural — orientada menos diretamente à ação política, disseminando seus princípios de maneira direta e indireta, através da mídia e do mercado editorial — e “pós-moderna” — em sua colagem de diferentes aspectos temáticos e conceituais da esquerda e da direita. O principal objetivo dessa tática seria preservar e disseminar uma constelação ideológica, a da “revolução conservadora”, retirando-a de suas vinculações com formas

²⁶ Para uma distinção dessa tendência de pensamento em relação ao anarquismo, cf. Pelletier (2008).

de realização histórica concreta consideradas equivocadas e, ao mesmo tempo, atualizando-a através de sua conexão com novos repertórios políticos.

Mas como incluir, sem ressalvas, o pensamento de Alain de Benoist no campo do (neo)fascismo, se lhe falta justamente a valorização da violência, do racismo, do nacionalismo e da submissão do indivíduo a um Estado de viés totalitário? As posições de Bar-On, Taguieff, Griffin e Keucheyan nos parecem pertinentes, mas não encerram a discussão, visto que é precisamente a conceituação, mais ampla ou restrita, do que é o fascismo que está em jogo. Somente uma análise mais sistemática sobre o fascismo e sua natureza, em conjunto com uma leitura mais profunda e ampliada das propostas da Nova Direita, poderia trazer mais luz a essa questão. No presente texto apenas indicamos pistas a serem perseguidas posteriormente nessa direção.

* Professor do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção, no Ceará. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado sanduíche no Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales (Cesdip), da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França. Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). *E-mail*: fvasconcelos@unilab.edu.br

► Texto recebido em 16 de agosto de 2021; aprovado em 17 de dezembro de 2022.

ALEKSEEVICH, Kanaev Artem. **Ernst Nikish, nacional bolchevismo e a União Soviética**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) —Universidade de São Petersburgo, São Petersburgo, 2020.

ANTÓN-MELLÓN, Joan. The idées-force of the European New Right: a new paradigm?. In: MAMMONE, Andrea; GODIN, Emmanuel Godin; JENKINS, Brian. **Varieties of right-wing extremism in Europe**. London: Routledge, 2013. p. 67-82.

AUGUSTO, André Guimarães. Visão de mundo aristocrática e a contrarrevolução conservadora. **Niep-Marx**, 2017. Disponível em: <www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC45/mc453.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

BAR-ON, Tamir. Debating with the Nouvelle Droite: what did I learn?. **Sicherheitspolitik**, 22 mar. 2016a. Disponível em: <www.sicherheitspolitik-blog.de/2016/03/22/debating-with-the-nouvelle-droite-what-did-i-learn>. Acesso em: 7 ago. 2021.

_____. The ambiguities of the Nouvelle Droite, 1968-1999. **The European Legacy**, v. 6, n. 3, p. 333-351, 2001.

_____. The French New Right's quest for alternative modernity. **Fascism**, v. 1, n. 1, p. 18-52, 2012.

_____. **Where have all the fascists gone?**. London: Routledge, 2016b.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. 1998. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

BOULHOSA, Patricia Pires. A mitologia escandinava de Georges Dumézil: uma reflexão sobre método e improbabilidade. **Brathair**, v. 6, n. 2, p.3-31, 2006.

BOUTIN, Christophe. L'extrême droite française au-delà du nationalisme (1958-1996). **Revue Française d'Histoire des Idées Politiques**, p. 113-159, 1996.

BREUER, Stefan. **Anatomie der konservativen Revolution**. Darmstadt: WBG Academic, 1993.

BUELA, Alberto. Que es metapolítica. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 41, n. 2, 2013.

CAMUS, Jean-Yves. Alain de Benoist and the New Right. In: SEDGWICK, Mark (Ed.). **Key thinkers of the radical right: behind the new threat to liberal democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

COLLINS, Jacob Joseph. Toward a white nationalist Europe: the archaic fantasies of Alain de Benoist. In: COLLINS, Jacob Joseph. **The anthropological turn**. University of Pennsylvania Press, 2020. p. 37-78.

CRÉPON, Sylvain. Le Grece et la question ethnique : du nationalisme au communautarisme. **Raison Présente**, n. 174, p. 77-88, 2010. Disponível em: <www.persee.fr/doc/raipr_0033-9075_2010_num_174_1_4229>. Acesso em: 17 dez. 2021.

DE BENOIST, Alain. A brief history of the idea of progress. **The Occidental Quarterly**, v. 8, n. 1, spring 2008.

_____. **Comment peut-on être païen?**. Paris: Albin Michel, 1981.

_____. **Demain, la décroissance!**: penser l'écologie jusqu'au bout. Paris: E-dite, 2007.

_____. El burgués: paradigma del hombre moderno. Tradução G. Morante. **El Manifiesto**, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2004.

_____. **Europe, Tiers Monde, même combat**. Paris: R. Laffont, 1986.

_____. **Les idées à l'endroit**, Paris: Libres-Hallier, 1979.

_____. Le totalitarisme raciste. **Éléments**, n. 33, p. 13-20, fev.-mars 1980.

- _____. Pour un "gramscisme de droite". In: COLLOQUE NATIONAL DU GRECE. Paris: **Le Labyrinthe**, 1982.
- _____. Qu'est-ce que le nationalisme?. **Grece**, p. 1-15, mars 1966.
- _____. **Vu de droite**. Paris: Copernic, 1977.
- _____; CHAMPETIER, Charles. *La Nouvelle Droite de l'an 2000*. **Éléments**, v. 94, p. 10-23, 1999.
- DUGIN, Aleksandr. **A Quarta Teoria Política**. Tradução Fernando Fidalgo, Gustavo Bodaneze, Raphael Machado. Curitiba: Austral, 2012.
- _____; CARVALHO, Olavo de. **Os EUA e a nova ordem mundial: um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho**. Campinas: Cedet, 2012.
- DUMÉZIL, Georges. **Le festin d'immortalité**: esquisse d'une étude de mythologie comparée indo-européenne. Paris: Geuthner, 1924.
- DUPEUX, Louis. La Nouvelle Droite "révolutionnaire-conservatrice" allemande et son influence sous la République de Weimar. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, v. 41, n. 3, p. 471-488, 1994. Disponível em: <www.jstor.org/stable/20529989>. Acesso em 29 maio 2021.
- _____. (Dir.). **La "révolution conservatrice" sur l'Allemagne de Weimar**. Paris: Kimé, 1992.
- _____. **National-bolchevisme en Allemagne sous la République de Weimar**: stratégie communiste et dynamique conservatrice. Essai sur les différents sens de l'expression "national-bolchevisme". Paris: Diffusion H. Champion, 1976.
- DURANTON-CRABOL, Anne-Marie. La "Nouvelle Droite" entre printemps et automne (1968-1986). **Vingtième Siècle**, n. 17, p. 39-50, janvier-mars 1988. Disponível em: <www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1988_num_17_1_1957>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- ÉLÉMENTS. **La Nouvelle Droite à visage découvert**. Dossier, n. 31, août 1979.
- EVOLA, Julius. **Entrevista completa de Julius Evola em 1971**. Julius Evola Maçom da Seita Judaica, 2021, 67 min. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=5BWDGqUV2kl>. Acesso em: 14 ago.2021.
- _____. **Il fascismo**: saggio di una analisi critica dal punto di vista della destra. S.l.: *Arktos*, 2013.
- _____. **Imperialismo pagano**. Todi-Roma: Atanor, 1928.
- _____. **Notes on the Third Reich**. S.l.: *Arktos*, 2013.
- FAYE, Guillaume. **Guerre civile raciale**. Paris: Éditions Conversano, 2019.
- _____. **L'archéofuturisme**. Paris: L'Encre, 1998.
- _____. **La colonisation de l'Europe**: discours vrai sur l'immigration et l'Islam. Paris: L'Encre, 2000.
- _____. **La nouvelle question juive**. Paris: Le Lorre, 2007.
- FRANÇOIS, Stéphane. Guillaume Faye and archeofuturism. In: SEDGWICK, Mark (Ed.). **Key thinkers of the radical right**: behind the new threat to liberal democracy. Oxford University Press, 2019. 91-101.
- _____. La Nouvelle Droite et l'écologie: une écologie néopaïenne?. **Parlement[s]**, n. 2, p. 132-143, 2009.
- _____. La Nouvelle Droite et le nazisme: retour sur un débat historiographique. **Revue Francaise d'Histoire des Idees Politiques**, n. 2, p. 93-115, 2017.
- _____. Le néo-paganisme et la politique: une tentative de compréhension. **Raisons Politiques**, n. 1, p. 127-142, 2007.

_____. Les paganismes de la Nouvelle Droite (1980-2004). **Science politique**. Université du Droit et de la Santé — Lille II, 2005.

GONDINET, Georges. Les ambiguïtés du gramscisme de droite. **Totalité**, n. 10, novembre-décembre 1979.

GRIFFIN, Roger. Between metapolitics and apoliteia: the Nouvelle Droite's strategy for conserving the fascist vision in the "interregnum". **Modern & Contemporary France**, v. 8, n. 1, p. 35-53, 2000.

_____. France's New Right. **Commentary**, v. 69, n. 3, p. 49, 1980.

_____. Studying fascism in a postfascist age: from new consensus to new wave?. **Fascism**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2012.

KEUCHEYAN, Razmig. Alain de Benoist, du néofascisme à l'extrême droite "respectable". **Revue du Crieur**, n. 1, p. 128-143, 2017.

KLEMPERER, Klemens. Towards a Fourth Reich?: the history of national bolshevism in Germany. **The Review of Politics**, v. 13, n. 2, p. 191-210, 1951.

LALOUP, Jean. A propos de la Nouvelle Droite. **Revue Théologique de Louvain**, n. 2, p. 139-156, 1980. Disponível em: <www.persee.fr/doc/thlou_0080-2654_1980_num_11_2_1762>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LAMY, Philippe. Le Club de l'Horloge (1974-2002): évolution et mutation d'un laboratoire idéologique. 2016. PhD Thesis — University of Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, 2016.

LARUELLE, Marlène. Histoire d'une usurpation intellectuelle: L. N. Gumilev, le dernier des eurasistes?. Analyse des oppositions entre L. N. Gumilev et P. N. Savickij. **Revue des Études Slaves**, p. 449-459, 2001.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia., 1954.

LÊNIN, Vladímir Ilich. **Que fazer?**: problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo. In: _____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LUKS, Leonid. Die Ideologie der Eurasier im zeitgeschichtlichen Zusammenhang. **Jahrbücher für Geschichte Osteuropas**, n. 3, p. 374-395, 1986.

MATOS, Didimo. O neoeurasianismo e o despertar russo. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p. 71-79, 2016.

MOHLER, Armin. **Die konservative Revolution in Deutschland 1918-1932**. Vorwerk: Ares Verlag, 1950.

MERLIO, Gilbert. Y a-t-il eu une "révolution conservatrice" sous la République de Weimar?. **Revue Française d'Histoire Des Idées Politiques**, n. 17, p. 123-141, 2003. Disponível em: <www.jstor.org/stable/24610230>. Acesso em: 1 jun. 2021.

NYMETH, Herbert Frey. Alain de Benoist : su vida y la influencia de la revolución conservadora como determinantes de su pensamiento. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 64, n. 236, p. 291-310, 2019.

PELLETIER, Philippe. "Indigènes de l'Univers": des anarchistes et le territoire. **Réfractio**, autumn 2008. Disponível em: <<https://refractions.plusloin.org/IMG/pdf/2102.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

POLANYI, Karl. The essence of fascism. In: LEWIS, John et al. (Ed.). **Christianity and the social revolution**. New York: Ayer Co. Pub., 1935. p. 359-394.

SCHLEMBACH, Raphael. Alain de Benoist's anti-political philosophy beyond left and right: non-emancipatory responses to globalisation and crisis. **University of Brighton**, 2013. Disponível em: <<https://research.brighton.ac.uk/en/publications/alain-de-benoists-anti-political-philosophy-beyond-left-and-right>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SEDGWICK, Mark (Ed.). **Key thinkers of the radical right**: behind the new threat to liberal democracy. Oxford: Oxford University Press, 2019.

_____. **Contra o mundo moderno**: o Tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX. Belo Horizonte: Ayiné, 2020.

SHEEHAN, Thomas. Myth and violence: the fascism of Julius Evola and Alain de Benoist. **Social Research**, p. 45-73, 1981.

SOUZA, Danilo Rogério de. A nova geopolítica russa e o eurasianismo. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p. 61-70, 2016.

SPEKTOROWSKI, Alberto. The ideological roots of right-wing ethno-regionalism and the civic republican critique. **Politics and Ethics Review**, v. 3, n. 2, p. 253-277, 2007.

_____. The intellectual New Right, the European radical right and the ideological challenge to liberal democracy. **International Studies**, v. 39, n. 2, p. 165-182, 2002.

_____. The New Right: ethno-regionalism, ethno-pluralism and the emergence of a neo-fascist "third way". **Journal of Political Ideologies**, v. 8, n. 1, p. 111-130, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13569310306084>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**. Brasília: Editora UnB, 1986.

_____. **Preussentum und Sozialismus**. München: C. H. Beck, 1924.

TAGUIEFF, Pierre-André. Face à l'immigration: mixophobie, xénophobie ou sélection: un débat français dans l'entre-deux-guerres. **Vingtième Siècle**, n. 47, p. 103-131, juillet-septembre 1995.

_____. Origines et métamorphoses de la Nouvelle Droite. In: **Vingtième Siècle**, n. 40, p. 3-22, octobre-décembre 1993. Disponível em: <www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1993_num_40_1_3005>. Acesso em: 7 ago. 2021.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TUCKER, William R. The new look of the extreme right in France. **Western Political Quarterly**, v. 21, n. 1, p. 86-97, 1968.

WIEDERKEHR, Stefan. "Conservative revolution" à la russe?: an interpretation of classic Eurasianism in a European context". **Revue d'Histoire Européenne Contemporaine**, v. 15, n. 1, p. 72-84, 2017. Disponível em: <www.jstor.org/stable/26266271>. Acesso em: 29 maio 2021.

WOLFF, Elisabetta Cassini. Evola's interpretation of fascism and moral responsibility. **Patterns of Prejudice**, v. 50, n. 4-5, p. 478-494, 2016.

WOLIN, Richard. Political Excursus II. Designer fascism: on the ideology of the French New Right. In: _____. **The seduction of unreason**: the intellectual romance with fascism from Nietzsche to postmodernism. Princeton: Princeton University Press, 2019. p. 256-277.

VENNER, Dominique. **Pour une critique positive**. Paris: Éditions Saint-Just, 1964.

VAZ, João José. **De Alexandria ao identitarismo**: presenças gnósticas na direita radical contemporânea. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre a Europa) —Universidade Aberta, Portugal, 2018.

Questão agrária, formação social brasileira e dependência

Agrarian question, Brazilian social formation and dependence

nilson weisheimer*

Michelle sena rosa de Araújo**

Roberto Leher***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.010>



RESUMO

O artigo objetiva tecer uma análise crítica da questão agrária brasileira como particularidade da nossa formação econômica e social. Recorre ao pensamento social marxista, com destaque para a contribuição teórica de Caio Prado Jr. Propõe que a questão agrária é indissociável do capitalismo dependente. Na atualidade os latifundiários reforçam sua influência sobre o Estado, através de aparelhos privados de hegemonia, comprometendo a soberania alimentar e o meio ambiente, e acirrando as contradições com agricultores familiares e o proletariado rural em busca por autonomia.

Palavras-chave: Questão agrária. Formação social. Capitalismo dependente.

ABSTRACT

The article aims to make a critical analysis of the Brazilian agrarian question, as a specificity of Brazilian economic and social formation. It is based on Marxist social thought, emphasizing the theoretical contribution of Caio Prado Jr. It proposes that agrarian question is inseparable from dependent capitalism. Currently, landowners reinforce their influence over the State, through a number of private apparatus of hegemony, putting at risk food sovereignty and environment, and intensifying the contradictions with family farmers and the rural proletariat in search for autonomy.

Keywords: Agrarian question. Social formation. Dependent capitalism.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão correta e objetiva dos impasses e contradições sociais, políticas e econômicas do Brasil atual não pode deixar de considerar a questão agrária. Longe de configurar agentes econômicos, territórios e enclaves pré-capitalistas, ou um passado que resiste no tempo presente, a questão agrária brasileira é uma expressão da atualidade do capitalismo dependente. A questão agrária resulta da própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e de sua lei geral de acumulação, em que a produção da riqueza é indissociável da produção social da exploração, das expropriações e da pobreza. Trata-se, portanto, de uma expressão do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado das relações capitalistas na agropecuária em suas cadeias produtivas globais de produção de valor.

De fato, a crescente participação do setor de *commodities* no PIB brasileiro no século XXI denota particularidades do capitalismo dependente que nada têm de anacrônico, pois expressam o modo de produção realmente existente. Em 2020, o chamado “agronegócio” (a rigor, toda cadeia produtiva vinculada ao latifúndio exportador) foi responsável por 26,6% do PIB brasileiro, percentual que representa um crescimento extraordinário em relação a 2019 (20,5%) (CEPEA, 2021). Embora acentuadamente dependente de insumos importados e de preços estabelecidos nas principais bolsas de comercialização de *commodities* do mundo — Korea Futures Exchange, Eurex Deutschland, Chicago Board of Trade (CBOT) —, é um ramo que não se confunde com o “velho latifúndio”; ao contrário, é altamente imbricado com fundos de investimentos, em geral por meio de sociedades anônimas, e que se vale de importante conteúdo tecnológico.

O exame dos principais aparelhos privados de hegemonia (APHs) da burguesia que atua no agronegócio evidencia a complexidade do setor. Os interesses do capital são representados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (MENDONÇA, 1997), atualmente associada ao poderoso e estruturante Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que organiza os interesses gerais do setor. Politicamente, nos grandes APHs do ramo coexistem segmentos que apoiaram os governos do PT e atualmente fazem crítica ao alinhamento de frações ruralistas com o governo Bolsonaro, como Blairo Maggi, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Katia Abreu, Roberto Rodrigues — da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) —, e representantes dos gigantes empreendimentos. Ao mesmo tempo, no IPA existem frações explicitamente de extrema-direita radicalizada, como o Movimento Brasil Verde e Amarelo, que apoiaram intentos golpistas do governo Bolsonaro, a exemplo da Associação de Desenvolvimento e Amigos da Terra de Carvalhosa (Adaterra) e da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja).

No que tange à agenda ambiental (LAMOSA; LOUREIRO, 2018), a Abag se afastou da mesa diretora do Instituto Pensar Agropecuária em virtude da tolerância desse APH com a agenda hostil ao meio ambiente, buscando construir uma imagem do agronegócio moderna. Ao fim e ao cabo, todos os referidos APHs pretendem



Foto: Divulgação/Fazenda Lucion

Plantação de soja no município de Vera (MT): latifúndio dedicado à monocultura exportadora

remeter a questão agrária a um passado já superado e que desperta somente ilegítimo interesse ideológico no presente. A lista de programas que buscam apagar os problemas que conformam a questão agrária é longa: “Sou agro”, “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”; “Time Agro Brasil”; “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”; “De olho no material escolar”; “Todos a uma só voz”...

A bancada ruralista (que tem membros da CNA), impulsionada por setores insatisfeitos com os segmentos industriais do agro, imbuídos do “lava-jatismo”, e radicalizada em defesa da anistia do Funrural, foi organizadora do golpe de 2016 e, depois, do governo Bolsonaro, voltando ao leito natural da autocracia burguesa; porém, as contradições entre os APHs do setor não desapareceram. Enquanto a Aprosoja trabalhou em prol do golpe em setembro de 2021, a Abag se manifestou contra o aprofundamento autocrático do governo Bolsonaro (POMPEIA, 2022). Diante do recuo da Fiesp, que chegou a elaborar um texto sobre o tema, mas não logrou consenso em sua publicação, a Abag lançou um manifesto inequivocamente de crítica ao intento golpista (ABAG, 2021), mas sem a adesão da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da CNA. De fato, a SNA e a CNA têm em seus quadros forças que apoiaram o intento de ruptura em setembro de 2021.

A pujança econômica, a complexidade das trincheiras dos APHs do setor e sua força política no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, assim como as intrincadas conexões com a esfera das finanças e, ainda, a importante presença de movimentos de trabalhadores do campo, corroboram a proposição de que a particularidade da

questão agrária no século XXI requer enfoques críticos sobre o evolucionismo vulgar. Diferentemente de previsões presentes no próprio campo marxista, a exemplo dos estudos de Kautsky, discutidos a seguir, a plena incorporação da agricultura no modo de produção capitalista não obedeceu a um vetor industrializante “clássico”, em que a concorrência de grandes capitalistas e a integração ao mercado mundial de *commodities* engendraria, ao mesmo tempo, um proletariado agrícola e a transformação dos maiores camponeses em integrantes de segmentos subsidiários às corporações (tornando-os membros de empreendimentos ou cooperativas capitalistas). Na perspectiva do marxismo dogmático, transposto para realidades distintas dos casos europeus estudados, sem recontextualizações, o processo do capital paulatinamente destruiria a existência do chamado campesinato, com seus modos familiares de produzir e consumir, seus valores etc.

De fato, o processo de concentração e monopolização da agricultura encolheu o território da agricultura camponesa, atualmente reduzido a 2,3% da terra agricultável do país (CANAN et al., 2021). Entretanto, as lutas camponesas, entendidas aqui em sentido amplo, envolvendo ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e trabalhadores rurais sem-terra, são sumamente relevantes nas lutas sociais no Brasil e na América Latina. Ademais, contraditoriamente, como o grande agronegócio está voltado para o mercado internacional, é a agricultura familiar que assegura cerca de 70% dos alimentos diversificados que chegam à mesa da população brasileira.

Diferentemente da crença de que a proletarianização do campo produziria uma fração da classe trabalhadora com assalariamento clássico, as massas de trabalhadores agrícolas e as populações rurais vivem em situação de pobreza, exploração e expropriação constantes. Pela metodologia atual do IBGE, 15,6% da população vive em zonas rurais, somando aproximadamente 32 milhões de pessoas. Os indicadores oficiais brasileiros reconheceram que, em 2019, havia 8 milhões de pessoas em situação de pobreza no meio rural brasileiro. Isto é, pessoas com renda mensal de R\$ 140, sendo que quase 50% desse contingente populacional estava em situação de pobreza extrema, sobrevivendo com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 70. Em 2020, a população em situação de extrema pobreza no Brasil aumentou para 12 milhões de pessoas, enquanto o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, ficou em 0,524, registrando aumento de 3,7% em relação a 2019 (0,544) (IBGE, 2021). No ano de 2020 cerca de metade da população brasileira (116,8 milhões de pessoas) convivia com algum nível de segurança alimentar, e 9 % do total da população (19,1 milhões), de forma mais aguda, passava fome.

A situação de pauperização desse imenso contingente populacional é uma das faces mais visíveis do desenvolvimento desigual do capitalismo. No meio rural brasileiro, as expressões mais pujantes estão na concentração fundiária; nos poderosos entraves que obstam a reforma agrária; nos assassinatos de lideranças camponesas; na desigualdade educacional das crianças e juventude do campo em relação às chamadas áreas urbanas, e na persistência de fluxos migratórios de jovens

A atualidade da questão agrária é intrínseca ao padrão de acumulação capitalista dependente. A estrutura agrária concentrada, beneficiada por generosos repasses do fundo público e subordinada aos centros hegemônicos, a despeito de suas tensões internas, torna-se um obstáculo não só à segurança e à soberania alimentar do conjunto da população brasileira, mas à própria possibilidade de reprodução da força de trabalho no Brasil

para os centros urbanos, acentuando a queda demográfica relativa. Diferentemente do que é apregoado pela publicidade e pelas ações educativas de determinadas frações burguesas, o multifatorial segmento do agronegócio não é cindido entre um setor moderno e um vasto segmento arcaico, pois existe uma imbricação complexa entre arcaico e moderno, entre defensores de uma economia de baixo carbono e negacionistas climáticos, e assim por diante, na manutenção da estrutura fundiária concentrada em poucas mãos e ancorada em circuitos mundiais da economia que acentuam a crise da soberania e da segurança alimentar.

Nosso argumento central é o de que a atualidade da questão agrária é intrínseca ao padrão de acumulação capitalista dependente. A estrutura agrária concentrada, beneficiada por generosos repasses do fundo público e subordinada aos centros hegemônicos, a despeito de suas tensões internas, torna-se um obstáculo não só à segurança e à soberania alimentar do conjunto da população brasileira, mas à própria possibilidade de reprodução da força de trabalho no Brasil. Isso se evidencia pelos mais de 20 milhões de pessoas que passam fome no país e pela inflação dos gêneros alimentares cotidianos, achatando ainda mais a remuneração dos trabalhadores.

2. DISCUTIR A QUESTÃO AGRÁRIA É QUESTIONAR O CAPITALISMO DE HOJE

Nos termos do presente estudo, a questão agrária é uma forma de questionamento do capitalismo hodierno. Em *O Capital*, Marx nos mostra que no capitalismo: a) todo produto social (e não apenas uma fração excedente dele) toma a forma de mercadoria; b) a própria força de trabalho é uma mercadoria; c) o capital,

que é uma relação social, cristaliza-se em meios de produção que são também mercadorias. Esse processo possibilita a extração da mais-valia como apropriação privada do valor gerado pelo trabalho social e potencializa a circulação do capital em base ampliada. Marx define ainda que o capitalismo não é simplesmente a produção de mercadorias, mas, precisamente, assinala o fato de que: “1) As mercadorias são produtos do capital; 2) a produção capitalista é a produção de mais-valia; 3) é produção e reprodução do conjunto da relação, e é através disso que esse processo imediato de produção se caracteriza como especialmente capitalista” (MARX, 2004, p. 37).

Destarte, o conceito de formação social refere-se ao conjunto da sociedade, a qual possui uma dupla dimensão imbricada e indissociável: a da infraestrutura e a da superestrutura. Para Weisheimer (2008), uma formação social corresponde a uma totalidade social que guarda, em seu interior, forças produtivas de distintos níveis de desenvolvimento tecnológico, relações sociais de produção diversas e diferentes processos de trabalho, conformando o desenvolvimento desigual do capitalismo.

Nessa formação social haverá uma relação social predominante. Tomemos o caso do Brasil, que é um país continental e com grandes diversidades regionais, culturais e econômicas. Nele há atividades industriais altamente desenvolvidas e integradas ao mercado mundial, atividades financeiras e especulativas e, ao mesmo tempo, relações de trabalho extremamente precárias, informais e mesmo análogas à escravidão. No âmbito da agricultura, coexistem a produção familiar e a produção capitalista com diferentes graus de integração com o mercado mundial de *commodities*. Essas complexas relações de produção caracterizam a formação social brasileira como capitalista, em sua particularidade dependente.

A estrutura fundiária concentrada está na raiz de desigualdades socioeconômicas alarmantes. Isso, em um país capitalista dependente, desprovido de um projeto autopropelido de nação, tem como desfecho uma sociedade profundamente desigual. Seguindo a linha do raciocínio de Sampaio Jr., em diálogo com a obra de Caio Prado Jr. apresentada com mais detalhes adiante, o próprio “subdesenvolvimento” é uma formação social *sui generis*, cuja característica distintiva é a existência de relações de produção que impedem a consolidação de uma economia que tenha “existência autônoma” e “força própria”. O “subdesenvolvimento” está associado à incapacidade de nações emergentes em “romperem os nexos de dependência herdados da colonização e integrarem, em condições de relativa igualdade, o conjunto de sua população no mercado de trabalho” (SAMPAIO JR., 1997, p. 114). Complementarmente, Sampaio Jr. (2012) aponta a persistente concentração fundiária como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do Brasil enquanto nação. Assim, a existência do latifúndio cumpre um papel determinante no processo de estratificação social no Brasil, na reprodução das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais desiguais e que incidirão sobre o agravamento da pobreza, tanto no meio urbano quanto no rural.



Segundo os indicadores oficiais, em 2019 havia 8 milhões de pessoas em situação de pobreza no meio rural brasileiro

Sampaio Jr. (2012) reforça o entendimento de que a economia colonial — baseada em latifúndios voltados para a exportação — impôs um padrão de expropriações e de exploração atualizado pelos fundamentos do capitalismo dependente. As diferentes frações da burguesia brasileira, dependentes do capital externo e a ele associadas, constituíram-se em um bloco de poder que tende a bloquear quaisquer mudanças institucionais que venham comprometer seu monopólio da terra e o domínio sobre o conjunto da sociedade, impedindo assim avanços na reforma agrária. Como sócios da exploração colonial de outrora e imperialista atual, asseguram sua sobrevivência promovendo formas de exploração das forças produtivas e manipulando as condições socioambientais internas do país. O grande (e sobretudo o gigante) agronegócio está entranhado no topo do bloco no poder e, por isso, ocupa o centro do poder do Estado nacional, fazendo deste um instrumento da condução de políticas ultraconservadoras, predominantemente antinacionais e antidemocráticas.

A concentração fundiária e as grandes empresas agropecuárias referidas por Caio Prado Jr. (1987) e Sampaio Jr. (2012) têm como marca a manutenção de grande contingente de exército industrial de reserva, repercutindo nos trabalhadores agrícolas e não agrícolas. Em decorrência disso, no contexto brasileiro se reproduz a tendência estrutural de superexploração dos trabalhos na agricultura, devido às assimetrias das condições impostas pela correlação de forças entre capital e trabalho.

Sampaio Jr. (2012) destacou que o principal nexos entre a questão agrária e a problemática da formação social brasileira contemporânea repousa sobre os efeitos negativos do desemprego estrutural e da extrema concentração de renda, bem como das condições de reprodução da força de trabalho no campo. Sob a perspectiva da economia política se observa uma dupla articulação que bloqueia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autodeterminado do Brasil. Por se submeter esse processo de acumulação à violência de um desenvolvimento desigual

Os impérios alimentares são a expressão das lutas de classes e o resultado da globalização neoliberal na agricultura. Ou seja, são o atual modo capitalista de fazer agricultura

e combinado (SAMPAIO JR., 2012), subordina-se a importância relativa da economia brasileira no âmbito do sistema capitalista mundializado, tornando-a vulnerável aos interesses do grande capital internacional. Já sob a perspectiva da sociologia política, trata-se de uma dupla articulação condicionada pelo regime de classes baseado na desigualdade social estruturada de modo a monopolizar o poder político na burguesia nativa, sócia menor da espoliação imperialista.

Essa tendência se fortaleceu na etapa atual do imperialismo, chamada por Chesnais (1996) de “mundialização do capital”, que compreende a busca incessante por parte do capital de se libertar das amarras dos direitos sociais e trabalhistas objetivando sua valorização constante. Como efeito, o capital presente nos circuitos agrários

também se mundializou. Nesse contexto, as políticas de ajuste estrutural aplicadas, em intensidades diferentes, nos países latino-americanos a partir do marco do neoliberalismo aprofundaram a dependência econômica desses países. Nesse novo regime de acumulação, conforme destaca o geógrafo Ariovaldo de Oliveira, “sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro[s] e a formação das empresas monopolistas mundiais” (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

Essas empresas da agricultura estão cada vez mais vinculadas ao capital financeiro e se constituem em empresas monopolistas mundiais. Segundo Oliveira (2015), esses monopólios se articulam através de dois processos de monopolização no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a “territorialização dos monopólios” e a “monopolização do território”. Esse autor define assim ambos os processos:

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. [...] A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém controlam, através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2015, 242).

Com base nesse processo é possível identificar que na etapa da mundialização do capitalismo monopolista gestaram-se grandes empresas mundiais que hegemonizam a mundialização da agricultura brasileira: atuam sempre a favor e em benefício do grande capital financeiro, que se articula com as corporações agroindustriais denominadas por Ploeg (2008) impérios alimentares.

Os impérios alimentares são a expressão das lutas de classes e o resultado da globalização neoliberal na agricultura. Ou seja, são o atual modo capitalista de fazer agricultura. Conforme Ploeg (2008), a essência da atual fase da globalização é que ela introduz um conjunto de normas e parâmetros generalizados que passam a governar todas as práticas locais específicas. “Esse conjunto de normas generalizadas representa o núcleo do império” (PLOEG, 2008, p. 255). Tendo como padrão de funcionamento a expansão, a hierarquia e a ordem. Tratando-se de uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostas à sociedade e à natureza. Com efeito, a especificidade histórica dos impérios alimentares reside na combinação contraditória e sistemática de dois princípios orientadores: o mercado global e o sistema de linha de montagem. “Combinados, esses dois princípios resultam, por exemplo, nas chamadas cadeias alimentares” (PLOEG, 2008, p. 279). Desse modo, o império estimula a monopolização das redes de produção, sobretudo de insumos, e de consumo alimentares, e dela se beneficia. Essas mudanças contribuem para vincular ainda mais a agricultura brasileira ao domínio do capital monopolista internacional, intensificando a dependência externa como marca da formação econômica do Brasil.

3. NOTAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária consiste na interpretação crítica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da sua lei geral de acumulação. Isso implica reconhecer os processos dinâmicos de formação das classes sociais na agricultura, as relações entre capital e trabalho e os conflitos resultantes dos interesses objetivos destes, que engendram as lutas de classes.

Um marco teórico muito importante da análise da agricultura a partir do marxismo é o livro *A questão agrária*, de Karl Kautsky, publicado em 1899 (KAUTSKY, 1980). Nessa obra, o dirigente social-democrata alemão se propôs a dar continuidade às análises realizadas por Karl Marx, sobretudo ao que consta no livro III de *O Capital*, tratando de investigar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, a partir do caso alemão. Interessa-nos agora, apenas, reter a formulação geral que daí advém. Kautsky identificou que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura seguia o padrão já observado nos processos de industrialização, congruente com a lei geral de acumulação do capital. Assim, ele identificou a particularidade econômica e tecnológica da industrialização da agricultura, em relação à agricultura camponesa, artesanal e



Foto: Marcelo Buzzeo

Acampamento Nova Canudos, do MST, na região de Sorocaba (SP), 1999

familiar, indicando que o movimento tendencial seria o gradativo desaparecimento da agricultura camponesa. O desenvolvimento do capitalismo passava pela industrialização, pela inovação tecnológica associada à produção em larga escala na agricultura. Diante da concorrência, os camponeses tenderiam ao esgotamento de sua capacidade de se reproduzir socialmente como produtores de mercadorias.

Com efeito, Kautsky, examinando a realidade alemã, conclui que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura desarticula o processo de trabalho camponês e pressiona pela expropriação das suas terras. Como demonstrado por Marx em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, o sistema bancário de crédito se encarregaria de expropriar os camponeses de suas terras. Uma leitura eurocêntrica, como a do marxismo dogmático presente na III Internacional (*diamat*), concluiu, a partir da tese do fim do campesinato, que este segmento não teria relevância e autonomia para levar adiante as lutas de classes, difundindo a consigna de que, estrategicamente, os socialistas deveriam defender o avanço da revolução burguesa no campo, acelerando a modernização capitalista do setor e fortalecendo as lutas pelos direitos trabalhistas do nascente proletariado rural. Mais amplamente, a tese do marxismo dogmático para os países ditos subdesenvolvidos era de que persistiam bolsões pré-capitalistas nessas formações econômico-sociais, e por isso a luta socialista envolveria duas etapas: a primeira, burguesa, liberal-democrática, antilatifundiária e de teor nacional, etapa que ampliaria e diferenciaria o “operariado”; a segunda seria a etapa propriamente socialista, dirigida pelo operariado industrial.

Desse modo, a contribuição de Caio Prado Jr. se destaca. O autor adquire posição de clássico do pensamento social brasileiro por sua interpretação original da

formação social brasileira. No profícuo debate desenvolvido no âmbito do Partido Comunista do Brasil (então com a sigla PCB), Caio Prado Jr. inovou de modo muito importante na análise da questão agrária.

Entre os comunistas brasileiros predominava a interpretação segundo a qual a agricultura trazia consigo resquícios das relações sociais pretéritas ao capitalismo. Nela se identificava uma dualidade na formação social brasileira: o latifúndio agroexportador, de um lado, e o campesinato, de outro, pensados como “resquícios feudais” no campo brasileiro.

Essa opinião alicerçava-se em duas ideias. A primeira apontava para o fato de que o trabalho agrícola encontrava-se imobilizado, não se constituindo em mercadoria, devido aos vínculos personalistas e clientelistas que se estabeleciam entre grandes proprietários fundiários e lavradores dependentes, situação que ficou conhecida como coronelismo. A segunda correspondia ao entendimento de que, sob essas condições de monocultura para exportação, não se desenvolvia internamente a integração ao mercado capitalista, de consumo, de crédito e de produtos. Desse modo, a ênfase desses estudos recaía na ideia de que a agricultura, tal como estava organizada no país, representava um obstáculo ao desenvolvimento capitalista no Brasil (WEISHEIMER, 2019, p. 82).

Caio Prado Jr. foi uma voz destoante nesse debate. O autor se opusera à interpretação feudal da agricultura brasileira. Essa posição está contida em seu estudo *História econômica do Brasil*, publicado em 1945, ficando plenamente desenvolvida na obra *A revolução brasileira*, de 1966. Para o autor, o dualismo agrário no Brasil, a despeito da República, não se deu por falta do desenvolvimento capitalista, mas sim por ser o resultado de um tipo particular de desenvolvimento de um capitalismo dependente e subordinado aos interesses externos.

De um lado, o latifúndio constituía uma “exploração agromercantil” que explorava a mão de obra dos trabalhadores sem acesso à terra para “o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus” (PRADO JR., 1969, p. II). De outro, o campesinato, descrito como “pequenos produtores que trabalham por

Essas mudanças contribuem para vincular ainda mais a agricultura brasileira ao domínio do capital monopolista internacional, intensificando a dependência externa como marca da formação econômica do Brasil

A tese central de Caio Prado Jr. a respeito da condição agrária era que esta se caracterizava pela dominação da grande monocultura exportadora articulada com a dinâmica internacional do capitalismo. Assim, haveria determinações gerais e exteriores sobre nossas particularidades históricas, que relacionavam o tipo de capitalismo dependente ao latifúndio agroexportador

conta própria em terras suas ou arrendadas” (PRADO JR., 1969, p. 15), estava “voltado para a produção de gêneros de subsistência da população” (PRADO JR., 1969, p. 13) e convertia-se, aceleradamente, em uma forma de “assalariamento disfarçado”.

Lima (1999) indica que Caio Prado Jr., ao se debruçar sobre a temática da questão agrária, estabeleceu seis grandes eixos de análise. A saber: a crítica às teses sobre o feudalismo no Brasil; a definição da questão agrária brasileira, através da análise da estrutura rural de produção; o estabelecimento da reforma agrária como tarefa do Estado nacional; análise da questão fundiária na estrutura agrária brasileira; o exame do mercado de trabalho rural em relação à estrutura agrária no Brasil; e as propostas de legislação social trabalhista para a realização da reforma agrária brasileira.

A tese central de Caio Prado Jr. a respeito da condição agrária era que esta se caracterizava pela dominação da grande monocultura exportadora articulada com a dinâmica internacional do capitalismo. Assim, haveria determinações gerais e exteriores sobre nossas particularidades históricas, que relacionavam o tipo de capitalismo dependente ao latifúndio agroexportador. Em sua obra *A questão agrária*, Prado Jr. (1987a), aprofundou a análise da relação contraditória entre capital e trabalho na agricultura. A partir de suas investigações da estrutura fundiária formada desde o processo de colonização do Brasil até meados da década de 1950, Caio Prado Jr. defende a tese de que a compreensão da questão agrária brasileira requer uma visão crítica da lógica do próprio desenvolvimento capitalista, correlacionando os problemas intrínsecos a esse modo de produção e reprodução da vida social no país, que tem como característica a concentração fundiária.

Caio Prado Jr. chamou a atenção para a necessidade de evolução dos padrões de vida das massas trabalhadoras agrícolas. Segundo suas palavras: “A questão prática,

que, portanto, se propõe, é a maneira adequada às condições atuais, e nelas aplicável, de facilitar aos trabalhadores rurais o acesso à propriedade da terra” (PRADO JR., 2005, p. 80).

Em sua investigação sobre o caráter da formação social brasileira, Caio Prado Jr. buscou identificar as particularidades do seu dinamismo:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isso que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso (PRADO JR., 2011, p. 15).

A interpretação da formação social brasileira requeria a compreensão objetiva do processo colonizador português e o caráter que tomou a exploração agrária nos trópicos, realizada em larga escala, através de grandes unidades produtivas, que mobilizavam um amplo contingente de escravos, para exploração dos recursos naturais destinados à produção para exportação. “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a consideração que não fosse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira” (PRADO JR., 1962, p. 23). Ou seja, o que caracterizaria a formação social brasileira, que vinha de sua origem colonial, era que sua economia se destinava, sobretudo, ao abastecimento do mercado internacional com produtos primários típicos das lavouras tropicais.

Ao sustentar esse raciocínio, Caio Prado Jr. observa a precariedade da situação dos trabalhadores rurais, que deveria ser respondida com uma melhor repartição da propriedade agrária. Ressalta, ainda, que os entraves à reforma agrária não decorriam dos supostos resquícios feudais, mas da dominação capitalista e seu padrão de acumulação. Assim, essa estrutura fundiária estaria a serviço da reprodução de condicionantes fundamentais do capitalismo dependente, quais sejam: o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social, servindo de base para a formação da sociedade nacional, o que por sua vez trará consequências nos âmbitos econômico, social e político. “As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social que sobre elas se construiu

tornavam evidentemente inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária” (PRADO JR., 1962, p. 255). Com base nessa crítica o historiador estabeleceu uma avaliação positiva para as formas de pequenas propriedades agrícolas destinadas ao abastecimento do mercado interno.

Ele ressalta as diferenças entre duas formas de agricultura familiar e camponesa que emergiram entre as regiões Sul e Norte/Nordeste do Brasil. A primeira, resultante do processo de migração europeia e colonização do Sul do Brasil. “Ali o grande progresso da pequena propriedade nos estados meridionais deve-se sobretudo ao fato de ela não ter sofrido a concorrência de nenhuma grande lavoura tropical” (PRADO JR., 1962, p. 257). Já nas regiões do Nordeste brasileiro, a pequena propriedade aparece como resultado do processo de desagregação do sistema da lavoura de exportação, a partir da dissolução e retalhamento de grandes fazendas. Podemos reter a compreensão de que, para Caio Prado Jr., a pequena propriedade aparece como antítese do latifúndio. Assim, a sua ampliação “representa um golpe profundo desferido na estrutura agrária tradicional do Brasil” (PRADO JR., 1962, p. 258). Por outro lado, à medida que se fortalece o sistema agroexportador e a grande propriedade se expande, simultaneamente se reduzem as possibilidades de consolidação da agricultura de base familiar voltada para o abastecimento interno da população nacional, atualizando a luta pela reforma agrária.

É que quando a grande exploração se fortalece e prospera ou, em outras palavras, se torna rendoso “negócio”, ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão territorial e de força de trabalho, [... reduzindo o espaço para] os trabalhadores de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra (PRADO JR., 1981, p. 53).

Assim, diferentemente dos marxistas dogmáticos, Prado Jr. compreendeu que os anacronismos e a coexistência de formas distintas de organização e de exploração do trabalho não advinham da persistência feudal, salientando que o modo de produção capitalista não é um movimento teleológico destinado a suprimir a existência da agricultura camponesa. O desenvolvimento desigual e as lutas sociais são dimensões constitutivas da questão agrária.

Como propugnado por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2008), a revolução burguesa no Brasil não se deu na forma “clássica”, como nos EUA, em que a reforma agrária se deu por rupturas e lutas de grande intensidade. Em seu escrito político *Repensando a revolução burguesa no Brasil* (escrito originalmente em 1979 e republicado pela Editora UFRJ em 2011), Fernandes destaca: “as burguesias associadas e dependentes são incapazes de fomentar e dirigir as três grandes revoluções (a nacional, a industrial e a democrática) que definiram o significado construtivo do chamado capitalismo clássico” (FERNANDES, 2011, p. 100).



Foto: Divulgação/Acervo IEB-USP



Foto: Divulgação/Contracorrente

▲ Capa da sexta edição do livro *A revolução burguesa no Brasil* (1974), de Florestan Fernandes, lançada em 2020 pela editora Contracorrente.

◀ O historiador, geógrafo, filósofo e político paulistano Caio Prado Jr. (1907-1990)

Um breve exame dos projetos patrocinados e dos votos da dita bancada ruralista — Frente Parlamentar Agropecuária e as orientações do Instituto Pensar Agropecuária (ROHDEN, s.d.) — confirma a persistência das pautas e agendas (SILVA, 2017) que contrastam com a imagem veiculada pelas frações que atuam no segmento de maior sofisticação tecnológica, a exemplo da Abag.

Como salienta Fernandes (1981; 2008), as frações burguesas de maior relevância na formação econômica e social brasileira são associadas, subordinadas, dependentes em relação ao núcleo hegemônico do capital. Isso não as torna irrelevantes do ponto de vista da reprodução do capital. São parceiras menores, mas parceiras, e exercem intenso protagonismo na efetivação das condições de extração de mais-valia direta (inclusive por meio do Estado) e, também, na apropriação do fundo público.

Desse modo, a questão agrária não pode deixar de ser investigada como parte das lutas de classes e dos embates entre as frações de classes. Se concebida como persistência de um passado que se faz presente, o risco é pensá-la como um objeto cujo epicentro de força motriz já foi superado pelas novas configurações do capitalismo no campo. Nesse sentido, as contribuições originais de Caio Prado Jr. e de Florestan Fernandes são relevantes: na trilha aberta por Caio Prado Jr., a questão agrária é uma dimensão da problemática do modo de produção capitalista e, nos termos de Florestan Fernandes (2008), uma problemática não contemplada pela revolução burguesa *sui generis* do Brasil.

Por conseguinte, teórica e metodologicamente é obrigatório examinar a luta dos trabalhadores do campo, em sentido amplo, a partir dos anos 1950, na conformação da particularidade da questão agrária brasileira (como então pensada pela esquerda), e, correlatamente, como ela se conformou nos governos progressistas.

A questão agrária não pode deixar de ser investigada como parte das lutas de classes e dos embates entre as frações de classes. Se concebida como persistência de um passado que se faz presente, o risco é pensá-la como um objeto cujo epicentro de força motriz já foi superado pelas novas configurações do capitalismo no campo

4. A QUESTÃO AGRÁRIA NA LUTA DOS CAMPONESES E DOS TRABALHADORES DO CAMPO

Nos anos 1950 a irrupção de importantes lutas camponesas inscreveu na agenda política a questão agrária no Brasil. O problema a ser superado estava na concentração fundiária e nas relações entre o trabalho e o capital, desprovidas de direitos legais para os trabalhadores agrícolas. Isso se refletiu na formação das primeiras organizações sindicais de trabalhadores agrícolas no país. Nesse período, ocorre a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), impulsionada pelos comunistas em 1954 no centro-sul do país. Houve ainda a formação das Ligas Camponesas em 1955, em Pernambuco, expandindo-se para o restante do Nordeste brasileiro, com a liderança de Francisco Julião, eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em Pernambuco. Também houve o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul, criado em 1960 e ligado às lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como o então governador Leonel Brizola. Esse processo converge, mais tarde, para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963, reunindo 29 federações e 475 sindicatos.

Isso se refletiu na intensificação das lutas sociais no campo, que resultariam em conquistas legais como a promulgação da lei federal nº 4.214/1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo a legislação social ao trabalhador da agricultura. Essas lutas também forneceram as bases para a legalização da organização sindical dos trabalhadores na agricultura, por meio do decreto-lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964, reconhecendo a Contag como a confederação nacional de todos os trabalhadores da agricultura. Caio Prado Jr. destacou a importância dessas conquistas, principalmente a do Estatuto do Trabalhador Rural.

Merece destaque que, no breve governo João Goulart (PTB), de 1961 a 1964, a reforma agrária passou a integrar os objetivos do governo federal, integrando o Plano Trienal, de 1963. A proposta de reforma agrária do plano estabelecia que:

a) nenhum trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada; b) nenhum trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade poderá ser privado de terras para trabalhar, ou de trabalho, sem justa indenização; c) nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha — ao nível da técnica que lhe é acessível — rendimento igual ou inferior ao salário mínimo familiar, a ser fixado regionalmente, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assuma; d) todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores às médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, p. 194-195 apud BERCOVICI, 2020, p. 219).

O Congresso Nacional rechaçou a proposta de reformas, em meio a crescentes manifestações populares. O que culminou na realização do “Comício das Reformas”, em 13 de março de 1964, que reuniu importantes representações de classe e organizações políticas que defendiam as chamadas “reformas de base”. No comício, o presidente João Goulart assinou o decreto nº 53.700, em que considerava de interesse social, passíveis de desapropriação pelo Estado, os imóveis de mais de 500 hectares situados a até dez quilômetros da margem das rodovias, ferrovias e açudes (CAMARGO, 1991). A resposta das classes dominantes à proposta de reforma agrária de João Goulart e ao movimento reformista veio no dia 1º de abril de 1964, na forma de um golpe empresarial-militar, que instaurou uma ditadura que somente foi interrompida com a Constituição Federal de 1988.

Os anos 1960 e 1970 foram marcados pela intensificação das políticas de “modernização da agricultura”, o que significou a implementação de um novo paradigma tecnológico (a chamada “revolução verde”) promovido pelas forças que movem o capitalismo monopolista, sempre com forte atuação do Estado. O governo brasileiro investiu grandes volumes de subsídios na agricultura através do crédito rural e do suporte à pesquisa agropecuária nas universidades públicas e na Embrapa e afins, privilegiando os produtos destinados à exportação e beneficiando, predominantemente, os grandes produtores. Com o programa de crédito rural subsidiado, o governo interveio no sistema de preços relativos, com políticas de formação de estoques reguladores e medidas protecionistas tanto no mercado de produtos como no de insumos (MARTINE, 1987). A concessão de créditos maiores para propriedades mais extensas encorajou a concentração de terra. A política de “modernização” também provocou mudança nas relações de trabalho no campo: a força de trabalho dos arrendatários residentes nas fazendas foi substituída, em

determinados setores, pela força de trabalho assalariada temporária (DEERE, 2003). Essas mudanças introduziram um novo padrão tecnológico (a rigor, a chamada “revolução verde” ultrapassa, em muito, as mudanças tecnológicas, envolvendo o mercado mundial de *commodities*, processos de formação, estratégias políticas etc.) para a agricultura, tornando ainda mais profundo o fosso entre as classes rurais de altas e baixas rendas e contribuindo para agravar as contradições da agricultura capitalista (GUIMARÃES, 1979).

Na década de 1980, sobressaíram as discussões em torno do grau de “integração” e “exclusão” das pequenas propriedades em relação aos complexos agroindustriais. Consideravam-se como integrados os agricultores que tinham sua produção agrícola voltada às demandas da agroindústria e do mercado consumidor. Por sua vez, os agricultores “excluídos” eram aqueles cuja produção não estava voltada aos complexos agroindustriais e que não haviam incorporado os processos de modernização agrícola (PORTO; SIQUEIRA, 1994). Outra novidade desse período é a emergência de novos sujeitos e movimentos sociais no campo. Destacam-se as questões trazidas pela retomada das lutas pela reforma agrária e pelo reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas para as mulheres, como produtoras rurais (WEISHEIMER, 2019).

No que se refere aos conflitos sociais agrários, o início dos anos 1980 marca a emergência de novos movimentos de luta pela terra. Ainda na década de 1970, influenciada pelo Concílio Vaticano II e pela teologia da libertação, a Igreja Católica promoveu a formação das comunidades eclesiais de base (CEBs) e criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Essas iniciativas convergiram para a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em janeiro de 1984, que em poucos anos se expandiu pelo território nacional. Esse movimento se destacou pela incorporação às suas táticas de lutas de ocupação de terras, materializadas em acampamentos e ocupações em grandes fazendas improdutivas e com títulos protestados, bem como pela negociação com o Estado para a desapropriação dessas terras em favor dos trabalhadores e pela regularização destes nas áreas de assentamento de reforma agrária, conforme destaca Araújo (2021).

Entre os anos de 1990 e 1999 as ocupações cresceram de 50 para 856 (DATA LUTA, 2017 apud CATTELAN, MORAES; ROSSONI, 2020). Como resultado, nos anos 1990, o Estado brasileiro intensificou a implantação de assentamentos de reforma agrária, passando de 42,9 mil famílias assentadas para 101 mil no mesmo período (CATTELAN, MORAES; ROSSONI, 2020) e aumentando, dessa forma, o quantitativo de famílias assentadas.

Entretanto, o agronegócio, por diversos fatores, ganhou nova dimensão na agenda econômica mundial, sobretudo pela força das demandas chinesas e pela crescente financeirização do segmento, tornando-se, em toda a sua diversidade, uma força econômica de grande magnitude. E, com isso, o processo de reforma agrária apresentou forte regressão ao longo dos anos 2000. Quando Lula da Silva assumiu a Presidência da República, a expectativa era de que houvesse um período virtuoso



Foto: Arquivo Cotag

Bandeiras da
Confederação Nacional
dos Trabalhadores na
Agricultura (Contag)

para a reforma agrária (que se verificou parcialmente em seu primeiro mandato) e de fortalecimento sustentável da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nesse contexto, ocorreu o lançamento do II Plano Nacional da Reforma Agrária, durante a Conferência da Terra, em 2003. Contudo, predominaram os marcos das políticas neoliberais de reforma agrária via mercado, através de políticas de crédito e financiamento para os agricultores, tais como os propostos e financiados pelo Banco Mundial no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), responsável pela gestão do Crédito Fundiário e do Fundo de Terras no Brasil.

No primeiro mandato de Lula da Silva as ocupações de terra foram retomadas, passando de 269 em 2002 para 539 em 2003, 662 em 2004 e 561 em 2006. No segundo governo Lula a média de ocupações foi de 515 por ano; no primeiro mandato de Dilma Rousseff, período de aproximação com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a média foi de 242 por ano. Com isso, a média de famílias assentadas por ano no primeiro mandato de Lula foi de 95 mil, e, no segundo mandato, de 58,2 mil; a partir daí a queda foi ainda mais acentuada: no mandato de Dilma Rousseff, 26,7 mil, decaindo ainda mais no governo Temer, para 3,4 mil famílias assentadas. O governo Bolsonaro interrompe de vez os assentamentos (CATTELAN, MORAES; ROSSONI, 2020, p. 142-143). Ademais, as condições concretas dos assentamentos apresentaram carências diversas, destacadamente no que concerne ao acesso às demais políticas sociais, como crédito rural, extensão rural, saúde, lazer e educação, por exemplo, desconsiderando inclusive as particularidades regionais e locais e evidenciando equívocos em sua implantação (MIRALHA, 2006).

No capitalismo dependente, a reforma agrária não assume lugar de objetivo nacional. O que ocorreu no Brasil foi a implementação de uma política de acesso à propriedade de terras para agricultores familiares via emissão de títulos, assegurando aos grandes proprietários latifundiários indenizações a preço de mercado e, assim, ganhos de capital. Tais políticas, entretanto, não garantem condições necessárias

para que os agricultores familiares assentados possam produzir e se reproduzir socialmente na agricultura. O resultado tem sido a baixa efetividade dessas políticas em promover uma distribuição democrática da terra. Conforme salienta destacada liderança do MST, João Pedro Stedile:

É importante esclarecer que não consideramos esses assentamentos como um processo de reforma agrária. Reforma agrária, no nosso modo de entender, seria se houvesse uma medida mais ampla e massiva que conseguisse frear a concentração da propriedade da terra e de fato distribuir a propriedade da terra. Mesmo com esses assentamentos, nesses 15 anos, o processo de concentração da propriedade da terra no Brasil continua, de maneira que não vivenciamos uma reforma agrária na sua essência. Estamos distribuindo terras apenas para resolver problemas sociais e não como uma política, um programa de reforma agrária mais amplo (STEDILE, 1997, p. 73).

Observa-se que a questão agrária brasileira expressa a ausência de uma revolução burguesa clássica, na qual a reforma agrária concorre para a “modernização” e o fortalecimento de um projeto autopropelido de nação. Historicamente, a reforma agrária tem possibilitado a formação do campesinato integrado ao desenvolvimento do mercado interno das nações, especialmente na produção de alimentos e geração de excedentes que financiam a industrialização. Os obstáculos à reforma agrária são entraves à reprodução social das formas familiares de agricultura, ao desenvolvimento do mercado interno e à reprodução das forças produtivas, com alimentos de menor custo e saudáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o regime de acumulação neoliberal, a burguesia agrária intensificou seus vínculos com as frações burguesas hegemônicas, favorecendo a articulação de um bloco no poder formado por capitalistas do agronegócio e de segmentos agroindustriais, financeiros e do comércio varejista de alimentos. Em decorrência disso, a concentração fundiária torna-se funcional à nova ordem capitalista contemporânea, sendo operada por um acordo entre as frações da classe dominante no poder. Essa apropriação do Estado nacional impõe uma “democracia restrita”, que se caracteriza por políticas agrícolas que beneficiam o grande capital agrário exportador, garantindo elevada rentabilidade aos investimentos planejados e financiados por frações burguesas locais associadas às grandes corporações multinacionais. Com efeito, a expansão do agronegócio acarreta o aumento do preço da terra, sua concentração e monopolização. A consequência dessa expansão é a intensificação do processo de espoliação de agricultores familiares.

Tal dinâmica intensifica o controle do capital internacional sobre os ativos e recursos naturais, com destaque para as fontes hídricas, e sobre as dinâmicas territoriais, as cadeias produtivas e os sistemas de produção na agricultura. Com isso, a ocupação do território e a produção agropecuária passam a serem definidos, maio-

Entendemos que, para a superação do capitalismo dependente, do “subdesenvolvimento”, da pobreza e da fome é indispensável a democratização da propriedade da terra, com uma efetiva reforma agrária no Brasil. Contudo, considerando que a burguesia brasileira está comprometida como sócia menor da exploração imperialista, essa é uma tarefa que só poderá ser concluída pelas classes trabalhadoras, urbanas e rurais

ritariamente, não por estratégias nacionais, mas pelo fluxo das demandas internacionais das cadeias de produção e das transferências de valor na agricultura. Essas novas formas de dominação da natureza e do trabalho por grandes conglomerados agroalimentares internacionais exacerbam as contradições entre, de uma parte, os agricultores familiares e os trabalhadores assalariados, e, de outra, os operadores do agronegócio que objetivam a reprodução ampliada do capital na agricultura contemporânea.

Buscamos apresentar os elementos que formam a compreensão crítica da questão agrária no Brasil como particularidade da nossa formação econômica e social. Recorremos ao pensamento social marxista, com destaque para as contribuições teóricas de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e seus intérpretes. O que nos permitiu tecer um argumento que vincula a questão agrária, caracterizada pela grande propriedade, a uma formação social tipificada como capitalismo dependente, residindo nessa dependência a razão do nosso “subdesenvolvimento” como nação. Logo, o desenvolvimento econômico-social nacional depende em grande parte da efetivação da reforma agrária, referenciada em outro modelo de agricultura, como condicionante estrutural para a transformação da sociedade brasileira.

As sínteses analíticas da questão agrária no âmbito do marxismo objetivam e possibilitam a interpretação da particularidade do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Contudo, isso não está restrito a uma agenda de construção do conhecimento científico sobre a realidade nacional, por ser parte da luta política de acumulação de forças a favor da soberania nacional e da luta pelo socialismo. Nos países do Sul global, de passado colonial e escravista, onde se perpetuam formas de capita-

lismo dependente, como o Brasil, a questão agrária é indissociável das questões nacional e social. Situa-se como elemento estruturante da formação econômica e social e, ao mesmo tempo, é estruturada por ela, havendo uma mútua determinação entre ambas.

O que temos é a proeminência do latifúndio exportador, envolvendo complexas cadeias produtivas, agentes financeiros e fundos de investimento; equipamentos, insumos, basicamente importados em dólar; sementes transgênicas com genes *terminator*; logística de transporte local e intercontinental; transformação de alimentos em *commodities* sob o controle de impérios alimentares, assim como, no âmbito nacional, a elaboração de estratégias de capacitação de trabalhadores e difusão de ideologias em prol do “agro”, alcançando escolas e universidades, a exemplo dos citados programas “Agrinho”, “Sou agro”, “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo” etc., tudo isso formulado e difundido através de complexos e cambiantes aparelhos privados de hegemonia que, em seu conjunto, intensificam as formas de subordinação, diretas e indiretas, do trabalho ao capital na agricultura e da soberania alimentar da nação aos interesses dos impérios alimentares.

Esse processo de concentração do capital na agropecuária segue associado à destruição de biomas e ecossistemas, à elevada emissão de carbono, a um regime alimentar nada saudável e que transfere a soberania alimentar da nação para impérios alimentares, assim como a processos de brutais expropriação e exploração do trabalho. As formas de trabalho escravo das grandes *plantations* foram substituídas por mecanismos de dependência e servidão no coronelismo e, em tempos atuais, compreendem diferentes tipos de relações de trabalho precário, que reproduzem a exploração de trabalhadores livres em grandes fazendas exportadoras. Ou seja, a exploração capitalista mobiliza amplamente formas de trabalho “assalariado” e mistas, marcadas pela precariedade e informalidade das relações de trabalho nas empresas agrícolas, agropecuárias e agroflorestais. Objetivando a manutenção desse padrão de exploração, influentes APHs do setor trabalham diuturnamente para ampliar e consolidar a autocracia burguesa. Enquanto isso, os agricultores familiares em busca de autonomia e reprodução social procuram resistir à dinâmica de concentração com diferentes estratégias produtivas e de integração aos mercados, intensificando sua diferenciação social interna. Essas relações de produção na agricultura apresentam grandes assimetrias e diferenciações em que coexistem relações de produção arcaicas e modernas. A resultante desse padrão de acumulação é a perpetuação da dependência externa, do “subdesenvolvimento”, das abissais desigualdades e da pobreza extrema.

Evidencia-se a atualidade da questão agrária na determinação do caráter da formação social brasileira. Na contemporaneidade, os problemas agrários decorrentes da relação capital-trabalho no campo podem ser evidenciados pelo desemprego estrutural e conjuntural; pelo chamado êxodo rural forçado para o território urbano, principalmente de jovens, por conta da desesperança na reprodução social da agricultura familiar, devido à falta de condições materiais de sobrevivência. Sobre esse último aspecto, o fechamento de escolas do campo é uma das expressões mais

graves e nefastas desse processo de apropriação dos territórios rurais por grandes corporações agropecuárias. É, inclusive, com base na compreensão da atualidade e da particularidade da questão agrária que o problema da educação no campo poderá ser enfrentado com a força e a escala necessária. Acrescenta-se o enfrentamento do negacionismo climático, a defesa do bem viver das populações rurais, a soberania e a segurança alimentar de toda a nação.

Entendemos que, para a superação do capitalismo dependente, do “subdesenvolvimento”, da pobreza e da fome é indispensável a democratização da propriedade da terra, com uma efetiva reforma agrária no Brasil. Contudo, considerando que a burguesia brasileira está comprometida como sócia menor da exploração imperialista, essa é uma tarefa que só poderá ser concluída pelas classes trabalhadoras, urbanas e rurais. Levada a bom termo, essa tarefa destravarão o objetivo inconcluso de nossa formação social, isto é, a transformação do Brasil, de Estado servil, em nação soberana e comprometida com o bem viver de seu povo.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, da UFRB. Líder dos grupos de pesquisa do CNPq: Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Neaf) e Observatório Social da Juventude (OSJ), da UFRB. Editor-executivo da revista *Princípios*. Vencedor do Prêmio Capes de Teses de Sociologia em 2010. ID Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6320-8402>; ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8189989792551322>. E-mail: nw65br@gmail.com

** Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Funcionária pública da rede estadual de ensino do Maranhão (Seduc-MA). Ex-coordenadora-executiva do Comitê Executivo Estadual de Educação do Campo do Maranhão (2016-2018). Pesquisadora do Grupo de Estudo sobre Política, Lutas Sociais e Ideologias (Gepolis) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico e Agricultura no Brasil (Deab), da UFMA. ID Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0207-3487>; ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6291232931056258>. E-mail: michelle.sena.slz@gmail.com

*** Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. Atua no Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx). Pesquisador do CNPq. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). ID Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>; ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6873414697016839>. E-mail: leher.roberto@gmail.com

► Texto recebido em 5 de janeiro de 2022; aprovado em 6 de janeiro de 2022.

ABAG. **Agronegócio faz manifesto pela democracia**. 8 set. 2021. Disponível em: <<https://abag.com.br/agronegocio-faz-manifesto-pela-democracia>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de. Poder político e ação política do MST por educação do campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 245-269, mar.-jun. 2021.

_____. **Relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — com o Estado na construção de políticas públicas de educação do campo no Maranhão (2003-2016)**. 2019. 187f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BERCOVICI, Gilberto. A questão agrária na era Vargas (1930 -1964). **História do Direito**, v. 1, n. 1, p. 183-226, dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78725>>. Acesso em: 30 maio 2021.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930- 1964). In: FAUSTO, Boris. (Coord.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. v. 10, t. 3, p. 121-224.

CANAN, Adriane et al. Além da covid, Bolsonaro espalha a pandemia da fome, alertam camponesas. **Brasil de Fato**, 7 jun. 2021. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2021/06/07/artigo-alem-da-covid-bolsonaro-espalha-a-pandemia-da-fome-alertam-camponesas>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez. 2020.

CEPEA. **PIB Agro/Cepea**: com avanço de 24,3% no ano, PIB Agro alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. Piracicaba, 11 mar. 2021. Disponível em: <<https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-com-avanco-de-24-3-no-ano-pib-agro-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020.aspx>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEERE, Carmen Diana. Women's land rights and rural social movements in the Brazilian agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 3, n. 1-2, p. 257-288, Jan.-Apr. 2003.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: um ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Brasil**: em compasso de espera. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>>. Acesso em: 3 dez. 2021.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LAMOS, Rodrigo de Azevedo Cruz; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Agronegócio e educação: o trabalho docente e a pedagogia da hegemonia. **Cadernos de Educação**, n. 60, 2018.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: Editora da UFF, 2005. p. 100- 125.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e o sentido socialista do público**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

LIMA, Rodne de Oliveira. Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p.123-134, jul.-dez. 1999.

MARTINE, George; ARIAS, Afonso Rodrigues. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). **Impactos sociais da modernização conservadora**. São

Paulo: Caetés, 1987. p. 59- 79.

MARX, KARL. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O ruralismo brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1997.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, jan.-jun. 2006.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp — Espaço e Tempo**, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776/105612>. Acesso em: 30 maio 2021.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e império alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

POMPEIA, Caio. O agrobolsonarismo. **Piauí**, jan. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo>>. Acesso em: 9 jan. 2022.

PORTO, Maria S. Grossi; SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção do Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 76-88, 1994.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. A questão agrária e a revolução brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 1.

_____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. Contribuição para a análise da questão agrária brasileira. In: _____. **Agricultura subdesenvolvida**. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. **História econômica do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. O sentido da colonização. In: _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROHDEN, Júlia; LOBO, Matheus. Especial: sob ataque da bancada ruralista. **Brasil de Fato**, s.d. Disponível em:<www.brasiledefato.com.br/especiais/especial-or-sob-ataque-da-bancada-ruralista>. Acessado em: 19 nov. 2021.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. 1997. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) — Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

_____. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. 2012**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2012/11/07/notas-criticas-sobre-a-atualidade-e-os-desafios-da-questao-agraria>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, jul.-dez. 2017.

STEDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, set.-dez. 1997.

_____. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-644.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2019.

_____. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 2, n. 1, maio 2013. Disponível em: <www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

_____. Marx: categorias sociológicas fundamentais. In: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (Org.). **Sociologia clássica**. Curitiba: Editora Ibpex, 2008. p. 154 -174.

Modos de produção na América Latina: debate entre Rodolfo Puiggrós e André Gunder Frank

- parte 1 -

rodolfo puiggrós*

André Gunder Frank**

sergio friedemann***

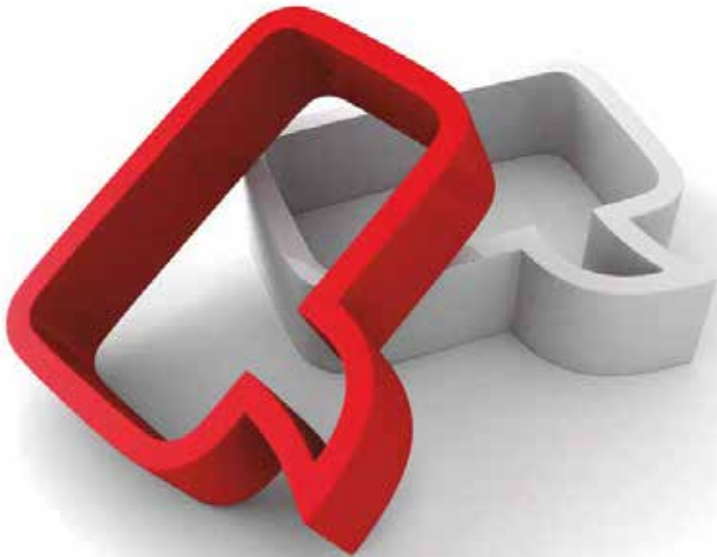
► <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.011>

Princípios inaugura a seção Diálogos & Debates com a discussão sobre modos de produção na América Latina travada entre o politólogo argentino Rodolfo Puiggrós e o economista alemão André Gunder Frank. O debate foi realizado por meio de artigos apresentados em 1965 nas páginas de “El Gallo Ilustrado”, caderno semanal do jornal mexicano El Día. Publica-se aqui — em tradução inédita para o português — com uma breve introdução explicativa do historiador e economista argentino Sergio Friedemann.

O conteúdo completo que se apresenta ao leitor contém os seguintes itens:

- I. Introdução ao debate (Friedemann)
- II. Os modos de produção na América Ibérica (Puiggrós)
- III. Com quais modos de produção a galinha converte o milho em ovos de ouro? (Frank)
- IV. Diálogo entre surdos? (Puiggrós)
- V. Modesta resposta (Frank)
- VI. Errando, *corrigitur error* (Puiggrós)

Nesta edição serão publicados a introdução (item I) e as primeiras intervenções de Puiggrós e Frank (itens II e III). A próxima edição da revista trará os itens IV a VI.



I

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE OS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Sergio Friedemann

Rodolfo Puiggrós foi um historiador marxista filiado ao Partido Comunista Argentino, que, no entanto, o expulsou em 1946. Enquanto ele enxergava no surgimento do peronismo uma oportunidade para o avanço do proletariado na luta por sua libertação, o partido considerava esse movimento uma variante do nazifascismo, a ser combatida pela organização de uma frente antifascista. Sem deixar, ao menos até a década de 1960, sua identidade comunista de lado, Puiggrós formou grupos dissidentes com o propósito de suplantar a cúpula partidária. Segundo o historiador, o peronismo podia conduzir a Argentina ao socialismo caso ocorresse um movimento duplo, que se retroalimentasse: a *peronização das esquerdas* e a *esquerdização do peronismo*¹.

Em 1955, ocorreu o golpe de Estado que derrubou o presidente Juan Domingo Perón, e Puiggrós começou a atravessar dificuldades políticas e financeiras. Em 1961 se exilou no México, onde foi cofundador do jornal *El Día*, no qual exerceu função de editor. O jornal, impulsionado por um ex-sindicalista e então deputado do governante Partido Revolucionário Institucional (PRI), reivindicava a memória da Revolução Mexicana, advogava a constituição de um “movimento popular e nacional” e defendia a intervenção e regulação estatal na economia — uma matriz de pensamento coincidente com aquela que levou Puiggrós a apoiar o peronismo na Argentina.

No México, escreveu sobre história, filosofia e religião. Vários de seus livros abordavam as temáticas da Conquista Espanhola, do feudalismo e das atividades religiosas. Também se dedicou a reelaborar a *História crítica de los partidos políticos argentinos*, sua obra mais importante.

1 FRIEDEMANN, Sergio. El marxismo peronista de Rodolfo Puiggrós: una aproximación a la izquierda nacional. *Documentos de Jóvenes Investigadores*, Buenos Aires, n. 39, mar. 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20151022050903/dji39.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.



“El Gallo Ilustrado”. Ilustração de Leopoldo Méndez

Em 1965, Rodolfo Puiggrós e André Gunder Frank trabalhavam como professores na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam). Enquanto intelectuais marxistas, escreviam e publicavam com frequência seus pontos de vista, num contexto de crescente influência do marxismo. “El Gallo Ilustrado” era o nome de um suplemento dominical de *El Día*, onde Puiggrós escrevia, e foi nessas páginas que ambos os intelectuais protagonizaram a polêmica sobre os modos de produção na América Latina. É interessante situar essa discussão num contexto mais amplo de debates, que antecede e sucede as contribuições de Puiggrós e Frank, e no qual *El Día* cumpre um papel relevante.

A pergunta sobre qual seria o modo de produção na América Latina quando da chegada dos colonizadores, e em qual se transformou depois desse advento, chamou especial atenção naqueles anos, devido a uma série de fatores. Um deles foi o vínculo entre essa discussão e outro questionamento, o da possibilidade ou não de desenvolvimento de nossos países ao seguirem o caminho percorrido pelos países mais industrializados, debate surgido em boa medida devido às teorias da modernização e das correntes desenvolvimentistas. Outro elemento foi a *desestalinização* e o surgimento da chamada “nova esquerda”, que favoreceu a ascensão de versões mais heterodoxas do marxismo e a possibilidade de articulação com outras tradições, como o nacionalismo e o cristianismo. Relacionados com isso, certos textos de Marx passaram a ser mais conhecidos à época, como os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, cujas leituras deram lugar ao chamado marxismo humanista, e os *Grundrisse*, de 1857-1858, que permitiram pensar de outra maneira a famosa sucessão dos modos de produção e o colonialismo. Voltaremos a este último.

As correntes desenvolvimentistas surgiram nos anos 1950, ainda que suas posições teóricas tenham se consolidado apenas na década seguinte². De certa forma, seu fortalecimento pode ser explicado pelo avanço de diversos “movimentos de libertação” latino-americanos, que cresceram ao longo da década de 1960, em um contexto internacional no qual a Revolução Cubana, de 1959, marcou um dos caminhos possíveis para aqueles que tinham no horizonte uma sociedade igualitária. Uma das respostas oriun-

2 GÓMEZ, Rodolfo. Las teorías del Estado en el capitalismo latinoamericano. *Crítica y Emancipación*, Buenos Aires, n. 7, jan./jun. 2012., p. 88. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20120605025226/CyE7.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2020.

das dos Estados Unidos foi a Aliança para o Progresso, impulsionada em 1961 pelo então presidente John F. Kennedy³, buscando “promover o desenvolvimento de um capitalismo reformista”⁴. Enquanto o intelectual argentino Raúl Prebisch exerceu, de 1950 a 1963, a direção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), também fortaleceu a visão desenvolvimentista da instituição. Do seio do debate com essas correntes surgiriam, como críticas ao desenvolvimentismo, as teorias da dependência. Antes destas, a concepção das “etapas” para o desenvolvimento e o progresso também se fez presente no pensamento de uma série de intelectuais marxistas, gerando controvérsias nas esquerdas. Esses debates contribuíram para gerar alternativas às teses modernizadoras.

Por exemplo, em 1963 foi publicado o artigo “Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo”, do mexicano Pablo González Casanova⁵, que defendia a existência de “modos de produção combinados”. As “sociedades duais”, ou “plurais”, afirmava, seriam produto do contato entre uma sociedade “mais avançada” e outra “atrasada”. É subjacente em seus escritos, portanto, a noção de “etapas” na via do “desenvolvimento”, ainda que contando com a ideia da combinação de modos de produção: “Nas colônias combinam-se e coexistem as antigas relações de tipo escravista e feudal, e as tipicamente capitalistas, industriais e com trabalho assalariado.” Por sua vez, a noção de “colonialismo interno” se reportava, segundo o autor, às relações de exploração entre distintas populações de um mesmo país.

Rodolfo Stavenhagen assumiu as proposições da ideia de “colonialismo interno”, mas divergiu da de “sociedade dual”. Suas “Siete tesis equivocadas sobre América Latina” também foram publicadas no jornal *El Día*, em junho de 1965. Ali, a questão dos modos de produção se fez presente nas críticas à utilização dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Segundo o autor, a noção de “sociedade dual” tendia a gerar equívocos, pois a “suposta dualidade entre feudalismo e capitalismo” implicava que, uma vez eliminadas as travas feudais, fosse aberto o caminho para o desenvolvimento de um capitalismo progressista⁶. A existência de dois polos (uma suposta sociedade atrasada, tradicional, agrária, e outra industrializada, dinâmica, em desenvolvimento) não justificava o uso do conceito de “sociedade dual”, já que ambas seriam “resultado de um único processo histórico”. Tratava-se, portanto, de “uma só sociedade global da qual ambos os polos são partes integrantes”⁷, e em que a relação desigual entre os dois polos deveria ser abordada como “colonialismo interno”⁸.

3 GÓMEZ, op. cit.; BORÓN, Atilio. Teoría(s) de la dependencia. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 238, p. 20-43, ago./set. 2008. Disponível em: <www.iade.org.ar/system/files/ediciones/realidad_economica_238.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

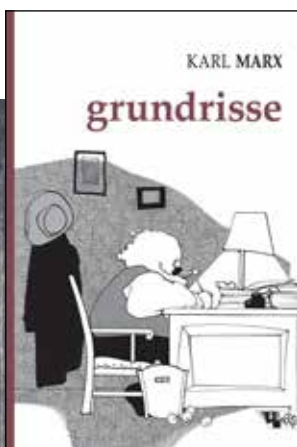
4 BORÓN, op. cit., p. 23.

5 CASANOVA, Pablo González. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. **América Latina**, n. 63, v. 3, p. 15-32, 1963.

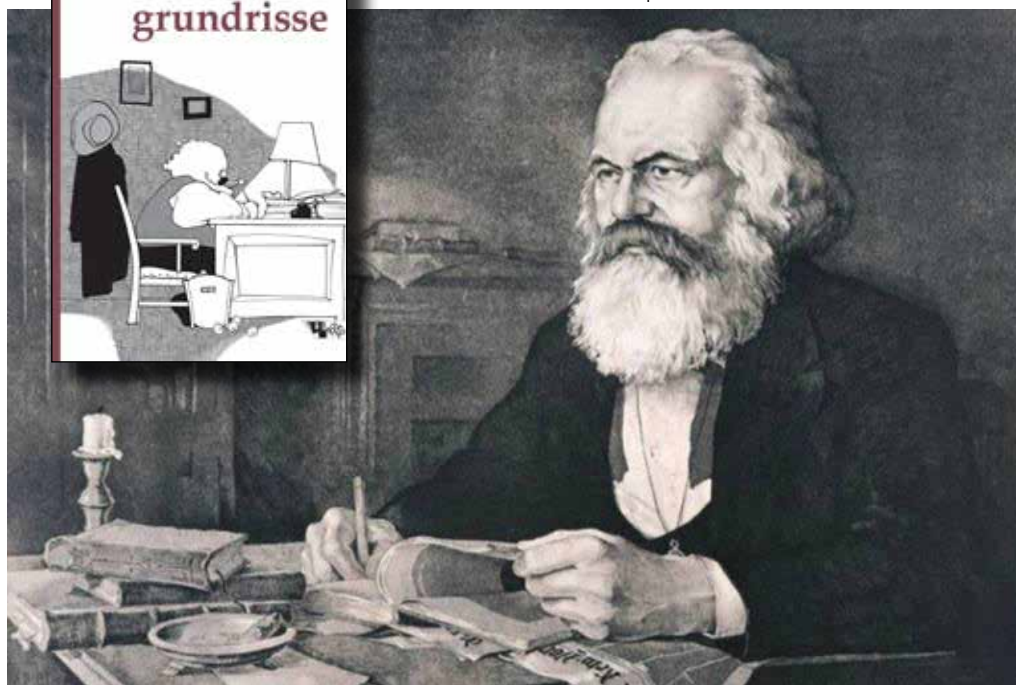
6 STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: _____. **Sociología y Subdesarrollo**, p. 34-38. México: Nuestro Tiempo, 1972.

7 Ibid.

8 Ibid.



Ao lado, capa de *Grundrisse* (editora Boitempo, 2011), conjunto de manuscritos elaborados por Karl Marx entre 1857 e 1858



Como já mencionado, esse clima de debate foi potencializado pela publicação de uma seção dos *Grundrisse* de Marx, conhecida como *Formen* (“Formações econômicas pré-capitalistas”). Os *Grundrisse*, rascunhos elaborados por Marx para escrever *O Capital*, eram praticamente desconhecidos até sua primeira publicação em alemão, em 1953, ainda que tampouco tenham tido então grande repercussão imediata. Uma maior repercussão começou a ser atingida no final da década de 1960, com a publicação da tradução russa e das edições em francês e italiano, e no começo da década de 1970, com a edição em espanhol da Siglo XXI (1971-1972). Mas já em 1964 as *Formen* haviam sido publicadas em inglês, com prólogo de Eric Hobsbawm, e “El Gallo Ilustrado” as reproduziu em parte. Segundo o próprio Gunder Frank, foi essa reprodução que abriu margem para seu debate com Puiggrós⁹.

A POLÊMICA

Em 17 de outubro de 1965, Puiggrós publicou o artigo “Los modos de producción en Iberoamérica”. Começou o texto elaborando uma crítica ao marxismo positivista, o qual acusava de ser dogmático e antidialético. Para ele, a sucessão dos modos de produção concebida por Marx não era mais do que uma abstração, ainda que “a

⁹ PUIGGRÓS, Rodolfo; FRANK, André Gunder. Los modos de producción en Iberoamérica. In: **Introducción a la historia**. Parte 1. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras, 1973, p. 59.

abstração mais concreta da história da humanidade”¹⁰. Argumentou que aqueles que faziam uma leitura mecânica dessa sucessão convertiam o marxismo “em uma variante do positivismo lógico”, em que “o dogma mata a dialética” e “as teses do marxismo se ossificam em moldes ou categorias invariáveis”. Na sua visão, existiam múltiplos modos de produção na América quando da chegada dos conquistadores. O que a sociedade colonial fez foi assimilar “as formas de produção indígenas adicionando a elas as relações de produção e comerciais impostas pelos conquistadores”¹¹. Mas naquelas zonas onde o modo de produção indígena era demasiadamente “atrasado”, os espanhóis optaram ou pelo deslocamento dos povos originários para regiões mais afastadas ou pelo seu extermínio direto. Puiggrós apontou Tahuantinsuyo, o Império Inca, como detentor do modo de produção mais avançado da América à época e que, embora despótico, atravessava momento de dinamismo “progressista”, interrompido pela chegada dos espanhóis¹². Afinal, qual foi o modo de produção resultante do encontro entre espanhóis e americanos? Puiggrós divergia da tese segundo a qual os conquistadores teriam transplantado o nascente capitalismo para a América. Em seu lugar, argumentava que “a América salvou o feudalismo espanhol da morte”¹³, com o sistema instalado em terras americanas resultando em uma “simbiose da ordem social dos conquistadores com a ordem social das comunidades pré-colombianas”, similar ao “modo de produção asiático”¹⁴. Essa simbiose deu lugar, durante o século XVI na América, a “formas singulares de feudalismo”, que, mesmo não permanecendo “petrificadas”, ajudam a explicar “o raquitismo capitalista da atualidade e as possibilidades existentes de avanço para uma ordem superior”¹⁵.

André Gunder Frank veio a ser uma das principais referências das teorias da dependência, que no momento do debate ainda davam seus primeiros passos. Na resposta a Puiggrós, já se verificavam alguns elementos centrais de seu repertório teórico. Segundo o intelectual de origem alemã, sua manifestação era uma resposta à questão dos modos de produção por meio da compreensão do “sistema mundial”, que definia a “problemática latino-americana”¹⁶. Em outras palavras, se a América Latina era capitalista, isso se devia ao papel que cumpria em “um sistema mundial único”, regido pelo modo de produção capitalista. O colonialismo explicava o “desenvolvimento desigual” e o “subdesenvolvimento capitalista” nos países “satélites” das “metrópoles”¹⁷. Frank acusava os defensores das teses “feudal” ou “asiática” de utilizarem Marx para “explicar o raquitismo capitalista” (nas palavras de Puiggrós), e assim proporem uma saída do feudalismo pela via capitalista.

10 Ibid., p. 39.

11 Ibid., p. 40.

12 Ibid., p. 42.

13 Ibid., p. 43.

14 Ibid., p. 42.

15 Ibid., p. 45.

16 Ibid., p. 45-46.

17 Ibid., p. 51.

Marx escreveu que sua análise se propunha apenas a assinalar “o caminho a partir do qual nasceu, na Europa Ocidental, o regime capitalista, do seio do regime econômico feudal”, e não a empreender uma filosofia da história de perfil universalista

A resposta de Puiggrós não tardou a aparecer. Nela, acusou Frank de conceber um “ente estático”, o “sistema mundial”, já que “seu ponto de vista é o da mentalidade colonial que entende as sociedades ibero-americanas como meros reflexos da Europa, dos Estados Unidos ou dos países socialistas”¹⁸. Tratava-se, em sua visão, de partir “dos modos de produção criados na América Ibérica com a colonização hispano-portuguesa”¹⁹. Por outro lado, ele se perguntava “qual era o ‘sistema mundial’ no século XVI”. Segundo Puiggrós, Frank confundia “economia mercantil com capitalismo”²⁰. Em sua opinião, para determinar o modo de produção na América era central observar como se davam as relações de produção nesse continente, e não onde se vendiam os produtos. Assinalou ainda que Marx aludia às relações de troca de mercadorias como parte de modos de produção anteriores ao capitalismo. O que definia o modo de produção eram, portanto, as relações de produção, e não de circulação.

Frank também recorreu ao autor de *O Capital* para se contrapor ao artigo. Indicou que, segundo Marx, a história do capitalismo teria começado justamente no século XVI, com a criação de um comércio e mercado mundiais²¹. Puiggrós respondeu, por último, que a Espanha não era protagonista da “biografia moderna do capital”, durante o século XVI²². Dessa forma, seria um erro “apresentar a totalidade da América Ibérica colonial” como uma grande fábrica que produz para o mercado mundial, na medida em que “a maior parte dela vivia em uma economia de subsistência sem sequer um mercado nacional”²³. Os investimentos de capital — se é que existiram — não teriam dividido a sociedade em capitalistas e trabalhadores, mas tendido a reproduzir, em grande parte, as relações de servidão. O capitalismo se aproveitava, assim, dos modos de produção escravistas e feudais nas zonas atrasadas do planeta para “extrair lucros maiores que os da exploração do trabalho assalariado”²⁴.

18 Ibid., p. 55.

19 Ibid., p. 55.

20 Ibid., p. 56.

21 Ibid., p. 58.

22 Ibid., p. 61.

23 Ibid., p. 61.

24 Ibid., p. 61.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rodolfo Puiggrós apresentou diversas inflexões na sua trajetória político-intelectual, mas manteve até o último de seus dias uma concepção marxista, heterodoxa no seu processo de aproximação e integração com o peronismo, contribuindo para criar uma variante de esquerda desse movimento político²⁵.

Por sua vez, a reação de André Gunder Frank ao posicionamento de Puiggrós deve ser lida num contexto mais amplo, no qual as teorias desenvolvimentistas geraram outras respostas teóricas e políticas, como as de Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen, entre outras várias. Conceitos como os de *colonialismo interno*, *sociedade dual* e *desenvolvimento desigual e combinado*, dentre outros, representaram aportes que contribuíram à época para a formação das teorias da dependência. Ainda assim, foi a partir de confrontações como a de Puiggrós e Frank que surgiram as maiores originalidades do pensamento latino-americano. A década de 1960 veio a revitalizar as apropriações latino-americanas do marxismo, que, como expressou Atilio Borón²⁶, resultariam nas teorias da dependência como exemplo de seus produtos mais acabados.

A discussão foi continuada por outros pensadores, e vários volumes de debates se dedicaram a ela. Analisando à distância, seria simples, e talvez anacrônico e errôneo, aventurar-se a impingir um ponto de vista sobre a pergunta do lugar que ocupava a América Latina na suposta sucessão linear de modos de produção apresentada por Marx. O próprio autor de *O Capital*, diria Antonio Gramsci, estava “contaminado” por elementos positivistas, os quais deveriam ser deixados de lado na hora de se apropriar do fundamental da sua obra. Hoje sabemos que o próprio Marx foi interpelado ao final de sua vida por populistas russos (*narodniks*), que lhe pediram, na condição de seguidores, uma chave interpretativa sobre a sucessão dos modos de produção. Poder-se-ia desenvolver o socialismo diretamente com base nas comunas rurais russas ou, inevitavelmente, o país deveria atravessar uma revolução democrático-burguesa que transformasse as relações de produção em capitalistas? Após vários rascunhos, Marx escreveu que sua análise se propunha apenas a assinalar “o caminho a partir do qual nasceu, na Europa Ocidental, o regime capitalista, do seio do regime econômico feudal”, e não a empreender uma filosofia da história de perfil universalista²⁷. Mas os escritos sobre a questão russa eram desconhecidos até quase o final do século XX, e portanto não estiveram presentes na polêmica entre Puiggrós e Frank. No presente latino-americano, à luz da experiência transcorrida e de uma maior distância com respeito às matrizes teóricas afastadas da realidade regional, é possível aprofundar as apropriações originais daqueles pensamentos elaborados em outros contextos, mais antigos ou mais recentes, resultando em uma concepção que nos permita pensar a América Latina desde a América Latina.

25 FRIEDEMANN, op. cit.

26 BORÓN, op. cit.

27 DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. México: Siglo XXI, 2007. p. 254.

II OS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA IBÉRICA

Rodolfo Puiggrós

Marx escreveu ao cidadão Maurice Lachâtre, editor de *O Capital* em francês: “Não existem caminhos tranquilos na ciência, e quem aspira a chegar aos seus cumes luminosos deve estar disposto a escalar a montanha por trilhas acidentadas.” Pensava, sem dúvida, nos homens de seu tempo que, seduzidos pelos esquemas do positivismo comtiano, acreditavam ter descoberto a chave da sabedoria em simples induções dos acontecimentos e em uma coleção de fórmulas de valor universal. Para eles, tudo se resolvia com a transposição do particular ao universal, e, uma vez estabelecido o universal, só restava introduzi-lo no contexto das novas particularidades que fossem aparecendo. Era o triunfo definitivo, final e completo da lógica formal. Sob o olhar atento do velho Aristóteles, o positivismo agregava o empirismo ao racionalismo e oferecia aos seus seguidores um frio instrumento de pesquisa que separava ciência e vida e fazia do cosmos um enorme cadáver.

Não imaginava Marx que sua crítica teria de, no futuro, ser aplicada àqueles que invocariam seu nome para a realização de operação inversa à que ele submeteu o idealismo dialético de Hegel: colocar sob os pés o que o filósofo alemão colocou sobre a cabeça. Uma das formas mais recorrentes dessa falsificação é a que despoja o marxismo de seu conteúdo dialético e o converte em uma variante do positivismo lógico. A trapaça é amenizada ou agravada quando encoberta por citações aleatórias de Marx, Engels ou Lênin, ou respaldada pela etiqueta de um partido ou escola de filiação marxista. A autoridade substitui o conhecimento. O dogma mata a dialética. As teses do marxismo ossificam-se em moldes ou categorias invariáveis, dentro dos quais se pretende incluir, por bem ou por mal, uma realidade que não lhes corresponde ou que os excede. Pelas “vias reais” avançam orgulhosamente, evitando as “trilhas acidentadas” da dialética até uma nova metafísica, até a teoria platônica das ideias anteriores às coisas e aos acontecimentos.

Essa doença, que na América Latina mergulha no pessimismo os sociólogos e economistas não marxistas ou antimarxistas, contagia os sociólogos e economistas marxistas. Estes últimos são, geralmente, meros intérpretes dos textos sagrados. Esquecem que o marxismo é tão crítico que acaba por ser crítico de si mesmo. E que seu poder emancipador e criador reside no fato de que, em contraste com os sistemas idealistas e estáticos do passado e do presente, não fecha suas portas nem pendura nelas um cartaz com a frase pitagórica “Está tudo dito”.

Os esquemas históricos não carecem de valor na condição de instrumentos de pesquisa e base para reunir as características comuns de determinada formação social. Ao contrário, são imprescindíveis para o processo de generalização e abstração, mas desde que não se enxergue neles nada além de classificação abstrata para uma realidade riquíssima de nuances, e que se tenha claro o mundo de contradições que ferve abaixo delas.



Reprodução

O politólogo argentino Rodolfo Puiggrós (19/11/1906 - 12/11/1980)

A série de sucessivos modos de produção mencionados pelo marxismo (comunidade primitiva, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo) representa a abstração mais concreta da história da humanidade, e o progresso das pesquisas renova sua validade. Não é possível, entretanto, conformar-se com ela. O próprio Marx, na medida em que seu intenso trabalho cotidiano permitiu, descobriu modos intermediários e variedades dos modos gerais. Um deles — o modo de produção asiático — tardou várias décadas a ser admitido pelos historiadores soviéticos, segundo confissão do acadêmico V. V. Struve, o que comprova os preconceitos e prejuízos do esquematismo quando mais fiel à autoridade do que à dialética.

Sem ignorar a grande contribuição que o trabalho de Marx sobre o modo de produção asiático traz ao conhecimento dos diversos modos de produção, julgamos indispensável nos prevenir do perigo de acreditar que já encontramos a “via real” que nos conduzirá a uma interpretação verídica das sociedades pré-colombianas e, em particular, do Império Asteca e do Tahuantinsuyo inca. “Escarlar a montanha por trilhas acidentadas” é muitíssimo mais difícil, e nada acadêmico, mas só assim se pode chegar aos seus “cumes luminosos”.

OS MODOS DE PRODUÇÃO NA AMÉRICA PRÉ-COLOMBIANA

Vamos revisitar alguns conceitos que expusemos há um quarto de século²⁸.

Quando da chegada dos ibéricos, não existia na nossa América apenas um modo de produção, mas múltiplos modos de produção em distintos níveis de desenvolvimento. O pensador espanhol Félix de Azara²⁹ se surpreendia ao constatar que os invasores europeus tivessem conseguido incorporar à nova sociedade colonial apenas as “nações mexicana, peruana e guarani [...], sendo como são as únicas de enorme extensão e incomparavelmente mais numerosas que as que não tenham se deixado ser dominadas”.

28 PUIGGRÓS, Rodolfo. **De la colonia a la revolución**. Buenos Aires: Aiape, 1940 [4. ed. Buenos Aires: Leviatán, 1957].

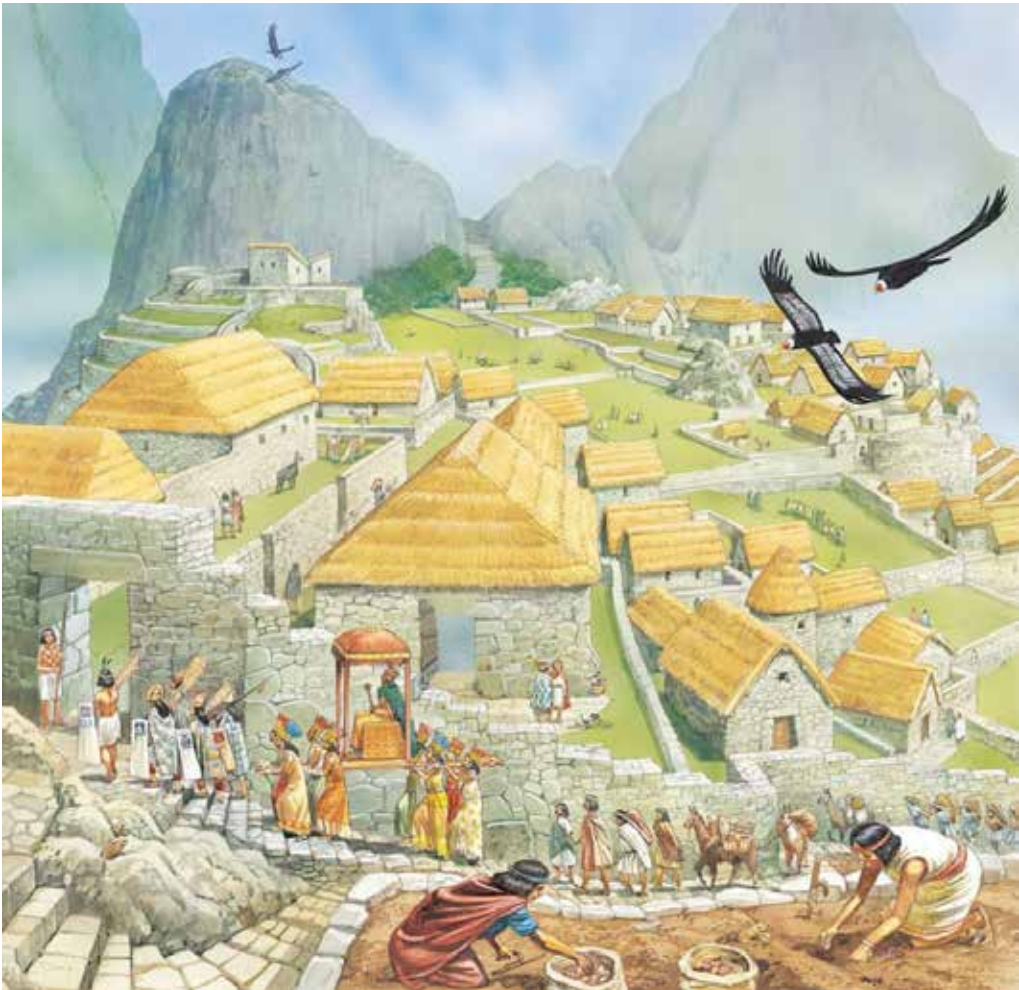
29 AZARA, Félix de. **Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata**. Assunção: Biblioteca Paraguaya, 1896. p. 233-234.

A contradição, não explicada por Azara, se devia ao fato de que quanto maior o desenvolvimento de uma comunidade indígena (pelo cultivo da terra, elaboração dos produtos, domesticação dos animais e domínio técnico), mais fácil foi para os espanhóis incorporar seus membros ao trabalho servil. A sociedade colonial assimilou as formas de produção indígenas, aclimatando-as às relações de produção e comerciais impostas pelos conquistadores. Nos povoados, assim como nas planícies adjacentes ao Rio da Prata, onde o modo de produção dos aborígenes era tão atrasado que não podia ser assimilado pelos espanhóis, estes renunciaram à “*encomienda de índios*” e procederam ao extermínio deles, ou os deslocaram para outras regiões. O desenvolvimento desigual das sociedades indígenas do nosso continente quando da colonização hispânica determinou perceptíveis diferenças entre as regiões durante a Colônia. Onde os espanhóis dispuseram de mão de obra apta e abundante, o regime da servidão germinou, cresceu e se estendeu, enquanto em outras regiões, desprovidas da força de trabalho necessária, apareceram variantes tais como o desenvolvimento da pecuária no litoral argentino.

Qual era o modo de produção das sociedades mais desenvolvidas? Referimo-nos a uma delas: o Tahuantinsuyo, ou “as quatro partes do mundo” (Antisuyo, Chinchaysuyo, Contisuyo e Collasuyo), com capital em Cusco, o “umbigo da Terra”. Abrangia os territórios das atuais repúblicas do Peru, da Bolívia e do Equador, o sul da Colômbia, o norte do Chile e o noroeste da Argentina.

Quando foi invadido por Pizarro, o Tahuantinsuyo estava em pleno processo de expansão imperial, e em paralela decomposição da comunidade tribal de consanguíneos (o *ayllu*).

As antigas crônicas do Peru narram que os reis incas empregavam um procedimento sofisticado para capturar e assimilar as tribos selvagens que perambulavam ou se radicavam além das fronteiras do vasto império. Primeiro as venciam com a força das armas ou as subjugavam por pressão política. Em seguida, transportavam seus chefes ou caciques com grande pompa e todas as honras, junto de seus filhos e ídolos, até a capital do império e sede dos monarcas, Cusco. Ali, segundo conta o padre Blas Valera, eram “acariciados e presenteados”, e respeitados como “em sua antiga dignidade e senhorio”, mas ao mesmo tempo eram submetidos a um rigoroso e intenso sistema educacional. Os *amautas*, ou sábios, inculcavam-lhes o culto ao Sol e o repúdio aos arcaicos ídolos tribais, a aceitação das instituições incaicas e a obediência ao monarca. Uma vez reeducados na religião, nos costumes e na subordinação ao regime socioeconômico e ao sistema de castas do império, os líderes indígenas e seus filhos eram devolvidos, com as mesmas pompas e honras, ao seio de suas sociedades, enquanto seus ídolos seguiam no Templo do Sol de Cusco, na condição de reféns ou símbolos de crenças e modos de vida que as tribos atrasadas abandonavam ao cruzar os limiares do Tahuantinsuyo. Desse momento em diante, os líderes indígenas se convertiam em propagandistas e realizadores das mudanças que tendiam a elevar a primitiva organização tribal à categoria de parte integrante dos domínios incas. De



O assentamento real de Machu Picchu. Repintado por Elizabeth VanBuskirk

tempos em tempos, eram solenemente convidados a viajar novamente para Cusco, onde os *amautas* e funcionários imperiais constatavam se eles seguiam fiéis ou se haviam se desviado das ideias incutidas à sua consciência.

Tal política expansionista foi aperfeiçoada mediante uma instituição característica desse período de transição: os *mitimaes*, ou seja, a transferência, de um lugar a outro do império, de indivíduos ou grupos, os quais se desligavam de seus tradicionais vínculos de consanguinidade. “Os reis incas deslocavam índios de umas províncias às outras [...] para resguardar seus reinos de revoltas e rebeliões”, escrevia Garcilaso de la Vega³⁰. Esse processo resultava na dissolução da antiga propriedade comum da terra de que até então dispunham os *ayllus* de consanguíneos, por obra de um deles, o dos incas, que se sobrepunha aos demais por meios despóticos e impunha uma nova unidade social.

O *ayllu* dos incas tinha sido, na sua origem, igual aos demais. Markham observa que o substantivo *inca* correspondia primeiramente aos chefes de cada *ayllu* e em seguida aos membros de um *ayllu* especial, que dominara os restantes. Com o

30 VEGA, Garcilaso de la. **Comentarios reales de los incas**. Buenos Aires: Emecé, 1945. v. II, p. 87-88.

poder despótico, os incas procederam à distribuição periódica da terra, com a exploração individual dos lotes por conta e risco de cada indivíduo³¹. Tal distribuição tendia a criar uma classe de proprietários, na qual se apoiavam os incas, e como as melhores terras eram destinadas aos caciques e chefes indígenas, a velha ordem social, com consideráveis resquícios da comunidade primitiva, entrava em crise.

Garcilaso de la Vega descreve as preferências no sistema de cultivo das terras: primeiro as do Sol; depois as das viúvas, órfãos, idosos, doentes e soldados em guerra (todos eles representados por um tipo de prefeito denominado *llactacamayo*, que organizava as tarefas); em seguida, as terras dos demais indivíduos; e por último, as do inca³². O mesmo autor expõe elementos que comprovam a decomposição desse sistema. Cita o caso, entre outros, de um *llactacamayo* que punha o cultivo das terras dos caciques à frente do das viúvas. Era o antagonismo entre a antiga sociedade comunitária do *ayllu* e a nova sociedade classista nascente que se manifestava nos avanços dos caciques e chefes indígenas sobre a propriedade coletiva.

O Tahuantinsuyo se encaminhava, no começo do século XVI, para uma sociedade com base na propriedade privada da terra e na divisão territorial (Estado e classes). Essa evolução comandada pelo despotismo dos incas (“não há que ensinar o povo o que apenas deve ser de conhecimento dos grandes personagens”, sentenciava o inca Roca) explica-se pelos progressos na domesticação da lhama e da alpaca; pela exploração da vicunha e do guanaco selvagens (animais da espécie *Auchenia*, que davam abundante produção de lã); pelo cultivo de milho, batata, favas, cinchona, algodão etc.; pela produção de metais (não conheciam o ferro, mas combinavam estanho com cobre para fazer armas e ferramentas); pela abertura de rotas e estradas; pela construção de casas de adobe e pedra; e, finalmente, pelo desenvolvimento técnico-econômico que permitiu aos incas modificar a estrutura interna do império e incorporar a ele as tribos selvagens das regiões vizinhas. Foge à análise científica estabelecer se o modo de produção do Tahuantinsuyo se estagnaria da mesma forma que o modo de produção asiático, que permaneceu estático durante séculos, ou se suas modificações internas culminariam na edificação de uma ordem social superior. A invasão hispânica interrompeu um processo progressista, tornado muito dinâmico pelas contradições implícitas de seu sistema, mas criou novas condições e uma nova perspectiva histórica, e a elas devemos nos ater como ponto de partida das nossas sociedades.

SOBRE O FEUDALISMO

Persiste a polêmica estabelecida há várias décadas em torno do modo de produção gestado pela colonização espanhola da América. Foi feudal? Foi capitalista? O que foi? O historiador chileno Teitelbolm responde que foi capitalista³³; outros pes-

31 BAUDIN, Louis. **L'empire socialiste des inka**. Paris: Institut d'Ethnologie, 1928.

32 VEGA, op. cit., I, p. 227-229.

33 TEITELBOLM, Volodia. **El amanecer del capitalismo y la conquista de América**. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1963.

A América salvou da morte o feudalismo na Espanha. Existe uma estreita relação entre a derrota de extermínio imposta pela “flor da nobreza castelhana” à burguesia espanhola nos campos de Villalar, em 23 de abril de 1521, e a corrente expansiva do feudalismo da península ao Novo Mundo

quisadores o acompanharam ao negar o caráter feudal daquela colonização.

O senso comum, mais do que a ciência, resiste a admitir que os espanhóis vieram ao nosso continente como burgueses, para organizar sociedades capitalistas. Além de não se configurarem como uma burguesia colonizadora, não se estabeleceram sobre terras virgens e despovoadas, como fizeram os anglo-saxões na América do Norte. O modo de produção que se organizou na nossa América do século XVI derivou da simbiose da ordem social dos conquistadores com a ordem social das comunidades pré-colombianas.

Que ordem social, ou qual modo de produção, os espanhóis transplantaram da península para o Novo Mundo? Aqueles que rechaçam a origem feudal das nossas sociedades ousarão afirmar que a Espanha trouxe o capitalismo para a América? O historiador italiano Ettore di Robbio recorre ao termo *neofeudalismo*. Ainda assim a expressão é confusa, pois estabelece a ideia de um feudalismo renovado, quando na verdade se tratava de um feudalismo em decadência, reabilitado pela conquista colonizadora da América, e que dela se valeu para desencadear a reação que aniquilou o amanhecer do capitalismo na Espanha.

O problema não se presta a simplificações. E a mais frequente delas é a que confunde o descobrimento com a conquista colonizadora da América.

Quem descobriu a América? Ou, com maior exatidão, quem estabeleceu a primeira ponte entre a América e a civilização ocidental? Não foram os senhores de Castela não foi o feudalismo. É conhecida a oposição deles à iniciativa de Colombo. O projeto foi desenvolvido nas cidades do noroeste do Mediterrâneo, onde germinaram os primeiros grãos do capitalismo, que, por não ter realizado a revolução agrária burguesa, logo foi isolado e desidratado pela reação feudal. A burguesia comercial das cidades manufatureiras da Espanha e da Itália descobriu a América.

Mas essa burguesia comercial era impotente pela sua própria natureza de classe e pelos seus escassos recursos para executar a tarefa magna de ocupar e colonizar um grande continente. A conquista colonizadora da nossa América tinha de ser militar e religiosa, e se sustentar na maior potência do final do século XV, o reino de



Reprodução: <https://www.raremaps.com/>

Vista da Cidade do México, em desenho de John Ogilby, 1671

Castela. Colombo e seus financiadores não tardaram a ser substituídos por aqueles que antes combatiam seus projetos de expedição ao Ocidente.

A América salvou da morte o feudalismo na Espanha. Existe uma estreita relação entre a derrota de extermínio imposta pela “flor da nobreza castelhana” à burguesia espanhola nos campos de Villalar, em 23 de abril de 1521, e a corrente expansiva do feudalismo da península ao Novo Mundo.

A América abriu aos senhores uma perspectiva que não tinham. A Espanha difundiu nos territórios transatlânticos os elementos de seu regime feudal em decomposição. O poder da monarquia, titubeante entre os senhores feudais e os burgueses, inclinou-se decididamente em favor dos primeiros. Depois de Villalar, sufocou o descontentamento de seus súditos oferecendo-lhes terras, riquezas e milhares de seres humanos para submeter às durezas e crueldades da servidão. Uma parte da nobreza espanhola emigrou para o Novo Mundo a fim de ocupar altas posições burocráticas e coletar os tesouros armazenados pelos opulentos impérios. O oceano foi atravessado por uma multidão de nobres empobrecidos, de camponeses despejados de suas terras, de soldados dos exércitos feudais dissolvidos com a criação do exército real e do serviço militar obrigatório, e de artesãos e comerciantes cuja existência na península era difícil ou impossível. Antes revolucionários na Espanha, fizeram-se *encomenderos* na América, pois a monarquia os colocou ante a escolha da América ou da força. O plebeu Hernán Cortés tornou-se o conquistador Hernán Cortés.

Como os imigrantes espanhóis do século XVI encontraram na América um continente habitado, ou seja, a oposição de sociedades preexistentes, produziu-se a simbiose entre modos de produção de níveis distintos. Se analisarmos o modo ou os modos de produção que surgiram com a colonização à luz das Leis das Índias ou pelos certificados reais, seremos obrigados a convir que os índios viveram, a partir da chegada dos espanhóis, num verdadeiro paraíso capitalista: jornada de 8 horas, pagamento semanal em dinhei-

ro vivo, serviço médico, seguro para doenças e acidentes, mercadorias a preços irrisórios etc.³⁴ E se prestarmos atenção somente às exportações de metais preciosos e de produtos tropicais, desconsiderando o modo de produção em si, não teremos escolha senão admitir que houve em nossa América um alvorecer do capitalismo, que não contribui para explicar os séculos seguintes de estagnação e atraso.

Semelhantes aberrações acadêmicas não têm mais que um valor anedótico. O importante é determinar definitivamente se os modos de produção da era colonial reuniam, de maneira geral, e não como exceção, as seguintes características:

- 1) acumulação e reinvestimento de capital;
- 2) produção mercantil desenvolvida, e não a simples produção de excedentes de uma economia de subsistência;
- 3) existência de capitalistas e operários;
- 4) renda da terra e mobilidade mercantil da propriedade agrária;
- 5) ampla circulação de mercadorias em mercados internos;
- 6) manufatura independente da economia agrária;
- 7) ideologias, instituições e Estados que em alguma medida representariam a burguesia ascendente.

Tendo em vista que não verificamos tais características dominantes, perguntamo-nos em quais argumentos se baseiam aqueles que declaram serem as nossas nações capitalistas desde o berço.

O erro mais recorrente é o de confundir economia mercantil com capitalismo. Como a produção e a circulação de mercadorias são as premissas do modo de produção capitalista, não há capitalismo sem economia mercantil, mas a produção mercantil começa a atingir o modo de produção capitalista em determinada etapa de desenvolvimento, ao ser universalizada a produção de mercadorias e a mercadoria mesma, no caso extremo de a força de trabalho também se tornar mercadoria. A economia mercantil existe desde os tempos mais remotos, em convivência com os distintos modos de produção: existiu durante a escravidão e durante o feudalismo. Por isso Marx chama as duas características peculiares da economia mercantil pré-capitalista (o capital comercial e o seu irmão gêmeo, o capital usurário) de “formas antediluvianas do capital”.

Podem ser encontrados casos isolados de economia de subsistência absoluta ou perfeita em famílias ou grupos completamente autônomos, à imagem de Robinson Crusoe na ilha de Juan Fernández. Contudo, os modos de produção classistas nunca foram integrados por núcleos de autoabastecimento com total independência entre si. O comércio, como forma exterior ao modo de produção vigente, vincula-os em maior ou menor medida.

O comércio, e até determinado tipo de investimento em minas, obras e iniciativas colonizadoras, não modificaram o peculiar modo de produção da colônia, nem transformaram os milhões de filhos da terra em assalariados de uma inexistente indústria, nem reformaram o sistema agrário, nem promoveram significativas acumulações internas de

34 VIÑAS MEY, Carmelo. El derecho obrero en la colonización española. *Revista de Humanidades*, v. 8, p. 49-102, 1921.

capital. Se queremos descobrir o capitalismo ou os germes do capitalismo, devemos nos orientar por outros caminhos, sem nos apressar e fazer falsas correlações. É necessário buscar no modo de produção, e não fora dele, a existência de formas mais ou menos desenvolvidas de capital. Um exemplo excepcional é o da estância argentina. Nasceu em função da venda ao mercado — primeiramente ao mercado exterior — dos produtos da pecuária, e estava de tal forma desprovida da economia de subsistência que todos os bens de consumo (nas estâncias atuais, até mesmo a carne) eram comprados no mercado. Com a organização das estâncias, as terras livres foram desaparecendo e o gaúcho se habituou, convertendo-se em peão assalariado. As *tiendas de raya* de outros lugares do nosso continente e da própria Argentina (no norte) eram incompatíveis com o regime da estância. Primeiro as mercearias e depois os armazéns completaram o quadro do capitalismo agropecuário do litoral argentino. Outro exemplo é a escravidão no modo de produção do Brasil colonial.

Não cometamos a bobagem de julgar os modos de produção de todo o nosso continente por um caso particular, e tampouco o anacronismo de simplesmente atualizar, sem considerar quatro séculos de mudanças internas, os modos de produção gerados pela simbiose da colonização ibérica. Afirmamos que os modos de produção das sociedades criadas na nossa América no século XVI eram, em geral, formas singulares de feudalismo. Não dizemos que até hoje esses modos de produção permanecem petrificados. Mas é indispensável não se equivocar ao avaliar o ponto de partida para explicar o raquitismo capitalista da atualidade e as possibilidades de avançar para uma ordem social superior.



Ilustração: Alexander Jubran/DeviantArt/Reprodução

Produção em engenho de cana-de-açúcar no Brasil, século XVIII

III

COM QUAIS MODOS DE PRODUÇÃO A GALINHA CONVERTE O MILHO EM OVOS DE OURO?

André Gunder Frank

1. SOBRE O FEUDALISMO

O enfoque preciso para solucionar a problemática latino-americana tem de partir do sistema mundial que a cria e sair da autoimposta ilusão ótica e mental do marco ibero-americano ou nacional.

Assim faremos para enfocar o aviso e o desafio que nos lançou Rodolfo Puiggrós, de “não se equivocar ao avaliar o ponto de partida para explicar o raquitismo capitalista da atualidade e as possibilidades de avançar para uma ordem social superior”, palavras com as quais termina o tópico “Sobre o feudalismo” em seu artigo “Os modos de produção na América Ibérica”. Responderemos também a Roger Bartra, que, em seu artigo *Sociedades pré-capitalistas*, fez o favor de nos situar na “esquerda”, para depois nos excluir dela, associando nosso nome a quem “parece ter aqui uma compreensão dialeticamente dual” da realidade, e onde se “escondem as envelhecidas teses” burguesas.

Puiggrós volta a abordar a questão “do modo de produção gestado pela colonização espanhola da América. Foi feudal? Foi capitalista? O que foi?”. “O senso comum, mais do que a ciência, resiste a admitir que os espanhóis vieram ao nosso continente como burgueses, para organizar sociedades capitalistas.” Parece-nos, mais bem dizendo, que o senso comum resiste a admitir que vieram como senhores feudais para organizar sociedades feudais, e que tiveram interesses e meios econômicos para financiar na Espanha uma iniciativa extremamente cara em benefício de feudos — ou seja, de economias fechadas — no exterior. Além disso, não apenas o senso comum, mas também o próprio sr. Puiggrós resiste a admitir tal especulação, já que ele nos diz: “A burguesia comercial das cidades manufatureiras da Espanha e da Itália descobriu a América.” “Não foram os senhores de Castela, não foi o feudalismo. É conhecida a oposição deles à iniciativa de Colombo.”

Avançando no argumento de Puiggrós, ele sustenta que

o importante é determinar definitivamente se os modos de produção da era colonial reuniam, de maneira geral, e não como exceção, as seguintes características [... (enumerar-as, e a elas voltaremos depois)]. Tendo em vista que não verificamos tais características dominantes, perguntamo-nos em quais argumentos se baseiam aqueles que declaram serem as nossas nações capitalistas desde o berço.

Em resposta a Puiggrós, declaramos não apenas que a América Ibérica é capitalista desde o seu berço, mas também desde a sua concepção, e respondemos que

não nos baseamos tanto em argumentos, mas em fatos, coisa que Puiggrós não faz. Quando nos apresentamos no campo de batalha com as armas das sete características escolhidas pelo mesmo Puiggrós — e que não são as que teríamos escolhido —, percebemos que nosso honrado e feroz adversário não comparece, já que apenas nos deixou dito que não encontrou suas características favoritas, e nem sequer nos disse o porquê, ou onde as buscou, e tampouco o que encontrou.

Assim, nos vemos obrigados a apresentar armas sozinhos: a primeira característica, cuja existência Puiggrós considera importante definir, mas cuja presença não logra perceber, é a “acumulação e investimento de capital”. Olhando para um pouco além dos pontos do estreito marco latino-americano, comprovamos como todos os acontecimentos demonstram que essa característica existiu, e em grande escala: a acumulação de capital ibero-americano e seu investimento na Europa. “2. Produção mercantil desenvolvida, e não a simples produção de excedentes de uma economia de subsistência”: essa foi precisamente a característica que mais caracterizou a expansão mundial do sistema mercantil da época colonial. “3. Existência de capitalistas e operários”: existiu em ambos os lados do Atlântico, especialmente capitalistas europeus usando capital ibero-americano.

E assim por diante, com as quatro características restantes, como o leitor poderá verificar por conta própria. Por outro lado, preferimos deixar o campo de batalha escolhido pelo nosso adversário mas não frequentado por ele, e, sempre armados com fatos, buscá-lo onde aparecer.

1.1. ANEDOTAS E FATOS

Prestar atenção “às exportações de metais preciosos e de produtos tropicais”, para Puiggrós, é uma dessas “aberrações acadêmicas [que] não têm mais que um valor anedótico”. Não foi assim para os espanhóis e demais europeus. Por falarem anedoticamente, não deixaram de dizer a verdade: como quando o descobridor Colombo opinou que “o melhor do mundo é o ouro... serve até para enviar almas ao paraíso”; o conquistador Cortés, quando da sua chegada a estas terras informou a um indígena que “nós, os espanhóis, padecemos de uma doença cardíaca para a qual existe um único remédio específico: o ouro”; e os irmãos franciscanos e o bispo Mota y Escobar, quando observaram que “onde não há prata, não entra o Evangelho” e “onde não há índios, não há prata”. Contudo, ainda que acompanhando os cronistas coloniais que qualificaram a mineração como “nervo e substância” da economia ibero-americana, não insistiremos mais aqui, e seguiremos a outro campo aberto por Puiggrós.

Ele sustenta que “o comércio, e até determinado tipo de investimento em minas, obras e iniciativas colonizadoras, não [...] reformaram o sistema agrário, nem promoveram significativas acumulações internas de capital”. Todo o peso desse argumento reside nas palavras-chave *reformaram* e *internas*. Inegavelmente, houve grandes acumulações de capital ibero-americano, acumulações internas nas empresas e internas

O economista alemão
André Gunder Frank
(24/2/1929 - 23/4/2005)



dentro do sistema global europeu. Como reconhecido pelos comerciantes e estadistas mercantilistas da época, e por todos os economistas desde Smith até Marx, e como reconhecem hoje aqueles que não tenham perdido todo o contato com a realidade histórica e atual, foi justamente essa e outra acumulação primitiva e posterior de capital extraído de minas, plantações, *haciendas* e do comércio ibero-americano e do exterior que permitiram o desenvolvimento capitalista metropolitano e condenaram os ibero-americanos e outros seres da Terra ao raquitismo capitalista do chamado subdesenvolvimento.

Puiggrós também pergunta se esses acontecimentos mercantis e capitalistas “reformaram o sistema agrário” na América Ibérica. A resposta é: NÃO: eles o formaram. O próprio Puiggrós, como conhecedor de seu país, nos fala sobre o “capitalismo agropecuário do litoral argentino”, que “nasceu em função da venda ao mercado — primeiramente ao mercado exterior”. Aconselha-nos Puiggrós que “não cometamos a bobagem de julgar os modos de produção de todo o nosso continente por um caso particular.” Evitaremos fazê-lo, e indicaremos que o caso argentino, longe de ser particular ou excepcional, foi, e segue sendo, a regra. A agricultura açucareira do Brasil, como, antes, a das ilhas mediterrâneas e atlânticas, e, depois, a das ilhas do Caribe, como Barbados, St. Dominique (Haiti e Santo Domingo), Cuba e outros, também nasceram “em função da venda ao mercado — primeiramente ao mercado exterior”. Sergio Sepúlveda observa em “El trigo chileno en el mercado mundial” que “o caráter da economia colonial chilena [era] essencialmente de exportação e não de mera subsistência, como algumas vezes se tem afirmado. Essa impressão é semelhante para a economia colonial de diversos países”.

Mario Góngora confirma essa observação em *Origen de los “inquilinos” de Chile central*:

No século XVIII acontece uma inflexão crucial, o comércio de trigo com o Peru, que traz consigo uma organização mais intensa da *hacienda* e uma valorização da terra desde o Aconcágua até Colchagua, regiões exportadoras. A posse constitui arrendamento, cobrando certa taxa [...], deixa sua marca na maior dependência dos inquilinos e na ampliação de seus encargos [...]. A grande *hacienda* vai descarregando sua necessidade de serviço sobre os arrendatários [...] cai em desuso o termo *arrendatário*, que serve também para designar homens de nível médio ou elevado, e o nome

inquilino se especializa. Em suma, as posses rurais, desde o empréstimo até o *inquilino* (peonagem), nada têm de relação com a *encomienda* nem com as instituições da Conquista. São oriundas do segundo momento da história colonial, em que se estratificam, em cima, os latifundiários, e, embaixo, os espanhóis pobres e os diversos tipos de mestiços e castas [...]. A estratificação marca crescentemente os séculos XVIII e XIX, e na mesma proporção aumentam os encargos dos *inquilinos* [...]; o *inquilino* irá se convertendo (no século XVIII) em um trabalhador cada vez mais dependente [...], seguindo uma tendência à proletarização do *inquilino* que avança no século XIX.

2. O MERCADO DEU VIDA À *HACIENDA* MEXICANA

Logo, a particularidade do argumento de Puiggrós se transforma, mediante o exame dos fatos, em regra. O México (ou o Peru) será uma exceção a essa regra? É assim que Puiggrós nos permite pensar. A resposta é dada pelo mais proeminente observador³⁵, em seu renomado “*Ensayo político sobre el Reino de la Nueva España*”:

As viagens pela cordilheira dos Andes ou pela parte montanhosa do México oferecem os exemplos mais evidentes da influência benéfica das minas sobre a agricultura. Sem os assentamentos formados em benefício das minas, quantos lugares teriam ficado desertos, quantas terras teriam ficado incultas nas quatro intendências de Guanajuato, Zacatecas, San Luis Potosí e Durango [...]! A fundação de uma cidade segue-se imediatamente à descoberta de uma mina importante [...] *Haciendas* são estabelecidas nas proximidades das minas; a escassez de alimentos e o considerável preço em que a concorrência dos compradores mantém todos os produtos agrícolas compensam o cultivador das privações às quais está exposto pela vida penosa nas montanhas. Dessa forma, apenas pelo desejo do lucro [...], uma mina [...] em pouco tempo se junta às terras já cultivadas e forma-se o latifúndio.

Assim, no México, da mesma forma que na Argentina de Puiggrós ou no Chile de Góngora, como disse este último, as posses rurais da *hacienda* “nada têm de relação com a *encomienda* nem com as instituições da Conquista. São oriundas do segundo momento da história colonial”. De fato, os conhecidos historiadores mexicanos Silvio Zavala e José Miranda há muito descartaram a velha e errônea tese de que a fonte da *hacienda* foi a *encomienda* ou até mesmo o *encomendero*.

A *hacienda* formou-se e cresceu, como destacou Von Humboldt, “pelo desejo do lucro”. *Hacienda*, no castelhano de Cervantes, significava “capital”, e de toda forma hoje conserva o essencial desse sentido nos ministérios da fazenda. Só quando tem início o investimento de capital em propriedades rurais e negócios agrícolas é que a palavra *hacienda* adquire o sentido de “latifúndio”. Na Nova Espanha, essa alocação de capital começou, como indica Von Humboldt e confirma François Chevalier em seu clássico *La formación de los grandes latifundios en México*, quando no século XVI se abriram minas e construíram-se cidades que demandavam trigo, carne de gado, açú-

35 N. do E.: referência a Alexander von Humboldt.

A *hacienda* “feudal” no México e os modos de produção e relações de trabalho que nela se desenvolveram, a exemplo do latifúndio trigueiro chileno, do latifúndio açucareiro, cacauero etc. do Brasil, das Antilhas, da Venezuela etc. e do “caso particular” do latifúndio pecuarista argentino, cresceram e se consolidaram quando houve boa rentabilidade do setor agrícola

car, lenha e outros produtos. Tal qual demonstra a pesquisa de Chevalier, “a exploração das minas de prata era estreitamente ligada ao nascimento e desenvolvimento das grandes *haciendas* rurais do norte”. A produção mineira alcançou seu apogeu na década 1591-1600 e declinou lentamente até 1630 e rapidamente daí até 1660, antes de se recuperar e alcançar na última década do século XVII o nível que tinha um século antes. “Essa época de decadência mineira — disse Chevalier — foi sem dúvida quando a *hacienda* caiu sobre si mesma.” Foi a época que o estadunidense Woodrow Borah chamou de “século da depressão”. Não obstante as avaliações, os fatos descobertos por ambos os historiadores demonstram que essa foi também a época em que cresceu e se consolidou a *hacienda* latifundiária mexicana, por ser objeto de um cada vez mais consistente fluxo de investimento de capital, proveniente de comerciantes e mineradores: “Muitos comerciantes chegaram a ser proprietários de terras, pois estas representavam para eles um investimento seguro” — disse Chevalier, perguntando-se “em que medida saíram capitais das minas, como as de Pachuca e de Taxco, para a exploração rural da zona do Centro”. O investimento comercial na terra e a formação de grandes latifúndios “feudais” no México não foram naquela época apenas seguros, mas extremamente rentáveis; e o deslocamento de capital das minas “capitalistas” para as *haciendas* “feudais”, mas batizadas com o sinônimo de “capital”, qualquer que fosse sua quantia, foi o mais lógico. Uma razão é apontada por Chevalier, quando nota que “a finalidade essencial de muitos personagens era monopolizar todas as fontes de renda, minas e terras que outros poderiam vir a utilizar para seguirem independentes ou para se transformarem em rivais”. Mas por trás desse mesmo processo de monopolização e de investimento em *haciendas* “feudais”, pensamos que havia outra causa mais fundamental: foi um bom negócio. Ainda que a rentabilidade da mineração tenha sido reduzida de forma absoluta e relativa — pois aumentaram os custos de produção e impostos, e, com a inflação, seu principal produto, a prata, foi desvalorizado

Observamos um sistema mercantilista, e depois capitalista, que incorporou o mundo inteiro e cuja estrutura “colonialista” e baseada no desenvolvimento desigual formou, e não reformou, como quer Puiggrós, os modos de produção e de vida na América Ibérica e em outras partes antes não, hoje sim, subdesenvolvidas do mundo

—, a rentabilidade da agricultura subiu de forma absoluta, e relativamente em face da mineração. A causa foi o crescimento da população e da demanda urbana — mesmo diante de um acelerado decréscimo da população e produção indígenas —, que acarretou uma inquietante escassez de alimentos e uma alarmante inflação, que todas as tentativas governamentais — fixação de limites de preço, controle de mercado e comércio, estocagem e outras medidas antiespeculativas, como a criação da Conasupo³⁶ —, foram incapazes de frear. Assim, a *hacienda* “feudal” no México e os modos de produção e relações de trabalho que nela se desenvolveram, a exemplo do latifúndio trigueiro chileno, do latifúndio açucareiro, cacaueteiro etc. do Brasil, das Antilhas, da Venezuela etc. e do “caso particular” do latifúndio pecuarista argentino, cresceram e se consolidaram quando houve boa rentabilidade do setor agrícola, devido ao aumento de preços e de demanda, à queda de setores competidores, à melhoria técnica ou de vias de acesso ou a uma combinação desses fatores — desde que houvesse mão de obra disponível e barata, para que o negócio fosse negócio e permitisse a acumulação de capital ainda que por comerciantes monopolistas e “internos” no exterior. A nosso ver, a pesquisa histórica mostrará que os mal denominados latifúndios feudais que em certas épocas e lugares se encontraram em relativo isolamento e com uma suposta economia de autossuficiência não foram formados como tais, mas como resultado de um anterior desenvolvimento comercial que decaiu e deixou zonas como o Nordeste brasileiro, o Peru e o Centro mexicano.

Se foi assim, desde a Conquista, que se estabeleceu o “feudalismo” agrário ibero-americano até a segunda metade do século passado, apesar das primeiras iniciativas liberais, esse padrão terá desaparecido no curso do último século? A propósito da sua época, responde-nos o diretor-geral de Agricultura e conhecido “cientista” *porfirista* Lauro Viadas:

A agricultura é, antes de tudo, e sobretudo, um negócio, e em todo negócio a quantia e

36 N. do E.: Compañía Nacional de Subsistencias Populares, paraestatal mexicana fundada em 1962.

a segurança das vantagens que oferece determinam o caráter dos empresários.

[...]

Se as grandes propriedades rurais perduram, é porque são a consequência lógica do estado de evolução em que a agricultura se encontra no nosso país, e terão, pela mesma razão, de perdurar, apesar dos propósitos mais firmes e bem-intencionados, enquanto não se consiga remover os obstáculos que detêm nosso progresso agrário. A grande agricultura se impõe e exclui a pequena agricultura familiar, apoderando-se das terras, atraída, fortemente, por vantagens econômicas decorrentes das seguintes causas: 1) devido ao alto preço atingido pelos bens de primeira necessidade [...] a escassez desses produtos gera primeiramente um lucro elevado para os cultivadores e, subsequentemente, um alto valor para as terras cultiváveis, o que as torna acessíveis somente aos empresários capitalistas; 2) o baixo custo da mão de obra, que reduz relativamente, se não absolutamente, o custo da produção e determina, assim, o efeito anteriormente indicado de elevação dos lucros agrícolas [...].

Esse informe sobre a agricultura e a economia “feudal” porfiriana, na qual os estadunidenses haviam se apoderado de um sétimo do território nacional, para não falar de minas, indústria e comércio, foi apresentado em 1911 ao governo de Madero³⁷, para que ele e gerações futuras de mexicanos soubessem “remover os obstáculos que detêm nosso progresso agrário” e que “terão, pela mesma razão, de perdurar, apesar dos propósitos mais firmes e bem-intencionados”, enquanto nada fosse feito. Deixamos para a reflexão e juízo do leitor a questão de quando a revolução “antifeudal e anti-imperialista” mexicana e a “reforma agrária burguesa” a que ela deu origem avançaram para além dos firmes propósitos e boas intenções de remover os verdadeiros e já muito antigos obstáculos assinalados. Quem se atreve a chamar o “neolatifundismo” nortista de “neofeudalismo”?

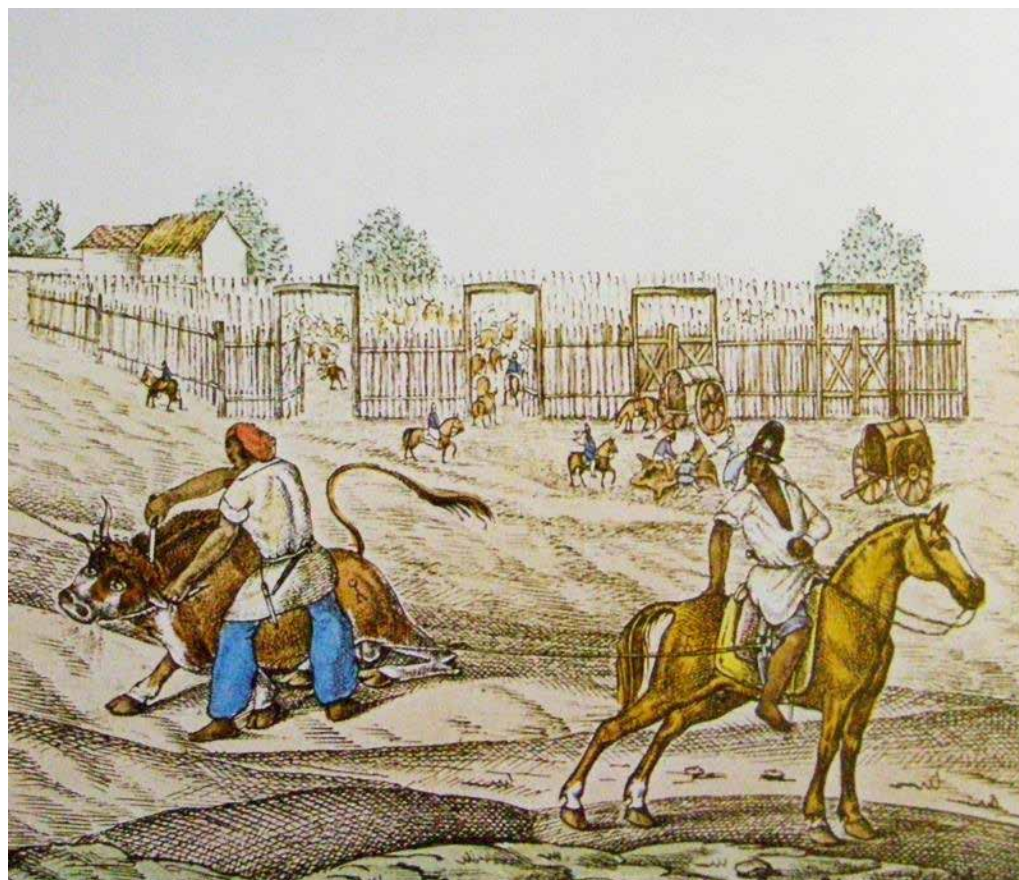
3. CAPITALISMO SUBDESENVOLVIDO E SUBDESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Como explicar, então, o raquitismo capitalista e o atual subdesenvolvimento da América Latina? Não como uma sobrevivência feudal que segue esperando sua superação por esse desenvolvimento capitalista, mas como o produto histórico e ainda em curso do mesmo desenvolvimento capitalista de um sistema mundial unificado que — como cita Roger Bartra — “é uma sociedade dialeticamente dual, com partes diferentes, mas não separadas: uma explorada pela outra”, de tal forma que, inegavelmente, o desenvolvimento capitalista — para nos servir do “cientista” porfiriano — também engendra o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Observamos um sistema mercantilista, e depois capitalista, que incorporou o mundo inteiro e cuja estrutura “colonialista” e baseada no desenvolvimento desigual formou, e não reformou, como quer Puiggrós, os modos de produção e de vida na América Ibérica e em outras partes antes não, hoje sim, subdesenvolvidas do mundo.

37 N. do E.: Francisco Madero, presidente do México entre 1911 e 1913.

A estrutura colonialista desse sistema sempre foi, é e será fundamentalmente monopolista. O monopólio, por sua vez, conduz ao desenvolvimento do monopolizador, e ao subdesenvolvimento do monopolizado, enquanto desperdiça inutilmente grande parte dos recursos produtivos ou de seu excedente econômico, que “teoricamente” poderiam servir para um maior desenvolvimento de ambos.

A essência dessa estrutura monopolista metrópole-satélite não mudou com a independência e segue em pé até hoje, já que na estrutura dos novos Estados latino-americanos os *criollos* apenas substituíram os peninsulares, sendo, por sua vez, rapidamente transformados em satélites da Inglaterra, numa relação de dependência posteriormente substituída pela relação com os Estados Unidos. Os “cientistas” se converteram em representantes e sócios menores do imperialismo estadunidense durante o *porfiriato* mexicano, e o mesmo aconteceu em outros países ibero-americanos. Com isso, não queremos dizer que o sistema permaneceu estático ao longo de quatro séculos. Pelo contrário, o desenvolvimento histórico desse sistema mundial gerou o desenvolvimento da metrópole monopolista e o subdesenvolvimento dos satélites monopolizados. O desenvolvimento das metrópoles nacionais ibero-america-



Reprodução: <http://servicios2.abc.gov.ar/>

Vaqueiros de origem africana trabalhando em latifúndio pecuarista argentino típico dos séculos XVIII e XIX. Litografia de César Hipólito Bacle, 1832

nas não pôde e não pode ser, evidentemente, o desenvolvimento capitalista “clássico” da metrópole mundial, dado que esta última não é satélite de ninguém, enquanto as metrópoles nacionais dos países hoje subdesenvolvidos são. Essa posição de satélite dentro do sistema e do desenvolvimento capitalista mundial impõe, portanto, limites ao desenvolvimento das economias e burguesias nacionais da América Latina e condena suas metrópoles a um “desenvolvimento subdesenvolvido”, e os satélites destas, a um completo subdesenvolvimento.

Enfrentando esse fato, muitos dos que querem se basear em Marx para explicar o raquitismo capitalista e para nos ensinar o caminho rumo a uma ordem superior pretendem nos convencer de que o raquitismo se deve ao feudalismo, e o caminho de sua superação é o da via capitalista. Aqueles que já não podem sequer convencer a si mesmos com essa história feudal vêm agora exumar a velha tipologia marxista do modo de produção asiático. Mas, como veremos a seguir, a renovada ideia asiática, assim como a velha história feudal, servem apenas para obscurecer o fato da predominância capitalista e suas inevitáveis implicações políticas.

4. COLONIALISMO, CLASSES E UMA ORDEM SUPERIOR

Avancemos, portanto, à segunda questão que Puiggrós nos apresentou e que, embora falando do passado, constitui a verdadeira preocupação de Roger Bartra e Ettore di Robbio em seus artigos sobre os modos de produção pré-capitalistas, a saber: “as reais possibilidades de passar a uma ordem social superior” no futuro ibero-americano. Bartra nos atribui corretamente esse enfoque “colonialista” e nos cita quando fala a respeito dele. Mas, diferentemente de alguns, nossa utilização desse enfoque não se dá tanto para destacar o colonialismo interno ou externo, mas para estudar, com base na estrutura colonial monopolista, a natureza e o desenvolvimento do subdesenvolvimento na América Latina. Por esse mesmo motivo, também tratamos de proceder dialeticamente. Nosso enfoque metrópole-satélite ou “colonialista” não é simplesmente “dual”, a menos que os enfoques de Marx e Bartra também o sejam pelo simples fato de tratarem de duas classes. Não menos que o adequado enfoque à verdadeira estrutura de classes, a perspectiva citada e a estrutura colonial são dialéticas por se referirem à relação entre as partes que as definem e as determinam.

Por isso, não procuramos, como sustenta Bartra, substituir a estrutura e o estudo de classes pelos estudos coloniais. Estamos conscientes de que seguir o exemplo de Pablo González Casanova, para quem o colonialismo interno “tem uma função explicativa muito mais ampla que as classes sociais”, só pode conduzir a teses burguesas disfarçadas, que no fundo defendem e acabam preservando a atual estrutura, tal como faz o mencionado autor nas conclusões de *La democracia en México*, e Rodolfo Stavenhagen na sétima das “Siete tesis equivocadas sobre América Latina”, onde nega a possibilidade de uma aliança operário-camponesa. Essas conclusões são inteiramente inaceitáveis para nós por carecerem da exatidão científica que o enfoque

“colonialista” pretende lhes dar. Assim, tampouco podemos aceitar que Bartra ligue nosso nome, trabalho e citações com esses procedimentos e conclusões, já que por ocasião de uma mesa-redonda sobre o livro de González Casanova assinalamos em nossa intervenção (que em breve será publicada na revista *Historia y Sociedad*):

A estrutura do colonialismo interno — e do externo, ou também do sistema imperialista — não substitui a estrutura de classes, e sim a complementa. Assim, a tese do colonialismo interno e externo do sistema capitalista não pode ser — como Pablo González Casanova quer nos fazer pensar — uma alternativa à teoria das classes. Pelo contrário, a análise da mesma é única estrutura metrópole-satélite, tanto internacional como nacional, destaca a estrutura de classe na qual a burguesia se forma e se desenvolve plenamente ou não, segundo a condição de ser dominante ou satelizada, mantendo-se economicamente com base na exploração do povo, tanto urbano como rural, e, portanto, necessariamente agindo politicamente para preservar essa mesma estrutura exploradora e geradora do subdesenvolvimento.

Desgraçadamente, tomaram-se as palavras pelas coisas

Aceitemos, provisoriamente, a duvidosa tese do modo de produção asiático pré-colombiano e sua conservação, durante os primeiros momentos da Conquista, pelos espanhóis que impuseram seu poder despótico ao dos incas e astecas. Mas logo surge a questão: quanto tempo durou o modo de produção asiático no México e no Peru? Encontraremos a resposta seguindo a linha das contradições, sobretudo a segunda que essa apologia nos apresenta: quanto tempo durou esse conjunto despótico-comunal na estrutura mexicana ou peruana? Tempo nenhum. Os *comuneros* foram imediatamente integrados em um sistema cujos déspota e lugar de apropriação não se encontravam nem em Tenochtitlán ou México nem em Cusco ou Lima, mas na Espanha. Não foi a Nova Espanha o conjunto despótico-comunal de possível produção asiática, nem a Espanha, ou tampouco o Império Espanhol, mas todo o sistema mercantilista que poucos anos depois da Conquista incluiu o Extremo Oriente, onde parte da prata americana passou a ser armazenada, e, mais importante, incluiu Itália, Holanda e Inglaterra, onde o excedente produzido pelos *comuneros* e trazido pelos espanhóis chegou a ser investido sem ganhos para os produtores, cujos recursos naturais, humanos e artificiais — como obras de irrigação — foram rápida e eficazmente destruídos. Certamente, os astecas e incas tinham sido despoticamente submetidos por outros povos — como também fizeram muitos invasores do subcontinente hindu —, mas tiveram o cuidado de matar a galinha dos ovos de ouro. Eis aí uma diferença importantíssima, por meio da qual o modo de produção asiático foi rapidamente convertido no modo de produção capitalista.

A rápida substituição do velho modo de produção pelo novo sistema torna-se mais clara se identificarmos quem se apropriou do excedente econômico. Se é certo que, como já sugerido, a apropriação estatal asteca estava em vias de desenvolver-

-se rumo à apropriação privada, no âmbito das instituições estatais esse processo foi repentinamente acelerado com a chegada dos senhores espanhóis. Ainda que o rei e seu “Estado” espanhol tenham se apropriado de parte do excedente por meio do quinto real etc., não cabe a menor dúvida de que a partir da Conquista a apropriação dominante foi privada. Foram entes privados que receberam os lucros, inclusive uma parcela da participação real, enviados aos banqueiros genoveses, holandeses e alemães que financiavam o rei espanhol e o imperador alemão. Assim, falta apenas determinar se a nova apropriação privada teve caráter feudal. Entendemos que não.

O leitor há de nos desculpar por concluirmos o texto com as observações de um mexicano que, indubitavelmente, conheceu seu país muitíssimo melhor do que nós poderíamos aspirar a conhecer:

Vejam agora como a distribuição da propriedade tem dividido a população nas diversas classes que constituem o Estado, as relações que tem estabelecido entre elas e os resultados dessas relações. E esse estudo, indispensável sempre que se queira conhecer a formação de um país, é ainda mais exigente no nosso caso, já que temos cometido os mais graves erros ao não reconhecer que nossa sociedade possuía fisionomia própria, e que em nada se parecia com as sociedades europeias, com as que sempre estamos nos comparando, tão somente porque viemos tomando emprestados os nomes de sua organização social, sem ter, de maneira nenhuma, suas partes constitutivas [...]. Quando nos disseram muito seriamente que tínhamos uma aristocracia, quando fomos exortados a contemporizar com isso e informados sobre a nobreza europeia e o clero feudal, não sabiam o que estavam dizendo; desgraçadamente, as palavras foram tomadas como fatos, e um erro de linguagem trouxe consigo o erro político; mas diante da simples comparação daquelas classes com as nossas, o encanto desaparece [...].

Para Mariano Otero, o encanto havia desaparecido já em 1º de junho de 1842, quando escreveu essas linhas em seu *Ensayo sobre el verdadero estado de la cuestión social y política que se agita en la República Mexicana*, e superou o erro político ao acrescentar que “necessitamos de uma mudança geral, e ela deve começar pelas relações materiais da sociedade”.

* Politólogo argentino contemporâneo, doutor em Ciências Sociais e professor e pesquisador da Universidade de Buenos Aires (UBA).

** Economista e sociólogo alemão (1929-2005).

*** Historiador, economista e jornalista argentino (1906-1980).

Tradução: Tiago Soares Nogara.

O golpe de Estado, a burocracia e a teoria marxista do Estado

Coup d'État, bureaucracy and the Marxist theory of the state

pedro felipe narciso*

► <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.012>

Wikimedia Commons



Cercada de parlamentares golpistas e segurando uma Bíblia, senadora Jeanine Áñez se autoproclama presidente da Bolívia após renúncia forçada de Evo Morales. Novembro de 2019

RESUMO

O termo *golpe de Estado* é uma expressão de uso corrente entre os analistas marxistas para caracterizar determinados fenômenos. Apesar de amplamente utilizado, o termo, no entanto, não tem ainda uma definição rigorosa e consensual na teoria marxista. Nesse sentido, tendo como objeto o conceito de golpe de Estado, tem-se como objetivo argumentar em favor de uma definição restrita de golpe de Estado que seja coerente com a teoria marxista do Estado burguês. O tratamento teórico proposto para o conceito de golpe é o de tomá-lo como uma prática política de tipo particular na qual a burocracia participa do processo de usurpação do exercício de poder político de um ou mais ramos do aparelho de Estado. A principal implicação dessa definição é atestar o golpe de tipo parlamentar como um contrassenso teórico, pois tal concepção não observaria a hierarquia estrutural entre a representação burocrática e a representação política no aparelho de Estado burguês. Além dessa consequência principal, esboçam-se ao final do ensaio algumas possibilidades analíticas oferecidas pelo conceito de golpe como prática política de tipo particular.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Marxismo. Burocracia. Golpe parlamentar. Prática política.

ABSTRACT

The term *coup d'État* is an expression commonly used by Marxist analysts to characterize a sort of phenomena. Despite being widely used, the term, however, still does not have a rigorous and consensual definition within the Marxist theory. In this sense, the aim of this article is to argue in favor of a restricted definition of a *coup d'État* which in our view is coherent with a Marxist theory of the bourgeois state. The theoretical treatment proposed is to take the concept of *coup d'État* as a political practice of a particular type in which the bureaucracy participates in the usurpation of political power in one or more branches of the state apparatus. This definition's main implication is to attest the parliamentary coup as a theoretical contradiction, as it would not observe the structural hierarchy between bureaucratic representation and political representation within the bourgeois state apparatus. In addition to this main consequence, some analytical possibilities offered by the concept of coup as a political practice of a particular type are outlined at the end of the essay.

Keywords: *Coup d'État*. Marxism. Bureaucracy. Parliamentary coup. Political practice.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de golpe de Estado tem larga tradição na filosofia e na ciência política, tendo o seu registro inaugurado na literatura ainda no século XVII. O referido conceito passou por uma série de transformações que acompanharam o surgimento do Estado burguês e sua correspondente teorização. A plasticidade das diferentes definições tem respondido à dinâmica horizontal do tempo, mas também à dinâmica vertical do debate teórico. Esta última ganhou um novo impulso, o qual se deve muito à recente onda de destituições presidenciais ocorridas na América Latina¹ e que, ameaçando a continuidade dos já estreitos regimes democráticos da região, resgatou o conceito de golpe de Estado como uma prioridade para a pesquisa sobre as conjunturas políticas no subcontinente.

Dito isso, tem-se como objeto do presente ensaio o conceito de golpe de Estado. Aqui, o objetivo é oferecer uma definição do conceito de golpe de Estado adequada à teoria marxista do Estado burguês, mais especificamente à teoria da organização do aparelho desse tipo de Estado. A ideia-força que conduz o conjunto da argumentação é a de que o golpe de Estado é um fenômeno cuja ocorrência depende, essencialmente, da participação da burocracia de Estado. Desse modo, caracterizar um golpe de Estado como golpe parlamentar configuraria um contrassenso teórico, pois tal caracterização não observaria a hierarquia estrutural entre os ramos do aparelho de Estado burguês, tal como corretamente designado pela teoria marxista.

No sentido de integrar de modo coerente o conceito de golpe de Estado à teoria marxista da organização do aparelho de Estado burguês, propõe-se que o golpe de Estado é um tipo particular de prática política. Assim, sobre esse conceito devem incidir as determinações mais abstratas que especificam a prática política em geral e as determinações que especificam o golpe de Estado como prática política de tipo particular. Considerando os elementos que compõem esse tipo particular de prática política, deve ser possível também observar as combinações que especificam as diferentes modalidades de golpe de Estado.

Com o intuito de sustentar e desenvolver as concepções logo acima enunciadas, este ensaio tem o seu desenvolvimento composto por três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção seguinte, apresenta-se a teoria marxista do Estado burguês, nessa o objetivo é estabelecer um parâmetro teórico pelo qual a coerência da argumentação deve ser balizada. Na terceira seção, tomam-se como objeto de ilustração teórica as análises de autores que caracterizam o golpe de 2016 como golpe parlamentar. Na referida seção, o objetivo é indicar o reconhecimento da participação burocrática como uma constante nas análises dos autores que ocultam essa participação enunciando o “golpe parlamentar”. Por fim, na quarta seção, o objetivo é fundamentar uma definição do conceito de golpe de Estado em acordo com a teoria-parâmetro da seção segunda, conjecturando, de modo subsidiário e provisório, combinações que especificam algumas das modalidades possíveis de golpe.

¹ Citam-se especialmente os bem-sucedidos golpes de Estado no Haiti, em 2004; em Honduras, em 2009; no Paraguai, em 2012; no Brasil, em 2016; e na Bolívia, em 2019.

O golpe de Estado é um fenômeno cuja ocorrência depende, essencialmente, da participação da burocracia de Estado. Desse modo, caracterizar um golpe de Estado como golpe parlamentar configuraria um contrassenso teórico, pois tal caracterização não observaria a hierarquia estrutural entre os ramos do aparelho de Estado burguês

2. A TEORIA MARXISTA DO ESTADO BURGUEÊS

Nesta seção apresenta-se de maneira sumária a teoria marxista do Estado burguês. Vale salientar que não constitui um objetivo sustentar a validade dessa teoria em relação às alternativas existentes, pois neste texto a teoria marxista do Estado é ao mesmo tempo um *a priori* teórico, um objeto e um resultado. Ou seja, trabalha-se com os pressupostos da teoria marxista do Estado sobre um conceito específico dessa mesma teoria para retificá-lo de modo a tornar a própria teoria mais consistente.

Quando se enuncia a teoria marxista do Estado burguês, faz-se referência a uma combinação específica de quatro determinações, as quais definem as fronteiras de um determinado objeto, diferenciando-o de uma massa confusa e indefinível. A primeira dessas determinações refere-se a “um conjunto de conceitos e de teses” (BOITO JR., 2021a), isto é, a teoria. A segunda refere-se a um conjunto particular de conceitos e teses, a teoria marxista. A terceira determinação, o Estado, oferece três coordenadas complementares: a) a menção ao Estado como objeto indica o hemisfério da ciência da história, o materialismo histórico, e não o hemisfério da ciência das práticas teóricas, o materialismo dialético; b) com os pés sobre o continente do materialismo histórico, o conceito fundamental observado é o de modo de produção, ou seja, a unidade correspondente entre os tipos de estrutura econômica e os tipos de estrutura política, e, por fim, c) trata-se, assim, das estruturas políticas típicas dos modos de produção em que as estruturas econômicas estão cindidas entre uma classe explorada e uma classe exploradora, o Estado. A quarta e última determinação distingue, dentre os diversos modos de produção classistas, um deles, o modo de produção capitalista, que, tendo uma estrutura econômica classista específica, tem também uma estrutura política classista de tipo particular, o Estado burguês.

Partindo da terceira determinação — já no território da teoria marxista — percebe-se que as estruturas políticas não são mônadas absolutas autoengendradas. Aquelas se relacionam com as estruturas econômicas, e em conjunto com estas constituem um conceito mais geral, o modo de produção. Nos modos de produção cindidos em classes, a estrutura política típica e necessária efetiva-se como Estado, que é definido como um conjunto mais ou menos especializado e unificado de organizações que têm por função principal garantir a dominação de uma classe. Essa definição simples e abrangente caracteriza o fenômeno Estado como um todo. Em todo e qualquer modo de produção, o Estado se refere a um corpo de funcionários especializados em garantir a dominação de uma classe (SAES, 1982; 1987). Tais funcionários realizarão essa função pelo emprego de duas atividades sempre necessárias e nunca suficientes: a possibilidade efetiva do uso da violência e a imposição de tributos. Portanto, todo e qualquer Estado é constituído por funcionários capazes de exercer a violência (forças armadas) e capturar excedentes por meio de impostos (forças coletoras) (LAZAGNA, 2017). Quando esses funcionários monopolizam as atividades de gestão do aparelho de Estado, observa-se a forma de Estado ditatorial. Quando a classe dominante tem no aparelho de Estado um órgão efetivo de representação, compartilhando a administração do Estado com os funcionários, observa-se a forma de Estado democrática (SAES, 1987).

Se a função do Estado é garantir a dominação de classe, é fundamental salientar que em cada modo de produção domina uma classe específica, que, mantendo relações de produção específicas, torna necessário que a dominação se efetive também de modo específico e correspondente. A esse modo particular de organização do Estado para organizar a dominação de cada classe em cada modo de produção, chama-se tipo de Estado (SAES, 1987).

O tipo de Estado que corresponde à dominação da classe capitalista e que, portanto, é capaz de garantir a reprodução da dominância do modo de produção capitalista é o Estado de tipo burguês. Esse tipo de Estado, assim como os demais, caracteriza-se, primariamente, pela sua estrutura, que, nesse caso, reúne dois sistemas de valores fundamentais: a) o direito igualitário; e b) o burocratismo (SAES, 1982; 1987).

O direito igualitário é a face da estrutura jurídico-política do Estado burguês que regula e garante a existência das relações de produção capitalistas na medida em que trata os proprietários e os não proprietários de capital como sujeitos abstratos e equivalentes, ambos supostamente portadores de mesma autonomia. Esse tratamento jurídico em que a igualdade formal das vontades é inviolável garante a existência das relações de compra e venda de força de trabalho típicas do capitalismo na medida em que: contém a voracidade cega dos exploradores individuais, o que poderia acabar por restaurar as relações de produção em que o trabalhador livre, explorado por contrato, voltasse à condição de servo ou escravo, e debilita a tendência à auto-organização operária e a possível superação das relações de produção vigentes, pois, quando um trabalhador vende a sua força de trabalho para um capitalista, o direito



Reprodução

Haiti, em 2004 (alto, à esq.), Paraguai, em 2012 (acima), e Honduras, em 2009 (ao lado), sofreram desestabilização de suas democracias por conta de golpes perpetrados pelas elites locais, com participação do Judiciário e das Forças Armadas e apoio velado dos EUA

não reconhece essa relação como relação desigual de exploração entre coletividades distintas, mas como um contrato entre dois sujeitos individuais equivalentes, livres e autônomos. Dessa forma, as relações de produção entre classes antagônicas são sentidas como relações entre indivíduos iguais. A essa sensação — que as classes trabalhadoras sentem como competição individual no mercado de trabalho, e os burgueses, como competição entre os capitais individuais —, chama-se efeito de isolamento.

O segundo elemento da estrutura jurídico-política que se efetiva no Estado burguês é o burocratismo. Este constitui um conjunto de princípios que organizam e regulam o próprio Estado, ou seja, que constringe os funcionários do Estado a agir em acordo com a reprodução do modo de produção capitalista. As duas características fundamentais do burocratismo são: a) as tarefas do Estado não são monopolizadas pela classe exploradora; assim, estão formalmente habilitados a participar do aparelho de Estado os membros individuais de todas as classes sociais; e b) sendo juridicamente possível qualquer um ser funcionário do Estado, a seleção é feita mediante o critério formal e expresso do mérito individual, atestado de modo geral e impessoal. A impessoalidade e universalidade do Estado diante dos membros individuais de todas as classes inviabiliza, mais uma vez, que uma fração da classe dominante instrumentalize o Estado contra a classe explorada e acabe por restaurar a extorsão de excedente por meio de coerção direta, o que é incompatível com a reprodução do modo de produção capitalista. Dessa mesma impessoalidade e universalidade deriva a sensação de que o Estado representa igualmente os interesses de todas as classes e que, portanto, não constitui uma instituição especializada em exercer a dominação política, mas especializada em realizar o interesse geral do povo-nação, o bem comum. Dessa maneira, a classe operária tem neutralizada a tendência à auto-orga-

nização classista, orientando suas demandas pontuais para o Estado, que as atende na medida em que tais demandas garantam a reprodução da sua condição de classe explorada e dominada. Tal sensação, a de que o Estado é representante geral e que seus funcionários são representantes do povo-nação, é chamada de efeito de representação da unidade.

O direito e o burocratismo são duas peças indissociáveis da estrutura jurídico-política do Estado de tipo burguês. A estrutura, como já enunciado, constitui um sistema de valores prescritivos indispensáveis à reprodução de um modo de produção. Sendo um sistema de valores, não tem por si uma existência material, realizando-se sempre por meio de um aparelho que se orienta por ela. Eis o aparelho de Estado, um “conjunto de recursos materiais e humanos” (SAES, 2012, p. 284) forçosamente organizados de determinado modo, cumprindo a função de garantir a dominação de uma classe.

A enunciação do direito igualitário, necessário às relações de compra e venda da força de trabalho, implica um reconhecimento dessa igualdade para a participação nos postos dos diferentes ramos do aparelho de Estado, o que atribui ao Estado burguês — Estado de classe como qualquer outro — uma aparência pública, de Estado de todos. De tal modo, quando a classe dominante demanda uma forma de Estado democrática — ou seja, a presença de uma assembleia eleita que compartilha a gestão da dominação com o pessoal de Estado —, a monopolização dessa assembleia pelos membros das classes dominantes acaba por desautorizar o burocratismo, em primeiro lugar, e o direito, em segundo, neutralizando os efeitos de isolamento e de representação da unidade que garantem a reprodução do modo de produção. Dessa maneira, o direito civil igualitário, necessário às operações de compra e venda e à participação nas carreiras de Estado (representação burocrática), tende a engendrar um direito político igualitário, abrindo aos membros individuais de todas as classes também a participação no ramo de representantes eleitos (representação política) (SAES, 1982).

Vale ainda salientar que o burocratismo, também respaldado pelo direito igualitário e seu efeito individualizador, não se relaciona com os funcionários de Estado como membros de suas respectivas classes. No Estado, o representante burocrático ali instalado aparece como um cidadão que representa o povo-nação por meio dos valores burocráticos cristalizados no aparelho de Estado. Caso esse ou aquele representante burocrático vacile no cumprimento das funções atribuídas a sua posição, o representante sofrerá sanções, pois não é dono da posição, mas um funcionário com obrigações.

No caso da representação política, o grau de autonomia do representante diante do aparelho de Estado parece maior, pois, sendo eleito por uma parcela específica dos chamados “cidadãos”, eventualmente o eleito pode estar representando uma classe trabalhadora votante e organizada que tem por estratégia utilizar o parlamento como instrumento para a realização do programa político da classe operária.

Supondo que as representações políticas da classe operária constituam uma vanguarda decidida, competente e que consiga driblar os diversos filtros e tentativas de cooperação próprias à representação política, e que a própria base da classe operária esteja fortemente organizada, com uma consciência clara acerca dos efeitos ideológicos da estrutura do Estado burguês, ainda assim a representação política antagonizaria com a representação burocrática, o núcleo insuperável dos funcionários profissionais não eleitos responsáveis pela administração da dominação. Nesse sentido, torna-se imprescindível a seguinte avaliação de Décio Saes sobre a relação entre os dois tipos de representação popular no seio Estado burguês.

A organização, numa formação social, de alguma forma de representação política liberal, corporativa ou plebiscitária — não produz, entretanto, a desagregação do burocratismo; ela determina, antes, o desenvolvimento, no seio do Estado burguês, de uma contradição entre as duas formas de representação popular, a política e a burocrática. Essa contradição foi detectada — de modo desigual e em nível de profundidade variável, é claro — por todos os analistas do Estado burguês: exemplificando apenas com autores clássicos, por Hegel (contradição entre burocracia e corporações), por Marx (contradição entre burocracia e parlamento) ou por Weber (contradição entre burocratização do Estado e democracia política). Ela se manifesta, concretamente, como contradição entre os agentes do burocratismo (funcionários) e os representantes políticos (membros de um parlamento democrático, de uma Assembleia corporativa ou de uma liderança plebiscitada). Tal contradição pode se prolongar no tempo, ou se resolver através da liquidação da representação política pelo burocratismo (o contrário é impossível, já que o burocratismo é a própria estrutura do Estado burguês). Mas um ou outro desenvolvimento da contradição depende, fundamentalmente, do próprio desenvolvimento da luta de classes na formação social em questão (SAES, 1982, p. 36).

Os ramos da representação burocrática do aparelho de Estado, ou seja, o corpo dos funcionários de carreira organizados sob os princípios do burocratismo, são, de fato, a realização da estrutura jurídico-política do Estado burguês. Esses são os responsáveis por regular o conjunto das atividades estatais e não estatais por meio da possibilidade do uso da violência organizada e sistemática. O núcleo duro do burocratismo tem no seu centro a burocracia militar, os profissionais dessa violência organizada e sistemática; as forças coletoras, responsáveis pela extorsão e administração do excedente econômico necessário à reprodução do aparelho de Estado, e, ainda, o Judiciário, a representação burocrática que, sendo o direito encarnado, cumpre a função expressa de observar e aplicar o direito igualitário e o próprio burocratismo, regulando as relações dos agentes da produção entre si, dos ramos do aparelho de Estado entre si e também as relações entre os agentes da produção e o aparelho do Estado.

A representação política no Estado, por seu turno, é composta pelo conjunto de representantes eleitos pelo voto popular e com mandatos determinados. Tomando o exemplo do Brasil, podemos citar vereadores, prefeitos, deputados, senadores, vi-

ce-presidentes e presidentes. Além, é claro, dos ministros e secretários cujo mandato depende dos chefes de governo.

O Estado foi até aqui apresentado de forma cristalina, pois indicamos características descobertas após décadas de pesquisa e elaboração teórica levadas a cabo por um sem-número de autores. No entanto, o Estado não constitui uma realidade simples e transparente cuja existência é autoevidente. Além de valores prescritivos indispensáveis (a estrutura) e de recursos materiais e humanos orientados pela estrutura (o aparelho), o Estado é também uma instituição (SAES, 2012), que é definida como um conjunto declarado de regras, princípios, ritos e convenções. Portanto, referir-se à instituição é referir-se à superfície oficial do Estado, ao modo como o aparelho de Estado se enxerga e se apresenta. Esse conjunto de regras, princípios etc. parece conduzir de modo inexorável toda a atividade estatal. No entanto, o institucional não é rigorosamente observado em seu conjunto: tais princípios, regras e convenções são considerados apenas parcialmente, engajando, legitimando e acobertando os meios e os objetivos fundamentais da atividade estatal.

Por fim, tem-se, então, o seguinte cenário: a) o Estado é ao mesmo tempo uma estrutura, um aparelho e uma instituição; b) o ramo da representação burocrática realiza por si mesmo a estrutura jurídico-política do Estado burguês; c) quando a representação burocrática coincide com a representação política, tem-se o Estado de tipo burguês sob a forma de ditadura; d) quando a representação política não coincide com a representação burocrática e esta compartilha a administração do Estado com um órgão efetivo de representantes eleitos, tem-se o Estado de tipo burguês sob a forma democrática; e) em caso de conflito entre os dois tipos de representação popular, a representação burocrática sempre triunfará sobre a representação política; caso contrário é o próprio aparelho do Estado burguês que se dissolve.

3. A BUROCRACIA NA HIPÓTESE DO GOLPE PARLAMENTAR

Nesta terceira seção do ensaio tomam-se como objeto de observação crítica as análises que caracterizam o golpe de 2016 no Brasil como um golpe parlamentar. O objetivo principal aqui é o de demonstrar como os autores indicam a fundamental participação da representação burocrática no processo golpista, no caso, os órgãos judiciais do Judiciário e do Executivo, ao passo que ocultam essa participação na enunciação do conceito com o qual caracterizam o processo, o golpe parlamentar. A escolha do caso brasileiro como caso de ilustração justifica-se por dois argumentos: a) os autores compõem o debate teórico no qual este texto pretende se inserir, e b) o caso brasileiro é o mais conhecido em detalhes pelo público ao qual se destina o escrito, bem como por quem o escreve.

O primeiro autor elencado aqui é Renato Perissinotto, que define sinteticamente um golpe de Estado como o “rompimento das regras do jogo sucessório”, “efetuado por órgãos do Estado” (PERISSINOTTO, 2016, p. 2). A partir disso, Perissinotto distingue num golpe os seus “perpetradores intencionais” (no caso brasileiro, a



Reprodução

O então juiz Sergio Moro, em charge de Vitor Teixeira, 2015

coalizão política no parlamento) daqueles agentes que criam as suas condições (no caso brasileiro, a mídia, os protestos de rua, a operação Lava Jato, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário). Negligenciando no conceito estes últimos agentes, Perissinotto toma como critério único na caracterização de um golpe os seus “perpetradores intencionais”, definindo, assim, o golpe de 2016 como um golpe de tipo parlamentar.

A análise de Perissinotto traz uma contribuição importante ao distinguir duas funções políticas num golpe de Estado, a função das “forças perpetradoras” e a função daqueles agentes que “criaram as condições para o golpe”. Reconhecendo essa distinção, o autor poderia progredir com a observação de alianças internas entre os diferentes ramos do aparelho de Estado, indicando suas configurações. No entanto, ao fazer sua caracterização sobre o processo golpista, o autor sonega a participação da burocracia e reconhece no seu conceito apenas a participação do parlamento, considerando assim aquele golpe como golpe parlamentar.

Jessé Souza também qualifica o golpe de 2016 como golpe parlamentar. O autor entende que, embora o Judiciário tenha tido um protagonismo inicial no processo golpista a partir de vazamentos seletivos e de perseguição a Lula, o sistema de Justiça não pôde deflagrar o golpe jurídico sob o risco de perder a “aura de imparcialidade”, de tal modo que “entrou em cena o golpe parlamentar” (SOUZA, 2016, p. 127).

A leitura de Souza pode trazer também um elemento importante para a análise daquele golpe, que é a sua forma. O golpe jurídico, puro e simples, poderia romper com a roupagem institucional do Estado, o seu conteúdo manifesto de neutralidade e imparcialidade política. A participação do parlamento e o cumprimento dos ritos

institucionais, por seu turno, reafirmaram essa roupagem institucional, conferindo “legitimidade” ao processo. Jessé Souza, no entanto, não considera um importante elemento destacado no texto de Perissinotto, que é o fato de o impeachment ser “apenas um ponto numa narrativa muito mais ampla” (PERISSINOTTO, 2016, p. 4). Por que seria correto considerar, então, só o ponto de chegada dessa narrativa (o impeachment) e não o conjunto do processo?

Um terceiro autor que merece ser destacado é André Singer, que não identifica o golpe parlamentar como modalidade de golpe de Estado, mas como um processo de natureza diferente. Para Singer, o golpe de Estado sempre envolve a ação das Forças Armadas, ao passo que o golpe parlamentar se processa conforme os preceitos constitucionais. A partir dessa conceituação, Singer, portanto, considera o golpe do impeachment como golpe parlamentar, pois a destituição presidencial ocorreu obedecendo a um critério previsto institucionalmente, o número mínimo de votos exigidos nas duas casas parlamentares (SINGER, 2018).

Singer dá destaque ao cumprimento dos ritos institucionais para distinguir a natureza do golpe de Estado da natureza do golpe parlamentar. O autor, aqui, negligencia dois elementos. Primeiro, que o impeachment, assim como toda a cena política das democracias burguesas, é um processo regulado juridicamente, e segundo, que, embora as instituições proclamem o direito como congruente² e completo³ (SAES, 2012), o discurso jurídico não é nem uma coisa nem outra, permitindo assim aos agentes do burocratismo uma ampla margem para manobrar as instituições sem romper com elas. É o que Perissinotto chamou de “uso casuístico das leis”. Portanto, o trabalho de encontrar um caminho jurídico para o golpe não foi um trabalho exclusivamente parlamentar. O cumprimento dos ritos institucionais foi um trabalho colaborativo em que o Judiciário e demais forças judiciais, tensionando as instituições ao seu limite, construíram, com sua “aura de imparcialidade”, um caminho institucional possível no qual o golpe acabasse por ser também um impeachment.

O último autor que aqui se destaca é Armando Boito Jr., cujas análises serão observadas de modo um pouco mais detalhado, pois o escopo teórico de Boito Jr. é também aquele que mobiliza os esforços e pretensões do autor deste ensaio. Armando Boito Jr. caracteriza o que ele mesmo chama de golpe do impeachment como um golpe parlamentar. Entretanto, nas análises do autor, o elemento judicial (representação burocrática) tem uma importância central. Em seu último livro, no qual o autor trata da crise política brasileira, Boito Jr. ressalta que

a oposição neoliberal pode agir à vontade na apuração da corrupção porque sabe que o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal são rigorosos e até abusivos na investigação da corrupção dos políticos do governo e das grandes empresas que integram a burguesia interna e condescendentes e cúmplices com a corrupção dos governos e dos partidos da oposição neoliberal. Os juízes, procuradores e delegados

2 O princípio da congruência assevera que o sistema jurídico é sempre lógico e harmonioso.

3 O princípio da completude assevera que o sistema jurídico é sempre completo, inteiro e pleno, podendo e devendo, assim, ser aplicado a toda e qualquer situação.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Parlamentares governistas protestam durante reunião de comissão especial no Congresso Nacional contra o andamento do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Brasília, abril de 2016

que controlam aquelas instituições do Estado pertencem, eles próprios, à alta classe média e estão engajados na luta contra os governos do PT (BOITO JR., 2020, p. 27).

Nessa citação, fica evidente que o autor considera o papel ativo e parcial do Judiciário, do MP e da PF na apuração dos crimes de corrupção, sendo todos esses agentes, como ele mesmo diz, “rigorosos e até abusivos” com alguns e “condescendentes e cúmplices” em relação a outros. É possível intuir então que esse padrão de operação dos órgãos judiciais não se restrinja às acusações de corrupção, abarcando também eventos outros, tais como crimes de responsabilidade, que foram a motivação manifesta e legitimadora do impeachment.

Em outra passagem o autor ressalta mais uma vez uma relação de colaboração e aliança entre os ramos da representação política e os ramos da representação burocrática. Segundo ele, o “principal inimigo a ser combatido é o golpe de Estado branco preparado pelo PSDB com o apoio das instituições estatais incumbidas de manter a ordem — Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário” (BOITO JR., 2020, p.27). Deixando ainda mais clara a relação que esses agentes têm entre si, o autor especifica uma base de apoio do golpe e uma força dirigente:

Os setores politicamente ativos do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal representam de um modo muito peculiar, embora já verificado em outros momentos da história política do Brasil, a alta classe média, que foi a *base de apoio* do golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff; o Executivo Federal e as forças majoritárias no Legislativo representam a fração da burguesia que foi a *força dirigente* desse golpe de Estado [...]. Juizes, procuradores e delegados são, ao mesmo tempo, burocratas do ramo repressivo do aparelho de Estado e integrantes da fração superior da alta classe média (BOITO JR., 2020, p. 57, 59).

Boito Jr. entende que a Lava Jato operou como “instrumento político para a burguesia associada” (BOITO JR., 2020, p. 78) e que a relação entre a operação e os interesses dessa fração burguesa é negligenciada pelos analistas que tomam o processo político como uma dimensão social cristalina e evidente. Como advertência teórico-metodológica aos observadores da cena política, Boito Jr. ressalta que “parte muito importante do processo decisório tem lugar nos corredores e gabinetes da burocracia de Estado, longe dos olhos do público” (BOITO JR., 2020, p. 71).

Além de toda a análise do processo político brasileiro oferecida por Armando Boito Jr., considerada aqui como a mais rigorosa, o autor oferece também algumas contribuições pontuais que merecem destaque. A primeira é a combinação dos termos para nomear o fenômeno de 2016, que, ao mesmo tempo que é golpe, é também impeachment, portanto, considera-se aqui que golpe do impeachment é a nomenclatura mais adequada para designar aquele acontecimento. O segundo ponto trata do estabelecimento de alianças e funções entre os ramos do aparelho de Estado. E o terceiro refere-se à advertência teórico-metodológica destacada, que concebe a cena política como uma superfície opaca que oculta não só as práticas políticas das classes dominantes como também as práticas políticas da burocracia de Estado, proclamadas pelas instituições como práticas de caráter puramente técnico.

Estabelecendo a análise de Boito Jr. como a mais acurada referência para a observação daquele processo, qual seria, então, o ponto de discordância? Justamente a caracterização do golpe do impeachment como golpe puramente parlamentar. Se nas considerações do autor é possível observar uma série de indicações sobre a participação fundamental das forças judiciais do início ao fim do processo, por que então se desconsideraria essa participação dos agentes do burocratismo tomando somente os eventos autoproclamados da cena política parlamentar para caracterizar o golpe?

Até aqui se observou que os autores que advogam a caracterização de golpe parlamentar — Perissinotto, Souza, Singer e Boito Jr. — arrolam diversos momentos em que a presença do aparato judicial foi decisiva, reconhecendo tal importância num ou noutro momento do golpe do impeachment. No entanto, chegado o momento de tipificar o golpe, o acúmulo da análise sobre o aparato judicial é sonogado, tornando teoricamente praticável a evocação do conceito de golpe parlamentar puro e simples.

Essa defasagem entre a análise empírica e a caracterização teórica do fenômeno dá-se, de acordo com o que se defende neste texto, por dois motivos principais. Primeiro, pela desconsideração da premissa teórica que assevera a existência de uma hierarquia estrutural entre os ramos do aparelho de Estado burguês, como se o parlamento (isoladamente), ramo da representação política, tivesse condições de alterar hierarquias institucionais por meio de práticas institucionalmente duvidosas ou imprevistas, atropelando, assim, o direito e a burocracia sem sofrer, com isso, maiores constrangimentos. O segundo motivo é a desconsideração do caráter opaco da cena política, não levando em consideração a importância das movimentações mais ou menos silenciosas da burocracia para o desfecho dos processos que aparecem na cena política como sendo límpidos e autônomos.



Foto: Mídia NINJA

4. O GOLPE DE ESTADO COMO PRÁTICA POLÍTICA TÍPICA DA BUROCRACIA

O objetivo principal nesta seção é propor uma definição fundamentada do conceito de golpe de Estado que seja coerente com a teoria marxista do Estado burguês. Feito isso, pretende-se apresentar, de modo subsidiário, algumas das combinações possíveis entre os elementos que compõem a definição proposta e ilustram a operacionalidade do conceito. Antes disso, no entanto, cabe expor aqui algumas recomendações gerais de ordem epistemológica pelas quais esse trabalho de ajuste conceitual está orientado.

O termo *conceito* é definido pelo dicionário Michaelis (CONCEITO, 2021) como uma “representação mental das características gerais de um objeto”. Trata-se de uma definição razoável e autocoerente da qual é possível desdobrar questões teóricas pertinentes, tais como o papel da linguagem no processo de representação ou, então, a definição do termo *objeto* e suas possíveis variáveis qualitativas. Dentre essas diversas questões, para os fins deste trabalho, considera-se importante frisar o conteúdo da expressão *características gerais*, ou seja, a propriedade indispensável dos conceitos de designar assertivamente as características invariantes que delimitam as fronteiras de identidade de um objeto⁴.

Um conceito, portanto, indica determinações invariáveis próprias a um tipo de objeto. As determinações devem ser invariáveis, pois sem tais determinações não haveria autorização lógica para definir o objeto como tal, sob pena de se sacrificar a

⁴ Considera-se legítimo o procedimento de tomar representações “caóticas” e pré-elaboradas da linguagem corrente como matéria-prima do trabalho teórico, que nem sempre precisa empregar os conceitos teóricos previamente trabalhados. Frisa-se ainda, aqui, o formato de ensaio do presente texto, cuja pretensão passa longe de uma revisão de literatura sobre a definição desse ou de qualquer outro conceito.

lógica do conhecimento ao desígnio do enunciado arbitrário. Armando Boito Jr. chama a atenção para esse problema ao distinguir dois tipos de definições sobre o conceito de fascismo, as definições “teóricas e sintéticas” e as “definições descritivas”. Estas últimas tendem a arrolar uma série de elementos presentes em um ou mais exemplos históricos do que consideram fascismo, sem demonstrar, no entanto, os critérios que justificam: a) a seleção de alguns elementos e a exclusão de outros; e b) a seleção de experiências históricas como exemplos de um conceito que, em tese, ainda não existe e será formulado a partir delas (BOITO JR., 2021b). Trata-se, portanto, de duas arbitrariedades, a seleção dos casos e a seleção de seus elementos típicos.

As definições teóricas e sintéticas fogem do arbítrio referido, pois, além de expressar “informações empíricas” sobre os fenômenos, expressam também o conhecimento teórico previamente disponível, servindo, assim, como um guia da investigação. Tais definições são capazes de indicar o tipo de fenômeno para o qual se mira, indicando também as categorias invariantes que neste devem ser destacadas e desenvolvidas. Um conceito teórico e sintético, que não tem a pretensão de esgotar a complexidade de um fenômeno, deve atender, portanto, a um critério de duas coerências. A primeira coerência é interna (SAES, 2001) e refere-se à integração logicamente não contraditória do conceito com o seu respectivo sistema teórico. A segunda coerência é externa (SAES, 2001) e refere-se à capacidade do conceito de abarcar um sem-número de eventos singulares de uma mesma natureza, os quais integram, por compartilharem propriedades invariantes expressas em seu conceito, um mesmo conjunto.

Sobre as propostas de definições teóricas e sintéticas do conceito de golpe de Estado, podem ser citadas duas recentes e salutares iniciativas. A primeira, de Álvaro Bianchi, tem o objetivo de demarcar as diferenças entre o conceito geral de golpe de Estado e a sua modalidade mais frequente, o golpe militar. Segundo o autor, essa proeminência em relação às outras possibilidades de golpe “fez com que muitas vezes o *coup d’État* fosse identificado exclusivamente com sua variante militar” (BIANCHI, 2016). No sentido de, então, “considerar a hipótese de golpes promovidos por grupos do Poder Legislativo ou Judiciário ou por uma combinação de vários grupos e facções” (BIANCHI, 2016), Bianchi propõe uma definição do conceito que deve indicar “o protagonista daquilo que se chama *coup d’État*, os meios que caracterizam a ação e os fins desejados” (BIANCHI, 2016). Em sua nova forma,

o sujeito do golpe de Estado moderno é, como Luttwak destacou, uma fração da burocracia estatal. O golpe de Estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de Estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho

de Estado que utiliza para tal medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (BIANCHI, 2016).

Sobre essa proposição de Bianchi, Martuscelli (2018) — que estabelece a segunda proposta de redefinição conceitual — destaca duas inconsistências. A primeira, de ordem interna, e a segunda, de ordem externa. O problema interno na proposição de Bianchi seria enunciar que o sujeito do golpe é sempre uma fração da burocracia estatal enquanto aventa a possibilidade de um golpe de Estado promovido pelo Poder Legislativo, que, sendo constituído por representantes políticos eleitos por tempo determinado, não integra a burocracia, constituída por funcionários permanentes e automeados. O problema de ordem externa, segundo Martuscelli, refere-se ao ocultamento no conceito de golpe de uma propriedade invariante do fenômeno. Qual seja, o vínculo necessário entre a dinâmica dos processos golpistas e os conflitos pela hegemonia no interior do bloco no poder. Seria ainda possível destacar um terceiro elemento de crítica que se insere na avaliação da proposta de Bianchi, que se refere à “alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas” como resultado inexorável dos golpes. Um golpe cujo resultado é a substituição de um governante por outro sem alterar as funções institucionais dos cargos deixa, por isso, de ser um golpe?

Com o intuito de oferecer uma alternativa que supere os problemas indicados no conceito de Bianchi, Martuscelli propõe a seguinte definição:

Consideramos que todo golpe de classe [de Estado]⁵ possui uma direção política que está associada às disputas existentes no interior das classes dominantes pelo controle do processo decisório estatal, inscrevendo-se assim no rol de conflitos vinculados à própria lógica de reprodução social, em especial dos processos de redefinição ou reforço da hegemonia política de uma dada fração dominante no bloco no poder. Além disso, procuramos incorporar a tese já desenvolvida por outros analistas segundo a qual todo golpe é levado a cabo por iniciativa de agentes internos às instituições estatais, mas apontando para uma retificação importante de tais análises, ao demonstrar que tais agentes não estão alheios aos conflitos de classe. Por fim, caracterizamos o golpe de Estado como um ato de usurpação realizado por forças de oposição a um dado governo. Portanto, são esses três elementos: disputa pelo controle do processo decisório estatal, ação de agentes internos às instituições estatais e consumação de atos de usurpação contra um dado governo, que devem ser observados pelas análises de orientação marxista acerca dos golpes de Estado (MARTUSCELLI, 2018, p. 13).

5 No texto original que referenciamos lê-se “golpe de classe”, no entanto, intuimos pelo contexto da frase que se trata de um erro de redação, ante o qual o correto seria “golpe de Estado”.

O destaque que Martuscelli atribui aos conflitos entre frações no bloco no poder é importante no sentido de demarcar as diferenças de avaliação entre os analistas informados pela teoria marxista e os informados pelas assim chamadas teorias formalistas (liberais e elitistas). No entanto, a referência a tais conflitos no processo de formulação conceitual parece constituir uma redundância teórica, pois é um pressuposto da teoria marxista que os fenômenos políticos são animados pelos conflitos entre classes e frações. Portanto, não se trata de um atributo particular que especifica o golpe de Estado, mas de um atributo geral próprio a todos os fenômenos políticos e, como tal, um pressuposto que não precisa ser enunciado nos conceitos particulares.

O segundo aspecto que merece ser observado na proposta de Martuscelli é que, ao se referir à “ação de agentes internos às instituições estatais”, o autor não observa a diferença entre os agentes do burocratismo e os agentes propriamente políticos. Considera-se, portanto, aqui, importante refinar o conceito de golpe em relação à teoria da organização do aparelho de Estado de tipo capitalista, o que constitui o objetivo principal deste ensaio. Entende-se, assim, que o aparelho de Estado capitalista é organizado sob uma hierarquia estrutural que lhe é própria e que precisa ser observada, ou seja, a primazia da representação burocrática sobre a representação política nas conjunturas de reprodução da dominância do modo de produção capitalista. A consideração dessa hierarquia entre os ramos do aparelho de Estado traz implicações para a possibilidade de caracterizar um golpe de Estado como golpe parlamentar puro, desconsiderando a presença e o papel político da burocracia nesses acontecimentos.

Tomando a teoria marxista do Estado como referência, observa-se que o golpe de Estado deve ser entendido como um tipo particular de prática política. Para que se avance no conhecimento desse tipo particular de prática política deve-se, então, partir dos conceitos de prática em geral e de prática política, especificamente. O conceito desse tipo particular de prática política deve, assim, conter os elementos do conceito geral e os elementos particulares que o especificam, diferenciando-o das demais modalidades de prática política e do próprio conceito de prática política em geral que o abarca.

Althusser, em *Por Marx*, define a prática em geral como “todo o processo de transformação de uma matéria-prima determinada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios (de ‘produção’) determinados” (ALTHUSSER, 2015, p. 136). Partindo da definição de prática em geral, o filósofo franco-argelino designa a prática política do seguinte modo:

a prática política — que, nos partidos marxistas, já não é espontânea, mas organizada baseando-se na teoria científica do materialismo histórico, e que transforma sua matéria-prima, as relações sociais, em um produto determinado (novas relações sociais) (ALTHUSSER, 2015, p. 136).

A definição de prática em geral de Althusser é composta pela articulação de

quatro elementos: um sujeito praticante, os meios mobilizados, uma matéria-prima e um produto. Sobre a sua definição específica de prática política, é possível observar que ela é incipiente, ou melhor, é inexistente do ponto de vista teórico geral. O excerto acima não oferece uma definição em geral de prática política, mas específica já um tipo de prática política — a prática política revolucionária — sem antes definir a prática política em geral. É possível inferir, a partir da leitura, que os sujeitos praticantes o fazem organizados em partidos (marxistas ou não); que seus meios são espontâneos ou cientificamente orientados; que sua matéria-prima são as relações sociais; e que seu produto é a transformação das relações sociais existentes.

A burocracia praticante pode agir sozinha ou em aliança com a representação política. No primeiro caso tem-se ou um golpe militar ou um golpe judicial. No segundo caso, um golpe jurídico-parlamentar

Tomando um tipo específico de prática política para ilustrar o conceito geral de prática política sem defini-lo, Althusser toma características particulares da prática política revolucionária como características das práticas políticas em geral, que deveriam estar consubstanciadas no oposto das práticas políticas revolucionárias, as práticas políticas reiterativas (LAZAGNA, 2017). Ora, se as relações sociais são a matéria-prima de toda prática política e se toda prática política deve ter como produto novas relações sociais, as únicas práticas políticas dignas desse nome seriam as práticas políticas revolucionárias, sendo impossível categorizar práticas políticas destinadas à reprodução das relações sociais existentes.

Uma alternativa retificadora à proposta de Althusser é encontrada na obra *Poder político e classes sociais*, de Poulantzas, que diz:

trata-se, muito precisamente, da concepção indicada da prática política: esta tem por objeto o momento atual, ela produz as transformações — ou, aliás, a manutenção — da unidade de uma formação, porém somente na medida exata em que tem como ponto de impacto, como objetivo estratégico específico, as estruturas políticas do Estado [...]. O que de fato se destaca nessa citação é que esse objetivo do poder de Estado é a condição da especificidade da prática política (POULANTZAS, 2019, p. 44-45).

Poulantzas corrige a definição de Althusser, que limita as práticas políticas às de tipo revolucionário, especificando de modo mais preciso o objeto dessa prática e a orientação de seus efeitos. Se em Althusser o objeto aparece como “relações so-

ciais existentes”, em Poulantzas aparece, inspirado em Lênin, como o momento atual, entendido antes e depois como sinônimo de conjuntura. O segundo apontamento destina-se a especificar os efeitos dessas práticas específicas sobre essa matéria-prima específica, ou seja, os efeitos sobre o exercício de poder de Estado.

Tomando como parâmetro a definição de prática em geral e os apontamentos sobre a prática política, têm-se o seguinte: o sujeito da prática política é uma coletividade; os meios são os diversos métodos mobilizados e que precisariam ainda ser inventariados⁶; a matéria-prima são os elementos da conjuntura; e os efeitos são as repercussões nas condições de exercício do poder de Estado. Sinteticamente, a prática política é o trabalho de uma coletividade que mobiliza meios específicos sobre uma conjuntura visando produzir repercussões nas condições de exercício do poder de Estado.

A variação desses quatro elementos, então, oferece uma definição de golpe como uma modalidade de prática política. Sinteticamente, golpe de Estado é a modalidade de prática política em que a burocracia participa da usurpação do exercício de poder⁷ de um ou mais ramos do aparelho de Estado visando ao controle sobre o processo político. A prática política golpista então se caracteriza por um sujeito praticante específico, a burocracia de Estado; por um tipo de trabalho específico: a usurpação; por um tipo específico de matéria-prima: os ramos do aparelho de Estado; e por um objetivo: o controle do processo político.

Quadro 1 — Definições de prática em geral, de prática política e de prática política golpista

DEFINIÇÃO MAIS GERAL				
PRÁTICA	SUJEITO PRATICANTE	MEIO DE PRODUÇÃO	MATÉRIA-PRIMA	PRODUTO
PRÁTICA POLÍTICA	COLETIVIDADE	DIFERENTES MÉTODOS DE INTERVENÇÃO	ELEMENTOS DA CONJUNTURA	EFEITOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DO PODER DE ESTADO
PRÁTICA POLÍTICA GOLPISTA	BUROCRACIA	USURPAÇÃO	RAMOS DO APARELHO DE ESTADO	EFEITOS SOBRE O CONTROLE DO PROCESSO POLÍTICO
DEFINIÇÃO MAIS PARTICULAR				

Fonte: elaboração própria.

Tomando essa definição, propõe-se aqui o exercício de combinar variações nos quatro elementos especificados da prática golpista. Adverte-se, no entanto, que não se pretende combinar todas as possibilidades teóricas indicando também as suas

⁶ Exemplos: eleição de representantes, acordo parlamentar, protesto de massa, greve geral, guerra popular etc.

⁷ Frisa-se aqui o termo exercício do poder, pois o poder político é sempre o poder de uma classe social, transitando de uma classe para outra somente em condições muito específicas.

O golpe jurídico-parlamentar tem como sujeitos praticantes a burocracia civil judiciária e o parlamento a ela aliado, os quais usurpam o exercício do poder político por meios institucionais. Sua matéria-prima é sempre a cabeça de governo e o processo político é controlado sem modificar a forma de Estado, deteriorando o regime democrático vigente, podendo alterá-lo ou não

impossibilidades. Essa demanda legítima e necessária poderá ser desenvolvida em outra oportunidade. O que interessa aqui é indicar a capacidade produtiva do conceito. Observe-se, então, mais de perto, quais são as suas combinações.

A burocracia praticante pode agir sozinha ou em aliança com a representação política. No primeiro caso tem-se ou um golpe militar ou um golpe judicial. No segundo caso, um golpe jurídico-parlamentar. A variação no meio de produção diz respeito à forma da usurpação. Essa usurpação pode ser institucional (pela manipulação das regras proclamadas) ou anti-institucional (pela quebra das regras proclamadas). A matéria-prima varia de acordo com o ramo do aparelho de Estado, a cabeça do governo, o parlamento ou o Judiciário. O controle do processo político pode se dar pela alteração da forma de Estado e, conseqüentemente, do regime político, ou pela alteração/deterioração do regime político sem a alteração da forma de Estado.

Destacados os elementos para o exercício teórico de sua combinação, considerar-se-á, para os fins deste exercício, apenas a possibilidade de golpes em regimes políticos democráticos. A também legítima e necessária indicação de impossibilidades e possibilidades de outras combinações teóricas reserva-se para outro momento.

Em regimes democráticos, o golpe de tipo militar tem a seguinte configuração. A coletividade praticante é a burocracia militar, a usurpação é de tipo anti-institucional, a matéria-prima é composta por dois ou três ramos do aparelho de Estado (parlamento e Judiciário ou parlamento, Judiciário e cabeça do governo) e o controle do processo político dá-se pela alteração da forma de Estado democrática para a forma ditatorial sob o regime de ditadura militar.

No golpe de tipo judicial, a coletividade que se impõe é a burocracia civil, a usurpação é sempre anti-institucional, a matéria-prima são um ou dois ramos do aparelho de Estado (parlamento ou parlamento e cabeça do governo) e o controle do processo político se dá pela alteração da forma de Estado democrática para a forma ditatorial sob o regime da ditadura bonapartista.

O golpe jurídico-parlamentar tem como sujeitos praticantes a burocracia civil judiciária e o parlamento a ela aliado, os quais usurpam o exercício do poder político por meios institucionais⁸. Sua matéria-prima é sempre a cabeça de governo e o processo político é controlado sem modificar a forma de Estado, deteriorando o regime democrático vigente, podendo alterá-lo ou não (em caso de alteração, do presidencialismo para o parlamentarismo).

Quadro 2 – Modalidades de golpe segundo a variação dos seus elementos constitutivos

VARIÇÕES QUE ESPECIFICAM MODALIDADES DE GOLPE EM REGIMES DEMOCRÁTICOS				
TIPO DE GOLPE	RAMO PRATICANTE DA BUROCRACIA	TIPO DE USURPAÇÃO	RAMOS DE MATÉRIA-PRIMA	TIPOS DE EFEITOS SOBRE CONTROLE DO PROCESSO POLÍTICO
GOLPE MILITAR	MILITAR	ANTI-INTUCIONAL	(JUDICIÁRIO + PARLAMENTO) OU (JUDICIÁRIO + PARLAMENTO + CHEFE DO GOVERNO)	ALTERAÇÃO DA FORMA DE ESTADO DE DEMOCRACIA PARA DITADURA SOB O REGIME MILITAR
GOLPE JUDICIAL	CIVIL	ANTI-INTUCIONAL	(PARLAMENTO) OU (PARLAMENTO + CHEFE DO GOVERNO)	ALTERAÇÃO DA FORMA DE ESTADO DE DEMOCRACIA PARA DITADURA SOB O REGIME BONAPARTISTA
GOLPE JURÍDICO-PARLAMENTAR	CIVIL + PARLAMENTO	INSTITUCIONAL	CHEFE DO GOVERNO	NÃO ALTERA A FORMA DE ESTADO, ALTERA OU DETERIORA O REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Fonte: elaboração própria.

Nos dois primeiros tipos de golpe, o efeito imediato é o estabelecimento de um regime hegemônico ou pela burocracia militar ou pela burocracia civil, que conformam, respectivamente, as ditaduras militares e as ditaduras bonapartistas. No golpe de terceiro tipo, a crise política tende a se prolongar com o desgaste progressivo das instituições, sem que imediatamente um ramo do aparelho se imponha como dominante, prolongando e agravando a crise institucional.

O golpe de tipo jurídico-parlamentar abre um limbo no qual nenhum ramo do aparelho de Estado é forte o suficiente para redesenhar e estabilizar uma nova hierarquia institucional duradoura. Os ramos do aparelho de Estado adquirem maior autonomia entre si, digladiando-se num conflito sem resolução, sempre ampliando as margens de exercício de suas prerrogativas pela ampliação das fronteiras de suas

⁸ Como no caso em que a lei é aplicada de forma casuística.

atribuições. Nesse ponto, a única certeza possível é de que as coisas não permanecerão como estão. É possível haver restauração da força das instituições democráticas? Sim. É possível haver um segundo golpe, de caráter anti-institucional, que estabeleça a supremacia de um dos ramos sobre os outros, alterando a forma de Estado da democracia para a ditadura? Também.

É interessante notar que é na deterioração da forma democrática sem sua imediata substituição pela forma ditatorial que podem emergir alguns dos elementos constitutivos do tipo de crise que aduba o fascismo, tais como: o acirramento de conflitos e a incapacidade hegemônica no bloco no poder; a crise de representação dos partidos burgueses; o ativismo da burocracia e a crise institucional; e a “constituição da pequena burguesia como força social distinta” (BOITO JR., 2021b).

Aqui não se pretende afirmar que o tipo de crise política que aduba o fascismo só pode ser produzido por um golpe jurídico-parlamentar, mas que essa crise política é a crise de uma democracia deteriorada e que essa condição do regime democrático se produz também por golpes jurídico-parlamentares. Um golpe que imediatamente instala um regime ditatorial tende, de uma só vez, a resolver o acirramento dos conflitos e a incapacidade hegemônica no bloco no poder, a crise dos partidos burgueses e a instabilidade institucional permanente, além de inviabilizar a constituição da pequena burguesia como força social distinta, organizada em movimento de massa.

Sobre este último elemento, a constituição da pequena burguesia em força social distinta, a democracia deteriorada cumpre um papel fundamental. Nesse cenário é que a “ideologia superficialmente crítica” do fascismo tem espaço para ecoar e ter penetração de massa. É nesse cenário que o movimento de massa pode emergir e se constituir enquanto partido policial e ser absorvido passivamente pelos ramos de um aparelho em crise sedento por estabilidade, convertendo-se em ramo do aparelho. Trata-se da polícia política que, inadmitindo secessões, restabelece uma nova ordem, mesmo que precária. Absorvida pelo aparelho e tornando-se ramo dominante, a polícia política é o elemento que transforma o governo fascista num tipo particular de regime. Em referência à obra de Poulantzas *Fascismo e ditadura*, Danilo Martuscelli destaca que “com a consolidação do regime fascista, é a polícia política que se torna o ramo dominante e passa a deter o controle sobre o processo decisório estatal” (MARTUSCELLI, 2021, p. 56).

Esse breve desvio feito sobre as consequências da crise instalada por um golpe jurídico-parlamentar serve para “alertar” sobre uma primeira impressão possível, de que esse tipo de golpe é mais brando ou tem consequências menos graves para a reprodução da forma de Estado democrática. Trata-se, na verdade, de um golpe com consequências gravíssimas para a reprodução de regimes de tipo democrático e cujos desfechos, porém, não são imediatos e certos como os dos golpes militares ou judiciais.

Desta última seção do desenvolvimento, o mais importante a destacar é a definição de golpe de Estado como uma prática política típica da burocracia, que,

O mais importante a destacar é a definição de golpe de Estado como uma prática política típica da burocracia, que, agindo sozinha ou em conluio com os representantes políticos, usurpa o exercício de poder de ramos do aparelho de Estado

agindo sozinha ou em conluio com os representantes políticos, usurpa o exercício de poder de ramos do aparelho de Estado. Essa definição, integrando o conceito de golpe de Estado à teoria marxista do Estado, tem como consequência principal a interdição do golpe parlamentar como uma caracterização possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O itinerário argumentativo do presente ensaio partiu da constatação de uma incongruência entre um postulado da teoria marxista do Estado e um diagnóstico analítico sobre um suposto tipo de golpe de Estado. Enquanto o referido postulado assevera o primado da representação burocrática sobre a representação política nas conjunturas de reprodução, o diagnóstico analítico atesta a existência de golpes parlamentares.

Considerando o embasamento analítico de argumentos que sustentam a caracterização do golpe do impeachment de 2016 como golpe parlamentar, foi possível observar a presença constante e fundamental da burocracia de Estado. Essa presença, no entanto, é ocultada das caracterizações que advogam a tese do golpe parlamentar, porque elas consideram a primazia das forças perpetradoras sobre as forças que criam as condições, do ponto de chegada sobre o processo ou da superfície do rito institucional na cena política sobre a presença interessada e dissimulada da burocracia.

A mobilização da teoria marxista do Estado burguês permitiu localizar o fenômeno do golpe de Estado como uma prática política típica da burocracia. Como

prática política de tipo particular, foi possível identificar os elementos da prática política em geral que constituem as variações que especificam a prática política golpista. O exercício de combinações possíveis em um cenário específico possibilitou vislumbrar, sem esgotá-las, algumas das modalidades de prática política golpista possíveis, bem como os seus efeitos mais prováveis.

Como exercício final de ilustração da operacionalidade do conceito sob essa nova forma, pode-se aplicá-lo ao golpe do impeachment de 2016, acontecimento abordado lateralmente na segunda seção. O caráter golpista daquele evento se definiu pela participação da burocracia jurídica como um dos sujeitos praticantes, afinal nem todo impeachment pode ser caracterizado como golpe. O meio de usurpação do exercício do poder, o impeachment, deu-se pela participação — autorizada e legitimada pela burocracia jurídica — do parlamento, o outro sujeito praticante. Trata-se, portanto, de uma usurpação institucional, na medida em que as leis e os ritos são mobilizados e reafirmados pela prática e pelo discurso golpista. O resultado das práticas institucionais de usurpação pelo parlamento e pelo Judiciário sobre a chefe do governo não foi uma alteração da forma de Estado, mas uma deterioração do regime democrático. O ponto de chegada da análise é de que o golpe do impeachment de 2016 foi um golpe jurídico-parlamentar.

Como última advertência sobre as pretensões deste texto, destaca-se a indicação do seu caráter ensaístico. A proposta, aqui, é a de dar um tratamento teórico a um termo de uso corrente mobilizado pelos analistas marxistas para a observação de um fenômeno cujo conceito não tem ainda na teoria marxista uma formulação estrita e rigorosa. Sem a presunção de superar o problema, apresentou-se aqui um caminho possível que parece ser, num primeiro momento, do ponto de vista teórico, coerente, e, do ponto de vista analítico, fecundo: o golpe de Estado como prática política típica da burocracia.

* Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Agradeço ao professor Danilo Enrico Martuscelli pela sua generosidade intelectual ao considerar minhas inquietações sobre o conceito de golpe de Estado, debatendo a questão, entre convergências e divergências, sempre de modo honesto e rigoroso.

► Texto recebido 5 agosto de 2021; aprovado em 1º de novembro de 2021.

- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de Estado? **Blog Junho**, mar. 2016. Disponível em: <<https://doce-ro.com.br/doc/exxvnxn>>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- BOITO JR., Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Goiânia: Phillos Academy, 2020.
- _____. **Duas concepções de política em Marx**: os escritos juvenis e a obra da maturidade. [S.l.]: Rondó da Liberdade, 18 jan. 2021a. 78 min. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=-C-tZwaB7hSU&list=PL3SagG8Tcnls57L85QtdGslVQze0xsUso&ab_channel=Rond%C3%B3daLiberdade>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- _____. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021b.
- CONCEITO. In: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conceito>>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- LAZAGNA, Ângela. **O político na transição socialista**: explicação e retificação da contribuição da corrente althusseriana. 2017. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois. **Princípios**, n. 161, p. 42-60, mar.-jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.003>>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- _____. O golpe de Estado como fenômeno indissociável dos conflitos de classe. **Demarcaciones**, n. 6, p. 1-15, 2018.
- PERISSINOTTO, Renato. **Por que golpe?**. Mimeo, 2016. Disponível em: <www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1889 -1891)**. 1982. Tese (Livre-docência) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- _____. **A república do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. O lugar dos conceitos de estrutura e instituição na pesquisa em educação. **Cadernos Ceru**, v. 23, n. 1, p. 281-296, 2012.
- SINGER, André. **Lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

RESENHA



PRESTES, Ana Maria;
PAUTASSO, Diego (Org.).

**Teoria das relações
internacionais:
contribuições marxistas**

Editoras: Anita Garibaldi /
Contraponto

Formato: 16 x 23 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 55

324 páginas

Relações internacionais: o marxismo e o caráter global do capitalismo

International relations:
Marxism and the global character of capitalism

mateus fiorentini*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.013>

Teorias das relações internacionais: contribuições marxistas é uma obra recém-saída do forno, publicada em 2021 pela editora Anita Garibaldi em parceria com a editora Contraponto e apoio da Fundação Maurício Grabois. A obra é organizada por Ana Maria Prestes e Diego Pautasso, e sua leitura é um deleite, envolvendo facilmente aqueles que estavam ávidos por discussões de altíssimo nível ou têm vínculos com a área de relações internacionais (RI).

Prestes, além de carregar o legado do sobrenome do Cavaleiro da Esperança, tem longa trajetória de atuação na área de relações internacionais, desde o período em que cursou Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao longo desse período, ocupou funções de destaque, especialmente no Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Fez mestrado e doutorado em Ciência Política, também pela UFMG, e atua como professora voluntária do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB).

Pautasso é geógrafo, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde cursou também seu mestrado e doutorado. Atualmente é professor de Geografia do Colégio Militar de Porto Alegre e colaborador do curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas na UFRGS.

No livro, o leitor encontrará um conjunto de artigos escritos por dirigentes políticos, ativistas e pesquisadores especialistas no referido campo de estudos. Entre os temas abordados, destacam-se as contribuições de inúmeros pensadores marxistas e dirigentes políticos históricos dos movimentos revolucionários em nível internacional. É o caso do capítulo escrito por Rita Coitinho, que se dedica a desenvolver as contribuições de Lênin para o entendimento das relações internacionais contemporâneas. Coitinho (2021, p. 47) destaca as elaborações do revolucionário russo e as relações entre a teoria do imperialismo e o novo sistema global do capitalismo, característico do início do século XX. Esse debate é retomado no texto desenvolvido por Ana Maria Prestes (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 125), no qual a coorganizadora da obra busca estabelecer paralelos entre as noções de hegemonia de Lênin e de Gramsci. Seu esforço nesse sentido tem por objetivo evidenciar os subsídios do sociólogo italiano Giovanni Arrighi no desenvolvimento do conceito de hegemonia mundial a partir de Gramsci. Evidenciam-se, assim, os debates teóricos no campo do marxismo com base nos aportes de ambos os dirigentes, assim como nas interpretações gramscianas sobre as disputas globais. Ou, ainda mais, buscam-se as reflexões do próprio Marx acerca do caráter global do capitalismo e seu diálogo com as teorias de relações internacionais, como o leitor encontrará nos trabalhos de Luis Fernandes (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 9), professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e do italiano Gianni Fresu (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 21), professor da Universidade Federal de Uberlândia.

Além disso, outros trabalhos desenvolvidos na publicação agora analisada resgatam debates importantes no terreno das interpretações acerca do caráter dependente do capitalismo formado nos países coloniais e nas relações centro-periferia. O debate sobre a teoria da dependência segue com a participação de Tiago Nogara, mestre em Relações Internacionais pela UnB e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Nogara (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 211) oferece importantes aportes para as discussões acerca da perspectiva em torno da existência, ou não, de um “subimperialismo brasileiro”, categoria desenvolvida pelo intelectual e militante brasileiro Ruy Mauro Marini (MARINI,

Uma das grandes contribuições do livro, organizado por Ana Prestes e Diego Pautasso, consiste em compreender que as relações internacionais estabelecidas no âmbito de um sistema social de caráter global são pautadas pela força. Essas conexões são permeadas por contradições provocadas pelo estágio de desenvolvimento de cada país, o que determina a capacidade de cada nação em interferir nos rumos do planeta

1990, p. 18). A perspectiva latino-americanista também se faz presente na obra pela exposição de Américo Lyra, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), sobre o marxismo de José Carlos Mariátegui e a questão indígena. Ainda no terreno dos pensamentos decoloniais (QUIJANO, 2000), é fundamental mencionar a interpretação de Diego Pautasso (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 79) sobre o papel de Domenico Losurdo e suas abordagens acerca do neocolonialismo e do universalismo imperialista. O capítulo contribui centralmente para a compreensão acerca dos impactos que as perspectivas hegemônicas provocam nas organizações de esquerda a partir das interpretações do filósofo italiano. Losurdo afirmou que a esquerda ocidental reproduz a visão hegemônica em vez de combatê-la. Ou seja, um belo debate espera pelos leitores.

É possível identificar o esforço dos colaboradores do livro *Teoria das relações internacionais*: contribuições marxistas ao analisarem a referida área do conhecimento pela perspectiva da luta de classes. É o que pode ser encontrado no capítulo construído por Mariana Davi Ferreira, doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Tatiana Berringer, professora adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Ali, as autoras destacam o pensamento de Nicos Poulantzas e a concepção de uma teoria marxista do Estado compreendida como pilar estratégico para a compreensão das relações internacionais. A partir desse entendimento é possível indicar a manifestação de conflitos que marcam a sociedade na esfera das relações interestatais. Sendo assim, as pesquisadoras apontam para a possibilidade de formação

de blocos contra-hegemônicos, especialmente no contexto regional latino-americano. Essa mesma toada segue o texto de Jaime Cesar Coelho, professor de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Miguel Borba de Sá, professor auxiliar convidado de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, e doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio. A colaboração desses acadêmicos consiste em trazer à tona as reflexões do intelectual canadense Robert Cox a respeito das dinâmicas que caracterizam as mudanças em nível global.

Por fim, e não menos importante, podemos situar as leituras acerca do entendimento da ordem global como reflexo das matrizes sociais e econômicas do cenário do mundo globalizado. É o que salientam Leonardo Ramos e Rodrigo Corrêa, ambos professores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), conjuntamente com Marina Scotelaro, professora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). A contribuição do trio traz a compreensão do britânico David Harvey quanto aos estudos contemporâneos dos processos de acumulação capitalista marcados pela integração desigual das matrizes produtivas em âmbito planetário. A obra é coroada com uma belíssima análise acerca da China, que tem um papel estratégico no que diz respeito ao equilíbrio de poder internacional. Para os autores do capítulo, a “nova economia do projetamento” parte da análise materialista e dialética da realidade, que permite entender o mercado enquanto fenômeno histórico-social. Livrando-se da perspectiva liberal, é possível identificar na China a construção de uma formação social intermediária, na qual o mercado está a serviço da sociedade, e não o contrário. Assim, Elias Jabbour e Alex Dantas, professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Carlos Espíndola, da UFSC, e Julio Velozo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, discorrem sobre a alternativa chinesa e o papel dessa potência asiática no contexto global.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo da trajetória das civilizações que marcaram a história da humanidade, a prática de algo que pode chamar-se diplomacia sempre teve presença na resolução de conflitos, acordos econômicos ou tratados políticos. A singularidade das relações internacionais estabelecidas na contemporaneidade consiste no fato de que estas se desenvolvem nos marcos da sociedade capitalista e no contexto dos modernos Estados nacionais. Aí reside a primeira contribuição de Marx às teorias de relações internacionais que o livro levanta: compreender o caráter global e globalizante do capitalismo. “O capitalismo europeu, assim, já nasce imbricado em fluxos globais de comércio e riqueza. Ele se forma e desenvolve, portanto, como sistema transnacional desde o seu início.” (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 13). Assim, partindo da compreensão de Marx, pode-se afirmar que o mundo capitalista moderno já nasce sob uma perspectiva de projeção internacional.

Entretanto, a compreensão totalizante presente no pensamento marxista tem sido, historicamente, marginalizada no âmbito das teorias de relações internacionais, assim como na academia de maneira geral. Para Luis Fernandes, um dos integrantes do belíssimo elenco que compõe a obra analisada, esse fenômeno se sustenta no fato de que os temas vinculados às relações internacionais estiveram, majoritariamente, circunscritos ao âmbito do direito internacional. Este, por sua vez, remonta ao processo de consolidação dos Estados nacionais no início da Modernidade, acompanhado do fortalecimento do liberalismo, especialmente de suas visões contratualistas. Desse modo, as relações internacionais acabaram sendo encaradas apenas como relações interestatais desenvolvidas entre nações soberanas, e não integrantes de um modo de produção de caráter global.

Assim, é possível identificar que o capitalismo desenvolve-se integrado a uma espécie de sistema-mundo desde antes mesmo da sua existência enquanto sistema social. Ainda durante a transição da Idade Média para a Modernidade, o surgimento de feiras e rotas comerciais impulsionadas pela burguesia exigiam o estabelecimento de um conjunto de pactos comerciais e jurídicos entre os distintos reinos europeus. Diante do poder fragmentado que caracterizou o medieval, os acordos comerciais assumiram feições distintas de acordo com a moeda, padrões de peso e medida, leis e impostos de cada reino ou feudo. Com o impulso das Cruzadas, especialmente na sua quarta edição, esses acordos assumiram dimensões regionais, envolvendo as nobrezas européias, que buscavam ampliar seu poder político, o Vaticano, que desejava expandir a fé cristã e combater os “infiéis”, e a burguesia, ávida por novos mercados. Processo homólogo a esse pode ser encontrado, igualmente, na península Ibérica, onde a união desses atores resultou na guerra contra o reino de Al-Andaluz e a presença árabe na região. Dessa Cruzada direcionada à Europa Ocidental, conhecida como Reconquista, originaram-se os dois primeiros Estados-nação da Era Moderna. Portugal e Espanha surgem, então, como expressão de uma nova experiência, e a formação de grandes territórios cristãos, controlados por um rei com condições favoráveis para o desenvolvimento de um mercado potente no contexto europeu. Esse “grande pacto” permitiu a formação de um bloco histórico que abriu caminho para o processo de padronização das moedas, adoção de idiomas nacionais, criação de leis comuns, critérios similares para pesos e medidas etc. Esse percurso permitiu que o condado de Portucale, um pequeno território que vivia da pesca, se tornasse uma das maiores potências mundiais do começo da Era Moderna. Assim, o processo de transição que levou ao surgimento do capitalismo já anunciava a tendência expansionista do modo de produção que se consolidou posteriormente, conforme observou Marx, ao mesmo tempo associado à formação dos Estados Nacionais, como Luis Fernandes (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 18) salienta no livro:

Marx indica que o surgimento de um sistema de Estados soberanos no noroeste da Europa do século XVII foi fruto de um processo histórico muito particular e concreto, associado ao advento de novas formas produtivas via o impulso comercial propiciado

pelos descobrimentos. As novas relações sociais gestadas por esse processo constituíram o elo institucional central que articula o mundo moderno: a existência separada de esferas políticas e econômicas autônomas, tanto em nível doméstico quanto internacional. É essa separação que permite e viabiliza, via uma estrutura legal de direitos de propriedade, fluxos de investimento para além das fronteiras nacionais.

Não à toa, o ano de 1492 não marca apenas a reconquista da península Ibérica pelos cristãos, mas também a chegada de Colombo à América.

Entretanto, nessa fase do desenvolvimento capitalista, a burguesia é uma nova força que desponta no cenário europeu diante de dois atores tradicionais e mais fortes: clero e nobreza. Por isso, os colaboradores de Teorias das relações internacionais: contribuições marxistas, localizam no século XIX a formação dos pilares do sistema-mundo atual. Ana Maria Prestes identifica que,

segundo Arrighi, “o Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX”, e a ascensão da Alemanha foi o primeiro elemento desestabilizador de sua supremacia. Paralelamente à ascensão germânica, o desenvolvimento dos Estados Unidos e sua capacidade de atração de mão de obra, capital e espírito de iniciativa começaram a minar o Império Britânico. Alemanha e Estados Unidos serão, portanto, os protagonistas de uma luta entre tendências hegemônicas instalada no caos sistêmico que precede a ascensão de uma nova hegemonia (PRESTES; PAU-TASSO, 2021, p. 147).

As revoluções de caráter liberal e a industrialização das economias da Europa representaram um salto de qualidade importante para a constituição das relações sociais de tipo capitalista hegemônicas no Velho Continente e daí para todo o planeta. Assim, com a formação dos novos Estados-nação, constituídos a partir das diversas estruturas de poder burguês em torno de mercados nacionais, o direito internacional ganhou força. Diante do cenário de expansionismo europeu na busca da abertura de novos mercados consumidores ou fornecedores de matérias-primas, viu-se a necessidade de estabilizar a concorrência entre os países, Alemanha e Inglaterra principalmente. Nesse cenário, marcado pela luta de hegemonias em torno da liderança do mundo capitalista, é possível identificar a formação de pactos e alianças entre países com interesses afins. De um lado, a Santa Aliança, envolvendo as velhas aristocracias do Antigo Regime vitoriosas sobre Napoleão, que envolviam o Império Austro-Húngaro, o Império Russo e a Prússia; de outro, a Entente Cordiale, que aproximou Inglaterra e França, inimigos históricos. Prevendo o conflito que se originaria em virtude das disputas entre as potências europeias por territórios, mercados e matérias-primas de todo o planeta, o chanceler alemão Otto von Bismarck organizou a Conferência de Berlim em 1885, que estabeleceu parâmetros para garantir o equilíbrio nas posses europeias sob territórios no continente africano. Essa iniciativa, porém, apenas adiou o primeiro grande conflito de caráter global: a Primeira Guerra Mundial. Após a guerra “para acabar com todas as guerras”, a criação da Liga das Nações representou

a primeira tentativa de criação de um órgão de governança global. Contudo, como sabemos, essa experiência não foi exitosa, considerando a ocorrência da Segunda Guerra Mundial logo em seguida. Desse processo, no entanto, surge a ONU, como instrumento global de governança, sobretudo para fazer frente ao bloco soviético, que se fortalecia no pós-guerra.

CONTRIBUIÇÕES MARXISTAS

Outro aspecto importante a se destacar na obra *Teoria das relações internacionais*: contribuições marxistas consiste no fato de que, ao abordar os debates no âmbito das relações internacionais, os autores promovem reflexões importantíssimas acerca do marxismo. Em primeiro lugar, situando a perspectiva marxista em relação às relações internacionais, que teve como norte o entendimento do capitalismo como sistema global, conforme já mencionamos anteriormente. Mas gostaria de destacar, primeiramente, um elemento que martelou na minha cabeça ao longo da leitura da obra: a virada de 180 graus que Marx e Engels promovem através dos seus estudos referentes à questão nacional na Irlanda e Rússia, principalmente. Conforme Pautasso (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 89),

leituras apressadas e anacrônicas costumam atribuir ao próprio Marx um viés etnocêntrico. Primeiro, se desconsidera o contexto do século XIX e a evolução da obra do autor, pois o Marx maduro abordou com preocupação o colonialismo, a opressão e as lutas de libertação nacional. Suas análises sobre Índia, Argélia, Indonésia e China foram se tornando mais complexas, pois à dinâmica do capital somavam-se elementos (etnia e nacionalidade) para compor totalidade [...]. Segundo, tais análises são contrafatuais, dado que os partidos comunistas compuseram um campo que, no seu ápice nos anos 1980, alcançou 32 nações e um terço da população mundial, transformando um país atrasado numa superpotência, promovendo processos de modernização e abrindo caminho para experiências inéditas de governo — e algumas, como na China, Cuba e Coreia Popular, seguem resistindo e se reinventando na atualidade.

Esses estudos marcam uma virada no pensamento dos autores na medida em que deslocam o centro de referência de suas análises. Se antes Marx e Engels acreditavam que a revolução deveria ocorrer primeiramente nos países centrais do capitalismo, identificando a libertação dos trabalhadores ingleses como condição *sine qua non* para a libertação dos operários irlandeses, a partir de 1870 essa agenda se inverteu (ARICÓ, 1982, p. 54-55). Ou seja, os autores do Manifesto comunista já desenvolviam a visão de que, para conquistar a emancipação social, seria preciso romper com o sistema hegemônico internacional imposto pelas potências capitalistas.

A polêmica “libertação nacional versus social” ocupou os debates no campo do marxismo por muitos anos durante o século XX. As visões esquemáticas acerca da Revolução Russa, predominantes em meados do século passado, levaram à formulação de uma visão conhecida como etapismo. A partir dessa perspectiva, dividia-se a história

da humanidade em etapas estanques pelas quais todas as sociedades deveriam passar para tornar possível a construção do socialismo. Sendo assim, a formação distorcida e incompleta do capitalismo originado nos países que foram colonizados exigia o cumprimento da etapa capitalista, ou nacional-burguesa, para se avançar em direção ao socialismo. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento desigual entre as sociedades capitalistas e as contradições entre burguesias de distintos países fizeram com que muitos marxistas apontassem para um suposto caráter nacionalista, anti-imperialista e até revolucionário das “burguesias nacionais” desses países. Conforme afirma Anita Prestes, entendia-se que havia dois campos:

“um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista”. Sendo que “o primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira”. Dizia-se ainda: “a burguesia tomada no seu conjunto apresenta duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo, é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora. Da mesma maneira que na Declaração de março, concluía-se que a suposta burguesia nacional deveria ser incluída entre as forças que participariam da etapa nacional e democrática da revolução brasileira, segundo a visão do PCB (PRESTES, 2015, p. 333).

Por isso, eventos como a Revolução Cubana bagunçaram a cabeça de muita gente, uma vez que não se encaixava nos formulismos pré-estabelecidos. Aliás, convenhamos que, se uma revolução não representar a quebra dos paradigmas vigentes, deve ser nomeada de outra forma. Nesse contexto, os marxistas ligados à teoria da dependência ou ao pensamento cepalino buscaram analisar a busca pela implementação de projetos verdadeiramente autônomos, identificando que estes seriam possíveis apenas através de uma ruptura com os pilares que estruturam a nossa dependência e subdesenvolvimento. Ou seja, a revolução social, e conseqüentemente o socialismo, seria o instrumento pelo qual os povos poderiam libertar-se do domínio imperialista e do passado colonial. Por outro lado, é importante destacar que a libertação nacional não se limita ao simples estatuto jurídico da soberania nacional, mas integra a própria disputa pela implementação de um modelo de desenvolvimento. Para Diego Pautasso, a partir da interpretação de Losurdo acerca da discussão, “não seria exagerado ensaiar que a questão nacional é o enlace entre soberania e desenvolvimento e, por sua vez, a amálgama possível para as diversas lutas emancipatórias” (PRESTES; PAUTASSO, 2021. p. 91). Um sistema que, conseqüentemente, promova a libertação da classe e da nação e, em última instância, segundo Marx e Engels, da própria humanidade. Ou seja, para os revolucionários comunistas há uma relação dialética entre os aspectos internos e externos tanto do processo de constituição do capitalismo quanto dos movimentos de emancipação. Essa concepção pode ser identificada, também, na consigna histórica do movimento comunista que conclama os operários de todos os países a unirem-se. Partindo dessa mesma concepção, Mariátegui já identificava a impossibilidade

das “burguesias nacionais” dos países subdesenvolvidos de conduzir processos de verdadeira emancipação nacional. Para o peruano, a formação desses grupos estava marcada pelo aburguesamento das elites coloniais, que constituíram novas estruturas de dominação a partir da emancipação política das colônias. Por estarem presas ao latifúndio colonial sempre representaram um entrave ao desenvolvimento dos países latino-americanos. Libertar o Peru, no caso, seria possível, apenas, através da constituição de um poder popular e revolucionário que promovesse a ruptura com esse passado colonial.

Nesse contexto, outro elemento que podemos apreender da obra é a contribuição de Lênin para essa formulação. Diferentemente de Marx, Lênin produziu sua elaboração intelectual à luz do debate sobre a condução do processo de tomada do poder de maneira revolucionária e a construção de uma nova ordem social. “Ele percebeu que não era somente com o uso da violência e da repressão do Estado que uma determinada classe buscava a condição de dominação, mas também através da formação de alianças em torno de interesses sociais e experiências políticas.” (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 126). Ou seja, para o líder russo, a questão da hegemonia tinha perspectiva de direção política, com o objetivo de materializar a formação de um novo bloco social e histórico que conduzisse as transformações estruturais que o momento exigia. A natureza política da liderança do proletariado relaciona-se com um contexto econômico e social em que o proletariado não constitui a maioria numérica dos trabalhadores. Sendo assim, Lênin refere-se a alianças sociais sob direção política do proletariado. Essa direção, no entanto, é construída politicamente pela autoridade, pelo exemplo, protagonismo, capacidade de liderança e constituição de sentidos comuns no bloco social constituído, ou seja, em um ambiente de lutas por hegemonias. Para Ana Maria Prestes (PRESTES; PAUTASSO, 2021, p. 127), Lênin entendia que,

se o proletariado, por exemplo, quisesse construir uma hegemonia política sobre o restante da sociedade, precisaria abandonar “o estreito limite da luta econômica contra o patrão e o governo” e se colocar na linha de frente das lutas “contra qualquer manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que ela se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida”.

O imediatismo das necessidades impostas a Lênin impedia diletantismos de qualquer ordem, uma vez que ele tinha diante de si a necessidade de reunir forças para enfrentar apoiadores do czar e os exércitos de 14 potências internacionais, além de alimentar a população.

Partindo desse entendimento a respeito do marxismo leninista, devemos superar as visões que limitam o conceito de hegemonia ao âmbito cultural, essas são visões fragmentárias do processo. Gramsci tem uma visão de totalidade materialmente dialética que supera apenas os aspectos políticos ou culturais que são destacados por muitos autores. De toda forma, compreende-se tal ênfase, diante das contribuições de Gramsci para a superação de um marxismo economicista ou demasiadamente esquemático. Ele nos ajuda a compreender as relações internacionais à luz de uma

perspectiva estruturante que permite identificar o atual sistema-mundo como a constituição de blocos sociais heterogêneos e dialeticamente contraditórios, marcados por alianças entre classes, frações e camadas desses grupos em disputa de hegemonia em âmbito global. O líder sardo ajuda a corroborar a ideia de que a dominação de um país sobre outro também deve ser compreendida no campo da luta de classes, ainda que travada no interior do bloco histórico burguês. Partindo dessa perspectiva, a polêmica sobre a composição dos aspectos nacionais e internacionais na formação da classe dominante brasileira, para citar um exemplo que tem ocupado nossos debates, não tem sentido. Enxergo uma relação dialética entre elementos internos e externos que se imbricam contraditoriamente, não havendo a primazia de um sobre o outro. Ambos entrelaçam-se, não havendo lugar para a polêmica quanto à identificação do elemento sobre o qual está fundamentada a dependência brasileira: raízes coloniais ou inserção periférica? A burguesia brasileira é resultado de um processo no qual esses dois elementos se entrelaçam, uma vez que essa classe já surge no contexto do desenvolvimento global do capitalismo. Origina-se, portanto, já sob a condição de subalternidade. Assim, as burguesias nacionais são incapazes de liderar um projeto de caráter patriótico, uma vez que seu objetivo é fazer a disputa de hegemonia no interior desse bloco histórico global, não romper com ele.

Se as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes, a constituição de uma ideia hegemônica só pode ser entendida como a constituição da própria hegemonia de classe. A grande contribuição de Gramsci está em permitir que visualizemos a complexidade desses processos, as interconexões, níveis e estágios que estruturam esses fenômenos. Em grande medida, destaca-se o elemento cultural da reflexão do intelectual italiano, ou o debate quanto às frações de classe, para compreender a composição de alianças e a luta de massas em disputa de hegemonia. Absolutamente compreensível, diante do economicismo e do esquematismo que orientaram boa parte das interpretações marxistas ao longo do século XX. Entretanto, limitar o pensamento do dirigente e intelectual marxista italiano ao âmbito da cultura, consiste em reducionismo que permite produzir visões distorcidas a respeito do seu pensamento e restringem a potencialidade de seu pensamento. Gramsci não apenas renovou o marxismo, mas permitiu novas e enriquecedoras interpretações e, por conseguinte, o desenvolvimento do pensamento de Marx.

Esta resenha poderia ser interminável se apresentasse aqui todos os temas e debates suscitados pela obra, tamanha é a sua contribuição e riqueza. Contudo, busquei destacar os elementos que se referem à compreensão do capitalismo como sistema global, em detrimento da visão hegemônica que caracteriza as relações internacionais apenas como relações interestatais pautadas pelo direito internacional. Assim, devemos resgatar Losurdo para compreender a relação entre a reprodução das concepções e dos valores ocidentais hegemônicos e a ruptura com eles. Dessa forma, é possível relembrar o caráter dialético entre as questões nacional e internacional no contexto das lutas de classes em toda a sua complexidade. Uma das grandes contribuições do livro, organizado por Ana Prestes e Diego Pautasso, consiste em

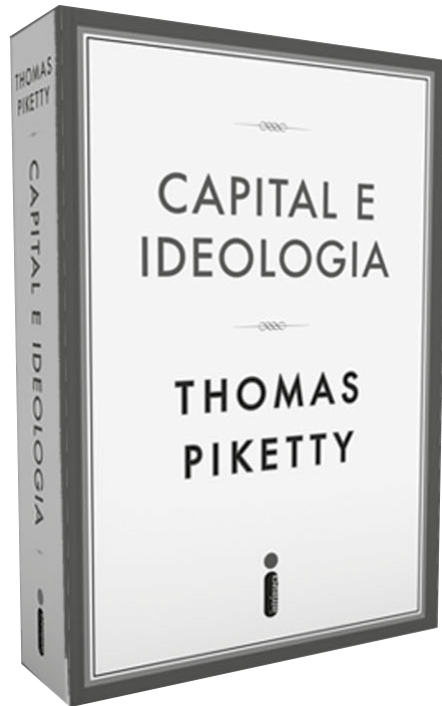
compreender que as relações internacionais estabelecidas no âmbito de um sistema social de caráter global são pautadas pela força. Essas conexões são permeadas por contradições provocadas pelo estágio de desenvolvimento de cada país, o que determina a capacidade de cada nação em interferir nos rumos do planeta. Por isso, deve-se destacar a importância da URSS na constituição de uma nova forma de fazer relações internacionais, materializada na ajuda social e desinteressada a Cuba ou às lutas de independência na África. Da mesma forma, é fundamental destacar o papel da China. Ambas as experiências constituem potências de outra natureza, permitindo acumular força na construção de um novo sistema-mundo baseado em outros valores. Mas o objetivo ainda aponta para a ruptura com o atual sistema. Por fim, esse elemento permite fazer um gancho com outra questão importante, que nos leva à prática política de Marx. O revolucionário alemão foi artífice de um novo tipo de relações internacionais, com base nos princípios do internacionalismo proletário e na solidariedade com as lutas para a formação de um novo bloco histórico para disputar uma nova hegemonia global.

* Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP). Professor da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul. Integra o grupo de trabalho do Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior para a III Conferência Mundial de Educação Superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Compõe o movimento Kairós Educacional. Foi diretor de Relações Internacionais da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), secretário-executivo da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes, diretor de Solidariedade Internacional e Formação da União da Juventude Socialista (UJS) e vice-presidente da Federação Mundial das Juventudes Democráticas.

► Texto recebido em 2 de novembro de 2021; aprovado em 3 de novembro de 2021.

Referências bibliográficas complementares

- ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. Ciudad de México: Era, 1990.
- PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales — perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 203-241.



PIKETTY, Thomas.

Capital e ideologia

Editora: Intrínseca

Formato: 16,5 x 23,5 cm

1ª edição: 2020

Preço: R\$ 99,90

1.056 páginas

Um libelo contra a ideologia “proprietarista”

A libel against proprietors' ideology

marcelo pereira fernandes*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.014>

Thomas Piketty ficou célebre com o livro *O capital no século XXI*, publicado em 2013 na França. *Capital e ideologia*, segundo o próprio autor, é um prolongamento daquele primeiro trabalho. No livro, Piketty, em mais de mil páginas e com uma fonte ampla de dados estatísticos, discute a questão da desigualdade socioeconômica. Desde os anos 1980, e particularmente embaladas pelo fim da URSS em 1991, as desigualdades crescem na maioria das regiões do mundo, tornando-se na visão do autor um desafio tão importante quanto o aquecimento global. Como veremos, trata-se de um livro indispensável para quem quer entender como evoluiu a desigualdade desde o feudalismo até os dias atuais. Logo no primeiro parágrafo da introdução, podemos ler aquilo que já é conhecido nos círculos marxistas: “Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades: tem de encontrar motivos para

sua existência, ou o edifício político e social como um todo corre o risco de desabar.” (p. 11) Porém, em confronto com o materialismo histórico, segundo Piketty, existiria “uma autêntica autonomia da esfera das ideias, isto é, da esfera ideológico-política” (p. 17). Ou seja, independentemente do desenvolvimento das forças produtivas haveria sempre diversos regimes ideológicos, políticos e “desigualitários” possíveis. A ideologia está no centro de sua análise.

Além da introdução e da conclusão, o livro se divide em quatro partes, com 17 capítulos ao todo. Nas duas primeiras dessas quatro partes, Piketty busca observar a história dos regimes “desigualitários” por uma perspectiva histórica. Na primeira, intitulada “Os regimes desigualitários na história”, Piketty examina o caso das sociedades europeias e sua transformação em sociedades de proprietários. As chamadas “sociedades ternárias” representariam a categoria mais antiga de regime “desigualitário”, encontrada em todas as partes do mundo, ainda que com variações consideráveis. Na forma simples, lembra Piketty, elas seriam compostas por três grupos sociais diferenciados, cada qual defendendo em primeiro lugar seus interesses: clero, nobreza e terceiro estado. O clero é a classe intelectual e religiosa; a nobreza é a classe guerreira e militar, responsável pela proteção e estabilidade da sociedade. E o terceiro estado é composto pela classe trabalhadora, responsável pelas condições materiais do conjunto da sociedade. Segundo Piketty, a importância de estudar as sociedades ternárias vai além de seu interesse histórico: a questão é que as estruturas das antigas sociedades ternárias não seriam uma realidade tão radicalmente distante das sociedades modernas, ao contrário daquilo em que geralmente se acredita. De fato, o ponto importante seria que os regimes políticos que sucederam às sociedades ternárias procuraram renegá-las, como forma de justificar outros sistemas de desigualdades e dominação não necessariamente mais brandos com os grupos dominados.

Assim, a Revolução Francesa, de 1789, poderia ser entendida como uma experiência de transformação rápida de uma antiga sociedade ternária. Porém, durante a revolução seriam definidos os poderes soberanos, não uma forma mais justa de distribuição das propriedades, lembra Piketty. Decerto, havia uma visão excessivamente otimista, que a história demonstrou ser equivocada, acerca dos efeitos da abolição dos privilégios de acesso às diferentes profissões, de direito à propriedade e de comércio sobre a redução das desigualdades. A Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, dizia que todos os homens são dotados de direitos inalienáveis, como a liberdade e a vida. Porém, o seu redator, Thomas Jefferson, era dono de cerca de 200 escravos na Virgínia e assim permaneceu. Propriedades adquiridas no passado não deveriam ser questionadas ou mesmo tributadas em nome de uma concepção de justiça social que poderia levar a sociedade ao caos, brandia a ideologia “proprietarista”. Havia uma verdadeira sacralização da propriedade privada, o que criava uma barreira para mudanças distributivas, mesmo que superficiais. Assim, a concentração da propriedade privada na França não parou de crescer do século XIX até o começo da Primeira Guerra, lembra o autor. E quando o imposto progressivo foi adotado na

França, em 14 de junho de 1914, era para financiar a guerra contra a Alemanha, e não para financiar serviços públicos.

Ainda na primeira parte, Piketty lembra o papel dos movimentos comunistas, socialistas, social-democratas e trabalhistas, que reivindicavam a construção de um sistema tributário mais justo, após a Primeira Guerra.

Na segunda parte do livro, Piketty trata das sociedades escravocratas e coloniais. As primeiras constituíam a forma mais extrema de desigualdade. Existiam múltiplas formas de escravidão e trabalho forçado, lembra o autor. Na escravidão os escravos praticamente não tinham direitos. Eram tratados como um bem mobiliário. No caso da servidão, os servos também não tinham direito à mobilidade, porém, ao contrário dos escravos, mantiveram identidade pessoal, podendo até possuir bens e propriedades, ainda que com a autorização do senhor.

Em algumas sociedades o número de escravos alcançaria a proporção de 80% ou 90% da população, como no caso do Haiti. A abolição da escravidão no Haiti, resultado de uma revolta dos escravos, é a primeira da Era Moderna. Porém, o exemplo haitiano também seria emblemático por conta da dívida pública gigantesca advinda desse episódio, e “que contribuiu muito para minar o desenvolvimento do Haiti nos dois séculos seguintes” (p. 207). A independência do Haiti foi declarada em 1804, mas somente foi reconhecida pela França em 1825, após o governo haitiano celebrar um compromisso de pagar à França uma dívida de 150 milhões de francos-ouro como indenização aos proprietários de escravos. Segundo Piketty, tal quantia equivaleria a 2% da renda nacional francesa da época, o que daria algo equivalente a 40 bilhões de euros como mesma proporção da renda nacional de 2018, e algo em torno de 300% da renda nacional do Haiti em 1825. Nas décadas seguintes, só com juros, os haitianos desembolsariam cerca de 15% de sua produção. A dívida de 1825 só foi oficialmente quitada em 1950. De fato, o caso haitiano demonstra as ambiguidades da Revolução Francesa que Piketty tentou mostrar na primeira parte da obra. Além de analisar o caso da escravidão nos Estados Unidos e da servidão na Rússia, Piketty se ocupa do Brasil, infelizmente em poucas páginas. De todo modo, é fácil perceber as contribuições nefastas do colonialismo e da escravidão para a desigualdade estrutural dessas sociedades, conforme o autor buscou demonstrar.

A África do Sul, um dos exemplos mais perversos de colonização, após o fim do apartheid viu aumentarem as disparidades de renda entre os 10% mais ricos e o restante da sociedade, mesmo com o estabelecimento da igualdade formal de direitos. Piketty observa que isso aconteceu em parte porque nunca foi implementada uma verdadeira política redistributiva no país. E não é exatamente surpreendente que, quando o Congresso Nacional Africano (CNA), partido surgido da luta antiapartheid, levantou a ideia de uma reforma agrária, “o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tenha se apressado em manifestar sua mais forte defesa aos fazendeiros brancos e às suas propriedades fundiárias e ordenado à sua equipe que acompanhasse o caso muito de perto” (p. 273).

Piketty adverte que a partir de 1980, sob a influência estadunidense e europeia, a liberalização dos fluxos de capitais e a abertura comercial seriam realizadas em escala mundial, sem qualquer objetivo fiscal e social. Estávamos entrando na era em que o Estado-nação passava a ser cada vez mais questionado pela “revolução conservadora” anglo-saxã financiada por *lobbies* financeiros

Vale a pena atentar para o caso singular da Índia, que tinha uma ordem quaternária. No topo da hierarquia estavam os brâmanes, que cumpriam as funções de sacerdotes, sábios e letrados. Piketty observa que os colonos britânicos contavam com o apoio dos brâmanes para administrar o país, mas, ao mesmo tempo, os colonos denunciavam a tirania dos brâmanes sobre a Índia para assim justificar sua missão civilizadora. Depois da independência, em 1947, a Índia iniciaria a política de ação afirmativa mais sistemática já realizada. Segundo Piketty: “De modo geral, a Constituição de 1950 começa abolindo todos os privilégios de casta e suprimindo toda e qualquer referência a religião” (p. 318). As políticas implementadas teriam reduzido significativamente a desigualdade na Índia entre os anos de 1950 e 2010, com resultado superior ao da redução de desigualdades entre brancos e negros nos Estados Unidos e na África do Sul.

Uma das discussões mais interessantes do livro está no capítulo 9, “Sociedades ternárias e colonialismo: trajetórias euro-asiáticas”. Aqui Piketty mostra como a dominação militar europeia se sustentou no desenvolvimento de uma capacidade fiscal e de administração dos Estados nacionais até então desconhecida. Importante o leitor atentar para esta passagem: a determinação dos países europeus de aumentar sua carga tributária não foi seguida pelos Estados otomano e chinês. Isso permitiu que os Estados europeus criassem uma capacidade militar superior e, com isso, dominassem tanto o Império Otomano quanto o Império Chinês. A França e a Inglaterra observaram suas

dívidas públicas aumentarem fortemente. Situação distante das tão badaladas recomendações orçamentárias de Adam Smith no livro *A riqueza das nações* (p. 340).

Na terceira parte, “A grande transformação do século XX”, Piketty analisa a transformação da estrutura da desigualdade. Ele afirma que, “entre 1914 e 1945, a estrutura das desigualdades mundiais, tanto no interior dos países quanto em nível internacional, ocorreu a mais rápida e mais profunda transformação jamais observada na história dos regimes desigualitários” (p. 373-374). Nesse período assistiu-se à queda das sociedades de proprietários, principalmente em razão da emergência do socialismo. Uma série de expropriações e nacionalizações foram realizadas em confronto com os detentores de riqueza.

Assim, na Rússia, investimentos estrangeiros, principalmente franceses, foram expropriados sem compensação financeira. Antes da Primeira Guerra Mundial, a aliança entre o Império Czarista e a República Francesa levou diversos empresários franceses a investir na Rússia. Após a tomada de poder pelos bolcheviques em 1917, esses investimentos foram simplesmente cancelados pelos revolucionários, com o argumento de que aquele afluxo de capitais permitiu a prorrogação da ditadura czarista. Em 1956, a nacionalização do Canal de Suez levou à expropriação de acionistas britânicos e franceses que recebiam lucros e dividendos desde a inauguração do canal, em 1869. Essas expropriações, afirma Piketty, ilustrariam perfeitamente “a virada político-ideológica do mundo durante a primeira metade do século XX” (p. 389) e a escalada de uma concepção mais social da propriedade, que levou a uma redução considerável das desigualdades econômicas.

Além do medo da Revolução Bolchevique, havia mais dois fatores objetivos: a terrível situação financeira de países como a França e o sangue derramado das classes populares na Primeira Guerra forçaram os ricos a dar sua parcela de contribuição para a melhoria das condições sociais. Desse modo, o imposto progressivo, com alíquota de 50%, foi aprovado em 1920 na França, sendo que antes a alíquota máxima era de somente 2%. Além disso, a ideologia dominante nos Estados Unidos e no Reino Unido, que emergiu no pós-Segunda Guerra, compreendia que as “instituições eleitorais” deveriam ser complementadas por “instituições fiscais sólidas” que pudessem evitar que a democracia fosse capturada pelos “interesses financeiros e oligárquicos”, e daí a necessidade de impostos fortemente progressivos (p. 405). É curioso como, em 1919, Irving Fisher, economista neoclássico e presidente da American Economic Association, afirmava que a concentração de renda estaria próxima de se transformar no pior problema dos Estados Unidos, ameaçando os fundamentos da sociedade. Assim, ao se observar a trajetória da Europa e dos Estados Unidos ao longo do século XX, fica evidente que o aumento da capacidade tributária do Estado, além de não impedir o crescimento econômico, contribuiu para o desenvolvimento mais igualitário dessas sociedades.

Isso posto, Piketty busca compreender o fracasso das sociedades social-democratas a partir dos anos 1980-1990. O autor questiona o porquê de as sociedades

social-democratas não conseguirem lidar com o aumento da desigualdade após sua era de ouro, entre 1950-1980, quando desenvolveram práticas políticas e instituições que promoveram um ajuste social, da propriedade privada e do capitalismo, construído em vários países europeus e não europeus. A social-democracia é entendida de forma ampla, fazendo-se referência ao New Deal do governo Roosevelt nos Estados Unidos, à experiência do Partido Trabalhista na Inglaterra no pós-Segunda Guerra e, em particular, à experiência alemã de participação nas empresas — da qual Piketty é entusiasta —, em que representantes dos trabalhadores são membros dos conselhos de administração.

De acordo com Piketty, os Estados Unidos tinham de longe o mais alto salário mínimo do mundo entre os anos 1950 e 1960. Em 2019, porém, o poder de compra do salário mínimo perdera 30% em relação a meados do século anterior. Situação estranha para um país em paz e com crescimento econômico, mas que “demonstra a amplitude das mudanças político-ideológicas que marcaram os Estados Unidos desde os anos 1970-1980” (p. 468). Do mesmo modo, após um período de elevadas tarifas sobre as altíssimas rendas entre 1930 e 1980, em torno de 70% e 90% nos Estados Unidos e Reino Unido, houve uma queda substancial dessas alíquotas a partir dos anos 1980. O aumento da desigualdade também estaria relacionado com a ampliação dos investimentos privados em educação. Piketty afirma que nas universidades estadunidenses o processo de admissão é pouco transparente, e as famílias mais ricas, por meio de contribuições financeiras, conseguem obter a admissão dos seus filhos nas universidades mais prestigiadas. Isso provocaria uma forte desigualdade no acesso à educação nos Estados Unidos. A situação de dificuldade de acesso dos trabalhadores de baixa renda à educação não seria diferente na Europa, segundo o autor. A redução das alíquotas de impostos das maiores rendas, além da piora do acesso dos pobres à universidade, demonstraria que ocorreu uma política deliberada para concentrar renda.

Em outro ponto importante, Piketty adverte que a partir de 1980, sob a influência estadunidense e europeia, a liberalização dos fluxos de capitais e a abertura comercial seriam realizadas em escala mundial, sem qualquer objetivo fiscal e social. Estávamos entrando na era em que o Estado-nação passava a ser cada vez mais questionado pela “revolução conservadora” anglo-saxã financiada por *lobbies* financeiros.

Piketty mostra o desastre que a “revolução conservadora” causou na Rússia em termos de política tributária após o fim da União Soviética. A ideia de imposto progressivo foi simplesmente abolida, além de se iniciar uma enorme evasão tributária. O resultado foi que um país que conseguiu reduzir a desigualdade a um dos níveis mais baixos da história se tornou um dos países mais “desigualitários” do mundo, líder mundial de bilionários em várias categorias, segundo as classificações da revista Forbes.

Outra questão levantada por Piketty refere-se ao empobrecimento das estatísticas públicas relacionadas à desigualdade justamente na chamada “era da informação”. Ele atribui essa falta de transparência à ideologia “neoproprietarista” e à sua

recusa em abrir a “caixa de Pandora” dos direitos de propriedade e de distribuição desta, impedindo assim a criação de um projeto redistributivo ousado.

A atual ideologia “neoproprietarista”, mais complexa do que aquela do século XIX, se baseia num discurso meritocrático que exalta os vencedores enquanto rotula os perdedores do sistema econômico. Essa responsabilização dos mais pobres pela sua própria pobreza seria uma das principais características do sistema “desigualitário” atual. Ao mesmo tempo, vem ocorrendo a sacralização dos bilionários como empreendedores geniais e, por isso, merecedores de toda a riqueza que acumularam. Ainda segundo Piketty, a legitimação dos bilionários também se apresenta por meio da filantropia. Isso seria uma ilusão, já que esses que realizam a filantropia são os mesmos que se beneficiam das vantagens fiscais. Não por coincidência, o discurso filantrópico estaria atrelado à ideologia anti-Estado.

Na quarta parte da obra, “Repensar as dimensões do conflito político”, Piketty discute os conflitos político-ideológicos quanto à justiça social, que se manifestam de diversas formas. Ele destaca os processos eleitorais e como o eleitor tem se posicionado entre a esquerda e a direita em dois períodos distintos: 1950-1980 e 1990-2020. O tema é relevante porque, tomando como base o Reino Unido, França e Estados Unidos, Piketty mostra que a participação eleitoral se reduz conforme a desigualdade social aumenta. Detalhe importante refere-se à análise eleitoral nas diferentes profissões. Diz o autor: “Entre as categorias com menor grau de instrução que votavam em grande número nos partidos de esquerda nos anos 1950-1960 e que, em grande parte, deixaram de votar nesses partidos nos anos 1990-2020, encontramos sobretudo os trabalhadores do setor industrial” (p. 651). Piketty afirma que essa derrocada do voto operário nos partidos de esquerda (comunistas, social-democratas etc.) seria generalizada nos países ocidentais em razão da percepção entre os trabalhadores de que não se veriam mais representados por esses partidos em um contexto de redução do emprego industrial e da globalização. As categorias com menor tempo de estudo teriam passado a se sentir pouco representadas pelos tradicionais partidos de esquerda. Entre as categorias com maior grau de instrução que mantiveram seu voto na esquerda ou o transferiram para esse campo estão os professores e os funcionários públicos, além dos trabalhadores ligados às atividades da saúde e cultura.

A partir dessa constatação, Piketty lança o termo *esquerda brâmane* para compreender o contexto francês: a esquerda que deixou de ser o partido dos trabalhadores para se tornar o partido dos diplomados. Isso seria compreensível na visão do autor, já que os partidos de esquerda frisavam a promoção social pela educação, e esses eleitores com maior grau de instrução se sentiriam gratos, portanto. O problema é que esses partidos se afastaram progressivamente das massas populares, passando a nutrir a meritocracia como questão essencial à ascensão social. Além disso, Piketty afirma que o “regime educacional francês parece particularmente desigual e hipócrita” (p. 656), já que os gastos em educação voltados às camadas sociais menos favorecidas teriam sido inferiores aos destinados ao restante da população. Assim, enquanto

O livro apresenta um conjunto de dados estatísticos fundamentais para quem quer conhecer o problema da desigualdade no mundo

a *direita mercantilista* acreditaria no mérito dos negócios, a *esquerda brâmane* insistiria no mérito escolar. Essa mesma estrutura pode ser encontrada nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outros países do Ocidente, como Alemanha, Noruega e Suécia, conforme Piketty tentará demonstrar no capítulo 15. A explicação para a circunstância de que os mais humildes deixaram de confiar nos partidos de esquerda seria a falta de renovação dos programas desses partidos, impossibilitando sua adaptação aos “desafios surgidos na última metade do século”, como a expansão educacional e a “globalização econômica” (p. 743).

Todavia, Piketty é otimista. A fase iniciada no começo da década de 1980 com Margaret Thatcher e Ronald Reagan estaria perto de terminar, em razão dos excessos da desregulamentação econômica consubstanciada na crise financeira de 2008 e no aumento vertiginoso da desigualdade social. Plataformas políticas centradas na defesa do status quo não deverão triunfar por muito tempo. Logo, o debate político será cada vez mais reorientado, segundo o autor.

O Brasil, um caso reconhecido de vergonhosa desigualdade de renda, também tem espaço na obra. Piketty analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) e conclui que o partido teve uma trajetória diferente dos partidos de esquerda ocidentais: inicialmente sua composição dos votos se concentrava nos eleitores com maior grau de instrução e renda um pouco mais elevada que a média do país. A partir de 2003, após a ascensão de Lula ao poder, o eleitorado petista passou a se concentrar mais entre os eleitores com menor grau de instrução e renda mais baixa. Essa mudança seria coerente com as políticas de redução da pobreza — como o programa Bolsa Família e a elevação do salário mínimo — adotadas por sucessivos governos do PT.

De forma elucidativa, Piketty aponta o insucesso dos governos petistas em relação à luta contra a desigualdade de renda. As rendas mais baixas foram beneficiadas, porém isso ocorreu em detrimento dos grupos sociais compreendidos entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos, a chamada classe média. Os 10% mais ricos mantiveram sua posição e o 1% mais rico aumentou sua parcela na renda total. A razão desse resultado paradoxal teria sido a falta de uma reforma tributária que enfrentasse a regressividade estrutural do sistema tributário brasileiro.

No último capítulo, Piketty apresenta uma proposta para o que ele denomina “socialismo participativo para o século XXI”. Piketty acredita “que é possível erradicar o sistema capitalista atual e traçar os contornos de um novo socialismo participativo para o século XXI” (p. 820). Sobre as características do “socialismo participativo”, ele lança um conjunto de proposições, como o compartilhamento do direito de voto nas empresas e o imposto progressivo sobre a renda e sobre a propriedade e circulação do capital. O imposto progressivo deveria ser a principal forma de financiamento do Estado de bem-estar social. No plano político o socialismo participativo contemplaria novas formas de representação de justiça e democracia, por via das quais o poder financeiro pudesse ser bastante reduzido em favor das representações populares.

O livro apresenta um conjunto de dados estatísticos fundamentais para quem quer conhecer o problema da desigualdade no mundo. Como destaca Piketty, o aumento da desigualdade nas últimas décadas não é natural, mas sim construído, como demonstra o exemplo da redução das alíquotas de imposto de renda dos ricos e a supressão do limite máximo do valor das doações privadas para as campanhas eleitorais nos Estados Unidos, proporcionando uma influência desmesurada do grande capital no processo eleitoral. É muito importante salientar a relevância que a Revolução Russa e a constituição do bloco socialista após a Segunda Guerra tiveram nas políticas distributivas em grande parte do mundo, e como tais políticas foram desconstruídas exatamente após a derrota das primeiras experiências socialistas. Agora, a luta por políticas inclusivas e igualitárias ganha força em diversos países. É terrível constatar que neste momento o Brasil está aplicando uma política neoliberal radical “desigualitária” cada vez mais questionada no Ocidente.

No entanto, Piketty resvala no utopismo quando propõe políticas de distribuição de renda e riqueza em nome de um socialismo igualitário que, na prática, seria implementado por decretos.

De todo modo, o livro é uma contribuição importante para o problema da distribuição de renda, que, no caso do Brasil, é uma pauta urgente para um novo governo que deverá emergir dos escombros deixados pelo neofascismo.

* Professor associado II e docente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ). Membro do grupo de pesquisa Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul e do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais. *E-mail*: mapefern@gmail.com

► Texto recebido em 21 de novembro de 2021; aprovado em 22 de novembro de 2021.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



China: o socialismo do século XXI

Elias Jabbour e Alberto Gabriele

Editora: Boitempo

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 67

314 páginas

Original síntese entre marxismo, estruturalismo e keynesianismo, este meticuloso trabalho teórico e estatístico analisa a China, país que, de um dos mais pobres do mundo, tornou-se a segunda economia do planeta e a locomotiva do sistema econômico mundial neste século, ostentando taxas de crescimento entre as mais altas e estáveis da história.

Segundo Elias Jabbour e Alberto Gabriele, o socialismo chinês difere do capitalismo tal qual o conhecemos até aqui, embora ainda seja prematuro defini-lo como alternativa consolidada.

Os autores não desconsideram a complexidade da China nem negam que o sistema socioeconômico chinês apresente sérias contradições, mas fogem de preconceitos ideológicos como o de enquadrar o país como mais um fracasso socialista ou, na via oposta, como um paraíso do comunismo realizado. Eles oferecem ao leitor uma abordagem materialista, que analisa a peculiaridade das relações de propriedade e das ferramentas de planejamento e “projetamento” vigentes no país, apontando o papel crucial da China como alternativa realista à anarquia do capital.

A obra ficou durante dois meses na primeira posição entre os livros mais vendidos da Amazon nas categorias “Economia política”, “Ásia”, “Estudos revolucionários” e “Condições econômicas”.



Centrais sindicais e movimentos sociais nas manifestações de junho de 2013

Carlos Rogério de Carvalho Nunes

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 44

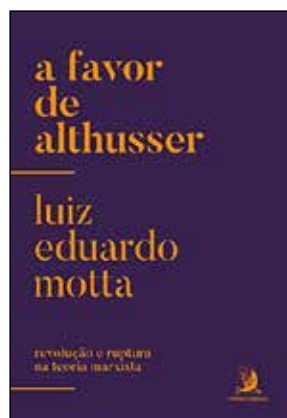
224 páginas

Coleção: Lutas do Proletariado Brasileiro

O livro examina a participação do movimento sindical brasileiro durante as Jornadas de Junho de 2013, que se estenderam até julho daquele ano nas principais cidades do país.

As centrais sindicais realmente defenderam os interesses dos trabalhadores ao incluir direitos mais amplos em suas pautas? Os espaços de mobilização e luta tipicamente ocupados pelo movimento sindical passaram a ser preenchidos por movimentos sociais? Por que, naquelas manifestações, havia repulsa às organizações populares que historicamente defenderam os direitos do povo brasileiro?

Ao tentar responder a essas questões, o autor trata dos limites e possibilidades do atual sindicalismo brasileiro na condução das lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros.



A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista

Luiz Eduardo Motta

Editora: Contracorrente

Formato: 22 x 15 cm

2ª edição: 2021

Preço: R\$ 75 (normal) / R\$ 60 (promocional, no site da editora)

300 páginas

O livro pretende resgatar a contribuição do filósofo marxista Louis Althusser, intelectual inovador em sua interpretação da obra de Marx, suprimindo uma lacuna bibliográfica sobre o autor e refutando as antipatias e os preconceitos contra a escola althusseriana constituídos desde os anos 1970 até a década passada.

Esta segunda edição da obra traz novos textos, particularmente sobre a recepção de Althusser no Brasil.

Segundo o prefaciador, Carlos Henrique Escobar, o livro de Motta tem o mérito de reunir questões marxistas ainda em aberto na atualidade e apresentar a forma pela qual Althusser dá resposta a elas.



GERAÇÃO DE VALOR **Valor: de mais produzido e menos transferido para menos produzido e mais transferido**

Helifax Pinto de Souza

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 45

220 páginas

Na atual forma sistêmica da financeirização — para alguns, um aperfeiçoamento do capitalismo, e, para outros, desvio de rota —, o dinheiro que gera apenas mais dinheiro cria valor, um valor desancorado da produção, mas não origina mais-valia, pois que não é oriundo da relação capital-trabalho.

Não destinado a investimentos produtivos e direcionado ao mercado financeiro, o dinheiro se transforma em capital fictício.

Esta obra examina também outra forma de acumular riqueza: a constituição do patrimônio. Se um determinado bem é produto do trabalho humano, ele tem simultaneamente valor e preço; caso contrário, ele tem preço, mas não valor.



Reforma universitária e expansão do ensino superior no Brasil

Cesar Mangolin

Editoras: Fibra e Edições Brasil

Formato: 15 x 21 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 30

128 páginas

Analisando a reforma universitária brasileira de 1968 e seus determinantes históricos, políticos e econômicos, o livro trata da ampliação do ensino superior no país durante as décadas de 1960 e 1970, época em que o capitalismo brasileiro já entrara em sua fase monopolista, que implicou mudanças importantes na configuração das classes sociais no país.

Naquele período, o crescimento da demanda por ensino superior e a formação de governos reacionários e privatistas resultaram em uma “modernização conservadora”.

A obra se baseia em um conjunto de dados muito útil a interessados em empreender uma investigação materialista e crítica sobre a evolução do processo educacional no Brasil capitalista.



Direitos fundamentais em xeque: perspectivas críticas da realidade brasileira

Edwiges C. Carvalho Corrêa, Eliane Romeiro Costa, Fernanda da Silva Borges, Fernanda de Paula Ferreira Moi, Pamôra Mariz S. de Figueiredo Cordeiro e Ruth Barros Pettersen da Costa (Org.)

Editora: Dialética

Formato: 15 x 21 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 89,90 (livro impresso) / R\$ 24,90 (e-book)

492 páginas

Causado pela pandemia, o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, de raça e de acesso aos bens socialmente produzidos se dá em uma época que exige coerência, determinação e luta para não permitir que o negacionismo, o obscurantismo e as ideias retrógradas avancem contra os direitos e garantias tão duramente conquistados.

Com base em diferentes abordagens, este livro debate tais dificuldades, que demandam a reorganização das formas de vida e o enfrentamento das ameaças aos direitos humanos e fundamentais.

O livro é composto por 16 artigos de diversos pesquisadores, e está organizado em três partes. A primeira aborda o direito à saúde e as fragilidades da gestão governamental no enfrentamento da pandemia. A segunda parte trata da crise da democracia e da cidadania no Brasil. Na terceira, discorre-se sobre a pouca efetividade dos direitos humanos para os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade.



O Viúvo

Gonzalo Oyanedel, Rodrigo Campos, Juan “Nitrox” Márquez e Cristian Docolomansky

Editoras: Quadriculando e Anita Garibaldi

Formato: 23 x 15 cm

1ª edição: 2021

Preço: R\$ 55 (normal) / R\$ 39 (promocional)

152 páginas

Este álbum reúne três histórias em quadrinhos — “Fim de luto”, “A cueca do manco” e “Os versos do diabo” — nas quais o criador Oyanedel e os desenhistas Campos, Docolomansky e Márquez capturam o melhor dos quadrinhos *noir* e dos contos *pulp*. A narrativa policial, cheia de reviravoltas, homenageia Sombra, Batman e Spirit, personagens clássicos do gênero.

O *Viúvo* segue os passos de um psicopata que sequestra e assassina crianças de rua. O que acontece quando a justiça não é suficiente? Mostrando que nem tudo é o que parece numa Santiago dos anos 1950, cheia de contradições, crimes e corrupção, o anti-herói *Viúvo* age para desvendar casos, em busca da verdade.

O livro apresenta ainda um farto conjunto de notas do roteirista, explicando detalhe a detalhe as várias passagens das HQs.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415-7888 e no E-ISSN 2675-6609

URL: www.revistaprincipios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

E-mail: principios@revistaprincipios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Cláudio Gonzalez e Laércio D'Angelo Ribeiro

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

▶ João Amazonas (1912-2002)

Editores

▶ Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor-executivo

▶ Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

▶ Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

▶ Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevitz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Pércles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovici (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvia Almeida (Administração/FGV); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio Gonzalez, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Lécio Moraes, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Nilson Araújo, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens, Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRJ); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiati (Ciência Política e RRII/UFRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisangela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UEPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPel); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UEPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvia Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).



“ Quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele. Ou estará mentindo.”

Ferreira Gullar

Homenagem de *Princípios* aos 100 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil





SEMANA DE ARTE MODERNA

1922 100 ANOS **2022**

O Modernismo plantou, no terreno simbólico, as sementes do Brasil contemporâneo.

Sua revolução estética propôs a ultrapassagem do arcaico e o alinhamento com as tendências culturais mais avançadas. Tudo dentro de uma ideia geral de afirmação do Brasil e de seu povo.

Nos cem anos da Semana de 1922, viva o sonho de uma nação moderna, desenvolvida, justa e soberana.